

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Museu Nacional

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

A Unidade das Coisas

Nise da Silveira e a genealogia de uma psiquiatria rebelde
no Rio de Janeiro, Brasil

Felipe Sales Magaldi

Rio de Janeiro

2018

A Unidade das Coisas

Nise da Silveira e a genealogia de uma psiquiatria rebelde no Rio de Janeiro, Brasil

Felipe Sales Magaldi

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor.

Orientador: Luiz Fernando Dias Duarte

Fevereiro de 2018

A Unidade das Coisas

Nise da Silveira e a genealogia de uma psiquiatria rebelde no Rio de Janeiro, Brasil

Felipe Sales Magaldi

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor. Aprovada por:



Luiz Fernando Dias Duarte (Orientador)
PPGAS/Museu Nacional/UFRJ



Edmundo Pereira
PPGAS/Museu Nacional/UFRJ



Glaucia Villas Bôas
PPGSA/IFCS/UFRJ



Jane Russo
IMS/UERJ



Sergio Carrara
IMS/UERJ

Antonio Carlos de Souza Lima (suplente)
IMS/UERJ

Ana Teresa Acatauassú Venancio (suplente)
COC/FIOCRUZ

Rio de Janeiro
Fevereiro de 2018

A Unidade das Coisas

Nise da Silveira e a genealogia de uma psiquiatria rebelde no Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

Trata-se de um estudo histórico e etnográfico sobre a trama de atores, instituições e materialidades envolvida na vida e na obra da psiquiatra alagoana Nise da Silveira [1905—1999], aqui denominada *O Mundo Nise*. Busca-se compreender suas condições de emergência, seu desenvolvimento e suas repercussões, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro, desde meados da década de 1940 até os dias de hoje, após a morte de sua figura principal. Para tanto, toma-se como fio analítico a genealogia de um saber intitulado *psiquiatria rebelde*, composto por um conjunto de teorias, práticas e políticas, assente em quatro elementos fundamentais: as imagens do inconsciente, o afeto catalisador, a arqueologia da psique e os inumeráveis estados do ser. A partir da combinação entre trabalho de campo e investigação de fontes bibliográficas e audiovisuais, dedica-se a compreender o regime de humanidade delineado na psiquiatria rebelde, reconhecendo sua vocação de resistência em relação à psiquiatria biológica e, mais amplamente, a uma articulação de poderes constituída entre as ciências biomédicas, a indústria farmacêutica e o Estado. Sustenta-se que a psiquiatria rebelde consiste em um saber menor comprometido com a defesa de um monismo vitalista, estabelecendo uma continuidade entre natureza e cultura por meio da noção de uma unidade das coisas.

Palavras-chave: Nise da Silveira; Psiquiatria; Saúde Mental; Biopolítica; Natureza e Cultura

The Unity of Things

Nise da Silveira and the genealogy of a rebel psychiatry in Rio de Janeiro, Brazil

ABSTRACT

This thesis is a historical and ethnographic study about the actors, institutions and materialities involved in the life and work of the Alagoas born psychiatrist Nise da Silveira [1905-1999], here called *The Nise World*. It seeks to understand its original conditions, its development and its repercussions, especially in the city of Rio de Janeiro, from the mid-1940s to the present day, after the death of its main figure. To do so, it takes as its analytical thread the genealogy of a knowledge called *rebel psychiatry*, composed of a set of theories, practices and policies, based on four fundamental elements: the images of the unconscious, the catalyzing affect, the archeology of the psyche and the innumerable states of being. With a combination of fieldwork and research based on bibliographical and audio-visual sources, this work endeavours to understand the regime of humanity outlined in the rebel psychiatry, recognizing its vocation of resistance in relation to biological psychiatry and, more broadly, to a collusion of powers constituted among the biomedical sciences, the pharmaceutical industry and the State. It is argued that rebel psychiatry consists of a minor knowledge committed to the defense of a vitalist monism, establishing a continuity between nature and culture through the notion of a unity of things.

Keywords: Nise da Silveira; Psychiatry; Mental Health; Biopolitics; Nature and Culture

À minha (Grande) mãe

[Alma matters in mind, body and soul, in part and in whole]

AGRADECIMENTOS

Esta é uma tese sobre as relações. Entre suas muitas demonstrações, reside uma, segundo a qual não há cura ou criação possível fora da presença de um outro. Nise da Silveira chamou essa presença, interessada, disposta, e não necessariamente interveniente, de "afeto catalisador". Posso afirmar que esse elemento não consiste somente em um conceito analisado nas páginas que se seguem, mas na condição mesma de sua existência, e no difícil aprendizado que me tomou uma vida para aprender.

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, a todos os niseanos – novos e velhos – que se dispuseram a conversar comigo, tornando esta pesquisa viável. Sem essa interlocução, restaria muito pouco para alguém que, como eu, não teve o privilégio de conhecer a psiquiatra rebelde em seu tempo de vida. Espero ter registrado com o devido cuidado todos os ensinamentos com os quais me deparei ao longo desses anos, mesmo sem pertencer às áreas médica, psicológica ou artística. Certamente, fui muito afetado por tudo o que vivi, de modos que escapam aos próprios limites deste trabalho. Um trabalho, entretanto, tem vida, e agora é o elo que nos conecta. Albertina Borges da Rocha, Berenice Xavier, Bernardo Horta, Bia Vieira, Daniele Ribeiro, Denise Andrade, Denise Meira, Débora Martins, Edmar Oliveira, Eduardo Rocha, Gilson Saldanha, Gisèle Louise Bertin, Gladys Schincariol, Glória Chan, Henrique Sá, Jaci Rodrigues, João Lima, Kátia Cilene, Laura Carvalho, Leandra Alves, Linda Marina, Lucas Weglinski, Luciana Moraes, Luciano Vianna, Luciene Adão, Luiz Carlos Mello, Maddi Damião, Marco Lucchesi, Mariah Martins, Martha Pires Ferreira, Matheus Lima, Milton Freire, Miriam Rodrigues, Márcia Proença, Nilo Sérgio Fernandes de Oliveira, Paula Ferreira, Paulo Eduardo, Paulo Thomaz, Raul Baldi, Reginaldo Terra, Valéria Sayão, Vitor Pordeus e Zezé do Carmo foram algumas das pessoas imprescindíveis com quem, de diferentíssimas maneiras, pude viver, descobrir e compartilhar Nise.

Sou grato a meu orientador, Luiz Fernando Dias Duarte, que desde o início se mostrou genuinamente interessado por este tema de pesquisa. Sua postura intelectual íntegra e rigorosa, ao mesmo tempo que aberta e amável, é um exemplo para mim. E nem preciso dizer – pois já fica claro para o leitor desta tese – o quanto suas ideias me inspiram. Espero, no mínimo, ter feito algo à altura de tudo o que aprendi ao longo de numerosos cursos e reuniões de orientação, com sua mesma disposição ética e compromisso.

Esta pesquisa não teria sido pensada se um dia, há mais ou menos dez anos, transitando pelos corredores do IFCS – um pouco perdido, é verdade –, não tivesse visto um anúncio de bolsa de iniciação científica, pregado ao lado da xerox do quarto andar, sobre “arte e mudança social”. Devo, por isso, agradecer à minha primeira mestra, Glaucia Villas Bôas, pelo acolhimento como jovem pesquisador no Núcleo de Pesquisa em Sociologia da Cultura – NUSC nesse período. E o agradecimento deve ser duplo, pois se estende ao presente pela sua participação na banca de avaliação deste trabalho.

Da mesma forma, sou muitíssimo grato a todos os professores que tão gentilmente aceitaram integrar a comissão de julgamento. Edmundo Pereira foi um professor estimulante durante minha passagem pelo Museu Nacional, mesmo quando achei que estivesse um pouco sozinho em meus interesses temáticos. Obrigado por mostrar os cruzamentos possíveis e por estar neste momento final. Com Jane Russo e Sergio Carrara, cujos trabalhos são uma inspiração para mim também desde a graduação, creio compartilhar um interesse autêntico pelas relações entre as ciências sociais e a história da saúde, seara na qual desejo continuar trabalhando. Sinto-me verdadeiramente honrado e privilegiado por tê-los comigo. À professora Jane, agradeço ainda por suas contribuições durante o exame de qualificação, às quais espero ter feito jus.

Devo reconhecer a atenção dos professores Antonio Carlos de Souza Lima e Ana Teresa Venancio, que aceitaram integrar a condição de avaliadores desta tese como suplentes. Os trabalhos de ambos são aqui citados e espero que seja o começo de um diálogo no porvir.

O ambiente intelectual do Museu Nacional proporcionou ainda o contato com outros professores importantes para a minha formação. Maria Elvira Díaz Benítez, que também contribuiu para este trabalho durante o exame de qualificação, merece um agradecimento todo especial – assim como, por extensão, todo o Núcleo de Estudos em Corpos, Gêneros e Sexualidades - NuSex. Suas aulas sempre excelentes e seu espírito gregário me contagiaram enormemente. Tive a oportunidade, ainda, de assistir aulas regulares com Olívia Cunha e Bruna Franchetto, assim como, na condição de ouvinte, Adriana Vianna, Eduardo Viveiros de Castro e Marcio Goldman. Devo agradecer a Adriana, em particular, por ter debatido meu trabalho em sua versão preliminar e por ter me acolhido em um de seus cursos já nos últimos suspiros da escrita, longe do Museu. Finalmente, quero dizer obrigado a Renata Menezes, que me incentivou a entrar na seara das resenhas bibliográficas.

Contei com a interlocução de muitos colegas para a composição deste trabalho. Em primeiro lugar, gostaria de citar meus companheiros de orientação, membros do Núcleo de Estudos das Sociedades Complexas – NEsCOM. São eles Fernanda Abreu, Lucas Bilate, Daniel Wainer, Barbara Rossin, Cecilia Bastos, Vlad Schuler, Samantha Gaspar, Maria Cecília Díaz, Román Goldenzweig e Carolina Castellitti, os quais leram trechos prévios desta pesquisa e deram contribuições intelectuais e afetivas fundamentais. Quero dizer um muito obrigado específico para minha amiga Carolina, que ainda que distante fisicamente, acompanhou as loucuras dos últimos momentos deste trabalho e compartilhou comigo seus caminhos possíveis. Martinho Tota e Waleska Aureliano, além de colegas pós-doutorandos, foram professores inspiradores.

O Museu Nacional foi ainda um lugar em que pude cultivar novas e velhas amizades. Ana Paula Morel, Luiza Flores e Natália Velloso estiveram desde o início ao meu lado. Everton Rangel, cujo campo chegou a entrar em contato com o meu por um momento, foi um amigo importante, com quem pude conversar sobre esta pesquisa. Camila Fernandes, entre mulheres e mães, se interessou verdadeiramente por este trabalho e me estimulou a escrever sobre Adelina. Lorena Mochel foi uma interlocutora em diversas conversas sobre psicologia e saúde mental. Barbara Pires e Lucas Freire compartilharam mesa de apresentação de trabalho mais de uma vez comigo. Amanda Migliora me recebeu em Porto Alegre e em Unamar. Além desses, tive o privilégio de conhecer pessoas incríveis, com as quais compartilhei saberes, cervejas e alegrias: Aline Rabelo, Ana Coutinho, André Dumans, Aymara Escobar, Breno Gomes, Bruno Marques, Carol Maia, Caio Lobato, Cauê Fraga Machado, Dibe Ayoub, Evandro Bonfim, Indira Caballero, Jeferson Scabio, Julián Moraga Riquelme, Leonor Oliveira, Lucas Marques, Malu Lucas, Marcos Carvalho, Marlise Rosa, Maurício Siqueira Filho, Miguel Aparicio, Oswaldo Zampiroli, Raffaella Moreira, Raphael Bispo, Raúl Alejandro Delgado, Roberto Romero, Simone Eloy, Taiguara Moreira, Uliana Esteves, Viviane Fernandes e muitos outros, mais ou menos contemporâneos à minha estadia na Quinta da Boa Vista.

Esse privilégio se estendeu também a diversos colegas de fora dessa instituição, entre congressos, pátios, bares e corredores, dentro e fora do Rio: Tássia Áquila, Victor Barreto, Michel Carvalho, Sara Sousa, Rodrigo Cheida, Mario Eugenio Saretta Pogli, Luciano Vianna, Guilherme Marcondes, Leonardo Nóbrega, Nina Vincent, Alexandre Mello, Nalu Queiroz, Luiza Tanuri etc. Georgia Pereira, garotona para todas as horas, de perto e de longe, merece um agradecimento especial. A Leonardo Bertolossi,

parceiro de trabalho e amigo, obrigado por todas as escutas, presenciais ou não. A Nicolas Wasser, obrigado pela visita, pela hospedagem e pela amizade.

Agradeço a todos os funcionários da Biblioteca Francisca Keller, da xerox e da secretaria, especialmente Adriana Valcarce e Anderson Pereira, pela eterna disponibilidade.

Minha passagem – ou retorno? – para a UFRJ não teria sido possível sem o apoio de Nilton Santos, que me orientou em passos prévios, durante o mestrado realizado na Universidade Federal Fluminense. Agradeço a ele, a Daniel Bitter e a Patricia Reinheimer pela interlocução nesse período tão seminal para minha formação. Também na UFF, Alessandra Barreto e Renata Gonçalves foram interlocutoras durante o período do doutorado, e gentilmente contribuíram tanto para o debate quanto para a divulgação da pesquisa.

Em Córdoba, onde morei durante parte do tempo do doutorado, pude contar com muitos outros colóquios fundamentais. Ludmila da Silva Catela me recebeu e me estimulou a projetos futuros, que se seguirão em um pós-doutorado no CONICET, junto a Sergio Visacovsky. Mariana Tello Weiss tocou especificamente em meu tema e me deu contribuições fundamentais para esta pesquisa. Agradeço pela participação em seus projetos. No grupo de pesquisa de Gustavo Blásquez e Negra Lugones, Lucía Tamagnini, Agustín Liarte e Florencia Pascual contribuíram para minha integração na universidade, assim como – mais uma vez – minha colega Cecília Díaz. Bernarda Marconetto, Francisco Pazzarelli e Claudia Amuedo também me receberam em seu núcleo, me estimulando a pensar o campo para além das divisões entre as antropologias (e arqueologias). Gabriel Giorgi e Andrés Zarankin foram professores com quem fiz cursos regulares, e que me inspiraram a fazer conexões entre Brasil e Argentina. Paula Schiapparelli, Silvia e Cinthia Burgos, Adrián, Betho Cardozo, Silvina Lagos, José Siles, Gabe Pedernera, Gise Vargas, Marcos Gastaldi, Henrik Lindskoug, Ceci Montenegro, Veronica Lema, Agus Viazzi e Mariano Bussi me ofereceram alegria no *escenario*, na *cocina*, na *cueva* e na *Cañada* enquanto escrevia a tese.

Agradeço à CAPES pelo financiamento dos dois primeiros anos desta pesquisa. Devido ao reconhecimento do meu desempenho acadêmico, respaldado pela comissão de ensino do meu programa de pós-graduação, a FAPERJ, com seu programa “Nota 10”, deu continuidade a esse apoio. Este, entretanto, foi realizado com constantes atrasos e justificado por informações desconstruídas com a Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro. Essa situação, longe de exclusiva a mim, fez parte de um

projeto mais amplo de desmonte da universidade pública e gratuita o qual, afetando toda a política científica do país durante o período de confecção da pesquisa, encontrou no território fluminense uma situação particularmente dramática. Desagradeço, portanto, a todos os agentes responsáveis por esse acontecimento lamentável. Quanto mais tentarem nos eliminar, como pesquisadores e produtores de conhecimento crítico e descompromissado com o lucro, mais vamos aparecer e resistir, seja na greve, seja na mobilização, junto aos outros servidores e trabalhadores.

Sou grato a meus pais, Euler Magaldi (*in memoriam*) e Maria Magaldi, a quem dedico esta tese, por terem oferecido a base estruturante da minha formação e a possibilidade de sua continuidade, ainda que tão distante de seus interesses. Minha paixão pelo conhecimento jamais teria se desenvolvido se não tivesse, desde cedo, sido estimulado à leitura e ao saber.

Meus amigos Ana Luiza Rodrigues, Samuel Chueng, Nelson Pinho, Pedro Bonfim Leal, Marcos Pinho, Raphael Fraga, Jessica Andrade, Mari Zanicotti, Marcelo Weiler, Camila Okubo, Adriano Lima, Carolina Dias e nossa Camila Reis (*in memoriam*), são meu refúgio e minha saudade.

Por fim, agradeço ao Francisco e à Olga, pela companhia nos momentos mais críticos deste trabalho. Sem seu apoio incondicional e eterna paciência, sei que não teria conseguido concluir esta tese.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial
CETAPE – Centro de Estudos, Treinamento e Aperfeiçoamento Paulo Elejalde
CNPq – Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CP – Casa das Palmeiras
CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPN – Centro Psiquiátrico Nacional
DOPS - Departamento de Ordem Política e Social
EMBRAFILME – Empresa Brasileira de Filmes
FAPERJ – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
FIOCRUZ – Fundação Casa de Oswaldo Cruz
FUNARTE – Fundação Nacional de Artes
HL – Hotel da Loucura
IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus.
IFCS – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
IMNS – Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira
IMS – Instituto de Medicina Social
IPA – International Psychoanalytical Association
IPUB – Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro
MAM-RJ – Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro
MAM-SP – Museu de Arte Moderna de São Paulo
MEC - Ministério da Educação e da Cultura
MII – Museu de Imagens do Inconsciente
MNBA – Museu Nacional de Belas Artes
MTSM – Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental
NARUA – Núcleo de Artes, Ritos e Sociabilidades Urbanas
NESCOM – Núcleo de Estudos em Sociedades Complexas
NUSC – Núcleo de Pesquisa em Sociologia da Cultura
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPGA – Programa de Pós-Graduação em Antropologia
PPGAS – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
PT – Partido dos Trabalhadores
SAMII – Sociedade de Amigos do Museu de Imagens do Inconsciente
STOR – Seção de Terapia Ocupacional e Reabilitação
SUS – Sistema Único de Saúde
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UPAC – Universidade Popular de Arte e Ciência

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p. 1
Concepção	p. 1
Memorial	p. 10
As vias e os meios	p. 16
Argumento	p. 22
Transformações cosmológicas	p. 23
A nova ordem biopolítica	p. 29
Arquitetura da tese	p. 33
Aspectos éticos	p. 35

PARTE I: ADMIRÁVEL MUNDO NISE

CAPÍTULO 1. COSMOGONIA

Uma pessoa rebelde	p. 38
Anos de formação	p. 47
Prisão e exílio	p. 52
Nise e as artes visuais	p. 56
Nise e a psicologia analítica	p. 65
Aposentadoria	p. 72
Envelhecimento e morte	p. 83
Rizomático Mundo Nise	p. 88

CAPÍTULO 2: MEMÓRIA E ESPECTROLOGIA

Vida após a morte	p. 99
Museu de Imagens do Inconsciente	p. 104
Hotel da Loucura	p. 115
Casa das Palmeiras	p. 127
Extra-muros, entre-muros	p. 135
As muitas vidas	p. 142

CAPÍTULO 3. CONTRACORRENTES

Remando contra a maré	p. 146
A denúncia de Descartes	p. 149
Terapêutica ocupacional	p. 158
Um artista decapitado: o caso de Lucio	p. 163

Um <i>leitmotiv</i> melancólico	p. 166
A biopolítica niseana	p. 172
Nise no Mundo <i>Psi</i>	p. 180
Nise a reforma psiquiátrica	p. 185
Nise e a sociedade farmacológica	p. 189

CAPÍTULO 4: ESCATOLOGIA

O hospital e o remédio	p. 195
Nas tramas da poção mágica	p. 201
O problema do <i>phármakon</i>	p. 218
Escatologia?	p. 225

PARTE II: ELEMENTOS DE PSIQUIATRIA REBELDE

CAPÍTULO 5. IMAGENS DO INCONSCIENTE

O inconsciente não pode ter um museu	p. 230
Arte e loucura – uma genealogia	p. 233
O interesse niseano	p. 244
Paixão e morte de um homem: o caso de Isaac	p. 248
O Mundo das Imagens	p. 252
A coleção	p. 255
Nas tramas da imagem	p. 259
Nise e a crise da representação	p. 268

CAPÍTULO 6. A ARQUEOLOGIA DA PSIQUE

Aruanã e seus múltiplos	p. 272
Jung <i>versus</i> Freud, Jung além de Freud	p. 276
Das mandalas aos mitos	p. 285
O Reino das mães: o caso de Adelina	p. 287
O Planetário de Deus: o caso de Carlos	p. 291
O grupo de estudos C. G. Jung	p. 296
Nas tramas dos arquétipos	p. 314
O Universalismo, ainda	p. 320

CAPÍTULO 7. O AFETO CATALISADOR

O Galileu da Medicina	p. 322
Demência precoce e esquizofrenia	p. 325
A descoberta do afeto	p. 329

Do caos, um novo mundo: o caso de Fernando	p. 331
No canto do olho: o caso de Emygdio	p. 335
Martinica: o caso de Raphael	p. 337
Animais: o caso de Carlos, parte II	p. 341
Emoção de lidar	p. 343
Nas tramas do afeto	p. 345
Nise e a virada afetiva	p. 355

CAPÍTULO 8. INUMERÁVEIS ESTADOS DO SER

Perigosos estados do ser	p. 361
Loucos e normais	p. 363
Nas tramas da esquizofrenia	p. 367
O Uno e o Múltiplo	p. 381

CONSIDERAÇÕES FINAIS	p. 385
----------------------	--------

ÍNDIX DE FONTES	p. 393
-----------------	--------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	p. 401
----------------------------	--------

ANEXO I: CRONOLOGIA	p. 416
---------------------	--------

ANEXO II: CADERNO DE IMAGENS	p. 418
------------------------------	--------

And is it right, Butterfly?

They like you better framed and dried

Tori Amos

INTRODUÇÃO

“Só os loucos e os artistas podem me compreender”.

Nise da Silveira

Concepção

Em meados do século XX, no período que se sucedeu aos desastres da Segunda Guerra Mundial, começaram a surgir no oeste da Europa e nos Estados Unidos da América sucessivos movimentos destinados ao questionamento das instituições e saberes psiquiátricos. Ainda à sombra do recém derrotado nazi-fascismo e do ideário eugênico, a especialização médica voltada para o tratamento das doenças mentais foi colocada sob suspeita no bojo de uma série de agitações políticas que retomavam os valores da liberdade e da igualdade social para a arena crítica das então devastadas sociedades capitalistas. Foi então que o estatuto da vida e dos Direitos Humanos passou a constituir-se progressivamente enquanto cerne das principais lutas dos países ocidentais (Venancio, 1993; Silva, 2011).

Particularmente entre as décadas de 1950 e 1960, foi desenvolvida uma série de propostas críticas que, em seu conjunto, ficaram conhecidas como *nova psiquiatria*. Na Inglaterra, surgiram as *comunidades terapêuticas*, organizadas por Maxwell Jones, e a *antipsiquiatria*, proposta por Ronald Laing e David Cooper; na França, destacaram-se a *psiquiatria institucional* e a *psiquiatria de setor*, sob a égide de figuras como François Tosquelles e Lucien Bonnafé, além das experiências de Jean Oury e Félix Guattari no hospital La Borde; nos Estados Unidos, um pouco mais tarde, apareceu a *psiquiatria comunitária* ou *preventiva*, inspirada nos movimentos ingleses e franceses; e finalmente, na Itália, desenvolveu-se a *psiquiatria democrática* de Franco Basaglia.

Os partícipes dessas experiências criticaram severamente os dispositivos de tratamento e os sistemas de classificação da loucura em seus cerne, acreditando serem eles produtos de relações de poder. Denunciaram a suposta “neutralidade” da ciência, que fundamentaria uma falaciosa nosografia da doença mental, assim como os próprios estabelecimentos manicomiais, entendidos como lugares de controle social caracterizados pela violência, pela exclusão e pela alienação. Tratou-se de um conjunto de mobilizações protagonizadas por profissionais e intelectuais da própria área médica, em prol da implosão das hierarquias estabelecidas entre equipe técnica e pacientes e, em alguns casos – como no italiano – da própria estrutura manicomial.

A inspiração teórica subjacente a essas propostas incluiu a psicanálise, a fenomenologia existencialista e os ideários de esquerda, notadamente o marxismo, que serviu à denúncia da desigualdade e da segregação constitutivas do sistema capitalista. Apesar da ausência de uma efetiva unidade nesse fenômeno, as ideias da nova psiquiatria serviram de combustível para as manifestações contraculturais subsequentes, como as de Maio de 68, bem como para a crescente reflexão da filosofia e das ciências humanas sobre o saber psiquiátrico. Pode-se elencar na esteira do *Zeigeist* antipsiquiátrico, entre outras, obras hoje clássicas tais como *Manicômios, Prisões e Conventos* [1961], de Erving Goffman; *A História da Loucura na Idade Clássica*, [1960] de Michel Foucault; *O Mito da Doença Mental*, de Thomas Sasz [1960] e, mais tarde, *o Anti-Édipo* [1972], de Gilles Deleuze & Félix Guattari (Oliveira, 2011).

No Brasil, a referência aos projetos de questionamento da psiquiatria costuma estar circunscrita a partir do final da década de 1970, no contexto de redemocratização que caracterizou o declínio da ditadura militar (1964-1985) (Silva, 2013). Alguns autores (Amarante, 1995; Delgado, 2011; Tenório, 2002) definem a reforma psiquiátrica brasileira como o processo histórico que surgiu mais concretamente nesse período, quando se delineou a crítica conjuntural ao sistema nacional de saúde mental – sobretudo no bojo do Movimento de Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM) – e simultaneamente, a crítica estrutural à psiquiatria clássica. Tais acontecimentos se realizaram na continuidade das agitações político-sociais que marcaram a restauração do estado de Direito, inspiradas sobretudo na experiência italiana. Seu traço principal foi o repto pela *cidadania* das pessoas em sofrimento psíquico por meio do fim das internações compulsórias e da criação de serviços substitutivos de atenção psicossocial, em oposição ao modelo manicomial. Esse processo, que se desenrolou ao longo das décadas subsequentes, se consolidou finalmente no ano de 2001, com a promulgação da Lei 10.216, conhecida como Lei Paulo Delgado (ou, alternativamente, Lei da Reforma Psiquiátrica), que instituiu – embora, como se sabe, de maneira inconclusiva – tanto a proteção jurídica aos sujeitos quanto o redirecionamento da assistência de saúde mental no país.

Entretanto, é possível apontar para alguns acontecimentos antecedentes às origens da reforma psiquiátrica brasileira, mais contemporâneos à fabulação da nova psiquiatria na Europa e na América do Norte, que ganharam menor atenção da produção acadêmica nacional dedicada à história da psiquiatria (Machado, 1978; Costa, 2007 etc). Por um lado, tal fato se justifica pela própria especificidade dessa cadeia de eventos, que

a torna irreduzível àquela que a sucedeu. Por outro, e talvez mais importante, está o fato de que esta não se constituiu explicitamente como um movimento sistemático, não possuindo, portanto, nem tanto um nome próprio, nem tanto um manifesto, estando antes em situação de relativa dispersão. Sua possível estabilidade reside nomeadamente em torno da trajetória de uma personagem singular, e por conseguinte, dos atores, instituições e materialidades envolvidos na composição de seu trabalho. Trata-se da psiquiatra alagoana Nise da Silveira, que atuou, a partir da década de 1940, na Seção de Terapêutica Ocupacional e Reabilitação (STOR) do antigo Centro Psiquiátrico Nacional de Engenho de Dentro, na zona norte carioca.

Nise da Silveira nasceu em Maceió no ano de 1905, filha do jornalista e professor de matemática Faustino Magalhães da Silveira e da pianista Maria Lídia da Silveira, ambos de origem pernambucana. Graduou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1926. Começou a trabalhar no Rio de Janeiro já na década de 1930, quando foi aprovada em concurso público para trabalhar no Serviço de Assistência a Psicopatas e Profilaxia Mental do Hospício Nacional de Alienados, situado na Praia Vermelha. Entretanto, sua atividade foi interrompida por conta de uma denúncia inesperada. Nessa ocasião histórica, o regime do Estado Novo estava em vias de ser instituído pela figura ditatorial de Getúlio Vargas, que planejava a perseguição política a uma suposta ameaça comunista que se abatia sobre a nação brasileira (Pandolfi, 1999). O simples fato de possuir livros marxistas no local de trabalho poderia constituir razão para um aprisionamento. E foi o que se passou. Graças à acusação de uma enfermeira que trabalhava nas dependências do hospital, Nise foi encarcerada no presídio Frei Caneca, no centro da cidade, no ano de 1936. Lá permaneceu durante aproximadamente um ano e meio, junto a outros personagens do campo intelectual carioca, como o escritor Graciliano Ramos e a militante comunista Olga Benário. Sua posterior libertação não a isentava do perigo de ser presa novamente, motivo pelo qual passou sete anos em exílio no interior do país. Somente no ano de 1944, com a crise do regime e a anistia política, a psiquiatra foi readmitida ao serviço público.

Este momento, que poderia ser descrito como uma *situação limite*, seria frequentemente lembrado pelos futuros guardiões de sua memória – e também por ela própria – como decisivo para a reconstrução de sua trajetória¹. Isto porque, ao retornar

¹ Segundo Ludmila Catela, em referência ao trabalho de Michael Pollak (1989), “*uma situação-limite provoca inéditas ações perante o imprevisível, situações para as quais não fomos preparados, socializados, iniciados. Quebrando a ordem naturalizada do mundo habitual, o grupo social deve*

ao hospital psiquiátrico, então transferido para o Engenho de Dentro, Nise da Silveira se deparava com novos métodos de tratamento criados durante seu período de refúgio, tais como a eletroconvulsoterapia, mais conhecida como eletrochoque, as psicocirurgias, como a lobotomia, e o coma insulínico. Sua postura foi a de uma marcada oposição a tais práticas médicas, que considerava, além de ineficazes, violentas, sendo muito semelhantes às torturas que havia presenciado no cárcere. Recusando-se a aplicar tais técnicas, a psiquiatra foi transferida para um departamento menor, a Seção de Terapêutica Ocupacional do então chamado Centro Psiquiátrico Nacional. Tal setor, desprovido de uma organização rigorosa, era caracterizado pela mera aplicação de trabalhos braçais e serviços de limpeza aos internos do hospital e sofria com constantes faltas de verbas.

Nise da Silveira envolveu-se em sua transformação em um laboratório de experimentação artística e terapêutica. Em parceria com o artista plástico Almir Mavignier, então um funcionário burocrático da instituição, passou a desenvolver aí um reconhecido trabalho envolvendo atividades expressivas como forma de tratamento para as ditas doenças mentais. Com base nas proposições da filosofia de Baruch de Spinoza, do teatro de Antonin Artaud e da psicologia analítica de Carl Jung, sustentou que práticas como a pintura e a escultura eram capazes de ensejar uma eficácia terapêutica, desde que realizadas em um ambiente de afeto e convivência. Ademais, entendeu que as imagens criadas por seus pacientes constituíam ferramentas privilegiadas para o estudo do inconsciente, devendo ser arquivadas, catalogadas e estudadas em série.

Em 1952, os trabalhos da oficina de criação mantida por Nise da Silveira foram reunidos no Museu de Imagens do Inconsciente, por ela construído no seio do próprio centro psiquiátrico onde trabalhava. Em 1956, a repercussão do seu trabalho ensejou ainda a fundação da Casa das Palmeiras, um centro de acolhimento sem fins lucrativos pioneiro no atendimento a egressos de internações psiquiátricas, situado no espaço cedido de um colégio privado no bairro da Tijuca. Por volta desse período, as obras resultantes de suas experiências ganharam progressiva projeção em museus, galerias e congressos de psiquiatria, chamando a atenção de artistas, curadores e intelectuais engajados no debate sobre seu valor estético e científico, como o crítico de arte Mario Pedrosa e, logo depois, o psiquiatra suíço Carl Gustav Jung (Villas Bôas, 2008; 2015).

adaptar-se a um contexto novo e redefinir sua identidade e suas relações com os outros grupos” (Catela, 2001, p. 24).

Passando por sua aposentadoria compulsória, em 1975, e até 1999, ano em que faleceu, a atividade intelectual de Nise da Silveira foi incessante, incluindo escrita de livros, produção de documentários, curadoria de exposições, fundação de sociedades científicas e manutenção de um grupo de estudos aberto ao público realizado em sua própria residência. Ao longo de quase meio século, seu trabalho atravessou as agitações contraculturais dos anos 1960 e 70, o *boom* da psicanálise da América Latina e a ditadura militar no Brasil.

Hoje, seu nome é ainda alvo das mais diversas evocações. O acervo do Museu de Imagens do Inconsciente continua abrigando seu legado sob a guarda de seus ex-discípulos, contando com mais de 350.000 obras, e mantendo ainda um ateliê terapêutico, um grupo de estudos e uma vasta biblioteca. Já a Casa das Palmeiras também permanece funcionando, agora em um sobrado situado na rua Sorocaba, em Botafogo, oferecendo oficinas de expressão e atividades culturais sob a égide do método niseano em um ambiente extra-hospitalar. Ademais, desde 2001, o hospital psiquiátrico do Engenho de Dentro passou a se chamar Instituto Municipal Nise da Silveira, constituindo-se enquanto território de continuidade do trabalho da médica alagoana, incluindo novas políticas públicas inspiradas em suas propostas. Destacou-se, entre essas, o Hotel da Loucura que, entre 2012 e 2016, ofereceu oficinas de atividades artísticas para usuários do sistema de saúde mental carioca, internos e externos.

As pessoas que se envolveram no trabalho de Nise da Silveira no curso de décadas – médicos, psiquiatras, psicólogos, psicanalistas, terapeutas ocupacionais, pacientes, enfermeiros, assistentes sociais, pedagogos, artistas, críticos de arte, curadores, cineastas, dramaturgos, museólogos, jornalistas, intelectuais, militantes etc – nunca se identificaram propriamente em uma organização uníssona ou escola formalizada. Entretanto, constituíram uma complexa série de articulações, a partir das quais enovelaram-se instituições, museus, galerias, exposições, peças de teatro, arquivos, documentos, grupos de estudos, cursos, congressos, livros, publicações científicas, catálogos, revistas, biografias, filmes, pinturas, esculturas... Aproximando-se à composição das linhas de um *rizoma* (Deleuze & Guattari, 1997), engendrou-se um fenômeno cuja existência foi marcada pela heterogeneidade e pela resistência à unidade, afigurando-se antes como um feixe de encontros e acontecimentos. A figura de Nise da Silveira, mais do que um centro hierárquico, melhor apresentou-se nesse âmbito como um ponto de adensamento de uma densa teia de conexões, que se estendeu, sem cessar, para múltiplas direções. Chama a atenção, ainda, o fato de que esta teia permanece se

estendendo, mesmo sem contar com a presença física da psiquiatra, envolvendo tanto os estabelecimentos por ela criados quanto outros, mais recentes, destinados a novos usos e apropriações de suas propostas.

Nesse sentido, estas observações permitem entrever o surgimento, se não de um movimento, de uma trama de relações constituída com e através da vida e da obra da médica alagoana, que resiste mesmo depois de seu perecimento. Esta trama, com todos os seus seres e matérias, será aqui chamada o *Mundo Nise*. Trata-se de um estudo histórico e etnográfico deste fenômeno, constituído principalmente na cidade do Rio de Janeiro a partir da década de 1940, e cujos desdobramentos se estendem até os dias atuais na mesma urbe. Amigos, mestres, discípulos, pacientes, colaboradores, antigos e novos seguidores estão entre os personagens que o habitam. Devido à sua longitude temporal, evidencia-se um caso que, do ponto de vista de um observador contemporâneo, pode ser vislumbrado simultaneamente entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos, entre os meandros da história e os meandros da memória, na medida em que envolve uma variada mobilização de pessoas e coisas que, através das décadas e de distintas aéreas de conhecimento, atravessou o nome da referida médica.

Para realizar essa tarefa, toma-se um fio de Ariadne específico, capaz de oferecer uma imersão nesse vasto labirinto, sem dispersá-lo em fragmentos, nem reduzi-lo a totalidades, iluminando, transversalmente, as consequências mais fundamentais de sua composição. Trata-se, aqui, da *genealogia de um saber* que se constituiu a partir dos múltiplos agenciamentos envolvidos na construção do projeto médico-científico da médica alagoana, desde o seu surgimento no Engenho de Dentro, passando por sua consecutiva repercussão.

Pois a observação da qual parte este trabalho é que um dos efeitos mais elementares da constituição do Mundo Nise foi a produção de um conjunto de teorias, práticas e políticas destinado a enfrentar o *modus operandi* da psiquiatria biomédica, propondo um outro tratamento possível para a loucura nos hospitais psiquiátricos e, por consequência, um particular entendimento da condição humana. A partir dessas inquietações, se engendrou uma espécie de saber, que inicialmente tomou os ateliês do antigo Centro Psiquiátrico Nacional como laboratórios e, no seio destes, as atividades expressivas como experimento, difundindo-se, na sequência, para uma profusão de desdobramentos. Dito saber, sustenta-se aqui, caracterizou-se pelo escrutínio de quatro elementos fundamentais, quais sejam: 1) a expressão privilegiada do inconsciente através de imagens; 2) a manifestação, nessas imagens, de temas universais, delineados

ao longo da evolução humana, na forma de arquétipos; 3) a catalisação terapêutica dessas mesmas imagens através da presença afetiva de monitores, humanos e não-humanos; 4) a possibilidade, ensejada pelos pontos anteriores, de ganhar acesso aos múltiplos estados do ser vivenciados na experiência da loucura. A partir desses elementos, criou-se um sistema de conhecimentos e um método de trabalho, compartilhado, com maiores ou menores variações, pelos compositores do Mundo Nise, em uma constante luta por sua continuidade.

Esse saber, embora permaneça vivo até hoje, nunca ganhou propriamente uma alcunha, salvo em uma anotação guardada por uma das discípulas da médica alagoana. Certa vez, disse Nise, em uma reunião do grupo de estudos que mantinha em sua casa: “*pensei em escrever um livro: caminho de uma psiquiatria rebelde*” (Ferreira, 2008, p. 328). Em outra ocasião, afirmou: “*Meu trabalho tem um caráter científico (...). Nunca pretendi ser um espelho. As pesquisas não dependem da minha presença para continuar. Tudo que está aí é uma batalha de heróis, que só vai ser assimilada daqui a mais de 50 ou 60 anos*” (ibid., p. 325). No rastro dessas pistas, dito saber será aqui chamado, tentativamente, uma *psiquiatria rebelde*, em referência a um plano não realizado pela própria Nise em seu tempo de vida, e que agora é deixado como tarefa possível para uma investigação póstuma.

Nesse sentido, o objetivo desta tese é, através do estudo da composição do Mundo Nise, aventurar-se na genealogia da psiquiatria rebelde, buscando entender as variadas forças nela envolvidas. Assim, concentrando-se na análise tanto de configurações sociológicas quanto de conceitos e dispositivos, busca-se compreender como e até que ponto a psiquiatria rebelde pôde existir – e, sobretudo, *resistir* – em uma articulação de poderes que, desde seu surgimento e até hoje, insiste, ao fim e ao cabo, em reduzi-la, quando não eliminá-la. É a política, portanto, o terceiro termo do binômio arte – loucura tantas vezes suscitado a propósito da médica alagoana. Pois o território ao qual este texto convida seu leitor não é outro senão o das trincheiras de uma guerrilha.

O estudo defende a ideia de que a psiquiatria rebelde caracteriza-se sobretudo pela tentativa de produção de deslocamentos da configuração a um só tempo cosmológica e biopolítica que mantém o lugar hegemônico da psiquiatria biológica nas sociedades ocidentais capitalistas do segundo pós-guerra – e, em particular, na brasileira –, envolvendo uma articulação entre as ciências biomédicas, a indústria farmacêutica e o Estado. Entretanto, dedica-se a declinar o modo mais aparente através do qual esta tentativa poderia ser interpretada. Isto não implica em recusá-lo de forma obtusa, mas

de buscar um fio subjacente capaz de iluminar tanto o seu fundamento quanto seu aspecto menos abordado.

Na cada vez maior produção de memória sobre a vida e a obra de Nise da Silveira, consubstanciada em livros, biografias, filmes, reportagens, peças de teatro, pesquisas acadêmicas etc, tal ímpeto tem sido frequentemente descrito através das figuras da *humanização* dos manicômios, da *visão humanista* lançada por Nise da Silveira ao longo de seu projeto e de seu próprio caráter *humano*². Em uma primeira leitura, poderia evidenciar-se, na repetição dessas representações, uma certa associação da médica alagoana ao que o antropólogo Didier Fassin (2011) definiu como uma *razão humanitária*, isto é, uma forma moral que governa as políticas contemporâneas através de práticas coletivas de compaixão e vitimização dirigidas aos estratos menos favorecidos da sociedade, assentadas em noções tais como sofrimento e trauma³.

Não obstante, é preciso admitir uma postura de estranhamento em relação a essa presumível assunção. Pois sua mera subscrição deixaria como resíduo um fascinante enigma de pesquisa, deixado em aberto, concernente à configuração e aos sentidos possíveis do Mundo Nise: *qual é o estatuto do humano e da humanidade definido na genealogia da psiquiatria rebelde? De que humanismo se está tratando no projeto médico-científico de Nise da Silveira? Encerra-se esse humanismo em uma razão humanitária, ou se trata, antes, de um fenômeno que a ultrapassa?*

Ao tentar entender os sentidos do humano engendrados através de Nise da Silveira, esta tese se dirige a uma hipótese. Segundo esta, o que parece fundamental sublinhar a propósito do regime de humanidade presente na psiquiatria rebelde não é meramente a reinserção da loucura no âmbito das práticas de “humanização”, mas também, e ao mesmo tempo, a requalificação do humano no âmbito do cosmos. Como se verá, o cosmos da psiquiatria rebelde não é um cosmos qualquer, mas uma natureza

² Carlos Drummond de Andrade ([1975] 2017), por exemplo, diz que Nise “*dedicou-se a uma obra em que o interesse científico é amalgamado pelo interesse humano*”. Luiz Carlos Mello, na introdução da fotobiografia *Caminhos de uma psiquiatra rebelde*, afirma esperar ter conseguido “*reunir o essencial de seus pensamentos e ações, assim revelando algo das riquezas de sua vida intensa e de sua profunda humanidade*” (Mello, 2014, p. 11). Nas redes sociais, por exemplo, tornou-se comum o uso da hashtag #HumaNise para designar essa articulação em relação ao trabalho da médica. Esta é apenas uma pequena amostra de uma imagem que se repete ao longo desta tese.

³ Na área da saúde, e em especial na saúde pública, dita razão ganhou progressivo território de difusão desde a década de 1980, configurando-se através de uma gama de práticas denominadas *humanizadas*, fundadas no respeito e valorização da dignidade da pessoa humana e na luta contra a violência institucional. No Brasil, adquiriu forma mais nítida desde a criação do Sistema Único de Saúde nos anos 1990 e da formulação, na década seguinte, da Política Nacional de Humanização do Ministério da Saúde (Benevides & Passos, 2005).

englobante e animada, cuja totalidade é dotada de uma pulsão criadora. A noção de uma *unidade das coisas*, que intitula esta tese, serve de fundamento último para suas teorias, práticas e políticas. Certa vez, disse Nise, a propósito do filósofo luso-holandês que tanto lhe inspirava: “*Spinoza me deu algo que eu não sabia que existia naquela ocasião: a unidade das coisas. Tudo é uno. Quando descobri que matéria e energia são uma coisa só, uma se transformando em outra, virei outra pessoa*” (Silveira, 1995 apud Mello, 2014, p. 85).

Não exclusivamente humanitário, portanto, o projeto médico-científico de Nise da Silveira, ao sugerir uma determinada concepção de natureza a partir de um novo tratamento para a loucura, poderia ser caracterizado como propositor de um *monismo vitalista, questionando, portanto, a própria noção de um humano separado dos outros entes do cosmos, isto é, do estabelecimento de uma separação radical entre natureza e cultura*. Sua biopolítica, por conseguinte, *não consiste somente em uma forma alternativa, “humanizada”, de governo dos corpos, das populações e da vida, mas também de uma reconfiguração própria do que é vida ou do que conta como vida, fundamentada na noção de uma unidade das coisas*. Eis o mote de um trabalho desenvolvido ao longo de décadas, que seria sintetizado, finalmente em um dos últimos livros da médica alagoana, *Cartas a Spinoza*, em que demonstra a relação intrínseca entre a condição humana e uma determinada concepção de natureza: “*Todos os seres, todos os elementos da natureza, todas as coisas deveriam ser tratadas com reverência*” (Silveira, 1995, p. 58).

Sustenta-se que é justamente essa característica tão fundamental – que longe de uma abstração filosófica, manifesta-se em uma série de procedimentos muito específicos e concretos, compartilhados por uma série heterogênea de atores, antes e depois da morte de Nise, os quais serão alvo de descrição minuciosa deste trabalho – que faz com que a psiquiatria rebelde permaneça na condição de *saber menor*.

Com este termo, tomado de empréstimo de Deleuze & Guattari (1997), não se designa nem uma qualificação (bom/mau) nem uma quantificação (muito/pouco), mas um posicionamento que se opõe, de maneira complexa – interativa e, ao mesmo tempo incomensurável – a um modo *maior* do pensamento. Enquanto este se vincula ao poder de suas próprias constantes e à luta por sua manutenção, na condição hegemônica, aquele encontra sua razão de ser na potência de suas variações, na posição desprestigiada⁴. A estas articulações entre poder e resistência se volta esta tese.

⁴ O conceito de “menor”, tal como concebido por Deleuze & Guattari, ganhou especial apresentação em *Mil Platôs* [1980]. Não obstante, já havia sido enunciado antes em *Kafka: por uma literatura menor*

Memorial

Antes de explicitar os caminhos metodológicos que conduzem a investigação, é necessário descrever alguns aspectos da minha própria trajetória em relação ao tema, que começa há aproximadamente dez anos. Em 2007, ingressei como jovem graduando no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Como para a maioria dos meus colegas, a experiência universitária consistiu em um momento de libertação pessoal, de descoberta do mundo e de formação política e intelectual, não sendo desacompanhada de um certo entusiasmo tardio pela contracultura. Nesse período, passei a desenvolver interesse particular pelo campo das artes, até então distante do meu um tanto monótono *background* familiar e escolar⁵. No ano seguinte, consegui uma bolsa de iniciação científica para pesquisar no Núcleo de Sociologia da Cultura, então coordenado pela professora Glaucia Villas Bôas, onde desenvolvia-se um projeto sobre o crítico de arte pernambucano Mario Pedrosa. Como vim a descobrir durante o período da pesquisa, em meados do século XX, este intelectual tivera um papel fundamental no suporte aos primeiros movimentos de arte abstrata do Rio de Janeiro, em especial voltados para a abstração geométrica, nos quais despontaram artistas hoje reconhecidos internacionalmente, como Hélio Oiticica e Lygia Clark, entre alguns outros.

Entre os personagens mais notáveis do círculo social de Mario Pedrosa, destacava-se a figura da doutora Nise da Silveira. Em meados do século XX, esse crítico ocupara um papel fundamental no apoio e divulgação do trabalho da psiquiatra, sobretudo a partir da organização de exposições e do debate sobre a validade artística das obras produzidas pelos pacientes psiquiátricos. Pedrosa passou a promover verdadeiras romarias de artistas dirigidas ao antigo Centro Psiquiátrico Nacional, reunindo jovens interessados no transformador valor estético da arte dos loucos e na superação do

[1975] e, de modo refratário, em *Diferença e Repetição* [1968], assinado individualmente pelo primeiro autor. Segundo Gelamo (2008), se encontra dispersa na obra desses intelectuais a referência a uma “literatura menor”, uma “organização menor”, um “modo menor” na música, uma “ciência menor” ou “nômade”, um “lugar menor”, uma “geometria menor”, uma “arte menor” etc.

⁵ Cresci no seio de uma família de classe média, relativamente conservadora e de baixa escolaridade, na zona sul do Rio de Janeiro. Minha mãe, dona de casa, é originária do meio rural do interior de Santa Catarina. Meu pai, bancário, vinha de uma família de funcionários públicos e burocratas de Minas Gerais. Ambos são católicos e netos de imigrantes italianos e portugueses. Mudaram-se para a capital fluminense nos anos 1970, durante o “milagre”, em busca de melhores condições de vida. Como filho único, estudei a vida inteira em escolas particulares tradicionais até ingressar na universidade pública. Se me é permitida alguma auto-antropologia capaz de explicar meu interesse na temática desta pesquisa e nas ciências sociais em geral, não seria inadequado inserir minha trajetória naquele grupo das camadas médias cariocas que Gilberto Velho (1998) chamou de “vanguardistas aristocratizantes”, caracterizado por construir seu *ethos* na busca de uma auto-realização simbólica e transformação social, em marcante oposição à geração familiar anterior, mais preocupada com a estabilidade material e com a distinção de classe.

modelo figurativo nacionalista prevalecente no primeiro modernismo, comumente associado a pintores como Candido Portinari e Tarsila do Amaral (Villas-Bôas, 2008).

Mais de sessenta anos depois, foi no intuito de coletar material documental sobre este caso de relação entre arte e psiquiatria que, junto ao meu grupo de pesquisa, pela primeira vez integrei uma romaria ao Museu de Imagens do Inconsciente, por volta do ano de 2008. Caminhar pelos corredores de seu salão principal me levou a entrar em contato não somente com pinturas e esculturas de inegável beleza, mas também com as ideias da psicologia analítica de Carl Gustav Jung. Com base na teoria dos arquétipos e do inconsciente coletivo, a exposição aproximava as obras de pacientes esquizofrênicos da arte do neolítico, das escrituras sagradas da tradição judaico-cristã, dos mitos gregos, egípcios e persas, afirmando a existência de uma *alma humana milenar* que se expressava privilegiadamente na loucura.

Essas ideias inquietaram a mim e ao grupo de pesquisa, de forma geral. Parecia que neste tipo de formulação faziam-se presentes algumas problemáticas suposições do evolucionismo cultural, tais como a noção de unidade psíquica da humanidade e a busca de um disparatado método comparativo⁶. Ainda assim, o enigma permanecia. Como poderiam as figurações de um psicótico do Engenho de Dentro e as de um papiro egípcio coincidir daquela maneira? Ao deixar a exposição, não pude deixar de pensar que aquele seria um tema de pesquisa interessante para um cientista social, particularmente para um antropólogo, já que suscitava o infindável debate sobre o dualismo entre natureza e cultura. Esta percepção só se reforçou quando, a ponto de partir, fui interceptado por um dos criadores da instituição, que se propôs a me mostrar alguns de seus desenhos, lançando-se numa tentativa de explicação ainda mais incompreensível – e certamente mais imemorável – do que aquela proposta pelo museu.

Em 2010, encerraram-se minhas atividades na iniciação científica. Não voltei mais ao Museu de Imagens do Inconsciente por algum tempo. Minha pesquisa de graduação acabara direcionando-se para o estudo das obras de Hélio Oiticica e de Lygia Clark, que tomavam um rumo próximo ao de Mario Pedrosa, mas independente do de

⁶ Desde a obra de Franz Boas (2004), sabe-se dos perigos da afirmação de um funcionamento uniforme para a mente humana, ensejando o postulado de que fenômenos etnológicos análogos devem-se às mesmas causas, desenvolvendo-se da mesma maneira; e de que estes fenômenos podem ser escalados num grande sistema de evolução, por intermédio de hipóteses, generalizações, especulações e conjecturas de toda sorte. Mais especificamente, foi Claude Lévi-Strauss (2003) aquele a direcionar uma crítica severa aos postulados junguianos no seio da teoria antropológica, acusando-os de preencher o inconsciente de símbolos que lhe formam uma espécie de substrato, isto é, afirmando equivocadamente a precedência do conteúdo sobre a estrutura.

Nise da Silveira. De todo modo, comecei a ler livros de psicanálise – que comprava, um tanto compulsivamente, em um sebo na Rua Dois de Dezembro, no Catete, sem mesmo poder dar conta de sua leitura total... – e a fazer análise de orientação freudiana, graças a um serviço público gratuito dirigido pelo Instituto de Psicologia da UFRJ⁷. Às artes, se acrescentava então o interesse pelos saberes *psi*, os quais constituíam mais uma novidade em relação a meu meio de origem. Prestes a concluir a graduação, fui ainda aprovado para um programa de intercâmbio na Universidade de Copenhague, na Dinamarca, onde estudei Antropologia Médica, além de Métodos Antropológicos, contribuindo para uma maior aproximação com esse ramo das ciências sociais.

Em 2011, regressando ao Rio de Janeiro, ainda sem um projeto definido, mas seguro de seguir na área de antropologia, decidi prestar o processo seletivo ao curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF, para início em 2012. Meu objetivo inicial era desenvolver pesquisa na articulação mais ampla entre as áreas de antropologia da arte e antropologia urbana, tema que se encaixava nas atividades do Núcleo de Artes, Ritos e Sociabilidades Urbanas, ao qual fui vinculado, sob a orientação do professor Nilton Santos. Neste período, um tanto *inconscientemente* – para usar um termo que viria a ser nativo... – passei a reanimar meu interesse na obra de Nise da Silveira e no Museu de Imagens do Inconsciente.

Com incentivo de meu então orientador, que estudara com o antropólogo Gilberto Velho, passei a conhecer toda uma série de trabalhos filiados à antropologia urbana brasileira que problematizavam os saberes e práticas *psi*. A partir da leitura de autores como Louis Dumont (1985, 1992), Georg Simmel (1971, 2005) e Michel Foucault (1975, 1997), entre outros, esses trabalhos (Figueira, 1978, 1980, 1981; Figueira & Velho, 1981; Velho, 1985, 1997, 2009; Fry, 1982; Duarte & Ropa, 1983; Duarte, 1986, 1997, 2000, 2003a, 2003b, 2005, 2013; Salem, 1992; Russo, 1993, 1997, 2000; 2001; 2002; Venancio, 1993. 1998, Carrara, 1999; etc.), de modo geral, levantavam como questão fundamental a visão de mundo individualista constitutiva das experiências das camadas médias urbanas e dos saberes eruditos sobre a pessoa. Graças a essa escola, o fenômeno da *psicologização* constituiu-se então enquanto objeto de estudo da antropologia brasileira. O estudo da difusão das teorias e práticas *psi*, a demanda por suas intervenções nas camadas médias afetadas pela modernização e os conflitos de sua aplicação nas classes trabalhadores, além das temática do estigma, do

⁷ Trata-se do DPA – Departamento de Psicologia Aplicada.

desvio, do crime e da loucura, foram alguns dos temas mais importantes a figurar nesse contexto, que se desdobrou desde os anos 1970 até as décadas mais recentes.

Com base nesta imersão bibliográfica, logo comecei a fazer trabalho de campo no Museu de Imagens do Inconsciente. Minha pesquisa (Magaldi, 2014) consistiu basicamente em acompanhar as atividades da oficina de criação, as palestras do grupo de estudos e as reuniões clínicas da instituição, convivendo com seus atuais terapeutas (“monitores”) e pacientes (“clientes”)⁸. O ateliê de pintura e modelagem do museu funciona a todo vapor, atendendo tanto a usuários da rede de saúde mental vivendo em externato quanto alguns internos ainda remanescentes. O ambiente é mantido por uma equipe clínica, composta por psicólogos, arteterapeutas e estagiários, que se reúnem semanalmente nas reuniões clínicas para discutir o andamento dos casos. O grupo de estudos, também residente na instituição, mantém palestras semanais sobre arte, loucura e psicologia analítica com professores e pesquisadores convidados, em sua maioria ex-alunos de Nise da Silveira. O grupo conta ainda com exibição de filmes sobre temáticas afins, promovendo debates.

A partir desta incursão etnográfica, a dissertação consistiu em descrever as continuidades e discontinuidades entre a noção de pessoa delineada no método terapêutico proposto por Nise da Silveira – inspiração do trabalho do Museu de Imagens do Inconsciente, e baseada em noções psicológicas como *inconsciente* e *mundo interno* – e aquela subsequentemente delineada ao longo do movimento pela reforma psiquiátrica brasileira – assentada em noções principalmente político-jurídicas tais como *cidadania, autonomia e responsabilidade*. Para tanto, busquei comparar a relação entre arte e loucura sugerida no primeiro caso, caracterizada por sua eminente vocação terapêutica e científica, com aquela mais recentemente desenvolvida no âmbito dos serviços substitutivos de atenção psicossocial – como os CAPs – destinada à geração de renda e à produção de autonomia. Observei que enquanto os objetos produzidos no ateliê do museu eram criados espontaneamente e permaneciam na instituição para fins de estudo e exposição, não podendo ser vendidos nem portados por seus criadores, os trabalhos das oficinas que funcionavam na rede de saúde mental eram desenvolvidos

⁸ A noção de "cliente" foi sugerida na prática de trabalho de Nise da Silveira para contornar o termo "paciente", que poderia denotar “passividade”. Essa noção também é utilizada em contextos religiosos, como terreiros de umbanda (Velho, 1997) ou na magia (Mauss, 2003). No caso em questão, está implícita uma brincadeira com o ditado da cultura popular segundo o qual "o cliente tem sempre razão". Dar razão justamente às pessoas consideradas “loucas” pela sociedade mais ampla busca agregar um valor crítico a essa prática de trabalho.

sob tutela do ensino de arte ou artesanato, destinando-se à circulação externa e ao mercado.

Sustentei, com base na bibliografia indicada, que o “paradoxo” entre tais propostas e as distintas noções de pessoa que nelas se constroem é apenas aparente, na medida em que ambas constituem contrapartes de uma mesma tensão cosmológica característica do pensamento ocidental moderno, constituída entre a noção de um indivíduo “senhor-de-si”, livre, igual e responsável, típica do ideário democrático, e uma noção de “desposseção subjetiva”, presente no romantismo e posteriormente na psicanálise. Nesse sentido, busquei compreender por que Nise da Silveira é frequentemente considerada a pioneira da luta antimanicomial no Brasil, a despeito de seu projeto médico-científico preceder em décadas a reforma psiquiátrica e apesar de sua orientação psicológica parecer à primeira vista distanciar-se da luta político-jurídica. Em suma, a hipótese defendida pela dissertação foi que as noções de inconsciente e cidadania mais se retroalimentam que se eliminam no curso dos debates da reforma psiquiátrica, incluindo sua dimensão que põe em relação a arte e a loucura.

Enquanto escrevia o trabalho, o deslocamento de meu interesse em direção às pesquisas antropológicas sobre os temas do corpo, da pessoa, da saúde e da doença tornava-se evidente, principalmente por conta das novas leituras e das questões que o próprio campo me impunha. No final de 2012, um curso sobre antropologia da natureza com o professor Luiz Fernando Dias Duarte, ministrado no Museu Nacional em parceria com a professora Gláucia Oliveira da Silva, foi decisivo para consolidar meus rumos teóricos. Em seguida a esse período, já em 2013, prestei o exame de seleção para o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, onde praticamente toda a bibliografia por mim utilizada havia sido produzida. Com a aprovação e o acolhimento do professor, a partir de 2014 passei a dar continuidade ao tema e ao projeto já desenvolvido desde o mestrado, desta vez no âmbito do Núcleo de Estudos das Sociedades Complexas – NEsCOM.

A primeira inquietação surgida durante o período de doutorado consistiu em preencher as lacunas deixadas pela investigação anterior. O foco exclusivo no Museu de Imagens do Inconsciente havia deixado em segundo plano outros projetos inspirados no trabalho de Nise da Silveira. Além do Engenho de Dentro, havia conferido pouca atenção a outra importante e clássica referência para a construção de seu projeto médico-científico. Trata-se da Casa das Palmeiras, uma instituição de reabilitação mental de assistência extra-hospitalar, fundada por Nise da Silveira em 1956. O lugar,

inicialmente fundado em uma escola na Tijuca, é atualmente mantido por doações, sobrevivendo em um antigo sobrado no bairro de Botafogo através da oferta de atividades de expressão, grupos de estudos, palestras e eventos, sob a coordenação de alguns ex-discípulos da psiquiatra.

Ademais, no próprio complexo psiquiátrico da zona norte carioca, também chamou-me a atenção o mais recentemente inaugurado Hotel da Loucura, uma ocupação artística situada no âmbito de dois andares desativados da antiga enfermaria do hospital psiquiátrico do Engenho de Dentro, a poucos metros do museu onde havia desenvolvido minha pesquisa de mestrado. Criado em 2012 no seio do Núcleo de Cultura, Ciência e Saúde da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro, o projeto funcionava como uma política pública através da oferta de uma série de práticas, tais como oficinas de teatro, música e expressão, além de saraus, exposições, exibições de filmes e cursos livres de psiquiatria e psicopatologia, contando com a participação ativa de pacientes psiquiátricos (ou melhor, clientes e atores) em sua manutenção. Desde sua inauguração, o Instituto Nise, que além do MII, já abrigava outros pólos de cultura, como o bloco carnavalesco Loucura Suburbana, o centro terapêutico Espaço Aberto ao Tempo e o centro de convivência Trilhos do Engenho, passou a se revitalizar. O HL começou a trazer artistas e militantes de todo o país através da promoção de eventos anuais, como o *Ocupa Nise*, oferecendo inclusive alojamento em suas dependências. Uma novíssima geração de pessoas comprometidas com as propostas da médica alagoana se desenrolava ali.

Aos poucos, passei a fazer visitas pontuais a esses distintos espaços que, ao mesmo tempo que extrapolavam o Museu de Imagens do Inconsciente, se enredavam com este por um elo vital, definido pela referência ao nome de Nise da Silveira, à sua trajetória e a seus ensinamentos. Estar nesses territórios, que funcionam vigorosamente no século vigente, me deu a sensação de que tudo se passa como se a psiquiatra alagoana permanecesse absolutamente viva. Através das imagens e narrativas que neles se desenrolavam, o passado vivia através do presente e, retroativamente, os dias de hoje se desdobravam no pretérito. Nesse processo, envolviam-se tanto os ex-colaboradores vivos da médica alagoana, considerados os herdeiros diretos de seu legado, quanto seus mais jovens seguidores, destinados a levar adiante suas ideias e, em certa medida, recriá-las. Essa observação despertou o interesse de entender as atuais condições de existência de um mundo de relações que existia sob a égide da vida e da obra de Nise da

Silveira; e, simultaneamente, de dedicar-se a um interesse histórico mais substancial, voltado a perscrutar os processos através dos quais este pôde se constituir.

Foi nesse sentido que se conduziu a pesquisa original de doutorado. Já não estava, como no mestrado, tratando somente do funcionamento de uma instituição específica, mas estudando um conjunto heterogêneo de atores, instituições e materialidades que conformavam um acontecimento mais amplo. Tratava-se do surgimento, da variação e da multiplicação de uma trama de pessoas e coisas surgidas principalmente na capital fluminense a partir da década de 1940, que perdurava até a atualidade, após a própria morte da médica. Chamei essa trama de *o Mundo Nise*, e interessei-me pelo estudo, no seio desta, de um conjunto de teorias, práticas e políticas, isto é, de uma espécie de saber compartilhado, que chamei, inspirado em um projeto já visado pela própria Nise da Silveira, de *psiquiatria rebelde*.

As vias e os meios

Para dar conta desses desdobramentos, foi preciso apostar em um método capaz de dar conta de um campo que se distribui e se dispersa no espaço e no tempo, oscilando entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos, no limiar de situações de pesquisa que podem contar com a participação física do autor e de acontecimentos que só podem ser conhecidos através de memórias e documentos. O famoso “trabalho de campo” antropológico, costumeiramente restrito a territórios muito específicos e limitado a relatar as experiências de um suposto presente vivido, ganhando forma na chamada “observação participante”, teve que ser ao mesmo tempo mantido e ampliado nesta configuração, sobretudo em busca de um modelo de pesquisa que pudesse colocar em diálogo antropologia e história, conjugando observação participante e pesquisa em arquivos, uso de fontes orais e escritas, realização de entrevistas e revisão bibliográfica, formando conjuntamente o corpo da etnografia.

O trabalho de campo foi realizado principalmente a partir das instituições que funcionam como territórios de continuidade e de memória do projeto da médica. Como ficará claro ao longo desta tese, o campo aqui investigado não se resume às suas instituições. Entretanto, é nelas que encontra seu adensamento mais visível e seus atores mais importantes, e é em grande medida delas que extrai sua capacidade de existência. Este fato se intensificou ainda mais depois da morte de Nise da Silveira, quando atividades antes extra-institucionais, tais como grupo de estudos C. G. Jung, outrora realizado na residência de Nise, foram incorporadas por esses espaços. Assim,

frequentar essas entidades, que condensam de forma privilegiada o legado da psiquiatra alagoana, revelou-se fundamental.

Duas destas encontram-se no atual Instituto Municipal Nise da Silveira, no Engenho de Dentro. Em primeiro lugar, destaque-se o próprio Museu de Imagens do Inconsciente, que já vinha sendo investigado desde 2012, no período do mestrado. Nesta fase, havia sido recebido principalmente pela psicóloga e coordenadora de projetos, Gladys Schincariol e pela arteterapeuta Glória Chan. No doutorado, segui acompanhando suas exposições, seu ateliê e, com maior frequência, seu grupo de estudos, sobretudo no período que compreendeu os meses de fevereiro e setembro de 2015. Neste último mês, cheguei a apresentar meu próprio trabalho em uma das reuniões do grupo, com a recepção do diretor, Luiz Carlos Mello, que também contribuiu para a realização de uma pesquisa bibliográfica no acervo documental da instituição. Quanto ao mais recente Hotel da Loucura, comecei a frequentá-lo concomitantemente, participando regularmente de oficinas de teatro, saraus, exibição de filmes, ocupações e cursos de psiquiatria e psicopatologia. Neste âmbito, fui recebido pelo médico e ator Vitor Pordeus, que me deu pleno acesso ao projeto. Ademais, também acompanhei, durante o primeiro semestre ano de 2016, o grupo de estudos e as palestras da Casa das Palmeiras, no bairro de Botafogo, coordenadas por Martha Pires Ferreira. Eventualmente, foi realizado trabalho de campo fora das extensões desses ambientes, incluindo lançamento de livros (caso de *Caminhos de uma psiquiatra rebelde*, de Luiz Carlos Mello) e de debates sobre filmes relacionados à temática (a exemplo de *Nise – O Coração da Loucura*, de Roberto Berliner)⁹.

A partir do trabalho de campo, a pesquisa passou a incluir o estudo das materialidades relacionadas à construção do Mundo Nise. Trata-se, basicamente, da busca de fontes bibliográficas e audiovisuais: livros, capítulos, artigos, revistas, catálogos, filmes, entrevistas, pesquisas acadêmicas e reportagens, distribuídos dentro e fora das referidas instituições, em livrarias, sebos, bibliotecas e arquivos públicos, físicos ou virtuais. Tornei-me uma espécie de colecionador de materiais relacionados à temática de investigação. Se este conteúdo não compreende a totalidade de documentos

⁹ Deve-se ressaltar ainda que o recorte da pesquisa atendeu à geografia da cidade do Rio de Janeiro, terra natal não de Nise, que era maceioense, mas do Mundo Nise, tal como constituído a partir de sua atividade no Engenho de Dentro em meados de 1940. Fora desta cidade, seria importante citar o Instituto C. G. Jung, na Suíça, embora este tenha sido mais um espaço de formação da médica que uma instituição destinada a levar a cabo suas propostas. A referência a este estabelecimento se encontra presente no trabalho. Além deste, é possível encontrar algumas instituições inspiradas à distância no trabalho Nise da Silveira, tanto no Brasil quanto na Europa, que poderão se alvo de investigação de trabalhos futuros. Ver Mello (2014) para uma lista significativa.

referente ao projeto médico-científico de Nise da Silveira, corresponde, no mínimo, a uma boa parte, mais que suficiente para os fins desta investigação¹⁰. Ademais, vale ressaltar que o objetivo, aqui, não foi o de tomá-los como simples “documentos” mortos, portadores de alguma verdade cristalizada, mas como materialidades constituintes do campo, operando simultaneamente como meios e efeitos de suas relações. Isto corresponde a uma perspectiva propriamente etnográfica sobre documentos e arquivos, como propõe por distintas vias uma série de autores (Catela, 2002; Cunha, 2004; Giumbelli, 2002; Vianna, 2014; Schwarcz, 2005; etc):

O primeiro passo foi investigar a própria obra de autoria da médica. Não foi uma tarefa fácil. Em 2014, quando ingressei no doutorado, a maioria de seus livros encontrava-se esgotada, sendo ocasionalmente alvo de altos preços da parte de vendedores, na condição de raridades. A única exceção era *Jung: Vida e Obra* (1968), pequeno livro introdutório sobre o pensamento do junguiano, carinhosamente conhecido como *junguinho*, que foi reeditado à exaustão pelas editoras José Alvaro e Paz e Terra, sendo portanto facilmente encontrado em sebos. Três dos principais livros de Nise da Silveira, *Imagens do Inconsciente* (1981), *O Mundo das Imagens* (1992) e *Cartas a Spinoza* (1995) estavam simplesmente indisponíveis¹¹. Por esse motivo, tive que trabalhar, por muito tempo, com fotocópias feitas a partir dos originais, acessíveis para consulta na Biblioteca do IPUB – Instituto de Psiquiatria da UFRJ. Outras obras, menos destacadas, mas não menos importantes, puderam ser adquiridas graças ao sebo *online* Estante Virtual. Trata-se de uma página da *internet* conectada a vendedores de livros de todo o país. Foi o caso de *Gatos: a emoção de lidar* (1998) e da coletânea *Artaud: A Nostalgia do Mais* (1989), organizada por Marco Lucchesi, em co-autoria com Nise da Silveira, Rubens Corrêa e Milton Freire. Raridades como *Terapêutica Ocupacional: Teoria e Prática* (1979) – que compila em um livro os primeiros relatórios publicados por Nise da Silveira sobre seu trabalho no Engenho de Dentro – e *Casa das Palmeiras* (1986) só puderam ser consultadas na Biblioteca Nise da Silveira, no MII, onde pude digitalizá-las no formato fotográfico. Por fim, é preciso sublinhar a importância da compilação *Senhora das imagens internas: escritos dispersos de Nise da Silveira*

¹⁰ O leitor interessado em um inventário completo da obra de Nise da Silveira poderá recorrer a Mello (2014) e, complementarmente, a Gullar (1996).

¹¹ Destaque-se que, somente em 2015, o livro *Imagens do Inconsciente* foi finalmente reeditado pela Editora Vozes.

(2008), organizada por Martha Pires Ferreira, que consiste na reunião e transcrição de uma série de trabalhos raros de Nise da Silveira, poupando grande parte desta labuta.

Ainda na categoria dos livros, tornou-se imperativa a procura não somente da bibliografia assinada por Nise da Silveira, mas também daquela constituída sobre e através dela, seja de cunho biográfico, literário, científico ou na interseção entre estes. Se comparada à fortuna crítica de outros intelectuais, não se trata de uma bibliografia particularmente extensa. O caso mais fundamental a esse propósito foi a publicação da biografia ilustrada *Nise da Silveira: caminhos de uma psiquiatra rebelde*, do diretor do Museu de Imagens do Inconsciente, Luiz Carlos Mello (2014). Esta obra monumental se tornou uma espécie de guia de fontes para a tese, na medida em que cumpriu o trabalho de organizar e visibilizar – embora de modo inarredavelmente seletivo – parte de um imenso material antes inacessível ao público. Em seguida, é preciso citar a também recente biografia *Nise – Arqueóloga dos Mares*, do jornalista Bernardo Carneiro Horta (2008), baseadas nas anotações pessoais do autor sobre sua frequência no grupo de estudos, durante as décadas de 1980 e 1990. Ainda nessa linha, mas em uma vertente mais acadêmica e próxima desta tese, há o livro *Nise da Silveira*, do psicólogo, pesquisador e professor da UFSJ Walter Melo (2001), o qual também travou contato pessoal com a figura a qual dedicou o livro, integrando o volume 4 da coleção *Pioneiros da Psicologia Brasileira*. Já o mais clássico *Nise da Silveira: uma psiquiatra rebelde*, do poeta e crítico de arte Ferreira Gullar (1996), conta com uma introdução do autor, que colaborou com a psiquiatra, além de uma entrevista, percorrendo quase toda sua trajetória, e da transcrição de alguns de seus textos. Cite-se ainda o ensaio literário *A Trinca do Curvelo*, de Élvia Bezerra (1995), que trata conjuntamente de Manuel Bandeira, Ribeiro Couto e Nise da Silveira; *A História de Beta*, de Albertina Borges da Rocha (2002), que revela a relação pessoal da paciente com Nise da Silveira; e *Viagem a Florença: Cartas de Nise da Silveira a Marco Lucchesi*, que inclui uma seleção das correspondências entre a psiquiatra e o literato ítalo-brasileiro (Lucchesi, 2005). Finalmente, outros trabalhos surgiram de pesquisadores que, como eu, não conheceram Nise da Silveira em seu tempo de vida, mas que se interessaram pelo seu trabalho. É o caso de *Nise da Silveira – Memória do Saber*, do terapeuta ocupacional e professor da UFRJ José Otavio Motta Pompeu e Silva (2013), que também investigou as relações entre Nise da Silveira e Almir Mavignier no meio acadêmico.

Uma segunda categoria de materialidades inclui os artigos, tanto os de autoria de Nise da Silveira quanto aqueles escritos por seus colaboradores e discípulos, publicados

em periódicos científicos e, ocasionalmente, revistas e jornais. Seus primeiros e mais raros trabalhos, publicados no período que compreende seus dez primeiros anos de atividade no Engenho de Dentro, puderam ser encontrados graças à pesquisa na Biblioteca Nacional. Destacam-se, desta lista, o artigos “Estado mental dos afásicos” (Silveira, 1944), “Considerações teóricas sobre ocupação terapêutica” (Silveira, 1952) e “Contribuição aos estudos dos efeitos da leucotomia sobre a atividade criadora” (Silveira, 1955), todos publicados na *Revista de Medicina, Cirurgia e Farmácia*; além do artigo “Conceito clínico da série wilsoniana” (1945), escrito em co-autoria com seu orientador, Antônio Austregésilo, e publicado na revista *Cultura Médica*. Nesta linha, de fundamental importância foi a pesquisa dos artigos publicados nas seis edições da revista *Quaternio*, publicação do grupo de estudos C. G. Jung, entre 1965 e 2001 (GRUPO DE ESTUDOS C. G. JUNG, 1965; 1970; 1973; 1989; 1996; 2001). A última edição dessa revista, em especial, faz uma homenagem *post-mortem* a Nise da Silveira, contando com mais de setenta depoimentos de personagens que se vincularam a seu trabalho, parte dos quais é evocada neste trabalho. A totalidade desse material pôde ser encontrada apenas na Biblioteca Nise da Silveira, graças à ajuda de Luiz Carlos Mello, que me permitiu seu registro fotográfico.

A terceira série se definiu pela busca de entrevistas realizadas com a médica e seus pares. O livro *Nise da Silveira*, parte da coleção “Encontros”, da Azougue Editorial, consiste em uma importantíssima compilação nesse sentido. Organizado por Luiz Carlos Mello (2009), reúne, além de artigos dispersos de Nise da Silveira, entrevistas publicadas em revistas como *Rádice* [1976-1977], *Bric a Brac* [1977], *Ano Zero* [1991], *Terapia Ocupacional* [1992], *Rio Artes* [1993; 1995], além de jornais como *O Estado de São Paulo* [1987]. No arquivo do CPDOC/FGV, pode-se consultar na íntegra a importante entrevista concedida a Dulce Pandolfi, em 1992, também disponível online. Deu-se preferência, aqui, à utilização de uma versão resumida do texto apresentado pela pesquisadora na mesa redonda “Eixo Político” do congresso Centenário Nise da Silveira, realizado na UERJ em 2004, republicada na *Revista Piauí* (Silveira [1992] 2014). Demais entrevistas disponíveis virtualmente, em jornais e revistas, também são usadas como fontes. No final da pesquisa, senti falta de realizar minhas próprias conversas com alguns personagens do Mundo Nise, sobretudo no intuito de aprofundar alguns casos cujas trajetórias eram marcadamente independentes às instituições niseanas, a despeito de sua importância. Foi o caso do professor de literatura da UFRJ e membro da Academia Brasileira de Letras Marco Lucchesi e do

jornalista e biógrafo Bernardo Carneiro Horta. Também realizei uma entrevista com a coordenadora do grupo de estudos da Casa das Palmeiras, Martha Pires Ferreira, cujo rico conhecimento me permitiu sanar algumas incertezas quanto à organização dos dados da tese. Por fim, cheguei a me corresponder, *via e-mail*, com Almir Mavignier, que reside atualmente na Alemanha. Essas conversas apresentam um caráter complementar no corpo dessa pesquisa, sendo chamadas de *interlúdios*, com irrupção ocasional ao longo dos capítulos.

A quarta série de materialidades que interessa à pesquisa inclui os catálogos de das principais exposições que atravessaram a trajetória de Nise da Silveira e suas continuidades. É o caso de *Museu de Imagens do Inconsciente* (FUNARTE, 1980), publicado pela Funarte em 1980, como parte da Coleção Museus Brasileiros, contando com importantes textos do crítico de arte Mario Pedrosa; o módulo “Imagens do Inconsciente” da *Mostra do Redescobrimento* (BRASIL+500, 2000), realizada no Paço Imperial; e a exibição *Raphael e Emygdio: dois modernos no Engenho de Dentro* (IMS, 2012), realizada no Instituto Moreira Salles, cujos catálogos também são objeto de estudo. Ocasionalmente, conteúdos museográficos virtuais ou etnografados presencialmente também são chamados à atenção.

A quinta série documental constitui-se por material audiovisual. Durante o curso da investigação, foram lançados os filmes *Olhar de Nise*, de Jorge Oliveira (2015), e *Nise – O Coração da Loucura*, de Roberto Berliner (2016). Por fim, faz parte do material aqui analisado a trilogia *Imagens do Inconsciente*, realizada por Leon Hirzman emntre 1983 e 1986, sendo posteriormente reeditada no DVD (2015). Também é feita referência a um documentário sobre Jung, realizado pela BBC de Londres (1959), assim como outro, sobre Nise da Silveira, pela Rede Globo (1990).

Em sexto lugar, chama-se a atenção para as – poucas – teses e dissertações assinadas por integrantes do Mundo Nise e dedicadas ao estudo dos ensinamentos da médica, entre as quais se destacam aqui as de Cruz Junior (2009; 2015) e Walter Melo (2015), assim como as de Pompeu e Silva (2006, 2011), embora este não tenha travado contato direto com a psiquiatra. Destaque-se também a própria tese de Nise da Silveira (1926), citada nesta tese através do estudo de Rinaldi (2015).

Finalmente, esta pesquisa também faz uso de reportagens divulgadas concomitantemente ao período de sua realização, publicadas em jornais impressos e virtuais diversos, tais como *O Globo* (Brunet, 2015; Miranda, 2017)), *Huff Post Brasil* (Veloso, 2017), *DO R7* (2017), *BBC* (Tavener, 2017), *Tribuna de Minas* (2016) etc.

Todo esse material, êmico ao campo, se encontra inventariado de forma mais completa ao final desta tese, em um *Índex de Fontes*, separadamente ao conjunto de referências bibliográficas regulares, seguindo a categorização antecedente: 1) Livros e capítulos; 2) artigos em revistas e jornais; artigos em periódicos científicos regulares; 3) entrevistas; 4) catálogos; 5) audiovisuais; 6) teses e dissertações; 7) reportagens. Sua citação ao longo do trabalho busca demarcar a data original de publicação, entre colchetes, e a data da (re)publicação utilizada, entre parênteses. Quando há coincidência entre ambas as datas, apenas os parênteses são usados. Todas as fontes citadas foram diretamente consultadas, à exceção das que aparecem acompanhadas da abreviação “apud.”, às quais se referem a obras alheias, devidamente referenciadas.

A partir da combinação desses procedimentos investigativos, dedicados à história e etnografia do Mundo Nise, pude criar o material necessário para um segundo empreendimento, englobado por este primeiro, o qual chamei de *genealogia*.

Argumento

Entende-se, por genealogia, um tipo de investigação que, no caminho aberto por autores como Nietzsche (1998) e Foucault (1986), examina os acontecimentos enquanto agenciamentos de forças heterogêneas e contingentes, suspendendo a busca de sua origem, essência ou finalidade pré-estabelecidas. Analisar o surgimento dos saberes a partir desta perspectiva significa reconhecer seu caráter múltiplo e descontínuo, valendo-se para tanto de fontes variadas. Ao contrário de uma história da ciência assentada no pressupostos de progresso, verdade, neutralidade e totalidade, a genealogia parte em busca dos jogos e estratégias que colocam em evidência a relação entre o saber e o poder, reconhecendo, por meio de uma abordagem indutiva, sua vocação de enfrentamento. Como sugere Foucault, o método genealógico inclui o ímpeto de libertar da sujeição os saberes históricos inscritos em uma hierarquia de poderes própria à ciência, tornando-os capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico.

Não obstante, deve-se alertar que o método genealógico, tal como concebido por estes autores, é seguido apenas parcialmente aqui, sendo transmutado em uma perspectiva própria. Retém-se mais seu ímpeto de ativação dos saberes desprestigiados, sua recusa aos dualismos entre verdade e erro e sua atenção às práticas do que seu descarte obtuso de noções como continuidade e tradição. Foucault, na boa intenção de evitar as sínteses fabricadas do evolucionismo, e subscrevendo um empirismo radical,

afirma que “*É preciso (...) rejeitar as formas e forças obscuras pelas quais se tem o hábito de ligar entre si os pensamentos dos homens e seus discursos: aceitar ter relação apenas, em primeira instância, com uma população de acontecimentos dispersos*” (Foucault, 1971, p. 88). Ora, embora esta colocação não deixe de fundamentar os procedimentos desta tese, esta também trata de incluir seus sentidos contrários. Pois tão fundamental como analisar os discursos tal como eles sempre apresentam, é chamar a atenção para as articulações diretas e indiretas entre os pensamentos, no caso em questão, entre aquele delineado na psiquiatria rebelde e na história filosófica, antropológica e biomédica do Ocidente.

Em um curioso momento de racionalismo – ao mesmo tempo que, paradoxalmente, o combatendo – o que motiva Foucault a se desvencilhar do que se poderia chamar de continuísmo histórico é justamente seu possível caráter mágico, isto é, aquele que postula amálgamas ocultas e secretas por vias tortuosas do pensamento, mais mágicas do que substanciais. Ora, não seria absurdo afirmar que a genealogia que se persegue aqui é assumida e francamente mágica: uma precária genealogia dos jogos de semelhanças, das ações escondidas, dos espelhos e nexos invisíveis que se perdem de vista na infinita cadeia do pensamento.

Nesse sentido, se aproxima de Georges Gusdorf que, também em uma postura anti-positivista, mas sem recusar por completo uma história ampliada, afirma: “*Uma história sem pressuposto dogmático, atenta a iluminar o devir do pensamento dos homens, atesta um retorno de certas ideias e representações, tanto predominantes, quanto mais ocultas, dentro de uma penumbra onde elas esperam a ocasião de retornar com força para tomar o comando do conhecimento instituído*” (Gusdorf, 1982, p. 325, tradução minha)¹².

Transformações cosmológicas

A genealogia da psiquiatria rebelde é aqui realizada sobretudo a partir do atravessamento de dois aspectos complementares. O primeiro, que poderia ser chamado *cosmológico*, preocupa-se com o modo através do qual esta buscou redefinir, através de suas teorias, práticas e políticas, as relações entre o corpo, a pessoa, a saúde, a doença, a natureza e a cultura, configurando uma ontologia própria, em permanente tensão com a linha mestra da medicina ocidental. A bibliografia que interessa a esta reflexão abriga

¹² Todas as traduções realizadas nesta tese, quando referentes a trabalhos em seu idioma original, são de minha autoria.

uma série diversa de autores preocupados com o surgimento do naturalismo moderno e, particularmente, com o comprometimento deste com o saber médico que veio a se tornar hegemônico nas sociedades ocidentais. Inclui-se, nessa discussão, uma essencial atenção às controvérsias históricas e resistências geradas por esse processo, que ganham forma particular na tensão entre o mecanicismo e o vitalismo, ou ainda, mais amplamente, entre o iluminismo e o romantismo.

Trata-se de uma problemática presente em uma vasta bibliografia, que se volta para a emergência do pensamento científico moderno, ocorrida na Europa ocidental entre os séculos XVI e XVII. Alexandre Koyré (2006) descreve a quebra da concepção cosmológica de um mundo fechado, predominante da era helênica ao renascimento, para a abertura de um universo infinito, passível de depuração e controle por intermédio da razão. A astronomia, ancorada na matemática e na física, despontava então como a nova ciência da natureza, servindo de principal vetor a esse fenômeno. Georges Gusdorf (1982), por sua vez, atenta para a transição da cosmologia antiga, de caráter vitalista e qualitativo, para um novo modelo de compreensão no qual a representação da realidade era inserida no modelo de um agregado de moléculas materiais combinadas segundo as leis do movimento. Para Paolo Rossi (2001), estavam aí as raízes do *mecanicismo*, cuja especificidade era a busca de leis universais e de modelos de explicação operantes por intermédio da introspecção abstração¹³.

Segundo esses autores, na cosmologia mecânica a natureza não era mais, como no mundo antigo, a manifestação de um princípio vivo, mas um sistema material descrito por uma rigidez matemática. O mesmo, destaque-se, passava a valer para a compreensão do humano. Se o universo tornava-se um relógio construído por um grande relojoeiro, também a pessoa passava a ser descrita segundo os cânones do funcionamento da máquina. Instituíam-se, então, a grande divisão entre pensamento e extensão que caracterizou a fisiologia cartesiana. A existência de leis universais garantia o primado da razão no entendimento do cosmos. Este, contudo, ainda era subsumido nas mãos perfeitas de um criador. O espírito experimental das ciências da natureza ainda aparecia incipiente nessa modalidade de pensamento.

A psicofisiologia de Descartes, tributária dessa agitação filosófica, merece especial atenção para os fins desta análise. Nesse filão da filosofia cartesiana, a única

¹³ Foram conhecidos protagonistas desse processo cientistas como Galileu Galilei [1473-1553], Nicolau Copérnico, [1564-1642], René Descartes [1596-1650] e Isaac Newton [1643-1727], ainda em um incipiente período de transição entre o pensamento religioso e o científico.

linha de demarcação entre os humanos e os outros seres seria a existência de uma alma racional responsável por conferir aos primeiros a capacidade de pensar e falar. Esta linha, não obstante, não excluiria a possibilidade de explicar suas vidas fisiológicas com referência à metáfora da máquina. Nesse sentido, se os animais eram somente máquinas, isto é, autômatos, os homens eram apenas máquinas um pouco mais peculiares, posto que animadas por uma alma racional. Em tal modelo, o vivente ou o orgânico nada tinha de específico em relação ao mecânico ou material. Era apenas a existência da alma (*res cogitans*) – criada por Deus (*res infinita*), mas descrita segundo os rígidos cânones mecanicistas – o que conferia singularidade ao funcionamento humano, em distinção ao seu corpo material (*res extensa*). Na glândula pineal, próxima ao cérebro, residiria sua localização, único ponto de contato com a matéria, controlando os movimentos que transformam pensamentos em ações e palavras. De acordo com Rossi, tal modelo “*abre o caminho ao mecanicismo biológico dos médicos-mecânicos e à progressiva substituição dos princípios vitais da tradição vitalista pelos métodos da química e da física*” (Rossi, 2001, p. 255).

Esse modelo só foi complexificado com a ascensão do empirismo ao longo do século XVIII, que passava a creditar mais marcadamente aos sentidos a fonte do conhecimento, consolidando a ciência experimental. O racionalismo mecanicista, de caráter idealista e metafísico, cedia espaço então para um racionalismo empírico e descritivo, operante sobretudo na articulação entre a biologia, a fisiologia e a medicina. Nesse processo, como descreveu Frances Yates (1995), o espírito humano deixava de ser o piedoso espectador das maravilhas de Deus para tornar-se o operador que busca extrair suas forças da ordem natural. Anunciava-se, pouco a pouco, a passagem de uma *scientia contemplativa* para uma *scientia activa et operativa*. O naturalismo passava a dedicar-se então à observação e classificação do seres vivos, atentando para suas características fixas e transformacionais. Uma nova ontologia do humano também surgia a partir de então. Philippe Descola (2005) descreve o *naturalismo* como a separação radical do humano em relação aos outros entes do cosmos, desprovidos de interioridade. Como demonstram Karl Figlio (1975) e George Rousseau (2004), no bojo de uma grande agitação acerca das teorias da percepção, a teoria da pessoa cartesiana era reformulada, e a glândula pineal, que antes era entendida como a sede da conexão entre corpo e alma, passava a ser substituída pelo cérebro e pelo sistema nervoso.

Foi sobretudo sob a égide dessa grande transformação cosmológica que a medicina moderna pôde se constituir no Ocidente, em contraste com a tradição médico-

filosófica prevalecente desde o período clássico, que amalgamava medicina, alquimia, magia e astrologia em um grande modelo explicativo¹⁴. Enovelou-se, portanto, no bojo de um amplo processo de racionalização, concomitante à universalização dos saberes e à especialização dos domínios, ancorado no mecanicismo, no naturalismo e no empirismo. A esse propósito, foi provavelmente Michel Foucault aquele que formulou as mais significativas contribuições. Em seu estudo sobre o nascimento da medicina clínica (Foucault, 2004), o autor apontou para uma mudança no olhar médico ocorrida sobretudo a partir do século XIX, na qual a observação da anatomia dos corpos passava a ganhar progressivo destaque na metodologia clínica. Nesse contexto, a recolocação dos princípios mecanicistas pela via do naturalismo e do empirismo pode ser chamada de *fisicalismo*, concepção ontológica universalista segundo a qual a corporalidade humana é dotada de uma lógica própria a ser desvendada, isto é, passível de ser depurada “*enquanto pura matéria que diz alguma coisa por si mesma*” (Duarte, 1999a, p. 26), e não mais como receptáculo da alma divina. No caso do saber médico, as consequências do fisicalismo se encontraram particularmente nas formas de classificar e intervir sobre as doenças, tornando o corpo uma realidade autoexplicativa, preponderante, e sobretudo, uma totalidade divisível em partes específicas.

Essa mudança também encontrou espaço de proliferação no campo da psiquiatria, que como demonstrado pelo mesmo autor, constituía a partir do Oitocentos a especialização médica dedicada a tratar os fenômenos que, outrora mesclados a outras sortes de indigência, passavam a ser considerados doenças mentais (Foucault, 1997). Instituições e mecanismos de vigilância eram então articulados em torno dos corpos portadores dessas enfermidades, restringindo sua circulação e submetendo-os à égide das categorias médicas. Se, inicialmente, o saber psiquiátrico apresentava um caráter ainda marcadamente moral, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, este estaria cada vez mais comprometido com o estudo e com a intervenção no aspecto físico-orgânico dos fenômenos mórbidos. Como demonstrado nesta tese, foi esse fisicalismo que fundamentou o surgimento de métodos de tratamento tais como eletroconvulsoterapia, lobotomia e coma insulínico, contra os quais Nise da Silveira se debateu tão veementemente na década de 1940, servindo de estopim para seu trabalho.

O projeto médico-científico de Nise da Silveira é, entre muitos, um exemplo formidável de como tal processo não se consolidou isento de enfrentamentos. Toda uma

¹⁴ Dito modelo baseava-se principalmente nas teorias humorais de Hipócrates [460-370 a.C] e de sua reformulação por Galeno [129 – 217 d.c.].

vasta tradição de saberes, dedicada à reafirmação da concepção vitalista do cosmos, vigorou no Ocidente desde os primórdios da chamada revolução científica, embora sempre na condição de anteparo¹⁵. Uma primeira configuração reativa à qual se deveria dar a devida atenção reside na passagem entre os séculos XVII e XVIII. Esta transformação diz respeito justamente a um profundo acento nos sentidos como fonte de conhecimento e de uma reformulação das abstrações mecanicistas, resvalante tanto para a já pontuada via da racionalidade biomédica, quanto, subsequentemente, para um fio notadamente romântico, ora sublinhado. George Rousseau (2004) chama esse período de profusão de pesquisas anatômicas e fisiológicas de *Era da Sensibilidade*, em que as sensações se tornavam a ponte entre a investigação filosófica e psicológica sobre a natureza da alma e do humano. Para o autor, o desdobramento das questões a propósito do sistema nervoso não restringiu-se ao âmbito científico, mas a todo um cenário cultural de sensibilidade, notável na burguesia e nas artes, particularmente na literatura sentimental inglesa, e subsequentemente no romantismo. Correspondia não só a uma maneira de conceber a anatomia humana, mas a atitudes culturais como o culto à melancolia e à hipocondria, a crença em uma maior delicadeza nervosa nas classes abastadas, bem como uma equação entre sensibilidade nervosa e capacidade imaginativa e artística.

No século XVIII, e sobretudo na cultura germânica, a controvérsia entre o iluminismo e o romantismo constituiu um ponto nevrálgico da oposição entre os princípios do racionalismo, do individualismo, do universalismo, do achatamento dos níveis e do afastamento do sensível atribuídos à revolução mecanicista – por um lado – e os princípios da vida, da totalidade, do fluxo, da experiência e da singularidade – por outro, dominando os campos da arte, da ciência e da filosofia (Duarte, 2004, 2006, 2012). No seio dos saberes românticos, promovia-se uma recusa radical ao mecanicismo da ciência experimental, resgatando a arte dos horóscopos, da alquimia e das ciências ocultas e herméticas em geral. Tratava-se da ambição de assumir novamente a ordem das simpatias e antipatias que garantia um vitalismo planetário, isto é, um cosmomorfismo em que o humano era solidário ao mundo por finalidades secretas e imanentes. Nessa leitura, que encontrou na *Naturphilosophie* sua expressão máxima, o universo assemelhava-se mais a um poema do que a uma máquina, sendo entendido como um todo vivente regido por uma ordem comum.

¹⁵ Entre os primeiros detratores do modelo cartesiano estiveram, por distintas vias, Leibniz [1646-1716] e Baruch de Spinoza [1632-1677].

No âmbito médico, o romantismo serviu ainda de vetor de difusão do vitalismo, enquanto contracorrente do mecanicismo (Reill, 2005). Desde os séculos XVII e XVIII, os sábios vitalistas foram os responsáveis pela crítica às teorias materialistas segundo as quais a vida pode ser entendida em termos de processos exclusivamente físico-químicos, sem levar em consideração a existência de fatores vitais, isto é, de princípios dinâmicos imateriais que regem os organismos vivos. No final do século XIX, a tensão entre esses modelos explicativos ainda encontrava particular repercussão, sobretudo a propósito das investigações acerca da morfogênese. Emergiam, então, explicações de entendimento holista para o desenvolvimento orgânico, em tensão com as teorias préformacionistas predominantes (Sheldrake, 1988).

Na virada entre os séculos XIX e XX, o surgimento da psicanálise e a descoberta do inconsciente, atribuídos a Sigmund Freud, podem ser apontados como outros fatos a acrescentar aos projetos de reação aos desenvolvimentos da medicina moderna e seus princípios dominantes (Duarte, 2013), embora permanecendo inarredavelmente comprometidos com o mesmo. Pode-se afirmar que o reparo psicanalítico foi ainda tímido no projeto freudiano. Apesar de sua disposição de levar a sério a loucura, evocando tanto a tradição crítica quanto a tradição trágica (Birman, 2010), não é nada opaco seu comprometimento com os modelos mecanicistas e sua expectativa de subsequente comprovação biológica para suas hipóteses. Entre as distintas vertentes do saber psicanalítico, foi sobretudo a psicologia analítica de Jung, maior inspiração de Nise da Silveira, aquela a reanimar mais radicalmente a ambição vitalista típica da cosmologia romântica e dos saberes ancestrais (Clarke, 1993; Shamdasani, 2003; Damião, 2011).

Sustenta-se aqui que foi a partir de um reavivamento criativo das preocupações vitalistas e românticas que o projeto médico-científico de Nise da Silveira pôde se constituir, em oposição ao fisicalismo predominante no saber médico até meados do século XX, herdeiro do mecanicismo e de sua reformulação empirista e naturalista. Sua proposta radica-se em uma espécie de ontologia monista, afirmando uma aproximação entre pares analíticos tais como corpo e alma, psique e matéria e, uma espécie de vitalismo, assumindo uma força vital imanente ao cosmos, postulando a homologia entre a psique e os organismos vivos no que diz respeito à sua capacidade de

regeneração¹⁶. Ao longo da tese, ficará evidente como a psiquiatria rebelde se caracteriza por uma predileção pelas tradições de pensamento ocidentais que impõem uma alternativa ao cartesianismo e seus desdobramentos materialistas na biomedicina e na psiquiatria. Entre estas, vale destacar a filosofia de Spinoza, a psicologia analítica de Carl Gustav Jung e o pensamento de Antonin Artaud. Esta predileção, ao mesmo tempo que serve de catalisadora das ideias de Nise da Silveira em produções culturais, contribui para manter seu baixo prestígio no âmbito médico-psicológico, impondo desafios de adaptação a seus continuadores.

A nova ordem biopolítica

Ainda, toda esta discussão ganha significação plena se integrada por um segundo aspecto analítico, caracterizado como *biopolítico*. Aqui, interessa-se por compreender como e até que ponto as propostas da psiquiatria rebelde são capazes de produzir desarticulações nos modos através dos quais as instituições e saberes psiquiátricos inscrevem, classificam e intervêm em corpos e populações específicos na articulação entre as ciências biomédicas, a indústria farmacêutica e o Estado. Essa consideração é desenvolvida sobretudo a partir de um conjunto de teóricos que, desde a década de 1990, têm reabilitado os estudos foucaultianos sobre a relação entre corpo, vida e poder, iluminando os ordenamentos desiguais de distribuição de reconhecimento político e os dispositivos de gestão da vida e da morte que se reorganizaram no Ocidente a partir do segundo pós-guerra.

Nos anos 1970, Michel Foucault (2009) apontou para uma importante mudança política ocorrida ao longo dos séculos XVII e XVIII, na qual o poder do soberano, típico do regime monárquico e caracterizado pelo direito de “*deixar viver*” e “*fazer morrer*”, passou gradativamente a ceder espaço para uma nova modalidade de exercício de poder, um poder sobre vida. Nessa nova configuração, emergiu, em primeiro lugar, um *poder disciplinar*, não mais centralizado na figura do rei, mas pulverizado nos corpos individuais através de técnicas e instituições multiplicadas por todo o corpo social, tais como fábricas, escolas, prisões e hospitais. A partir da segunda metade do

¹⁶ Devo agora justificar o uso do termo *ontologia* nesta pesquisa. Sua acepção é aqui delineada sobretudo em referência ao pensamento de Philippe Descola (2006), para quem a ontologia é um sistema de distribuição de propriedades para os entes do cosmos – sendo a cosmologia o produto dessa distribuição, na qual tais entes adquirem determinados tipos de relações. O modo pelo qual a noção é utilizada na teoria do autor em questão é particularmente rentável aqui, na medida em que atenta para a distribuição diferencial da interioridade e da fisicalidade para os seres, articulando portanto os temas do corpo, da pessoa e do cosmos.

setecentos, a disciplina passou a ser integrada pelo *biopoder*, operante mais explicitamente na escala das populações e das cidades. Seu funcionamento é observado sobretudo através de saberes tais como as ciências biomédicas, a demografia e o urbanismo em sua articulação a mecanismos estatais atentos à regulação da natalidade e da mortalidade das massas. Nessa configuração, o corpo adquire um lugar privilegiado, tornando-se alvo de vigilância, regulação e normalização, seja a nível individual, anatomo-político, ou coletivo, referente aos processos vitais da espécie humana¹⁷.

Esta pesquisa se propõe a recuperar esse eixo de indagações foucaultianas, partindo da perspectiva de que a história da psiquiatria é intrinsecamente marcada por seu envolvimento nas tramas da biopolítica, isto é, por um determinado modo de gestão dos corpos e das populações específico das sociedades ocidentais modernas e daquelas herdeiras de sua tradição. Por esse motivo, as instituições e saberes psiquiátricos, desde o seu surgimento, na passagem entre os séculos XVIII e XIX, passando por sua extensa difusão e reformulação, da metade do século XX até os dias de hoje, podem ser entendidas como verdadeiros laboratórios biopolíticos, em que se tensionam, incessantemente, o *fazer viver* e o *deixar morrer*, na justa medida em que se comprometem com a inscrição dos corpos que parecem escapar à inteligibilidade da pessoa humana sob a égide de um sistema que oscila entre a proteção e o abandono, entre a cura e a tortura, entre o reconhecimento e a negação.

Nesse regime, a *loucura* emerge – concomitantemente à *animalidade*, à *monstruosidade*, à *primitividade*, à *infância*, entre outras – como figura de alteridade a habitar um sombrio limiar entre a humanidade e não-humanidade, uma vez que tensiona os pressupostos de autonomia, responsabilidade e auto-controle que caracterizam a genealogia da noção de pessoa no Ocidente (Mauss, 2003b). Trata-se, por conseguinte, de um campo permanentemente assombrado pelas controvérsias em torno

¹⁷ Esta hipótese começa a se delinear mais explicitamente na conferência *O Nascimento da Medicina Social*, proferida na UERJ em 1974 (Foucault, 1986), quando o autor usa pela primeira vez o conceito de *biopolítica*, articulando-o ao problema do controle da sociedade sobre os indivíduos. O tema permanece mais ou menos implícito em outros importantes trabalhos produzidos pelo autor durante o período, como *Vigiar e Punir* (Foucault, [1975] 1999). Entretanto, volta a aparecer na aula de 17 de março de 1976 como parte do curso *Em Defesa da Sociedade* (Foucault, 2000), em que os fenômenos compostos da disciplina e da biopolítica já são plenamente descritos, sobretudo em articulação com o problema geral da guerra das raças e do racismo de Estado. Nesse texto, o pensador francês deixa entrever claramente como o biopoder não opera de forma monolítica, mas através de uma série de cesuras no contínuo biológico da espécie humana, progressivamente interiorizadas no meio social na forma de conflitos. Finalmente, no último capítulo de *A Vontade de Saber*, publicado em 1978 (Foucault, 2009), a questão encontra sua descrição mais arguta, sendo então entendida como concomitante ao processo mais amplo da emergência de um dispositivo de sexualidade e da explosão de saberes, discursos e intervenções em torno do mesmo.

do isolamento de determinados sujeitos do espaço social e da produção de classificações e intervenções em torno dos mesmos definidas em termos biomédicos, sob a tutela do Estado. A natureza dessa tensão ilumina constantes disputas em torno das questões relativas à violência institucional, ao higienismo e à eugenia, às violações de direitos humanos e à demanda por saúde e justiça.

Desde o diagnóstico original de Foucault sobre o biopoder, reabilitou-se toda uma extensa fortuna crítica que atravessa autores de distintas tradições da filosofia e das ciências sociais contemporâneas. Trata-se aqui de um conjunto heterogêneo de trabalhos, surgidos sobretudo a partir da década de 1990, dispostos à revisão dessa temática. De modo geral, buscou-se compreender as especificidades históricas da biopolítica nas sociedades ocidentais do segundo pós-guerra, no delicado momento que se sucedeu à eliminação intencional sem precedentes de milhares de vidas humanas da face da Terra. Nicolas Rose e Paul Rabinow (2006) destacam que, embora Foucault tenha deixado de lado seu projeto de esboçar uma genealogia do biopoder, mais de um quarto de século depois, a questão se encontra mais atual do que nunca, sobretudo no contexto que caracterizaria o limiar de um século biológico. Nesse sentido, sustentam que o conceito de biopoder deva designar um plano de atualidade que conjugue discursos de verdade, estratégias de intervenção e modos de subjetivação comprometidos com a afirmação do caráter “vital” dos seres humanos, incluindo a formação de novas coletividades em termos de “biossocialidade” e de práticas do self em termos “individualidade somática”.

Não obstante, a complexidade de pensar essa nova biopolítica reside justamente em uma certa ambiguidade que faz com que ela possa designar tanto mecanismos de dominação, vigilância e repressão quanto margens de ação e de resistência. Acrescenta-se a essa discussão um enigma não respondido por Foucault: *por que a biopolítica ameaça reverter-se em tanatopolítica?* Ou, dito de maneira mais extensa, *como resistir a um poder que, reclamando-se defensor dos corpos e populações, os sujeita a processos violentamente normalizadores, codificando-os sob o signo do capital e da produtividade, legitimando assim as violências e os genocídios mais atrozes?*

Este questionamento leva ao exame dos modos em que a biopolítica faz possível a distinção entre vidas politicamente relevantes e outras que não são dignas de reconhecimento, sendo passíveis de eliminação ou reduzidas a estados de ilegalidade, exceção e abandono. De modo geral, seu despertar contribuiu para uma re colocação do problema da biopolítica, desta vez tornando visíveis os modos excludentes através dos

quais esta estabelece práticas divisórias que, em virtude de raça, classe, etnia, gênero, sexualidade ou comportamento, definem hierarquias entre corpos e formas de vida. Em outras palavras, passou-se a iluminar a inscrição e classificação dos corpos sobre ordenamentos hierárquicos, assim como as economias da vida e da morte que produzem esses corpos, atribuindo-lhes lugares e sentidos em um mapa social. Esta reflexão se encontrou, a exemplo de interesse para esta pesquisa, na distinção entre *bios* e *zoé* resgatada por Giorgio Agamben (2004), na reflexão sobre os marcos de inteligibilidade de Judith Butler (2009), ou na genealogia do dispositivo da pessoa e no questionamento da possibilidade de uma biopolítica afirmativa delineada por Roberto Esposito (2006, 2011).

Nesse sentido, pergunta-se: *Qual é o deslocamento biopolítico proposto pelo projeto médico-científico de Nise da Silveira?* Se se assume, como propôs Gabriel Giorgi, que “*toda a distribuição de corpos e de vidas é política, e portanto, arbitrária, ambivalente, instável e reversível*” (Giorgi, 2014, p. 221), que operações críticas propostas na genealogia da psiquiatria rebelde são ou não capazes de desmontar os modos de governo dos corpos e populações categorizados como doentes mentais? Que outra forma de intervir sobre o vivente emerge a partir da recusa de eletrochoques, lobotomias, injeções de insulina e, mais contemporaneamente, da ponderação dos psicofármacos? Que outra articulação entre corpo, vida e poder é delineada na convocação do afetos e das atividades expressivas como mecanismos terapêuticos?

É a partir da integração do anteriormente suscitado problema cosmológico com essas questões biopolíticas que é possível chegar ao argumento sustentado por esta tese. Em um primeiro momento, o método Nise da Silveira parece dirigir-se à “humanização” da loucura, transferindo-a da *zoé* para a *bios*, do ininteligibilidade para o reconhecimento político, da estatuto de não-pessoa para o de pessoa. Simultaneamente, entretanto, verifica-se uma redefinição do próprio conceito de humanidade, que aparece, através de conceitos e métodos específicos, inseparável aos outros entes do cosmos, sejam eles animais, plantas ou materiais, configurando uma natureza una. Essa problemática já aparece em um curto e provocador trecho escrito pelo melhor aluno e maior biógrafo de Nise da Silveira, Luiz Carlos Mello, oferecendo estopim para um aprofundamento nesta tese. Ao final de sua obra, tratando do louvor da médica a Jung e Spinoza que, como ela, eram *apaixonados pela unidade*, ele diz: “*O respeito à singularidade de cada ser humano, coadunava-se, na filosofia de vida e na prática cotidiana de Nise, ao sentimento de unidade e à percepção da existência de uma teia invisível que nos une a*

todos e a tudo no Universo” (Mello, 2014, p. 296). É nessa direção, tomada aqui através da hipótese do *monismo vitalista*, que esta análise se move nas páginas seguintes. Neste movimento, torna-se nítida não tanto uma *humanitas* que se estende para a loucura através das atividades expressivas, mas a irrupção de uma natureza que, através destas, faz afirmar a unidade das coisas.

Arquitetura da tese

A primeira parte da tese, *Admirável Mundo Nise*, compreende quatro capítulos dedicados ao estudo da conformação do campo de investigação. O primeiro desses, *Cosmogonia*, pretende oferecer seu percurso geral, desde sua constituição na década de 1940 até falecimento da psiquiatra alagoana, em 1999, pondo em relevo os principais acontecimentos do período que coincide com seu tempo de vida, isto é, seu *ciclo carnal*. Em uma tentativa de interseção entre etnografia e biografia, busca-se demonstrar como uma extensa trama de relações foi se delineando a partir da atividade de Nise da Silveira no Engenho de Dentro, passando pela fundação do Museu de Imagens do Inconsciente, da Casa das Palmeiras e do grupo de estudos C. G. Jung.

O segundo capítulo, *Memória e Espectrologia*, concentra-se no estudo do Mundo Nise no período que sucede à morte da médica, procurando explicitar os principais atores, instituições e materialidades envolvidos na construção de sua memória, incluindo as alianças e conflitos entre os mesmos. Especial atenção é dedicada às atuais condições de existência do Museu de Imagens do Inconsciente, da Casa das Palmeiras e do mais recente Hotel da Loucura, assim como da crescente produção bibliográfica, artística e cultural (com destaque para o cinema) que evoca a trajetória da médica, constituindo a base do chamado *ciclo espectral*.

O terceiro capítulo, *Contracorrentes*, trata dos enfrentamentos travados pelo Mundo Nise em seus múltiplos aspectos – morais, científicos, e políticos –, desde seu surgimento até os últimos anos de vida da médica. Para tanto, busca situar a genealogia da psiquiatria rebelde tendo como pano de fundo a reação fisicalista na história da psiquiatria entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, assim como seu retorno com a rebiologização dos saberes ocorrida a partir da década de 1980. Tem-se como objetivo o entendimento dos deslocamentos propostos pelo projeto médico-científico de Nise da Silveira em relação ao regime de humanidade aqui analisado.

O quarto capítulo, *Escatologia*, consiste em um estudo etnográfico sobre as controvérsias em torno do uso de medicamentos psiquiátricos e de sua tensão em

relação ao método terapêutico preconizado por Nise da Silveira na atualidade. Para tanto, opera desde um trabalho de campo no atual hospital psiquiátrico do Engenho de Dentro, buscando entrever a concomitância entre a expansão da psicofarmacologia e os logros da reforma psiquiátrica brasileira.

A segunda parte da tese, *Elementos de Psiquiatria Rebelde*, compreende quatro capítulos adicionais, e consiste em um estudo genealógico sobre as teorias, práticas e políticas que conformam a psiquiatria rebelde. Assim, o quinto capítulo, *Imagens do Inconsciente*, descreve uso das atividades expressivas como pintura e modelagem enquanto método terapêutico, em tensão tanto com a psiquiatria fisicalista quanto com a psicanálise freudiana. Busca-se compreender em que medida as pinturas e esculturas produzidas pelos pacientes psiquiátricos do Engenho de Dentro tornaram-se alvo de controvérsias estéticas, científicas e museográficas, constituindo matéria prima de uma prática de colecionamento, circulando entre museus, galerias e congressos de psiquiatria.

O sexto capítulo, *Arqueologia da Psique*, aprofunda a descrição do método de leitura de imagens proposto por Nise da Silveira, em referência às noções compostas de arquétipos e de inconsciente coletivo caras à psicologia analítica. A partir da análise de publicações, trata-se do encontro pessoal de Nise e Jung, de seu período de estudos em Zurique e da fundação e manutenção do grupo de estudos C. G. Jung. A partir desse material, intenta-se expôr a comparação das obras produzidas pelos pacientes do Engenho de Dentro com material histórico, folclórico e mitológico, atentando para sua busca de uma base universal da psicologia humana. Com isso, pretende-se explorar as relações entre a antropologia e a psicologia analítica. Busca-se ainda expôr material etnográfico referente ao hodierno Mundo Nise, no qual avulta a teoria dos arquétipos, seja em palestras, publicações, estudos e práticas expressivas.

O sétimo capítulo, *O Afeto Catalisador*, se propõe a analisar a importância da noção de *afeto* para os integrantes do projeto médico-científico niseano. Para tanto, parte-se tanto de publicações a propósito do tema quanto de experiências de campo no atual Instituto Nise. Busca-se demonstrar como o afeto catalisador estrutura a aplicação das atividades expressivas na terapêutica de Nise da Silveira, questionando concepções predominantes sobre doença mental e se relacionando às recentes agitações em torno dos afetos na teoria social.

Finalmente, o oitavo capítulo, *Os Inumeráveis Estados do Ser*, se dedica a analisar a crítica da nosologia psiquiátrica, constitutiva da proposta de trabalho de Nise

da Silveira, a partir da noção de *inumeráveis estados do ser*, delineada em referência a Antonin Artaud. Busca-se compreender, a partir da leitura dos trabalhos da médica, em que medida se ensejou um entendimento da loucura enquanto travessia entre mundos, reformulando (diferente de *descartando*) a concepção de esquizofrenia. Busca-se igualmente descrever a refração de tal noção nas práticas de trabalho dos coletivos contemporâneos continuadores do projeto niseano, dando desta vez particular ênfase à experiência de pacientes em relação às capturas e classificações de suas vivências.

A tese é ainda sucedida por uma seção de anexos, na qual é disponibilizada ao leitor uma cronologia provisória do Mundo Nise, assim como um caderno de imagens fotográficas. Para preservar os direitos autorais concernentes às instituições niseanas, não foram utilizadas imagens de seus acervos. Estas, no entanto, podem ser facilmente encontradas pela via virtual ou pela referência à bibliografia citada nesta pesquisa.

Aspectos éticos

Por fim, com respeito aos aspectos éticos da pesquisa, devo incluir uma nota em relação à nomenclatura dos atores que a compõem. Optou-se por usar os nomes verdadeiros de sua ampla maioria, na medida em que constituem figuras públicas que se apresentam em eventos e bibliografias de livre acesso. Ademais, buscou-se seguir, com fidelidade etnográfica, as variações com as quais esses nomes aparecem. Dessa forma, Nise da Silveira é diversas vezes referida na tese simplesmente como *Nise*, a *Doutora*, a *psiquiatra rebelde*, na medida em que esta é a maneira através qual ela é comumente conhecida. O mesmo se aplica, de modo geral, aos demais personagens que habitam este texto.

Não obstante, uma exceção foi feita em relação aos usuários da rede de saúde mental que atualmente frequentam o Instituto Municipal Nise da Silveira. Levando em consideração que a pesquisa foi possibilitada desde seu início com base no acordo com a instituição (no caso em questão, inicialmente representada pelo MII) de manter o anonimato desses sujeitos, este será cumprido aqui, optando-se por nomes fictícios. Ocasionalmente, esta regra também é estendida para sua equipe técnica, sobretudo em situações de natureza clínica ou que suscitem eventos dramáticos. Quando isto ocorre, uma nota de rodapé é usada como indicativo.

A própria nomeação da condição desses sujeitos gera um impasse. Nise da Silveira chamava seus pacientes de *clientes*, ao passo que *usuário da rede de saúde mental* é o termo preferencial do movimento pela reforma psiquiátrica brasileira. Com

base na observação de suas interseções durante a pesquisa empírica, optou-se por usar as três expressões intercambiavelmente - *cliente*, *paciente* e *usuário* -, designando também a tensão e não-resolução dessas gramáticas.

A investigação foi registrada no CETAPE – o Centro de Estudos e Treinamento Paulo Elejalde do IMNS – depois de cadastrada na Plataforma Brasil e aprovada por Comitê de Ética em Pesquisa vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro¹⁸. Na medida em que não foram realizadas entrevistas regulares ou gravações com clientes, o uso do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi dispensado, com respaldo do referido comitê.

¹⁸ O projeto intitula-se “Nise da Silveira e a genealogia de uma psiquiatria rebelde no Brasil”, com número de cadastro CAAE 54861416.7.0000.5582.

PARTE I
ADMIRÁVEL MUNDO NISE

CAPÍTULO 1

COSMOGONIA

*" On heavenly ground they stood;
and from the shore
They viewed the vast immeasurable abyss
Outrageous as a sea, dark, wasteful, wild
Up from bottom turned by furious winds
And surging waves, as mountains to assault
Heaven's height, and with the centre mix the pole "*

(John Milton – *Paradise Lost*, ca. 1667)

Uma pessoa rebelde

Sexta-feira, 17 de Dezembro de 2014. No auditório de um conhecido centro cultural carioca, situado na região da Cinelândia, mais ou menos cem pessoas se reuniam para o lançamento do livro *Nise da Silveira – Caminhos de uma Psiquiatra Rebelde*, de Luiz Carlos Mello. Tratava-se de uma biografia ilustrada, construída a partir de uma extensa série de documentos, tais como fotografias, cartas, manuscritos, textos e entrevistas, em sua maioria parte do acervo pessoal da psiquiatra, recém contemplado pelo Programa Memória do Mundo da UNESCO com o título de Patrimônio Documental da Humanidade¹⁹. O autor havia sido o mais próximo aliado de Nise da Silveira em seu tempo de vida. Agora, depois de sua morte, consolidava-se como o mais importante divulgador de sua obra. O evento, marcado para as 18:00h, incluía em sua programação uma sessão de autógrafos e uma conversa com o autor. A mediação ficaria a cargo de Marco Lucchesi, professor titular de Literatura Comparada da UFRJ e membro da Academia Brasileira de Letras, e de Eurípedes Gomes da Cruz Junior, museólogo do Museu Nacional de Belas Artes, ambos também antigos parceiros da psiquiatra cuja vida constituía o tema da publicação.

Mesmo chegando à instituição apenas alguns minutos depois do horário marcado para a cerimônia, logo me deparei com um salão já lotado por uma entusiasmada plateia. Em sua composição, havia curiosos, artistas e intelectuais, muitos dos quais também amigos pessoais e colaboradores do biógrafo e da biografada. Havia também monitores e clientes do atual Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da

¹⁹ Criado em 1992, o Programa Memória do Mundo reconhece como Patrimônio da Humanidade documentos, arquivos e bibliotecas de grande valor internacional, nacional, e regional, inscrevendo-os em registros e conferindo-lhes certificados, como forma de preservar, difundir e dar acesso aos mesmos.

Silveira, com os quais eu já travara contato por conta de pesquisa prévia. Rostos conhecidos e desconhecidos se misturavam. Embora, à época, o próprio autor já me fosse familiar, o burburinho era grande e, através da porta, parecia que a entrada não seria mais possível e que o pequeno atraso seria uma realidade incontornável.

Por sorte, encontrei Rosário, uma funcionária da instituição com quem já havia tido contato em um antigo trabalho. Com o livro em mãos, perguntei a ela se não haveria nenhuma vaga disponível. “*Você sabe que a minha tese é sobre a Nise, né?*”, disse, lamentando não poder assistir a programação. “*Então você tem que entrar. Espera um só um pouquinho*”, respondeu, solidária. Graças a sua ajuda, logo depois de uma desistência, consegui uma vaga. E, sentado na última fileira, me sentindo um pouco incógnito entre aquelas tantas cabeças, pude espiar o que se passava.

Os mediadores deram início ao evento apresentando a obra, chamando a atenção para seu potencial de preenchimento de uma lastimável lacuna na bibliografia brasileira. De fato, se *Caminhos de uma Psiquiatra Rebelde* não era a primeira biografia a ser publicada sobre a trajetória de Nise da Silveira, parecia se consagrar como a mais completa e definitiva. Ademais, surgia em um contexto de esgotamento dos trabalhos da própria médica que, em sua maioria, só poderiam ser encontrados em bibliotecas ou sebos. Publicada pela Automática Edições, a obra em questão possuía 366 páginas repletas de imagens. Em sua bela capa dura, estampava-se, sobre um fundo negro, o semblante já idoso da psiquiatra em tons de branco e cinza. O nome *Nise da Silveira* se destacava, em grandes fontes, logo acima de sua douta figura. O nome do autor, *Luiz Carlos Mello*, aparecia discreto no cabeçalho. Mais conhecido como Lula, ele havia trabalhado 26 anos de sua vida com a personagem a que agora dedicava um livro, acompanhando-a desde os anos 1970 até seu falecimento, no ano de 1999, aos 96 anos de idade. Hoje, dava continuidade a seu trabalho no cargo de diretor do Museu de Imagens do Inconsciente.

Em um tom que mesclava simpatia e seriedade, o escritor, que explicava ter abandonado a faculdade de Engenharia e os planos de viver na Europa para estudar com Nise, se dedicou em sua fala a sublinhar as maiores motivações de seu livro. Para tanto, tratou de reconstruir a própria trajetória da prodigiosa mulher a quem chamava de psiquiatra rebelde: “*O livro se chama Caminhos de uma Psiquiatria Rebelde, e foi o título que ela deu, um ano antes de sua morte, porque ela se definia realmente como*

uma pessoa rebelde”²⁰. Lula fazia referência a alguns fatos ocorridos na década de 1930, quando a psiquiatra alagoana começou a trabalhar no Serviço de Assistência a Psicopatas e Profilaxia Mental do Hospício Nacional de Alienados, situado na Praia Vermelha, na zona sul do Rio de Janeiro. Continuava: *“E no livro, o fato que traz o nome do livro foi o seguinte. A doutora Nise foi presa em 1936, na ditadura Vargas. Ficou um ano e meio na cadeia e oito anos afastada do serviço público”*.

Em seguida, Lula se pôs a tratar de algumas transformações pelas quais a psiquiatria havia passado durante o período de exílio da psiquiatra, entre as décadas de 1930 a 1940. Explicava: *“Neste período surgiram o eletrochoque, o coma insulínico, a lobotomia. Tratamentos que atacavam o cérebro do indivíduo. Eu acho que a experiência da doutora Nise na prisão foi fundamental na volta dela depois desses oito anos, porque ela disse quando saiu da cadeia: ‘eu fiquei com mania de liberdade’. E se você comparar a arquitetura dos hospitais psiquiátricos com a arquitetura das prisões, não há diferença. É a mesma coisa. Então ela chegou já com o ímpeto de liberdade, de libertar essas pessoas que para a sociedade era o lixo e que para a ciência também era o lixo. Elas entravam naqueles hospitais e nunca mais saíam. Ela retoma o serviço em 1944, com a anistia, e o hospital do Engenho de Dentro, na zona norte do Rio de Janeiro, naquela época abrigava dois mil esquizofrênicos crônicos, todos tratados com séries de eletrochoque”*.

A marcada oposição a tais práticas médicas – consideradas, além de ineficazes, violentas e agressivas, muito semelhantes às torturas que Nise havia presenciado no cárcere – seria particularmente visível através de um caso exemplar. Clarificava Lula: *“Então tem essa cena famosa de um colega psiquiatra, isso abre um capítulo do livro, explicando o procedimento do eletrochoque. Preparou o doente, deu eletrochoque, pediu a vinda do próximo. Preparou o doente, pediu para a doutora Nise para abertar o botão. E ela disse: não aperto. Aí começou a rebelde. Aí ela vai procurar um outro caminho que não seja através da violência a essas pessoas. Ela vai procurar tratar essas pessoas através da terapêutica ocupacional, através das atividades, e que era desprezado na época. As pessoas achavam que aquilo era para destruir o doente, que não era para tratar”*.

As atividades às quais Lula fazia menção eram aquelas que Nise viria a desenvolver em parceria com o artista plástico Almir Mavignier, então um funcionário

²⁰ O registro da fala de Luiz Carlos Mello foi aqui facilitado por uma gravação disponibilizada pelo MII, complementando as notas de campo.

burocrático da instituição, incluindo em seu escopo a pintura e a modelagem como formas de tratamento em terapia ocupacional.

O conferencista dedicou o restante de sua fala a homenagear seus colaboradores e a traçar projetos futuros. Contudo, aqueles que se aventurassem nas páginas de seu livro poderiam perceber que a trajetória de Nise da Silveira estava longe de encerrar-se nos momentos suscitados em sua palestra. Naquele instante, não resistindo em folhear a obra, logo encontrei, ao seu fim, uma sessão dedicada à cronologia da vida da personagem biografada, acompanhada com uma sequência de fotos 3x4, que resumia a série de eventos mais marcantes de sua história. Estava ali o ano de 1952, quando os trabalhos criados em sua oficina de criação seriam reunidos no Museu de Imagens do Inconsciente, construído no seio do próprio do centro psiquiátrico do Engenho de Dentro. Estava ali o ano de 1956, quando a repercussão desse trabalho ensejaria ainda a fundação da Casa das Palmeiras, centro de acolhimento sem fins lucrativos pioneiro no atendimento a egressos de internações psiquiátricas. Estava ali o ano de 1957, quando Nise realizaria um estágio no C. G. Jung Institut, em Zurique, onde pôde conhecer o pai fundador da psicologia analítica e divulgar seu trabalho com os esquizofrênicos do Engenho de Dentro a nível internacional. Estava ali, também, 1975, quando Nise seria aposentada compulsoriamente, e 1999, ano de sua morte. O que a obra de Luiz Carlos Mello deixava entrever era uma trajetória que havia atravessado quase um século inteiro.

Ao ouvir as palavras de Lula se misturarem às páginas de seu livro, entre datas, imagens e fatos, sentia a vida de Nise da Silveira desdobrar-se e, em certo sentido, *manter-se viva*, mesmo após sua morte. O encantamento com o qual o autor descrevia seu trabalho se cristalizava em sua apoteótica frase de conclusão: *“E o trabalho dela ganhou o mundo. E aquelas pessoas que viviam no anonimato, muitas delas se tornaram artistas reconhecidos na história das artes visuais brasileiras”*.

Na hora, pensei que era esse *mundo*, afinal de contas, o objeto da minha tese. Parte dele estava ali, diante dos meus olhos, em cada pessoa que esgotava a capacidade de um auditório para conhecer a trajetória da psiquiatra que, para muitos, havia revolucionado os métodos de tratamento de seu tempo. Parte dele estava ali, em cada palavra proferida pelo autor do livro, e em cada acontecimento por ele evocado em sua narrativa. Parte dele estava ali, nas minhas próprias mãos, em cada página daquela fotobiografia e em todos os documentos e referências por ela acionado.

Entretanto, outra parte, certamente sua maior parte, me escapava naquele momento. Pois nenhum instante singular seria capaz de condensar todos os outros lugares, os outros tempos, as outras pessoas e as outras matérias implicadas na vida e na obra de Nise da Silveira. Seria necessário um empreendimento maior para conhecer os seus meandros, que não se resumiria a uma simples reprodução do trabalho de Luiz Carlos Mello ou a qualquer outra biografia ou hagiografia pré-existente. Antes, constituiria um estudo antropológico que, fazendo uso de fontes variadas, na *interseção* entre etnografia e biografia, trataria de apontar para a multiplicidade de relações engendradas com e através da trajetória da médica. Pois ela não só havia *ganhado o mundo*, como dizia Lula, mas *construído um mundo de pessoas, instituições e materialidades* ao longo de décadas. O *Mundo Nise*: estava delineado um campo de estudos.

Este capítulo se dedica a investigar a trajetória de Nise da Silveira atravessando a larga temporada que compreende seu nascimento e sua morte. Este desígnio, se coincide com a quase totalidade do século XX [1905-1999], encontra seu ponto nodal sobretudo a partir de meados da década de 1940, quando a psiquiatra começou a atuar no hospital psiquiátrico do Engenho de Dentro. Objetiva-se, portanto, explicitar as condições de surgimento de uma trama específica delineada a partir desse acontecimento, assim como seus múltiplos desdobramentos.

Embora fiel a uma ordem *cronológica*, necessária para a demonstração aqui empreendida e útil para a compreensão do leitor que desconheça previamente a temática, a aposta não se baseia em pressupostos de causalidade evolucionista e linear, isto é, em uma ordem propriamente *teleológica*. Diversamente, o que se busca reconhecer são alguns eixos transversais, de seleção inevitavelmente arbitrária, a partir dos quais, considera-se, tornou-se possível a configuração do *Mundo Nise*. São estes seis, sendo os dois primeiros seus antecedentes e os quatro últimos seus coincidentes: 1) os anos de formação de Nise da Silveira; 2) sua prisão e exílio; 3) sua relação com as artes visuais; 4) sua relação com a psicologia analítica; 5) sua aposentadoria; 6) seu envelhecimento e sua morte. Em seu conjunto, estes eixos compõem o que será chamado aqui de *ciclo carnal* do Mundo Nise, isto é, uma escala temporal que foi marcada pelos anos que contaram com a presença física da médica alagoana. Será

chamada *ciclo espectral* a escala subsequente (1999 –), a qual consiste no campo de estudos do capítulo seguinte, em complementaridade a este.

Para realizar essa tarefa, procura-se trabalhar com uma composição heterogênea de fontes, em sua maioria produzidas na condição de memórias²¹. Em seu alcance, se inclui um material coletado ao longo de anos de pesquisa, que inclui livros, artigos, entrevistas e depoimentos concedidos pela psiquiatra e pelos seus colaboradores, os quais se referem às suas atuações no campo em questão. As próprias biografias e textos biográficos, sobretudo aqueles assinados por atores que conviveram com Nise da Silveira, aparecem aqui como informantes²². Esses conteúdos, embora submetidos a um olhar que elucide seu lugar de enunciação e suas condições de existência, têm sua distinção considerada mais sob uma ótica de grau do que de natureza. Não se constituem como mais ou menos verdadeiros ou fictícios, mas como ferramentas relacionais, as quais se abrem a um tempo pretérito no qual o pesquisador não pôde transitar com seus próprios pés e experimentar com seus próprios sentidos. Nesta análise, essas fontes são ainda cruzadas por alguns *interlúdios* – conversas com alguns personagens vivos que atravessaram esse mundo que, em parte, já é um mundo dos mortos –, auxiliando, aqui e ali, a enriquecer etnograficamente seu corpo textual para além dos documentos já implicados e abrindo rota para o iminente ciclo espectral.

A partir desses materiais, a empreitada se inspira em uma abordagem específica das técnicas consolidadas nos manuais de pesquisa qualitativa sob a alcunha de “*histórias de vida*”, “*carreiras*” ou “*trajetórias*” (Guérios, 2011). Essa linha de estudos, destaque-se, surgiu nas ciências sociais primeiramente nos anos 1920, desenvolvendo-se sobretudo no âmbito da chamada Escola de Chicago, em que consistiu no uso de entrevistas de caráter biográfico destinadas, entre outros temas, ao estudo de mudanças sociais relativas a processos migratórios ou ao estudo de carreiras de indivíduos tidos como desviantes. Entretanto, a subsequente predominância de pesquisas enfocadas nas variáveis mais estruturais dos fenômenos sociais, em

²¹ Atenta-se aqui à compreensão dos modos efetivos em que a memória se apresenta, entendendo-a como um processo ativo de apreensão do passado e ordenamento – necessariamente valorativo e seletivo – dos eventos. Suspende-se, neste sentido, a comum oposição estabelecida entre as perspectivas positivistas – que preocupam-se com o estatuto de “verdade” ou de adequação aos “fatos” – e aquelas que, por outro lado, sob a égide do pós-modernismo, entendem a memória como mera “invenção” ou “ficção” do passado. Diversamente, o passado é aqui entendido enquanto *processo social*, em que opera a dupla dimensão das práticas e da interpretação, constituindo-se enquanto força modeladora do próprio presente (Visacovsky, 2002). Uma discussão mais detida sobre a problemática da memória pode ser encontrada no capítulo 2.

²² Nesse conjunto destaca-se, além da já referida fotobiografia de Mello (2014), Bezerra (1996), Melo (2001), Gullar (1996) e Horta (2008).

detrimento dos chamados “estudos de caso”, levou a um período de declínio dessa modalidade de investigação (Becker, 1994)²³. Na década de 1970, seria consolidado seu ressurgimento a partir de um notável deslocamento para a sociologia francesa, que se tornaria palco de um infindável debate sobre a *abordagem biográfica* nas histórias de vida (Bertaux, 1999). Mais uma vez, foram suscitadas controvérsias em torno da falta de rigor e da pouca cientificidade do método, que culminaram na famosa crítica de *ilusão biográfica* capitaneada por Pierre Bourdieu (1996)²⁴.

Recentes trabalhos dedicados ao estudo das relações entre etnografia e biografia têm conferido novos matizes a essa discussão, ampliando-a metodologicamente para além do uso de entrevistas, e partindo de um comprometimento com a crítica da resistente oposição entre indivíduo e sociedade, cerne dos debates antropológicos contemporâneos. Segundo a antropóloga Suely Kofes (2001; 2004; Kofes & Manica, 2015), de modo geral, o debate em torno das referidas abordagens metodológicas tendeu a se mover no bojo dessa oposição e, por derivação, entre outras, tais como *subjetivo* e *objetivo*, *particular* e *geral*, *idiográfico* e *nomotético*, seja partir da tentativa de submissão do estudo de sujeitos situados aos ditames do universalismo, da comparação e da generalização, seja desde sua redução a uma espécie de individualismo metodológico. No intuito de reformular esse diagnóstico, a autora propõe um modelo de análise capaz de dar conta de como os sujeitos são constituídos de relacionamentos, ao mesmo tempo os engendrando, isto é, levando em consideração sua multiplicidade constitutiva. Isto implica em criticar tanto os pressupostos de totalidade presentes em noções tais como “sociedade”, “cultura” e “estrutura”, quanto as concepções de estabilidade e identidade fixas e unitárias do ego. Na prática, significa que tomar um percurso particular como fio condutor através de um enfoque biográfico não implica

²³ Segundo Howard Becker, o método das histórias de vida surgiu sobretudo a partir da influência da psicologia social de Mead, encontrando repercussão nos trabalhos de Robert Park e Louis Wirth (Becker, 1994)²³. Pode-se encontrar na antropologia urbana de Gilberto Velho, surgida no Brasil por volta da década de 1970, mais um desdobramento dessa problemática original da Escola de Chicago, assim como nos próprios desenvolvimentos da sociologia do desvio e do interacionismo simbólico, com destaque para as obras do próprio Howard Becker e, além deste, Erving Goffman.

²⁴ A sociologia bourdieusiana, em particular, denunciou tanto o método como o objeto das histórias de vida, acusando-os de conceber a vida como uma série única e suficiente em si mesma, ensejando uma espécie de *ilusão biográfica*. Para tanto, propôs que estes fossem reformulados em estudos de *trajetórias*, capazes de explicitar a série de posições ocupadas por um mesmo agente em um campo que, ao mesmo tempo em devir, caracteriza-se por condições concretas de existência (Bourdieu, 1996). Posteriormente, essa posição seria criticada por Nathalie Heinich (2010), que enumera como problemas da abordagem bourdieusiana a indistinção entre biografia como material empírico e como método; a pressuposição de sua falsidade, decorrente de sua construção social; a desconsideração do esforço de coerência da parte do sujeito da enunciação; e um excesso explicativo, que deixaria em segundo plano o ímpeto de compreensão (em termos da *Verstehen* weberiana).

simplesmente na atenção à singularidade de um indivíduo, mas sim na iluminação da superposição de mundos sociais, tomadas não como incongruências sociológicas, mas como constitutivas de socialidade.

O antropólogo Marco Antonio Gonçalves (2012), por sua vez, propõe o termo *etnobiografia* para repensar a dualidade entre indivíduo e sociedade e, por consequência, entre *ação* e *estrutura*, estabelecida como antinomia fundacional nos modos de construção dos modelos e interpretações da realidade social. De acordo com sua proposta, o indivíduo deve ser pensado não como uma categoria fixa, mas como uma potência de relações entre sujeitos, incluindo, entre estas, a própria relação entre pesquisador e pesquisado. Essa leitura não opta por nenhum dos termos dos referidos antagonismos, mas opera a partir de uma terceira dimensão na qual a *persona-personagem* é constituída enquanto manifestação criativa, engendrada a partir de uma relação complexa de alteração com o outro, na qual se verifica uma indissociável junção entre vivido e pensado, dado e construído, prática e representação.

O que se faz presente no corpo teórico mobilizado por esses autores, consistindo na base do experimento aqui proposto, é uma certa *atitude*. Trata-se de conceber os acontecimentos a partir de suas conjunções e disjunções. Não se trata de desintegrar ou reduzir os fatos a uma total dispersão, mas sim de assumir que as unidades e totalidades se produzem a partir de articulações que são sempre provisórias e que não são meros reflexos determinados por entidades abstratas como a “sociedade”, a “economia” ou “espírito do tempo”. Segundo esta concepção, é na instabilidade dos fazeres e desfazerem, na multiplicidade das relações, que se encontram as questões relativas ao poder e aos sujeitos. Dessa forma, não se opta por nenhuma das polaridades dos dualismos aqui suscitados, mas, antes, as suspende.

Nos limites desta análise, tal aposta leva especificamente na direção de algumas obras filosóficas que caracterizam o chamado pós-estruturalismo, embora não se encerre neste²⁵. Michel Foucault, em especial, cumpriu um papel fundamental na concepção da

²⁵ Na sociologia alemã, pensadores tão seminais como Georg Simmel (1971) já propunham uma perspectiva que não se conformava à divisão entre uma sociedade exterior, coercitiva e genérica e um indivíduo por ela submetido. Atento à emergência de distintos tipos de individualismo na modernidade e, em particular, a propósito das metrópoles e do funcionamento da economia monetária, Simmel concebia suas análises a partir dos modos diferenciais de interação de sujeitos situados na concomitância de variados círculos sociais. Posteriormente, as contribuições de Norbert Elias (1994) também se acrescentaram a essa linha, concebendo as configurações sociais a partir das redes de interdependência constitutivas das relações humanas, entendidas em seu caráter processual.

inseparabilidade entre os modos de subjetivação e a formação do que chamou de *dispositivos*, isto é, composições heterogêneas que englobam a um só tempo discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas. Segundo o autor, “*O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos*” (Foucault, 1996, p. 244). Nessa perspectiva, os dispositivos são configurações destinadas a responder a determinadas urgências, sendo passíveis de mudanças de posição e da ocupação de funções estratégicas.

Esta noção foi acionada pelo pensamento de Gilles Deleuze, que assim definiu o dispositivo: “*É antes de mais uma meada, um conjunto multilinear, composto por linhas de natureza diferente*” (Deleuze, 1996, p. 155). Dessa formulação, resultam alguns corolários: as linhas não se delimitam ou envolvem sistemas homogêneos; diversamente, seguem direções e traçam processos em desequilíbrio, aproximando-se e afastando-se; podem, ainda, ser quebradas ou bifurcadas, estando sujeitas a variações de direção. Os objetos, enunciados, forças e sujeitos implicados no dispositivo – que, segundo o autor, podem corresponder a uma ciência, um gênero literário, um estado de direito, um movimento social... – funcionam mais como vetores e tensores do que como elementos determinantes. Nessa perspectiva, saber, poder e subjetividade não possuem contornos bem definidos, constituindo-se antes como cadeias de variáveis que se destacam uma das outras.

O *agenciamento*, tal como definido em parceria por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1997), constituiu em um desdobramento original da referida conceituação foucaultiana. Segundo esses autores, um agenciamento é uma multiplicidade que comporta muitos termos heterogêneos ou que, em outras palavras, estabelece relações entre naturezas diferentes. Sua única unidade residiria no co-funcionamento entre seus termos, isto é, na simbiose ou “*simpatia*”. Difere-se, assim, de uma estrutura, na medida em que a existência desta depende inarredavelmente das condições de homogeneidade de seus elementos. Em um agenciamento, as contradições não são nem subsumidas a uma síntese niveladora, nem reduzidas a uma total dispersão, mas entendidas enquanto meios de contágios, circuitos e curto-circuitos que são sempre reversíveis. Como, posteriormente, bem definiu Deleuze junto a Claire Parnet:

“*A unidade real mínima não é a palavra, a idéia ou o conceito; nem o significante, mas o agenciamento. É sempre um agenciamento que produz os*

enunciados. Os enunciados não têm por causa um sujeito que agiria como sujeito da enunciação, principalmente porque eles não se referem aos sujeitos como sujeitos do enunciado. O enunciado é o produto de um agenciamento, sempre coletivo, que põe em jogo, em nós e fora de nós, as populações, as multiplicidades, os territórios, os devires, os afetos, os acontecimentos. O nome próprio não designa um sujeito mas qualquer coisa que se passa, pelo menos entre dois termos que não são sujeitos, mas agentes, elementos. Os nomes próprios não são nomes de pessoas, mas de povos e tribos, de faunas e de floras, de operações militares e tufões, de coletivos, de sociedades anônimas e escritórios de produção. O autor é um sujeito da enunciação mas não o escritor, que não é um autor. O escritor inventa os agenciamentos a partir de agenciamentos que se inventaram, ele faz passar uma multiplicidade na outra” (Deleuze & Parnet, 1996, p.65).

É levando em consideração essa construção filosófica dedicada à recolocação da ontologia do sujeito que se dedica, nos parágrafos seguintes, o estudo da trajetória de Nise da Silveira. Nem produto de seu gênio, nem efeito de seu contexto; nem caso isolado, nem exemplo representativo; o que se deixa entrever é um nome que se abre para um conjunto de outros nomes que se transformam e se co-constituem entre si, escapando, portanto, à própria estabilidade pressuposta por sua nomenclatura.

Alguns destes personagens são mais passageiros e fugidios; outros, diversamente, aparecem de maneira mais imponente, reemergindo à tona com maior destaque ao longo desta tese. Configura-se, assim, uma intrincada colcha de retalhos, feita de encontros e desencontros. Ao descosturar e recosturar essa tessitura – ou, se se quer, esses agenciamentos – espera-se dar forma a um texto original capaz de iluminar as relações concretas que configuraram o Mundo Nise. A tarefa é de fôlego e objetiva sobretudo construir o campo de investigação da tese, preparando terreno para um maior aprofundamento nos próximos capítulos.

Anos de formação

Nise da Silveira nasceu em Maceió no ano de 1905. Sua formação intelectual começou no próprio seio erudito de sua família na Alagoas do início do século XX. Em entrevista concedida a Luiz Gonzaga Pereira Leal, ela descreve sua casa como um ambiente frequentado por artistas e intelectuais, definindo sua infância como

felicíssima. “Filha única. Mimadíssima. Minha mãe, musicista, tangenciando a genialidade. Meu pai, um homem que lia muito matemática e literatura. Ele tinha uma boa biblioteca. E sendo assim, li Machado de Assis muito cedo” (Silveira [1992] 1994, p. 4). Nise estudou no Colégio Santíssimo Sacramento, cujo corpo docente era composto por freiras de origem francesa, tendo contato com o estudo dessa língua estrangeira desde muito cedo.

De acordo com depoimento conferido a Ferreira Gullar (1996), o desejo de seu pai, professor e jornalista, era que se tornasse pianista, como a mãe, Maria Lídia. Entretanto, Nise se descreve como desafinadíssima. Seu ouvido não percebia as dissonâncias, o que a deixava desesperada. Foi o caminho da medicina aquele que acabaria atraindo a jovem alagoana, embora ela tampouco enxergasse qualquer aptidão particular para segui-lo: *“Na verdade eu não tinha nenhuma vocação para Medicina. Quando vejo sangue, fico tonta. Não podia nunca ser médica”* (Silveira, 1996, p. 34).

Foi a influência de um grupo de rapazes que participava dos grupos de estudos preparatórios mantidos por seu pai – entre os quais destacavam-se o futuro médico e antropólogo Arthur Ramos e seu companheiro de vida inteira, Mário Magalhães da Silveira – que resultou decisiva para que prestasse o exame para a Faculdade de Medicina da Bahia. Esta, além de prestigiosa, possuía reconhecimento oficial, ao contrário da mais próxima formação médica disponível em Recife.

Depois de seguir um curso preparatório no Liceu Alagoano, Nise ingressou no curso, sendo a única aluna mulher em uma turma de centro e cinquenta e sete rapazes. À época, ela possuía apenas quinze anos, contrariando a idade mínima exigida, dezesseis. Foi necessário burlar seus documentos para realizar sua matrícula: *“Em Maceió tudo se arruma. E assim deram lá um jeito... Depois tive um trabalho danado para corrigir isso e voltar à idade certa”* (ibid., p. 35).

Em Salvador, passou a viver primeiramente em um pensionato universitário, e logo depois em uma casa com seu companheiro e primo – e daí a comunhão de sobrenome, prévia à união civil. Como Nise, Mario seguiria na carreira de medicina, especializando-se na área de saúde pública. O casamento só seria oficializado muitos anos depois, em 1940. Do ponto de vista material, sua carreira universitária pôde ser cursada de maneira confortável: *“Eu me formei em 1926... Até aí eu era uma garota muito folgada. Tinha conta livre em livrarias, em casas de modas... Bobagens de filha única”* (ibid., p. 35-36). Gullar pergunta a Nise se Faustino da Silveira era rico. Ela responde, rindo: *“Não. Ele era despreocupado. Nunca pensou em comprar uma casa*

para a família. E quando minha mãe falava nisso, ele dizia: 'Não, quando a Nise se formar a gente vai morar em Paris'" (ibid.).

Entretanto, algumas adversidades atravessaram seu caminho. Em artigo publicado na *Revista Brasileira de Saúde Mental* (1988), Nise descreve a estrutura hierárquica daquela universidade: "Os professores eram muito distantes dos alunos. Não havia entre eles e nós um verdadeiro relacionamento. Os professores eram catedráticos, sentados em cadeira de bispo, de espaldar alto, os alunos ficavam lá embaixo, no anfiteatro, ouvindo" (Silveira, 1988, p. 30). Apesar disso, a jovem contou com a cooperação de alguns sujeitos especiais, como o professor de clínica médica Prado Valadares, uma das figuras históricas da medicina baiana. Ela estagiou na enfermaria da qual o professor era coordenador durante a maior parte de sua graduação.

A despeito desses percalços, Nise conseguiu formar-se em 1926. Defendeu a monografia *Ensaio sobre a criminalidade da mulher do Brasil*, em que já manifestava um incipiente interesse psicológico, e mesmo sociológico, a propósito do comportamento humano, em reação à perspectiva exclusivamente biomédica. Em entrevista jornalística concedida a Álvaro Mendes no jornal *O Globo* (1975), ela conta sobre como despertou interesse nessa temática. Durante as férias de junho do 5º ano de seus estudos, Nise regressara a Maceió para passar um tempo com sua família. Nessa ocasião, se deparou com uma revista de criminologia, parte nova da vasta coleção bibliográfica de seu pai. Seus artigos, dentre variados assuntos, contavam com trabalhos de Gina Lombroso, que entusiasmaram a estudante. Assim, através da criminologia, ela teve o primeiro contato com a psiquiatria, já que esses saberes eram fronteiros no período em questão. A psiquiatria, propriamente dita, só fazia parte do programa do curso de medicina durante o 6º ano. Nessa fase, Nise também teve seu primeiro contato com Freud, em particular com a obra *Psicopatologia da vida cotidiana*. Sobre sua visita a um presídio de Recife, ela comenta: "Foi aí que encontrei o primeiro doente mental em minha vida. Tratava-se de uma pobre mulher, presa e condenada por homicídio, mas que não passa, afinal, de uma grande delirante, uma louca. Conheci muitas outras pessoas doentes mentais, mas aquela, por ser a primeira, fez-me uma forte impressão..." (Silveira, 1975, s/p).

A sequência de sua formação, em meados da década de 1920, foi marcada por um trágico acontecimento. Ao regressar a Maceió, em janeiro de 1927, seu pai adoeceu, vindo a falecer um mês depois. O falecimento, além de enorme perda afetiva, alterou profundamente a condição econômica da família. Em depoimento a Gullar (1996), ela

confirma, rindo, a constatação do entrevistador: “*Acabaram-se as mordomias*” (Silveira, 1996 ,p. 26). Sua mãe foi morar com seu avô. Os bens da casa, que incluíam as jóias e os dois pianos de cauda de Maria Lídia, foram todos vendidos. Foi então que, junto a seu companheiro, Nise decidiu tomar um navio para o Rio de Janeiro, levando consigo o pouco dinheiro deixado por Faustino: “*E eu então, que fui sempre uma natureza impetuosa, disse: Eu não fico aqui*” (ibid.).

Na então capital da República dos Estados Unidos do Brasil, Nise da Silveira se instalou primeiramente em uma pensão no Catete, e logo em seguida, no mais barato bairro de Santa Teresa, precisamente no Largo do Curvelo. Foi nessa zona da cidade, habitada por artistas, literatos e militantes políticos, que ela viria a constituir suas redes intelectuais. Seus vizinhos eram ninguém menos que o escritor Manuel Bandeira e o também escritor e diplomata Ribeiro Couto, com os quais viria a formar, nos termos de Élvia Bezerra, *a trinca do Curvelo* (Bezerra, 1995).

De fundamental importância para a jovem imigrante nordestina seria também o contato com Otávio Brandão e sua esposa, a poetisa Laura, entusiastas do recém criado Partido Comunista. Com eles, Nise criaria um rico ambiente de debates, com especial interesse na tradição marxista, mas também em diversos outros pensadores: “*Eu e ele [Otávio] discutíamos sobre o Cristo, Nietzsche, sobre Tolstoi...*” (Silveira, 1996, p. 37). Entrementes, Getúlio Vargas instituiu um golpe de Estado no ano de 1930, cujo programa incluía a perseguição a uma suposta ameaça comunista que se abatia sobre a nação brasileira. O casal Brandão foi preso e logo teve de deixar o país, exilando-se na Alemanha e, em seguida, na União Soviética.

Nise, ainda em depoimento conferido a Gullar, faz referência a dois grupos de estudantes de esquerda que transitavam na urbe carioca nesse período: um, o “grupo dos católicos”, liderado por Tristão Athaíde (o pseudônimo de Alceu de Amoroso Lima), contando também com a participação de Murilo Mendes, e outro, rival, capitaneado por Castro Rebelo, professor da faculdade de Direito, que em sua composição abrigava uma maioria de nortistas. Depois de, a convite de um amigo, assistir uma palestra sobre Direito Marítimo proferida pelo último, vinculou-se ao seu bando: “*Eu disse que preferia ir ao cinema. Direito Marítimo não me interessava absolutamente. Mas ele insistiu tanto que eu terminei indo. O Castro Rebelo seria um grande ator, ele gesticulava, entoava a voz... Mostrou a influência do capitalismo sobre o Direito Marítimo de modo tão convincente que eu me bandeiei para a esquerda em defesa do Direito Marítimo (risos)*” (Silveira, 1996, p. 40). Nise afirma que tomou ódio contra o

time de Tristão quando descobriu que este havia conseguido que Assis Chateaubriand demitisse o pintor e chargista Santa Rosa de seu jornal: “*Eu me tomei de uma raiva nordestina, lampeônica, contra essa grupo*”. (ibid., p. 41). Ela passou a ler Marx e ir a algumas reuniões do Partido Comunista.

Apesar das relações travadas com o marxismo na década de 1930, o envolvimento de Nise da Silveira com o *Partidão* nunca foi direto e, por esse motivo, ao contrário de seus companheiros, ela pôde permanecer algum tempo longe das perseguições, dedicando-se à busca de um emprego. Logo ao aportar em terras cariocas, ela passara a frequentar voluntariamente a clínica de Antônio Austregésilo, professor emérito da Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil. Seu contato com esse médico, figura chave na consolidação de um campo de estudos neurológicos no Brasil, consiste em um capítulo fundamental de sua formação intelectual. Junto a outros jovens estudantes, aspirantes à carreira de neurologia, ela pôde ganhar prática e engajar-se em pesquisas empíricas dessa área. Dessa época datam dois ensaios de sua autoria, publicados uma década depois: “*Estado mental dos afásicos*” (1944), publicado na Revista de Medicina, Cirurgia e Farmácia – descrito por Nise como “*um bom trabalho sobre afasia*” – e “*Conceito clínico da série wilsoniana* (1945), publicado na *Revista Cultura Médica*, em parceria com o próprio Austregésilo. A leitura desses trabalhos, que podem ser acessados no acervo de periódicos da Biblioteca Nacional, permite entrever que esse período consiste em uma momento de transição entre a neurologia e a psiquiatria, conforme também sublinhado por Melo (2009).

No ano de 1932, enquanto trabalhava com Austregésilo, Nise se tornou médica residente do Hospital Nacional de Alineados, situado na Praia Vermelha, na zona sul carioca, onde passou a trabalhar como auxiliar no Pavilhão da Clínica Neuriátrica. A categoria “residente”, no caso, foi absolutamente literal: graças à intervenção de seu mestre, com quem mantinha uma boa relação, ela foi morar no hospício, em um quarto individual, de frente para o mar, fora das enfermarias, da seção Morel. Na época, tratava-se de uma espécie de linha de fuga para estudantes e médicos com dificuldades financeiras: “*Fiz a academia de Santa Teresa, no Curvelo, fiz a academia de neurologia e essa aí, do hospício... Assim me instalei naquele palácio*” (Silveira, 1996, p. 39).

Logo em seguida, Nise ficou sabendo de um concurso público para o cargo de médico psiquiatra, que seria realizado dali a um mês. Austregésilo, longe de desestimulá-la, foi quem a inscreveu no concurso: “*Você está inscrita e agora tem que*

fazer o concurso, me disse ele. O velho era assim” (ibid., p. 38). Assim, em 1933, a alagoana foi aprovada em concurso público para o cargo de médica psiquiatra no serviço de Assistência a Psicopatas e Profilaxia Mental do Hospital Nacional de Alienados. O período no qual Nise permaneceria trabalhando no Hospital seria curto, e no entanto, crucial, já que incluiria seu primeiro contato direto com a instituição psiquiátrica.

Prisão e exílio

Em entrevista concedida à historiadora e cientista política Dulce Pandolfi [1992], Nise, já na última década de sua existência, oferece detalhes sobre a situação que a afastou do serviço público por volta de oito anos. O motivo foi sobretudo político, decorrente da instalação de Getúlio Vargas do regime ditatorial que caracterizou o Estado Novo, e da conseqüente perseguição aos militantes vinculados ao comunismo. Entretanto, a verdade é, como já sublinhado, que Nise nunca chegou a ocupar um lugar central nas atividades do Partidão. Sua passagem por essa organização, iniciada em 1930, duraria aproximadamente três anos, sendo sucedida por uma expulsão:

“Eu era interessada nas coisas políticas do país. Mas sempre tive muita dificuldade em me acomodar em organizações. Tanto que não fiz formação psicanalítica. E tive oportunidade para isso. (...). Eu não me acomodava dentro dos esquemas do Partido Comunista. Embora eu fosse muito rígida. Todos diziam que eu era muito rígida, coisa que eu reconheço que sou. Em qualquer trabalho que faço eu sei que sou rígida. Mas eu queria fazer concurso público para medicina e os companheiros do partido não se conformavam que eu me dedicasse tanto a esse concurso. E eu me dedicava. Eu estudava dia e noite e, naturalmente, faltava muito às reuniões. O chefe da minha célula era um alfaiate. Ele era muito burro e me repreendia fortemente (...). Eu participava de reuniões, lia muitos documentos e dava assistência médica para os companheiros do partido. Mas acabaram me expulsando do partido. Eu fui expulsa, acusada de trotsquista. Eu discordava de certas coisas” (Silveira [1992] 2014).

Não obstante, o afastamento de Nise do Partido Comunista não a isentou de permanecer sendo alvo de perseguições. Em 1936, foi por conta de um fato aparentemente trivial que se desencadeou seu encarceramento. Tratava-se da posse de

obras bibliográficas de cunho marxista em seu ambiente de trabalho²⁶. “*Eu havia feito o concurso e morava no hospital, no hospital psiquiátrico. Eu tinha muitos livros no meu quarto. Uma enfermeira viu e me denunciou. Na noite de 26 de março de 36 saí presa do hospital. Eu já tinha sido presa em janeiro do mesmo ano. Passei apenas algumas horas presa. Mas desta vez foi diferente*” (ibid.). Nise conta que, inicialmente, foi alocada na Rua da Relação, onde ficava o DOPS, e logo em seguida, no Presídio Frei Caneca. Em sua ficha, constava: “*Pertence a um círculo de ideias que a incompatibilizam com o Serviço Público*”. A recepção no lugar não era nada acolhedora.

“O ambiente era terrível, um corredor todo pintado de roxo. Me puseram numa cela no térreo que tinha um número incrível de baratas... Um ladrão (eles são muito amáveis) revolveu varrer a sala para mim. Mas, passei a noite acordada. A imundice era grande. Aí eu tomei uma atitude enérgica. Perguntei: por que estou nessa imundice? Eu quero ser colocada junto com as outras presas políticas” (ibid.).

Na famosa Sala 4, Nise se juntaria a outras mulheres perseguidas pelo regime, entre as quais destacavam-se Maria Werneck, Eneida Carmem Ghioldi, Olga Benário e Elisa Berger. Com esta, em particular, criou uma relação de afeto e de resistência: “*As torturas eram feitas de madrugada e Elisa acordava toda madrugada. Eu tinha um sono terrível, mesmo na prisão eu não perdia o sono. A cama de Elisa era junto da minha. Tinha uma cortina na frente. Elisa, com insônia vinha me cobrir e eu acabava ficando acordada com ela*” (ibid.).

Pelas frestas da grade de sua cela, era possível, ainda comunicar-se com os homens. Foi assim que conheceu Graciliano Ramos, por intermédio de seu amigo Isnard Teixeira, também preso: “*Graciliano subiu na grade dele e eu subi na minha grade. E ficamos parados sem nos falar*”. A cena de seu contato, pela frestas da prisão, ficou registrada posteriormente no livro *Memórias do Cárcere* [1953]. Neste, o literato descreve o encontro com sua conterrânea Nise, descrita como uma *pessoinha tímida*:

“Chamaram-me da porta: uma das mulheres recolhidas à sala 4 desejava falar comigo. Estranhei. Quem seria? E onde ficava a sala 4? Um sujeito conduziu-me ao fim da plataforma, subiu o corrimão e daí, com agilidade

²⁶ O Estado Novo só seria consolidado em 1937. Entretanto, a partir de 1935, um levante militar já ensejaria o início de uma série de prisões arbitrárias (Gullar, 1996, p.41).

forte, galgou uma janela. Esteve alguns minutos conversando, gesticulando, pulou no chão e convidou-me a substituí-lo. Que? Trepá-me àquelas alturas, com tamancos?

Examinei a distância, receoso, descalcei-me, resolvi tentar a difícil acrobacia. A desconhecida amiga exigia de mim um sacrifício; a perna, estragada na operação, movia-se lenta e perra; se me desequilibrasse, iria esborrachar-me no pavimento inferior. Não houve desastre. Numa passada larga, atingi o vão da janela; agarrei-me aos varões de ferro, olhei o exterior, zozzo, sem perceber direito por que me achava ali. Uma voz chegou-me, fraca, mas no primeiro instante não atinei com a pessoa que falava. Enxerguei o pátio, o vestibulo, a escada já vista no dia anterior. No patamar, abaixo de meu observatório, uma cortina de lona ocultava a Praça Vermelha. Junto, à direita, além de uma grade larga, distingi afinal uma senhora pálida e magra, de olhos fixos, arregalados. O rosto moço revelava fadiga, aos cabelos negros misturavam-se alguns fios grisalhos.

Referiu-se a Maceió, apresentou-se:

- Nise da Silveira.

Noutro lugar o encontro me daria prazer. O que senti foi surpresa, lamentei ver minha conterrânea fora do mundo, longe da profissão, do hospital, dos seus queridos loucos. Sabia-a culta e boa, Rachel de Queiroz me afirmara a grandeza moral daquela pessoinha tímida, sempre a esquivar-se, a reduzir-se, como a escusar-se de tomar espaço. Nunca me havia aparecido criatura mais simpática. O marido, também médico, era meu velho conhecido Mário Magalhães. Pedi notícias dele: estava em liberdade. E calei-me, num vivo constrangimento.

De pijama, sem sapatos, seguro à verga preta, achei-me ridículo e vazio; certamente causava impressão muito infeliz. Nise, acanhada, tinha um sorriso doce, fitava-me os bugalhos enormes, e isto me agravava a perturbação, magnetizava-me. Balbuciou imprecisões, guardou silêncio, provavelmente se arrependeu de me haver convidado para deixar-me assim confuso" (Ramos, 2008, p. 340-341).

Esses encontros, todavia, não ocultaram o terror do cárcere. Embora Nise nunca tenha chegado a sofrer fisicamente a violência do regime, ela viu de perto o que acontecia na Casa de Detenção da Frei Caneca. Segunda a médica, o marido de Elisa, Harry Berger, teria sofrido até enlouquecer: *“Eles torturavam Berger de uma maneira terrível. As torturas eram feitas de madrugada e Elisa acordava toda madrugada” (...)* (Silveira [1992] 2014). A própria Elisa teria sido diversas vezes queimada na região dos seios: *“Eu me sentava na cama e escutava as histórias. Ouvir aquilo tudo me*

atingiu muito. Para mim tudo isso, aquelas torturas eram inimagináveis. Eu não tinha formação revolucionária. E Elisa dizia: ‘Vocês são uma crianças.’ De fato. Aprendemos muito lá” (ibid.). Mais tarde, Elisa seria, como Olga Benário, deportada para a Alemanha.

Ao mesmo tempo, Nise deixa entrever uma chama de aprendizado em sua experiência na prisão. Assim, quando Gullar (1996) pergunta a médica “*como é que você se sentia ali presa, sem motivo, porque tinha lido alguns livros socialistas... uma coisa kafkiana*”, obtém a seguinte resposta: “*Pois é, era uma coisa kafkiana. Mas eu me sentia bem com aquela gente. Aprendi grandes lições*”, fazendo referência não só aos intelectuais, mas também aos presos comuns (Silveira, 1996, p. 42).

Depois de um ano e quatro meses, com a subida de Macedo Soares para o Ministério da Justiça, Nise pôde ser libertada, uma vez que não havia processo ou condenação em seu nome. Esse acontecimento teria ensejado em Nise uma curiosa patologia, que ela chamou, em entrevista a Pandolfi, de *Mania de Liberdade*:

“A prisão foi uma experiência decisiva para a minha vida. Uma vivência muito marcante e fiquei com mania de liberdade. Eu já não era muito adaptada... Era revoltada com os padrões. Logo que saí da prisão, tomava um bonde ao acaso, descia, tomava outro. Um dia vi um bonde chamado Alegria e eu disse: é nesse que eu vou. Descobri que Alegria era um bairro horroroso. Mas, pensei: se eu quiser eu desço do bonde. Eu tinha o sentimento de poder fazer o que quisesse. Saí da prisão com esse sentimento” (Silveira [1992] 2014).

Entretanto, boatos de que a psiquiatra poderia ser presa novamente a impediram de exercer plenamente sua estranha mania. Com ajuda familiar, Nise refugiou-se, inicialmente na Bahia e, posteriormente, em algum lugar do interior do Nordeste. O advogado de Nise, Evaristo de Moraes, havia sugerido que ela voltasse ao Rio, onde ela poderia ser presa e solta logo em seguida. Recusando a proposta, a médica foi escondida pela família de Francisco Mangabeira Filho, seu companheiro de prisão, no interior daquele Estado. Pouco se sabe sobre este período.

Seria só em 1944, um ano antes da deposição de Getúlio Vargas que, de volta ao Rio de Janeiro, Nise seria readmitida no serviço público, desta vez no complexo psiquiátrico do Engenho de Dentro. Explica a Gullar: “*E aí começou outra briga, a briga com a psiquiatria, que é mais importante*” (Silveira, 1996, p. 46).

Nise e as artes visuais

Em entrevista concedida a Luiz Carlos Lisboa em *O Estado de São Paulo*, Nise conta sobre sua chegada no hospital:

“Quando entrei para o hospital, em meados da década de 1940, o tratamento em voga mais usado era o eletrochoque que provocava crises convulsivas, perda de consciência, mal-estar terrível, e também o coma insulínico. Doses eram injetadas e levavam o indivíduo a um estado de coma. Esses eram os principais tratamentos quando voltei das minhas aventuras de prisão, demissão e etc, e encontrei o ‘moderno’”. Era o que tinha que aprender e praticar, mas a isso não me adaptava, não conseguia aceitar esses tratamentos (...) (Silveira [1987] 2009, p. 89).

Contra a vontade de sua equipe, recusou aplicá-los e enveredou para a terapêutica ocupacional, serviço menor presente no hospital. Um encontro, em particular, seria de fundamental importância para o desenvolvimento desse trabalho, surgindo como a linha primeva de uma trama conformada com e através de Nise da Silveira. Trata-se do artista plástico Almir da Silva Mavignier. Almir nasceu no Rio de Janeiro em 1925 e iniciou seus estudos pictóricos na década de 1940, na Associação Brasileira de Desenho e no ateliê de Arpad Szenes. No mesmo período, trabalhava como funcionário burocrático do hospital do Engenho de Dentro.

O pequeno capítulo *O Ateliê de Pintura*, da fotobiografia *Caminhos de uma Psiquiatra Rebelde*, dedicado a narrar as origens da oficina de criação no hospital psiquiátrico do Engenho de Dentro, no dia de 9 de setembro de 1946, faz menção ao encontro entre a psiquiatra e o artista. Segundo o mesmo, atividades ocupacionais já eram oferecidas naquele âmbito, mas limitavam-se a trabalhos braçais e serviços de limpeza. O texto prossegue, fazendo menção ao destaque das atividades expressivas no seio deste serviço, e logo referindo-se à importância do primeiro colaborador de Nise da Silveira durante seu trabalho: *“Para que isso acontecesse, foi fundamental a presença do artista Almir Maviginier, que foi monitor do ateliê de pintura e de modelagem desde sua inauguração, em 9 de setembro de 1946, até 1951, quando foi estudar na Europa”* (Mello, 2014, p. 113). É suscitado, então, um depoimento do funcionário, em que este afirma ter *organizado* o ateliê do hospital, podendo reconhecer de perto o talento dos internos para pintar e sua sensibilidade para misturar cores. O trecho, entretanto, deixa uma dúvida. Afinal, quem criara originalmente o serviço: Nise ou Almir?

Essa passagem desperta uma controvérsia a propósito da originalidade da autoria das atividades de expressão plástica na Seção de Terapia Ocupacional e Reabilitação do então chamado Centro Psiquiátrico Nacional. A socióloga Gláucia Villas Bôas (2008) sublinha que, sobre essa história, há duas versões. Na primeira, Almir, interessado em ter seu próprio ateliê, teria sugerido a Nise sua instalação. Na segunda, o funcionário teria sido convidado ao cargo de monitor devido à sua inadaptação ao serviço prévio. Tais alternativas são sustentadas pelos próprios personagens envolvidos na contenda. Assim, em entrevista concedida ao Núcleo de Pesquisa em Sociologia da Cultura, o artista afirma que *[...] havia um departamento para fazer bordados, trabalhos manuais. Fizeram uma exposição de bordados para vender e ganhar um pouco de dinheiro. Vendo essa exposição e, no fundo, querendo ter meu próprio ateliê, fiz a pergunta capital a Nise da Silveira, se ela não gostaria de ter um ateliê de pintura. Ela disse que há muito tempo pensava nisso, mas que não tinha ninguém...* (Mavignier, 2005 apud Villas Bôas, 2008, p. 200-201). Por outro lado, a versão narrada pela própria Nise da Silveira em seu livro *Imagens do Inconsciente* é outra: *“Assim, quando falei ao diretor, Paulo Elejalde, do meu desejo de instalar um ateliê de pintura, ele logo se lembrou do pintor mal adaptado a serviços burocráticos”* (Silveira, 1981, p. 14).

De acordo com Villas Bôas, a imagem de Almir enquanto um profissional inadequado aos trabalhos administrativos, reforçada pela médica alagoana e também por uma série de curadores brasileiros em suas publicações, seria motivo de certo ressentimento para o artista. A isto, se completaria o esquecimento de seu pioneirismo no projeto de implantação do ateliê. Outros depoimentos, coletados no curso desta pesquisa específica, parecem reforçar esta observação. Por exemplo, em entrevista concedida à *Folha de São Paulo*, em 2008, Almir Mavignier afirma:

“Eu idealizei as experiências do ateliê de pintura do Engenho de Dentro. A doutora Nise da Silveira [1905-1999] dirigia o serviço de assistência social e o serviço de ocupação terapêutica. Lá havia várias seções, como a de encadernação. A seção de pintura ainda não existia. Cheguei para a Nise e disse: “A senhora não teria interesse em fazer um ateliê de pintura aqui?”. No fundo, eu queria um ateliê de pintura para mim. Eu era contratado para fiscalizar os loucos. Não tinha músculos para acalmar ninguém. E a Nise aceitou” (Mavignier, 2008, s/p).

Essa polêmica, aqui irresolúvel, não chegou a obscurecer a parceria estabelecida entre Nise da Silveira e Almir Mavignier. Ao mesmo tempo, é preciso sublinhar suas singularidades na fabulação do trabalho conjunto. O ateliê, pode-se afirmar, reunia e ao mesmo tempo separava a psiquiatra e o artista. A inserção de Almir no campo das artes se refletia em um interesse propriamente estético nos trabalhos dos internos, em contraste com o interesse da própria Nise da Silveira que, como demonstrado mais adiante, era de ordem mais terapêutica e científica. Nesse sentido, o pintor carioca se refere ao seu ímpeto de buscar talentos entre os mais de 1500 internos do hospital:

“O primeiro problema do ateliê era descobrir os artistas. A primeira coisa que fiz foi procurar nas fichas. Encontrei o Raphael [Domingues], que tinha participado de um instituto de desenho. Eu chegava nos pátios e começava a procurar quem tinha cara de artista [risos], uma coisa absurda. Fui à enfermaria e me disseram que tinha um louco que desenhava muito. Embaixo do leito dele, havia caixas de sapatos cheias de desenhos. Eram feitos sobre papel higiênico, que não eram em rolos, eram retangulares, fantásticos e em série. Esse interno era o Carlos Pertuis [1910-1977]” (ibid.).

Aos poucos, uma série de internos foi se reunindo em torno do artista e da psiquiatra no âmbito do ateliê, destacando-se, além dos citados Raphael Domingues e Carlos Pertruis, Emygdio de Barros, Fernando Diniz, Adelina Gomes, Isaac Liberato, Arthur Amora e Lucio Noeman. Todos estes encontravam-se internados nas enfermarias do hospital, com diagnóstico de esquizofrenia. Eram, em sua maioria, de origem popular. Poucos possuíam formação artística prévia. Intrigado pelas obras do grupo, Almir passara a convidar seus colegas, também artistas, Ivan Serpa, Abraham Palatnik, e mais tarde, também Décio Vitório e Geraldo de Barros. A reação destes, ao conhecer o ateliê do Engenho de Dentro, foi de choque. Assim, afirma Palatnik em trecho resgatado pelo crítico de arte Frederico Morais: *“O impacto das visitas ao Engenho de Dentro e as conversações com Mário Pedrosa demoliram minhas convicções em relação à arte”* (Morais, 1999, p. 10).

Em 1947, um ano após a inauguração do ateliê, Almir foi responsável pela realização da primeira exposição dos artistas do Engenho de Dentro fora do hospício, no âmbito da galeria do Ministério da Educação e da Cultura (MEC), situada no centro do Rio de Janeiro. A mostra, realizada sob os auspícios da Associação dos Artistas Brasileiros, contou com 245 pinturas. Mavignier, interessado na reação do público,

passou a frequentar o edifício todos os dias. Foi em uma dessas ocasiões que teve contato com outro personagem fundamental para esse momento inicial. Trata-se do crítico de arte pernambucano Mario Pedrosa, que recém voltava de um exílio nos Estados Unidos. Junto com os referidos artistas, Pedrosa passou a frequentar o ateliê do Engenho de Dentro, interessado no valor estético dessas obras.

Em 1949, ocorreu a segunda exposição, intitulada Nove Artistas do Engenho de Dentro, no Museu de Arte Moderna de São Paulo, sob curadoria de Mario Pedrosa e o crítico de arte belga, diretor técnico dessa instituição, Leon Dégand²⁷. Sobre essa ocasião, Mavignier mais uma vez atribui à sua atuação os créditos:

“Não foi o Mário Pedrosa que trouxe o Leon Dégand para o ateliê, como está escrito em várias publicações. Eu fui ao Dégand, me apresentei e disse a ele que havia obras muito importantes no Engenho de Dentro. Ele aceitou e viu, veio com a mulher dele e ficou entusiasmado. Perguntei se não queria fazer uma exposição no museu, e ele disse: Não faço exposição de loucos, eu faço exposição de artistas do Engenho de Dentro’. Voltou a São Paulo e declarou, em um banquete, ‘Acabo de ver os maiores artistas brasileiros que conheço’. Todo mundo esperava os nomes conhecidos, mas ele citou o Raphael, o Emygdio, a Adelina etc., que ninguém conhecia. Ele não realizou a exposição, porque saiu do museu, voltou ao Engenho de Dentro então com o Mário Pedrosa para fazer a seleção dos artistas. A exposição não foi realizada pelo Dégand, mas pelo Lourival Gomes Machado, que sucedeu a ele” (Mavignier, 2008, s/p)

Essa mesma exposição ainda veio para o Rio de Janeiro no mesmo ano, instalando-se no Salão Nobre da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Essas mostras serviram de estopim para uma série de contendas na crítica de arte brasileira, registrada nos periódicos da época. O debate envolveu uma série de críticos, envolvendo destacadamente os nomes de Ruben Navarra, Antonio Bento, Flavio de Aquino, Luis Alberto Bahia, Yvonne Jean, Sergio Milliet, Quirino Campofiorito e Mario Pedrosa, sendo polarizado entre estes dois últimos. O primeiro, que além de crítico de arte, era pintor e professor da Escola de Belas Artes, afirmava que os trabalhos das “*criaturas de mentalidade débil*” (Campofiorito, 1947 apud Villas Bôas, 2008, p. 206) não poderiam em hipótese alguma ser classificados como arte. Desprovidas de sentido e de

²⁷ Os nove artistas em questão eram Adelina, Carlos, Emygdio, José, Kleber, Lucio, Raphael, Vicente e Wilson.

intencionalidade, as práticas do desenho e da pintura constituiriam, nesse caso, um mero meio de extravasamento de insatisfações sensoriais.

Postura radicalmente distinta foi adotada pelo crítico de arte Mario Pedrosa. Para este, o potencial de criação artística independia de qualquer treinamento formal, pois constituía uma predisposição universal. Pedrosa considerava que as obras dos pacientes mentais eram *autênticas* e *singulares*, deslocando a preocupação modernista em torno da identidade nacional para a temática do indivíduo (Reinheimer, 2008). Assim, o crítico escrevia em conferência pronunciada por ocasião do encerramento da exposição de pintura organizada pelo Centro Psiquiátrico Nacional, posteriormente publicada no *Correio da Manhã* [1947] sob o título “Arte, necessidade vital”: “*O artista não é aquele que sai diplomado da Escola Nacional de Belas Artes, do contrário não haveria artista entre os povos primitivos, inclusive entre os nossos índios*” (Pedrosa, 1947 apud Villas Bôas, 2008, p. 207). Essa afirmação não consistia em uma simples reprodução do elogio primitivista à alteridade, característico das vanguardas europeias. O enigma que ali se engendrava, e que chocava esses atores, dizia respeito à onipresença da natureza criadora, colocando sob suspeita a própria hegemonia da arte acadêmica e abrindo espaço para outras estéticas e temáticas que não aquelas prevalentes no modernismo brasileiro.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a relação entre a médica e o artista plástico Almir Mavignier durante a criação do ateliê do Engenho de Dentro, em meados da década de 1940, aparece como um ponto nevrálgico de um largo processo. Antes de então, a personagem encontrava-se imersa no entrecruzamento de variados círculos, entre os quais foram aqui destacados aqueles relativos à sua formação educacional e militância política. Entretanto, a partir do contato com o artista, surgiu algo de singular. Sua figura passou a ser não somente uma entre muitas, mas se torna pouco a pouco a zona de adensamento de um tecido de atores específico, este mesmo em constante trânsito e mutação. A primeira dessas costuras envolveu notadamente personagens do campo artístico. Dessa forma, o *Mundo Nise* se engendrou originalmente através do interesse de artistas e críticos de arte nas obras do ateliê do Engenho de Dentro.

A presença de Mario Pedrosa, Ivan Serpa, Abraham Palatnik, Geraldo de Barros e Ivan Serpa, além do próprio Almir Mavignier, entre outros, foi fundamental para a relativa repercussão e extensão do trabalho da psiquiatra, ensejando suas primeiras exposições, embora escapando às suas próprias intenções terapêuticas. Como a médica reconheceu mais tarde, “*os críticos de arte mostraram-se surpreendentemente mais*

atentos ao fenômeno da produção plástica dos esquizofrênicos que os psiquiatras brasileiros (Silveira, 1981, p. 14). A intensa repercussão do trabalho de Nise da Silveira no campo artístico foi acompanhada de um grave silenciamento entre os psiquiatras. Basicamente, naquele mesmo período, não houve manifestações, nem de apoio de rejeição, seja do ponto de vista estético, terapêutico ou científico²⁸.

Não obstante, tornou-se igualmente nítido o quanto essa repercussão foi marcada por um valor diferencial acerca do estatuto da relação entre arte e loucura, contrastando o interesse terapêutico de Nise com um interesse mais propriamente estético. Isto significa afirmar que esses primeiros partícipes do Mundo Nise não eram totalmente niseanos, na medida em que não comungavam plenamente das então incipientes teorias da médica sobre a produção de imagens na terapêutica ocupacional voltada para a esquizofrenia, e apresentavam um interesse mais individualizado em relação às obras do Engenho de Dentro. Seu ofício, portanto, constitui-se como estopim do fenômeno, mais do que em sua manutenção.

A presença dos artistas e críticos de arte nos entornos do Engenho de Dentro não duraria muito. Depois de passar curtas temporadas em Paris e em Zurique, em 1951, Almir ganhou uma bolsa para estudar artes na Escola da Forma de Ulm, na Alemanha. Em entrevista, o artista relata sentir alívio ao deixar esse trabalho:

“Eu "fugi" de Engenho de Dentro. Eu não era psiquiatra, não era psicólogo. Eles têm rótulos, esse é esquizofrênico, aquele é maníaco-depressivo... Eu não tinha isso. Chegou a um ponto em que eu esquecia a mim mesmo. Eu era um pintorzinho, quem eu era perto do Emygdio? Um ninguém. Perdi a minha identidade. Quando fui para a Europa, me salvei” (Mavignier, 2008, s/p).

Assim como Almir, seus companheiros artistas pouco a pouco diminuíram sua frequência ao hospital psiquiátrico do Engenho de Dentro. Dedicaram-se, destacadamente, à consolidação da abstração geométrica no campo artístico carioca, no

²⁸ Uma exceção se deu fora do Brasil um ano após a mostra paulista, envolvendo a participação das obras do Engenho de Dentro – 91 desenhos e pinturas e 9 esculturas – em outra exposição, desta vez não mais em um museu de arte, mas em uma reunião acadêmica da área médica, interessada no campo da psicopatologia da arte. Tratou-se da mostra *Arte Psicopatológica*, realizada no I Congresso Internacional de Psiquiatria, em Paris, no ano de 1950. Nise da Silveira não chegou a viajar para participar desse evento, sendo substituída por uma delegação chefiada por Maurício Medeiros, professor de psiquiatria da Universidade do Brasil (Pompeu e Silva, 2004). De todo modo, a exposição ensejou a publicação do livro *L'Art Psychopatologique*, de autoria do médico francês Robert Volmat [1955]. Trata-se de um amplo mapeamento sobre a relação entre arte e loucura em hospitais dos continentes europeu e americano, contando com referência ao caso brasileiro.

bojo do movimento conhecido como concretismo. O crítico de arte Mario Pedrosa continuou parceiro de Nise, mas seguiu sua carreira de forma independente. Como seus pares, envolveu-se nos debates a propósito da reação à pintura figurativa de teor nacionalista, característica do primeiro modernismo. De todo modo, a passagem desses atores pelo Engenho de Dentro resultou crucial na direção da transformação das práticas artísticas realizadas no Rio de Janeiro entre as décadas de 1940 e 1950, na medida em que intensificou a crítica da formação acadêmica e das instâncias convencionais legitimadoras da arte. Da mesma forma que não haveria Nise da Silveira sem esses atores, estes tampouco teriam seguido seus percursos sem o contato com a psiquiatra e as obras de seus pacientes.

Essa mudança começou a se delinear a partir de um acontecimento fundamental. Trata-se da fundação do Museu de Imagens do Inconsciente, em 1952, numa sala improvisada do primeiro andar do Bloco Médico Cirúrgico, no interior daquele hospital psiquiátrico. Quatro anos depois, a direção do complexo ofereceu uma sala mais ampla no andar térreo, reunindo também ali as oficinas da Seção de Terapêutica Ocupacional e Reabilitação (Gullar, 1996, p. 22). Desde então, o MII se estabeleceu não só como um ambiente terapêutico, mas também como acervo e centro de pesquisa.

Consolidavam-se, assim, os dois pilares do nascente Mundo Nise: por um lado, o desenvolvimento de uma prática terapêutica e, por outro, o ímpeto de transmissão de conhecimento. Essas bases passavam a se assentar na espacialidade específica da instituição, que igualmente servia à sistematização das materialidades – pinturas e modelagens – surgidas no ateliê, seu verdadeiro olho d'água. Mais tarde, o museu seria assim descrito por Mario Pedrosa: *“a instituição é mais do que um museu, pois se prolonga de interior a dentro até dar num ateliê onde artistas em potencial trabalham, fazem coisas, criam, vivem e convivem”* (Pedrosa, 1980, p. 10).

Como se pode imaginar, a repercussão daquelas obras no campo artístico carioca não implicou na alta dos pacientes diagnosticados com esquizofrenia, que permaneceram internados no Engenho de Dentro, sob os auspícios dos médicos responsáveis pelas enfermarias. Nise, trabalhando em um setor menor, se dedicou à continuidade do tratamento com atividades expressivas. Conseguia, vez por outra, abrir as portas do hospital para circulação dos pacientes pelas ruas do bairro. Organizava festas semanais, com música e dança. Dentro de seus limites, desenvolveu o ímpeto de investigar as obras produzidas por aqueles sujeitos. Assim, embora a construção do museu tenha sido motivada e legitimada a partir da presença dos artistas e críticos,

constituiu-se sobretudo como estabelecimento voltado à produção de interpretações psicológicas das obras desenvolvidas pelos internos do hospício. Como propôs Gláucia Villas Bôas a propósito da fundação do Museu de Imagens do Inconsciente: “*Pinturas e desenhos tornam-se agora material para a comprovação das teses de Carl Jung sobre o inconsciente coletivo. As obras passam a ser guardadas e zeladas para o bem da ciência e da terapêutica que relega os métodos físicos e químicos brutais utilizados para o tratamento da loucura*” (Villas-Boas, 2008, p. 216).

Estes fatos marcam a passagem de um momento artístico do Mundo Nise para outro, que encontraria na relação com os saberes *psi* seu principal expoente. Eis o tema da próxima sessão.

Almir passeia por largos corredores e brancas paredes. Não são paredes hospitalares. Não mais as paredes que comprimem, desbotadas, desvalidas, enquadradas, como aquelas do manicômio. São estruturas curvas, sinuosas, sensuais, e sua alva coloração é sobretudo solar. Nessa bela construção, se penduram telas. Não mais as de Emygdio ou Raphael, mas as suas próprias. Geometrias encadeadas, em tons de uma paleta infinitesimal. Algo entre verde, azul e vermelho. As formas têm ritmo, e figura e fundo se namoram como luz e sombra. As coisas de Almir desafiam a capacidade do vocabulário de definir o que os olhos podem ver.

“*O conceito da mostra é uma retrospectiva temática do meu trabalho*”, diz. Trata-se aqui do primeiro vídeo da página *Mavignier.com*, disponível ao pronto toque de seu acesso. Logo, ao fundo, lê-se o nome do artista, gravado em um alto painel preenchido por um conjunto de pequenos círculos luminosos, dispostos verticalmente. “*Docugrafias*” é o nome da mostra. Está-se numa galeria de arte em pleno Parque do Ibirapuera, na cidade de São Paulo, em 2010. “*Eu me identifiquei com temas da pinturas, mas onde estão essas pinturas? Elas foram vendidas no estrangeiro*”, completa, enquanto a câmera gira pela exposição.

Almir mora na Europa desde 1951. Na Alemanha, desde 1953. Em Hamburgo, desde 1965, junto à sua esposa, Sigrid Quarch. No momento em que estas palavras são escritas, esse senhor carrega 92 anos. Larga vida, como a de Nise. Uma jornalista de *O Globo* o entrevista em 2013, deixando-nos saber que, hoje, o artista não pinta mais. Com um edema no olho direito, dedica-se principalmente aos cartazes e ao acervo de seu trabalho (Velasco, 2013).

Hamburgo é longe, o tempo é curto. Precisamos falar com Almir.

Escrevo a carta do mundo moderno em uma noite de domingo, através do endereço de correio eletrônico disponível na mesma página onde encontrara o audiovisual da mais recente exposição do artista no Brasil. Explico minha pesquisa e peço para que ele faça a gentileza de responder algumas perguntas de interesse, o que seria de valor inestimável. Nestas, de forma breve, busco sua confirmação sobre constatações da tese e procuro entender os desenvolvimentos de seu trabalho depois do encontro com a médica alagoana. Peço para que se sinta livre para responder como quiser e acrescentar o que preferir, e desde já, lhe agradeço enormemente.

Para minha surpresa, Almir me escreve logo na manhã seguinte. Com letras minúsculas, e enumerando as perguntas – cinco – que havia anexado no final do corpo da mensagem: *“prezado felipe magaldi, respondo suas perguntas”*. Abaixo, parte dessa conversa:

FM - Costuma-se descrever o ateliê do Engenho de Dentro através do contraste entre o interesse artístico protagonizado por você e o interesse psicológico de Nise da Silveira. Você concorda com essa oposição? Estavam mais em continuidade ou descontinuidade?

AM – *“contraste - sim, contraposição - não. eu não estava contra o interesse psicológico de nise e ela não estava contra o meu interesse artístico na ocupação dos internados. estávamos portanto mais em continuidade”*.

FM – Você saiu do Engenho de Dentro antes da fundação do Museu. No entanto, seria possível afirmar que houve uma relação entre a criação dessa instituição e a repercussão das obras entre artistas e críticos de arte?

AM – *“foi nise quem criou o m.i.i., depois da minha saída do hospital. saí do hospital porquê ganhei uma bolsa para estudar na França. a criação do museu foi a consequência direta do reconhecimento artístico das obras, através do público, de artistas e dos críticos de arte”*.

FM – Depois de sua partida, como ficou a relação com Nise?

AM – *“fiquei em ótima relação com nise. ela me convidou para montar uma exposição dos trabalhos do museu em Zurique, em 1957. na abertura da mostra fiz uma documentação fotográfica sobre C.G. Jung, que estava presente. finalmente: se não fosse esse Almir, não haveria aqueles artistas e se não fosse Nise da Silveira, não haveria o museu.*

cordialmente

almir mavignier”

Por algum motivo, Almir se interessou na pesquisa – mais uma entre muitas, pensava eu... – e seguimos trocando mensagens desde então. Disse, na sequência: “*nise foi realmente fantástica*”. E, ainda: “*felipe, você pode citar minhas histórias em sua tese. não quero leva-las comigo. vou completar em mais de 93 anos de idade*”.

Nise e a psicologia analítica

Seria o encontro de Nise da Silveira com a psicologia analítica de Carl Gustav Jung aquele que definiria mais marcadamente a referida mudança. Destacou-se, em seção anterior, em que medida esta referência era ausente dos primeiros trabalhos da médica, publicados durante seu estágio com Antonio Austregésilo. Foi a partir da década de 1950 que sua importância se tornou mais definitiva. Em depoimento conferido a Gullar (1996), a médica aponta para a dificuldade de encontrar livros junguianos nesse período, quando somente estavam disponíveis escassas traduções espanholas, francesas ou inglesas. O primeiro livro das obras completas a figurar no mercado editorial brasileiro foi o volume XII, *Psicologia e Alquimia*. Nesse sentido, diz:

“Lia sobre psicologia e me apaixonei perdidamente pela psicologia junguiana. Eu acabara de comprar um livro de Jung, Psychology and Alchemy, quando me encontrei com [Nelson] Bandeira de Mello, que também se interessava por Jung, e lia muito bem inglês. Propus a ele que criássemos um grupo de estudos de Jung, e ele topou. Formamos um grupo – eram só quatro pessoas – e então escrevi uma carta a Jung” (Silveira, 1996, p. 48).

Era o Grupo de Estudos de Psicologia C. G. Jung, fundado em abril de 1955. Além de Nise e Bandeira de Mello, integravam o grupo a assistente social Lígia Loureiro e o médico Manoel Machado. Ao grupo inicial, agregaram-se logo depois alguns importantes nomes, como a também psiquiatra Alice Marques dos Santos, os educadores José Alves e Noêma Varela e o Dr. Ewald Soares Mourão.

No capítulo *O Grupo de Estudos* da fotobiografia de Luiz Carlos Mello, o autor faz menção a uma carta endereçada a Jung, datada de 1955, assinada pelos membros da associação. O documento parabeniza o psiquiatra suíço por seu octagésimo aniversário, deixando-o também saber da fundação de um pequeno e distante grupo de discípulos desconhecidos na cidade do Rio de Janeiro, devotado à leitura de seus livros. Mello

sustenta que, a partir de então, o grupo passou a se reunir semanalmente, angariando cada vez mais pessoas, ainda sem lugar fixo. Os desdobramentos do coletivo, que perduraria até o final da vida de Nise da Silveira (e, como se verá, também depois deste), se entrelaçariam ainda a alguns acontecimentos cruciais.

O primeiro deles foi a fundação da Casa das Palmeiras, no espaço do Colégio Lafayette, no bairro da Tijuca, no ano de 1956. Em entrevista realizada junto à revista *Rádice*, Nise explica que a ideia de criar esse ambiente surgiu com base na constatação da alta taxa de reinternações psiquiátricas no período em questão. Era preciso, portanto, expandir os métodos da terapêutica ocupacional para fora do hospital, no intuito de evitar o regresso de pacientes. A extravagante ideia foi acolhida pela também psiquiatra Maria Stela Braga que, durante alguns anos, havia trabalhado com Nise da Silveira no Engenho de Dentro. Graças à sua amizade pessoal com Alzira Lafayette, diretora do colégio que carregava seu sobrenome, foi cedido o espaço de um andar de um antigo prédio abandonado cedido para a APAE. Juntaram-se a elas a assistente social Lígia Loureiro e a artista plástica Belah Paes Leme. *“cada uma sugeria uma coisa (...). Uma coisa que nós quebramos foi essa persona de médico, enfermeira eu não quis, não tem aparatos. Foi um pouco ousado para a época, com regime de externato, portas abertas. Entra uma hora e sai às seis”* (Silveira [1976-1977] 2009, p. 58). O funcionamento da Casa era gratuito e sem fins lucrativos, garantindo sua existência por meio de doações, campanhas beneficentes e cursos promovidos especialmente para angariar fundos para a instituição. A partir do segundo semestre de 1958, a Casa das Palmeiras passou a acolher as reuniões do grupo de estudos²⁹.

O segundo evento fundamental se deu justamente no intervalo entre a fundação da Casa e a transferência das reuniões do grupo para sua sede. Trata-se do contato pessoal da própria Nise da Silveira com o fundador da psicologia analítica. Já em 1954, Nise da Silveira havia escrito pela primeira vez a Jung, contando sobre sua experiência no ateliê de terapia ocupacional do centro psiquiátrico do Rio de Janeiro. Nessa ocasião, anexou, junto à correspondência, fotografias de uma série de pinturas de autoria de seus pacientes, particularmente aquelas que lhe pareciam mandalas. A resposta do mestre

²⁹ Dez anos depois, a Casa das Palmeiras foi transferida para uma casa situada na Rua Delfina, n. 36, ainda na Tijuca. O ambiente foi cedido pela CADEME – MEC graças à iniciativa de Adriana Coutinho, sua diretora administrativa. Em 1981, devido às más condições de conservação desse estabelecimento, a Casa das Palmeiras foi transferida para sua sede final, na Rua Sorocaba, n. 800, no bairro de Botafogo, graças à intermediação de Maria Antonieta Franklin Leal (Chang, 2001).

veio um mês depois, por intermédio de sua colaboradora Aniela Jaffé. Na carta, Jung agradece pelo envio das imagens, indagando-se sobre o significado dos desenhos para os próprios doentes, assim como a propósito da influência desencadeada por esses em seus criadores. Observa uma regularidade notável, demonstradora da tendência do inconsciente para formar uma compensação ao caos do consciente. A partir de então, desencadeia-se uma série de correspondências. Em julho de 1956, Nise envia fotografias de esculturas de Adelina e de pinturas de Carlos, relacionando-as ao simbolismo do sol. A produção imagética do Engenho de Dentro passou a ser integrada ao arquivo do Instituto C. G. Jung, em Zurique, na Suíça.

Em 1957, Nise recebeu o convite para participar do semestre de verão desse instituto, que funcionou como uma espécie de preparatório para a exposição de arte psicopatológica a ser realizado naquele mesmo ano, por ocasião do II Congresso Internacional de Psiquiatria. *“Eu ficaria contente se, por meio da visita da doutora Nise da Silveira, o contato entre os psiquiatras do Brasil e da Suíça se aprofundasse. Certamente esse encontro será importante para o futuro tanto da psicologia quanto da psiquiatria”*, dizia a carta convite, resgatada por Mello (2014, p. 153). A viagem foi patrocinada pelo CNPq, que forneceu uma bolsa de estudos de duração de um ano. Nessa oportunidade, a alagoana tratou contato ainda com Marie Louise von Franz, com quem fazia análise. Organizou a exposição *A Esquizofrenia em Imagens*, inaugurada pelo próprio Jung e montada com a participação de Almir Mavignier. Por ocasião desse congresso, Nise publicaria ainda o artigo *“Expérience de l’art spontané chez les esquizofrènes”*, em parceria com o médico francês Pierre Le Gallais (Silveira & Le Gallais, 1957). Mais tarde, voltaria a Zurique em 1961 e 1964, para estudos pontuais.

O retorno ao Brasil intensificaria as atividades do Grupo de Estudos, que expandia o pilar de transmissão do conhecimento para além do hospício. No artigo *“Breve Histórico Do Grupo de Estudos Carl Gustav Jung”* (1996), o psiquiatra, analista junguiano e colaborador da Casa das Palmeiras Agilberto Calaça fornece informações sobre seu desenrolar. Em setembro de 1961, o grupo passou a se reunir todas às quartas-feiras, à noite, na Rua Marquês de Abrantes, 151, no bairro do Flamengo, primeiramente no apartamento 403, e logo em seguida, acima, no 503. Ambos imóveis eram os ambientes domiciliares da própria Nise da Silveira. Diz o autor:

“É um grupo aberto, podendo frequentá-lo todos aqueles que se interessam pelo conhecimento da psicologia profunda, e gratuito, sem maiores exigências

a seus frequentadores, a tal ponto que gerou um dito espirituoso por parte da Dra. Nise, provocando risos em todos: Podem entrar mudos e saírem calados, também não estão obrigados a dizerem o nome” (Calaça, 1996, p. 9).

Ainda segundo Calaça, a tradição dos encontros raras vezes foi quebrada: *“Como se trata de um grupo aberto, a frequência é muito variada, oscilando de 20 a 40 participantes, ocorrendo um rodízio de pessoas, mantendo-se, contudo, um núcleo constante”*. Uma lista de temas chave ainda figura no breve artigo: *‘Antropologia, teologia, arqueologia, mitologia, contos de fada, folclore, sonhos, artes plásticas, teatro, literatura e principalmente psicologia junguiana’* (ibid.).

Durante todo esse período, Nise da Silveira chegou a sintetizar suas observações clínicas, mas apenas em esparsos artigos e relatórios. Seu primeiro livro, de grande circulação, surgiu antes em referência ao pensamento de seu mestre. Tratou-se de *Jung: Vida e Obra*, publicado em 1968 por José Alvaro Editor. Ademais, a revista *Quaternio*, que também homenageava Jung, se constituiu então como revista do grupo de estudos, sendo publicada em pequenas tiragens subsequentes, em seis volumes, contando com a especial participação autoral de seus frequentadores.

Em julho do mesmo ano, a partir de uma série de palestras para estudantes de Medicina e Psicologia proferidas por Nise no Museu de Imagens do Inconsciente, instituiu-se o Grupo de Estudos do Museu, no Engenho de Dentro, reunindo-se às terças-feiras pela manhã. Em janeiro de 1969, foi publicado no Diário Oficial da União o registro do grupo. Constituído como uma extensão do grupo de sua residência, este cumpria uma importante função educativa e de divulgação.

No mesmo período, se destacou a presença da artista plástica e astrológa Martha Pires Ferreira. Ela começou a frequentar as reuniões da casa de Nise da Silveira um pouco antes de sua aposentadoria, motivada por seu interesse na psicologia junguiana e no ímpeto de mostrar à médica seus próprios desenhos. Para isso, contou com a apresentação do artista plástico Daniel Valença, que conhecia o ambiente previamente. Em texto dedicado à memória da trajetória de Nise, ela conta o que se passou depois dessa intermediação: *“passei a frequentar, naquela mesma quarta-feira de maio de 1968 o Grupo de Estudos de Jung, com regularidade e para sempre* (Ferreira, 2008, p. 298)”. Martha descreve o Grupo como uma *“verdadeira universidade livre, com frequência transdisciplinar ímpar. Não se discriminava intelectualmente ninguém, as portas estavam abertas para todos, indistintamente”* (ibid., p. 299), fazendo coro tanto à

descrições anteriores quanto às que se sucedem ao longo deste capítulo. No ano seguinte, a artista deu seus primeiros passos no Museu de Imagens do Inconsciente, onde, a convite da psiquiatra, passou a frequentar a STOR na companhia especial do interno Raphael Domingues, que definiu como um “*maravilhoso e deslumbrante desenhista*” (ibid).

Seu contato com a médica jamais se interrompeu. Tornando-se amigas pessoais, Martha chegou a fazer o horóscopo de Nise: “*agora explicam as minhas contradições. Esse Capricórnio freando, essa ferrenha obstinação, e este Aquário rebelde, libertário!*” (ibid.). Em 1986, após um período de estudos na Inglaterra, Martha ingressou definitivamente como colaboradora na Casa das Palmeiras, onde até hoje trabalha, coordenando o Grupo de Estudos dessa entidade. Ela é a primeira dessa larga lista de alianças que pude conhecer pessoalmente, graças a essa atividade.

Todos esses acontecimentos apontam para a importância da figura de Jung – e, por derivação, da psicologia analítica – para a consolidação do Mundo Nise. Foi sobretudo sob a égide de um interesse genuíno por esse saber que as redes intelectuais da médica alagoana começaram a se expandir para fora do hospício, estabelecendo atividades extra-institucionais e abertas ao público mais amplo, incrementando seu pilar de transmissão do conhecimento. Foi o caso do Grupo de Estudos, seja quando realizado na Casa das Palmeiras, seja quando transferido para a residência do Flamengo e efetivado também no Museu. Este passou a funcionar como uma espécie de porta de entrada para o Mundo Nise. Em contraste com os momentos anteriores, os atores que se aglutinaram a partir de então revelaram-se mais diretamente afinados às propostas da psiquiatra e às leituras genuínas que esta fazia a propósito dos saberes *psi*. Foi também graças a essa saga pela psicologia analítica que o trabalho de Nise da Silveira pôde estender sua formação a nível internacional, no Instituto C. G Jung de Zurique.

Não obstante, deve-se sublinhar que Nise da Silveira não se filiou inteiramente à escola do psiquiatra suíço, retornando de Zurique sem diploma de analista. Como explicado ao longo desta tese, a psiquiatra era desinteressada em titulações e na própria prática terapêutica de consultório. Embora tenha sido pioneira no estudo da psicologia junguiana no Brasil, não se envolveu diretamente na institucionalização desse campo. A recepção desse saber em território nacional encontrou sua efetivação como formação

principalmente a partir da década de 1960 na cidade de São Paulo, através de outros atores mais ou menos independentes ao trabalho da psiquiatra no Rio de Janeiro³⁰.

FM – Boa dia! Gostaria de ir no apartamento da Dona Martha. É o Felipe.

Era uma manhã ensolarada em Santa Teresa, alto reduto em pleno centro do Rio de Janeiro. Não estava muito longe do Largo do Curvelo, onde Nise havia morado tantos anos... onde eu havia passado tantas vezes, antes mesmo de saber quem era Nise.

Era Santa Teresa que se via de uma grande janela, ao fundo da pequena sala daquele apartamento. Edifícios e árvores do lado de fora. Livros e mais livros do lado de dentro. Livros simpáticos e livros catedráticos: astrologia e psicanálise, literatura e história da arte.

Martha me pede para sentar em um sofá de dois lugares, na esquina ensolarada do tenro ambiente. Ela, em frente, me olha de uma cadeira de madeira. Há mais conversa que silêncio. A timidez logo se quebra, ou jamais existiu. Havíamos, antes, falado por e-mail e por telefone, para marcar uma entrevista. Também já havia frequentado algumas reuniões na Casa das Palmeiras, onde a artista e astróloga coordena grupos de leitura sobre Nise e Jung.

Ligo o gravador. A primeira frase registrada é: *‘está um dia tão bonito, não é mesmo?’* Na sequência, um pedido: depois de fazer a matéria, deixá-la saber, mesmo que por telefone, porque às vezes ela diz uma coisa e a pessoa põe diferente.

MF – *“O que você está fazendo, é mestrado ou doutorado”?*

FM – Doutorado em antropologia... eu me interessei pela doutora Nise da Silveira. O problema é que cheguei atrasado. Cheguei depois de vocês todos, porque sou mais novo, e não consegui viver tudo aquilo...

³⁰ Entre estes, destacou-se, primeiramente, o médico psiquiatra húngaro Petho Sandor que, de maneira auto-didata, criou grupos de estudos em seu consultório particular, assim como na Pontifícia Universidade Católica, onde lecionava. Foi o pioneiro na introdução de Jung no meio universitário. Em seguida, já na década de 1970, tornou-se reconhecido o trabalho do analista belga Leon Bonaventure. Este, formado no Instituto C. G. Jung de Zurique, foi o mestre da primeira geração de analistas brasileiros filiados à *International Association for Analytical Psychology* - IAAP. Por meio de seu trabalho, fundou-se a *Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica* - SBPA, em 1978. Esses desenvolvimentos, embora reconheçam a importância precursora de Nise da Silveira, prescindiram de sua participação direta. Por outro lado, deve-se ressaltar o envolvimento de alguns profissionais que, previamente à institucionalização, chegaram a fazer parte do Grupo de Estudos de Nise da Silveira, quais sejam, Carlos Byington, Walter Boechat e o próprio Leon Bonaventure (Ulson, 2005).

MF – *“Mas isso não tem problema, porque nós, os mais velhos, às vezes ficamos viciados. É muita história que se repete. Olha, não sei quem é o seu orientador. Mas eu aconselho que você leia bastante! A Nise dizia: Se minha obra não for estudada, ela é um arquivo morto. Ela propôs isso, mas não soube organizar muito bem, porque tinha ideias muito acima do seu tempo...”*

Martha não deixa de lembrar da imagem que criei de Nise através de tantos anos de pesquisa, entre imagens e narrativas. Uma figura marcante, experiente, sábia. Rígida e ao mesmo tempo doce, encarnada em um corpo miúdo coroadado com brancas mechas.

MF – *“Me identifiquei muito com o espírito libertário, o despojamento, não viver em função em função de ter, mas de entender a humanidade, a natureza, os animais...”*

Martha agora não tinha mais gatos, *“só lagartixas”*, mas teve animais a vida toda.

Além disso, ela tinha uma afinidade com os chamados esquizofrênicos, e vice-versa. Ontem, um deles, depois de três anos, se lembrou dela, levando rosas... Martha aprendeu com Nise: é preciso se identificar com essas pessoas, e daí, pode sair alguma coisa. Foi o que aconteceu com Raphael, que voltou a se expressar através de seu contato. Tudo isso foi registrado no livro *Imagens do Inconsciente*.

Martha sempre foi voluntária no trabalho de Nise, mas chegou a trabalhar no IPUB, durante três anos, no final da década de 1980, com contos de fada.

MF – *“Eu não sou da área da saúde! Faço questão de dizer. Colaborei muito com a saúde, porque colaborei com a vida. Mas para médico não tenho vocação, nunca... No entanto, sou meio médica de pé descalço. Conheço fitoterapia... mas essa medicina ortodoxa não! Tenho medo, detesto o hospital. O problema eram os médicos que tacavam muito remédio”*.

Talvez por isso se deu tão bem com a Nise. Fez grandes amizades e com alguns, teve mais dificuldade, pois pensavam diferente. Tinham ciúme, medo que participasse demais... Com os amigos, fundou a Confraria Nise da Silveira, no bar Lamas, próximo à casa da mestra. Comiam, bebiam e conversavam sobre Nise e as coisas da vida. Levou várias pessoas para o grupo de estudos. Demorou um ano para ir ao Engenho de Dentro. Ia sempre, depois só de vez em quando... Quando Nise morreu, continuou na Casa das Palmeiras.

Nise tinha sangue de lampião, mas sabia pedir desculpas.

FM – Ela tinha essa dupla face, meio do afeto, e meio durona, não é?

MF – “*Não é dupla face não. É porque a natureza humana é assim*”.

FM – Ela não era só boazinha...

MF – “*Ela era autêntica! O processo de individuação é ela ser quem ela é*”.

Aposentadoria

Em 1975, Nise da Silveira completou setenta anos de idade, sendo, portanto, compulsoriamente aposentada do serviço público. Este fato, ocorrido contra a sua vontade, não impediu de forma absoluta a continuidade das atividades no Centro Psiquiátrico Nacional, então rebatizado Centro Psiquiátrico Pedro II. Pelo contrário, como conta Luiz Carlos Mello, a médica, no dia seguinte, se apresentou no grupo de estudos do Museu, com um caderno debaixo do braço, como “*estagiária voluntária*” (Mello, 2014, p. 261). Nise se estabeleceu, na prática, como consultora científica da instituição. Entretanto, sem um cargo oficial, passaria a depender ainda mais de seus colaboradores para a manutenção de seu trabalho e para a continuidade de seu projeto.

Pode-se afirmar que não faltaram apoiadores. Um ano antes, em 1974, a educadora Zoé Chagas Freitas, amiga pessoal da psiquiatra alagoana, reuniu um grupo de personalidades, integrado por intelectuais e profissionais prestigiosos tais como o pesquisador, advogado e político Eduardo Portella, o designer gráfico Aloísio Magalhães, a gravadora Anna Letycia, o dramaturgo Rubens Corrêa, o médico cirurgião Ivo Pitanguy, o crítico de arte Ferreira Gullar e o fotógrafo Humberto Francheschi, no intuito de criar uma sociedade civil que desse apoio à continuidade das atividades do museu, incluindo em seu escopo cursos, convênios, projetos de pesquisa, restauração e acondicionamento de obras, informatização, documentários, exposições e publicações. Esse coletivo, conhecido como *Sociedade de Amigos do Museu de Imagens do Inconsciente* – SAMII, articulava a instituição com um mundo externo ao hospital. Sua atividade se assentava principalmente a partir da atuação de sua influente fundadora, que era esposa do jurista Antonio de Chagas Freitas e primeira dama do Estado do Rio de Janeiro, além de coordenadora da Escolinha de Arte do Brasil. “*O aspecto material do Museu era lastimável, havia a necessidade de uma outra organização, para a qual não se tinha dinheiro (...)*” (Freitas, 2001, p. 187), conta a educadora que, apesar das dificuldades, se descreve maravilhada com a obra da médica: “*Os jornais tomaram a defesa de Dra. Nise e de seu magnífico trabalho. Os intelectuais se manifestam dando entrevistas. A campanha estava na rua. Nossa estratégia, funcionando (...)*” (ibid). Graças a essa atuação coletiva, o MII não cessou suas atividades.

A metade da década de 1970 foi também marcada pela *chegada* de seus mais destacados colaboradores, que passariam a ocupar os cargos de direção, vice-direção e coordenação do Museu de Imagens do Inconsciente. Usa-se esse termo aqui em uma acepção etnográfica, para designar o modo pelo qual essas próprias pessoas definiram suas relações com o trabalho de Nise da Silveira. Graças a essa jovem equipe, que integram o que se poderia chamar de seus *continuadores*, o trabalho da médica no Engenho de Dentro não se dissolveu. É principalmente através dessas pessoas que o Mundo Nise se faz na dimensão de sua atualidade.

Luiz Carlos Mello foi a mais destacada figura emergente desse contexto. Na introdução de *Caminhos de uma psiquiatra rebelde*, ele conta que seu primeiro contato com a médica se deu nas reuniões do Grupo de Estudos C. G. Jung, realizadas em suas casas às quartas-feiras: “*estava sempre aberto a quem chegasse; qualquer pessoa podia frequentá-lo, não havia nenhuma exigência ou discriminação*” (Mello, 2014, p. 36). Apesar de sua frequência regular, nunca havia conversado com Nise, e passava a maioria das reuniões em silêncio. Nesse período de descobertas juvenis, seus planos eram o de abandonar o curso de Engenharia, que seguia na Universidade Federal do Rio de Janeiro, e migrar para a Europa. Entretanto, um acontecimento onírico mudou sua decisão.

“Então tive um sonho no qual Nise dizia coisas importantes para mim. A minha reação ao sonho foi retornar na reunião seguinte. Nesse dia ela demonstrou de forma brilhante como era realizado o trabalho no museu e a necessidade de colaboradores para seu desenvolvimento. Chamou os participantes do grupo para conhecê-lo, dizendo que a psicologia junguiana estava viva em Engenho de Dentro e não apenas nos livros que ali estavam sendo estudados” (ibid.).

Diante desse fato, Mello não resistiu e perguntou se poderia conhecer o museu, recebendo uma resposta afirmativa. A partir de então, deu início a uma relação que, com o passar dos anos, o consolidaria como o principal colaborador de Nise. O atual diretor do Museu descreve esse período, concomitante à aposentadoria, como “*extremamente generoso em criatividade*” (ibid., p. 37). Em entrevista a Leal, Nise admite a importância de Lula para seu trabalho, argumentando que a maioria de seus frequentadores do grupo de estudos mantido em sua residência não chegava a conhecer de perto o Engenho de Dentro. Lula era uma feliz exceção: “*Eu sempre digo: a*

psicologia junguiana não está aqui na sala, está em Engenho de Dentro. E foi assim que o Lula [Luiz Carlos Mello] foi a Engenho de Dentro. Aqui é conversa, teoria necessária, mas o âmago está é lá. E Lula, que acabara de fazer vestibular para engenharia, foi e ficou. É quem lê muito bem as imagens. Tem dado uma ajuda inestimável (...) (Silveira [1992] 2009, p. 164). Vê-se que Lula conquistou Nise sobretudo a partir de sua entrega voluntária ao trabalho, inicialmente como estagiário, e de sua capacidade intelectual, afinada às ideias da psiquiatra.

Outras importantes figuras acrescentam-se a esse momento. Destaquem-se a psicóloga Gladys Schincariol, atual coordenadora de projetos do Museu de Imagens do Inconsciente, e de Eurípedes Gomes da Cruz Jr., que foi vice-diretor da instituição por dez anos e é atualmente responsável pelo setor de esculturas do Museu Nacional de Belas Artes (MNBA), vinculado ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Ambos foram tão ativos quanto Lula na formação da equipe de continuadores do trabalho de Nise da Silveira, embora tenham se constituído em menor medida como figuras públicas, reservando-se ao trabalho de maneira mais circunspecta. Chegando ao Engenho de Dentro como estagiários em meados da década de 1970, engajaram-se diretamente em seus projetos subsequentes.

Junto a essa equipe, Nise se dedicaria à realização de projetos envolvendo a divulgação de seu trabalho. Como ressalta Mello, “*ela passou a registrar desde então, com mais intensidade, os muitos anos de experiência vividos no hospital psiquiátrico em livros, filmes, audiovisuais, cursos e exposições*” (Mello, 2014, p. 37). Entre 1981 e 1996, foram produzidos quinze documentários audiovisuais destinados a sintetizar as pesquisas realizadas pela médica e por seus colaboradores. Dirigidos por Luiz Carlos Mello, com montagem de Eurípedes Cruz Junior e de Gladys Schincariol. Esses materiais ensejaram a criação do curso itinerante *O Mundo das Imagens*, destinado à divulgação científica em universidades e instituições culturais.

O período que sucede à sua aposentadoria também é marcado pela escrita tardia de suas mais importantes obras. A primeira delas é *Imagens do Inconsciente* (1981), que conta com os resultados das décadas de observações no ateliê de pintura e modelagem. A segunda, *O Mundo das Imagens* (1992), que dá continuidade a essas investigações, foi publicada uma década depois. Luiz Carlos Mello destaca que esses trabalhos foram feitos sob grande hesitação, devido à autocrítica da psiquiatra. Sua motivação teria partido sobretudo de um sonho extraordinário em que uma tigresa dava a luz a dois filhotes. “*Depois de me contar o sonho, ela me disse, decidida: é hora de fazer o livro*”

(Mello, 2014, p.37). Para o colaborador, aquele devaneio onírico era uma imagem do processo criativo que suscitava sua identificação com os felinos e aludia aos dois trabalhos. Verificava-se, então, uma profusão de materialidades destinadas a registrar e difundir o conhecimento delineado a partir do trabalho da médica e de seus pares em seus grupos e instituições.

Dentro e além dos limites do hospício, as portas do Mundo Nise permaneceram abertas à chegada de uma plethora de atores, mais ou menos passageiros. A médica se tornou, progressivamente, uma espécie de vórtice de pessoas que foram se encadeando umas às outras. Esse encadeamento se concretizava ou individualmente ou, em sua maioria, por contatos pessoais, que “levavam” cada indivíduo ao contato com a psiquiatra rebelde. É o que deixa entrever, por exemplo, uma edição da revista *Quaternio* publicada em 2001, contando com cerca de setenta depoimentos de sujeitos que se envolveram no trabalho da médica, em sua maioria a partir dos anos 1970. Entre estes, constam aqueles que estagiaram no Museu e na Casa das Palmeiras, assim como, com grande destaque, os que frequentaram o grupo de estudos em sua residência, o qual se constituiu como a mais importante espacialidade extra-institucional a promover sua atuação até sua morte, mantendo seu funcionamento a todo vapor. Eram as três principais brechas do Mundo Nise, espalhadas entre a zona sul e a zona norte do Rio de Janeiro. Onipresentes nos relatos desse documento está a relação de encantamento em relação ao trabalho de Nise da Silveira, muitas vezes descrito como uma experiência de liberdade de pensamento em pleno período da ditadura militar.

Marcia Leitão da Cunha estudava no Colégio Andews e tinha apenas 16 anos quando foi convidada por um amigo para conhecer um museu diferente. Ao conhecê-lo, ficou perplexa, encontrando nele respostas para suas perguntas sobre a natureza humana. *“Muito me surpreendiam as declarações dos internos, que me faziam tentar entender o porquê deles estarem sendo confinados e marginalizados, enquanto outros indivíduos ocupavam cargos importantes na sociedade, apesar de serem infinitamente inferiores na capacidade de compreender o mundo”* (Cunha, 2001, p. 139). A jovem passou as férias seguintes mergulhada nos álbuns do acervo do Museu. Decidiu, assim, abandonar os sonhos de ser astronauta ou bailarina para formar-se em psiquiatria, trabalhando junto à mestra. Assim se sucedeu. Marcia a acompanhou pelos próximos vinte e cinco anos, e na década de 1990, chegou a dirigir o MII. Durante esse período, se deparou com a visceralidade da médica e sua luta em relação à incompreensão e hostilidade de parte de alguns de seus colegas: *“Fiquei logo impressionada com algumas de suas*

características marcantes, como o pragmatismo, a persistência e até mesmo a resistência, não só contra a opressão vinda de forças externas, políticas e sociais, mas também de forças internas, dentro da própria psiquiatria” (ibid.).

O psicólogo Walter Melo esteve entre os jovens que aportaram nesse ambiente no período em questão, motivado por seu interesse na psicologia junguiana. Durante os anos 1990, depois de passar pelos encontros com Nise, ele chegou a se tornar terapeuta da Casa das Palmeiras. Posteriormente, essa experiência o levaria ainda a concluir um doutorado na área de Psicologia Social sobre a trajetória da psiquiatra alagoana, o que foi a primeira e mais importante pesquisa acadêmica sobre o tema (Melo, 2005). Em seu livro *Nise da Silveira*, publicado em coleânea sobre a história da psicologia brasileira, o autor dá detalhamentos sobre a importância do *setting* domiciliar da personagem, que se dividia entre dois pisos abertos a curiosos, como inicialmente, ele próprio:

“Ao se entrar na biblioteca de Nise da Silveira, que ocupava o apartamento em cima do qual morava, era possível ver várias estantes feitas de tábuas de madeira apoiadas em tijolos, algumas mesas, cadeiras, muitos bancos, fotografias de pessoas queridas, quadros da Casa das Palmeiras pelas paredes, gatos passeando em total liberdade e livros, muitos livros. Dois emblemas também chamavam a atenção: em cima da porta do quarto que lhe servia de gabinete de trabalho, havia uma peneira de palha e dois abanos; na estante, um livro entalhado em madeira com formato de coração. Nesse ambiente rústico, os emblemas não poderiam deixar de representar a simplicidade e o afeto da anfitriã” (Melo, 2001, p.36)

Segundo o autor, o significado desses objetos era da maior importância. A peneira, que Nise costumava chamar de seu brasão, aludia à uma história contada por sua tia, que *“costumava peneirar sete vezes e manter o fogo aceso com o vento dos abanos. Esta era a fórmula para que o doce ficasse no ponto e o método empregado por Nise em seus estudos”* (ibid). Já o entalhe era presente de José Basto, um dos primeiros clientes da Casa das Palmeiras que, posteriormente, veio se tornar monitor de marcenaria: *“Uma forte relação de carinho unia essas duas pessoas, e José, vendo sempre sua querida doutora cercada por livros, ofereceu-lhe este presente e disse que o livro é muito importante, mas tem que estar acompanhado pelo coração”* (ibid., p. 37). Segundo Melo, a psiquiatra escutou essas palavras em tom de sabedoria, entendendo-as

como uma crítica ao seu aspecto excessivamente livresco. Ela mesmo costumava recomendar o abandono dos manuais de psiquiatria em favor das obras literárias.

Os anos 1980, em particular, foram caracterizados por um interesse renovado do campo artístico no trabalho de Nise da Silveira, envolvendo outras linguagens que não necessariamente as artes plásticas em seu sentido estrito. Como nas décadas anteriores, esse interesse estabelecia a conexão entre os muros do hospital e o mundo externo, questionando suas próprias barreiras, embora sem implodi-las por completo. Nessa configuração, chamou a atenção o trabalho do cineasta Leon Hirszman. Este começara a trabalhar com produção audiovisual na década de 1960, sendo reconhecido por seus trabalhos de teor político de esquerda, muitos dos quais haviam sido censurados durante a ditadura militar. Em 1968, conheceu Nise da Silveira no Engenho de Dentro, sugerindo a ela a criação de uma série documental sobre o trabalho dos artistas daquela complexo psiquiátrico. O projeto não pôde ser concretizado imediatamente por falta de financiamento. Uma década depois, na sequência da premiação do filme *Eles Não Usam Black Tie* – adaptação teatral de Gianfrancesco Guarnieri no festival de Veneza – conseguiu-se apoio junto a Embrafilme. Tornou-se, assim, possível a criação da trilogia *Imagens do Inconsciente* [1983-1986], contando com três episódios, cada qual dedicado a um personagem específico. Foram eles *Em Busca do Espaço Cotidiano* (sobre Fernando Diniz), *No Reino das Mães* (sobre Adelina Gomes) e *A Barca do Sol* (sobre Carlos Pertuis). As películas foram realizadas a partir da imersão direta de Hirzman no hospital, e apresentavam os trabalhos dos clientes justapostos à narração dos estudos de Nise da Silveira. O cineasta faleceu pouco tempo depois, assim como Adelina e Carlos que, como a maioria dos outros, passaram a vida inteira internados (Melo, 2010a).

No âmbito das artes cênicas, sobressaiu a relação travada entre a psiquiatra e o dramaturgo Rubens Corrêa. Em 1964, ainda no início de sua carreira, Corrêa planejou encenar, entre outras peças, o monólogo *O Diário de um louco*, de Gogol. Para tanto, teve a parceria do ator Ivan Albuquerque, com quem havia fundado a companhia Teatro do Rio alguns anos antes. Um familiar de Nise da Silveira, que assistia ao ensaios, sugeriu que o tema fosse tratado a partir de uma imersão no Museu de Imagens do Inconsciente. Assim, os dois tiveram suas passagens iniciais pelo Engenho de Dentro. O encontro foi arrebatador. Segundo Melo (2010b), os artistas teatrais se encantaram com a envolvente figura da médica, assim como com seus clientes. A peça foi montada com sucesso e apresentada em São Paulo e no Rio de Janeiro. Cinco anos depois, Corrêa se engajaria com a médica na leitura da tragédia *As Bacantes*, de Eurípedes, realizada no

interior do hospital psiquiátrico com a participação de funcionários e internos. O evento ocorreu no escopo de um ciclo de estudos sobre Dionísio organizado por Nise da Silveira. A relação, que se estenderia pelas próximas décadas, ainda ensinaria a peça *Artaud!*, idealizada primeiramente em 1969. A obra só foi concretizada em 1986, inicialmente no âmbito do Teatro Ipanema e, depois, no Museu, constituindo-se como uma espécie de colagem do pensamento do dramaturgo francês, organizada a partir da pesquisa de suas peças teatrais, poesias, ensaios, cartas e anotações esparsas. Corrêa faleceu dez anos depois.

Durante todo esse tempo, o trabalho de Nise da Silveira passou por constantes dificuldades financeiras para a expansão dos projetos e para a própria manutenção do programa terapêutico e museológico já existente; além de divergências com psiquiatras de dentro e de fora do hospital, que não reconheciam a legitimidade de sua prática de tratamento. A insistência de que as obras não poderiam ser vendidas jamais, para não dispersar o conjunto, permaneceu uma constante. Por outro lado, seu reconhecimento se consolidaria a partir de sucessivas premiações, títulos e homenagens³¹. Depois de sua jubilação, Nise já era definitivamente uma figura pública na cultura brasileira e contava com uma extensa gama de amigos e aliados, para além de seus colaboradores mais estritos. Nesse *hall* incluem-se personagens mais ou menos célebres, como o poeta Carlos Drummond de Andrade, a modelo Elke Maravilha, o cantor Ney Matogrosso, o psicanalista e escritor Hélio Pellegrino e a antropóloga Luitgarde Cavalcanti Barros, entre muito outros, cada um destes com uma trajetória singular em relação à psiquiatria. Se esta contava pouco com a ajuda de profissionais da área médica, o campo da cultura foi durante todo esse tempo o principal jardim onde colhia suas parcerias.

O escritor e tradutor Marco Lucchesi foi um dos personagens a compôr essa rede de cooperação mais ampla. Em seu livro *Saudades do Paraíso*, o autor narra sua chegada ao Mundo Nise, que passara, inicialmente, por sua visita ao hospital psiquiátrico: “*Antes mesmo de conhecer o deserto, eu já visitara outro ainda mais inóspito e desolador, o deserto da loucura*” (Lucchesi, 1997, p. 77). Foi em 1986, a convite de um psicanalista, que Lucchesi se propôs a visitar um manicômio pela

³¹ Entre essas premiações, se destacam a Medalha do Estado da Guanabara (1975), a Medalha de Mérito Oswaldo Cruz (1981), título de Honoris Causa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pela Escola de Ciências Médicas de Alagoas (1988), o Prêmio Mulher 90 (1990) e a Medalha Chico Mendes (1993). Para uma lista completa, ver Mello (2014, p. 339).

primeira vez, descrevendo a experiência como pavorosa, apesar de sua motivação literária. Em suas palavras: “*A desumanidade imperava naquela masmorra*” (ibid.).

Ao retornar da incursão, porém, o jovem começou a se interessar mais sistematicamente pelo estudo da loucura. Este, no entanto, parecia pertencer exclusivamente à medicina, e lhe aturdiu a distância dos tratados. Freud, Jaspers, Canguilhem, Basaglia e Foucault logo passaram a ocupar a centralidade de suas leituras, até chegar ao livro divisor de águas: *Imagens do Inconsciente*, de Nise da Silveira: “...começava a abrir de par em par uma porta que me conduziria a um anjo (...) deixava os tratados inumanos e passava ao calor das coisas. O livro conseguia arrostar a beleza da vida” (ibid.). O escritor descreve a descoberta da obra como estopim para seu interesse na autora, que questionava a fundo e de dentro a prática psiquiátrica a partir do contato direto com seus pacientes.

Em julho de 1987, deu-se o primeiro encontro pessoal, que permaneceria pelos próximos anos em uma intensa relação de amizade: “*Era uma senhora delicadíssima, de uma fragilidade aparente, ou melhor, de uma fragilidade apenas física, porque dentro dela havia uma vontade férrea, e um ímpeto vulcânico, e uma vontade obstinada*” (ibid.). Posteriormente, Marco assinaria o prefácio de um de seus mais importantes livros, *Cartas a Spinoza*. Assim descreve o autor seu contato inicial com a psiquiatra:

“*O abraço foi longo e silencioso. Meu coração era um bate-estacas e minha timidez começava a ser demolida. A força de sua exclusividade apoderava-se de mim. Um velho de 23 anos e uma jovem de 84 preparando a cerimônia do chá. (...) O encontro com Nise da Silveira foi um acontecimento que me levou a meditar os obscuros caminhos interiores, aqueles que levam ao secreto manancial das criaturas, além da superfície e do rumor das coisas, aos claustros e aos jardins cultivados, aos confins mediterrâneos do horizonte, ao chão inacessível da noite, e que determinam, afinal, as leis imponderáveis que regem o humano*” (ibid., p. 82-83).

Esse encontro, como muitos outros, não se deu sem intermediações. Diversamente, pôde existir graças à atuação de outro personagem fundamental. Trata-se do ex-paciente psiquiátrico, ex-colaborador de Nise da Silveira e atualmente reconhecido militante da luta pela reforma psiquiátrica no Brasil, Milton Freire. Com bom humor, Lucchesi descreve seu papel: “*Ao conhecer Milton Freire, pedi que levasse*

à doutora meu pedido de casamento, após enviar-lhe um artigo e um livro que lhe fora dedicado” (ibid., p. 82).

Milton passara dez anos em internações intermitentes em vários hospitais psiquiátricos, sendo tratado com eletrochoque e coma insulínico até conhecer o Museu de Imagens do Inconsciente na década de 1980. Ao contrário dos outros pacientes de Nise, este não se destacou como artista visual, mas como porta-voz da nascente luta antimanicomial. Além disso, também diversamente da maioria destes, que passaram suas vidas inteiras e faleceram nos limites do hospital, Milton conseguiu encontrar alta em relação ao sistema psiquiátrico, tornando-se uma figura particular. Assim escreveu sobre a psiquiatra, em texto dedicado à sua memória: *“Dra. Nise compreendia muito bem a vida e a alegria de se poder compartilhar uma experiência tão solitária e trágica como a loucura e poder alguém se transformar nessas condições”* (Freire, 2001, p. 155).

Em 1989, Milton foi um dos autores do livro *Artaud – A Nostalgia do Mais*, em parceria com Nise da Silveira, Marco Lucchesi e Rubens Corrêa. A obra contou com quatro trabalhos, cada qual assinado por um dos referidos nomes. Em comum, todos estes continuam o teor crítico às práticas médicas voltadas para o tratamento da esquizofrenia, assim como a referência ao dramaturgo francês que vivera na própria pele a experiência de ser internado. A participação de Milton nesse conjunto textual foi realizada em pé de igualdade com os outros autores. No trabalho em questão, não se deixou de pontuar sua condição *sui generis*, mas no sentido de reforçar sua força crítica, e não no de invalidá-la. Assim, na orelha de *Artaud*, encontra-se um breve descrição da trajetória de Freire: *“Tomado por imagens e emoções, perdeu a expressão verbal e corporal em 1961. Durante toda a década de 60 esteve em tratamento clínico. Seus sintomas se manifestavam através de gritos, entre o abismo do inconsciente e o desejo de linguagem. Na década de 70, fez psicoterapia. Estuda Letras, atualmente, na UFRJ. Trabalhou como securitário, professor e jornalista”* (Lucchesi, 1989, s/p).

Segundo o livro, o evento que marcou a passagem de sua situação psiquiátrica para sua nova vida, quando voltou a estudar e criou uma organização de defesa dos usuários da rede de saúde mental, foi o encontro com Nise da Silveira: *“Depois, conheci Nise da Silveira. Tive para sempre a compreensão da necessidade, cada vez maior, de se aplicar às atividades criativas, às forças curativas dos clientes da psiquiatria. No futuro, quero acreditar, não se submeterá mais qualquer pessoa a esta forma de confinamento”* (Freire, 1989, p. 40).

De maneira mais discreta, Nise também contava com o companheirismo de seu marido, com quem compartilhava o lar. Zoé Chagas Freitas, tornou-se próxima de ambos, frequentando sua casa, e conta alguns detalhes sobre esse relacionamento. Segundo e educadora, o Dr. Mario permaneceu vinculado ao Partido Comunista Brasileiro e trabalhava também na medicina, na aérea da saúde pública. Aceitava e acompanhava o trabalho de Nise, mas não se envolvia diretamente, considerando-o, dentro de sua proposta política, um tanto utópico: *“Ele defendia o sanitarismo, que considerava uma questão urgente, uma prioridade – mas ao mesmo tempo em que criticava o trabalho da Dra., sempre ajudava, colaborava (...). A Dra.respeitava e admirava o trabalho dele* (Freitas, 2001, p. 188). Nise e Mario não tiveram filhos, mas permaneceram juntos a vida toda.

ML – *“Você quer saber como me tornei personagem da Doutora Nise? Ou então paciente dela (risos)?”*

Marco Americo Lucchesi nasceu em 1963, no Rio de Janeiro, sendo o primeiro filho brasileiro de uma família de origem italiana. É poeta, romancista, ensaísta, pesquisador, conferencista, curador, editor e tradutor. Possui conhecimento de mais de vinte idiomas e criou ainda uma língua artificial, o *laputar*. Foi o responsável pela publicação, em português, de diversos autores estrangeiros, entre os quais Umberto Eco, Vico, Guillevic, Primo Levi, Rumi, Hölderlin, Khliebnikov, Trakl, Juan de la Cruz, Francisco Quevedo e Angelus Silesius. Seus próprios livros foram traduzidos para o árabe, romeno, italiano, inglês, francês, alemão, espanhol, persa, russo, turco, polonês, hindí, sueco, húngaro, urdu, bangla e latim. Lucchesi é doutor em Ciência da Literatura pela UFRJ e professor titular de Literatura Comparada da UFRJ. Foi professor visitante em variadas universidades estrangeiras. Esses pequenos detalhes o consagraram, desde 2011, com o título de membro da Academia Brasileira de Letras, constituindo-se como o sétimo ocupante da cadeira n. 15, além de seu mais jovem partícipe.

Foi nas dependências do imponente palácio dessa instituição, próximo à Cinelândia, que marcamos uma conversa. Travara contato via e-mail, mais uma vez sem nenhuma intermediação. Não demorou muito para receber uma resposta, que dispensou ligações telefônicas e, de súbito, sugeriu local e data. Mais tarde, o interlocutor me confessou: foi pela forma pela qual eu escrevi a mensagem que ele aceitara o convite.

Pois ali, na formação das palavras, já está tudo: se a pessoa é séria, se é boa, ou se é horrível...

O literato, devidamente trajado, me recebeu em sua sala particular, que não deixava de ser precedida por uma portaria, no andar térreo, e uma secretaria, em seu piso de trabalho. O salão, que continha outros gabinetes, era de um dourado resplandecente, ao mesmo tempo que sóbrio e aseado. A espera foi curtíssima. Ao me cumprimentar, ele logo avisou, desmanchando preocupações: aquelas eram apenas as formalidades do lugar... O encanto da experiência permanecia, mas não o peso de sua pompa, que prontamente se diluía em uma história de afeto.

Com uma voz doce, me contava sua trajetória. Vinte anos atrás, Marco estudava História na UFF. Já tinha conhecido o hospício, e saído dele atordoado com a poética da loucura. Era dura, áspera. Tinha uma prova de economia e, estudando na biblioteca encontrou, por acaso, *Imagens do Inconsciente*...

ML – *“Eu fiquei chocado, enamorado, confuso... tudo o que você pensar nesse campo semântico do meu coração. Transtornado pela delicadeza, intensidade, comoção que Doutora Nise possuía, não só no objeto, mas no garbo, na altitude de uma escrita muito próxima de Machado e Graciliano...”*

Marco escreveu uma carta para a Doutora, no Jornal do Comércio, declarando seu amor. Ele não a conhecia, e sabia da infinita diferença entre idade. Mas o espírito não tem separação, e a questão de geração não conta muito, não é mesmo? Provavelmente alguém mostrou a correspondência a ela... mas nunca obtive resposta. Segunda chance:

ML – *“Fui dar uma palestra no Fundão, acho que sobre O Nome da Rosa, de Umberto Eco, que mais tarde viria a traduzir. Nada muito relevante. Tem um rapaz que começa a fazer umas perguntas muito bem feitas... O rapaz tinha uma vulnerabilidade social e interna. Percebia-se. E algumas professoras como se dissessem para ele não falar...”*

Era Milton, então estudante de Letras da UFRJ. Marco, na contracorrente, o ouvia..

ML – *“Brilhante, quero ouvir mais!”*

No final da palestra, Milton se aproximou e agradeceu a escuta. Contou que viveu dez anos no hospital psiquiátrico. E perguntou a Marco se ele não conhecia a Doutora Nise da Silveira.

ML – *“Doutora Nise me salvou. Por favor, faz uma proposta de casamento...”*

Milton liga para Nise. Ela diz que casamento, não. Mas noivado, quem sabe... E assim, marcaram, via Milton, um primeiro encontro na casa da Marquês de Abrantes. Seria o início de uma amizade. Milton, Marco, Nise.

ML – *“Com o Milton, depois, nós fizemos um livro sobre Artaud. Ele se tornou uma liderança absoluta no movimento antimanicomial, com grande verdade, com grande intensidade”*.

FM – Ele até hoje frequenta o Museu... ele fala com uma propriedade!

Nessa época, eu já havia tido contato diversas vezes com Milton, que seguia frequentando atividades no hospital do Engenho de Dentro.

M – *“Ele é brilhante. E eu me lembro, em 1989, fazer um livro sobre a loucura, sobre Artaud... ninguém queria publicar. Milton não queria usar pseudônimo”*.

Algumas pessoas telefonaram sugerindo que isso poderia ser um problema. A ideia era destruir o nome, tornar impessoal. Mas não seria da afirmação de seu nome que se agregariam os fragmentos?

Com Nise, Marco desenvolveu uma relação pessoal que perdurou. Trocavam cartões postais imaginários. Ela chamava a casa dela de rodoviária: era um entre e sai...

ML – *“A Doutora Nise tinha uma chave de afeto muito importante. Tínhamos paixões muito próximas. Não dá para explicar. Nunca fiz análise com ela, mas sei que ela me compreendia...”*

Envelhecimento e morte

Algumas razões imponderáveis serviram de empecilho nessas últimas décadas dos 94 anos de existência da médica. O jornalista Bernardo Carneiro Horta começou a se aproximar do Mundo Nise justamente nesse período, em 1987, quando tinha 25 anos. Sua obra, a biografia *Nise – Arqueóloga dos Mares* (Horta, 2009), escrita a partir das anotações que este tomava desde sua frequência no grupo de estudos, assim como de entrevistas realizadas com amigos e colaboradores da médica, oferecem um depoimento a propósito dessa fase. Segundo o autor, a terceira idade de Nise foi marcada por alguns particularidades. *“Nise raramente ia ao MII. Frequentava a Casa das Palmeiras, em Botafogo, e sobretudo, o Grupo de Estudos C. G. Jung, que funcionava em sua biblioteca (...) o mergulho na leitura e na escrita se tornou ainda mais profundo”* (Horta, 2009, p. 48). Horta descreve a velha psiquiatra, que conheceu de perto, como uma personalidade singular, a começar por sua própria aparência física. A uma estética sóbria, sobrepunha-se um temperamento marcante:

“No dia-a-dia, não usava calças cumpridas, nem roupas pretas. Só trajava vestido, e os cabelos, compridos e castanhos, estavam sempre em coque. Não portava joias, nem bijuterias. No rosto, os óculos tipo fundo de garrafa. Era mirrada, magrinha, entre clara e morena. Possuía grandes olhos castanhos – que pousava sobre seus interlocutores com olhar profundo, em longas pausas silenciosas (...) Quase não ia à casa dos outros, nem a eventos ou festas. Raramente visitava amigos ou parentes” (ibid., p. 50).

Segundo seu amigo pessoal, Hélio Pellegrino, Nise da Silveira era um *Anjo Duro*, ao mesmo tempo dócil e feroz. *“De repente, se mostrava rebuscada. Noutras ocasiões, coloquial. Era generosa – e também agressiva. Comum e, subitamente, dramática”* (ibid., p. 51). Em outro trecho, Bernardo Horta faz menção a um curioso aspecto de seu caráter que pode parecer paradoxal à primeira vista. Trata-se de seu hábito de dar ordens. Como qualquer personagem importante, Nise, ao mesmo tempo que dava valor ao afeto e à liberdade, não deixava de ser uma figura que impunha respeito: *“A determinação, o autoritarismo e a liderança foram características que, com a idade, se acentuaram em Nise da Silveira. (...) O tom de voz era firme. O dito, incisivo. O olhar, direto. Não pestanejava. Agia como quem administrava o mundo”* (ibid, p. 60).

Segundo o autor, embora Nise da Silveira tenha salvo muitas vidas no decorrer de seu percurso, também tinha seus momentos de regressão e fúria, que a fizeram perder amigos valiosos. O jornalista enxerga nesse traço de sua personalidade uma proximidade com as pessoas com as quais Nise trabalhava. Como os próprios internos do Engenho de Dentro, a comunicação da médica tinha limites, mostrando-se, em muitos casos, arredia, receosa, retraída e fechada. Manifestava aversão ao mundo tecnológico, incluindo telefones e computadores. Não sabia administrar o próprio dinheiro. Quando idosa, assinava cheques em branco, que a empregada preenchia. Essa desconexão com o mundo das coisas práticas também encontrava ressonância em seu modo de trabalhar com as pessoas.

“Conta-se que, muitas vezes, ao chegar para dar uma palestra, entrava em linha reta, direto para a mesa de conferência, não proferia bom-dia nem boa-tarde. Já perante a plateia, impelida a falar, dava verdadeiro show de cultura geral e argumentação deixando todos boquiabertos com sua capacidade intelectual. Ao terminar, imediatamente saía calada, tal qual havia entrado” (ibid).

Especial atenção é conferida aos problemas de saúde atravessados por Nise na fase final de sua vida. No final da década de 1970, a médica sofreu um grave distúrbio de visão que quase a levou à cegueira, prejudicando sua leitura. Teve de esforçar-se com uma lupa até realizar uma operação bem-sucedida. Para desespero de seus familiares Nise fazia questão de não possuir plano de saúde: “*Todos os brasileiros têm plano de saúde privado? Não!!! Então, no dia que todos tiverem, farei um, afirmou Nise a parentes*” (ibid.). Esta postura, segundo o jornalista, provaria seus valores críticos e sua preocupação com o social, que se traduziam em uma vida humilde e modesta e reduzida às necessidades básicas. “*Isto podia ser visto por todos que a visitavam em sua casa ou na biblioteca do Flamengo. Ali, havia despojamento e austeridade. As paredes raramente repintadas, os móveis antigos e o chão em tacos de madeira fosca, entre outras características, mostravam que tal opção, na velhice, foi radicalizada.*” (ibid., 54).

Outra enfermidade mais duradoura complicaria a situação da psiquiatra, dessa vez em meados da década de 1980, concomitantemente ao falecimento de seu marido. Foi quando Nise sofreu uma queda acidental dentro de casa, durante uma faxina, e fraturou os ossos das pernas. Desde então, durante os últimos treze anos de sua existência, teve que viver em cadeira de rodas, dependendo da ajuda de acompanhantes. Diante de uma operação que poderia ser fatal, a anciã decidiu não operar. Sua força vital nunca mais foi a mesma. Sua respiração foi abalada por conta da atrofia dos pulmões e suas respostas passaram a se dar em largos intervalos.

Apesar disso, a então idosa médica manteve sua lucidez e conseguiu publicar suas últimas obras: *Cartas a Spinoza* (1995) e *Gatos: A Emoção de Lidar* (1998). Nestes, dedicava sua atenção a grandes paixões: no primeiro, o filósofo da unidade, e no segundo, os animais que circundavam os ambientes pelos quais passava. A concomitância dessas publicações suscita a importância dos livros e dos animais na trajetória de Nise. Sobre estes, Nise dizia que na próxima encarnação, se houver, queria vir como gato ou gata.

Nessa época, relembra Horta, Nise, em ato surpreendente, se reaproxima então do catolicismo, matriz religiosa de sua criação na infância, e pede para voltar a comungar. Um padre, chamado Pedro, passa a fazer visitas à médica. Pondera o autor: “*De toda forma, observe-se que seu catolicismo era progressista – a dama do inconsciente não rezava na cartilha do Vaticano e era avessa a dogmas*” (ibid., p. 56). O jornalista sustenta que Nise apresentou, durante sua vida, uma crescente vocação

devocional, e que não é a toa que tenha sido, tantas vezes, comparada a Madre Teresa de Calcutá. A médica passou a ser cuidada em grande medida por sua empregada – que, segundo ele, “*foi tomando ares e funções de governanta*” (ibid., p. 59) contando ainda com algumas acompanhantes. Apesar de contar com a visita regular de seus discípulos e colaboradores, foi no seio desse grupo de mulheres que Nise passou os últimos anos de sua vida, no final da década de 1990. De acordo com o autor, geraram-se algumas controvérsias a respeito do excessivo controle da empregada sobre as finanças da médica e de possíveis desatenções em relação ao seu tratamento. A própria Nise manifestava ambiguidade sobre o tema, oscilando entre sua defesa e acusação. A herança de seus apartamentos foi deixada para a principal cuidadora e seu filho, tal como também era desejado por seu companheiro. Pouco se sabe sobre seus paradeiros.

Nise faleceu em 29 de outubro de 1999, vítima de insuficiência respiratória, depois de um longo período de internação. Luiz Carlos Mello, que a visitou em seu período terminal no CTI do Hospital da Lagoa, lembra uma de suas últimas frases: “*dessa vez eu não escapo. Vou para outras galáxias*” (Mello, 2001, p. 299). Seu velório ocorreu logo depois, em um domingo, no Cemitério João Batista, no bairro de Botafogo. O acontecimento contou com a presença de amigos e admiradores de várias profissões, que preencheram seu túmulo com flores. Reporta Horta: “*De repente, alguém começa a bater palmas, todos aderem numa impressionante homenagem. Uma voz, de um excluído, canta ‘Viva Nise!’*” (Horta, 2008, p. 74).

BH – “*Está gravando né? Olha, no que se refere à convivência com a doutora Nise da Silveira, reside aí uma riqueza temática, porque a vida dela foi basicamente feita de convivências. Há uma frase dela muito interessante, em que ela diz que se existem três palavras que possam resumir ou se relacionar à vida dela, essas palavras são: bicho, livro e gente*”.

Estávamos em um café, no centro do Rio de Janeiro, próximo ao lugar de trabalho de Bernardo Horta. O contato havia sido travado via e-mail, no qual explicava de maneira mais extensa – a pedido do interessado interlocutor – o conteúdo da investigação. O que chamava de Mundo Nise estava além das instituições e por isso, surgiu a inquietação de travar conversas com aqueles que não trabalhavam nem no hospital, nem na Casa das Palmeiras. No caso particular, a motivação partira da leitura do livro *Arqueóloga dos Mares* que, a meu gosto pessoal, parecia mais profundo que os

outros do gênero. Pois a obra não simplesmente reproduzia as histórias já conhecidas, mas apresentava Nise em suas luzes e sombras, em suas grandezas e pormenores...

Bernardo, sério, articulado, ouvia minhas perguntas. O conteúdo de seu livro na ponta da língua. Gestos que correspondem às palavras.

Era final da década de 1980. O jovem carioca estudava Comunicação Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Juntou-se com um grupo de colegas no propósito de realizar um trabalho sobre imagem. Nessa época, estava em exibição, no Paço Imperial, uma mostra sobre Fernando Diniz, um dos mais destacados artistas do Engenho de Dentro. Ficaram encantados. Um dos membros do grupo era sobrinho de Mario Pedrosa, e recomendou o Museu de Imagens do Inconsciente. Chegando lá, não tardou muito para que fossem aceitos para um estágio. Já estavam naquele lugar Lula, Gladys e Eurípedes, entre outros. Fernando Diniz ainda era vivo – o último dos *camafeus*, que, segundo o autor, eram os principais casos clínicos dela.

BH – *“Assim fizemos um trabalho de acordo com os escritos da Doutora Nise. Ela dizia: ouça o louco, não ouça o médico. Então fizemos uma adaptação da Via Crucis Evangelho de São João para o hospício, onde a via crucis era a loucura, e o louco era propriamente Jesus. E isso nós apresentamos no Museu”*.

Ao ver o resultado, um monitor ligou para Nise, despertando seu interesse. Ela pediu para que a equipe de novatos apresentasse o trabalho no grupo de estudos do Flamengo. Ela ficou encantada. E estimulou-os a seguir participando. Bernardo, em particular, passou a frequentar as reuniões... Anotava tudo o que podia. Metia-se em tudo, mas era meio invisível entre os mais velhos.

BH – *“Nós admirávamos ela, mas a temíamos. Ela era idosa. Publicamente, era muito formal. Já era uma mulher notória, progressivamente isso aumentou, pela história que ela teve, pela compreensão que ela tinha de vida, sociedade, intelectualidade, atuação social... A priori muito séria, silenciosa, desconfiada”*.

Bernardo também se encantou com aquela anciã genial, uma personalidade fora do comum, com uma cultura geral, uma sensibilidade... um dos grandes gênios brasileiros, concluía. Nise era, para ele, uma grande amiga, uma segunda mãe, a mãe iniciática, a mestra; ela é uma pessoa de grande referência para a vida toda.

Segundo o autor, Nise tinha uma fama de ser *“meio fada, meio bruxa”*.

BH – *“Era uma figura com uma capacidade radiográfica. Ela olhava e você percebia. Ela tinha uma capacidade de compreender, desde um contexto que se passava ali no grupo, ou na casa dela, ou uma cena que ela assistisse na rua, ou na Casa das*

Palmeiras, ou no Museu, ou mesmo uma fotografia, uma pintura, uma cena de teatro, ou um quadro de televisão, uma cena de cinema. Ela tinha uma capacidade única de realizar uma leitura, desde uma leitura pessoal e psicológica, como também antropológica, cultural, daquilo que ela via. Algumas pessoas percebiam, e daí compreenderem que ela seria uma espécie de fada, ou uma espécie de bruxa. Havia essa brincadeira, pelo fato de ela também parecer sempre mais velha do que era. Aos 81 anos, na cadeira de rodas, resolveu fazer da cadeira uma entrega de sacrifício, para não correr o risco da operação e da morte em prol da obra. Não admitia fazer fisioterapia. Então ela foi afundando na cadeira. A figura física dela era muito precária. O cérebro era algo extraordinariamente aceso, era algo iluminado. Ela era fascinante”.

FM – Como você vê essas novas gerações de pessoas inspiradas na Doutora Nise?

BH – *“Foi uma vida densa, profunda, de grande investimento. Nada dela foi rápido. Nada dela foi gratuito. Tudo dela demorava: a obra, os livros, os relatos, a consagração... Ela também viveu muito. Tudo dela existe, tudo que ela criou está aí. Tudo dela é antigo como ela. Logo, uma figura tão arraigada assim, creia, tenha certeza, não acho: estamos no início de uma explosão de biógrafos, escritores, pesquisadores, acadêmicos e não acadêmicos... você é mais uma revelação desses jovens que estão se interessando. Na medicina, na educação, na pedagogia, na arte, na crítica de arte, na terapia ocupacional, na psicoterapia. É uma mulher multidisciplinar”.*

Rizomático Mundo Nise

O escritor argentino Jorge Luis Borges (1960) escreveu um conto em que narra o labor de certos cartógrafos que nunca se satisfaziam com os mapas já existentes. Esforçavam-se para fazer novos esquemas, cada vez maiores e mais detalhados. Até que, um dia, chegaram a uma situação limite de seu esforço. Engendraram um mapa do tamanho do Império. Era um documento cuja extensão coincidia exatamente com o território geográfico que se propunha a designar. O resultado era óbvio. Tratava-se, ao fim e ao cabo, de um mapa absolutamente inútil como mapa³².

³² Essa história é suscitada pelas antropólogas Jane Russo e Ana Teresa Venancio (2006) para descrever criticamente a abrangência classificatória excessiva das mais recentes edições dos manuais estatísticos e

A escritura da trajetória de Nise da Silveira nas páginas antecedentes não deixou de ser acompanhada pela tentação protagonizada por aqueles cartógrafos de Borges. Para evitá-la, foi preciso selecionar, recortar e descartar eventos, pessoas e lugares, construindo um texto capaz de indicar a extensão de uma vida sem se ajustar perfeitamente à mesma. Entre cada uma de suas sentenças, há um infinito vão. Alguns destes intervalos se desdobram nos próximos capítulos desta pesquisa; outros, inevitavelmente, escapam, resistindo à captura no registro do papel. Como na relação entre os mapas e suas espacialidades, há uma inarredável diferença de escala entre o vivido e o inscrito, e a tarefa de controlar esse desencontro, embora constante, nunca se completa. Caso se completasse, seria, como no conto, irrelevante como tarefa.

Ainda assim, fazer esse percurso, inevitavelmente provisório e precário, foi um exercício fundamental. Pois, mais do que uma sucessão de fatos, o que se buscou sublinhar aqui foi a emergência de uma configuração específica, tentativamente denominada *o Mundo Nise*, a qual, agora, merece algumas observações a propósito de suas propriedades sociológicas. Embora, dada a sua complexidade, seja impossível dividir em *fases* ou *gerações* a constituição desse campo, buscou-se analisá-lo através de eixos transversais que, passando pelas artes visuais e pela psicologia analítica, culminaram no desenvolvimento de um fenômeno próprio delineado ao longo da trajetória da médica, assentado em seu duplo aspecto, terapêutico e de produção de saber. Tratou-se, assim, de uma gradativa mudança, que fez com que a figura de Nise da Silveira se sedimentasse em um *Mundo Nise*. Esta tendência não só seguiu vigente como se intensificou após sua jubilação, período em que deu continuidade às suas atividades, resistindo ao envelhecimento e às enfermidades, agregando uma miríade de atores ao seu redor, dos quais somente uma parcela pôde aparecer no corpo desta pesquisa.

Não obstante, esse fenômeno não implicou na criação de um movimento formalizado. Ao contrário do que se convencionou como *establishment* nas escolas de psicanálise de distintas orientações, incluindo a do principal mestre de Nise, não foram criadas instituições de formação em sua prática. Os dois Grupos de Estudos (de sua residência e do Museu), embora operassem como espaço de difusão do conhecimento, não se propuseram a habilitar práticas profissionais e tampouco ofereceram diplomas

diagnósticos de transtornos mentais, os quais correm o risco de perder sua própria razão de ser, que é a de assinalar a existência ou não de patologia. Devo a elas o conhecimento do conto e a referência.

reconhecidos. Da mesma forma, não faziam nenhuma exigência em relação à graduação de seus participantes, constituindo-se em total abertura, inclusive para ex-pacientes psiquiátricos, o que seria considerado um disparate em uma formação mais tradicional. Repetidos depoimentos sublinham essas características. A psiquiatra Luciana Ramos destaca que Nise jamais criou uma sociedade de psicologia analítica por ser “*contrária às organizações de poder*”, dando preferência à criação de um grupo de estudos, “*gratuito e aberto a todos os interessados*” (Ramos, 2001, p. 33). Gilza Prado, ao ser apresentada à Nise por um colega, recebeu a sugestão de estagiar na Casa das Palmeiras e de frequentar o Grupo de Estudos. Conta: “*Quando perguntou-me a formação e lhe respondi ser professora, reagiu com uma quase agressividade. ‘Atenção, isso aqui não é uma escola’*” (Prado, 2001, p. 106).

A conexão do Mundo Nise com o ambiente universitário e com os saberes oficializados era regular, sendo consubstanciada sobretudo nas atividades educativas e de divulgação do Museu de Imagens do Inconsciente. No entanto, mantinha ambos os campos em relativa independência. Este fato se intensificava ainda mais na Casa das Palmeiras, que não apresentava qualquer vínculo com instituições médicas ou acadêmicas, e sobrevivia à base de doações e de colaborações voluntárias. Finalmente, a Sociedade de Amigos do Museu de Imagens do Inconsciente, se bem apresentava uma estrutura burocrática, tinha como função principal a manutenção financeira do projeto médico-científico de Nise da Silveira, e não tanto a de legitimar sua expansão para o âmbito da psicanálise, da psicologia ou da psiquiatria biomédica. Nesse sentido, é possível afirmar que houve niseanos, mas nada parecido com um *niseanismo* estruturado. Houve instituições, mas não propriamente uma *institucionalização* do campo.

Esses fatos clamam por algumas observações. Primeiramente, tratou-se de um fenômeno que se constituiu em *pequena escala*. Embora de desdobramento regular ao longo de quase meio século, provavelmente o Mundo Nise nunca aglomerou muito mais que duas centenas de pessoas assíduas, em contraste com organizações psicanalíticas estabelecidas. Um memorial publicado como revista em homenagem a Nise da Silveira no ano de 2001 apresenta uma lista intitulada “*Colaboradores e amigos que participaram da vida criativa da Dra. Nise*”, contando com a marca de 119 nomes³³. A composição desse campo foi marcada pela formação de um diminuto núcleo duro

³³ Evidentemente, o documento não está isento de uma margem de erro – por conta do esquecimento de tais ou quais personagens menos destacados... – o que não invalida a proporção de sua estimativa.

(incluindo sua equipe de colaboradores mais próxima e permanente, organizada por volta de sua jubilação), acrescentado por uma difusa lista de aliados (incluindo amigos pessoais, frequentadores constantes do grupo de estudos, membros da SAMII, entre outros), por seus próprios pacientes (em sua maioria internos no Engenho de Dentro e, em minoria, egressos de internações, na CP) e por partícipes mais genéricos, de notável rotatividade, muitos dos quais não chegaram a fazer nome no campo.

Em segundo lugar, estes acontecimentos se constituíram em âmbito predominantemente *doméstico*. É verdade que o trabalho de Nise da Silveira teve repercussões nacionais e internacionais. Seu nome forneceu inspiração a museus, centros de estudo e de tratamento dentro e fora do território brasileiro³⁴. Este ponto costuma ser resgatado por alguns colaboradores no intuito de enaltecer seus resultados. Não obstante, esses desdobramentos implicaram muito mais em homenagens do que em uma multiplicação definitiva das propostas da psiquiatra. As viagens de Nise da Silveira à Europa ou as exposições realizadas naquele continente ou no Brasil serviam mais para divulgar seus conhecimentos e incrementar sua formação do que para fomentar a aplicação efetiva de seu método terapêutico fora do âmbito carioca. O Mundo Nise se criou não tanto em Paris ou Zurique, mas sobretudo entre o Flamengo, a Tijuca, Botafogo e o Engenho de Dentro. Era nestes espaços, e não naqueles, que era possível tornar-se um niseano.

Em terceiro lugar, em continuidade com os elementos anteriores, pode-se afirmar que o Mundo Nise foi uma ocorrência fundamentalmente *presencial* e portanto, *pouco reprodutível*. Este fato começava pelo próprio método de trabalho preconizado, e se estendia à totalidade das pessoas e coisas envolvidas em sua constituição. Seja no ateliê do Museu de Imagens do Inconsciente, na Casa das Palmeiras ou nos encontros realizados na casa da psiquiatra, configuravam-se eventos que extraíam sua força da própria singularidade de suas relações concretas, fossem elas entre monitores e clientes – no caso dos ambientes terapêuticos –, fossem entre a própria médica, seus discípulos e colaboradores – no caso dos espaços de exposição e de difusão do saber. O fato de que as obras não eram comercializadas reforça ainda essa percepção na dimensão das materialidades: cada trabalho era único, e circulava em exposições apenas para permanecer em seu lugar de origem.

³⁴ Destaque-se, entre essas instituições, o Museo Attivo delle Forme Inconsapevoli, em Gênova, o Centro de Estudos Imagens do Inconciente, na Universidade do Porto, a Association Images de L'Inconscient, em Paris, e o Núcleo de Atividades Expressivas Nise da Silveira, no Hospital Psiquiátrico São Pedro, em Porto Alegre. Uma lista completa pode ser conferida em Mello (2014, p. 343).

Finalmente, o Mundo Nise se caracterizou por um corpo de conhecimento cuja composição se deu de modo *assistemático*. As observações de Nise da Silveira foram divulgadas em publicações esparsas durante a maior parte de sua carreira. Só ganharam forma mais nítida tardiamente, depois da aposentadoria, com as publicações de *Imagens do Inconsciente* (1981) e *O Mundo das Imagens* (1992). Não se constituiu, portanto, uma doutrina formalizada, mas um saber mais fluido, a ser aplicado por quem de alguma formasse com este tomasse contato, no hospital psiquiátrico ou em sua casa. As teorias de Nise da Silveira foram, durante muito tempo, fundamentalmente um conjunto disperso de práticas – o que não invalida sua consistência ou rigor.

Em depoimento publicado em memorial sobre Nise, o artista plástico Lula Wanderley, que também trabalhou como terapeuta na Casa das Palmeiras, sintetiza com precisão a combinação desses aspectos. Diz, chamando a atenção para sua irreprodutibilidade: “*como Nise da Silveira não admitia criar ou pertencer a uma Escola ou Movimento (para preservar a liberdade), nenhum estagiário ou colaborador, ao deixar a Casa das Palmeiras, conseguia reproduzi-la, mas também não retornavam à mediocridade. Eram impelidos a criar*”. E completa, comparando o trabalho da médica a outros casos similares no Rio de Janeiro: “*Nise contribuiu para uma tradição bem carioca das casas e escolas de intelectuais e artistas abertas ao encontro, exercício de linguagens e troca de ideias*” (Wanderley, 2001, p. 132), fazendo menção à casa de Mario Pedrosa; ao CEP 200000, do poeta Chacal; ao Tablado, da dramaturga Maria Clara Machado; e à Escola de Dança Angel Vianna.

Por um lado, é verdade que o projeto médico-científico de Nise da Silveira não se estendeu com maior concretude por conta do desinteresse de agentes do Estado em torná-lo uma política pública nacional, assim como da parte da classe médica em fazer do mesmo uma referência obrigatória na formação em psiquiatria. Por outro, não se deve compreender essas propriedades somente em termos de fracasso de uma missão. Parece igualmente adequado afirmar que a própria psiquiatra não se obcecou por alcançar grande prestígio, fazer crescer seu séquito ou impôr suas perspectivas fora de seu próprio meio profissional. Ela sabia que, caso essas direções fossem tomadas, seu trabalho perderia os atributos que o tornavam tão especial, incluindo a valorização da criatividade e da liberdade, entre outros fatores que lhe eram caros e que se anunciam neste capítulo apenas de maneira introdutória. Bernardo Horta reforça essa percepção ao descrever a recusa de Nise com relação a programas de fomento econômico: “*Para aceitar qualquer tipo de apoio financeiro para seus projetos, era difícilimo. Tinha a*

paranoia de que poderia ser usada pelas instituições e temia perder a sagrada liberdade de orientar seu trabalho” (Horta, 2001, p. 70). Quando recebeu proposta de apoio de uma multinacional, teria dito: “*“Prefiro ser uma loba faminta a ser um cão gordo e encoleirado. A palavra que mais gosto é liberdade. Gosto do som dessa palavra”* (ibid.).

Assim, se é verdade que, com a formação de sua equipe de sucessores, buscou-se ampliar seu escopo de influências através de cursos, exposições e documentários, essa procura foi efetivada de maneira ainda discreta. Depois de sua jubilação, a prioridade da médica se tornou sobremaneira a luta para fazer sobreviver sua prática nas instituições por ela fundada, em parceria com as pessoas com as quais mantinha relações de afeto e de saber. Esta luta era levada a cabo nas periferias dos saberes hegemônicos, com aqueles espíritos livres que comungassem de sua resistência às escolas oficiais e aos movimentos organizados, fossem estes relativos à psicanálise ou, como se verá, à própria reforma psiquiátrica. Dessa forma, Nise foi marginalizada, mas também marginalizou-se, colocando em questão o próprio sentido do que é ou não margem.

É preciso começar a tatear essa questão através de algumas hipóteses. Chame-se a atenção aqui para a própria economia do conhecimento em jogo no Mundo Nise. O antropólogo Frederik Barth (2000), por exemplo, propõe um interessante modelo etnográfico para pensar suas distintas modalidades. Com base em trabalho de campo em Nova Guiné e em Bali, o autor descreve dois tipos ideais – admitindo suas mesclas e estados intermediários – consubstanciados, respectivamente, nas figuras do *iniciador* e do *guru*. O primeiro, o iniciador, sacerdote do culto dos mistérios, opera a partir do ocultamento das verdades e do compartilhamento do saber com o menor número de pessoas possíveis. Seu conhecimento é aplicado sobretudo para a coordenação de rituais públicos e iniciação de noviços, mas não é ensinado. Períodos de recolhimento oscilam com *frenesis* de revelações encenadas, tornando os enigmas imanescentes, mas não necessariamente inteligíveis. Já o segundo personagem, o guru, trabalha em contraste, através do imperativo do ensinamento. As consequências dessa modalidade envolvem as tarefas de instruir um público, envolvendo viagens e eventos destinados a formar um grupo de discípulos, de maneira mais próxima aos acadêmicos universitários ocidentais. Enquanto o iniciador protege o conhecimento, demonstrando-o através de mecanismos afetivos e imagéticos, o guru o reproduz por intermédio de performances verbais destinadas a uma audiência, conferindo grande ênfase à explicação lógica.

Pode-se afirmar que Nise da Silveira, nas reuniões abertas que promovia em sua casa e nos estabelecimentos em que mantinha atividade, misturava inquietantemente a imagem luminosa do guru às brumas do iniciador, ensejando, mais que um meio termo, a necessidade de uma descrição própria. Palestrante carismática, simples e ao mesmo tempo erudita, ela conquistava uma plateia heterogênea, que embora provavelmente caracterizada pela predominância de uma classe média intelectualizada, não fazia muita distinção entre estudantes universitários, *hippies*, psicanalistas formados, astrólogos, artistas, donas de casa, desempregados e pacientes egressos de internações psiquiátricas. Distribuíam-se, nesse agrupamento, tanto mulheres como homens de variadas gerações. Segundo Ramos, circulavam “*pessoas de profissões, credos, idades, raças e culturas diferentes (...) pessoas extremamente diversas compunham as equipes de estudo*” (Ramos, 2001, p.30). Outro membro do grupo, André Decoster, se indaga: “*alguém já ouviu falar de um grupo de estudos onde de repente entra um psicótico, um drogado ou até um senador, e opinam sobre o que quiserem?*” (Decoster, 2001, p. 63). Entre esses, formou discípulos – sobretudo entre os mais jovens – mas não os buscava ativamente. Não havia critérios seletivos dados *a priori*. Tratava-se de um público rotativo, fluido e pouco numeroso, que chegava de maneira independente ou, o que era mais comum, por contatos pessoais. A escritora Elvia Bezerra descreve esses fatos: “*não exigindo nada de quem frequentava a reunião, só permanecia ali quem tivesse, ou descobrisse, verdadeiro interesse no assunto. Compreendi depois que não pode haver critério mais seletivo!*” (Bezerra, 2001, p. 95).

É evidente que, nesse grupo, despertavam-se ciúmes, conflitos, diferenças e indiferenças. Entretanto, não há registros da existência de facções organizadas ou de grandes disputas, tanto por conta da porosidade do agrupamento quanto pela própria ideologia defendida por Nise da Silveira, calcada na valorização da singularidade individual e, ao mesmo tempo, na resistência ao estabelecimentos de hierarquias. Para consolidar-se no campo, como colaborador ou monitor terapêutico, havia um único imperativo: conquistar a confiança da psiquiatra rebelde, o que não se dava facilmente. Era necessário operar através de uma mescla entre a disposição sacrificial de trabalhar voluntariamente, sem nenhum retorno financeiro; a sensibilidade e a habilidade intelectual, preferencialmente em profunda afinidade com suas ideias e valores; e, finalmente, boas doses de determinação, sorte e paciência. Como é comum em outras organizações sociais, os membros mais antigos tendiam a ser os mais importantes – o que não invalidava a chegada de novatos.

O estilo de fala de Nise da Silveira era predominantemente racional e explicativo, mas nem sempre dotado de uma ordem lógica. Guardava, também, uma dimensão de mistério, encarnada em sua pequena figura rodeada por livros e gatos. Bernardo Horta, mais uma vez, descreve com grande riqueza a convivência desses atributos, dessa “*meio fada, meio bruxa*” – imagem que a condensa melhor que o guru ou o iniciador barthianos – que se intensificou com o passar dos anos:

“Era chamada de Doutora por todos (...). Entretanto, não apresentava estilo tão acadêmico ou doutoral. Aqueles que conviviam com ela estavam em constante aprendizado entrecortado por intervalos irregulares, sem sequência didática. Era preciso estar atento. Seu tempo era outro – especialmente quando idosa. Podia levar, 15, 30 segundos para começar a responder uma pergunta, ou numa pausa de conclusão. Tinha raciocínio profundo e sofisticado. Possuía exata consciência do sentido de suas palavras” (Horta, 2008, p. 51).

Essa vida feita de convivências, entre bichos, livros e gente, se compôs por meio de uma série de associações que parecem escapar a qualificações sociológicas muito estagnadas. Pontuou-se, em sessão anterior, a necessidade de uma abordagem que reformule a distinção entre indivíduo e sociedade no estudo das trajetórias, particularmente em relação ao caso aqui abordado. Essa aposta levou na direção das obras filosóficas que caracterizam o chamado pós-estruturalismo, sobretudo na esteira da formulação foucaultiana acerca do dispositivo e sua reformulação, no pensamento deleuzo-guattariano, na noção de agenciamento.

Retome-se aqui essa discussão. Gilles Deleuze, em parceria com Felix Guattari, definiu o agenciamento como uma composição de linhas que podem se fixar sobre distintos estados, os quais podem ser *arborescentes* ou *rizomáticos*. No primeiro caso são formados sistemas segmentários, de forma fechada, cujas partes operam submetidas à unidade. Trata-se de um modelo de organização do conhecimento que corresponde às taxonomias e classificações científicas ou estatais, nas quais uma base dá origem a variados ramos, determinando-os hierarquicamente. No segundo caso, são criadas resistências ao fechamento, abertas à multiplicidade. As relações entre os termos de um rizoma são menos de filiação do que de alianças; são mais de contágios do que de heranças ou descendências. Suas linhas são mais importantes que seus pontos. Seu desenho é mais molecular que molar. Sua natureza muda à medida que se alteram suas

conexões, podendo fugir, se esconder, sabotar e cortar caminho. O que isto implica é que uma configuração na qual qualquer elemento pode incidir sobre o outro, sem que haja a preeminência de sua posição.

A distinção entre essas formas não é de oposição mútua, mas de incomensurabilidade. O rizoma pode arborificar-se, mas não se encerra em seu modelo, pois está em um fluxo constante de desterritorialização e reterritorialização. Assim, sublinham os autores: “*O rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga*” (Deleuze & Guattari, 1997, p. 32-33).

Na âmbito da antropologia, essa conceituação deleuzo-guattariana encontrou particular repercussão na obra de Tim Ingold (2012). Inspirado na imagem do rizoma, o autor propôs a noção de emaranhado (*meshwork*) para designar uma ontologia da vida como um contínuo de linhas e fluxos vitais que extrapola os limites e a estase dos objetos autocontidos, suspendendo a separação *a priori* entre o mundo natural e os fenômenos culturais. Em passagem alusiva, o antropólogo sugere os contornos da teia de uma aranha como desenho piloto para sua proposta, na medida em que seus fios, mais que conectar pontos ou ligar coisas, são tecidos a partir das exúvias do corpo do inseto, dispostas segundo seus movimentos. Constituem-se, assim, as linhas ao longo das quais este pode existir – linhas que se desenvolvem em contraponto, uma servindo de refrão à outra – conduzindo sua percepção e ação no mundo. Uma teia assim constituída não possui um centro, mas um feixe de linhas-fio que estabelecem condições de possibilidade de acordo com um trilhar particular no ambiente.

Há uma ressonância entre a fabulação conceitual aqui descrita e aquela ensejada pelo trânsito por entre o mundo de relações constituído com e através de Nise da Silveira. Embora certamente uma personagem destacada e uma líder; libertária e ao mesmo tempo autoritária – como propõem seus próprios pares –; o Mundo Nise parece resistir à figura de um centro detentor do poder acompanhado por sujeitos submetidos ao ditames de um nivelamento esquadrihado. Diversamente, uma perspectiva etnográfica sobre sua trajetória permite entrever a médica como uma espécie de atratora ou provocadora de uma configuração aberta e indeterminada, constituída por elementos heterogêneos que a atravessavam e, ao mesmo tempo, a constituíam. Eis a própria base da auto-representação do Mundo Nise. Este fato, aqui, não constitui necessariamente matéria de elogio, embora certamente o seja, aqui e ali, para aqueles que o compõem. Antes, trata-se aqui de entender suas consequências específicas.

Essa percepção se reforça quando Deleuze e Guattari falam daqueles seres especiais que podem aparecer como os chefes dos bandos ou os senhores das manadas. A estes entes, os autores chamam de *anômalos*, em qualificação que se difere daquela presente no termo *anormal*. “*O anormal só pode definir-se em função de caracteres específicos ou genéricos, mas o anômalo é uma posição ou um conjunto de posições em relação a uma multiplicidade (...)*”(Deleuze & Guattari, 1997, p. 26). A anomalia advém, assim, de uma certa contradição, definida no linguajar filosófico desses pensadores, entre uma série homóloga de termos opostos: a manada e o solitário; o contágio de massa e a aliança preferencial; a multiplicidade pura e o indivíduo excepcional; o conjunto aleatório e a seleção predestinada. Indivíduo e sociedade.

Essa contradição, sustentam os filósofos, é real, mas não dá conta de explicar a natureza do fenômeno da anomalia. Isto porque este escapa à simples predeterminação de um ou de outro de seus termos, clamando por uma re colocação da questão. O anômalo é o elemento preferencial da matilha, mas não representa a espécie, nem se conforma à noção de um desvio da norma. Nesse ímpeto, Deleuze e Guattari definem o anômalo não como centro, mas como borda:

" O que é o anômalo? É um fenômeno, mas um fenômeno de borda. Eis nossa hipótese: uma multiplicidade que se define, não pelos elementos que a compõem em extensão, nem pelas características que a compõem em compreensão, mas pelas linhas e dimensões que ela comporta em intensão. Se você muda de dimensões, se você acrescenta ou corta algumas, você muda de multiplicidade. Onde a existência de uma borda de acordo com cada multiplicidade, que não é absolutamente um centro, mas é a linha que envolve ou é a extrema dimensão em função da qual pode-se contar as outras, todas aquelas que constituem a matilha em tal momento; para além dela, a multiplicidade mudaria de natureza” (ibid., p. 27).

Em todos os bandos, dizem, há o fenômeno de borda, ainda que sejam ocasionalmente minados por forças que instauram neles centros interiores de tipo conjugal ou familiar, ou de tipo estatal, que os fazem passar a uma forma de sociabilidade totalmente diferente, substituindo os afetos de matilha por sentimentos de família ou inteligibilidades de Estado. Dessa forma, assim como o rizoma pode se arborificar, a borda não está isenta de se centralizar, aqui e ali.

O anômalo, entretanto, não se confunde com estes, justamente por seu caráter limítrofe. O anômalo é, por excelência, um feiticeiro: "*Os feiticeiros sempre tiveram a posição anômala, na fronteira dos campos ou dos bosques. Eles assombram as fronteiras. Eles se encontram na borda do vilarejo, ou entre dois vilarejos* (ibid., p. 28). Ou, como definiu um certo escritor estadunidense, o anômalo é um Outsider: “[H. P.] Lovecraft chama de Outsider essa coisa ou entidade, a Coisa, que chega e transborda, linear e no entanto múltipla, inquieta, fervilhante, marulhosa, espumante, estendendo-se como uma doença infecciosa, esse horror sem nome” (ibid., p. 27).

Pode-se imaginar Nise da Silveira como essa borda, essa figura *anômala*, *feiticeira* ou *Outsider*, através da qual se engendraram encontros e trocas possíveis, nos quais conviviam componentes afetivos e intelectuais, entre pessoas e coisas, animais e humanos. Nise e Almir. Pedrosa e os artistas. Livros e gatos. Pinturas e clientes. Martha e Raphael. Marco e Milton. Zoé e a Sociedade. Lula e o Museu. Bernardo e as notas. Jung e o grupo. A Casa e os clientes. Isto não implica em um “vale-tudo”, mas em um modo característico de constituir relações que tendeu a resistir ao fechamento; que adquiriu formas institucionais e burocráticas, ao mesmo tempo que escapou de seus contornos; que não abdicou do poder, mas o fez circular de uma maneira particular. Mais que um corpo de conhecimentos estabilizados, médica criou, junto a seus pares, um paradigma predominantemente experimental e dinâmico – rizomático, dir-se-ia – que, justamente por essa qualidade, continua se estendendo e se modificando até os dias atuais.

O Mundo Nise, tal como (re)constituído após a morte de Nise da Silveira, é alvo do próximo capítulo. E as linhas da teia começam a transformar sua vibração.

CAPÍTULO 2

MEMÓRIA E ESPECTROLOGIA

*"Vivo della mia morte e, se ben guardo,
felice vivo d'infelice sorte"*
(Michelangelo Buonarroti. 1532)

Vida após a morte

No bairro do Engenho de Dentro, na zona norte do Rio de Janeiro, um quarteirão inteiro é cercado por uma longa cadeia de grades esverdeadas, atravessada apenas por um turvo canal. Em suas margens, na extensão de aproximadamente oito mil metros quadrados, dispõem-se pequenas casas e modestos edifícios, típicos de um bucólico subúrbio carioca. Na estreita calçada se desenha uma ciclovia. Vê-se moradores indo e vindo, alguns em horário de trabalho, outros apenas caminhando despreocupados, como se costuma fazer nos parques e praças.

Neste território situa-se o antigo Centro Psiquiátrico Nacional, outrora também conhecido como Centro Psiquiátrico Pedro II, complexo hospitalar centenário destinado à oferta de serviços de atendimento médico e assistência social, com particular destaque para a saúde mental. A instituição tem sua principal entrada na rua Ramiro Magalhães, n. 521, onde uma guarita, sempre acompanhada por seguranças, solicita a identificação de seus visitantes. Alguns desenhos, notáveis, porém um pouco desbotados, se inscrevem no muro logo ao lado do portão. Lê-se dizeres como “*ANTIMANICOMIAL*”, ou então “*POVO, OCUPE A CIDADE*”! Mais adiante, três flores azuis sustentam um desenho com o nome *Nise da Silveira*, que desde 2001 batiza a instituição: o Instituto Municipal Nise da Silveira³⁵.

Na outra extremidade do terreno, há ainda uma segunda entrada, menor e mais escondida, situada na rua Bernardo. Trata-se de uma porta gradeada que, embora permaneça trancada a maior parte do tempo, pode ser facilmente aberta caso se faça o pedido a um porteiro através da fresta. Feita a travessia, já dentro do instituto, logo está-

³⁵ O atual Instituto Municipal Nise da Silveira foi mais conhecido como Centro Psiquiátrico Pedro II (CPP2) no período que compreende os anos de 1943 até 2000. Seu prédio frontal até hoje guarda um letreiro com o antigo nome. A história do complexo remonta ao ano de 1911, quando constituía uma Colônia de Alienadas, isto é, especializada na internação de indigentes do sexo feminino. A partir da década de 1940, com a superlotação do antigo Hospício Pedro II (também conhecido como Hospital Nacional de Alienados desde a instauração da República), então sediado na Praia Vermelha, a colônia do Engenho de Dentro passava a receber seus internos transferidos, vindo posteriormente a herdar seu próprio nome. No mesmo período, o edifício da Praia Vermelha, que abrigava o primeiro manicômio do Brasil, tornava-se parte do atual campus da UFRJ (Jorge, 1997).

se diante de um prédio verde e branco, de mais ou menos dois andares, discretamente ornamentado com algumas estrelinhas coloridas à esquerda. À direita, uma placa explicativa diz *Museu de Imagens do Inconsciente*, seguida do texto: “*Criado em 1952 pela doutora Nise da Silveira, reúne trabalhos de terapia ocupacional produzidos pelos frequentadores do instituto (...). Diretamente vinculado aos ateliês de pintura e modelagem da instituição, o museu recebe a cada dia novos documentos plásticos que formam um acervo estimado em 350 mil obras*”.

Nise da Silveira ainda vive no Engenho de Dentro, especialmente nesse museu. Mas não somente nele. Nos últimos anos, uma série de atividades desenvolvidas naquele mesmo complexo psiquiátrico passaram a ser realizadas em nome da médica alagoana. Em 2012, dois andares do edifício da enfermaria de seu hospital foram ocupados pelo *Hotel da Loucura*, coletivo idealizado pelo médico e ator Vitor Pordeus. O projeto funcionou como política pública até o ano de 2016 no âmbito do SUS, sendo vinculado ao Núcleo de Cultura, Ciência e Saúde da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro. Tratou-se de uma espécie de centro cultural e terapêutico, abrigando coletivos de arte residentes em suas próprias dependências, e oferecendo atividades regulares como oficinas de teatro, saraus, exposições, exhibições de filmes e cursos de psiquiatria, destinadas a usuários da rede de saúde mental internos e externos, assim como ao público mais amplo. Embora seu coordenador não tenha chegado a conviver com Nise em seu tempo de vida, ele a escolheu como sua mais importante referência e, durante o período da pesquisa, despontou como um de seus mais destacados continuadores.

Também não é somente no Engenho de Dentro que a figura da psiquiatra rebelde segue aparecendo, mesmo depois de ter encontrado a morte, já quase centenária. Não se pode esquecer da Casa das Palmeiras, instituição fundada por Nise da Silveira em 1956, voltada sobretudo para a proposição de atividades expressivas a egressos de internações psiquiátricas. Atualmente, o lugar passa por dificuldades financeiras, mas é mantido em um velho sobrado na rua Sorocaba, no bairro de Botafogo. Envolvem-se, aí, profissionais mais velhos que, como no Museu, travaram contato direto com o trabalho da médica. Destacam-se, desse corpo de funcionários, a artista plástica e astróloga Martha Pires Ferreira e, ainda, o psiquiatra e psicanalista Jean Pierre Hargreaves.

Fora dessas instituições, de modo mais ou menos disperso, a imagem de Nise continua a ser evocada por novos e velhos devotos. Chama a atenção, em particular, a contínua produção de livros sobre seu trabalho, delineados em sua maioria na interseção

entre o caráter literário e o biográfico. A esta altura, o leitor já deve estar familiarizado com uma linhagem de publicações que atravessa Bezerra (1996), Gullar (1996), Melo (2001), Horta (2008) e Mello (2014), entre outros. As produções artísticas e culturais são também um importante meio de realização desse fenômeno, incluindo exemplos de filmes (Berliner, 2016; Oliveira, 2015) e peças teatrais³⁶.

Em menor medida, outro meio em que se verifica a permanência do interesse pela trajetória da médica é o acadêmico. Cruz Junior (2009), em sua dissertação de mestrado, apresenta uma significativa relação de pesquisas científicas, originárias de universidades de todo o país, dedicadas à referida temática. A partir de seu inventário, é possível depreender que a maioria das produções se concentra na área da psicologia, embora outras possam ser encontradas nos campos da medicina, da terapia ocupacional, da enfermagem, da linguística, das artes visuais, da filosofia, da história, da educação e da museologia. Nas ciências sociais, o interesse ainda é incipiente, limitando-se às referências nos trabalhos de Villas-Boas (2008), Reinheimer (2009), Fernandes (2015) e, agora, este³⁷.

Todas essas observações permitem entrever a existência de um campo de construção de memória em torno da vida e da obra de Nise da Silveira, no qual envolvem-se variados agentes. Incluem-se nesse conjunto dois grupos distintos: o primeiro, mais reconhecidamente “oficial”, envolve seus antigos colaboradores, isto é, as pessoas que se envolveram diretamente em seu projeto médico-científico e que com ela conviveram; um segundo grupo, que poderia ser caracterizado como “oficioso”, é composto por novas gerações de seguidores afetadas pelo trabalho da médica alagoana, incluindo-se em seu escopo jovens pesquisadores, médicos, artistas, cineastas etc.

Há diferenças entre os atores comprometidos com essas atividades, entre e dentro de cada um desses círculos. Ao mesmo tempo, todos estes encontram-se dispostos a preservar, difundir e fazer lembrar os saberes e práticas da psiquiatra nos dias de hoje, compartilhando o interesse por sua trajetória. Embora não configurem uma

³⁶ É exemplo a peça teatral *Nise da Silveira – Senhora das Imagens*, que esteve no Rio de Janeiro e em São Paulo em 2012, narrando a história da médica através da dramaturgia, da música e da dança. A obra foi reeditada em 2016, sendo entretanto interrompida devido ao falecimento de seu diretor, Daniel Lobo. Este fato lamentável impossibilitou maior detalhamento nesta pesquisa.

³⁷ Destaque-se, ainda, a importância de duas figuras desse âmbito que atravessaram a trajetória da médica alagoana: a historiadora e cientista política Dulce Pandolfi, que a entrevistou em 1992, e a antropóloga Luitgarde Cavalcanti Barros, sua amiga pessoal. A incipiente relação de Nise da Silveira com as ciências sociais seria, por si próprio, um tema de investigação. De todo modo, a ausência de uma reflexão sistemática sobre o Brasil e a realidade nacional no pensamento niseano, mais preocupado com a articulação entre os domínios da psicologia e da investigação sobre a natureza humana, em uma acepção universalista, parece uma hipótese relevante. Esta questão é abordada no capítulo 6 desta tese.

organização uníssona ou movimento sistemático, são capazes de produzir uma espécie de corrente contínua de pensamento, evocando o que Maurice Halbwachs denominou originalmente como memória coletiva (Halbwachs, 1990), assim como toda uma linhagem de estudos desenvolvida a partir de então. Nos fundamentos da memória, pode-se afirmar, estão os indivíduos e grupos situados em espaços e tempos concretos, que a conservam e expressam, em tensão com os esquemas da razão histórica. Seus territórios de reprodução podem ser entendidos como *lugares de memória* (Nora, 1997), que encontram em arquivos, instituições e seus fundadores, diretores e funcionários seu espaço privilegiado, tornando possível sua revitalização ou suspensão.

Este capítulo se propõe a transitar por essa problemática, apresentando etnograficamente seus principais atores, incluindo suas distintas narrativas, assim como suas alianças e conflitos. Trata-se, portanto, de um trecho desta investigação destinado à análise do Mundo Nise na dimensão de uma atualidade que, ao mesmo tempo que inarredavelmente atada ao pretérito, se desdobra na direção do presente e do futuro. Nesse sentido, se o capítulo anterior voltou-se para o entendimento dos processos através dos quais esse campo pôde se constituir, focando-se principalmente nos anos que contaram com a presença física da médica alagoana – chamou-se a esse período de *ciclo carnal* – agora, é a *vida após a morte* o fenômeno que se configura como objeto de estudos. Dito objeto é aqui chamado de *ciclo espectral*.

Essa nomenclatura não tem somente uma finalidade poética ou metafórica. A noção de espectro remete, em um primeiro momento, à obra filosófica de Jacques Derrida, especialmente àquela dedicada ao marxismo. Tomando como ponto de partida a menção da espectralidade que abre O Manifesto Comunista de Marx e Engels – a qual ganhou forma na famosa frase inaugural “*um espectro ronda a Europa, o espectro do comunismo*” – o autor busca suspender a proclamação de que essa tradição de pensamento estaria morta. Concentra-se, antes, em chamar a atenção para sua herança incontestável, buscando entrever, entre seus possíveis destinos no presente, o que denomina como sendo os *espectros de Marx*. Através do termo, designa as múltiplas dimensões e heterogeneidades do marxismo, assim como a própria resistência em relação a seu esquecimento. Mas, sobretudo, sublinha sua inserção no terreno da indeterminação. Pois, se o espectro não está vivo nem morto, ele se configura na condição de realidade plural e, ao mesmo tempo, na impossibilidade de constituir-se

como coisa una: é mais que um e menos que um. Torna-se, portanto, o operador entre o passado e o porvir. Como diz o autor: “nenhuma ética, nenhuma política, revolucionária ou não, parece possível, pensável e justa, sem reconhecer em seu princípio o respeito por esses outros que não estão mais ou por esses que ainda não estão aí, presentemente vivos” (Derrida, 1994, p. 13).

A esta definição, dedicada a pensar nas muitas continuidades possíveis de uma corrente intelectual e política delineada em nome de um ser intangível, se entrelaça outra, mais forte ou radical, concentrada na própria influência efetiva dos espectros na comunidade dos vivos. Trata-se aqui daquelas *presenças ausentes* que, se encontrando no enigmático limiar entre a materialidade e a imaterialidade, se afiguram como ruídos na ordem da representação. Como propôs o filósofo argentino Fabian Ludueña Romandini (2012), a espectralidade é um dos elementos constitutivos primordiais da comunidade humana, do direito e da política, especialmente na tradição ocidental, a despeito de sua invisibilização histórica. Essa problemática, originalmente delineada no propósito de analisar a mitologia dos ressuscitados característica do advento do cristianismo, serve igualmente para pensar a ontologia do presente, como previsto pelo próprio autor. Em sua leitura, os espectros não se confundem necessariamente com os espíritos, ainda que pertençam a uma região metafísica comum. Na definição proposta pelo filósofo:

“denominaremos espectro, em seu sentido estrito, os entes que sobrevivem (mesmo sob a forma de um postulado) à própria morte, ou que estabelecem um plano de indistinção entre a vida e a morte. Sob esse ponto de vista, o espectro pode ser completamente imaterial ou adquirir distintas consistências (...) que podem chegar até a obstinação de uma materialidade de carne e osso, ainda que de natureza eminentemente sobredeterminada pelo Espírito” (Ludueña Romandini, 2012, p. 13)

A partir dessas formulações, a noção de espectro se recria aqui de maneira específica, envolvendo a coexistência de duas dimensões. Por um lado, evocando o primeiro autor, permite pensar de modo mais nítido a contiguidade dos ensinamentos de Nise da Silveira na contemporaneidade através da experiência do indecidível: tal como os espectros de Marx, aqueles de Nise se propagam sem cessar, não se encerrando nos limites do passado, nem na unidade de um indivíduo. Sua vida e obra se desdobram em um território móvel de produção de memória, no qual se apresentam muitas Nises, mais ou menos contínuas ou descontínuas. Por outro lado, de maneira mais residual, suscita,

com base no segundo filósofo citado, a própria imagem da psiquiatra rebelde como uma espécie de ente liminar ou criatura incorpórea que, paradoxalmente, é capaz de ser incorporada, aparecer ou ter sua presença, de alguma forma, posta em questão. Por derivação, esta investigação será aqui chamada de *memória e espectrologia*.

Assim, trata-se aqui de apontar para a irrupção, entre os vivos, da vida de um ser morto, o qual passa a ganhar formas, cores, cheiros e texturas, oscilando entre a consciência de sua representação e a suspeita de sua própria presença ausente; no interstício entre a memória coletiva e seu vestígio espectral. Neste campo particular, esse fenômeno se realiza através de uma gama diversa de práticas – teatrais, cinematográficas, biográficas, literárias, acadêmicas, institucionais – em que a trajetória de Nise da Silveira é a um só tempo evocada e atualizada em palavras, imagens, papéis, músicas e fantasias, ensejando disputas intelectuais e reações emocionais e morais.

O capítulo aproveita, ainda, para explicitar detalhes sobre o acesso ao campo de investigação, os quais, até agora, só surgiram à tona na introdução desta pesquisa.

Era março de 2015. No hospital psiquiátrico do Engenho de Dentro, preparando-me para uma atividade teatral, perguntei a um cliente como ele se sentia.

- Estou ótimo. Acabei de ver a Doutora Nise! Caminhando pelas árvores, carregando a bandeira do Brasil nas costas! Foi descendo por ali.

Não me pareceu, em absoluto, um simples delírio. Pois eu também havia visto Nise da Silveira diversas vezes naquele mesmo lugar... embora não da mesma forma.

Museu de Imagens do Inconsciente

O Museu de Imagens do Inconsciente é o mais conhecido estabelecimento fundado por Nise da Silveira, não somente por ter sido a primeira das duas instituições nas quais se envolveu diretamente, mas sobretudo por funcionar, até hoje, como principal espaço de zelo de sua memória. Trata-se de um lugar composto por um enorme acervo pictórico e bibliográfico. Além das 350.000 mil obras, entre pinturas e esculturas, mantidas na seção de museologia, e ocasionalmente exibidas em seu espaço expositivo, a instituição conta ainda com a Biblioteca Nise da Silveira, herança do acervo bibliográfico pessoal da médica e de seus colaboradores. Atualmente, mantém-se em pleno funcionamento uma série de atividades, dentre as quais destacam-se três: 1) o grupo de estudos aberto ao público, realizado regularmente nas manhãs de terças-feiras.

A atividade é quase sempre organizada no formato de aulas ou palestras – mais do que propriamente reuniões de leitura e discussão, como seu nome poderia designar – proferidas pela equipe de funcionários ou por profissionais convidados; 2) o espaço de exposições, que conta com visitas guiadas, assim como a reserva técnica, que mantém a guarda do acervo pictórico sob o zelo de uma equipe de museólogos e estagiários; 3) o ateliê de pintura e modelagem, que opera atendendo usuários da rede de saúde mental carioca, hoje em sua maioria externos à enfermaria. O ambiente terapêutico conta com estagiários e monitores de distintas formações, com particular destaque para a psicologia, o serviço social e a arteterapia. Assim, os eixos fundamentais da instituição são ensino, pesquisa e divulgação; exposição e reserva técnica; e, finalmente, clínica assistencial. Transmissão de conhecimento e prática de tratamento se fazem presentes ali, evocando os dois pilares do Mundo Nise chamados à atenção em capítulo anterior.

O MII, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil da prefeitura do Rio de Janeiro, é hoje mantido por uma pequena rede de profissionais que, tendo colaborado com Nise da Silveira em seu tempo de vida, se destacam como continuadores de seu trabalho, seja nos cargos de direção, curadoria e coordenação, seja no âmbito de práticas terapêuticas e de pesquisa acadêmica. Entre estes, destaca-se seu diretor e curador, Luiz Carlos Mello e sua coordenadora de projetos, a psicóloga Gladys Schincariol. Lula dedica-se principalmente aos aspectos museográficos da instituição, montando suas exposições, estabelecendo seus circuitos e sua divulgação, junto à equipe de museologia. Ele também é o profissional responsável pela Biblioteca Nise da Silveira, que funciona como seu gabinete de trabalho. Gladys encarna sua dimensão mais propriamente terapêutica, coordenando as reuniões clínicas derivadas do atendimento oferecido pelo ateliê de pintura e modelagem, e trabalhando diretamente com os clientes. Ambos são igualmente responsáveis pelo grupo de estudos, que conta ainda, frequentemente, com a presença de profissionais convidados, que realizam conferências regularmente. Entre esses, destacam-se Eurípedes Cruz Junior, pesquisador, antigo vice-diretor da instituição e atual coordenador da seção de esculturas do Museu Nacional de Belas Artes e, além deste, Maddi Damiano Jr., psicólogo junguiano e professor de psicologia da Universidade Federal Fluminense.

Foi através das portas dessa instituição que tive o primeiro contato com o Mundo Nise e os primeiros vislumbres da persistente imagem da médica. Comecei a visitar o lugar regularmente em abril de 2012, depois de enviar um e-mail à sua coordenadora de projetos. Na mensagem, me apresentava como um jovem pesquisador de mestrado da

área de antropologia interessado em conhecer o trabalho daquele estabelecimento e em realizar pesquisa de campo em seus âmbitos terapêuticos, educativos e museográficos. Nessa ocasião, havia acabado de ingressar no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Embora sem intermédio de terceiros, a resposta foi positiva, fato que parecia me confirmar a vocação científica e interdisciplinar daquele museu. Uma semana depois, fui gentilmente recebido para uma reunião. Cadastrei um projeto preliminar no CETAPE, o centro de estudos do Instituto Municipal Nise da Silveira, e logo em seguida dei início à pesquisa, que se baseou em observação participante e se concentrou principalmente no ateliê de pintura e modelagem, no grupo de estudos e nas reuniões clínicas. Os resultados do trabalho, realizado até dezembro do mesmo ano, foram compilados primeiramente em uma dissertação de mestrado (Magaldi, 2014). Posteriormente, em versão resumida, foram divulgados em um artigo (Magaldi, 2016a)³⁸.

A pesquisa voltou-se para o estudo do método de trabalho proposto por Nise da Silveira, tal como fielmente seguido naquela instituição, e de sua comparação com as demais interseções entre arte e loucura no curso da reforma psiquiátrica brasileira. Com base nas contribuições da antropologia urbana brasileira voltada para a problemática indivíduo – sociedade e para os estudos comparados da construção da pessoa, compôs-se uma etnografia nos ambientes criativos, educativos e clínicos do Museu de Imagens do Inconsciente. A investigação também contou com uma revisão bibliográfica sobre as políticas públicas em saúde mental contemporâneas, particularmente aquelas comprometidas com práticas artísticas e culturais. As relações entre terapeutas (“monitores”) e pacientes (“clientes”) e o processo de criação, circulação e interpretação de imagens foram tomados como foco de análise, assim como as noções nativas que estruturam o trabalho da instituição, como as de “inconsciente” e “afeto catalisador”.

O estudo buscou demonstrar os modos diferenciais de produção dos objetos (e, a um só tempo, dos sujeitos) que emergem dessa trama. O método terapêutico proposto por Nise da Silveira sugere a criação espontânea, tomando as imagens (pinturas e esculturas) como dispositivos de eficácia terapêutica e ferramentas de investigação do “mundo interno” de seus criadores (isto é, como *imagens do inconsciente*), limitando sua circulação e detendo sua venda para fins de arquivamento e pesquisa. Entretanto, o

³⁸ A dissertação de mestrado foi ainda selecionada para compor a terceira edição da coleção Primeiros Campos, de responsabilidade do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF. Esta publicação se encontra no prelo.

mesmo não ocorre necessariamente nos mais recentes polos de produção artesanal implantados nos serviços substitutivos de atenção psicossocial, os quais se dispõem predominantemente ao ensino da técnica, à valorização de critérios estéticos e ao estímulo à capacitação e à geração de renda, consubstanciando o ideário da cidadania. A vocação científica e psicológica do primeiro caso é, assim, declinada na busca de outras formas de transformar a relação entre a loucura e sociedade, que estimulem o trânsito dos artefatos criados por usuários dos serviços de saúde mental. Sem apontar para uma incompatibilidade absoluta entre tais fazeres, busquei, a partir de sua comparação, compreender em que medida a interseção entre o universo artístico e o questionamento ao modelo asilar das instituições psiquiátricas tem sido regido pelas tensões entre as modernas concepções de pessoa, tais como as de *inconsciente* e *cidadania*³⁹.

A despeito desse fechamento, alguns detalhes da pesquisa valem ser chamados à atenção. Foi acordado com a coordenação da instituição que o projeto não precisaria ser aprovado por um comitê de ética, com as condições de que todos os nomes dos interlocutores fossem ocultos ou trocados e de que a investigação se limitasse à observação participante, estando interditas entrevistas individuais, uso de imagens e gravações com os pacientes frequentadores da instituição, o que poderia consistir em uma interferência inadequada para os procedimentos terapêuticos. Ademais, a ética de sigilo e ocultamento das informações que caracteriza a prática psicológica, oposta ao modo de construção de conhecimento antropológico, não contribuiu para um maior aprofundamento das histórias de vida dos atores que compõem o estabelecimento. Embora o projeto tenha sido aprovado e boa parte dos clientes tenha demonstrado interesse na pesquisa, sua recepção, na prática, se deu com a mescla entre simpatia e estranhamento, sobretudo das partes que envolvem pesquisador e equipe técnica. Por exemplo, não deixei de ser questionado sobre a falta de aplicabilidade de um trabalho que, como o meu, se propunha sobretudo a observar, mais que a intervir. Ao mesmo tempo, as possibilidades de participação efetiva me eram limitadas, tanto por conta de minha entrada recente quanto por não possuir uma formação terapêutica.

Não obstante, esses fatores integraram ativamente a produção do conhecimento etnográfico. A investigação conseguiu ser levada a cabo, voltando-se para a observação

³⁹ Um interessante exemplo dessa tensão emergiu na pesquisa a partir da crítica diferencial que o método niseano e os dispositivos da reforma fazem ao termo "arte terapia". Enquanto, para os praticantes do primeiro, o problema está sobretudo no termo "arte" (já que o objetivo do trabalho não é atender a critérios estéticos, mas revelar imagens do inconsciente, sejam elas pinturas ou rabiscos), no segundo caso, a crítica é feita sobretudo ao termo "terapêutico" (por ensejar uma certa patologização da loucura, considerada indesejável pelo movimento).

das práticas e do método de trabalho que conferem singularidade a essa instituição no complexo campo de interseção entre a reforma psiquiátrica e as políticas culturais. Foi nesse processo que, de forma ainda discreta, comecei a engendrar uma inquietude sobre o próprio nome de Nise da Silveira, que era evocado tanto por terapeutas quanto pelos próprios pacientes e demais frequentadores daquele lugar no curso de suas atividades, muitas vezes como, se de alguma forma, ela estivesse ali⁴⁰.

Após um certo hiato temporal, que coincidiu com a conclusão do mestrado e com o ingresso no doutorado, desta vez no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, retornei definitivamente ao Museu de Imagens do Inconsciente em 2015. Interessava-me sobretudo ampliar o escopo da pesquisa, analisando a inserção desse território em uma configuração mais ampla de atores, instituições e materialidades que existia sob a égide da vida e a obra de Nise da Silveira, e que chamava a atenção por sua proliferação naquele mesmo período. Por esse motivo, embora não mais atado exclusivamente à unidade administrativa do MII, segui frequentando suas atividades, em particular seu grupo de estudos.

Em outubro desse mesmo ano, cheguei a apresentar meu próprio trabalho em uma das reuniões do grupo, a convite de Gladys. Esse pedido se deu como forma de “devolução” dos resultados da investigação, o que considerei absolutamente pertinente. Antes disso, já havia depositado uma cópia da dissertação na Biblioteca Nise da Silveira, logo após sua defesa. A partir de então, a sensação de apartamento do campo, se não seria propriamente aliviada, seria complexificada a partir de uma aproximação mais visível. A palestra concentrou-se principalmente nos já referidos resultados do mestrado e, em menor medida, dos rumos e intenções referentes ao doutorado. Através de uma tabela criada no formato *powerpoint*, buscava demonstrar as diferenças entre o método das imagens do inconsciente e aquele preconizado na maioria dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPs) que funcionavam no âmbito do SUS.

⁴⁰ Como me explicava sempre um cliente, enquanto pintava: “*para a Doutora Nise, não importa se é bonito ou feio... o importante é passar do inconsciente para o inconsciente*”. E fazia um gesto com os dedos apontados para a cabeça, da nuca à testa. Não era um caso isolado. Uma monitora, chamando a atenção para a proximidade excessiva dos clientes na mesa de trabalho, certa vez disse: “*Doutora Nise jamais concordaria. Como é que vão revelar o inconsciente assim, com um em cima do outro*”? Essas e outras cenas se encontram em Magaldi (2014).

O militante antimanicomial Milton Freire, presente na ocasião, confirmou minha proposta, explicando as diferenças entre Nise da Silveira e Paulo Amarante, pesquisador reconhecido como uma das maiores lideranças da reforma psiquiátrica brasileira. Segundo ele, essas duas figuras nunca estiveram em concordância. Enquanto Nise interessava-se sobretudo pelo estudo das imagens do inconsciente, Amarante propunha superar o modelo manicomial através do repto de uma sociedade sem manicômios.

Ao final da sessão, alguns comentários elogiosos foram suscitados, sobretudo da parte de assistentes externos à instituição, embora, de certa maneira, escapando às próprias intenções da pesquisa. Uma psicóloga, que trabalhava em um serviço substitutivo, sugeriu que o trabalho fosse apresentado nas oficinas da rede municipal de saúde do Rio de Janeiro, no intuito de divulgar o método defendido por Nise da Silveira. Segundo ela, os funcionários desses serviços não se interessavam pela leitura das imagens, contentando-se com sua simples produção. Respondi que, apesar de considerar a proposta interessante, meu objetivo ali não era tanto *advogar* o método Nise, em detrimento daquele prevalente nas políticas públicas de saúde mental, mas sim de especificar seu lugar em um complicado terreno de disputas.

Algumas pessoas também vieram falar comigo em privado. Uma delas, funcionária do museu, disse que minha fala foi muito marcante, pois quando contextualizo o trabalho de Nise no campo da reforma psiquiátrica, revelo o quanto é incompreendida. Um cliente, com quem havia travado contato mais intenso durante a pesquisa e que se interessara pelo trabalho, se disse feliz com o *mestre antropólogo*. A própria Gladys depois me disse, em tom de simpatia, que a apresentação foi um sucesso, a despeito da minha aparência reservada e quietinha.

Porém, nem todas as reações foram positivas. Parte da equipe técnica da instituição não compareceu ao grupo de estudos nesse dia. E a maior crítica em relação a meu trabalho veio do próprio Luiz Carlos Mello. Embora reconhecendo a qualidade da pesquisa, ele sugeriu que a separação empreendida entre o *inconsciente* e o mundo interno (atribuído à proposta terapêutica de Nise da Silveira) e a *cidadania* e o mundo externo (mais afinada as propostas surgidas no bojo do movimento pela reforma psiquiátrica) era insustentável e, ao fim ao cabo, uma atitude intelectualista, na medida em que ambos os lados faziam-se presentes no trabalho da psiquiatra rebelde. Com isso, parecia-me, o diretor buscava salvaguardar a importância e o pioneirismo de sua mestra para os subsequentes desdobramentos da reforma psiquiátrica, o que, de certa forma era questionado na apresentação dos resultados do estudo.

Para exemplificar seu argumento, Lula leu um trecho de sua recém-lançada fotobiografia, detendo-se em uma passagem a propósito de Adelina Gomes, paciente de Nise da Silveira conhecida por suas telas retratando mulheres e flores:

“O mito de Dafne brotou em Adelina estimulado por fatores externos. Não sei se deixei clara a questão. Uma das críticas feitas ao museu é a de que se ocupa demais do mundo interno e abandona o externo, esquecendo-se que um responde ao outro (...). Há sempre uma inter-relação entre o interno e o externo” (Silveira apud Mello, 2014, p. 227).

Respondi que, de fato, tratava-se de uma atitude do intelecto, mas cujo objetivo não era o de reduzir, mas de complexificar as discussões sobre as relações entre arte e loucura na saúde mental brasileira. Para isso, repliquei com outra citação, de que me lembrava bem, pois havia constituído o cerne do argumento da dissertação. Tratava-se de uma entrevista com Nise da Silveira, na qual diferenciava sua proposta daquela de Franco Basaglia, considerado líder da reforma psiquiátrica na Itália e de grande influência no Brasil. Era a seguinte:

“Porque o que caracteriza meu trabalho em psiquiatria, meu entusiasmo pela psiquiatria, meu apego ao que se chama de psiquiatria, é a pesquisa do mundo interno do processo psicótico. Do que se passa no mundo interno do psicótico, sem desprezar naturalmente o mundo externo, porque nós vivemos simultaneamente em dois mundos, o mundo externo e o mundo interno. Mas o que acontece é que a maioria dos psiquiatras, mesmo atualmente, só valorizam o mundo externo. O movimento Basaglia, que eu aprecio, e estou de acordo de que estes velhos manicômios que se parecem prisões sejam implodidos, é um movimento que ao meu ver não se ocupa do mundo interno do paciente” (Silveira [1992] 1994, p. 1).

Ademais, argumentei que a própria bibliografia com a qual eu trabalhava tampouco concebia as duas faces do sujeito moderno como entidades separadas, mas como um paradoxo constitutivo para a construção da pessoa no pensamento ocidental⁴¹.

⁴¹ A antropóloga Jane Russo sustenta esse aspecto, em passagem também citada na dissertação: *“O eu como enigma nada mais é que a contrapartida do sujeito-cidadão. A luta política propriamente dita pode perfeitamente se articular a uma luta política interior, por uma maior liberdade de existência, de comportamento, de escolhas etc. (...). Revolução interior e reforma psiquiátrica se encontram (...)”* (Russo, 1997, p. 18).

Com isso, queria dizer que as propostas (de Nise e da RP) eram sim diferentes, mas não propriamente *incompatíveis*, como parecia sugerir o diretor sobre meu trabalho. A despeito dessa ocasião, não se chegou a criar um clima de hostilidade absoluto, mas sim do reconhecimento de uma diferença de interesses e posições.

Afinal, a minha Nise era uma, e a de Lula, era outra. Elas se encontravam, mas também seguiam seus caminhos, encontrando outras Nises mundo afora...

No período referente ao doutoramento, paralelamente ao grupo de estudos, passei também a realizar investigação na Biblioteca Nise da Silveira. Para tanto, tive que contar diretamente com a permissão e a cooperação de Luiz Carlos Mello, inaugurando uma nova fase da pesquisa.

Esta fase contou ainda com o cadastro do projeto de pesquisa na Plataforma Brasil e sua subsequente aprovação por um Comitê de Ética em Pesquisa vinculado ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ, o que reforçou a legitimidade da investigação e possibilitou sua continuidade sem maiores percalços. Embora tenha se mantido a condição de anonimato dos atuais clientes do Instituto, conseguiu-se a dispensa da obrigatoriedade do Termo de Compromisso Livre e Esclarecido, com a condição de que não fossem realizadas entrevistas com os clientes do estabelecimento.

O acervo bibliográfico se encontra no segundo andar do Museu de Imagens do Inconsciente, em frente à sala da coordenação, onde acontecem as reuniões clínicas, e ao lado do ateliê de pintura e modelagem. Trata-se de um pequeno ambiente dividido em dois cômodos. O primeiro, uma espécie de ante-sala, conta com uma mesa de trabalho, na qual permanece um bibliotecário, e uma vitrine na qual figuram algumas das principais obras e catálogos relativos a Nise da Silveira. A sala principal conta com aproximadamente dez estantes de metal divididas em prateleiras, funcionando ainda como gabinete do diretor.

Entretanto, nenhum processo classificatório foi até agora impresso sobre o conjunto, que inclui tanto os trabalhos de autoria da médica fundadora da instituição, quanto livros que ela própria possuía, além de periódicos editados pelo grupo de estudos C. G. Jung. O acervo conta com o total de 60.000 ítems entre livros, livretos e periódicos, contendo obras do final do século XIX aos anos iniciais do século XXI. Porém, logo em minha primeira visita à Biblioteca Nise da Silveira, descobri que o visitante que quiser consultar o acervo deverá, de antemão, saber o que deseja buscar e

fazer a solicitação pessoalmente ao diretor, única pessoa a saber, *par coeur*, a localização exata de cada obra.

A figura do bibliotecário, ali, aparecia mais como a de um secretário ou zelador do que a de alguém responsável pela organização das obras. Em certo sentido, *Lula era o próprio arquivo*, na medida em que, na ausência de um sistema classificatório, era ele quem concentrava o conhecimento sobre o material, na condição de guardião da memória. Nesse sentido, a passagem da memória para a história, que depende da abertura de um documento à total e livre consulta (Pomian, 1997), encontrava ali ainda um significativo intervalo.

Como investigar um arquivo sem conhecer, de maneira exata, o material que o compõe? Em um primeiro momento, solicitei à equipe se poderia simplesmente passear pelo ambiente, em um movimento aleatório, ao melhor estilo “rato de biblioteca”, no intuito de tatear seu conteúdo. No entanto, essa sugestão gerou algum desconforto, na medida em que me foi exigido um objetivo mais claro para poder permanecer no ambiente. Naquele momento, com o canto do olho, podia bisbilhotar as coleções completas das obras de Jung e de Freud, além de variados livros de arte, psiquiatria, psicologia e psicanálise. E lembrava do nome que a própria Nise havia dado à sua biblioteca, o “Benedito”, como haviam explicado certa vez no grupo de estudos: “*Será o Benedito que ninguém se interessa por ler estes livros*”? costumava exclamar.

Esse impasse beneditino me afastou da biblioteca por um tempo. Precisava de uma lista com títulos de obras específicas. Decidi, então, realizar um inventário bibliográfico de maneira independente, incluindo, inicialmente, a obra completa de Nise da Silveira (livros e artigos publicados em periódicos científicos), e posteriormente, estendendo-o a revistas e catálogos de exposições. A principal fonte para esse mapeamento foram as biografias de Gullar (1992), Melo (2001) e do próprio Mello (2014), todas as quais contavam com inventário indicando esse material. A partir de então, a estratégia de pesquisa foi a de expandir o número de bibliotecas públicas, arquivos, sebos e livrarias no qual os papéis do Mundo Nise poderiam ser encontrados, recorrendo ao acervo do Museu de Imagens do Inconsciente de modo complementar. Em todos esses estabelecimentos, busquei adquirir obras e, quando possível, realizar fotocópias e fotografias. Em outras palavras, tratei de criar um arquivo próprio, evocando uma antiga prática de colecionismo característica da história da antropologia. Como explicado na introdução deste trabalho, para esse projeto me vali do sebo *online*

Estante Virtual e de bibliotecas públicas como as do IPUB e a Biblioteca Nacional, onde encontrei obras raras e esgotadas⁴².

Na biblioteca Nise da Silveira, à qual retornei com uma lista de publicações, pude ter acesso também a algum material, desta vez com a pronta cooperação do diretor. De todo modo, sua acessibilidade relativa chama a atenção como dado etnográfico, suscitando o papel de financiamento do próprio Estado e de seus gestores concretos. Conversando com o bibliotecário e com o diretor, tomei conhecimento do descaso do poder municipal do Rio de Janeiro, que mantém a instituição em grandes dificuldades financeiras e com um corpo reduzido de funcionários, impedindo a contratação de um profissional de arquivologia para a organização sistemática do acervo literário. O local ainda padece de problemas tais como infiltrações, insetos e demasiada incidência de luz, prejudicando a estrutura de alguns fascículos.

A linguagem da escassez de recursos (Vianna & Facundo, 2015), aparece aqui como justificativa para um projeto iminente que não se concretiza, sugerindo que o MII é uma unidade administrativa que existe na posição de inferioridade em relação a um Estado mais amplo, consolidado na Secretaria de Saúde e Defesa Civil e na própria Prefeitura do Rio de Janeiro, desprovendo-o, portanto, de poder de intervenção no curso dos acontecimentos. Esta gramática e a evidência de uma condição assimétrica em relação às instâncias do poder público por ela ensejada se estendem a outras atividades da instituição (como seu acervo pictórico, que carece de reforma que o coloque em melhores condições de armazenamento), assim como, de modo geral, a todos os estabelecimentos do Mundo Nise. Anuncia-se, assim, a problemática de um fenômeno que existe dentro do Estado, mas ao mesmo tempo, *apesar* deste – o que não é de modo algum exclusivo a este campo e não poderia ser mais atual.

Entre as consequências dessa condição, constitutiva de um quadro oficial da memória, está o fato de esta, tal como produzida no MII, existe na tensão entre o caráter do *documento* –isto é, daqueles instrumentos destinados à visibilização e ao ensino de forma clara e disponível – e do *monumento* – ou seja, daqueles artefatos que evocam e fazem lembrar de maneira mais intuitiva que instrutiva (LeGoff, 1994; Pomian, 1997). A Biblioteca Nise da Silveira, dada a ausência de sua arquivologia, se aproxima muito mais da noção de monumento do que da de documento, assim como o próprio ateliê de pintura e modelagem. Estes espaços, embora importantes, são marcados com o acesso

⁴² Em 2015, esse estado da arte foi atenuado minimamente com a reedição do livro *Imagens do Inconsciente*, principal obra de Nise da Silveira, pela Editora Vozes.

restrito e mesmo com ares de mistério, tendo sua inteligibilidade filtrada em relação ao público mais amplo, acadêmico ou não. De outro modo, ambientes como o grupo de estudos e o espaço expositivo encarnam a dimensão da difusão do saber em seu aspecto pedagógico, desimpedido, e portanto, documental. É neles que Nise da Silveira ainda vive mais notoriamente através de conferências e visitas guiadas protagonizadas pela atual equipe técnica, por sua direção e coordenação.

Nise não é somente mais de uma. Apresenta-se, ainda, em diferentes camadas de evidência.

O visitante que hoje cruzar os portões do Instituto se depara prontamente com a imagem de Nise da Silveira, ocupando o primeiro painel da mostra intitulada *A Emoção de Lidar*. Disposto sobre uma parede cuja frente se dirige à porta de entrada, o elemento abriga um retrato ampliado da médica. Ainda jovem, ela se apresenta com um olhar severo e um vestido formal. Ao lado, um texto, contendo suas próprias palavras, sobre a famosa cena de seu encontro com o eletrochoque. “*Quando o outro paciente ficou pronto para a aplicação do choque, o médico me disse: - Aperte o botão. Eu respondi:- Não aperte! Ai começou a rebelde*”.

Seus olhos nos olham; eles também rebeldes. Fazem-nos perguntar: Nise está ali, ou é só uma recordação?

Luiz Carlos Mello, em depoimento (Mello, 2001), conta que acompanhara Nise em sua via *crucis*, dentro de um CTI, revezando-se com pessoas amigas. Ela estava consciente o tempo todo, embora respirando por aparelhos. Tentava se comunicar com seu discípulo, fazendo gestos como se este devesse pegá-la no colo. Para facilitar a comunicação, ele lhe deu uma caneta, com a qual ela escreveu: *levantar, levantar, levantar*.

Nise venceu uma segunda infecção. Surgiu a possibilidade de alta, causando euforia geral. Lula voltou alegre para casa e sonhou com Nise, jovem e ativa. Acreditou em sua melhora, em meio ao desespero. “*Imperturbável, ela me olhava de um outro plano e dizia: - Lula, não se entusiasme tanto*” (Mello, 2001, p.18).

Lula termina sua memória: “*Voltando ao CTI no dia seguinte, lembrei-me de Jung, quando afirma que o inconsciente não dá importância à proximidade da morte e compreendi que o lado mortal estava ali, sofrendo, mas no sonho, o que eu havia visto era seu lado eterno, o self*” (ibid.).

Hotel da Loucura

No primeiro ano de pesquisa, enquanto acompanhava as atividades do Museu de Imagens do Inconsciente, ouvia reações controversas a uma novidade surgida a poucos metros de sua sede. Era o chamado *Hotel da Loucura*. Alguns profissionais afirmavam que as atividades deste – focadas primordialmente no teatro, mais do que na pintura e na escultura –, *agitavam* os pacientes. “*Nós temos que fechar as feridas que eles abrem*”, diziam-me em tom condenatório. Para seus críticos, era como se o HL fizesse um mau uso das ideias de Nise da Silveira, exagerando suas propostas em detrimento de um acompanhamento clínico mais rigoroso, incluindo mesmo a manutenção necessária de alguma distinção ou hierarquia entre monitores e clientes. Para outros, no entanto, a diferença poderia ser encarada de uma forma mais analítica, e não tão crítica. “*O foco do Museu é o mundo interno. No Hotel, eles trabalham o mundo externo*”, me explicou Milton Freire, que frequentava ambos os lugares. Apolíneos e dionisíacos.

Naquele momento, ocupado com os prazos curtos exigidos durante o mestrado e com o recorte já estabelecido em torno do Museu de Imagens do Inconsciente, deixei de lado o interesse pela novidade. Em 2014, ingressando no doutorado, desta vez no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, decidi retomar o interesse no caso. O primeiro contato com as atividades dessa política pública foi travado por ocasião do *Ocupa Nise*, evento que abrigava artistas, estudantes e militantes de todo o país, incluindo em sua programação um encontro da Rede Brasileira de Teatro de Rua, além de saraus e oficinas de atividades expressivas, todos realizados no seio do hospital psiquiátrico do Engenho de Dento e contando com a participação de pacientes internos e externos. Foi a partir desse encontro que se abriram novas frestas para o espectro da psiquiatra rebelde.

Setembro de 2014. Era uma tarde de terça-feira. Por volta de cem pessoas reuniam-se em torno de um pequeno gramado, situado logo atrás do edifício da enfermaria do complexo psiquiátrico. Suas paredes cinzentas e desbotadas eram atravessadas por janelas comprimidas, que pareciam se desdobrar infinitamente para um interior sem fundo. Não obstante, em nada combinavam com os corpos humanos que ali circulavam. Estes, com suas fantasias coloridas, misturavam-se para lá e para cá em ritmo de alegria, se saudando ao som de uma banda de sopros e metais.

No centro da arena, em um pequeno elevado, um médico, que coordenava o projeto, segurava um microfone, entoando palavras de ordem: *“Nós estamos vivendo aqui esse momento de mobilidade corporal, de mobilidade das ideias, dos afetos, dessa arte pública, dessa saúde pública possível. Dessa psiquiatria! Psique, em grego, quer dizer espírito, e athros, quer dizer curador. Então psiquiatria é o curador do espírito. Estamos aqui para curar nossos espíritos, almas, afetos, repensar o mundo e a cultura”*. Em meio às marchinhas de carnaval e hinos do grupo, outras pessoas foram convidadas a falar. *“Nessa cidade hospício, o cassetete se tornou o eletrochoque. Precisamos ocupar o Nise e ocupar a cidade com as forças desarmadas da população”*, dizia um diretor teatral. Pacientes, militantes e atores – e era quase impossível saber quem era quem – ouviam suas palavras ao redor em clima de animação.

Na sequência de suas falas, uma representação teatral ocupou o centro das atenções. Abriu-se uma pequena roda em cujo centro um homem, vestido com roupas de presidiário em tons de laranja, narrava a um pequeno público a história da médica cujo nome intitulava o hospital. Era Nise da Silveira. *“Entre 158 alunos, era a única mulher”*, dizia, em referência à sua formação na Faculdade de Medicina da Bahia, nos anos 1920. *“Ela veio pro Rio de Janeiro. Um médico muito bom chegou para ela e disse: vou mostrar a nova técnica maravilhosa que vai curar nossos problemas mentais. O médico pegou um doente”*. Nesse momento, o ator puxou pela camisa um ator que encontrava-se na plateia circundante, de forma bastante brusca. O "médico" pediu para seu "paciente" deitar no chão. *“Vou mostrar para vocês, olha que maravilha, o melhor tratamento que tem! Se chama eletrochoque!”*, gritava efusivamente, em claro tom de cinismo. E, violentamente, colocava as mãos no ator, que tremia descontrolado em seu leito terrestre. Tambores ao redor batiam, nervosos. Sopros de fúria perpassavam a banda de metais. Era arrepiante. *“Não tá bom não? Vou de novo!”*. E encenava insaciavelmente a aplicação do choque. *“Está mais calminho? Não! Precisa de mais! Mais!!!”*

Em seguida, o ator-médico dirigiu-se a uma mulher, que entrava no círculo. Era uma atriz no papel de Nise da Silveira. *“Você vai apertar o botão ou não vai?”*, perguntava o “médico” à moça. *“NÃO!”*, respondia com força. *“Vai apertar ou não vai?”*, perguntava de novo, mais alto, sem desistir. E a atriz gritava ainda mais forte e resistente: *“NÃO!!! NÃO!!!! NÃO”!!!* E todo o público fazia coro à sua negação. *“NÃO! NÃO! NÃO! NÃO! NÃO! Em todas as paredes do hospital, ecoou o não”!*

A peça encerrava-se ao som de palmas. O ator-médico então levantou-se do chão e explicou o caso à plateia. Seu nome era Vitor Pordeus. Dizia: “*Doutora Nise, em 1944, chegou nesse hospício. Em algum ponto aconteceu essa cena, entre 1944 e 1946. Ela recusa apertar o botão do choque elétrico. A quantos de nós não é oferecido o botão para apertar o choque elétrico, todos os dias? Acusando o outro, negando o outro, não aceitando o outro. Não aceitar o outro é não aceitar a sua diferença. O âmago da questão é a dignidade do trabalho*”!

A poucos metros do Museu de Imagens de Inconsciente, naquele mesmo hospício suburbano, Nise da Silveira reaparecia. A mesma história narrada por Luiz Carlos Mello, na cena que abre o primeiro capítulo desta tese, ou na que compõe o painel da exposição de sua instituição, era ali desenrolada em uma apresentação teatral, com menores ou maiores variações. Apesar das aparentes discrepâncias, compartilhava-se uma mesma referência. Surgia, então, uma série de questões. Quais seriam as continuidades e as discontinuidades entre os usos dos conceitos e métodos propostos pela médica alagoana na instituição por ela fundada originalmente e naquela mais recentemente surgida? O certo é que, se não havia um *movimento* constituído em nome de Nise da Silveira, tornava-se nítida a existência de um conjunto heterogêneo de atores destinados à evocação de seu nome, (re)criando sua vida após sua morte. Um *Mundo Nise*, permeado por alianças e disputas em torno de sua memória.

Durante fevereiro de 2015, depois de um ano intenso de cursos e disciplinas, passei a frequentar regularmente as atividades do Hotel da Loucura, o que durou até setembro do mesmo ano, estendendo-se pontualmente nos anos seguintes. Essa imersão, desdobrada a seguir, permitiu esclarecer alguns elementos dessa problemática, revelando algumas das muitas faces da aparição de Nise da Silveira.

Carnaval no hospício. Era o desfile do bloco Loucura Suburbana, no bairro do Engenho de Dentro. O evento seria sucedido pela exibição do filme, *Arte na (lou)cura*, produzido por cineastas engajados no projeto do HL, dentro de seu salão principal, no espaço desocupado de uma antiga enfermaria. O documentário apresentava as atividades do grupo, com destaque para a música e para o teatro, contando com entrevistas com alguns de seus organizadores. Naquele momento, sentado na plateia,

algumas sentenças me capturaram em particular: “*Não vamos ser hipócritas. Não somos contra a medicalização. Só achamos que ela sozinha não dá conta. Às vezes é preciso medicar, mas o mais importante é o afeto, a convivência*”, dizia um de seus personagens, monitor da oficina musical. Essa ideia, base do trabalho do coletivo, tinha sua origem nas ideias de Nise da Silveira, como prontamente explicado por uma atriz, monitora de teatro: “*Doutora Nise tinha um conceito importante para nós: o afeto catalisador... nosso trabalho, aqui, é baseado no afeto incondicional.*”

Seguiu-se um animado debate no salão da ocupação, intercalado com muitos cânticos do grupo, sugeridos espontaneamente pela plateia. Uma mulher negra, que havia passado por uma curta internação, bradava orgulhosa: “*Antes eu era tarja preta. Hoje eu sou só preta*”, e era seguida por aplausos. Como havia muita gente no local de exibição do filme, Vitor, o coordenador do coletivo, sugeriu que o hino do Hotel fosse cantado por todos. Uma boneca com a figura de Nise da Silveira, de mais ou menos três metros de altura, foi então trazida ao centro. O médico explicava: “*Nise da Silveira é o Galileu da medicina. O problema é que ela veio de longe, daqui do Engenho de Dentro*”. Todos se levantaram e, em clima de festa, entoaram essas palavras, cuja melodia assemelhava-se a uma marchinha de carnaval: “*Venho lá do Engenho de Dentro, do Hotel da Loucura! É nós que vamos mostrar como tudo tem cura. Secura se sana com água, mágoa o remédio é ternura! Temperos e mais temperos, Salsa, cebola e coentro. Festa no Engenho de Dentro! Viva Nise da Silveira! Entre nessa brincadeira! Entre nessa brincadeira!*”.

Antes de sair da ocupação, ainda pude encontrar no edifício uma pintura espetacular de Nise, que unia-se a figuras de outros personagens nas paredes do lugar, como Shakespeare e Spinoza. Um *stencil* com os dizeres “*Dionise-se*” e o rosto da médica replicava-se ao longo da ocupação, em referência conjunta a Nise e ao deus grego Dionísio. “*Felipe, ela é Jesus deles*”, disse-me impressionado meu companheiro nessa ocasião, chamando a atenção para tamanha devoção à imagem da psiquiatra diante de nossos olhos. Entrando na brincadeira, disse a ele que, nesse caso, enquanto o MII seria a igreja apostólica, o HL seria a renovação carismática. Mais tarde, repliquei isso a uma terapeuta voluntária no HL, que riu, em tom de concordância. Vibrante, o lugar diferenciava-se radicalmente do tom mais solene do MII, convidando todos à sua congregação. “*Quem passar por essa porta será acolhido. A gente adoece junto e se cura junto*”, dizia Vitor.

O surgimento do Hotel da Loucura no Instituto Municipal Nise da Silveira vincula-se à trajetória de seu próprio idealizador. Vitor Pordeus, nascido e criado em Realengo, se graduou em Medicina pela Universidade Federal Fluminense, com especialização em imunologia. Realizou residência no Instituto Weizmann, da Universidad de Tel Aviv, em Israel. Em seguida, chegou a ingressar no doutorado em Saúde Pública da Universidade de São Paulo. Em entrevista conferida a um jornal, ele conta sobre sua ruptura com o meio acadêmico: *“Trabalhei um ano e meio e fui expulso da pós-graduação, por uma discordância científica e filosófica. Eu adoeci por causa disso”* (Pordeus, 2015, s/p). A partir de então, após um período de crise, concentrou suas atividades sobretudo no campo artístico, sobretudo a partir de 2006, quando ingressou no grupo de teatro de rua Tá Na Rua, coordenado por Amir Haddad. Entretanto, não abandonou seu interesse pela produção de conhecimento e pela prática médica. Deste período, o médico destaca seu contato com Bertold Brecht como uma importante influência a retomar seu interesse pela pesquisa. Como Vitor, o dramaturgo alemão também havia estudado medicina e trabalhado na universidade. A obra *A Vida de Galileu*, em particular, seria marcante por evidenciar as relações ciência, arte e política. Diz Vitor, em outra entrevista jornalística: *“aquilo me impactou muito fortemente”* (Pordeus, 2014, s/p).

Em 2008, enquanto trabalhava na divisão de pesquisa do Hospital Pró-Cardíaco, uma instituição privada do Rio de Janeiro, seu chefe, Hans Dohmann, recebeu indicação para ser secretário de saúde do município. Graças a esse contato, o médico e ator foi convidado para coordenar o Núcleo de Cultura, Ciência e Saúde, assumindo o cargo no ano seguinte. Nessa época, Vitor ainda não conhecia Nise da Silveira, nem o Engenho de Dentro. Incentivado por seus colegas de trabalho, começou a fazer suas primeiras visitas à instituição que levava o nome da psiquiatra alagoana. A reação foi impactante. *“Eu cheguei lá e me apaixonei profundamente porque é uma revolução realmente o que a Dra. Nise fez, que foi justamente explorar o mundo interno dos ditos esquizofrênicos”* (ibid.). Segundo Vitor, através do método desenvolvido por Nise, seria possível descobrir imagens, mitos e narrativas que são conteúdos do inconsciente coletivo, reveláveis através de relações criativas e afetuosas, em qualquer lugar, com qualquer ser humano: *“É uma coisa absolutamente científica reproduzível, regular, histórica... Dra. Nise é a melhor médica da história do Brasil”* (ibid.).

A partir de então, com base no referencial niseano, Vitor passou a desenvolver o seu trabalho. Em 2010, participou da fundação da Universidade Popular de Arte e Ciência, coletivo destinado à militância na interseção entre saúde, cultura e arte popular, formado por uma rede de artistas e profissionais de todo o país. Em 2011, organizou o Teatro de DyoNises. Em julho de 2012, por ocasião do 3º. Congresso da UPAC, o Hotel da Loucura começou a ganhar forma dentro do complexo psiquiátrico do Engenho de Dentro. Foi quando os andares desativados do Instituto Psiquiátrico Adauldo Botelho foram ocupados. "*A gente ocupou primeiro uma enfermaria (...), pintamos paredes, lavamos banheiros, desenhamos, cantamos, pulamos, e nesse primeiro ano a gente expandiu para outra enfermaria, a gente tem uma área de duas grandes enfermarias psiquiátricas*" (ibid.). Nessas enfermarias, se instalaram seis coletivos artísticos, que se tornaram os primeiros residentes do Hotel⁴³. Além disso, foram abertos quartos ocupados com camas beliche, destinadas a receber os participantes do eventos e eventuais hóspedes. A estrutura contou ainda com uma cozinha, uma biblioteca e um *hall* de entrada, principal lugar de reuniões do coletivo. O projeto consolidou assim, sua espacialidade, possibilitando o trânsito entre artistas, visitantes e pacientes internos e externos no interior do hospital.

Passei a frequentar constantemente o lugar nos meses que se sucederam ao Carnaval de 2015. Nesse período, participei de dois tipos de atividades regulares em particular, as quais, pareciam-me condensar de forma privilegiada as propostas daquela política pública. Em primeiro lugar, as *oficinas de ação expressiva*, realizadas às terças e quintas das 15:00 às 18:00h no HL, e além destas, o ensaio do *Teatro de DioNyses*, que acontecia às quartas-feiras no Arpoador. Ambos os projetos, complementares entre si, eram coordenados por Vitor Pordeus, em parceria com o Néctar – Núcleo de Experimentação Cênica e Transas Artísticas⁴⁴ –, focado no teatro, e com uma pequena equipe de agentes culturais de saúde, vinculada à prefeitura. Ainda, essas atividades encontravam seu ápice durante a *oficina de formação de atores* intitulada *SHABESS*⁴⁵, realizada duas vezes ao longo do trabalho de campo, durante duas semanas inteiras. Todas as ações contavam com a participação de pacientes psiquiátricos (internos e

⁴³ Entre esses, se destacaram Norte Comum, Coletivo Vô Pixá Pelada, Néctar ,CRUA - Coletivo Criativo de Rua, TV Caiçara, Jornal ReOrganise e Coletivo AIA, além da sede da Universidade Popular de Arte Ciência, do Núcleo de Cultura, Ciência e Saúde e do Teatro de DyoNises.

⁴⁴ Núcleo integrado por Denise Andrade, Edmar Oliveira e João Lima.

⁴⁵ A sigla fazia referência a seis nomes de importância para o grupo: Shakespeare, Amir Haddad, Artaud, Brecht, Eurípedes, Nise da Silveira e Spinoza.

externos), agentes culturais de saúde, atores, terapeutas, estudantes de medicina, psicologia e artes visuais, voluntários e interessados em geral⁴⁶.

As oficinas de ação expressiva se desenvolviam no *Chalé*, espécie de pequena arena a céu aberto, situada em um terreno elevado no coração do complexo hospitalar. Cercado por muitas árvores, o chalé parecia transportar seus visitantes para um ambiente completamente distinto dos frios e cinzentos perímetros dos enfermarias, embora permaneça no interior do conjunto. O lugar, ao qual se chegava por uma pequena trilha entre um chão de terra e pedras, assemelhava-se mais a um parque em cujo centro se enraizava uma ágora teatral em miniatura. Era nesse mesmo espaço que, décadas atrás, os clientes de Nise encontravam ar fresco para pintar.

Em suas bordas sinuosas, fantasias espalhavam-se pelo chão. Eram chapéus, vestidos, flores, penduricalhos e capas coloridas, à espera de serem tomados por seus atores. Entrando e saindo do invólucro, Vitor coordenava a música, que variava de balé clássico a funk carioca. Os recém-chegados precisavam apenas tomar algum adereço e engajar-se no movimento junto às outras pessoas. “*É preciso se mover e ocupar o espaço. Como diz Spinoza, Deus é potência em ato*”, sempre explicava o médico-ator. E Nise da Silveira, que havia caminhado ali, *estava presente*, assim com os grandes artistas que eram internos naquele hospital. “*Ela nos olha, orgulhosa!*”. Ninguém duvidava.

Não havia nenhuma espécie de coordenação em relação à coreografia. A ideia era que a organização seja espontânea entre os participantes, tal como proposto por Nise da Silveira em relação à produção de imagens. Esperava-se que houvesse interação de alguma forma, mas não se sabia qual. Em dado momento, depois de oscilar entre agitação e calma, a música parava e alguém se punha a falar, geralmente algum cliente, declamando uma poesia ou contando um caso de sua vida. Todos se sentavam em círculo para debater como foi a experiência do dia. Nesse momento, discutia-se também sobre política, filosofia e atualidades. Por fim, formava-se uma roda, e cânticos específicos do grupo eram entoados. “*Somos um círculo, dentro de um círculo, sem início e sem fim*”, dizia o mais comum um deles.

A atividade do *Teatro de Dyonises* contava praticamente com as mesmas pessoas que frequentavam as oficinas, com a diferença de ser realizada fora do hospital. Uma *van* da prefeitura transportava os atores do Engenho de Dentro a Ipanema, onde se

⁴⁶ Outras atividades como cursos de inglês, exibição de filmes, oficina de reciclagem, e oficina musical eram desenvolvidas por outras pessoas, com quem tive menor contato.

ocupava uma praça circular situada ao lado da Pedra do Arpoador. Seu foco residia no ensaio da peça *Hamlet*, de Shakespeare. Alguns papéis eram definidos, sendo divididos entre atores e clientes; outros emergiam mais espontaneamente, de acordo com o fluxo de cada ensaio. Intercalavam-se cenas de Hamlet com as cirandas e cânticos típicos das oficinas do HL. A interação com o público de curiosos era evidente. Poucos permaneciam assistindo até o final, mas sempre havia alguém que se unia ao grupo. Uma etnografia mais detalhada dessas atividades aparecerá nos próximos capítulos.

O HL se diferenciava do MII, além dos aspectos já pontuados, por sua marcante abertura à participação do público em geral. Se boa parte desse pessoal era rotativa, outra – na qual eu me incluía – passava a se envolver mais assiduamente em suas ações. Desse modo, eu não era nem o único pesquisador a integrar suas ações, nem seu único membro externo, o que contribuiu para uma recepção positiva da minha presença. Ao mesmo tempo que começava a tatear essa dimensão do campo, entravam comigo outras pessoas que, por distintos interesses, permaneciam frequentando o Engenho de Dentro e Ipanema. Com algumas dessas, inclusive, desenvolvi uma relação de amizade. Eram estudantes de medicina, psicologia, teatro, artes visuais, e mesmo terapeutas formados, que passaram a se interessar pelo Hotel da Loucura tanto para enriquecer suas formações quanto por engajamento na reformulação do sistema psiquiátrico⁴⁷.

É evidente que essa proximidade se estabelecia porque eu compartilhava com todos esses atores a origem de classe, a formação universitária e a visão política (invariavelmente próxima à esquerda, em seus muitos matizes). Mas, sobretudo, o que nos unia era o fato de que todos éramos apaixonados por Nise, e víamos em Vitor uma chama criativa de sua continuidade – ou, em alguns casos, a própria médica encarnada. Ademais, o funcionamento do HL possibilitava uma aproximação com os próprios clientes. Ali era possível conhecer a loucura de perto, em suas luzes e sombras. Criar relações com aqueles sujeitos invisibilizados tinha, para todos ali, um claro efeito político de borrar – embora, sabia-se, sem subverter por completo – as fronteiras socialmente estabelecidas, ensejando um maior trânsito entre as mesmas. Com aqueles pares, criamos o hábito de compartilhar nossas experiências no Engenho de Dentro e em Ipanema através das redes sociais e presencialmente, sentados em algum quiosque ou bar. Mais tarde, cheguei mesmo a travar contato com outro antropólogo, Luciano von

⁴⁷ Paula Ferreira, jornalista e especializada em arteterapia; Paulo Tomaz, estudante de medicina da UFRJ; Mariah Martins, estudante de psicologia da UERJ; e Laura Carvalho, estudante de artes visuais da FAAP; foram as pessoas com quem mais compartilhei a experiência do HL.

der Goltz Vianna, doutorando pela Universidade Federal de Santa Catarina, com quem pude dialogar sobre as vertigens do campo e intercambiar material de pesquisa.

O próprio Vitor tinha particular interesse pelas interseções entre psiquiatria e antropologia e se tornou, ele mesmo, um importante interlocutor para nós. Enxergava no trabalho acadêmico uma das importantes vias de repercussão de seu projeto, para além da mídia. Ele, como Nise, misturava as imagens do guru e do iniciador em uma figura carismática e vociferante, a um só tempo científica, profética e política. A repercussão de seu trabalho foi tamanha que, ao longo do desenvolvimento da pesquisa, repetidas vezes escutei aqueles que frequentavam suas atividades descrevendo-o como o “*verdadeiro herdeiro da Nise*”, por levar adiante suas propostas com grande fervor. Embora fosse desconsiderado da parte de alguns niseanos estabelecidos, naquele contexto era quase visto como a própria reencarnação da psiquiatra rebelde em um corpo jovem, masculino e cheio de vida. “*Ele é a Nise*”, diziam meus companheiros, fascinados com seu caráter.

Em meados de 2015, Vitor Pordeus deu início a um doutoramento no departamento de Psiquiatria Cultural da McGill University, em Montréal, no Canadá, tendo que se ausentar do cotidiano do projeto para cumprir os requisitos da pós-graduação. O acontecimento gerou uma reviravolta, a começar pelos próprios participantes das oficinas, que se indagavam como poderiam dar continuidade às atividades sem contar com a presença física de seu grande agitador. Embora com os ânimos alterados, o Hotel da Loucura seguiu funcionando por um período, desta vez com a missão de se empenhar em suas propostas de maneira mais auto-gestiva. Vitor nunca deixou de se comunicar com sua equipe, e continuou retornando com regularidade ao Rio de Janeiro, onde passou a desenvolver um novo projeto com uma peça baseada no *Fausto*, de Goethe.

Entretanto, em maio de 2016, Vitor e toda a rede de colaboradores do Hotel da Loucura foi pega de surpresa com a notícia da exoneração de seu cargo. A decisão foi silenciosamente publicada no Diário Oficial da União, enquanto o médico encontrava-se em Montréal. A aparente justificativa para tal ato, surgida nas redes sociais, foi o descumprimento de sua carga horária e sua “ausência” nas atividades do projeto. Os defensores do projeto consideraram esse argumento desonesto, na medida em que o profissional estava dedicando seu tempo justamente a uma atividade destinada à aplicação do conhecimento produzido no Hotel da Loucura, estabelecendo conexões com pesquisadores de todo o mundo, e mantendo aquelas que já tinha com seus atores e

colaboradores. O próprio Vitor, que se manifestou através das redes sociais, enxergou esse ato como uma tentativa de desmonte que já vinha sendo planejada há muito tempo, protagonizada pelo então secretário municipal de saúde, Daniel Soranz, que trabalhava na gestão do prefeito Eduardo Paes desde agosto de 2014. Desde sua posse, o salário do coordenador do Hotel da Loucura já havia sido reduzido em 80% e os pedidos de reparação eram sempre ignorados. Nessa ocasião, Vitor publicou o texto *Morreu o Hotel da Loucura. (n: 09/07/2012 morte: 08/07/2016)*, culpando diretamente o secretário e anunciando seu possível renascimento na UPAC e no Teatro de Dyonises, desta vez nas praças e espaços abertos da cidade.

O acontecimento se consolidava justamente no crítico período de *impeachment* da presidenta petista Dilma Rouseff, que seria seguido pela posse de seu vice-presidente, Michel Temer, do PMDB. Embora a exoneração de Vitor tenha se dado a nível municipal, o uso do termo *golpe*, que se consolidava como estandarte da luta pela permanência da presidenta eleita, acabou sendo ressignificado pelos defensores do Hotel da Loucura em suas várias tentativas de defesa do projeto. Na ocasião, eu mesmo publiquei um artigo intitulado “Onde Ainda Vive Nise da Silveira: em defesa de Vitor Pordeus e o Hotel da Loucura” (Magaldi, 2016b), publicado em *blog* virtual, que ganhou mais de quinhentos compartilhamentos no *Facebook*, endossando o sentido do *golpe*. Escrevia:

“Com este acontecimento, a história de Vitor atualiza a história de Nise, não só em seu aspecto científico, mas também, e sobretudo, em seu aspecto político. Assim como Nise foi alvo de constantes sabotagens e apagamentos, Vitor é agora desconsiderado da parte das autoridades “competentes”, mais preocupadas em salvar a burocracia do “bater ponto” em detrimento de um trabalho que tem crescido a cada ano e conferido um valor inestimável à ciência e à cultura brasileiras.

Ao substituir seu nome por outra figura, completamente alheia ao trabalho do projeto, a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro trata de desconstruir toda uma rede de relações estabelecida ao longo de anos entre o médico e seus atores. Quebrar o vínculo que sustenta o afeto catalisador de maneira tão bruta é, acima de tudo, irresponsável, pondo em risco a saúde mental de todos os participantes envolvidos com as atividades do Hotel da Loucura.

Nestes tempos em que um governo ilegítimo assombra o futuro do país, não se pode deixar de caracterizar tal fato como mais um golpe, dirigido ao desmonte

das transformações sociais ocorridas nos últimos anos graças à luta organizada. Tudo o que se confirma é a permanência de uma política que estabelece uma divisão entre vidas qualificadas e vidas a abandonar ou esquecer. Mais do que nunca, é hora de ocupar o Nise” (Magaldi, 2016b).

As manifestações, no entanto, não foram suficientes para reverter a destituição. O território do Hotel da Loucura permaneceu, transformando-se no *Espaço Travessia – Corpo e Movimento*. Vitor foi substituído por outro profissional, o fotógrafo Marcelo Valle, que não tinha relação prévia com o projeto. O grupo do Teatro de Dyonises, diminuído, mas resistente, passou a realizar seus encontros fora do espaço hospitalar, na Praça Rio Grande do Norte, no Engenho de Dentro, a poucos metros do Instituto Nise. Vitor, que permaneceu com seu trabalho em Montréal, continuou em contato com eles. Em novembro do mesmo ano, ele regressou ao Brasil, sendo agraciado com o prêmio Patricia Acioli de Direitos Humanos, conferido pela Associação de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Em seguida, participou do VI Congresso da UPAC, realizado em Franca, no estado de São Paulo, por ocasião do qual publicou o seguinte texto, em rede social, fazendo balanço da situação:

“O ano de 2016 foi um ano de cura, de revelação das sombras, desvelamento da realidade, reconhecimento da doença e do desvio. O secretário de doença pública tramou com sua equipe de carcereiros do espírito, governantas de aushwitz e titias da arteterapia, e fecharam organizada e silenciosamente o Hotel da Loucura, a comunidade criativa que vinha continuando o trabalho da Dra. Nise da Silveira e sendo um oásis na cidade homicídio do Rio de Janeiro. Foram 7 anos de trabalho na secretaria da doença e no hospício - o campo de concentração do espírito, o labirinto da ciência cartesiana e neo-darwinista que quer saber quem é superior e quem é inferior, que vê a guerra como a maneira de relacionar-se e dominar o mundo.

Não nos calamos. Denunciamos. Nos comunicamos. Contra a maldade coletividade. Descobrimos que o hospício, o golpe, já está instalado dentro das pessoas e vimos as máscaras de antigos companheiros de trabalho se retirarem para as sombras e atuar sob a lógica manicomial autoritária tão forte, farmacológica, e universalmente presente nas cabeças contemporâneas. Mas vimos também o valor subestimado do povo brasileiro, das mulheres do povo brasileiro, especialmente nossas atrizes Mirian Rodrigues, Marcia Marcia Proenca, Paula Ferrão, Karina Matos, Zézé Do Carmo e também o artista revolucionário Edmar Junior Oliveira e também nossos mestres”.

No manifesto, Vitor agradecia às diversas manifestações de apoio recebidas de psiquiatras, cientistas e artistas, entre eles o ex-diretor do Instituto Municipal Nise da Silveira, Edmar Oliveira; o coordenador do Espaço Aberto ao Tempo, Lula Wanderley; Gina Ferreira; seu mestres, o cientista Nelson Vaz e o diretor teatral Amir Haddad; o cantor Ney Matogrosso e artista cênica Nara Salles. O médico fazia referência inclusive à participação dos antropólogos: “*recebemos textos científicos sobre nossa experiência dos antropólogos que fazendo seu doutorado trabalharam diretamente conosco no Hotel da Loucura e eles sim podiam opinar, cientistas verdadeiros que não fugiram a seu dever ético Felipe Magaldi, e Luciano von der Goltz*”.

Ao mesmo tempo, lamentava-se pelo silêncio de outros profissionais vinculados ao Mundo Nise. Não houve nenhuma manifestação de apoio da parte da atual direção do Instituto Municipal Nise da Silveira, do Museu de Imagens do Inconsciente, da Casa das Palmeiras, da produção do filme *Nise – O Coração da Loucura* ou dos biógrafos já conhecidos. Sobre esse ponto, afirmava Vitor:

“Nada disso sensibilizou a cadela do fascismo fástica ocupando a gestão pública de saúde mental. Mobilizamos o Brasil e o mundo em torno da injustiça de fechar um serviço público em excelente funcionamento proporcionando promoção de saúde mental. Tivemos que encarar também o difícil e incompreensível silêncio de toda uma corte de ditos profissionais de saúde e Niseanos, pessoas trabalhando e ganhando dinheiro com o nome de Nise da Silveira, silêncio, silêncio, silêncio, silêncio por alinhamento ideológico consciente ou inconsciência com esta cadela do fascismo que agitou-se dentro de todos. Nise jamais se omitiu de nada. Nise jamais deixou de falar sobre as injustiças cometidas contra os pacientes sempre os piores prejudicados e os mais mal-tratados de todos, com uma mortalidade altíssima. Todos querem falar em Nise mas não querem saber da situação dos doentes psiquiátricos brasileiros hoje condenados ao inescapável esquema da droga-tranca-choque importado acriticamente por interesses comerciais. É o perigo do entretenimento, alienante, ameaça alienar e silenciar a obra da Dra. Nise da Silveira.

(...) Ao Brasil, nosso povo honesto e trabalhador, nossas comunidades e famílias que querem alegria e prazer, saúde e perspectiva de futuro para a humanidade e o planeta. Amamos amar e queremos mais. Quanto mais amamos mais amamos o mundo e as pessoas, a natureza, os minerais, o cosmo”.

Esse silenciamento parece confirmar a problemática das disputas em torno da memória de Nise da Silveira e das próprias condições de continuidade de seu projeto em seu ciclo espectral. Por não ter convivido diretamente com a psiquiatra, e por trabalhar com suas ideias de uma forma criativa, inovadora, original – e, portanto, controversa – Vitor era considerado um *legítimo* herdeiro apenas no escopo de seu trabalho e, portanto, não despertava compaixão da parte da maioria dos outros compositores do Mundo Nise.

Não era incomum entrar no hospício e ouvir, de longe, um samba canção dedicado à Nise. Seu autor era o Pelezinho: a estrela musical do Hotel da Loucura. Era um homem negro, já de meia idade, e ex-morador de rua; baixinho, magrinho e contagiante. Pessoalmente, nunca vi Pelezinho de mau humor. Era puro sorriso. Mas sabia que ele havia passado por internações e que agora era cliente daquele projeto.

Por algum motivo, ele me chamava simpaticamente de Bruninho. Nunca me importei. E procurava responder com um abraço... mesmo sem entender sempre o que ele me dizia.

Foram tantas vezes ouvindo-o cantar que acabei decorando a letra e a melodia. E cantarolava, aqui e ali, essa Nise em acordes:

Samba da Nise (Pelezinho)

“Eu, Eu sou Nise legal.

No hospital do Engenho de dentro já virou Tradicional

A amizade é garantida

E nesse ponto de partida

A empolgação é genial

Mas que doutora sensacional (2x)

Eu tô que tô (2x)

Com a doutora Nise

Vou dançar com meu amor”

Casa das Palmeiras

Há uma conhecida divisão geopolítica na cidade do Rio de Janeiro, definida entre a zona sul – território em que predomina a classe privilegiada – e o resto da cidade, frequentemente assumido sob a insígnia genérica de “subúrbio”, apesar de

incluir em seu escopo regiões tão distintas como a zona norte e a zona oeste. Como tudo o que existe sobre o solo dessa cidade, as instituições niseanas se inscrevem nessa cisão. Apresentam, entretanto, a curiosa peculiaridade de inverter a hierarquia estabelecida.

Ocorre que, embora o Mundo Nise mantenha um estabelecimentos na zona sul, é o Engenho de Dentro, bairro situado na região do Grande Méier, o lugar que concentra de forma mais nítida seu legado. Como explicado, este fenômeno ocorre seja pela via da tradição em que se encontra o Museu de Imagens do Inconsciente, seja pela via da inovação, na qual havia sido engendrado o mais recente Hotel da Loucura. Assim, foi curioso notar como, durante a pesquisa, na imensa maioria das vezes que fazia referência ao nome de Nise da Silveira, explicando meu objeto de estudo para conhecidos e interlocutores, pesquisadores ou não, recebia como reação perguntas relacionadas a alguma atividade do Instituto Municipal Nise da Silveira, mais conhecido como “*o Nise*”, nome que veio a substituir “*o Pedro II*”. Por esse motivo, foi neste território que a pesquisa acabou concentrando a maioria de seus esforços. O estudo sobre *a Nise* tornou-se, em muitos sentidos, uma pesquisa sobre *o Nise*, embora não encerrando-se neste. O Engenho de Dentro constituiu-se como sua dimensão *solar*.

Havia, entretanto, um resíduo, uma dimensão *lunar*, que permanecia funcionando, embora à sombra de sua própria ameaça de perecimento. Era a Casa das Palmeiras, situada na Rua Sorocaba, n. 800. Por um momento, achei que poderia ser tarde demais para chegar a conhecê-la. Em outubro de 2015, enquanto concentrava a investigação no Engenho de Dentro, o Jornal *O Globo* publicou um artigo com a manchete: “*Casa das Palmeiras passa por dificuldades financeiras e corre risco de ser fechada*”, e subtítulo “*Instituição fundada há quase 60 anos como um ateliê psiquiátrico tem custo mensal de R\$ 12 mil e vive de doações*” (Miranda, 2015).

Segundo a reportagem, o trabalho da Casa, gratuito para seus vinte e cinco usuários, e inteiramente voluntário da parte de seus funcionários, sobrevivia a partir do dinheiro de sua própria equipe coordenadora. Assim, constatava seu vice-presidente, o psiquiatra Jean Pierre Hargreaves: “*já ultrapassamos o limite. Ainda atuamos normalmente porque temos voluntários e estagiários que reconhecem a importância do trabalho (...). Não temos mais o que fazer. Até os clientes já repararam que alguma coisa está errada*” (ibid.). No mesmo tom, lamentava-se a tesoureira e artista plástica Martha Pires Ferreira, que conduz seu grupo de estudos: “*Não podemos abandonar as pessoas*” (ibid.). Quando viva, explicava o texto, Nise da Silveira atraía artistas para ajudar com as contas da casa, sobretudo a partir de concertos beneficentes, a exemplo de

um realizado por Caetano Veloso, no Scala, em 1992. No início dos anos 2000, a instituição chegara a receber patrocínio da Petrobras, logo interrompido. Em 2006, um incêndio atingiu a Casa, destruindo parte do imóvel e do acervo, agravando o processo de degradação.

Apesar dessas dificuldades, o fato é que a ameaça não se cumpriu e a instituição seguiu funcionando. Desse modo, tornou-se possível uma incursão em seu âmbito. A partir de fevereiro de 2016, passei a frequentar algumas de suas atividades, particularmente o “Grupo de Estudos C. G Jung”, de que tive conhecimento graças a um *blog* de divulgação da casa. A página, que tinha um aspecto simples e artesanal, sem quaisquer publicidades comerciais, informava que o grupo era gratuito e realizava seus encontros quinzenalmente, às quartas-feiras, das 19h às 20h30. Além disso, dava boas-vindas a pesquisadores, antropólogos inclusive: *“Bem vindos os artistas, filósofos, psicólogos, pensadores livres, antropólogos, sociólogos e/ou qualquer pessoa que desejar ler, estudar e/ou conhecer, mais profundamente a obra de Carl G. Jung”*.

Não era o primeiro Grupo de Estudos referente ao Mundo Nise com o qual travava contato. No Museu de Imagens do Inconsciente, já frequentava uma atividade homônima, que se desenvolvia com regularidade similar e era igualmente aberta ao público. Ambos os grupos se propunham a dar continuidade ao projeto que Nise, em seu tempo de vida, levava a cabo em sua própria residência no bairro do Flamengo. Entretanto, ao longo do trabalho de campo, algumas descontinuidades surgiram à tona.

A Casa das Palmeiras fica em um discreto quarteirão no final da Rua Sorocaba, próxima ao entorno do famoso Cemitério João Batista. Logo ali, onde, justamente, se encontram os restos mortais da psiquiatra rebelde...

Trata-se de um antigo sobrado, de dois pisos, separado da calçada por um sóbrio muro e por um portão verde, sempre entreaberto. Não há letreiros indicando a natureza do local, de modo que, provavelmente, um transeunte desavisado pode passar por ali sem se dar conta do que se trata. Mudo convite.

Ao entrar no recinto, atravessa-se um mini-jardim e uma pequena galeria, preenchida em sua lateral por esculturas de barro, até que se chegue à antecâmara e ao *hall* principal. Do incógnito de fora, logo se passa ao simpático de dentro. Uma pequena sala bem iluminada e repleta de pinturas consiste no espaço de recepção do ambiente. Uma mesa retangular, cercada por cadeiras de plástico e por um bonito piano de parede,

se dispõe no centro. De um lado, uma escada, que leva ao segundo andar, guarda em seus limites painéis com fotografias de Jung, ao lado de Nise da Silveira. Do outro lado, ao fundo, há uma varandinha e uma abertura para o banheiro e a cozinha.

A Casa das Palmeiras de fato enseja uma sensação mais doméstica e familiar, em contraste com o aspecto institucional (e inevitavelmente hospitalar) do Museu de Imagens do Inconsciente. Essa sensação se confirmou a partir de uma série de visitas que fiz a seu grupo de estudos. O coletivo é frequentado por uma média mais ou menos regular de dez pessoas, menos da metade daquela que caracteriza o grupo do Engenho de Dentro. Este fato contribui para que haja maior interação entre seus participantes durante cada sessão. Ademais, deve-se destacar sua carismática coordenação, que está sempre a cargo de Martha Pires Ferreira, artista plástica, astróloga, amiga e colaboradora de Nise da Silveira desde o final dos anos 1960.

A atividade do grupo não funciona tanto no formato de palestras, como no Museu. Diversamente, faz juz a seu título: trata-se, antes, de um grupo de leitura e discussão. O período em que o acompanhei, durante o primeiro semestre de 2016, contou com a apreciação de *Imagens do Inconsciente*, que havia sido recentemente relançado pela editora pela Vozes, tornando-se, portanto, finalmente acessível ao público.

Em minha primeira incursão, Martha logo pediu para que me apresentasse, perguntando como havia tomado conhecimento das reuniões. Fato semelhante nunca havia acontecido no Museu, onde os participantes poderiam passar despercebidos. Respondi que estava escrevendo um trabalho sobre Nise da Silveira na área de antropologia, e que encontrara, graças a uma pesquisa virtual, um *blog* sobre a Casa das Palmeiras. Contenta, a coordenadora explicou que era a autora da página e que poderia participar das atividades do semestre que recém começara. Sem muitos prolongamentos, logo em seguida deu início à sessão, que consistiu na leitura, em voz alta, da obra em questão, começando por seu prefácio.

A leitura, protagonizada primeiro por Martha, e aos poucos sendo transferida aos outros membros do grupo, era intercalada com perguntas dos assistentes e com comentários da coordenadora, que chamava a atenção para os pontos mais fundamentais da obra. Naquela ocasião, ela explicava: *Imagens do Inconsciente* era sobre a tensão entre a psiquiatria dominante e a terapêutica proposta por Nise da Silveira. Esta tinha uma clara definição: pelo estudo do *fenômeno intrapsíquico* através dos trabalhos das *pessoas singulares*, comumente categorizadas como doentes mentais.

Entretanto, a leitora admitia que, entre a edição original da obra – concluída em 1982, mas feita a partir de observações que atravessavam todo o período de trabalho da médica alagoana no Engenho de Dentro, desde os anos 1940 – e o atual relançamento, em 2015, a psiquiatria dominante não havia se transformado muito. Se, antes, a psiquiatria se embasava na aplicação de eletrochoques e lobotomias, agora funcionava quase exclusivamente através de medicamentos psicotrópicos.

Segundo Martha, o mesmo problema havia sido percebido pelo literato Marco Lucchesi, que recém publicara um artigo no Jornal *O Globo* por ocasião da reedição de *Imagens do Inconsciente*. No texto, citado pela coordenadora, Lucchesi aponta para os riscos do “*vírus positivista*” que assola parte de nossa universidade e do combate de Nise da Silveira tanto contra os métodos de tratamento de seu tempo quanto aqueles que surgiram na sequência, as ainda mais perigosas “*camisas de força químicas*”. Apesar dessas dificuldades, o autor a reconhece como um dos maiores nomes da ciência no Brasil, graças à cultura e à sensibilidade de sua formação, comprometidas com um horizonte ético e humanista:

“Acaba de sair a tão esperada reedição de seu bellissimo livro “Imagens do inconsciente”. São páginas que não perderam o fascínio, nem o compromisso ético, mas, sobretudo, caro leitor, o delicado olhar poético a seus pacientes. Recusou-se a aplicar o eletrochoque, combateu visceralmente a lobotomia e as mais perigosas, porque sutis, camisas de força químicas. Ela abriu o ateliê, contra Deus e o mundo, contra os médicos dos anos 50, para tornar-se até hoje contemporânea. E trouxe os animais para o hospital, como co-terapeutas. Acham que exagero? Leiam aquelas páginas, vejam como alcançou através de desenhos inesquecíveis, as biografias dos que antes não passavam de uma simples frase dos tratados de psiquiatria clássica (e de certo modo eugênica). Nise trouxe, das profundezas do psiquismo, Carlos Pertuis, Emygdio e Adelina, dentre outros, para não falar de Fernando Diniz. Abateu os muros do manicômio. Deu aos pacientes a possibilidade de desenhar o mundo interno, de arrancar as potências do medo, mediante a leitura fantástica daqueles aparentes hieróglifos e, de tal ordem, que as obras saíram do hospital, alcançaram o mundo, e hoje constituem casos exemplares da história e uma psiquiatria nova (...).Num tempo em que certas figuras da Câmara e do Senado localizam-se entre o Código Penal e o manual psiquiátrico, “Imagens” é um livro que responde por uma cultura ética, contra os fascistas de plantão e os inimigos da democracia” (Lucchesi, 2015, s/p).

Essas colocações geraram um pequeno debate. Um dos membros do grupo observou que, de fato, como sugeria Lucchesi, Nise era imune ao vírus positivista. Isto, não eliminava, entretanto, o aspecto científico de seu trabalho: “*Nise não era positivista, mas era empirista, ela tinha essa influência. Todo o trabalho dela era feito através da observação direta das imagens, do processo na prática*”. Todos confirmaram o comentário. Aproveitei a ocasião para perguntar se, apesar da permanência dessa psiquiatria dominante, o trabalho da Nise continuaria vivo no Engenho de Dentro, a exemplo dos novos projetos e políticas públicas aí surgidas, como o Hotel da Loucura. Martha foi enfática em demarcar a especificidade da Casa das Palmeiras: “*Tem isso também. Mas olha, aqui não é pós-Jung, nem pós-Nise, é Nise mesmo e Jung mesmo*”!

Na sequência, demos continuidade à leitura de *Imagens do Inconsciente*, partindo de seu primeiro capítulo: “O Atelier de Pintura – Abstração e Angústia – O Espaço Subvertido”, o que se estendeu ao longo dos próximos encontros. Ao longo da pesquisa, passaram pelo grupo uma itinerante fauna composta por jovens estudantes de filosofia e de psicologia, artistas plásticos, assistentes sociais e arteterapeutas de todas as idades. Não conheci nenhum outro antropólogo, apesar do convite incluir essa categoria. O lançamento do filme *Nise – O Coração da Loucura*, que contava com uma atriz no papel de Martha, contribuiu para encher acima da norma as reuniões, o que, todavia, não durou mais do que algumas semanas.

Foi numa tarde ensolarada que o psicanalista Franklin Chang viu Nise pela última vez. Era final da década de 1990, quando ele era presidente da Casa das Palmeiras. A Doutora estava sentada e se sentia excepcionalmente bem, a despeito dos cinquenta dias de internação.

Naquela noite, como conta em depoimento (Chang, 2001), ele teve um sonho. Os dois estavam lado a lado na Casa das Palmeiras, assistindo uma festa. Abraçavam-se. Mas, quando se dava conta, Nise era levada por um grupo de pessoas desconhecidas. Franklin perguntava quem são e onde iriam com ela. Alguém responde: são de Bauru.

Acordou no dia seguinte – *com uma estranha sensação, indefinível* – e logo foi à casa da Doutora. Unindo esforço a seus colegas, dedicou o dia a reorganizar seus livros, deixando-os em um novo arranjo espacial, para quando ela voltasse para casa. Quando acabaram, entretanto, foram surpreendidos com a notícia; Nise havia falecido.

Em um *flash*, lembrou-se de seu sonho. Sua imagem chave, Bauru, por algum motivo o levava a associar com uma viagem que havia feito na Bolívia, no chamado trem da morte. Eis sua interpretação: “*O inconsciente, através deste sonho, me havia preparado para aceitar a morte da Dra. Nise, mas a consciência lutou o quanto pôde para fugir dessa terrível e dolorosa realidade*” (Chang, 2001, p. 99).

Mais tarde, veio a saber que vários amigos haviam tido sonhos similares, em que recebiam a visita e a despedida da Dra. Nise, preparando-os para aquilo que o inconsciente já sabia. Num sonho, Nise é transferida para o andar de cima. No outro, vinha devolver uma escova de pentear presenteada por uma grande amiga. Em um terceiro, Nise aparece com um amigo em comum, já falecido, que lhe diz para não se preocupar, pois já conhece o seu caminho de destino. Outros sonharam com ela como se fosse uma menina, uma jovem, talvez renascia em outra dimensão... Outros experimentaram acontecimento sincronísticos. Uma pessoa, conversando com uma amiga sobre gatos, citou seu livro, *A Emoção de Lidar*, no justo momento em que soube de sua morte. Alguns tiveram sensações físicas estranhas: vertigens, mal-estar, tristeza. Um cliente da Casa das Palmeiras disse a seus pais que não iria mais lá, porque sabia que Dra. Nise tinha morrido.

Conclui: “*Estranhos acontecimentos, inusitados, experiências que nos obrigam a refletir e nos colocar em uma posição mais humilde perante o desconhecido, e o mistério que cerca a morte. A própria Dra. Nise, uma vez, numa entrevista, declarou que a morte era uma viagem para dimensões desconhecidas, que ela tinha curiosidade em experimentar, mas também medo do que poderia encontrar*” (ibid.).

Através das leituras e conversas, fui conhecendo mais de perto a especificidade do modo de funcionamento da Casa das Palmeiras. De modo geral, pode-se afirmar que esse estabelecimento, apesar de compartilhar o caráter *old school* com o Museu de Imagens do Inconsciente, tem uma vida própria em relação ao Engenho de Dentro. Por não se encontrar no interior de uma instituição médica, apresenta um caráter mais informal, embora não menos rigoroso em relação à fidelidade ao método de trabalho proposto pela psiquiatria rebelde. Seus poucos clientes – alguns dos quais frequentam o grupo de estudos – parecem ter um perfil mais próximo à classe média e, em geral, possuem suporte familiar –, pelo menos se comparados ao do hospital psiquiátrico da zona norte. Além do grupo, o estabelecimento mantém ateliês de desenho, pintura,

modelagem, tecelagem, música e contos de fada, engajando-se também em passeios, saraus, exibição de filmes e atividades culturais. A CP está aberta de segunda à sexta-feira, das 13 às 17,30h.

Devo dizer que, comparativamente, a Casa das Palmeiras foi o lugar que recebeu a menor atenção nesta pesquisa, merecendo, no futuro, estudos mais profundos, que poderão ser realizados por este ou por outros pesquisadores. Apesar disso, graças à frequência em seu grupo de estudos e em algumas de suas atividades culturais, incluindo debates e exibição de filmes, pude contar com Martha Pires Ferreira como interlocutora da pesquisa. Em dezembro de 2016, cheguei a fazer uma visita à sua casa, em Santa Teresa, na qual uma longa conversa gravada permitiu detalhes sobre a vida e a obra de Nise da Silveira, parte da qual já é familiar ao leitor.

A Casa das Palmeiras não tem nada a ver com o Engenho de Dentro. Nem Nise quis que tivesse, explicava Martha. Ali não é clínica, nem CAPs, *é uma casa*, criada para o convívio afetivo e as atividades expressivas. Também tem a pesquisa.

As classes sociais são variadas no convívio, o que é a grande coisa do lugar. Outro dia – contava a artista e astróloga – lancharam na mesa três clientes: um que morava razoavelmente bem na Glória; outro, que morava muitíssimo bem em Copacabana; o outro que ia táxi; e o outro, que morava na rua. Não tem hierarquia de classe, raça ou gênero.

Martha se engaja na campanha “Seja Amigo da Casa das Palmeiras”, destinada a encontrar padrinhos e madrinhas que possam contribuir financeiramente. Nunca tem dinheiro para pagar as contas e os funcionários. Fica desesperada, sem dormir. Tira dinheiro até das amigas...

Martha me explica Nise. E Nise ia além da medicina. Era uma filósofa, uma escritora, uma pensadora, uma humanista, uma mulher espiritualizada, com um desprendimento material sem igual, até demais... Vivia franciscanamente. No final de sua vida, tornou-se muito agarrada em Cristo que, como ela, se dedicou à humanidade e à compaixão pelos desvalidos. Não importava se era Deus ou não era Deus. Era humano. E todo humano deveria se preocupar por que uns têm mais e outros menos oportunidades. Nise tinha uma preocupação social muito grande.

F – Depois ela deixa de lado o marxismo, não é mesmo?

M – “*É que não se tratava mais de comunismo. Era humanismo. Ela mostra a importância do ser humano, de não ser excludente... E talvez até de todo ser vivo*”.

Via nessa frase, que punha em relação o humano e o vivente, todo o sentido da minha tese.

F – Uma última pergunta, então, Martha. É que me parece que tem agora um retorno da Nise, com os filmes, a biografia...

M – “*O que acontece é o seguinte. É que a Doutora Nise, pela potência humana - ela é um quantum... um ser humano muito evoluído. Aí o que acontece? Quando ela morre, ela permanece, porque não existe morte. Aí as pessoas querem conectar com essa pessoa que está aí. Ela está aqui, entendeu? Ela passa a ser energia orgânica da natureza. Cristo cósmico, lá de Nazaré; é um ser que ficou. Buda, Gandhi. Claro que daí vai um pouco pro mito... aí tem as invenções*”.

F – Uma visão meio idealizada, não é?

M – “*Sim, idealizada... Aí, um vai para o lado médico, humanista, espiritual, mas cada um vai pro lado que quiser*”...

Extra-muros, entre-muros

Além das instituições, é preciso fazer referência a outros campos em que o nome Nise da Silveira permanece em constante chamado. Primeiramente, faça-se um inventário tentativo da produção textual, parte da qual já foi evocada neste trabalho. As publicações sobre a psiquiatra começaram a aparecer antes mesmo de seu falecimento, precedendo-o em alguns anos. Primeiramente, surgiu o ensaio *A Trinca do Curvelo* (1995), de Élvia Bezerra, que conta a vida de três nomes da cultura brasileira através das impressões de amigos que com eles conviveram na Rua do Curvelo, em Santa Teresa, no Rio de Janeiro: Manuel Bandeira, Ribeiro Couto e Nise da Silveira. Em seguida, *Nise da Silveira: uma psiquiatra rebelde* (1996), do poeta e crítico de arte Ferreira Gullar, foi o primeiro trabalho inteiramente dedicado à psiquiatra. Incluiu uma introdução do autor, além de uma fabulosa entrevista, percorrendo quase toda sua trajetória, e da transcrição de alguns de seus principais textos dispersos.

O período subsequente é marcado pela profusão dessa bibliografia, assinada quase que invariavelmente por pessoas que conviveram com a psiquiatra. Em 2001, foi publicado *Nise da Silveira* (2001), do psicólogo, pesquisador e atualmente professor da UFSJ Walter Melo. Essa obra foi parte do processo de tese de doutorado do autor, defendida no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da UERJ. A

investigação, por sua vez, foi motivada por seu contato pessoal com a médica alagoana e por seu trabalho como terapeuta na Casa das Palmeiras. O livro integra o volume 4 da coleção Pioneiros da Psicologia Brasileira e pode ser considerado o primeiro estudo acadêmico sobre o pensamento niseano, delineado na interseção entre história da psicologia e biografia. Seus escritos estão em uma linguagem acessível, voltada ao público mais amplo. Apesar do autor ter sido pupilo pessoal da médica, o componente da personalidade aparece mais discreto em seu trabalho, sendo combinado às suas ideias médicas e científicas.

Este não é o padrão das próximas publicações, que se vestem de maneira mais relacional. Em contraste, pouco tempo depois, surge *Viagem a Florença: Cartas de Nise da Silveira a Marco Lucchesi* (2003), que inclui uma seleção das correspondências da psiquiatra ao literato ítalo-brasileiro, organizada por este. O livro não consiste em uma análise, mas em um enigmático feixe de fragmentos dispostos em ordem cronológica. Enfatiza, assim, o teor estético do estilo de escrita de Nise – tal como descrito nas palavras do próprio autor, “*firme, apolíneo, cortante, delicado, movido pela busca permanente da verdade, com seus espinhos e desertos, com suas fontes e jardins*” – assim como seu “*valor humano e literário*” (Lucchesi, 2003, p.6), confundido e entrelaçado. Ao final, consta ainda o registro de uma pequena conversa com Nise, intitulada “O Relógio de Florença”. Antes, a psiquiatra já tinha sido abordada pelo autor em crônica no livro *Saudades do Paraíso* (1997), sendo retomada, depois, em *A Memória de Ulisses* (2006).

Em 2008, surge mais uma biografia. *Nise – Arqueóloga dos Mares* (2008), do jornalista Bernardo Carneiro Horta, que foi baseada nas anotações pessoais do autor durante sua frequência no grupo de estudos, nas décadas de 1980 e 1990, assim como em conversas com diversos colaboradores da psiquiatra. O autor conta que, inicialmente, Nise se irritava com seu hábito de registrar tudo por escrito: “*Para com isso! Vê-se bem que que você é jornalista, inconveniente, ignorante, não entende nada! É perigoso... Calado! Está anotando o que eu digo pra quê? Vai mandar para Platão?*” (Horta, 2008, p. 19). Ela detestava a ideia de ser biografada. Apesar das broncas, Horta não resistiu e, fascinado com os relatos da psiquiatra, continuou tomando notas, em um estilo que não deixa de lembrar o etnográfico. Ao longo de anos, ganhou sua confiança, e recebeu convocações dela própria para registrar suas declarações. Somente na década de 2000, pôde dar forma ao que chamou de uma “*pasta abarrotada de papeis*”. O livro reúne episódios, frases e acontecimentos sem ordem pré-estabelecida. Sua composição

foi inspirada na noção de *biografema*, tal como formulada por Roland Barthes: “*Diferente da biografia, com pretensões de início-meio-e-fim – e a intenção de revelar toda uma vida, o biografema narra a existência, mas de forma fragmentada, criativa, vital*” (ibid., p.21). Segundo Horta, essa noção diferenciada teria sido aceita por Nise no final de sua vida. “*Biografemas...isto pode ser*”.

Em comunicação pessoal, o autor relata ter tido uma recepção ambígua de sua obra da parte de alguns bastidores do Mundo Nise. Apesar de contar com apoio de parte deste – seu prefácio foi escrito por Martha Pires Ferreira e sua apresentação de Marcia Leitão da Cunha, que havia sido diretora do MII na década de 1990 –, Horta chegou a ser acusado de se promover às custas de Nise e de desnudar seu caráter de maneira exagerada, sobretudo por parte de determinados setores de seu núcleo duro de colaboradores.

Ao olhar desta pesquisa, esta acusação merece menos ser endossada e mais servir à confirmação da existência de disputas em torno da memória da psiquiatra. Embora o jornalista tenha convivido com Nise, nunca chegou a fazer parte de sua equipe mais próxima. Sua relação com a psiquiatra se deu mais tardiamente, já quase na década de 1990. Mais jovem que a maioria de seus outros pares, ele afirma ser um “*café com leite*” entre estes. Por esses motivos, e pelo detalhamento de alguns pormenores insólitos presentes no conteúdo de seu trabalho, sua obra despertou controvérsia, em contraste com as anteriormente citadas. Estas, mais discretas, e assinadas por autores mais prestigiosos, passaram sem grandes polêmicas. Pode-se afirmar, assim, que seu trabalho se encontrou a meio caminho entre a memória oficial e a oficiosa.

Em 2013, foi publicado *Nise da Silveira – Memória do Saber*, do terapeuta ocupacional e pesquisador da UFRJ José Otávio Motta Pompeu e Silva. O livro acrescentou-se ao de Walter Melo por ser produto de uma investigação acadêmica. Destacou-se, entretanto, por ter sido escrito por um autor que não foi discípulo direto da psiquiatra, o que o aproxima, por sua vez, da presente investigação. A obra, publicada com apoio do CNPq e da Biblioteca Nacional, fez parte de uma coleção voltada para a construção da memória científica brasileira. De modo geral, ao longo da pesquisa, ouvi poucas referências a este trabalho, a despeito de sua indubitável seriedade. Diversamente ao litígio provocado pelo trabalho de Horta, este caso foi marcado mais por uma aceitação tácita em relação ao resto do Mundo Nise.

Em contraste, em 2014, surgiu o *magnum opus* das biografias oficiais. Trata-se de *Nise da Silveira: caminhos de uma psiquiatra rebelde*, do diretor do Museu de

Imagens do Inconsciente, Luiz Carlos Mello (2014). A obra ilustrada se destaca das demais pela riqueza de sua documentação imagética e pela alta qualidade de seu material de encadernação. Mas também, e sobretudo, por ter sido assinada pelo maior discípulo da médica, diretor de sua principal instituição, e que portanto tinha um acesso privilegiado a seu material. Organizada de maneira mais ou menos cronológica, em eixo referente à história de vida de Nise da Silveira, consiste em uma sucessão de belas imagens justapostas a textos de autoria da psiquiatra e, em menor medida, do próprio Mello. Em suas seções finais, constam, além de opiniões de seus amigos e colaboradores e de um cronograma de datas e fatos, listas indicativas contendo suas publicações, exposições, documentários, prêmios, títulos e homenagens e instituições.

Tomado em seu conjunto, vê-se que esses trabalhos transitam, desde uma intenção biográfica subjacente, entre distintos gêneros e interesses, que vão do ensaístico e literário ao acadêmico e jornalístico. A essas publicações, se acrescenta e se entrelaça toda uma produção artística e cultural, constituente sobretudo de uma memória “oficiosa” a propósito da trajetória da psiquiatra alagoana, na medida em que delineada principalmente por atores que não se envolveram diretamente em sua vida e obra.

O exemplo mais marcante nesse sentido foi o filme *Nise – O Coração da Loucura*, dirigido por Roberto Berliner e estrelado pela atriz Glória Pires. A obra foi lançada inicialmente em 2015, no âmbito de festivais, e finalmente em 2016, no circuito oficial de cinema. A película se inicia com o período de readmissão da psiquiatra ao serviço público. Na primeira cena, é possível contemplar Nise batendo insistentemente num enorme portão prateado, sem obter resposta. Após alguns minutos, uma enfermeira finalmente a recebe, deixando-a entrar. Vê-se, então, a médica percorrendo um degradado hospício. Não se pode deixar de notar um olhar de horror, retratado na interpretação da atriz. Não tarda muito até que Nise seja recebida por uma hostil equipe médica, exclusivamente masculina e pouco afeita à recepção de suas críticas e sugestões. Assim como na fotobiografia de Lula, suscitada no capítulo anterior, a cena do eletrochoque (penosamente interpretada por um paciente amarrado aos berros em uma maca) e a transferência para a Seção de Terapêutica Ocupacional e Reabilitação aparecem como momentos limítrofes de sua trajetória, sucedidos pelo encontro com Almir, e com toda uma série de artistas. Na trama, Nise é retratada como uma mulher ao mesmo tempo forte e sensível, oprimida por um ambiente médico predominantemente machista, frio e desinteressado em seu trabalho. A narrativa, que compreende os anos de

1944 a 1947, termina com uma exposição das obras dos artistas, anterior à fundação do Museu de Imagens do Inconsciente, que não é citado na obra.

De um ponto de vista antropológico, despreocupado com uma subscrição da contenda entre verdade e ficção, essa obra deve ser levada tão a sério quanto as outras variações de Nise da Silveira aqui suscitadas. Isto não impede que sejam elencados, de forma mais analítica que condenatória, alguns pontos de “desvio criativo” em relação ao que poderia ser chamado de acontecimentos “reais” na trajetória de Nise da Silveira, conferindo-lhe singularidade. Desconsidera-se, por exemplo, a intermediação de Almir Mavignier no contato com Mario Pedrosa, que surge no ateliê do Engenho de Dentro de maneira independente. Apresenta-se Martha como contemporânea desses atores, embora ela só tenha chegado ao hospital no final da década de 1960. Ademais, chamam a atenção as ausências e lacunas que se abrem na cinebiografia. Assim, prescinde-se da própria presença de alguns artistas envolvidos no círculo social referente ao período retratado, tais como Ivan Serpa e Abraham Palatnik, dando preferência à criação de personagens fictícios (como o preconceituoso enfermeiro que acompanha Nise). A trama não explicita os acontecimentos que precederam a chegada da médica ao Engenho de Dentro (quais sejam, a prisão e o subsequente exílio), tampouco aqueles que o sucederam (como a fundação do Museu de Imagens do Inconsciente, do Grupo de Estudos C. G. Jung e da Casa das Palmeiras). Pode-se afirmar que, por tratar-se de uma obra artística, trazia uma visão “romanceada” dos acontecimentos. A personalidade de Nise é construída sem conexão com sua trajetória, e favorecendo os aspectos emocionais, mais que sua obra científica. Para salvaguardar seu caráter determinado e suas conquistas, oculta-se, por exemplo, o fato de ela mesmo ter chegado a aplicar choque de insulina em um de seus pacientes, ou o fato de que um deles, Lúcio Noeman, tenha sido lobotomizado.

Entretanto, para os fins desta análise, o que se deve considerar é que o pano de fundo do filme era em grande medida alimentado pelo que foi chamado aqui de memória “oficial” da psiquiatra. Em entrevistas, o próprio Berliner afirma ter baseado seu trabalho no estudo das obras da psiquiatra e em conversas com seus colaboradores mais diretos, incluindo a de Bernardo Carneiro Horta e a de Luiz Carlos Mello. A memória, aí, encontrava sua variação oficiosa, artística, cinematográfica, mas constituía não propriamente uma *traição*, sendo, ao contrário, retroalimentado por suas variações mais oficiais. Assim, diz o diretor:

“Construímos uma rede com vários colaboradores de Nise. Conversamos com muitas pessoas que trabalharam com ela no Engenho de Dentro (...). Lemos também os prontuários dos pacientes e todas as anotações que conseguimos encontrar. (...) Os atores leram todas essas pesquisas, e foram conhecendo mais através de pesquisas no Museu de Imagens do Inconsciente. Luiz Carlos Mello deu aulas para os atores que interpretaram os clientes sobre cada um dos personagens reais. Além disso, eles tiveram contato com todas as obras originais. Então, sabendo intimamente a biografia dos personagens, os atores foram preparados no Engenho de Dentro, entrando naquela rotina e sentindo a energia daquele lugar” (Berliner, 2016, s/p).

Pude acompanhar um debate com Roberto Berliner por ocasião de uma exibição realizada no Cine Joia, em Copacabana. Nessa ocasião, o diretor destacou que sua contribuição residia principalmente em visibilizar uma importante figura da história do Brasil ainda desconhecida da parte do grande público. Perguntava-se, assim, por que um personagem tão especial e influente era desconsiderada. Em sua fala, fazia referência à diminuta equipe do Museu de Imagens do Inconsciente, que heroicamente resiste no Engenho de Dentro, apesar da falta de verbas e das condições precárias de trabalho. Diversamente ao filme, naturalmente mais inventivo, por conta de seu próprio formato, sua visão parecia-me realista, colocando em questão a própria resistência do trabalho de Nise da Silveira. Na sessão de comentários, uma médica afirmou o quanto, desde o período retratado no filme, Nise havia transformado a psiquiatria “*totalmente*”, protagonizando uma mudança que teria depois sido concluída com a reforma psiquiátrica. A resposta do diretor foi enfática: o lado que acredita nos hospícios permanece vivo. Exemplo disso era a recente escala de Valencius Wursch, ex-diretor da Casa de Saúde Dr. Eiras e conhecido defensor do modelo manicomial como coordenador nacional de saúde mental, com apoio da Associação Brasileira de Psiquiatria⁴⁸.

Quando perguntado sobre a experiência de filmar durante quatro meses no interior do hospício, esse argumento se sustentou com ainda mais nitidez. Segundo Berliner, a assustadora arquitetura do hospital, que mais parece a do presídio, permaneceria de pé no Engenho de Dentro, onde inclusive ainda estão internadas dezenas de pacientes. Essa perspectiva foi endossada por outros comentaristas presentes no debate, que fizeram referência às atuais condições do Instituto Municipal Nise da

⁴⁸ Sobre esse acontecimento, ver reportagem de Brunet (2015).

Silveira. Apesar de este manter-se como unidade hospitalar de emergência, contando principalmente com internações de curta duração, abriga também pacientes antigos que, sem família, permanecem dentro do modelo hospitalar. Chamou-se a atenção, por fim, para o Hotel da Loucura e Vitor Pordeus, que, apesar de reanimarem o trabalho de Nise da Silveira no Engenho de Dentro, necessitavam constantemente de colaboradores e ajuda voluntária. O diretor foi simpático à referência, confirmando essa urgência.

A significativa repercussão desse filme, estrelado por uma atriz global, ofuscou o lançamento de uma segunda importante película, produzida e lançada no mesmo período. Tratou-se de *Olhar de Nise* (2015), dirigido por Jorge Oliveira. À diferença do trabalho anterior, este se aproximou mais do formato documentário, apesar de não se encerrar neste. Sua base constituiu em entrevistas realizadas com os principais personagens do Mundo Nise, incluindo seus colaboradores mais próximos e amigos pessoais, entre os quais Luiz Carlos Mello, Eurípedes Gomes da Cruz, Martha Pires Ferreira, Zoé Chagas Freitas, Ferreira Gullar, Marco Lucchesi, Elke Maravilha, Luitgarde Cavalcanti Barros, e Dionysa Brandão, filha de Otávio Brandão. Biógrafos mais tardios, como Bernardo Carneiro Horta e José Otavio Pompeu e Silva também estão presentes, assim com os ex-clientes Milton Freire e Albertina Borges. Ao convocar esses sujeitos, vê-se mais uma vez a estratégia de pôr em relação a memória oficiosa com a oficial. A produção audiovisual contou ainda com cenas teatrais intercaladas, com a atriz Mariana Infante no papel de Nise. *Olhar de Nise*, apesar da menor fama, chegou a ser premiado no festival de Cinema de Trieste, na Itália, entre outros.

Nise, Leonardo Da Vinci, Adelina, Madre Teresa, Jung, Fernando Diniz, Leon Hirszman, Nietzsche, Mario Pedrosa, Rubens Corrêa, Freud, Alice Marques, Spinoza, Lia Cavalcanti, Einstein, Marie-Louise von Franz, Carlos Pertuis, Laing, Bachelard, Raphael, Chaplin, Emygdio, Artaud... Diz Bernardo Horta, em depoimento: “*Agora todo esse pessoal está em outra galáxia para novas invenções e evoluções. Nós, os escafandristas, esperamos que às vezes eles venham nos visitar*” (Horta, 2001, p. 73).

Bernardo, às vezes, sonha com Nise, nas mais variadas situações. Fazem alguns anos, teve um sonho revelador. Neste, se unia aos seus colegas do grupo de estudos, inconformados com a morte iminente da Dra, na busca de uma solução. Juntos, conseguiram encontrar uma equipe médica estrangeira que realizava transplantes de

cérebro. Graças a esta, o cérebro de Nise seria transferido para outro corpo. “*Só lhe falta um corpo novo, para que você continue viva!*”, dizia o discípulo à sua mestra. Todos, clientes e colaboradores, ficaram animados com a possibilidade. A cirurgia foi marcada. A Dra., no entanto, limitava-se a ficar séria e calada. “Quando vieram pegá-la para o transplante, Nise, com um gesto lento e dramático, disse: “*Não. Eu não quero. É preciso seguir o curso da natureza*” (ibid.)

Bernardo acordou confuso e decepcionado. É difícil se acostumar com a ideia da morte física, da separação, da ausência... Depois, contou o sonho à Dra, que, risonha, disse baixinho, após uma pausa: “*É isso mesmo, o sonho está certo*”.

Conclui: “*Ela estava sempre me ensinando: matéria e energia são a mesma coisa e mesmo hoje, nas escolas, isso ainda não é ensinado. Nise deu o pulo do gato*” (ibid.).

As muitas vidas

Passear pelos muros, extra-muros e entre-muros do Mundo Nise contemporâneo deve levar a algumas observações. Viu-se, no capítulo anterior, como a organização desse fenômeno se deu a partir de meados dos anos 1940, intensificando-se na década seguinte e perdurando até o falecimento da médica em 1999. Configurou-se aí o que se chamou de *ciclo carnal*. Dito ciclo foi ali caracterizado por seu atributo *rizomático*, isto é, por sua disposição de agregar elementos heterogêneos sem submetê-los a uma unidade, e por sua tendência de se expandir de maneira pouco sistemática em uma pequena, doméstica, presencial e pouco reprodutível escala.

Entretanto, deve-se apontar para a emergência de algumas diferenças com respeito ao *ciclo spectral*. Pois o que se nota no período que sucede à morte de Nise da Silveira é um estado da arte no qual os sujeitos são imersos em um território móvel de produção da memória. Quando se perdeu a mediação física da própria psiquiatra rebelde – isto é, a própria borda do Mundo Nise, antes qualificada como *anômala* – abriu-se caminho a uma profusão de evocações, complexificando a organização do campo. Nessa tendência, a referência ao ciclo carnal continua operando como critério de legitimidade da evocação do nome de Nise da Silveira: quanto mais próximo da médica em seu tempo de vida, mais reconhecido é o ator; quanto menos, mais marginal – mas também, mais criativo, possibilitando a atração de novos séquitos de interessados. Uma narrativa mais ou menos compartilhada – a exemplo da onipresente cena do eletrochoque – convive, assim, com disputas pelo poder de enunciação. Esta noção vai

de encontro à afirmação de que a memória coletiva, como sugere Michael Pollak (1989), se caracteriza pela gestão de contradições e tensões, na medida em que está sujeita a flutuações e conflitos, envolvendo um mesmo ator ou vários em relação.

A existência dessas contendas é acompanhada e ao mesmo tempo engendrada pela maior difusão e multiplicação da trama de atores, instituições e materialidades envolvida na vida e na obra da psiquiatra rebelde, sobremaneira a partir da articulação entre o fenômeno já consolidado (constitutivo do que se chamou “memória oficial”) e o incessante surgimento de novas produções culturais e políticas públicas desenvolvidas sob a égide de seu nome (ensejando a denominada “memória oficioso”). Pode-se mesmo imaginar esses dois aspectos como um *continuum*, mais do que uma oposição, na medida em que se observou seu caráter retroalimentar (a exemplo dos filmes *Nise – O Coração da Loucura* e *Olhar de Nise*), assim como a existência de estágios intermediários (como no caso da biografia *Nise – Arqueóloga dos Mares*). Seus dois extremos, pode-se afirmar, se encontram ambos no Engenho de Dentro: de um lado, o diretor do MII, o grande guardião da memória; e, do outro, o médico-ator do HL, a figura criativa e subversiva. Por fim, se revela ainda o ímpeto de relacionar esta memória com a história (como nos trabalhos acadêmicos *Nise da Silveira – Coleção Pioneiros da Psicologia Brasileira* e *Nise da Silveira – Memória do Saber*), assim como o de se colocar mais ou menos à cavaleiro de suas tensões (a exemplo de profissionais da CP que reivindicam sua independência e singularidade em relação ao resto do Mundo Nise, embora tenham sido colaboradores diretos da psiquiatra, sendo reconhecidos, portanto, no âmbito da oficialidade).

São essas variações que, como na fórmula derridiana, realizam a espectrologia da psiquiatra rebelde, abrindo sua figura a uma multiplicidade que, embora conflitiva, rechaça um encerramento. Nise é mais que uma, porque plural, e ao mesmo tempo menos que uma, porque nunca se completa. E é nesse processo, sempre instável e desigual, que algumas Nises (a)parecem mais possíveis do que outras.

A psiquiatra emerge, assim, em distintas mídias, que enfatizam seus variados aspectos. Nas biografias acadêmicas, de menor circulação, predomina seu caráter científico. Nas literárias, assim como nos filmes, apela-se sobretudo para seus aspectos afetivos. Nas instituições, ambos os fatores são contemplados, seja de forma mais apolínea (como no MII e na CP) ou mais dionisíaca (a exemplo do HL), através de discursos orais, exposições, grupos de estudos e apresentações teatrais. Ainda,

transversal a maioria dessas Nises, e de especial interesse para esta tese, está uma feição humanitária, combinando de maneira complexa razão e emoção.

A imagem dramática do combate a uma medicina agressiva e ineficaz, consubstanciada na famosa e quase onipresente cena do eletrochoque, enseja uma tensão entre o sofrimento e o tratamento; entre a violência e a cura. Desperta o que Didier Fassin (2011) define como sentimentos morais, isto é, aquelas emoções que conduzem nossa atenção para o sofrimento do outro em um movimento articulador de afetos, valores, sensibilidade e altruísmo. Segundo o autor, estes sentimentos se constituem como uma das forças da política contemporânea, em especial no que chamou de “governo humanitário”, isto é, por procedimentos diversos, estatais ou não, destinados a regular a existência dos seres humanos. Estes, ao mesmo tempo que assinalam uma condição similar de humanidade, se voltam à proteção de setores da população considerados “vulneráveis” através de uma linguagem da compaixão e da solidariedade.

Embora, em uma primeira leitura, as dimensões reduzidas do projeto médico-científico de Nise da Silveira pareçam afastá-lo dos grandes programas humanitários exercidos atualmente no espaço público, seu presente se dirige justamente na direção de constituir com estes uma ligação. A memória de Nise da Silveira é realizada em grande medida através da evocação da potência dessa economia moral, arraigada na hodierna política. A atualização de sua vida e obra é atravessada por uma força que ressalta sua caridade, bondade, dignidade e luta em direção aos desvalidos, seja quando protagonizada por velhos ou novos niseanos, em uma verdadeira Odisseia do Bem contra o Mal. De todas as Nises, a “humanitária” é, sem dúvida, a mais provável. E é justamente esta que, com esta tese, se deseja declinar – mais que negar.

Essas versões, como demonstrado, são ainda acompanhadas por um murmúrio de fundo. Trata-se de uma certa inquietação com a própria morte de Nise da Silveira, definida por uma dúvida ou ponderação sob suas possibilidades de permanência no mundo dos vivos. Esta interferência aparece no campo da produção da memória de maneira discreta, porém constante, como um rádio que não se conecta perfeitamente a uma só estação. Apresenta-se etnograficamente de diversas formas: em sonhos, alucinações, recordações, observações sutis, especulações místicas e mesmo postulados científicos sobre a inseparabilidade entre matéria e espírito. Nestes, a presença da médica nem sempre é assumida de forma obtusa, mas é, no mínimo, colocada sob

conjectura. É como se o caráter *presencial* do Mundo Nise insistisse em permanecer, mesmo na ausência da médica, ensejando, ao fim e ao cabo, uma *presença ausente*.

É certo que esse ruído encontra afinidade com a formação intelectual junguiana dos muitos partícipes do Mundo Nise, sendo expresso, muitas vezes, em sua gramática do inconsciente. Entretanto, reduzi-lo a esse fator seria insuficiente, na medida em que esse tipo de espectrologia (e agora se pensa mais em termos do que sugere Ludueña Romandini) está longe de ser exclusivo dos saberes interessados pela dimensão “sobrenatural” da experiência humana, fazendo-se presente também nos domínios mais racionalizados, os quais merecem uma atenção etnográfica própria. Os espectros não se confundem necessariamente com os fantasmas, e não são especificidades da religião. Consistem, antes, em entes caracterizados por sua instabilidade ontológica: que morrem, e, paradoxalmente, continuam vivos através de outras vidas, no limiar entre matéria e humanidade, penetrando todas as coisas.

A existência desses entes é uma característica cosmológica do Ocidente desde os primórdios do Cristianismo. Todos os espectros atravessaram a morte, mas nem todos os mortos se tornam espectros. O porquê dessa diferença é uma alegoria que jamais poderia ser respondida nos limites deste texto. Talvez somente aqueles cujas jornadas são suficientemente capazes de afetar nossa natureza política no tempo presente. E é por isso que é possível conceber a trajetória de Nise da Silveira – uma entre as muitas figuras espectrais a habitar nosso imaginário – como uma fonte de virtualidades capaz de se realizar incessantemente.

Esta tese não é mais que uma dessas atualizações. Pois, depois de percorrer todas essas Nises, é preciso agora construir uma Nise própria, com e além das que já existem.

CAPÍTULO 3 CONTRACORRENTES

“Our brains are not in a vat, but in our bodies. Our minds are not in our bodies, but in the world. And as for the world, it is not in our brains, our bodies, or our minds: they are, along with gods, verbs, rocks, and politics, in it”.

(Clifford Geertz)

Remando contra a maré

Nas últimas páginas da apresentação do livro *Caminhos de uma Psiquiatra Rebelde*, Luiz Carlos Mello afirma que “Nise intitulava-se uma pessoa da *contracorrente*”, e que seus ensinamentos vieram a compensar o racionalismo cartesiano que havia impregnado a psiquiatria (Mello, 2014, p. 42). No intuito de iluminar essa característica, o autor faz menção a três oposições fundamentais, que estariam na base das propostas de trabalho da médica alagoana: : 1) a constatação de que a psique tem uma tendência inerente para curar a si própria, em contraste com o foco exclusivo na doença mental; 2) a importância conferida à criação de um ambiente afetivo capaz de favorecer a manifestação das forças autocurativas, em contraste com os métodos de tratamentos violentos; 3) a ênfase nas atividades expressivas, em divergência com o uso excessivo da palavra, da verbalidade e das racionalizações. Em seguida, Lula faz ainda menção a um ensaio inacabado de autoria de Nise da Silveira, deixando entrever, em suas próprias palavras, o que seriam as *contracorrentes*, definidas como fenômenos históricos destinados a criar disputas e controvérsias de pensamento ao longo da história humana:

“É fascinante observar o ondulado movimento do pensar e do sentir em suas correntes e contracorrentes (...). Os diletantes gostarão de espiar, numa perspectiva histórica, o percurso acidentado das contracorrentes, vê-las crescer vagarosas como pequenos veios d’água, depois se avolumarem, tomarem formas diversas, trazendo aqui e ali compensação às unilateralidades das correntes dominantes, tentando preencher suas lacunas, atuando nos tempos modernos com a força de impulsos transformadores vindos de longe (Silveira, 19-- apud Mello, 2014, p. 42).

A menção ao termo não é exclusiva desse raro manuscrito. Pelo contrário, parece reverberar em toda uma extensa série de fontes. Para fins de exemplo, evoque-se aqui algumas dessas referências. Uma das mais destacadas se encontra ao final do livro *Jung – Vida e Obra*, em que a médica se dedica a uma reflexão sobre as diferenças entre a posição histórico-cultural de Freud e aquela tomada por Jung no seio dos saberes psicológicos na Europa entre o final do século XIX e o início do XX. O mérito do primeiro teria sido a corajosa tentativa de revelar, através da noção de inconsciente “*o que estava por baixo da superfície severa e polida da sociedade burguesa de sua época*” (Silveira [1968], 2001, p.167). Entretanto, ao mesmo tempo, admite que suas idéias não deixavam de estar de acordo com o espírito do tempo, “*pois Freud procurava apanhar o irracional entre as tenazes do racionalismo*” (ibid., p. 168). É então que, para elucidar a contribuição original de Jung, se refere às contracorrentes:

“Mas as linhas de pensamento predominantes em cada época encontram sempre contracorrentes. O romantismo na Alemanha, depois o surrealismo na França, e várias outras formas de expressão da arte moderna (com poucas exceções), opõem-se à supremacia da razão. O homem racionalista desafiava-se com os poetas e pintores (...). Jung sabia de sua posição singular no mundo contemporâneo. Sentia-se, ele próprio dizia, como um contrapeso, uma compensação ao mundo consciente de nosso tempo. Por isso nunca esperou grande audiência. E assim foi durante longos anos” (ibid.).

O tema reparece em outras obras de Nise da Silveira, como em *Cartas a Spinoza*. Na carta VI, a alusão à *contracorrente* vem mais uma vez acompanhada da figura do pai fundador da psicologia analítica. No documento, a psiquiatra sugere que a afinidade entre Jung e Spinoza estaria no pertencimento comum a esse domínio:

“Felizmente, tive a sorte de encontrar um grande mestre: C. G. Jung. Embora nem sempre ele estivesse de acordo com suas posições, caro Spinoza, Jung era um homem que, como você, navegava na contracorrente de seu tempo. Assim, divergindo de seus contemporâneos, Jung atribui grande importância à imaginação, polarizando-a como atividade psíquica legítima. Atividade caracterizada pelo poder de configurar imagens. Imagens interiores que apreendem conteúdos profundos da vida psíquica, inacessíveis ao pensamento racional” (Silveira, 1995, p. 96-97).

Ao longo da pesquisa, fui me deparando com o incessante ressurgimento das *contracorrentes*, de forma mais ou menos explícita em outros ditos e escritos, tanto de autoria da médica quanto de seus colaboradores. Na introdução do mesmo *Cartas a Spinoza*, assinada por Marco Lucchesi, este afirma que Nise da Silveira era “*habituada a frequentar, como ele [Spinoza], uma contracorrente, empenhada no estudo dos signos*” (Lucchesi, 1995, p. 13). No histórico do grupo de estudos C. G. Jung, Agilberto Calaça destaca a incipiência da psicanálise na América Latina em meados do século XX e a prevalência de métodos de tratamento que não levavam em conta a subjetividade dos pacientes. Nesse sentido, afirma: “*É portanto remando contra a maré que uma plêiade de psiquiatras, educadores e profissionais de outras áreas, liderados por Nise da Silveira e Nelson Bandeira de Mello, começaram a interessar-se pelos enigmáticos estudos da psicologia analítica*” (Calaça, 1996, p. 8). Nas redes sociais, repetidas vezes encontrei um provérbio, atribuído a Nise, e compartilhado à exaustão: “*Para navegar contra a corrente são necessárias condições raras: espírito de aventura, coragem, perseverança e paixão*”⁴⁹.

O sobrevoo dessa persistente imagem permite aceder a um tema central para a composição do Mundo Nise e, por conseguinte, para a genealogia da psiquiatria rebelde. Trata-se do fato de este ter se constituído, fundamentalmente, sobre a base de uma tensão. Sua natureza envolve a um só tempo questões filosóficas (que ganham forma na crítica do *racionalismo*, especificamente o *racionalismo cartesiano*), preceitos morais (assentados na valorização da *liberdade* e da *criatividade*, entre outros) e práticas concretas de tratamento médico (explícitas na tensão entre o eletrochoque, a lobotomia, a insulino-terapia e as atividades expressivas). Nessas contendas, pode-se dizer, mistura-se incessantemente a ciência e a política. Esta é articulada através daquela, e vice-versa, até que se perca de vista onde uma acaba e a outra começa.

Este capítulo se propõe a investigar de que maneira o Mundo Nise se engendrou através da vocação de enfrentamento a determinado *modus operandi* da psiquiatria biomédica, estabelecendo-se inicialmente na reação ao fisicalismo e às práticas psiquiátricas consideradas “violentas”. Busca-se, na sequência, compreender a subsequente profusão de desdobramentos dessa peleja, chamando a atenção para sua relação histórica com o desenvolvimento dos saberes e políticas *psi* no Brasil no segundo pós-guerra. Transversal a este estudo, reside o que a própria Nise da Silveira

⁴⁹ Mais tarde, encontrei essa mesma referência em Mello (2014, p. 260).

chamou de um *leitmotiv melancólico*, isto é, a constatação de que seu trabalho não ganhou o devido reconhecimento, seja no âmbito das políticas públicas de saúde mental, seja do ponto de vista das ciências biomédicas. Por fim, suscita-se uma série de anseios a propósito das condições de existência e das possibilidades de permanência da psiquiatria rebelde no presente século, envolvendo sobretudo a concomitância entre a desinstitucionalização dos hospitais psiquiátricos e a influente ascensão da psicofarmacologia como dispositivo terapêutico – tema aprofundado no próximo capítulo.

A denúncia de Descartes

Certa vez, em um dos últimos suspiros de pesquisa empírica, busquei tatear os papéis da Biblioteca Alexandre Passos, situada no Centro de Estudos, Treinamento e Aperfeiçoamento Paulo Elejalde (CETAPE), no Instituto Municipal Nise da Silveira. Este arquivo, que era pouco citado pelos integrantes do Mundo Nise, havia permanecido intacto durante a maior parte do curso desta investigação. Nessa ocasião, fui recebido pela coordenadora do Centro de Documentação e Memória, Daniele Ribeiro, doutoranda em História pela FIOCRUZ. Ela me explicou que o acervo havia sido herdado do antigo Hospital Pedro II, quando este funcionava na Praia Vermelha. Neste sentido, a maioria de seus documentos remetia ao período anterior à transferência dessa unidade para o Engenho de Dentro, o que também coincidia com a própria readmissão de Nise da Silveira ao serviço público. Por isso, havia pouco material referente a seu projeto médico-científico, o qual deveria ser consultado preferencialmente no Museu de Imagens do Inconsciente.

De todo modo, fiquei curioso para saber o que constava no acervo e insisti em visita-lo mais de uma vez. Por indicação de um funcionário, encontrei um trabalho a propósito do enigmático caso da menina D. N. L, publicado em 1942. O artigo, de autoria de um certo doutor Mario M. dos Reis, fora publicado nos Anais da Colônia Gustavo Riedel, publicação corrente no complexo psiquiátrico durante o período:

“D.N.L, branca, de 15 anos, donzela, internada 2 de dezembro de 1941 na Colônia Gustavo Riedel, acompanhada de seu pai, com vestidos e cabelos cuidados, olhar expressivo, respondendo com solicitude e acerto e revelando-se bem orientada no tempo e no meio. Frequentou a escola com proveito; há seis meses, no entanto, vinha apresentando mensalmente crises de excitação psicomotora com impulsos deambulatórios (...).

O seu aspecto é de emagrecida, com a tireoide túmida e as mucosas descoradas; pesa, entretanto, 50,80KG, devido à sua corpulência, a seu talhe de 1,63m, de desenvolvimento tumultuoso, desproporcionado. Ainda não foi menstruada (...). Sono calmo, atenção dispersa, memória falha. É facilmente irritável e preocupa-se com a ideia de fugir.

Baixou à enfermaria da Colônia, no dia 10 de dezembro, em crise de grande excitação psico-motora. Posta em seu leito e nele mantida com dificuldade, conservou-se, por dois dias seguidos, em violenta e contínua agitação, interrompida, apenas, por curtos períodos de sonolência. (...). Em seu delírio recheado de expressões pornográficas e injúrias atiradas ao acaso, de quando em quando se refere a uma madrasta inexistente, criada em suas alucinações. A expressão não quero, ela a repete frequentemente, a propósito e sem propósito, mas neste caso como que descobrindo, indiscretamente, a malícia da velha confabulação (...).

A inutilidade da medicação até então prescrita e a suposição de estar diante de uma psicose da puberdade, psicose criada por perturbações endocrínicas geradas em distúrbios das glândulas genitais; de estar diante, em suma, de uma auto-intoxicação de origem ovárica, enxertada em um temperamento ciclotímico, aconselhavam-me o emprego de medicação hanônica de ação frenadora na respectiva glândula.

Empreguei a ovário-frenina. Inicie o tratamento. Com 4 injeções por dia, passei depois para 2, e por fim a 1. No final a doente começou a melhorar, a agitação foi rapidamente se apagando até desaparecer por completo, tornando-se a fúria que chegara na enfermaria numa mocinha calma, meiga, serviçal e cheia de bondade. Tomou ao todo 75 injeções. Na cama do tratamento apareceu o catamênio que não mais deixou de vir em suas épocas. Hoje, a referida mocinha está em Petrópolis na companhia de sua família, passando muito bem” (Reis, 1942, p. 85-91).

Inicialmente, o caso me chamou a atenção por sua linguagem poética e ao mesmo tempo científica, assim como por seu conteúdo moral. Para os fins desta pesquisa, sobretudo, o texto me pareceu emblemático a propósito do modo através do qual a psiquiatria daquele período (qual seja, a primeira metade do século XX, em particular por volta da década de 1940) concebia e intervinha na doenças mentais, incluindo uma particular distribuição de atributos físicos e morais na qual se tornava evidente uma primazia daqueles sobre estes.

Ao analisar o caso de D.N.L., é verdade que o doutor Reis faz referência a seu ambiente familiar e escolar, descrevendo seu temperamento e condições psicológicas.

Entretanto, nenhum destes fatores é tomado como determinante para sua condição; pelo contrário, aparecem tão somente como resíduos ou acessórios no intuito de anamnese ou confirmação diagnóstica. O que o médico deixa entrever é que a razão da crise de excitação psico-motora que o intriga tem um caráter claramente físico-orgânico: trata-se de uma auto-intoxicação de origem ovárica. É, portanto, por meio de uma intervenção da mesma natureza que o tratamento deve ser direcionado. Assim, através uma série de injeções, pôde D.N.L tornar-se uma mocinha *calma, meiga, serviçal e cheia de bondade*, atestando sua cura. A dimensão dos valores afigura-se aí claramente englobada pelo substrato da materialidade orgânica.

Esta concepção não era exclusiva ao doutor Reis, tampouco à equipe médica do hospital do Engenho de Dentro. Diversamente, constituía-se como um fenômeno mais amplo, que marcou a história da psiquiatria na passagem entre os séculos XIX e XX nas sociedades comprometidas com a difusão da racionalidade biomédica moderna. Trata-se aqui da emergência do fisicalismo, isto é, uma concepção ontológica específica segundo a qual a matéria possui uma lógica própria e preponderante sobre a existência, ganhando forma, no saber médico, através de formas específicas de classificar e agir sobre os corpos (Duarte, 1999a).

Faça-se um breve histórico sobre esse desenvolvimento. Em seus primórdios oitocentistas, a psiquiatria era ainda marcada por uma preocupação de ordem marcadamente moral, tratando seus pacientes através da combinação entre isolamento e rotinas disciplinares (Foucault, 1997; Gauchet & Swain, 1980). As figuras da alienação mental, tais como a mania, a melancolia e a demência, eram então entendidas como lesões da vontade, afetadas por paixões de afluxo excessivo e incontrolável. Estabelecia-se, assim, um hiato metodológico entre essa disciplina – organizada em torno do ideário alienista atribuído a seus fundadores, Pinel e Esquirol – e a medicina clínica, cada vez mais preocupada com examinar e intervir nos aspectos anatomopatológicos e neurofisiológicos do corpo humano. A partir de meados do século XIX, a busca de legitimação das práticas e saberes psiquiátricos, acusadas como ineficazes e pouco científicas, levou a uma fusão desses campos, com a evidente absorção do segundo sobre o primeiro (Serpa Jr, 2004; Venancio, 1993).

Esse processo encontrou na teoria da degeneração um particular vetor de difusão. No saber psiquiátrico, a infusão desse conceito – inicialmente concebido por filólogos, naturalistas e etnólogos – permitiu uma particular articulação dos fenômenos físicos e morais sem entrar em contradição com a ordem de valores mais abrangente do

fisicalismo, subordinando-a (Duarte, 1989). Serviria, ainda, a uma inédita combinação de critérios de causalidade endógenos (relativos à hereditariedade) e exógenos (referentes às condições gerais de existência, tais como higiene, trabalho, hábitos sexuais, alimentação etc.). Nesse processo, o louco, o criminoso e o miserável emergiam como figuras por excelência da degeneração (Carrara, 1996). Sobretudo a partir das proposições de Morel, a degenerescência hereditária estabelecia-se como causa mais importante e difundida das doenças mentais. Implicaria, ainda, em uma concepção determinista da patologia como progressiva e irreversível.

Instituíam-se, então, uma psiquiatria que, mantendo o imperativo do afastamento da loucura do meio social, passava a se voltar principalmente para a investigação dos aspectos físico-orgânicos das doenças mentais e da criação de métodos destinados à intervenção no mesmo sentido. Na psiquiatria alemã, essa emergente tendência, que poderia ser também descrita como organicista, encontrava sua expressão máxima na obra de Emil Kraepelin, cujas pesquisas creditavam às desordens biológicas a origem das doenças psiquiátricas. Não há uma hipótese unívoca para explicar seu acionamento no caso brasileiro. Pode-se elencar, entre outros fatores, o treinamento de expoentes da psiquiatria nacional no campo biomédico de tradição germânica, a exemplo de Juliano Moreira, diretor do Hospital Nacional de Alienados nas primeiras décadas do século XX (Venancio, 2005). Alternativamente, seria plausível apontar para a preocupação exaustiva com determinadas doenças associadas à configuração da degeneração – como é o caso notório da sífilis – como elementos contribuintes para o *aggiornamento* do organicismo na psiquiatria brasileira do entreguerras (Carrara & Carvalho, 2010).

É possível afirmar que a primeira metade do século XX foi caracterizada pela hegemonia das concepções fisicalistas da doença mental, claramente articuladas com os ideários da eugenia e do higienismo que proliferavam em contextos tão distintos quanto a Alemanha nazista e países latino-americanos como Argentina, México e Brasil, onde se destinavam a estabelecer uma espécie de processo civilizador. A década de 1930 foi particularmente propícia ao advento de técnicas fisicalistas de tratamento que elegiam o cérebro como seu terreno privilegiado de intervenção, tais como a eletroconvulsoterapia, a lobotomia e a insulino-terapia. Segue-se uma investigação sobre a ascensão desses dispositivos.

Em 1935, durante uma edição do Congresso Internacional de Neurologia realizada em Londres, um chimpanzé ocupava o palco das apresentações dos doutores John Fulton e Carlyle Jacobsen. Os cientistas tinham como intuito apresentar a mudança

de comportamento do animal selvagem após a ablação de seus lobos frontais, experiência que o havia tornado dócil e passivo. No mesmo período, este tipo de operação inspiraria em uma série de neurologistas norte-americanos – destacando-se Walter Freeman e James Winston Watts – e portugueses – destacando-se Antonio Egas Moniz – a tentativa de promover cirurgias cerebrais em seres humanos através da introdução de hastes metálicas na região craniana. O objetivo era eliminar doenças mentais ou modificar comportamentos considerados inadequados. Como destaca o trabalho de Masiero (2003), esse tipo de técnica passaria a ser pioneiramente discutida no Brasil por volta de 1928 com a visita do referido cientista português, associado da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, à Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil. No país, durante duas décadas, mais de mil pessoas foram submetidas às psicocirurgias, embora nunca tenha havido consenso técnico sobre sua eficácia⁵⁰.

Outra intervenção cerebral largamente utilizada no período foi a eletroconvulsoterapia, mais conhecida como eletrochoque. Foi o húngaro Ladislas Meduna quem primeiro se aventurou na seara das terapias convulsivas tendo em vista a melhora de sintomas psiquiátricos. O médico lançava a curiosa hipótese segundo a qual a indução da epilepsia em um paciente esquizofrênico seria capaz de atenuar seu estado patológico, na medida em que as duas doenças teriam um caráter biologicamente antagonico. Para tanto, fazia uso de uma injeção de metrazol. Seria com o psiquiatra italiano Ugo Cerletti que a técnica ganharia contornos mais nítidos, sobretudo através do uso da eletricidade, previamente testada em porcos, para promover a convulsão. Em 1937 era lançada a eletroconvulsoterapia, em encontro da Associação de Psiquiatria Suíça. Tratava-se basicamente do dispêndio de descargas elétricas na região das têmperas através do uso de pequenos eletrodos.

⁵⁰ Deve-se atentar para uma diferença terminológica entre a psicocirurgia de origem norte-americana e a portuguesa. A primeira ficou mais conhecida como lobotomia (do grego *lobos* = porção e *tomos* = corte) e a segunda como leucotomia (leuco = branco, denotando a substância branca cerebral). Os termos passaram a ser sinônimos a despeito das variações técnicas empregadas por cirurgiões de hospitais psiquiátricos dos continentes americano e europeu. Em comum, ambas baseavam-se no pressuposto de que o comportamento humano teria claras bases anatomofisiológicas e que uma modificação – mais especificamente, uma secção – no cérebro, entendido como sede material da vida psíquica, poderia mitigar suas disfunções. Esta perspectiva retomava as teorias localizacionistas oitocentistas que relacionavam pontos do crânio a funções mentais, consubstanciadas no campo da frenologia. Enquanto a operação de Freeman e Watts se dava a partir do desligamento das fibras entre o lobo pré-frontal e o tálamo, a de Moniz, encontrava no lobo frontal seu alvo de intervenção. Ambas as modalidades foram empregadas na psiquiatria brasileira, com particular destaque para a técnica portuguesa.

Um terceiro método constitutivo do horizonte fiscalista ascendente durante o período em questão foi a insulino-terapia, criada pelo austríaco Manfred Sakel em 1933. Diversamente da psicocirurgia e do eletrochoque, não se tratava de uma intervenção diretamente cerebral, mas de uma série de injeções intramusculares de insulina. Dita substância já era usada na medicina sobretudo em casos de *delirium tremens* e de desnutrição. Sakel, no entanto, observou que a mesma também poderia ser eficaz quando aplicada em pessoas diagnosticadas com esquizofrenia, especialmente em suas versões paranoide e catatônica. O objetivo era induzir o paciente a um estado que, através de quatro fases de aplicação, partia da hipoglicemia até chegar ao coma – motivo pelo qual o tratamento ficou também conhecido como coma insulínico (Melo, 2009).

Ao retornar ao serviço público, Nise da Silveira se deparava com os novos métodos de tratamento criados nos laboratórios de psiquiatria da última década, então recém alastrados nos manicômios brasileiros. Não foi tardia a demonstração de sua resistência à aplicação de técnicas como o eletrochoque, a psicocirurgia e a insulino-terapia. O emblemático caso do encontro da médica com o novo modelo assistencial, já familiar ao leitor desta tese, pode ser encontrado de forma completa em entrevista concedida a Gullar (1996):

“Durante esses anos todos que passei afastada, entrou em voga na psiquiatria uma série de tratamentos novos que antes não se usavam. Aquele miserável daquele português, Egas Moniz, que ganhou o prêmio Nobel, tinha inventado a lobotomia. Outras novidades eram o eletrochoque, o choque de insulina e o de cardiazol. Fui trabalhar numa enfermaria com um médico inteligente, mas que estava adaptado àquelas inovações. Então me disse: ‘A senhora vai aprender as novas técnicas de tratamento. Vamos começar pelo eletrochoque’. Paramos diante da cama de um doente que estava ali para tomar eletrochoque. O psiquiatra apertou o botão e o homem entrou em convulsão. Quando o outro paciente ficou pronto para a aplicação do choque, o médico me disse: - Aperte o botão. Eu respondi:- Não aperto! Aí começou a rebelde” (Silveira, 1996, p. 46).

Quais foram as motivações dessa resistência? Na continuidade do depoimento, Nise da Silveira também descreve sua contenda em relação ao coma insulínico: *“Um dia apliquei choque de insulina em uma paciente e a mulher depois não acordava. Aflita, apliquei-lhe soro glicosado na veia e nada da mulher acordar. Tentei de novo, até que*

consegue. Ai disse: nunca mais” (ibid.). O risco dessas técnicas estava entre os elementos mais problemáticos a ensinar a crítica. No entanto, como demonstrado a seguir, muito mais do que arriscados, para Nise da Silveira ditos tratamentos eram agressivos e ineficazes. Eletrochoque, lobotomia e coma insulínico se encontravam para ela no tênue fio entre a cura e a violência, além de sustentar-se em alguns problemáticos pressupostos filosóficos.

Em seu livro *Cartas a Spinoza* (1995), Nise da Silveira deixa entrever que, desde cedo, na Faculdade de Medicina da Bahia, teve uma formação baseada em grande medida nos pressupostos psicofisiológicos de Descartes: “*Mais tarde, na Faculdade de Medicina, passei por uma formação cartesiana. Cabia-me, e a meus colegas, o estudo das peças componentes das engrenagens da máquina que seria o corpo humano*” (Silveira, 1995, p. 51). Segundo a psiquiatra, a única novidade no ensino médico de formação cartesiana em relação à história da medicina residia no abandono do dualismo ontológico em favor de um monismo fisicalista – ou, em suas próprias palavras, no abandono da concepção de uma “*razão independente do corpo*” em favor do postulado segundo o qual “*a razão, o psiquismo em toda a sua complexidade, eram epifenômenos de funcionamentos cerebrais*” (ibid., p. 52). Tratava-se, assim, de reduzir a mente à matéria, entendendo o cérebro como um equipamento a ser corrigido.

O desconforto com esse tipo de instrução fica evidente na sua crítica aos experimentos comprometidos com a mesma. Nise refere-se particularmente à vivissecação, que na acepção cartesiana, era entendida como o estudo do corpo do animal, entendido como uma máquina mais simples, no flagrante vivo de seu funcionamento:

“Lembro-me, como se fosse hoje, de uma aula prática de fisiologia, que tinha por tema o mecanismo da circulação. Uma rã foi distendida e pregada pelos quatro membros (crucificada) sobre placa de cortiça e o peito aberto cruamente para que víssemos seu pequeno coração palpitando. Os olhos da rã estavam esbugalhados ao máximo e pareciam perguntar-nos: por que tanta ruindade? Para nada. Ninguém aprendeu coisa alguma naquela estúpida aula... Tudo isso parecia-me muito insatisfatório”. (ibid., p. 52).

No artigo inaugural do livro *O Mundo das Imagens* (Silveira, 1992), a médica aponta para uma impressionante e persistente influência de Descartes no que se refere ao entendimento das relações entre corpo e mente na medicina científica. Nessa leitura,

de acordo com a concepção cartesiana, o corpo seria uma máquina e as doenças resultariam de perturbações em seu funcionamento. A medicina comprometida com esse pressuposto tomaria como seu objetivo primordial a intervenção físico-química no intuito de eliminar estados patológicos, em homologia ao conserto de um enguiço mecânico.

Segundo Nise da Silveira, uma das primeiras consequências da concepção cartesiana seria a agressividade dos métodos de tratamento, “*utilizados para consertar à força a máquina doente*” (Silveira, 1992, p. 11). Neste sentido, entende o eletrochoque como “*uma iluminação às avessas*” (ibid.), fazendo referência a seu criador, Ugo Cerletti, e descrevendo a experiência de sofrimento de seu primeiro paciente: “*‘Não, outra vez! É horrível’, foram as palavras pronunciadas pela primeira vítima do eletrochoque*” (ibid.). Em seguida, refere-se também ao coma insulínico, criticando severamente seus efeitos, descritos como regressões fisiológicas e psicológicas. Tanto quanto o eletrochoque, a insulino-terapia trataria de provocar uma perda de memória a qual, segundo seus adeptos, confirmaria uma suposta eficácia do tratamento. Finalmente, a médica aborda as psicocirurgias, citando tanto Egas Muniz quanto Walter Freeman, entendendo-as como um método de tratamento que criaria autômatos, sem capacidade de abstração e imaginação. Conclui: “*Todas essas técnicas, constituem, portanto, um atentado à integridade do homem em seu órgão mais nobre*” (ibid., p. 12).

Nesses ditos e escritos, registrados já ao final de sua carreira, Nise da Silveira critica a autoridade e a suposta neutralidade do campo médico-científico com o qual teve que se debater desde meados do século XX, quando deu início às suas atividades no Engenho de Dentro. Sua denúncia, chama a atenção, não se estabelece somente em termos técnicos, mas opera sobretudo através de sua articulação a uma gramática da violência. Pensa-se, aqui, essa problemática à luz do que propõe Veena Das (2007), para quem a violência não pertence somente à ordem do acidental e do dramático, mas àquela das relações entre distintos atores sociais na ordinariedade do cotidiano. Nessa perspectiva, o próprio ato de nomear o que pertence ou não ao escopo da violência é modulado de acordo com as relações específicas engendradas entre eventos críticos singulares e acontecimentos triviais. Essa acepção parece particularmente rentável caso sejam acompanhados os argumentos delineados pela médica alagoana, os quais, eles próprios, fazem aparecer uma dinâmica recorrente no dia-a-dia hospitalar e na própria história da psiquiatria, ainda que consubstanciada em tais ou quais casos particulares. Apresenta-se como prática social consentida e perpetrada pelo Estado. Como disse a

médica em entrevista concedida ao jornal *Estado de São Paulo* (Silveira, [1987] 2009, p. 88), o passado e o presente de violência da psiquiatria estão em continuidade:

“Creio que a psiquiatria atual atravessa um dos períodos mais sofridos e tristes da sua história, que não é de modo nenhum ameno. A antiguidade contra coisas terríveis do tratamento dado aos loucos, àqueles que haviam perdido a razão. Eles eram batidos com varas, à semelhança do que se fazia com os cães, em homenagem a Descartes (...). É muito curioso esse fenômeno de procurar trazer o indivíduo à razão pela violência” (ibid., p.89).

Assim, em sua leitura, o problema da psiquiatria não é somente o cartesianismo ou sua variação fisicalista, mas que estes sejam associados a métodos que, ao fim e ao cabo, agridem os sujeitos. Nessa relação, que se estabelece na interseção entre o saber médico e as moralidades, identifica-se como algoz uma classe médica que teria adotado sem questionamentos as referidas técnicas de tratamento, valendo-se para tanto de seu consolidado respaldo no campo da psiquiatria. Identifica-se, igualmente, o estatuto de vítima dos pacientes psiquiátricos que passam recorrentemente por suas intervenções. Embora a própria Nise não tenha sido diretamente submetida a estas experiências, ela afigura-se antes como porta-voz de seus pacientes, fazendo menção às suas perspectivas, além de, ocasionalmente, à sua própria perseguição política. Como disse em entrevista concedida a *Rádice*, ela tampouco chegou a ser torturada no presídio, mas a viu de perto: *“Aí eu vinha com uma experiência enorme, porque a experiência de cadeia é uma coisa que se a pessoa não morre... É possível que aí tenha contribuído também a minha experiência de prisão”* (Silveira [1976-1977], 2009 p. 49).

Esses fatos guardam relação com o que assinalam Didier Fassin e Richard Rechtman (2009) a propósito da importância da figura da vítima para as configurações do sujeito contemporâneo, sobretudo nas demandas por reconhecimento e justiça no espaço público, em que se apresenta como condição necessária e vetor da própria configuração de movimentos sociais. No caso em questão, essa lógica se faz evidente não em uma demanda organizada por reparação, mas na construção de uma posição reativa em relação a um conjunto regular de práticas médicas, extrapolando os limites de uma situação traumática específica. Constrói-se uma espécie de relato de crueldade, em que o botão do eletrochoque aparece como verdadeira máquina de tortura. E, como propõe outra autora, a antropóloga Nahoum-Grappe, a marca distintiva da crueldade é a participação do corpo humano e de sua materialidade orgânica no âmbito da demasia,

daquilo que poderia não ter ocorrido ou sido evitado. O relato da crueldade é, assim, o recurso mais eficaz para construir a figura do inimigo (Nahoum-Grappe, 2005).

Consolida-se, nessa narrativa, as linhas de uma crítica severa protagonizada por Nise da Silveira. Não obstante, deve-se levar em consideração que seu estabelecimento se deu principalmente décadas depois de sua experiência no hospital psiquiátrico, sobretudo a partir da publicação de livros e da realização de entrevistas destinadas a revistas e jornais, como as aqui citadas. Foi somente então, já na altura de sua jubilação, que se aproximou dos contornos mais visíveis de uma denúncia, caso se entenda por este termo aquilo que definiu Luc Boltanski (2000), isto é, como um sistema de relações entre denunciante (Nise), vítima (os pacientes psiquiátricos), perseguidor (os médicos) e juiz. Ainda assim, estes contornos se realizam de uma maneira singular, uma vez que os médicos não são particularmente nomeados e que o último elemento não se traduz por nenhuma instância propriamente jurídica, mas aos próprios campos médico-científico e cultural mais amplos, dos quais se requiere uma mudança de sensibilidade.

A mobilização de Nise da Silveira jamais alcançou diretamente o campo dos direitos, envolvendo julgamentos ou condenações por qualquer tipo de violência médica ou institucional, como posteriormente seria característico no curso da reforma psiquiátrica (Silva, 2011), bem como em uma série de movimentos identitários surgidos a partir da década de 1980 (Sarti, 2009). Durante muito tempo, o que se pode entender como *denúncia* da psiquiatra rebelde consistiu sobretudo, e mais bem, em uma *renúncia*, a qual a levou a engendrar práticas terapêuticas alternativas em seu próprio lugar de trabalho. Em suas próprias palavras, ao negar os métodos de tratamento agressivos, tomou uma decisão: “*Enveredei por um outro caminho, pelo caminho muito modesto da terapêutica ocupacional*” (Silveira [1987] 2009, p. 87). A este se volta a seguir.

Terapêutica Ocupacional

Novamente de acordo com Gullar (1996), a oposição de Nise da Silveira se deu fundamentalmente a partir da criação de um ateliê de atividades expressivas na Seção de Terapêutica Ocupacional e Reabilitação do complexo psiquiátrico, para o qual foi transferida, no ano de 1946, graças à ação de Paulo Elejalde, então diretor do Centro Psiquiátrico Nacional, posto que esse âmbito era o único em que não eram aplicadas as intervenções aqui revistas. Esse setor havia sido inicialmente idealizado por Fábio

Sodré, que transformara um pequeno dormitório do hospital em uma sala para atividades ocupacionais, especialmente costura e bordados, embora sem dispôr de uma metodologia própria. Com a entrada de Nise, o espaço se consolidava. Em trecho de *Imagens do Inconsciente*, a médica explica sua motivação e fundamentos:

“O hospital psiquiátrico é frio, é feio. A estrutura das enfermarias, os métodos de tratamento usados desagradavam-me excessivamente. Mas, na posição que eu ocupava dentro da hierarquia médica, não havia para mim possibilidade de ali introduzir inovações que me pareciam tão evidentemente necessárias. Dediquei-me, então, desde 1946, à terapêutica ocupacional na intenção de produzir mudanças no ambiente hospitalar, pequenas que fossem, por intermédio da terapêutica ativa” (Silveira, 1981, p. 66).

Segundo Mello (2014), alguns acontecimentos foram de fundamental importância para a expansão desse trabalho. Em 1961, Carlos Alberto Teixeira Basto foi nomeado diretor do Hospital Gustavo Riedel, unidade interna ao complexo psiquiátrico do Engenho de Dentro, caracterizada pela lotação de pacientes considerados crônicos. Graças à sua cooperação, foram oferecidas condições para que fossem montadas mais oficinas, expandindo, portanto, as atividades da STOR. Em 1964, foi a psiquiatra Alice Marques dos Santos a indicada para outra partícula daquele complexo, o Hospital Odilon Gallotti. Por sua iniciativa, toda uma seção desse edifício foi disponibilizada para o estabelecimento das atividades de terapêutica ocupacional. Além da pintura e da modelagem, foram progressivamente desenvolvidas oficinas de sapataria, cestaria, teatro, jardinagem, música, carpintaria, encadernação e recreação.

Na intenção de contrapor-se ao sentido depreciativo atribuído à terapêutica ocupacional, Nise afirma ter, entre suas primeiras preocupações, a da natureza teórica de seu trabalho, buscando fundamentação científica para firmar sua estrutura. O documento *Terapêutica Ocupacional – Teoria e Prática* (1979), que consta no acervo da Biblioteca Nise da Silveira, oferece um precioso depoimento sobre seu desenvolvimento. A obra consiste numa seleção de extratos de um relatório publicado no ano de 1966, no volume 12 da *Revista Brasileira de Saúde Mental*, intitulado "20 Anos de Terapêutica Ocupacional em Engenho de Dentro (1946 - 1966)", cujo objetivo é apresentar um estudo científico dos princípios e fundamentos da terapêutica ocupacional, com ênfase no histórico do desenvolvimento do próprio trabalho da médica alagoana.

Nessa obra rara, Nise situa a terapêutica ocupacional diante do que chama de principais correntes do pensamento psiquiátrico contemporâneo. A primeira e mais importante delas é a vertente organicista, caracterizada por aqueles que buscam encontrar lesões de natureza anatômica ou pelo menos distúrbios bioquímicos e endócrinos como fatores etiológicos primários da esquizofrenia – rememore-se aqui o caso do doutor Reis. Os partícipes dessa vertente são aqueles que desconsideraram a terapêutica ocupacional como verdadeiro método de tratamento, atendo-se à aceção de Emil Kraepelin segundo a qual as ocupações em geral são meros suportes, sendo incapazes de reverter a ruína esquizofrênica (por ele chamada *demência precoce*).

A virada crítica empreendida pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler – que trabalhou, entre o final do século XIX e o início do XX, no hospital Burghölzli de Zurique – é, segundo Nise, um grande avanço nesse sentido, na medida em que este nega a ideia da evolução inexorável da doença rumo ao apagamento da afetividade. Ademais, Bleuler admite, sob a influência de Freud, que para além dos sintomas orgânicos, há sintomas acessórios de natureza psíquica na esquizofrenia, abrindo, assim, caminho para a própria investigação de Jung. Por esse motivo, valoriza fortemente a terapêutica ocupacional, chegando a reconhecê-la como o melhor método disponível em seu tempo.

Segundo Nise, a perspectiva bleuleriana foi uma importante influência para Herman Simonn, pioneiro na construção teórica da terapêutica ocupacional. Em sua proposta, a *terapêutica hiper-ativa*, é necessário estimular os elementos da personalidade que se conservam válidos e reeducar o paciente para a convivência social. Esse método, portanto, rejeita o *laissez faire* e afigura-se mais com um ímpeto educativo, isto é, uma “*psicagogia*” (psicologia + pedagogia), que chega a estabelecer pontuações de acordo com o desempenho de seus participantes.

Nise cita ainda Carl Schneider, expoente da escola fenomenologista, para quem a terapêutica ocupacional não é somente uma psicoterapia, mas uma autêntica terapêutica biológica, uma vez que no exercício das atividades acham-se simultaneamente envolvidos o somático e o psíquico. Por fim, faz referência aos neo-jacksonianos, terapeutas ocupacionais franceses influenciados pelo neurologista inglês John Hughlings Jackson, com destaque para Paul Sivadon. Estes estariam em uma posição intermediária entre os métodos biológicos e os psicológicos.

Em seguida, Nise faz menção à psicanálise freudiana, segundo a qual atividades ocupacionais funcionam como vetor de sublimação, isto é, como um método para

promover deslocamentos da libido em atividades socialmente aceitas, reforçando a realidade. Nessa orientação, o trabalho deve dirigir-se a atividades capazes de recanalizar a libido frustrada. Assim, enquanto Hermann Simon dirige sua terapêutica contra o sintoma, os psicanalistas tentam satisfazer necessidades insaciadas, isto é, no mesmo sentido dos sintomas. Ambas as propostas revelam-se insuficientes para Nise.

Finalmente, distanciando-se dos casos antecedentes, ela dirige-se à psicologia analítica de Jung, sua maior influência. Embora Jung nunca tenha se dedicado propriamente à terapêutica ocupacional, "*o método psicoterapêutico de Jung está intimamente impregnado de atividade*" (Silveira, 1979, p. 15). Por esse motivo, a terapêutica ocupacional pode encontrar na psicologia analítica uma inspiração mais profunda e eficiente que em qualquer outra posição psicológica.

Essa inspiração se traduz principalmente pelo emprego das quatro funções que Jung caracteriza como constitutivas dos tipos psicológicos humanos. São elas: sensação (relativa à percepção da materialidade das formas e suas qualidades), intuição (relativa às impressões e imaginações), pensamento (relativo às classificações e discriminações entre as coisas) e sentimento (relativo aos valores subjetivos e emoções atribuídos às coisas). Assim, em uma perspectiva junguiana, atividades destinadas a contemplar cada uma dessas funções, de acordo com seu desenvolvimento diferencial em cada indivíduo, podem ser estimuladas.

De acordo com a médica, a imagem, mais que o meio verbal, é o meio privilegiado para essa empreitada: "*Dar forma objetiva às imagens subjetivas, às experiências internas, é estar no caminho da cura*" (ibid., p. 17) seja por meio da pintura, da escultura, da dança, de bordados ou de figuras trabalhadas em madeiras, que seriam métodos de expressão mais primordiais da espécie humana, precedendo a palavra. Explica:

"O contato, a comunicação com o psicótico terá um mínimo de probabilidade de efetivar-se se pretendermos iniciá-las no nível verbal das nossas habituais relações entre pessoas. Isso só ocorrerá quando o processo de cura já se achar bastante adiantado. O médico que deseje comunicar-se e compreender o seu doente terá de partir do nível não verbal. É aí que se insere a ocupação terapêutica" (ibid.)

Em seguida, Nise dedica-se a explicitar a história da terapêutica ocupacional no Brasil, a qual merece ser evocada aqui. Dois anos depois da inauguração do Hospício

Pedro II, foram implantadas oficinas de sapateiro, alfaiate, marceneiro, florista e de desfiar estopa, graças a seu diretor, Dr. Manoel José Barbosa. José Clemente Pereira, que Nise descreve com um “*homem de extraordinária intuição*”, sabendo da presença de músicos no hospício, ordenou o fornecimento de instrumentos tais como flauta, rabeca, clarineta e requinte, “*como meio de distração ou talvez de cura*” (ibid., p. 19). Em 1904, o próprio Juliano Moreira, diretor do então chamado Hospício Nacional de Alienados, foi responsável pela construção do Pavilhão Seabra, destinado à instalação de oficinas, incluindo-se, nesse escopo, ferraria, mecânica elétrica, carpintaria e marcenaria; tipografia e encadernação; sapataria; colchoaria e vassouraria e pintura de paredes. Na década de 1940, no âmbito do Centro Psiquiátrico Nacional, as ocupações existiam, mas se davam sobretudo por trabalhos braçais e de limpeza, incluindo até mesmo pequenas verbas como gratificação. Em 1944, Fábio Sodré criou uma sala de costura e bordados, sendo transferido logo depois. Em 1946, o diretor Paulo Elejalde convidou Nise a assumir essas atividades. A seção foi regulamentada finalmente em 1954, pelo mesmo diretor, e só em 1956 Nise foi oficialmente designada para sua chefia, graças à atualização do dr. Humberto Mathias da Costa.

Nise divide as atividades de sua própria terapêutica em quatro grupos: a) as que envolvem esforço característico do trabalho (costura, encadernação, marcenaria, cestaria, sapataria e artes aplicadas); b) atividades expressivas (pintura, modelagem, música, teatro); c) atividades recreativas (jogos, festas, cinema, rádio, televisão, esportes, passeios, salão de beleza); d) atividades culturais (escola, biblioteca). Segundo a médica, quando o ego está profundamente atingido, o emprego das atividades de trabalho encontra-se dificultado. Por esse motivo, maior ênfase deve ser conferida às atividades lúdicas e expressivas, capazes de despertar prazer e investimento afetivo, permitindo a expressão espontânea das emoções.

No campo de pesquisas descrito por Nise no relatório em questão, chama especialmente a atenção a presença do estudo da relação afetiva entre o esquizofrênico e o animal. A psiquiatra explica que esse trabalho começou com a adoção de uma cadela chamada Caralâmpia por alguns dos frequentadores da STOR, no ano de 1955. Desde então, notou-se as vantagens da presença dos animais nos hospitais psiquiátricos. Como evidência empírica está o cão como um elo intermediário nas relações entre o terapeuta e o esquizofrênico: “*Com efeito, o cão sendo incondicional nos seus afetos, apresenta-se como um objeto estável por excelência para relacionamento. Além disso, transborda do calor que os materiais de trabalho não podem oferecer*” (ibid.). Foram introduzidos

mais cães e, posteriormente, também gatos. Se o contato com os humanos parecia inquietante para alguns pacientes, o mesmo não acontecia em relação a esses animais. O problema da linguagem verbal também foi despertado por essa atividade, na medida em que se verificou que os esquizofrênicos conversavam com seus companheiros animais de maneira organizada. Diz Nise: "*Estamos reunindo observações sobre este tema, que constituirá trabalho para publicação posterior*" (ibid.).

Apesar da relativa consolidação do trabalho de Nise da Silveira, nem sempre a terapêutica ocupacional venceu os outros métodos de tratamento.

Um artista decapitado: o caso de Lucio

Folheando as páginas de *O Mundo das Imagens*, é possível encontrar um trágico estudo de caso, no qual um paciente, também um reconhecido escultor do ateliê do Engenho de Dentro, é submetido a uma lobotomia. O texto é justaposto a uma série de imagens, dividida, por sua vez, em duas fases. Na primeira, que precede a cirurgia, vislumbram-se imponentes figurações de rostos, descritos, no olhar de Nise, como se fossem encarnações de guerreiros. A sequência de imagens do artista e interno não é menos impressionante, apesar de sua significativa mudança estética. Desta vez, são apresentadas suas obras no período que sucedeu à operação. Os mesmos rostos se apresentam, mas se diluem e se deformam, como velas derretidas.

Lucio Noeman, explica Nise, nasceu em 1915. Com o curso primário incompleto, trabalhou primeiramente em uma papelaria e depois, como vendedor ambulante de gravatas e perfumes. Foi internado no Hospital Pedro II em junho de 1947, com a seguinte folha de observação:

“paciente angustiado, sentindo-se sob ameaça de múltiplos perigos. Inimigos poderosos o perseguem, descobrem seus pensamentos, aplicam-lhe choques elétricos nas vísceras, em todo o corpo. Profere frases sem sentido aparente e respostas que não se relacionam com as perguntas. É difícil estabelecer contato com o paciente, que se esquia tanto mais o médico tenta abordar de perto seus problemas. Diagnóstico: esquizofrenia. Tratamento: cardiazol e eletrochoque” (Silveira, 1992, p. 23).

Posteriormente, reencontrei o mesmo caso em um trabalho mais antigo. Trata-se de um dos primeiros artigos científicos de Nise da Silveira, “Contribuição aos estudos dos efeitos da leucotomia sobre a atividade” criadora (1955), publicado na *Revista de*

Medicina, Cirurgia e Farmácia e disponível no acervo da Biblioteca Nacional. Neste, a psiquiatra aborda o caso do paciente em um estudo exclusivo, que consiste em uma das esparsas publicações em que explicitou os resultados de sua pesquisa e os fundamentos de sua crítica antes de sua aposentadoria. Ela explica que Lucio – então chamado apenas de L. – foi encaminhado para a STOR em 1948. Inicialmente, participou da oficina de encadernação, cujo ofício já conhecia. Logo, entretanto, perdeu o interesse. Depois de tentar as atividades de cestaria, pediu espontaneamente para frequentar a seção de modelagem. Durante horas, absorvia-se na atividade, produzindo obras de alta qualidade artística.

Entretanto, um acontecimento viria a alterar a produção do artista. L. passou por uma lobotomia pré-frontal. Nise, então, analisa as esculturas realizadas no momento pós-operatório, definindo-as através das figuras da *"Inexpressibilidade e grosseiro acabamento"*. O resultado final teria sido desastroso, como demonstrava a sucessão de imagens: *"uma catastrófica regressão ocorreu. Trazem eles as marcas de déficit, e características das alterações orgânicas do cérebro: pobreza imaginativa, puerilidade de concepção, inabilidade de execução"* (Silveira, 1955, p. 47). Seu próprio médico registra desordens profundas de personalidade, fazendo menção à perspectiva do paciente:

"seus inimigos mandaram abrir sua cabeça dos dois lados e colocaram lá dentro dois dínamos de aço que correm pelo seu corpo todo, para transformá-lo em rato e em gato. Várias tentativas de fuga levam a direção do hospital a não permitir sua vinda ao ateliê de modelagem. Na única experiência, entretanto, apareceu apático, desinteressado, sem mesmo tocar o barro" (ibid. p. 47).

No mesmo artigo, Nise faz menção a dois outros casos de frequentadores das oficinas de atividades expressivas que passaram por lobotomias, observando as transformações de seus conteúdos pictóricos. L. seria o caso fatal, em que *"ocorreu queda completa"*. Com o segundo caso, houve apenas uma *"diminuição da atividade criadora"*. No terceiro caso, *"a pintura voltou ao nível pré-operatório e tornou-se mais desinibida"* (ibid., p. 54). A psiquiatra admite que suas observações clínicas não apresentam as condições requeridas para a experimentação. No entanto, sustenta que as informações obtidas através da produção espontânea tampouco podem ser desprezadas. Ela não chega a condenar de forma obtusa a psicocirurgia; ao mesmo tempo, admite que *"mesmo nos casos considerados felizes, parecem ocorrer certas alterações da*

personalidade que estão fora do alvo terapêutico visado pelo método cirúrgico" (ibid., p. 38). Assim, seriam produzidas perturbações das funções de síntese e abstração, mudanças na esfera dos sentimentos e da moral, queda da atividade criadora, e incapacidade para imaginar e planejar o futuro. Chama a atenção que, de acordo com a breve revisão bibliográfica realizada pela autora ao fim da publicação, os próprios médicos criadores do método, tais como Freeman e Watts, igualmente reconheciam o declínio da criatividade artística após a cirurgia.

Se, nesse trabalho, o caso é descrito através de uma linguagem predominantemente médico-científica, buscando justificar a validade e o rigor de um método experimental, seu reaparecimento, décadas depois, em *O Mundo das Imagens* se dá em um tom diverso, articulando o acontecimento do paciente à ordinariedade das práticas hospitalares, combinando preceitos médicos e morais. No livro, Nise deixa entrever que tentou, sem sucesso, evitar a operação de Lucio Noeman (que, agora, ganha nome e sobrenome): *"o médico psiquiatra responsável por Lucio, com o apoio da família, decidiu recorrer à psicocirurgia, tratamento muito preconizado na época. Inutilmente tentei evitar esse desastre, chegando a dizer ao colega que havia indicado a cirurgia: vocês vão decapitar um artista!"* (Silveira, 1992, p. 24). Ao mesmo tempo que era efetivada a intervenção, as obras de Lucio estavam em exposição. Ele foi um dos 9 Artistas do Engenho de Dentro, mostra realizada no MAM-SP em 1949.

Segundo a psiquiatra, com esse acontecimento, os partidários da lobotomia alcançaram seu objetivo: *"separar o pensamento de suas ressonâncias emocionais"* (ibid., p. 25). Lucio, desde então, parou de frequentar o serviço de terapêutica ocupacional. Um ano depois da lobotomia, foi transferido para um pavilhão destinado aos casos graves, tendo consecutivas *desordens profundas de personalidade* registradas em seu prontuário. Tentou fugir várias vezes e, por esse motivo, foi proibido de retornar ao ateliê de modelagem.

Foi um caso perdido. Trinta e depois anos mais tarde, houve uma tentativa de promover seu retorno às atividades. Ele, entretanto, mostrou muito pouco interesse.

"Apático, pedia constantemente para voltar ao leito da enfermaria. Solicitado com insistente cordialidade, moldou lentamente algumas disformes, terríveis carrancas. Portanto, a psicocirurgia em Lucio não trouxe melhoras em seus contatos ou atividades sociais, bem como anulou arrasadoramente sua capacidade criadora". (ibid., p. 27)

Por fim, conclui Nise: a luta entre deuses e titãs que se fazia presente em suas obras havia sido reduzida... a uma luta entre gato e rato.

Um leitmotiv melancólico

O caso de Lucio não foi o único a proclamar uma espécie de derrota do projeto terapêutico de Nise da Silveira. Chama a atenção o quanto sua trajetória foi marcada por numerosas tentativas de silenciamento e sabotagens. Este fato é reconhecido pela própria médica que, em uma passagem de *Imagens do Inconsciente*, admite seu fracasso. Ela conta que seu objetivo era “*fazer da seção de terapêutica ocupacional um campo de pesquisa onde diferentes linhas de pensamento se encontrassem e se pusessem à prova*” (Silveira, 1981, p. 67). Entretanto, esse ímpeto não teria se realizado plenamente:

“Nem na teoria nem na prática meu plano de trabalho encontrou ressonância favorável. Minha orientação quebrava velhos preconceitos, e era demasiado ambiciosa, ao pretender que a terapêutica ocupacional fosse aceita, se corretamente conduzida, como um legítimo método terapêutico e não apenas uma prática auxiliar e subalterna” (ibid.).

O motivo elencado pela própria Nise da Silveira para o descrédito de seu trabalho é relativo a uma ordem cultural mais ampla. A médica descreve a terapêutica ocupacional como território vazio onde teria liberdade para agir. Entretanto, não deixa de sublinhar a desconsideração com a qual seu trabalho é tratado, o que atribui ao primado da razão, consubstanciada na verbalidade: “*Lidando com atividades manuais e expressivas, processando-se sobretudo em nível não verbal, compreende-se que esse tipo de tratamento não goze de prestígio na nossa cultura tão deslumbrada pelas elucubrações do pensamento racional e tão fascinada pelo verbo*” (ibid., p. 66). Ainda, faz menção à predominância dos métodos de tratamento fisicalistas. Nessa configuração, um método que usasse de atividades expressivas como agentes terapêuticos seria logicamente considerado ingênuo e quase inócuo, valendo-se, quando muito, no intuito de distrair os internados ou de torná-los produtivos com respeito à economia hospitalar.

No já referido – e mais antigo – relatório sobre a implantação da terapêutica ocupacional, Nise também dá detalhes sobre a situação de seu trabalho no Engenho de

Dentro, apontando para a dificuldade da tentativa de implantar as atividades ocupacionais como verdadeiros agentes terapêuticos: "*Reverendo nossos relatórios anuais encontramos, como um leitmotiv melancólico, a menção de que não lográvamos articular a seção de terapêutica ocupacional com os serviços médicos*" (Silveira, 1979, p. 23). Nesses relatórios, além de variadas dificuldades administrativas (falta de pessoal, deficiência de verbas, superlotação hospitalar), encontra-se referência ao descrédito dos médicos que, de acordo com as concepções psiquiátricas dominantes, seguem reduzindo a terapêutica ocupacional ao estatuto secundário. De todo modo, Nise mantém a importância de que a ocupação seja prescrita pelo médico e executada pelo monitor, responsável por coordenar as atividades.

Nise ressalta que, ao nível nacional das políticas públicas de saúde, seu trabalho tampouco vingou. Em 1961, o Ministério da Saúde, cumprindo as determinações do presidente Jânio Quadros, elaborou um decreto instituindo a Seção de Terapêutica Ocupacional e Reabilitação no Serviço Nacional de Doenças Mentais do Ministério da Saúde, determinando sua expansão para todos os hospitais do país, e responsabilizando-o pelo fornecimento de formação e de plano de trabalho nessa área. Dias depois, entretanto, ocorreu a renúncia presidencial. E o período subsequente não foi particularmente favorável: "*As autoridades dos novos governos não se interessaram pela execução do decreto presidencial 51.169 ou não houve condições para fazê-lo. Tudo continuou como antes*" (ibid., p. 23). A seção do Centro Psiquiátrico Nacional se manteve, mas não chegou a atingir os outros órgãos do serviço.

Luiz Carlos Mello (2014) dá especial atenção aos acontecimentos em que essa condição de desprestígio foi materializada ao longo das décadas de atuação da médica alagoana. O autor descreve a precariedade de recursos como um dos principais agravantes para a manutenção das atividades da STOR, o que levava os trabalhos expressivos a serem realizados muitas vezes em folhas de jornais. Em 1974, quando aproximava-se a aposentadoria compulsória da doutora, a hostilidade de seus superiores cresceu, respaldada pelo então diretor do Centro Psiquiátrico Pedro II, Antônio da Costa Carvalho. Houve, nesse período, uma invasão ao setor de modelagem, protagonizada por seus colegas de trabalho, Caetano Grossi e Mário do Carmo Pereira. O ambiente foi depredado e preenchido com leitos de internação. As plantas do jardim circundante, que faziam parte do setor de jardinagem, foram arrancadas, interrompendo o trabalho terapêutico de seus frequentadores com os vegetais. Em 1975, a porta de entrada que dá acesso ao Museu foi arbitrariamente fechada com tijolos, implicando na mudança

forçada do ateliê do ateliê de pintura para um espaço menor, descaracterizado. A ameaça de transferência para a Colônia Juliano Moreira, que era constante, intensificou-se nesse período, e chegou a ocorrer de fato com um dos clientes, Fernando Diniz, em 1977. Nise conseguiu reverter o ocorrido graças à intervenção da imprensa e de amigos. Só em 1979 Fernando pôde retornar às atividades do ateliê do Engenho de Dentro.

Em relação a esse período, próximo de sua aposentadoria, o Museu ficou desamparado, se mantendo graças ao apoio da Sociedade de Amigos do Museu de Imagens do Inconsciente, organizada pela educadora Zoé Chagas Freitas. Martha Pires Ferreira, em artigo publicado na última edição da Revista *Quaternio*, oferece detalhes sobre o funcionamento dessa sociedade. Segundo a colaboradora, a própria médica tornava pública sua angústia quando se aproximava seu aniversário de 70 anos, na medida em que o trabalho da instituição do Engenho de Dentro não se enquadrava na determinação do Ministério da Saúde, voltada apenas para internações e para o tratamento convencional de doentes mentais. Nise dizia repetidamente: “*vão colocar as obras em caixotes e jogar no mar*” (Ferreira, 2001, p. 34), deixando aflitos todos os seus defensores. A partir dessa preocupação, surgiu a ideia, inicialmente no âmbito do Grupo de Estudos do Museu, de criação de uma sociedade, a exemplo da Sociedade Protetora dos Animais. O projeto foi levado a cabo graças ao contato, por intermédio do pintor e amigo Augusto Rodrigues, com a referida educadora, que era também então primeira-dama do Estado do Rio de Janeiro: “*É preciso salvar o Museu antes da aposentadoria da doutora*” (ibid.), tornou-se seu lema.

Grças à sua influência política, conjugada ao seu apreço singular pelas atividades de Nise, Zoé congregou a imprensa, artistas, políticos e escritores em uma grande campanha de apoio à instituição. No jornais do período, foram publicados artigos em defesa do MII. Destacou-se, sobretudo, um texto assinado por Carlos Drummond de Andrade em sua coluna no *Jornal do Brasil*, datado de 4 de janeiro de 1975, intitulado “A Doutora Nise”. O poeta denunciava a injustiça do cálculo de aposentadoria, sugerindo que se tratava de uma tentativa precoce de silenciar o trabalho da médica:

“A contagem deve estar certa, se baseada em certidão de nascimento. Mas cumpre excluir do total 15 meses em que a Dra. Nise não trabalhou nem viveu a vida normal, pois esteve presa. Seria justo descontar-lhe da idade esse tempo vazio, por um lado, e cheio de angústia, por outro (...) Nise na compulsória? Corrijam os números, senhores escriturários, pois tudo isso conta, e muito, existencialmente” (Drummond [1975] 2017, s/p)

O jurista Pedro Kelly ficou a cargo da escritura do estatuto da sociedade, registrada em cartório em abril de 1975, contando com um conselho deliberativo de personalidades influentes, além da própria Zoé Chagas Freitas: Condessa Pereira Carneiro, Maria do Carmo Magalhães Lins, Ivo Pitanguy, Emiliano Di Cavalcanti, Artur da Távola, Augusto Rodrigues, Mário Barata e Jáder de Medeiros Britto. A assessoria técnica era coordenada pela própria médica, em parceria com Ivan Ribeiro, Cesar Parga, Noema Varela, Eduardo Sued e Abraham Palatnik. Pode-se afirmar que a Sociedade se organizou de uma forma pouco usual do ponto de vista da prática da própria Nise da Siveira, uma vez que pressupunha uma distribuição hierárquica de cargos, no modelo de uma organização burocrática⁵¹. Tal estranhamento, não obstante, deve levar em consideração o caráter de emergência no qual a entidade foi gestada, no intuito de salvaguardar uma prática desconsiderada pelos poderes estabelecidos.

Ainda segundo Ferreira, a primeira e mais importante contribuição da Sociedade foi o apoio às comemorações do centenário de nascimento de C. G. Jung, com a exposição do Museu de Imagens do Inconsciente no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, realizada entre junho e julho de 1975. A manutenção dos ateliês de pintura e modelagem foi assegurada também por esta entidade, assim como a ajuda financeira para uma série de exposições e publicações posteriores. Através de um convênio celebrado com a FINEP, logrou recursos financeiros para a concretização de seu programa, incluindo reinstalação do Museu em um novo edifício em 1979. A presidência da Sociedade foi sucedida por Aloíso Magalhães (1978), Anna Letycia Quadros (1986), Fernanda de Camargo Almeida Moro (1989), Rubens Corrêa (1991), Ferreira Gullar (1997) e Humberto Franceschi (1999).

Não obstante, os anos seguintes não foram bem sucedidos. O trabalho de Nise sobreviveu, mas nem por isso se expandiu significativamente. Na década de 1990, Ferreira Gullar propôs a José Aparecido de Oliveira, então Ministro da Cultura do governo de José Sarney, a criação do *Espaço Nise da Silveira*, que seria situado no Centro do Rio de Janeiro, com o objetivo de tornar mais acessível ao público em geral o acervo do Museu de Imagens do Inconsciente. O plano, por conta de entraves burocráticos, não vingou. Em 1992, quando assumiu a direção da FUNARTE, a ideia foi apresentada dessa vez a outro Ministro, Antonio Houaiss, que conseguiu apoio do então Ministro da Saúde, Jamil Haddad. Um convênio chegou a ser assinado entre as

⁵¹ Uma lista, suscitada por Ferreira (2001), descreve a estrutura da associação, contendo também seus principais integrantes.

duas instâncias. “*Por desgraça*”, diz Gullar, “*Haddad deixou o ministério logo em seguida e o seu sucesso abandonou o projeto, por não compreender-lhe o alcance*” (Gullar, 1996, p. 25-26). No final do governo Itamar Franco, nova adesão foi conseguida, “*mas de novo o tempo se esgotou antes que o projeto se realizasse*”. Em crítica ao governo de Fernando Henrique Cardoso, Gullar faz menção a um “*golpe de misericórdia*” a ser anunciado, incluindo a substituição do Espaço Nise da Silveira por “*uma outra coisa com outro nome*”. Assim (...) “*o governo deshomenageia a mulher que tanto fez pela renovação da psiquiatria brasileira, e impede que as obras do MII se tornem acessíveis ao grande público*” (ibid., p. 26).

Todos esses acontecimentos apontam para a rejeição ao método de trabalho de Nise da Silveira, que ganhou forma nas constantes tentativas de sabotagem da parte da classe médica e na desconsideração de agentes do Estado em relação à sua obra. Embora a médica fosse ela própria uma funcionária pública, sua proposta não conseguiu alcançar expansão como política substantiva em seu tempo de vida. Seu trabalho pôde subsistir, a duras penas, graças a algumas prestigiosas alianças que tinha fora do meio médico, sobretudo nas artes e no meio midiático, que promoviam sua imagem pública em detrimento das tentativas de silenciamento. O trabalho de Nise manteve-se, assim, sob o constante lamento da precariedade.

A precariedade pode ser entendida aqui nos termos do que sugere Judith Butler (2004), isto é, como uma condição política de assimetria na qual certos grupos são submetidos a situações de violência, perigo, enfermidade, pobreza ou morte. Dita condição tem como propriedade sua própria relacionalidade e finitude, na medida em que se realiza na inserção de sujeitos e populações nas contingências da vida social, em situações que se estabelecem valores diferenciais concedidos à vida humana. No caso específico aqui analisado, se traduz em uma precariedade específica relativa tanto às condições dos internos psiquiátricos quanto ao limites de trabalho de profissionais da área médica, no seio de uma unidade reconhecida como interior ao aparato estatal.

Dita unidade, entretanto, não é uma unidade qualquer. Trata-se de um hospício público e suburbano de uma grande cidade sul-americana que, como seus similares, existe na constante tensão entre as imaginações do centro e da periferia, tensionando as próprias fronteiras estanques dessa oposição. Veena Das e Deborah Pole (2004) alertam para o perigo de endossar a imagem das *margens do Estado* como aquilo que implicaria necessariamente no encolhimento ou enfraquecimento das formas de regulação e pertencimento que conduzem o Estado-nação. Segundo as autoras, os lugares

geralmente considerados nas margens sociais e territoriais do Estado tendem a ser lidos sob o signo da desordem, em contraste com a figura do Estado enquanto entidade racionalizada e ordenadora. Não obstante, em sua perspectiva, as margens são uma “*decorrência e implicação necessária do Estado, assim como a exceção é um componente necessário da regra*” (Das e Pole, 2004, p. 4). Isto significa que também são produtoras e fundadoras de práticas e linguagens estatais, em interseção e complementaridade com o aparato regulatório de um Estado central e burocrático. Através do repto de uma abordagem etnográfica, as autoras sugerem como a vigilância e a violência são operadoras frequentes dessa relação, na qual o poder é exercido em âmbitos em que aparenta ausente através de distintas práticas e saberes, não incomumente sob modos patologizantes. Ao mesmo tempo, admitem que esse fenômeno não se dá passivamente, uma vez que são encontradas brechas legais e formas alternativas de sobrevivência, nas quais as margens são habitadas e ressignificadas.

Esse alerta permite entrever o quanto a posição do projeto médico-científico de Nise da Silveira não se assentava em um simples isolamento ou abandono no âmbito de um sistema de saúde, mas na base de um desequilíbrio de forças relacionais, elas mesmas constituintes de poder, na interseção entre racionalidades médicas e burocráticas. Ao defender a legitimidade de uma modalidade muito específica de terapêutica ocupacional, lotando-se em um setor hospitalar menor, a psiquiatra *ocupava* as margens, chocando-se contra toda uma configuração de saberes e poderes disposta a reduzir, limitar ou mesmo, em casos extremos, aniquilar violentamente seu trabalho. Entretanto, seu contra-ataque constituía, como já explicado, muito mais em uma apostasia sucedida de um investimento em uma atividade considerada menor do que em um pagamento feito “na mesma moeda” – ou em outras palavras, também remetendo ao ditado popular, um “olho por olho, dente por dente”. Isto implica que dita configuração se constituía através de sua própria oposição, dependendo dela sua razão de existência, ao mesmo tempo em que guardava seus termos em condição de incomensurabilidade e assimetria.

Aproxima-se, assim, do que Gregory Bateson (1972) definiu como cismogênese, isto é, uma dinâmica relacional marcada por um processo de diferenciação resultante das interações cumulativas entre grupos ou indivíduos. Seu desenvolvimento se dá sob a base de tensões contrastivas, na forma de reações protagonizadas por ambas as partes. Um primeiro modelo de cismogênese, *simétrica*, funciona entre posições que se enfrentam de modo mútuo. Um segundo, *complementar*, funciona entre posições

opponentes marcadas por um valor diferencial. É justamente na direção desse segundo modelo, o da cismogênese complementar, indicativo de um balanço desigual, que se assenta primordialmente a oposição entre a psiquiatria rebelde e a psiquiatria biomédica estabelecida. Correntes e contracorrentes.

Procede-se, a seguir, com o elencamento não de explicações causais, mas de algumas hipóteses circulares, capazes de guiar por esse labirinto de forças co-constituíntes, ao mesmo tempo que em conflito. Para tanto, serão tomados dois caminhos complementares. O primeiro, que poderia ser qualificado como biopolítico, diz respeito à presença, às ações e às relações dos próprios corpos envolvidos na produção do trabalho da psiquiatria rebelde, incluindo o dela própria. O segundo, que poderia ser provisoriamente denominado histórico, trata das relações entre seu projeto médico-científico e a consolidação de uma cultura psicológica no Brasil, desdobrada nos fenômenos compósitos da reforma psiquiátrica e da rebiologização da psiquiatria.

A biopolítica niseana

Nise da Silveira, embora originária de uma classe média mais ou menos privilegiada, era uma mulher nordestina que trabalhou em um meio médico predominantemente masculino em pleno século XX. Essa condição se estendia desde sua formação na Faculdade de Medicina da Bahia até sua atuação no Centro Psiquiátrico Nacional, passando também por seu estágio no Hospício Nacional de Alienados. Em todos esses estabelecimentos, a medicina era ensinada majoritariamente por homens. Na primeira metade do século XX, essa disciplina era marcada por uma característica de gênero profundamente assimétrica, na qual os corpos femininos afiguravam-se muito mais como objetos de escrutínio que como sujeitos de conhecimento. Como demonstram diversos autores (i.e. Laqueur, 2001; Rohden, 2001), a despeito da preocupação desse saber com a natureza feminina, pouco espaço era conferido ao protagonismo da mulher.

A resistência a essa lógica esteve particularmente presente no cerne da formação médica de Nise da Silveira. No trabalho *Ensaio sobre a Criminalidade da Mulher no Brasil*, com o qual conclui sua graduação, ela questiona o argumento, comum à época, de que o aumento da criminalidade da mulher se devia à sua crescente inserção no mundo do trabalho, devendo, portanto, ser limitado como ação médica preventiva. Em sua acepção, não era o comércio ou a indústria, mas o abuso de álcool e de prazeres, como o jogo, os hábitos que culminariam na curva ascendente do fenômeno

investigado. Este motivo explicava a predominância desse entre os homens. Ainda, a jovem médica recusava a hipótese de que anomalias cefálicas seriam suficientes para determinar a criminalidade, servindo “*apenas como estigmas de degeneração*” (Silveira, 1926, p. 44 apud Rinaldi, 2015)⁵². O texto, embora comprometido com alguns pressupostos comuns de seu tempo, permite vislumbrar um interesse a propósito das questões relativas à mulher, na contramão da configuração do campo médico.

Na fotobiografia *Caminhos de uma Psiquiatra Rebelde* (2014), Luiz Carlos Mello dedica um capítulo inteiro aos anos de graduação de Nise da Silveira na Bahia, evocando alguns depoimentos pessoais da médica. Ele conta que o preconceito contra o fato da jovem alagoana ser uma mulher estudando medicina em um meio que só não era inteiramente masculino por conta de sua própria figura foi uma experiência corrente. Em uma de suas primeiras aulas, o professor de parasitologia Pirajá da Silva disse que um serpentário seria criado na faculdade. Seu assistente entrou na sala com uma espécie no interior de um recipiente de vidro. O professor, em tom de malícia, logo pinçou o animal e pediu para que Nise o segurasse diante da turma inteira, esperando que, dado que ela era menina, não fosse capaz. A jovem teve que manter-se firme e logo passar o bicho para seu colega, resistindo à hostilidade de seu mestre.

No Brasil, com o surgimento da carreira universitária de psicologia na década de 1950, o quadro de assimetria de gênero viria a se complexificar, com o progressivo questionamento do monopólio médico e masculino da psicanálise e pela abertura de espaço, sobretudo na prática psicológica, para as mulheres (Russo, 2002). Entretanto, essa mudança não implicou na eliminação da desigualdade nesse meio profissional, o que certamente atravessou a formação e o desenvolvimento do trabalho de Nise da Silveira. Esse fato ficou marcado através de alguns exemplos, a começar pelo de sua relação com seu mestre. Quando Nise enviou sua primeira carta a Jung, o psicanalista suíço responde com termo *Cher monsieur*, o que demonstra não só que Jung desconhecia o gênero a que pertencia o nome Nise, mas a presunção comum de que, tendo em conta seu conteúdo científico, sua autoria deveria necessariamente ter sido de um homem (Mello, 2014). Os pares de Nise da Silveira no hospital em que trabalhava eram majoritariamente do sexo masculino, particularmente aqueles que se envolveram

⁵² Em pesquisa sobre a sexualização do crime no Brasil, a antropóloga Alessandra Rinaldi (2015) conferiu especial atenção ao trabalho de Nise da Silveira, sublinhando que, embora este colocasse uma crítica à visão determinista, sua autora terminava acatando a tese lombrosiana de uma perversidade maior característica da natureza feminina, decorrente não de atributos cerebrais, mas da maior excitabilidade de seus centros nervosos, que as levaria a variações intensas de comportamento.

na tentativa de dar um fim a seus projetos. A única exceção era Alice Marques dos Santos, psiquiatra que trabalhou como parceira de Nise em boa parte de sua carreira institucional.

Essas observações servem para tatear alguns elementos capazes de explicar o conflito relativo às condições concretas de trabalho da psiquiatra. Entretanto, a questão de gênero, se tomada isoladamente, é insuficiente, apresentando-se, aqui, apenas como um ponto de partida, ao qual se acrescentam outros fatores. Levando em consideração que o meio médico no qual se inseriu Nise da Silveira era também provavelmente conservador, não será desnecessário lembrar que a psiquiatra era, ao fim e ao cabo, uma ex-presa política por seu envolvimento com a militância comunista.

Luiz Carlos Mello ressalta o estigma de ex-presa política durante o trabalho desenvolvido no Engenho de Dento. Viu-se que, por ocasião do I Congresso Internacional de Psiquiatria, realizado em Paris, as obras do Ateliê do Engenho de Dentro pela primeira vez cruzaram o oceano, inserindo-se em um ambiente de debates mais propriamente médico e científico. Entretanto, a mostra aconteceu sem a presença da própria Nise da Silveira, que teria sido vetada, “*provavelmente em razão de seu passado político*” (Mello, 2014, p. 23). O conjunto de trabalhos ficou conhecido como coleção Maurício Medeiros, atribuindo seu mérito ao catedrático de psiquiatria da Universidade do Brasil que, junto com Robert Volmat, havia feito o convite à médica alagoana.

Agilberto Calaça faz menção a um curioso fato acontecido em 1964, em plena ditadura militar. Segundo o psicanalista, um vizinho denunciou Nise ao Serviço Nacional de Inteligência por conta dos encontros que realizava em sua residência, referentes ao Grupo de Estudos C. G. Jung. A acusação identificava comunistas entre seu grupo, dirigindo-se especificamente à sua líder e a seu marido. Não era a primeira vez que isso acontecia. Calaça recorda da prisão da psiquiatra durante a ditadura Vargas, ocasionada por denúncia semelhante. Desta vez, entretanto, o desfecho foi menos radical: “*O investigador encarregado de apurar o caso, no entanto, frustrou denunciante: diz aquele que ao subir ao 5º andar, no local onde se faziam as reuniões, só encontrou gatos e livros*” (Calaça, 1996, p. 10).

Deve-se sublinhar que Nise da Silveira, ao longo do desenvolvimento de sua carreira, se tornou reticente em relação a essas duas questões. Apesar de seu interesse inicial por questões relativas à criminalidade da mulher, jamais intitulou-se feminista ou se envolveu em qualquer movimento do tipo. A partir da década de 1940,

sua subsequente opção pela psicologia junguiana a levava a crer que o feminino e o masculino eram princípios arquetípicos distribuídos por todos os corpos humanos, a despeito de seu sexo biológico. Assim, inscrevia seu trabalho em um pressuposto que, ao mesmo tempo que deslocava o determinismo biológico, permanecia atado a uma natureza universalista, na contramão de boa parte dos desenvolvimentos desse movimento. Destaque-se que tanto sua prática terapêutica quanto suas atividades de transmissão de saber eram mistas. Com relação à militância de esquerda, a defesa direta dos postulados de Marx desapareceria progressivamente de suas obras, mantendo-se apenas na forma tácita da crítica ao capitalismo e à desigualdade social, consubstanciada em sua prática de trabalho e em seu modo de vida, além de sua inexorável demarcação como ex-presença política. O marxismo foi tomando contornos mais sutis desde seu retorno ao serviço público no Engenho de Dentro, durante a década de 1940. Não há registros sobre seu prosseguimento direto nas atividades do Partidão, no qual permaneceu apenas seu companheiro, Mario Magalhães da Silveira.

Esses fatos não eliminam a importância dessas observações. Pois o que vale a pena sublinhar é que, antes mesmo de entrar no mérito sobre seu método *sui generis* para tratar os ditos loucos, ela mesma já era uma *outsider*, isto é, uma figura que ameaçava o regramento socialmente arbitrado (Becker, 2008). Uma mulher velha – e, ainda, com sotaque alagoano – transitando entre os Senhores Doutores da capital do Brasil. Esses elementos, se menos comentados por Nise, são chamados à atenção com frequência por outros compositores de seu projeto, como nos casos acima suscitados⁵³.

Gênero e política não estão aqui isolados. Inscrevem-se em uma problemática mais ampla, que reside no cerne da própria geneologia do projeto médico-científico de Nise da Silveira. Trata-se de uma certa atitude que se manifesta, além desses fatores concernentes à sua própria figura desviante, no singular modo de tratamento conferido aos corpos que a circundavam, a começar pelos próprios pacientes psiquiátricos. Em repetidos depoimentos, ela sublinha o quanto sua atitude no âmbito da terapêutica ocupacional se diferenciava daquela predominante entre seus pares psiquiatras. Nos termos da médica, em entrevista: “*trabalhando no Centro Psiquiátrico Pedro II (...) eu queria manter o melhor entendimento possível com os doentes, tratando-os como seres*

⁵³ Essas evocações também se fazem em novas leituras, a exemplo de alguns usos do feminismo contemporâneo da figura de Nise da Silveira. Um exemplo, durante a pesquisa, ocorreu quando ganhei de uma amiga uma *Agenda Feminista*, que justapunha uma homenagem à médica a feministas históricas como Angela Davis, Simone de Beauvoir etc. Durante minha incursão no hospital do Engenho de Dentro, algumas companheiras, que participavam das atividades como voluntárias, também se vinculavam ao feminismo do “sagrado feminino”, mais afim à leitura junguiana do gênero.

humanos e não como figuras depositadas nestes lugares tão tristes, que são os hospitais psiquiátricos” (Silveira, [1995] 2009, p. 206).

Essa diferença não deixava de ensejar ressentimento entre seus pares. Em entrevista concedida a Gullar, a psiquiatra conta sobre o já referido Dr. Antonio da Costa Carvalho, que foi diretor do Centro Psiquiátrico Nacional. Ele costumava dizer que as obras pintadas pelos pacientes do MII tinham uma origem fraudulenta. Segundo a própria: *“Ele dizia que eu levava, de noite, às escondidas, quadros de Di Cavalcanti, Portinari e outros artistas para o museu, e dizia que eram pintados pelos internos”* (Silveira, 1996, p. 30). Nise conta que o diretor tentou proibir uma exposição que seria realizada em homenagem a Carlos Pertuis, poucos anos depois de sua morte. Seu objetivo, contudo, não vingou: *“Mas nós ligamos para nossos amigos, artistas, intelectuais, jornalistas, críticos, e essa gente toda ao chegar para o vernissage encontrou a porta fechada. Temendo o escândalo, ele mandou abrir a exposição”* (ibid.). O que ele pretendia com isso?, pergunta o entrevistador. A resposta é enfática: *“evitar que nosso trabalho, rebelde às normas estabelecidas, ganhasse projeção e prestígio”* (ibid.).

Mas não era apenas com seus pacientes – que, como já destacado, preferia chamar de *clientes* – que se verificava essa atitude “rebelde”. Fazia-se ainda presente na relação com os animais, em especial os cães e os gatos, que circundavam os espaços pelos quais a psiquiatra passava, na condição de co-terapeutas no ambiente na criação. Este fator também causava incômodo entre seus colegas médicos, que chegaram a denunciar a psiquiatra ao Instituto de Veterinária, para que os animais fossem expulsos. O caso culminou na trágica matança dos animais, na década de 1970: *“Espalhavam bolas – comidas com veneno – por ali, os bichos comiam e morriam. Num dia só, morreram nove”* (ibid.) conta a médica, causando a fúria de seus monitores.

Não somente no Engenho de Dentro as atividades de Nise da Silveira eram repletas da participação animais. Bernardo Horta descreve a saturação desses elementos no ambiente domiciliar de Nise, no qual realizava as reuniões do grupo de estudos. Segundo o autor, o apartamento-biblioteca, repleto de livros raros, também era o *habitat* natural de diversos gatos, que urinavam livremente sobre as obras, deixando forte odor: *“Na sala, ficavam uma mesa retangular, cadeiras e, em torno, bancos de madeira. As janelas permaneciam fechadas para que os felinos não caíssem e o ventilador era ligado na potência mínima, para a Dra. Não se gripar. Nos dias de calor, um desafio...*

não era para qualquer um” (Horta, 2001, p. 67). E conclui: “*Havia algo de animal na genialidade de Nise, quem sabe para manter sua humanidade excessiva*” (ibid.).

Em conjunto, o que todos esses fatores produziam, sustenta-se, era um *deslocamento biopolítico*, responsável por sugerir uma distribuição diferencial do estatuto de humanidade. Viu-se, na introdução desta tese, em que medida a biopolítica pode ser pensada como a produção de matrizes de distinção que inscrevem os corpos politicamente, estabelecendo entre eles linhas divisórias entre humanidade e não-humanidade, pessoa e não-pessoa, vidas reconhecíveis e ininteligíveis. Pontuou-se, também, como essa problemática é particularmente relevante para o saber psiquiátrico, na medida em que este, através de suas múltiplas tecnologias destinadas à gestão da doenças mentais, opera historicamente como um de seus principais vetores de difusão, na oscilação entre a proteção e o abandono, o fazer viver e o deixar morrer.

Esse debate encontrou forma mais nítida na influente e controversa leitura do filósofo italiano Giorgio Agamben, que resgatou a distinção aristotélica entre *bios* e *zoé* para tratar desse tema. Enquanto *bios* corresponde à vida qualificada, que existe no seio de um grupo dotado de ética, moral e linguagem, *zoé* designa a vida meramente orgânica, desprovida de existência significativa – em outras palavras, “vida nua”. O autor sustenta que, desde a Antiguidade clássica, a comunidade política só se torna possível a partir da produção de vida nua, isto é, de um corpo social eliminável, que opera não somente como uma margem, mas como uma espécie de “exclusão inclusiva”. Agamben encontra no *Homo Sacer* – uma obscura figura arcaica do direito romano, que designava sujeitos que poderiam ser legalmente assassinados sem ter cometido nenhum crime – o paradigma último de comprovação da hipótese, estabelecendo continuidades entre o mesmo e as atuais condições de refugiados e presos políticos em cárceres e campos de concentração⁵⁴.

⁵⁴ A crítica da leitura de Agamben foi empreendida sobretudo por Rose e Rabinow, em conjunto com a denúncia de outros autores tais como Antonio Negri e Michael Hardt, autores de *Império* (2000). Segundo Rose e Rabinow (2006), esses autores tratam de pôr em equação o biopoder a uma política dependente da dominação, da exploração, da expropriação e mesmo da eliminação da vida dos sujeitos sobre os quais é exercido. Tratar-se-ia, segundo eles, de leituras equivocadas que, além de demasiadamente molares, confundiriam o poder sobre a vida com o poder sobre a morte, isto é, a biopolítica com o poder soberano. Mais que isso, confeririam ao biopoder um tom negativo, definindo-o como uma modalidade de poder essencialmente prejudicial, repressiva, necessariamente articulada às políticas eugenistas. Tal perspectiva iria na contracorrente da própria microanalítica do poder foucaultiana, cuja análise repousaria em seu caráter produtivo, circular e relacional.

Esta distinção, entretanto, parece demasiado estabilizada no pensamento do autor, na medida em que sempre submetida aos ditames do poder soberano, deixando muito pouca margem para a imaginação de formas de contestação. Outros autores, mais interessantes para os fins deste trabalho, propõem vias alternativas de pensar a distribuição biopolítica dos corpos. Outro filósofo italiano, Roberto Esposito (2011), se interroga sobre a genealogia da noção de pessoa no Ocidente através de seus aspectos jurídicos e religiosos, chamando a atenção para desigualdade como seu fundamento. Segundo o autor, a constituição da pessoa depende inexoravelmente da relação com corpos que são *não-pessoas*, os quais atravessam figuras como os loucos, os animais, os anormais, as crianças, os doentes, os imigrantes ilegais etc., em uma verdadeira gradação que, em seu limite, alcança a vida humana reconhecida enquanto tal. A pessoa afigura-se, assim, como um dispositivo de poder através do qual se demarca quais viventes são capazes de autonomia e autocontrole e quais não. Entretanto, trata-se aqui de um mapa móvel, aberto a contestações e reversões. É o reconhecimento desse fator que leva o filósofo a sugerir a possibilidade de uma *biopolítica afirmativa*, isto é, um campo de experimentações que possa subverter a necessidade da biopolítica de manter a incoincidência entre corpo e sujeito. Esposito, mais otimista que Agamben, pergunta-se sobre a possibilidade de uma *biopolítica* que seja uma política *da* vida, mais que *sobre* a vida.

Judith Butler (2004), por sua vez, suscita a noção de *marcos de inteligibilidade* para pensar nas matrizes de distinção que fazem uma vida reconhecível – digna, portanto, de luto, naqueles momentos em que encontra a morte – em contraposição àqueles corpos ininteligíveis como vivos. Estabelece-se, assim, um jogo entre vidas a proteger, cuidar, futurizar e aquelas deixadas ao abandono, justamente por não serem habilitadas enquanto tal. Em continuidade com Esposito, a filósofa estadunidense entende que as barreiras dos enquadramentos que fazem reconhecer uma vida são passíveis de serem recolocadas, na justa medida em que são sempre acompanhadas por elementos que as excedem ou transbordam.

Essas últimas pontuações, se levadas em consideração, permitem afirmar que a presença de Nise da Silveira buscava abalar toda uma maquinaria que, na comunhão entre a medicina e o Estado, se destinava a classificar e ordenar corpos e populações, estabelecendo entre eles gradações diferenciais de reconhecimento. Pois, por onde a

psiquiatra rebelde passava, os corpos que não importavam tanto (pacientes psiquiátricos, cães e gatos) passavam a importar e, inversamente, os corpos que tinham reconhecimento político – quais sejam, os Senhores Doutores – passavam a ser desafiados e, através da acusação de violência, desumanizados. Seu próprio corpo, feminino, migrante, subversivo, demarcado por sua prisão e exílio, entrava em um jogo que desafiava e tensionava os limites do humano através da insurgência incômoda e inquietante da loucura e da animalidade.

Por ora, da perspectiva deste estudo, essas ponderações são fundamentais para entender a problemática das contracorrentes, na medida em que revelam como o trabalho de Nise da Silveira estava inscrito, desde o princípio, em um potencial terreno de questionamento. Através de sua prática, a psiquiatra revelava em que medida a aliança entre a visão cartesiana e os métodos agressivos se destinava a manter intactos os referidos marcos ou dispositivos. Na direção contrária, construiu um conjunto de saberes e práticas que, sob a égide da terapêutica ocupacional, se propunha o seu abalo.

Graças à correspondência com Almir, pude saber de três histórias envolvendo Nise e os animais. As duas primeiras não respondiam a nenhuma pergunta específica, e foram escritas livremente pelo autor, chegando à minha caixa de entrada com certa surpresa:

AM - “*felipe,*

nise foi realmente fantástica. um casal de amigos, procurou-a para pedir um conselho sobre o comportamento de seu gato, que urinava sobre suas roupas, quando se preparavam para viajar - perguntando, o que deviam fazer. sem hesitar, respondeu: vocês dizem ‘o nosso gato’! vocês não possuem o gato, é o gato que possui vocês! - é claro, não devem viajar.

uma outra história que nise sempre me contava:

tarde da noite, chegando em casa, abriu a porta do edifício e viu uma cena extraordinária: um cão + um gato + um rato, que se entreolhavam. querendo também participar, se ajoelhou entre eles. de repente o idiota do porteiro abre a porta, espantando o cão, que saiu correndo atrás do gato e do rato

mavignier”.

F - Essas histórias que você me conta são maravilhosas. Gostaria de citá-las na tese, se possível. Dizem que Nise era humanista, mas, vendo pelo lado dos animais, ela me parece mais uma animista.

Almir, então – sem me confirmar ou negar a questão filosófica, mas permitindo o uso dos casos – me respondeu com um terceiro conto.

A – “*os gatos, andavam em liberdade em casa de nise, que os chamava com nomes de escritores célebres. estava procurando naquele momento descobrir o goethe. visitando o brasil com minha esposa, fomos convidados para jantar. tudo estava pronto com pratos e talheres e um gato que andava sobre a mesa - eu o afastava cuidadosamente, protegendo nossos pratos. felizmente ele desceu quando a comida chegou*”.

Nise no Mundo *Psi*

Feita essa pontuação, analise-se agora alguns aspectos históricos. Tornou-se demasiado frequente uma certa lembrança da figura de Nise da Silveira que a caracteriza principalmente através de seu traço revolucionário. Em uma rápida busca em periódicos e jornais, encontra-se manchetes como “Quem foi Nise da Silveira, a mulher que revolucionou o tratamento da loucura no Brasil” (Veloso, 2017); “Gloria Pires interpreta a mulher que revolucionou a psiquiatria no Brasil em Nise — O Coração da Loucura” (R7, 2017); “Revolução silenciosa” (Tribuna, 2017) etc. A repetição dessas figuras leva a crer que as propostas da médica alagoana teriam ganhado pleno reconhecimento, sendo incorporadas amplamente em todos os campos sobre os quais estendeu sua influência. Não obstante, entre admitir que um indivíduo ou grupo é imbuído de uma inclinação à transformação social e assumir que essa transformação tenha se sedimentado, de fato, na condição de uma ruptura radical, há uma grande diferença. Se sem dúvida revolucionária, o fato é que Nise da Silveira não revolucionou a psiquiatria. Por mais que seu trabalho tenha sido divulgado amplamente no campo da cultura, incluindo-se aí artes visuais, literatura, teatro e cinema, a área médica permaneceu, e ainda permanece, alheia a suas ideias. Para dar conta desse fato, é preciso delinear uma genealogia da psiquiatria rebelde à luz dos particulares contornos que ganharam os saberes *psi* no período se sucedeu à Segunda Guerra Mundial, estabelecendo-se na articulação entre a psiquiatria, a economia capitalista e as políticas públicas, atravessando e coincidindo com o próprio período de configuração do Mundo Nise.

Quando Nise da Silveira começou a lançar sua proposta de trabalho, em meados da década de 1940, a psiquiatria brasileira alcançava o apogeu de sua era científica, iniciada nos primórdios republicanos do mesmo século. Combinava-se de maneira peculiar a tradição organicista do saber médico com a psicanálise emergente, no intuito de empreender um processo civilizatório para a nação brasileira, no horizonte da eugenia, do higienismo e da educação (Russo, 2000; Venancio, 2007). Viu-se como as causalidades biológicas e hereditárias eram então acionadas para explicar a desordem social e para tratar as doenças mentais, evidenciando o primado do fisicalismo⁵⁵.

Desde então, o mundo *psi* passou por uma série de transformações significativas. A partir da década de 1950, o fenômeno da *psicologização* começava a se tornar mais intrincado com o surgimento dos primeiros cursos de psicologia nas universidades e das primeiras sociedades brasileiras de psicanálise (Duarte, 2005), desafiando o monopólio da especialização médica. A nível internacional, o fim da Segunda Guerra Mundial parecia declarar o declínio das teorias eugênicas. Sobretudo no curso dos anos 1970, o vocabulário psicanalítico passava progressivamente a configurar-se como linguagem social entre as camadas médias urbanas das grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, centros irradiadores de modernidade no país (Russo, 2002). As problemáticas da subjetividade e da vida íntima passavam a figurar cada vez mais nas agendas de transformação social. O indivíduo, a juventude, a família, as questões de gênero e sexualidade, temas caros à teoria psicanalítica, encontravam nas manifestações contraculturais urbanas visível território de reprodução (Velho, 2009).

Vê-se que o trabalho de Nise da Silveira, se esteve longe de ser um mero subproduto desse momento de psicologização, o mesmo foi, no mínimo, acompanhado de uma complexificação do campo *psi* e de um progressivo *boom* da psicanálise, no qual proliferavam uma série de outros atores e saberes comprometidos com o estudo do inconsciente. Nise da Silveira certamente se envolveu nas tramas desse fenômeno, sobretudo através de seus espaços de transmissão de conhecimento, pelos quais transitavam psicanalistas (e interessados por psicanálise) de distintas formações. Entretanto, não deixava de manter, ao mesmo tempo, uma posição divergente e singular, caso comparada a suas dimensões mais oficiais, se aproximando antes de sua difusão no âmbito da cultura popular. Isto porque Nise, como já visto, evitou ao máximo a via

⁵⁵ Pode-se citar, como tributárias desse contexto, a criação da Liga Brasileira de Higiene Mental (1923), programa de intervenção no espaço social com características marcadamente eugenistas e, mais tarde, a institucionalização do Serviço Nacional de Doenças Mentais (1941), organizada no contexto de um processo de modernização, centralização e nacionalização da assistência mais ampla em saúde.

institucional, não ingressando em nenhuma escola psicanalítica brasileira ou internacional, e tampouco formando a sua própria. Desinteressava-se por trabalhar com consultas particulares. Seu trabalho limitou-se à manutenção de grupos de estudos que não ofereciam nenhuma certificação. Alguns deles sequer eram institucionais, como o de sua residência.

Deve-se destacar ainda o próprio estatuto de formação em psiquiatria de Nise da Silveira. Embora tenha obtido seu diploma em uma reconhecida universidade, Nise, salvo pontuais publicações em periódicos científicos, não prosseguiu no meio acadêmico. Era chamada de *Doutora* no sentido genérico que se atribui aos profissionais na graduação médica no Brasil (e, também, certamente, por seu caráter imponente), mas jamais ingressou em um curso de pós-graduação:

"Nise era chamada por todos, desde nova, de 'a Doutora' - porém mostrava-se basicamente não acadêmica, além de desprezar títulos e rótulos. E quando chegava alguém com discursos e propostas repletas de formalidade e academicismo, a primeira coisa que Nise sugeria é que a pessoa lavasse a cabeça com 'shampoo de coquinhos' e esfregasse bastante - numa de suas alusões nordestinas - para livrar-se das influências acadêmicas e do ranço universitário" (Horta, 2008, p. 14).

Preferiu, diversamente, realizar seus estudos por conta própria. No seio destes, empreendeu misturas certamente impuras, a começar por seu apreço pela psicologia de Jung que, como apontam seus grandes historiadores (Shamdasani, 2003; Clarke, 1993), era considerado por muitos uma espécie de místico e charlatão. Essa opção também contrastava com o freudo-marxismo e mais tarde, o lacanismo, linhas predominantes no Brasil. A escolha pelas correntes marginais do pensamento ocidental, entre elas a filosofia de Spinoza e o teatro de Artaud, intensificavam sua própria marginalidade. Assim como esses autores, Nise da Silveira nunca chegou a tornar-se bibliografia obrigatória em cursos de medicina ou de psicologia nas universidades.

Esses fatos se relacionam com aquilo que Luiz Fernando Dias Duarte (2004) chamou de *pulsão romântica do Ocidente*. Trata-se da recorrência e da sistematicidade daqueles movimentos de contraposição aos valores hegemônicos da modernidade, extrapolando sua forma histórica mais nítida, consubstanciada na contenda entre o iluminismo e o romantismo. Os valores implicados na resistência ao racionalismo ilustrado – sensibilidade, subjetividade, criatividade, espontaneidade, espírito, fluxo,

experiência, pulsão, vida, totalidade, singularidade – se fazem presentes até os dias atuais, embora sempre na condição hierárquica em que o termo reativo, ao mesmo tempo que contíguo ao dominante, permanece na condição subordinada.

Nise da Silveira foi um baluarte do eterno retorno dos valores românticos, sobretudo daquele emergente no período subsequente à Segunda Guerra Mundial, em que ganhou forma nas agitações contraculturais em todo o mundo ocidental (Campbell, 1987). Em edição da revista *Rádice*, encontra-se uma curiosa entrevista em que Nise da Silveira é indagada sobre a conotação romântica de seu pensamento. Sua resposta é certa: “*Mas e daí ser romântico? O romantismo não será uma contracorrente ao excesso de racionalismo*”? (Silveira [1976-1977] 2009, p. 67). Essa direção, se distanciava o trabalho de Nise da Silveira dos saberes oficiais, a aproximava das artes e do cenário de vanguarda vigentes no período; e antecipava, como se verá mais adiante, uma profusão de terapêuticas alternativas que começaram a surgir no final dos anos 1970 como reação à psicanálise (Russo, 1993; 2001).

Como disse a cantora Elke Maravilha, sua amiga pessoal, Nise misturava seu projeto científico e sua luta política à imagem de uma bruxa:

“Nise da Silveira era uma grande romântica, com o amor que ela tinha, que poucas pessoas, de fato, possuem foi alguém que sabia o que era amar. Por isso, ela lutava, brigava. Muitas vezes, amar é entrar em confronto, xingar se for preciso e ela fazia isso. Nise queria consertar um estado de injustiça, trazer à tona a fragilidade dos conceitos médicos sobre as perturbações mentais, mostrar que o sistema ortodoxo precisa ser revisto (...) Nise era uma bruxa muito poderosa, talvez por isso tenha ido embora no dia das bruxas. Agora eu saquei por que ela se apaixonou pelos loucos e pelos gatos” (Maravilha, 2001, p. 93).

Em conversa com Marco Lucchesi, fui tomado a remar contra a maré...

FM – Na introdução de *Cartas a Spinoza*, você faz a apresentação e fala que Nise, como Spinoza, pertencia à contracorrente. Na fotobiografia do Lula, ele pega um manuscrito da Nise, em que também aparece o termo contracorrente. O que seria essa contracorrente? Por que ela a propõe? Contra quê?

ML – “É mais ou menos como aquele poema, “Vai, Carlos, ser gauche na vida”⁵⁶. Mas o que eu acho interessante de ela se colocar na contracorrente dos fatos, de ter uma coragem quase quixotesca, com o exército de Brancaleone, é que ela não ficou apenas na contracorrente, como gauche. Ela tinha uma formação ligada ao marxismo, era obviamente um importante patamar. Mas a Doutora Nise não ficava na contracorrente só como a gente pode identificar, como certas caretas, formas de vestir, atuar, como ‘slogans’... É um problema que pode atingir a esquerda mais responsável, de você achar que basta uma palavra...

Não. É uma contracorrente com muitos resultados empíricos, de grande intensidade e repercussão.... Ela entendia que o capitalismo é devastador, que não é bom para a saúde. Realmente é destrutivo sob todas as formas, coisa que ninguém quer ouvir hoje na Desrepública em que vivemos. Isso é um horizonte de compreensão, um horizonte epistemológico importante, mas não é suficiente quando é preciso tratar um indivíduo. A impressão que eu tive é que de fato ela estava na contracorrente, mas uma contracorrente que aprofundou o processo. Uma contracorrente que aprofunda e constitui, que não só, digamos, desmonta ou faz uma desconstrução. Ela reedifica. Uma contracorrente iluminada com um programa muito claro de ação. É contracorrente, como Basaglia foi na antipsiquiatria, mas não da mesma forma”...

FM – É interessante essa comparação com o Basaglia. Sempre penso que o Basaglia deu um nome àquilo que fazia, que era uma “psiquiatria democrática”. A Doutora Nise nunca intitulou propriamente...

ML – “Exatamente”.

FM – Poderia ser uma psiquiatria rebelde, como aparece às vezes, de forma fluida, mais prática.

ML – “Exatamente, muito bom. Nos anos 1950, a psiquiatria estava ainda querendo se constituir. Não só pela prioridade temporal, não é um campeonato de saber, quem chega antes ou depois. Uma das questões da sua tese já está bem interessante: o fato de não ter nomeado, de não ter uma bandeira mais ampla”.

A referência a Basaglia me levou a um tema caro à vida de Nise da Silveira: sua paixão pela Itália, país que ela pôde visitar mais de uma vez enquanto estava na Europa. Mais tarde, no final de sua vida, já na cadeira de rodas e impossibilitada de viajar, brincava com Lucchesi de enviar correspondências fictícias dessa terra ancestral. Esse

⁵⁶ Referência ao *Poema de Sete Faces*, de Carlos Drummond de Andrade (1930).

material foi, depois de sua morte, compilado no livro *Viagem a Florença*. Mas de onde vinha essa paixão?

ML – *“Hoje como eu compreendo a Itália para a Doutora Nise, era essa perspectiva totalizadora do renascimento. Os grandes nomes do renascimento, Giordano Bruno, Galileu Galilei, Paracelso, todas aquelas figuras que estavam na contracorrente - para retomar a ideia - que ao mesmo tempo mexiam com as coisas mais racionais, e com as mais irracionais, do inconsciente. O renascimento, para a Doutora Nise – além do vigor intrínseco da palavra, que representava a passagem alquímica da morte para o novo nascimento – era essa ideia do total, e da estética”*.

FM – Uma associação que sempre faço, explícita ou implícita, é o pensamento da Nise com o romantismo, alemão principalmente. O monismo cósmico...

ML – *“Certamente, não há dúvida. Uma ideia não exclui a outra, se complementam”*.

FM – Talvez exista até uma continuidade...

ML – *“Certamente. Por exemplo, o romantismo cósmico, mas também o romantismo da irracionalidade, do ponto de vista positivo do termo. A ideia do que está além da razão e aquém da razão. O próprio inconsciente de Hartmann, antes de Nietzsche; Novalis, a ideia de uma noite sem fronteiras. Acho que isso faz muito sentido com esse renascimento sujo, não ascético. São duas formas de conhecimento ‘sujas’ entre aspas – formas maravilhosas, nesse caso; ricas, não positivistas, não iluministas”*.

Nise e a reforma psiquiátrica

Entre o final da década de 1970 e o início dos anos 1980, o horizonte de crítica da psiquiatria passou a alcançar resultados a nível mais amplo. Iniciou-se então um conjunto de transformações políticas, institucionais e culturais comumente conhecido sob a alcunha de “reforma psiquiátrica”. Como resumem autores (Amarante, 1995; Delgado, 2011; Tenório, 2002), dito programa teve como objetivos e estratégias o questionamento e a elaboração de propostas de transformação do modelo clássico da psiquiatria. Surgido no Brasil já no final da década de 1970, no contexto da redemocratização e da reforma sanitária, e sendo capitaneado sobretudo pelo Movimento de Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), teve como alvo o sistema nacional de saúde mental e a crítica estrutural ao saber e as instituições psiquiátricas, sob o lema *Por uma sociedade sem manicômios*. No final dos anos 1980, ganhou forma sobretudo a

partir do surgimento dos primeiros CAPs – centros de atenção psicossocial – e da entrada em vigor do projeto de lei do deputado Paulo Delgado (PT/MG) – aprovado somente em 2001 – propondo a regulamentação do direitos das pessoas acometidas por transtornos mentais, assim como a progressiva extinção dos manicômios no Brasil.

Pode-se definir a reforma psiquiátrica brasileira como um movimento caracterizado pela tentativa de reformulação dos ditames do *poder tutelar* que, tal como descrito por Antonio Carlos de Souza Lima (2002), define-se pelo estabelecimento de vínculos assimétricos entre o Estado e distintas populações tais como índios, menores, migrantes, refugiados e como já proposto por alguma bibliografia, loucos (Castel, 1978, 1986; Silva, 2011). O funcionamento da lógica da tutela se verifica sobretudo através da identificação, nomeação e delimitação de segmentos sociais considerados destituídos das capacidades plenas necessárias à vida cívica. No caso da administração pública estatal voltada para a saúde mental, esta se baseia na presunção de vulnerabilidade das pessoas em sofrimento psíquico e da fabricação de distintas modalidades de intervenção. Se, na lógica psiquiátrica clássica (alienista e, mais tarde, combinada ao organicismo), estas se baseavam na combinação entre internações e operações físico-químicas, a partir da reforma passam a residir principalmente na criação de serviços substitutivos de atenção psicossocial, destinados a transformar o pertencimento dessa população discreta à comunidade através do repto da cidadania, da autonomia e da criação de laços sociais envolvendo a família e o território, em oposição à produção de estigma e de exclusão.

Comece-se pelo apontamento de algumas disparidades entre o trabalho de Nise da Silveira e esse fenômeno. Já foi pontuado em que medida seu projeto médico-científico antecedeu em décadas os primeiros movimentos sociais engajados na crítica ao modelo hospitalocêntrico, sobretudo a partir da criação da Casa das Palmeiras, motivada sobretudo pelo alto índice de reinternações e pela busca de um ambiente de atendimento extra-institucional. Não obstante, a luta da psiquiatra rebelde nunca foi propriamente pelo repto do estatuto de *cidadania* das pessoas portadoras de transtornos mentais sob a égide da linguagem dos direitos humanos. No cerne de seu projeto, compartilhou um questionamento das condições abjetas dos hospitais e dos próprios saberes e práticas psiquiátricos, considerados violentos e ineficazes. Contudo, apresentou antes a preocupação pelo desenvolvimento de um método terapêutico particular dedicado à investigação sistemática do inconsciente e de um saber voltado ao escrutínio da natureza humana. Dita orientação, como já explicado, não logrou

consolidar-se como política pública a nível nacional, restringindo-se à malha doméstica das instituições niseanas.

Em investigação prévia (Magaldi, 2014), foi conferida grande ênfase a essa diferenciação. Sobretudo, chamou-se a atenção para o fato de Nise da Silveira ter se tornado uma referência para alguns estudiosos e engajados na Reforma Psiquiátrica, que lhe atribuem um estatuto de precursora. Aparecem nessas citações (i. e. Bezerra Jr., 1994; Delgado, 2011) a descrição da Casa das Palmeiras como uma espécie de preâmbulo dos centros de atenção psicossocial, assim como a sugestão de que o contato entre Nise da Silveira e o anti-psiquiatra inglês Ronald Laing, que chegou a visitar o MII durante a ditadura militar no Brasil, teria antecipado o trabalho da médica alagoana em relação à luta antimanicomial surgida no período da redemocratização. Considerou-se, entretanto, que tais leituras podem ser problemáticas.

Walter Melo (2007), maior acadêmico da psicologia dedicado ao estudo da obra de Nise da Silveira, lançou severas críticas ao modo através do qual a memória da médica tem sido construída por parte do que chamou de seus *(per)seguidores*. De acordo com o autor, a repetição das histórias de Nise da Silveira têm o negativo efeito de torná-la um ser predestinado e a-histórico, ou mais precisamente, um *ícone*. O tempo transforma-se num ciclo que se fecha e se explica sobre si próprio, isto é, torna-se um *tempo mítico*. A médica passa a ser enaltecida como *pioneira* na crítica aos métodos de tratamento da psiquiatria clássica, sem levar em consideração alguns conflitos. Neste sentido, sustenta o autor:

“A lembrança do nome de Nise da Silveira frequentemente vem associada ao pioneirismo na humanização do asilo e nas ideias da reforma psiquiátrica. A ênfase na ideia de pioneirismo sugere uma identidade entre práticas e saberes díspares. É como se os trabalhadores de saúde mental contemporâneos dissessem: “O importante trabalho que fazemos atualmente já era feito há muito tempo por Nise da Silveira, mesmo que ela não soubesse disso”. Estranha forma de conduzir a história de maneira a-histórica” (Melo, 2007, p. 110).

A maior demonstração das silenciadas assimetrias entre as propostas do projeto médico-científico de Nise da Silveira e aquela subsequentemente delineada no curso da reforma psiquiátrica reside na forma na qual esta têm aplicado práticas artísticas e culturais em seu escopo. No intuito de cumprir o ímpeto de transformar as relações

entre a sociedade e a loucura, oficinas de arte e artesanato têm sido empregadas em serviços substitutivos de todo o país. Acrescem-se a estas o surgimento de blocos carnavalescos, grupos musicais e produções cinematográficas que surgem para reforçar a luta pela cidadania das pessoas acometidas por sofrimento psíquico (Bezerra Jr., 2007). Como demonstra uma significativa bibliografia, estes projetos não possuem em seu escopo a ideia de tratamento. Diversamente, destinam-se à geração de renda e à autonomia dos usuários da rede de saúde mental, assim como à circulação desse universo para outras dimensões sociais (Reinheimer, 2012). A vertente terapêutica e científica proposta no pensamento niseano é, assim, obliterada, assim como, de modo geral, quaisquer vertentes de orientação clínica. Em outras palavras, embora Nise da Silveira seja um ícone para os atores vinculados à RP, isto não significa que suas propostas sejam, na prática, aplicadas em seus projetos. A psiquiatra Marcia Leitão da Cunha, ex-diretora do MII, sublinha esta problemática:

"Os conceitos introduzidos por Nise da Silveira, décadas atrás, ainda não foram totalmente absorvidos no meio psiquiátrico. Nos dias de hoje, muita gente divulga o modelo antipsiquiátrico - que defende a abolição da internação e dá ênfase à ressocialização dos doentes - e afirma que os atuais centros de tratamento foram criados a partir do trabalho e dos conceitos propostos pela Dra. No entanto, na realidade, não há identidade entre ambos, sendo coisas totalmente distintas. Na política de saúde mental brasileira, fala-se em instituições psiquiátricas 'abertas' como uma continuidade do que se desenvolve na Casa das Palmeiras, fundada por Nise - (onde prevalece a produção plástica (em pinturas, desenhos, esculturas...) seguida do estudo das imagens oriundas do inconsciente e da valorização da individualidade do doente. Entretanto, verificamos que isso não acontece na prática da política denominada antimanicomial no país. Há mesmo quem prefira citar, como referência, para este modelo, autores europeus" (Cunha, 2008, p. 16).

Assim, a efetivação da transformação dos serviços assistenciais no Brasil não deve levar a crer na vitória plena do plano de trabalho da médica, por mais que ela tenha se tornado um objeto de homenagens. Não obstante, a relação entre Nise da Silveira e a reforma psiquiátrica é marcada tanto por discontinuidades quanto por continuidades. Por mais que a evocação de sua figura corra o risco de um certo engessamento – e esta é uma ponderação referente à presente pesquisa, mais do que à anterior (Magaldi, 2014) – isto não significa que não deva ser levada a sério ou que não tenha efeitos concretos. A

Nise reformista é mais uma variação possível a habitar o campo da produção de memória da médica alagoana, e pode surgir no intuito de criar conexões criativas. Exemplo disso é a afirmação habitual da parte dos continuadores de sua obra de que seu trabalho está em conformidade com a luta antimanicomial; assim como a participação de alguns personagens presentes em ambos os contextos, como é destacadamente o caso de Milton Freire. Há, assim, porosidades, embora nada garanta a permanência das proposições niseanas no âmbito das políticas públicas.

Nise e a sociedade farmacológica

Por fim, a década de 1980 aparece como ponto nevrálgico não somente da luta pela desinstitucionalização dos dispositivos hospitalares de gestão da loucura, mas também da ascensão da chamada *segunda psiquiatria biológica*. De acordo com Fabrizio Meloni (2011), dito fenômeno surge na esteira de uma *segunda onda naturalista*, destinada a reformular a interseção entre evolucionismo, positivismo e darwinismo constitutiva do naturalismo do século XIX. Em seu escopo, inclui-se a ascensão de tecnologias e saberes – destacadamente a genética comportamental, as ciências neurocognitivas, as sociobiologia e psicologia evolucionária – dispostos a tornar os humanos objetos naturais. O efeito específico dessa virada no âmbito dos saberes *psi* é o declínio relativo da psicologização em favor de uma concepção de pessoa delineada não mais em referência a um enigmático mundo interno radicado em cada indivíduo, mas à materialidade biológica tornada visível através das tecnologias neurocientíficas.

Eis a emergência triunfal do *sujeito cerebral*, figura antropológica que encarna a ideia de que o humano pode ser essencialmente reduzido a seu cérebro (Ortega & Vidal, 2007). Nessa configuração, a psicanálise é varrida dos recentes manuais estatísticos e diagnósticos de transtornos mentais, agora sobremaneira preocupados com os substratos físico-químicos dos fenômenos de adoecimento. A psicofarmacologia desponta então como modelo terapêutico hegemônico em uma drástica expansão da produção, da distribuição e do consumo dos neurolépticos, alcançando o ápice de um processo que se desenvolvia desde a década de 1950⁵⁷. A individualidade passa a ser compreendida cada vez mais em termos somáticos e moleculares (Rose, 2003), concebendo o sujeito como

⁵⁷ Há uma certa unanimidade entre os historiadores da psiquiatria em apontar para 1952 como ano inaugural da moderna era psicofarmacológica. Costuma-se sublinhar a sintetização do primeiro antipsicótico, a clorpromazina, bem como, em menor medida, a do primeiro antidepressivo, a imipramina, surgido três anos depois (Pignarre, 1999). Maior atenção a esses fatos é conferida no próximo capítulo.

um epifenômeno biológico. Isto não significa que a visão de mundo psicológica tenha sido completamente eliminada, mas que frequentemente ela deva buscar respaldo nas ciências naturais para sua comprovação (Bezerra Jr, 2007).

O comprometimento entre a psicofarmacologia e a rebiologização do campo psiquiátrico a partir da década de 1980 aparece sobretudo em estudos dedicados às transformações do DSM, o *Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais* da Associação Americana de Psiquiatria, de considerável influência internacional, cujo propósito consiste em elaborar um sistema classificatório universal. Marta Henning (2000), por exemplo, destaca que as duas primeiras versões do DSM (1952 e 1968, respectivamente) apresentam uma conceituação psicossocial da doença mental, a qual se caracteriza pelo uso de vocabulário psicanalítico, referente à natureza simbólica dos sintomas psiquiátricos. Em 1980, com a edição do DSM-III, passa a evidenciar-se uma crítica à imprecisão classificatória e à ineficácia terapêutica relacionadas aos conteúdos dos manuais anteriores. Tal denúncia, segundo a autora, justifica a implantação de um novo sistema nosográfico, caracterizado pela predominância de uma concepção fisicalista, subjacente a uma leitura descritiva dos “sintomas” em detrimento de contexto psicossocial, igualmente indissociável de uma administração farmacológica considerada “eficiente”. Essa orientação enseja a definição de “transtornos” a partir da alteração química dos comportamentos, ancoradas no postulado de um substrato biofisiológico. Nesse sentido, a atividade diagnóstica torna-se homogênea e universal, aplicável a qualquer parte do mundo.

Tais transformações têm sido descritas por alguns autores, sobretudo comprometidos com o campo da psicanálise, a partir de uma perspectiva crítica. Benilton Bezerra Jr. (2007), por exemplo, aponta para a contribuição dos movimentos contraculturais dos anos 1960, sobretudo no que tange ao intervencionismo biológico e às concepções organicistas das doenças mentais, entendidas como repressivas e alienantes. Destaca, desse contexto, trabalhos como os de Michel Foucault (*A História da Loucura*) e de Erving Goffman (*Manicômios, Prisões e Conventos*), responsáveis pela denúncia do manicômio enquanto instituição de controle, contribuindo para uma concepção humanista e psicossocial da loucura, que posteriormente também inspiraria os movimentos pela reforma psiquiátrica. Entretanto, o autor aponta para uma progressiva mudança de quadro nos últimos quarenta anos, na qual a biologia torna-se hegemônica como ciência de base para a psiquiatria, eliminando de seu âmbito as

contribuições da psicanálise e da fenomenologia. Nessa configuração, a subjetividade passa a ser entendida segundo os ditames de um materialismo reducionista, que encontraria na psicofarmacologia seu dispositivo mais evidente.

Do ponto de vista desta pesquisa, pode-se entender a ascensão da psicofarmacologia como dispositivo terapêutico na psiquiatria contemporânea como parte de uma nova biopolítica na qual uma série de artefatos sócio-técnicos – próteses, vacinas, anabolizantes, implantes, transplantes, enxertos, órgãos “artificiais” – passam progressivamente a constituir e serem constituídos através de organismos individuais e de populações em uma escala jamais vista, tendo como estandarte mais evidente a promessa de aperfeiçoamento e reconfiguração constante da espécie humana. Nessa configuração, a biomedicina passa cada vez mais a incluir em seu escopo de intervenção uma série de “problemas” e “desvios” anteriormente desconsiderados de sua égide (Conrad, 1992). A perspectiva biomolecular passa a se estender tanto sobre procedimentos clássicos da medicina clínica quanto sobre as modalidades terapêuticas ditas “alternativas”, que frequentemente passam a buscar respaldo para sua legitimidade em termos de propriedades funcionais e codificações genéticas (Rose, 2013; Clarke et al., 2010).

Viu-se aqui como os primeiros momentos do trabalho de Nise da Silveira no Engenho de Dentro envolveram-se sobretudo na luta contra os novos procedimentos psiquiátricos surgidos no período de sua prisão e exílio, tais como a eletroconvulsoterapia, as psicocirurgias e a insulino-terapia. É verdade que, desde então, essas técnicas foram sendo, se não totalmente extintas, pelo menos progressivamente abandonadas. A lobotomia, em particular, foi acusada de provocar graves sequelas em seus pacientes e rapidamente alçada ao estatuto de erro médico, embora tenha ressurgido recentemente, no século XXI, em hospitais psiquiátricos do interior de Goiás (Melo, 2009). A eletroconvulsoterapia permaneceu no escopo de práticas da medicina psiquiátrica, sendo hoje, segundo seus defensores, uma técnica menos agressiva, aplicada com os devidos cuidados anestésicos, além de contar com um suposto maior consentimento do paciente (Varella, 2012).

Tais transformações, entretanto, não se deram exclusivamente por conta do triunfo de propostas como a da médica alagoana, engajadas na criação de ambientes terapêuticos baseados em relações afetivas e atividades expressivas. Diversamente, foi também e em grande medida devido ao progressivo uso de fármacos psicotrópicos

como tecnologia de tratamento que aquelas intervenções se tornaram ultrapassadas, sendo progressivamente substituídas. De acordo com Perrusi (2010), a reforma psiquiátrica brasileira é plenamente integrada pela disseminação do recurso dos psicofármacos, o que pode ser corroborado pelo aumento vertiginoso nos gastos de recursos federais destinados ao pagamento de medicações “antipsicóticas atípicas”, valores excessivamente altos, se aproximando do custeio federal para toda a rede CAPS. Segundo o autor, por outro lado, o uso de psicotrópicos na reorganização dos serviços assistenciais produziu um processo de diferenciação na clientela psiquiátrica, que não precisa mais ser identificada como reclusa no asilo, produzindo internações intermitentes (com duração limitada) e possibilitando a boa parte dos pacientes o uso de serviços extra-hospitalares.

Nise da Silveira reconheceu esse fato, que foi se desdobrando concomitantemente à sua própria carreira. Em “O Que É a Casa das Palmeiras”, ela admite permitir a aplicação de medicamentos em seus projetos: “*É utilizado, quando necessário, e isso é raro, o uso de psicotrópicos em doses reduzidas e individualizadas*” (Silveira [1986] 1996, p. 82). Entretanto, lamenta que esse dispositivo tenha se tornado hegemônico de uma maneira nociva. Em *O Mundo das Imagens* (1992), Nise da Silveira manifesta a mesma crítica, fazendo menção ao que chama de *quimioterapia*, método que teria substituído seus predecessores progressivamente a partir da década de 1950, acusando seus efeitos colaterais, como o entorpecimento das funções psíquicas. “*O problema agora era reduzir ou anular as manifestações delirantes e as expressões motoras que as acompanhavam. Estavam criadas camisas de forças químicas. Paz nos hospitais psiquiátricos!*” (Silveira, 1992, p. 13). Embora não tenha descartado de forma absoluta a psicofarmacologia como ferramenta terapêutica, a médica manifesta sua grande desconfiança em relação a mesma: “*O tratamento por meio de substâncias químicas controla os sintomas, mas não os cura (...). A verdadeira terapia consistiria em facilitar a cura, fornecendo ao indivíduo uma atmosfera de apoio emocional*” (ibid.).

Vê-se assim que, na perspectiva de Nise da Silveira, a articulação entre o fisicalismo e a violência não foi superada na psiquiatria contemporânea. Ao contrário, se manteve, de maneira ainda mais reprodutível, e apenas aparentemente mais sutil. Esse fenômeno é, como antes, verificado na prática, através de observações hospitalares entre seus próprios pacientes. “*E como se sentem os doentes submetidos a essas drogas? Queixam-se de entorpecimento das funções psíquicas, dificuldade de tomar*

decisões, sonolência permanente (...) redução ou perda total da capacidade criativa” (ibid.).

Nise observa ainda o vínculo perigoso entre a ascensão da psicofarmacologia e os logros da reforma psiquiátrica, sustentando que não foi obtida nenhuma mudança significativa quanto ao número de internações após a ascensão da era dos medicamentos. *“O entusiasmo pela redução do tempo de internação, graças ao controle dos sintomas sufocados pelos neurolépticos, revela-se ilusório se detidamente estudado.”* Atribui a difusão desse fenômeno a fundamentos capitalistas: *“a indústria da loucura é uma lucrativa aplicação de capital. As poderosas multinacionais produtoras de psicofármacos bem o demonstram* (ibid.,p, 14).

Por fim, Nise faz uma declaração fundamental, deixando entrever a conexão esboçada neste capítulo entre o funcionamento das instituições e saberes psiquiátricos e as matrizes biopolíticas de distinção entre os corpos. De seu ponto de vista, a psiquiatria contemporânea, em suas múltiplas tentativas reformistas, não teria logrado por completo o deslocamento proposto por seu trabalho, conservando a distância entre doentes e terapeutas, ainda que quebrando parcialmente o regime fechado. A verdadeira transformação, de seu ponto de vista, teria um princípio totalmente diverso: *“a abolição total dos métodos agressivos e do regime carcerário, e a mudança de atitude face ao indivíduo, que deixará de ser o paciente para adquirir a condição de pessoa, com direito a ser respeitada”* (ibid., p.14).

Esse diagnóstico, se levado às suas últimas consequências, poderia parecer fatal para a continuidade da psiquiatria rebelde. Qual seria o lugar das atividades expressivas na era da multiplicação da indústria das pílulas, articulada ao sistema público de saúde? Qual seria o lugar das imagens do inconsciente no contexto de proliferação das imagens do cérebro? Qual seria o lugar dos inumeráveis estados do ser diante de um mapa nosográfico cuja escala parece se alterar ao ponto de coincidir cada vez mais com a geografia da subjetividade? O lamento aparece nas próprias palavras de Nise:

“A grande onda obscurantista que invadiu a psiquiatria atual através dos neurolépticos fabricados pelos laboratórios multinacionais e ministrados nos hospitais foi sufocando o exercício das diferentes atividades criadoras que caracterizavam os setores ocupacionais. Assim, foram varridos do hospital os vários setores ocupacionais da STOR. Apenas conseguimos manter o ateliê de

pintura, origem do museu, e algumas oficinas de apoio anexas às atividades plásticas (ibid. p. 19).

Seria essa corrente dominante tão forte a ponto de eliminar por completo a mais tênue força da contracorrente? Seria o fim do Mundo Nise?

CAPÍTULO 4

ESCATOLOGIA

“There seems to be something like a Gresham’s law of cultural evolution according to which the oversimplified ideas will always displace the sophisticated and the vulgar and hateful will always displace the beautiful. And yet the beautiful persists.”

(Gregory Bateson)

O hospital e o remédio

Mario Pedrosa não foi o único crítico de arte a se aproximar de Nise da Silveira em sua prática profissional. Por intermédio deste, outra importante figura a atravessar sua vida e obra foi o também escritor e dramaturgo Ferreira Gullar. Em entrevista, Nise o descreve como um “*grande aliado*”, chamando a atenção para seu apreço particular pela obra de Emygdio de Barros: “*Ele quer escrever um livro sobre Emygdio, que ele considera o maior pintor brasileiro*” (Silveira [1992], 2009, p. 164). Embora esse projeto específico nunca tenha se concretizado, Gullar contribuiu de outras formas para a manutenção do trabalho da médica alagoana. Quando de sua aposentadoria compulsória, envolveu-se diretamente na fundação da Sociedade de Amigos do Museu de Imagens do Inconsciente, junto à educadora Zoé Chagas Freitas. Ademais, em meados da década de 1990, quando Nise ainda era viva, Gullar publicou o primeiro livro escrito sobre seu trabalho, contando com a reedição de alguns de seus principais textos dispersos, além de uma larga entrevista inédita, realizada poucos anos antes de seu falecimento. *Nise da Silveira – Uma Psiquiatra Rebelde* (Gullar, 1996) incluiu ainda uma significativa introdução assinada pelo próprio autor, na qual este faz menção a algumas transformações pelas quais passou a psiquiatria ao longo do século XX.

No texto, Gullar chama a atenção, em primeiro lugar, para a luta travada pela psiquiatra rebelde em relação aos novos métodos de tratamento surgidos durante seu período de exílio, quais sejam, choque elétrico, o choque insulínico e de cardiazol. Segundo o autor, essas operações teriam sido criadas para possibilitar ao esquizofrênico o reencontro com a realidade e o reestabelecimento do encadeamento de ideias em seu nível normal. Entretanto, apesar das boas intenções implícitas nessas técnicas, sua aplicação ensejaria uma grave consequência: “*O que isso significava como violência*

contra o doente não era levado em conta ou, pelo menos, não impedia que se prosseguisse com a violência” (Gullar, 1996, p. 8). Essas operações seriam, ao fim e ao cabo, produto de uma visão médica deformada, que subestimaria a complexidade do ser humano, ensejando a aceitação de atos violadores. Seu ápice seria encontrado na prática da lobotomia que, segundo o autor, constituía *“uma mutilação do cérebro do doente com o propósito de anular aquela complexidade e transformá-lo em vegetal”* (ibid).

Entretanto, ao tratar da descoberta das drogas neurolépticas, Gullar pondera, admitindo que não se pode ignorar que estas assinalaram um avanço no tratamento da esquizofrenia, quando aplicadas de maneira correta: *“Graças a esses remédios, as clínicas psiquiátricas deixaram de ser sucedâneos de prisões, com camisas de força e solitárias, para se tornarem lugares agradáveis, abertos, com salas de jogos, até mesmo, em alguns casos, piscinas, campos de esporte, teatro, cinema, restaurante”*. Ao mesmo tempo, reconhece que é preciso registrar a exploração comercial da loucura, *“responsável pela manutenção em muitos casos de clínicas fechadas, sufocantes, onde o doente é tratado por pessoas sem especialização e nem mesmo compreensão de seu estado”*. Seriam exemplos antigos hospitais públicos mantidos pelo Estado, como a Colônia Juliano Moreira, os quais *“se transformaram em verdadeiros depósitos de loucos, onde os doentes vivem em condições abjetas”* (ibid.)

Os referidos argumentos de Gullar, escritos por volta da década de 1990, condensam de maneira excepcional a problemática que se imprime nas atuais configurações do Mundo Nise⁵⁸. Trata-se de sua inscrição em uma psiquiatria marcada não mais pela aplicação indiscriminada de eletrochoques e lobotomias em contexto de internação, mas pela intensa prescrição de medicamentos psicotrópicos, concomitantemente à relativa reorganização dos serviços públicos de assistência em saúde mental. Se há uma chave constante a perpassar a atividade daqueles que hoje dão continuidade às teorias, práticas e políticas de Nise da Silveira, esta se define por uma inquietação em relação às controvérsias dessa nova ordem biopolítica, imprimindo, portanto, uma nova maré às contracorrentes.

⁵⁸ Deve-se atentar, entretanto, que Gullar, pai de filhos esquizofrênicos, é explicitamente contrário à extinção completa dos manicômios, postura que não faz eco ao restante do Mundo Nise, mais reticente ou afim à crítica do modelo hospitalar. Segundo o autor: *“Durante o surto psicótico, a única providência possível é a internação. Nessas condições, a permanência do doente junta com a família é insustentável. Pior ainda, se se trata de famílias humildes, morando em casas mínimas”* (ibid.).

Este capítulo propõe uma imersão etnográfica nessa problemática, com particular ênfase no modo através do qual esta se desdobra no principal estabelecimento do hodierno Mundo Nise, qual seja, o atual Instituto Municipal Nise da Silveira, no Engenho de Dentro. Para os fins deste segmento investigativo, essa especificação resulta útil para intuir, com maior profundidade, as condições nas quais o pilar terapêutico do Mundo Nise existe na atualidade. Qual é a posição dos distintos atores envolvidos na continuidade dos ensinamentos da psiquiatria rebelde diante das referidas mutações da psiquiatria? Como se configuram as relações entre profissionais, pacientes e demais sujeitos na configuração de um sistema de saúde pública no qual uma certa denúncia dos saberes e intervenções atrelados ao *modus operandi* biomédico convive com um inarredável comprometimento com o mesmo? Para responder a essas perguntas, o psicofármaco será aqui tomado como fio condutor de uma vasta trama de críticas e resignações, amalgamando questões relativas à ciência, ao Estado e ao mercado – e questionando, portanto, as próprias fronteiras entre essas instâncias.

Nesse sentido, a proposta contribui para uma abordagem particular da antropologia dos medicamentos, campo de estudos delineado sobretudo a partir da década de 1980. Esse período é concomitante ao momento de grande expansão industrial, comercial e global dos fármacos modernos que, se começaram a se esboçar com a invenção da penicilina nos anos 1930, ganharam maior difusão no segundo pós-guerra. A temática, que já se fazia presente na etnologia clássica através do estudo de farmacopeias e rituais de cura de povos nativos (por exemplo, nas obras de Evans-Pritchard, Lévi-Strauss, Victor Turner, entre outros), encontrou então seu espaço analítico no âmbito da antropologia urbana, envolvendo distintas abordagens (Azize; 2012; Manica, 2012; Castro, 2012).

Entre essas linhas de pesquisa, destacam-se duas que valem ser chamadas à atenção aqui: 1) a abordagem biográfica que, inspirada na formulação de Arjun Appadurai (2008) e de Igor Kopytoff (2008) sobre a vida social dos objetos, propõe o estudo da “vida social dos medicamentos”, envolvendo os distintos regimes de valor implicados nas diferentes etapas de sua circulação, tais como “produção”, “prescrição”, “distribuição”, “uso” e “eficácia” (Van der Geest et al, 1996); e 2) a perspectiva sócio-técnica que, atenta aos processos laboratoriais de testagem e produção farmacológica, tratar de sublinhar a ligação inexorável entre o biológico e o social implicadas nessas práticas (Pignarre, 1999), assim como as múltiplas relações entre humanos e não

humanos configuradas em redes terapêuticas contínuas com e através dos medicamentos (Akrich, 1995; 1996).

Esta análise se constrói através de uma leitura particular e transversal a estas diferentes perspectivas. Compartilha, com a abordagem biográfica, o interesse por seguir o medicamento levando em consideração os diferentes momentos da complexidade e extensão de sua trajetória. Dessa forma, concentra-se mais naqueles relativos a seus momentos finais de uso e de eficácia, e menos naqueles concernentes à sua fabricação ou a outras fases limítrofes, tais como publicidade e regulamentação. Esta opção se estabelece tanto por questões relativas ao imperativos de limitação da pesquisa empírica quanto por sua própria pergunta fundamental dirigir-se sobretudo ao entendimento das hodiernas formas de gestão da loucura desenvolvidas sob a égide das propostas de Nise da Silveira, envolvendo terapeutas, pacientes e sua rede mais estrita de relações. Destarte, o que se procura realizar aqui é uma etnografia do fármaco no âmbito do hospital psiquiátrico, e não tanto na indústria ou no laboratório.

Por outro lado, diversamente à abordagem biográfica, busca-se aqui evitar a concepção do fármaco como uma “construção cultural” que atribui significados a um objeto dado. O problema desta linha de estudos é a suposição de estabilidade ontológica desses elementos, balanceada apenas pela impressão de diferentes representações a eles exteriores. Diversamente, aproxima-se das leituras subsequentes, as quais, buscando pôr entre parênteses dualismos como sujeito e objeto, sugerem que o medicamento não pode ser definido *a priori*, constituindo antes um feixe heterogêneo e complexo de relações, a partir do qual se engendram distintas noções de saúde e enfermidade. As dimensões técnicas, experimentais e materiais caras à perspectiva sócio-técnica, não obstante, também extrapolam o escopo principal deste estudo.

Trata-se aqui de entender, como sugeriu Eduardo Viana Vargas (2008) a propósito da genealogia das “drogas”, que as substâncias envolvidas nas muitas situações aqui apresentadas permanecem indeterminadas até que se reportem aos agenciamentos que as constituem enquanto tais. Esta noção permite que se entenda o medicamento psicotrópico, e por conseguinte, seu uso e sua eficácia, enquanto objeto sócio-técnico que constitui mais um efeito contingente das relações por ele atravessadas do que por representações a eles exteriores. Esta perspectiva elimina também a própria singularidade ontológica do psicofármaco enquanto objeto distinto de “drogas”, de “especiarias” ou quaisquer outras substâncias, na medida em que todas estas caracterizam-se, se não pela mesma composição química, certamente pela mesma

constituição simbiótica em uma rede de relações. Isto significa que é sobretudo através destas, entre leigos e doutos, usuários e analistas, que são engendradas partilhas morais, médicas ou legais. É em busca destes rastros que se segue agora.

Antes de avançar, um adendo. Os termos *fármaco*, *psicofármaco*, *remédio* e *medicamento* serão aqui utilizados de forma genérica e intercambiável para designar substâncias farmacêuticas industrializadas destinadas ao tratamento de transtornos mentais. Entre estas, predominam aquelas denominadas antipsicóticas, referentes aos fenômenos categorizados sob a psicopatologia da esquizofrenia e quadros correlatos⁵⁹. Ocasionalmente, porém, englobam também outras categorias psicofarmacológicas que não a dos antipsicóticos, tais como antidepressivos, ansiolíticos, benzodiazepínicos e estabilizadores de humor, entre outros, assim como suas múltiplas combinações.

Essa opção tem aqui um fundamento sobretudo etnográfico, na medida em que são essas as expressões usadas na ampla maioria das situações experienciadas em campo. As vezes nas quais esses elementos foram denominados de acordo com suas categorias específicas, de caráter substancial ou mercadológico, são chamadas à atenção, mas constituem uma exceção à regra. Desta observação, é possível apreender que, para a maioria dos sujeitos que emergem nas páginas seguintes – e em tensão constante com as especificações infinitesimais presentes nos manuais oficiais de psiquiatria e psicofarmacologia –, as diferenças entre esses elementos são menos relevantes que suas semelhanças, sendo aquelas geralmente subsumidas (embora não totalmente reduzidas) nestas.

Chamou-se a atenção, no capítulo anterior, para um *boom* farmacológico surgido a partir da década de 1980. Para situar o leitor nesse debate, deve-se pontuar aqui alguns fatos predecessores, relativos aos antipsicóticos em particular. Conforme aponta o estudioso da história da psicofarmacologia David Healy (2002), esses medicamentos, inicialmente mais conhecidos como neurolépticos (termo de origem grega, designando neuro = nervo e léptico = *leptomai*, que que significa controle, captura ou contenção), foram criados a partir da sintetização da clorpromazina no início da década de 1950, envolvendo primeiramente as pesquisas biomédicas do químico francês Paul

⁵⁹ Discussão mais profunda sobre as categorias diagnósticas pode ser encontrada no capítulo 8 desta tese. Por ora, basta afirmar que a região psicopatológica da esquizofrenia continua sendo a principal fonte de categorização da população envolvida neste campo particular, especialmente no curso de seus usos cotidianos.

Charpentier e de sua aplicação clínica pela parceria entre o cirurgião Henri Laborit e o anestesista Pierre Huguenard (1952), também de origem francesa. A princípio concebidos para fins anti-histamínicos, logo supôs-se sua eficácia para o tratamento de estados considerados psicóticos.

Isto se confirmou em grande medida por conta das publicações de outra dupla de médicos, Jean Delay e Pierre Deniker, cujas pesquisas ganharam repercussão no II Congresso Mundial de Psiquiatria (1955), expandindo-se no mesmo período no Brasil e no mundo. Nos anos seguintes, a clorpromazina passou a ser usada de forma genérica em psiquiatria, até consolidar-se pouco a pouco como modelo específico de base para o tratamento da esquizofrenia, multiplicando-se em novas variações químicas. Essa tendência se baseou sobretudo na formulação de que a referida enfermidade mental se devia à um excesso de dopamina cerebral, e que ditos medicamentos, bloqueadores naturais desse neurotransmissor, teriam logicamente uma eficácia anti esquizofrênica.

Essa concepção não deixou de ensejar controvérsias, na medida em que foram observados efeitos colaterais duradouros decorrentes do bloqueio da dopamina, especialmente de tipo parkinsoniano (tremores, rigidez, lentidão e apatia, entre outros). Outras reações adversas incluíam febre, mudanças na pressão sanguínea, rigidez muscular, estupor e taquicardia. A partir da década de 1980, os antipsicóticos passaram assim a ser compostos mormente sob a forma de *cocktails*, atuando em outros sistemas que não somente o dopaminérgico – influenciando, por exemplo, na serotonina, entre outros neurotransmissores – de maneira pretensamente mais balanceada, incluindo mesclas com antidepressivos, ansiolíticos, tranquilizantes e benzodiazepínicos que foram surgindo mais ou menos concomitantemente a partir da década de 1950. Essa reformulação deu origem aos chamados antipsicóticos atípicos ou de segunda geração, em oposição aos clássicos ou de primeira geração, com particular destaque para a clozapina. Foi acompanhada, ainda, a uma associação prescritiva a outras classes de psicofármacos, desenvolvidas no intuito de refinar sua capacidade terapêutica.

Esse fenômeno, ao mesmo tempo que conferiu à psicofarmacologia a possibilidade de ser associada com o fim das longas internações nos manicômios, não a isentou da emergência de acusações a propósito de sua eficácia e de suas articulações espúrias com o mercado e as políticas públicas. Eis o objeto de um estudo específico no parágrafos seguintes.

Nas tramas da poção mágica

Em meados da década de 1940, quando Nise da Silveira encontrou o artista plástico Almir Mavignier no antigo Centro Psiquiátrico Nacional, era de aproximadamente 2000 indivíduos sua população de internos. Desde então, esse número diminuiu drasticamente. Atualmente, a instituição conta com uma média rotatória de 100 internos, em sua maioria compostos por sujeitos em *curta internação*, empreendidas em caráter emergencial, decorrentes dos denominados *surtos psicóticos*. Uma pequena parcela desse número é composta por habitantes dos MAP – Módulos de Atendimento Provisório –, modelos de residências terapêuticas que existem no interior do complexo, destinados àqueles indivíduos que não possuem atenção familiar ou que estão há tanto tempo internados que simplesmente não têm mais casa para voltar. Nessa estrutura hospitalar, o ateliê de pintura e modelagem do MII segue funcionando, oferecendo suas atividades para usuários internos e externos da rede de saúde mental do município. Seu modelo de atenção assemelha-se ao de um CAPs, no sentido de se disponibilizar gratuitamente em regime diário no sistema de saúde, a despeito das já pontuadas diferenças quanto ao método de trabalho preconizado.

Ao longo do trabalho de campo realizado no MII, envolvendo seu estúdio de criação, suas reuniões clínicas e seu grupo de estudos, a problemática do uso de psicofármacos como método de tratamento foi uma constante. Inicialmente interessado na questão do processo criativo, percebi surpreso que havia ali uma dupla agência terapêutica. Além da própria atividade expressiva (geralmente o desenho, mas também a modelagem com barro), acresciam-se ali os medicamentos. Sua prescrição era de responsabilidade de uma psiquiatra participante da equipe técnica ou, alternativamente, da enfermagem do hospital, possuidora de uma equipe médica própria. Se para aqueles usuários, “*tomar choque*” era coisa pretérita, dos tempos em que haviam sido internados compulsoriamente, o remédio tornara-se a grande ferramenta de intervenção médica, e que também se fazia presente ali, concomitantemente às atividades criativas.

O ateliê é mantido a cada dia por monitores e estagiários. Em trabalho de campo decorrente de pesquisa anterior (Magaldi, 2014), acompanhei especialmente uma monitora, formada em arteterapia, e duas estagiárias, graduandas em psicologia. Atende-se aí por volta de quinze a vinte *clientes*, em sua maioria de classe popular, geralmente assistidos por familiares ou cuidadores. O ambiente é composto por mesas de trabalho e materiais de criação como folhas de papel, canetas e giz colorido. Não se

trata de uma escola de arte, mas de um lugar que preza pela expressão espontânea e a liberdade criativa. As condições de trabalho são de silêncio e reserva, o que não impede que conversas ocasionais surjam à tona.

Em uma de minhas primeiras visitas ao lugar, a sensação de invisibilidade entre *clientes* concentrados em suas telas de desenho e terapeutas desconhecedores de minhas intenções de pesquisa foi rapidamente quebrada pela agoniada aproximação de Jonas, um homem de mais ou menos quarenta anos⁶⁰. “*Doutor, posso falar em particular?*”, suplicou, e antes de me dar a chance de responder que não era propriamente um doutor, parecia ter, em segundos, me contado as tormentas de uma vida inteira. Sua envelhecida tia era o único apoio que tinha no mundo. Aposentado por “invalidez”, preocupava-se com um possível futuro tênue e solitário. Imergia-se em inquietudes masturbando-se vinte vezes ao dia (“*é normal, doutor?*”), talvez para expurgar as frequentes visões de serpentes que o assolavam.

Os destinos da conversa cambiaram quando perguntei a ele o que apaziguava seu humor. Com um movimento certo, mergulhou as mãos em sua bolsa e mostrou-me um pequeno livro de excertos cristãos. Leu com afínco para mim o salmo 46. “*Deus é o nosso refúgio e fortaleza, socorro bem presente na angústia. Portanto não temeremos, ainda que a terra se mude, e ainda que os montes se transportem para o meio dos mares*”. Jonas era membro da Igreja Metodista Wesleyana. As preces pareciam ser seu principal apoio nos momentos de delírio. Antes que eu pudesse inquiri-lo sobre as atividades expressivas que mais lhe agradavam no ateliê, novamente propôs-se a mostrar-me mais um elemento de seu oculto arsenal de artefatos terapêuticos. Era, dessa vez, uma cartela de pílulas azuis. “*Das azuis, eu gosto, mas tenho medo das vermelhas*”, disse, e se perdeu na lista de nomes, misturando distintas categorias farmacológicas: “*Diazepan, Fenegan, Haloperidol, Haldol...*” Mas concluiu, convicto: “*O remédio é importante. Primeiro Deus, depois o remédio, doutor*”.

Chamou-me a atenção tanto a frequência com a qual os psicofármacos eram suscitados quanto o fato de, nessas evocações, eles serem ocasionalmente tratados de maneira positiva. A primeira pergunta que os monitores fazem quando o frequentador chega à instituição é se ele está bem ou não. Guardo nota de um cliente, Tomás, que, certa vez, respondeu sorridente: “*Estou ótimo, tomando remédio para caramba. É igual carro, precisa ter embreagem, se não pifa!*”. Entretanto, nem sempre a relação com o

⁶⁰Neste capítulo, todos os nomes de clientes atuais da instituição são fictícios.

fármaco era tratada de maneira positiva. Certa vez, ao chegar no ateliê, encontrei o mesmo Tomás em princípio de crise. Respirava profundamente, como se o oxigênio recusasse adentrar seu corpo, mal conseguindo segurar o lápis. Depois de ter ido trôpego ao banheiro três vezes em cinco minutos, levantou-se bruscamente, abandonou os materiais de trabalho e saiu correndo para enfermaria do hospital, dizendo que ia “*pegar remédio*”, como se não houvesse outro procedimento possível. A situação causou furor entre os presentes, que não conseguiram impedir sua ida.

Semelhante “ambiguidade” – termo adiante problematizado, mas que não deixava de emergir ao pensamento durante o trabalho de campo – em relação aos remédios psicotrópicos também se fazia presente junto à equipe terapêutica. Isto se verificava com especial nitidez durante as reuniões clínicas, que consistem no momento no qual monitores, estagiários, a psiquiatra e a coordenadora da instituição se reúnem para tratar do andamento dos casos de seus clientes, desta vez sem a sua presença.

Certa vez, enquanto estava presente, reuniram-se para discutir a *crise* de Nero, um de seus muitos pacientes que atualmente vive em regime de externato. A coordenadora, formada em psicologia, dava início à sessão compartilhando o caso – descrito como um “*exemplo clássico de psicose*” – com seus colegas de trabalho no intuito de tomar alguma atitude em relação à sua perturbação. O homem, um mineiro de origem popular, de mais ou menos cinquenta anos, recentemente ingerira um quilo de sabão em pó, sob a justificativa de precisar “*limpar-se por dentro*”. O ato foi seguido de uma severa crise de vômitos, causando grande preocupação da parte de seus familiares, os quais levaram a situação ao conhecimento da equipe do hospital.

Ao saber de sua história, uma das assistentes sociais presentes na reunião argumentou que o fato de Nero se recusar a tomar medicamentos estaria no cerne na questão. O paciente afirmava se sentir perturbado com as doses de antipsicóticos usualmente recomendadas para tratar sua esquizofrenia. Segundo a profissional, no entanto, tal recusa tornava-o, ao mesmo tempo, mais suscetível a momentos de crise.

Na sequência, promoveu-se um acalorado debate entre os participantes do encontro. Uma estagiária de psicologia defendeu que seria melhor não recomendar antipsicóticos a Nero nesse contexto de instabilidade, propondo que a medicação deveria ser levada a cabo somente quando seu humor estivesse mais estabilizado. Em seguida, uma segunda estagiária ponderou que, de todo modo, seria necessária alguma *negociação* com o paciente, já que sem medicamentos ele corria o risco de cometer atos

prejudiciais a si mesmo: “*Temos que ter cuidado para não invadi-lo*”, afirmou. Outra psicóloga, mais enfática, disse não estar fazendo “*alegoria do remédio*”, mas que poderia ser irresponsável abrir mão de medicar um paciente específico, já que se tratava de um procedimento corriqueiro, constitutivo do tratamento preconizado pela instituição. A ponto do encerramento da reunião, ainda pude ouvir de uma outra terapeuta uma última lamentação: “*o problema do fármaco é que ele esvazia a criatividade*”. Nero, além de paciente, era também um reconhecido pintor na instituição.

A questão permaneceu em aberto, oscilando entre posições mais ou menos contrárias ou favoráveis ao tratamento psicofarmacológico de Nero. Como no ateliê, de desejável e necessária em um momento, a substância rapidamente tornava-se perigosa e violadora no outro. Não parecia haver nenhum consenso sobre o estatuto do medicamento nesse contexto. Afinal, o que parecia estar ali em jogo não era o fármaco, mas o *phármakon*, que, tal como descrito por Jacques Derrida (2005), era na antiguidade clássica uma substância que poderia curar e envenenar, a depender das múltiplas relações atravessadas por seu manuseio.

Essa questão se manifestava também durante as sessões do Grupo de Estudos, dessa vez envolvendo a um só tempo a equipe terapêutica, os clientes e o público mais amplo. Uma vez, por ocasião do encerramento do semestre, a coordenação decidiu exibir um vídeo experimental sobre a vida e a arte de um dos mais célebres clientes da instituição. A gravação apresentava uma entrevista com Nero. O homem, de meia idade, comentava com efusão suas próprias obras – em sua maioria desenhos figurativos de rostos e cabeças – depositadas em série sobre um pequeno cavalete. Antes de dar início ao filme, a coordenadora da instituição expôs ao público alguns traços da história de vida de Nero, descrevendo-o como um caso típico de esquizofrenia. Durante a década de 1980, o rapaz, ex-paraquedista do exército, sofreu um acidente de trabalho, que causara sérios comprometimentos neurológicos. No período seguinte, ele passou a caminhar sem rumo pela noite, despertando grande preocupação da parte de sua família. Depois de um período de desaparecimento, descobriu-se que caminhara 900 km a pé entre os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Depois de achado, passou 11 anos internado, sendo submetido a uma série de sessões de eletrochoque. Na década de 1990, finalmente egresso da internação, conheceu o trabalho do MII, passando a dedicar-se à pintura e à modelagem como cliente externo.

No vídeo, Nero apresentava seus trabalhos como se fossem materializações de suas visões e sensações. Ele dizia sentir seu cérebro esburacado, atravessado pelo ambiente circundante. Seus desenhos apresentavam cabeças assustadoras, algumas deitadas, em posição cadavérica, outras em meio a chamas, como se habitantes de um submundo infernal. *“Se eu não pintasse, minha cabeça ia pegar fogo, como um palito de fósforo”*, afirmava com uma voz ao mesmo tempo embriagada e assertiva. Sua terapeuta, que o entrevistava durante a gravação, ponderava diante de suas falas, perguntando se suas visões eram delírios. *“Não é delírio, doutora, é uma sensação real”*, exclamava, em tom de reclame. Ao final do vídeo, depois de mostrar mais de 20 desenhos, bradou orgulhoso: *“Tem quatro meses que eu não tomo remédio, mas meu esforço psicológico é melhor que uma injeção”*.

Na sequência do documentário, o coletivo que participava da reunião do grupo – por volta de 20 pessoas, em sua maioria psicólogas ou estudantes de psicologia, mas também 3 ou 4 clientes, além de coordenadores de atividades do MII – engajou-se em um debate sobre os delírios de Nero. A discussão girou em torno justamente da tensão entre, por um lado, seu *“esforço psicológico”*, e por outro, seus *“remédios”* e *“injeções”*. A coordenadora começou a conversa abordando o sofrimento do cliente. *“Ele sente buracos e ouve barulhos na cabeça. Por isso, tem que tomar medicamentos. O problema é que, quando muito medicado, ele não consegue produzir”*, lamentou, sublinhando o decréscimo da criatividade do paciente durante o tratamento farmacológico. *“Para tratá-lo, é preciso ter um jogo de cintura, pois o medicamento é uma faca de dois gumes”*, concluiu.

Em seguida, um ex-cliente da instituição, militante histórico do movimento pela reforma psiquiátrica no Brasil, presente na reunião do grupo, deu continuidade aos argumentos da coordenadora. *“Eu sei disso porque sofri eletrochoque. O eletrochoque acaba com tudo, eu ficava sem memória, vazio. Muito parecido com a agonia descrita por Artaud dentro do hospício. Eletrochoque só adianta por um momento, depois volta tudo”*. Para ele, parecia que tanto o eletrochoque quanto os fármacos tinham um efeito de silenciamento provisório, sendo insuficientes enquanto ferramentas terapêuticas.

Não obstante, a psiquiatra da instituição ponderou na sequência de sua fala: *“Acho que cada caso é um caso. Existem situações em que os estados do ser são tão ferozes, que é preciso medicar. A medicação é como o fio da meada”*. O ex-cliente, ponderando, concordou com a psiquiatra, afirmando em seguida que os remédios podem ser recursos para conter as *“forças instintivas”*. *“Precisa dos dois lados”*, arrematou.

Outra paciente, na sequência, abriu sua intimidade para o público. Ela disse que, no passado, tinha uma grande resistência aos medicamentos, mas afirmou que hoje eles eram necessários. “*Antes eu achava que eles eram um sossega leão. Hoje vejo que eles são o meu leão de defesa. São eles que vão me defender*”. Disse em seguida que, para além dos remédios, adorava colocar seus desenhos no *Facebook*, e que usava o lado positivo de sua doença, a “*criatividade*”.

O diretor do MII tomou então a voz do debate, resgatando o tom de crítica feroz aos medicamentos, em referência à sua história: “*Os primeiros neurolépticos foram feitos para hibernar. Já vi Nero se indagando como seria seu corpo sem os remédios. É como se ele tivesse saudade do seu corpo*”.

Uma assistente social e monitora de um dos ateliês do museu, deu continuidade ao debate a partir de uma perspectiva histórica, mas apontando para uma certa transformação na situação do tratamento. “*Antes era pesado. Só tinha Haldol. O indivíduo não tinha voz. Se você estava na fila do eletrochoque com seu parente, acabava tomando eletrochoque também*”. Para ela, a farmacologia contemporânea seria menos impositiva, e portanto, menos condenável.

A conversa continuou. Uma psicóloga, por externa à instituição, chamou a atenção para a distribuição de fármacos como um problema do Estado. “*No SUS, eles atendem 30 pacientes em 1h. Desse jeito, não dá pra conhecer o paciente, é só remédio. Os próprios pacientes não querem nem saber e dizem, doutor, só vim aqui pegar a receita, só vim buscar a sacola de remédio*”.

Outras pessoas começaram a colocar suas opiniões na calorosa roda, que abria-se à participação de qualquer um que desejasse falar. Eu permaneci em silêncio, buscando entender como a denúncia de uma psiquiatria considerada violenta, ineficaz, ultrapassada e aviltante era ali articulada à psicofarmacologia e outras intervenções físico-químicas, como o eletrochoque, assim como, de modo geral, ao sistema de saúde pública. Diante dos meus olhos, no entanto, aquela denúncia parecia se esfacelar em uma multiplicidade de ponderações. Afinal, aquelas pessoas eram contra ou a favor do tratamento psicofarmacológico? Qual era sua postura em relação às inovações tecnológicas da psiquiatria biomédica? Seria possível enxergar alguma comunhão entre suas tão diversas opiniões, levando em consideração suas tão diversas posições sociais de terapeutas, pacientes psiquiátricos, estudantes, psicólogos e assistentes sociais? Afinal, do que tratava a crítica das pessoas engajadas na continuidade do projeto médico-científico Nise da Silveira?

Ao fim e ao cabo, a grande crítica, a grande denúncia, não era tanto ao medicamento, mas ao modo através da qual esse elemento pode vir a ser aplicado em um sistema psiquiátrico englobante, envolvendo o poder público e a indústria. Neste processo, o tratamento acaba sendo destinado a indivíduos, mas não a sujeitos. Constitui-se uma certa relação na qual histórias, afetos, emoções e relações interpessoais são desconsiderados em favor de uma distribuição imediatista de comprimidos em larga escala pelo sistema de saúde. O medicamento afigura-se, assim, necessário, porém perigoso, pois permanece indeterminado até seu uso concreto.

“Sem o remédio, a sociedade não aceita. O problema é achar que o remédio é uma poção mágica, como se fosse a solução de tudo”. completou a coordenadora tão a propósito ao fim da sessão. Pensei no mesmo momento que, com essa frase, provavelmente todos ali concordariam – e de fato, dessa vez, ninguém retrucou. A referência a Nise, em seguida, finalizou a discussão. “É aí que lembramos da doutora Nise, da importância do afeto, da convivência, do trabalho”.

Em uma manhã de terça-feira, num hospital psiquiátrico do subúrbio carioca, aprendia-se a famosa lição alquímica do doutor Paracelso: *dosis sola facit venenum*, isto é, o que faz o veneno é a dose. E a dose, no caso em questão, não se resumia à quantidade de uma substância química – doses mínimas, controladas –, mas à sua inserção em um jogo aberto de relações, envolvendo seus vários mediadores.

Localizado a poucos metros do MII, no seio do mesmo complexo psiquiátrico, não é de se espantar que problemática congênere se desdobre no Hotel da Loucura, o mais recente território de reprodução da psiquiatria rebelde. Esta constatação se verificou inicialmente a partir de um trabalho de campo realizado junto ao projeto.

Antes mesmo de começar a participar diretamente de suas oficinas, já era possível entrever a resistência desse coletivo em relação às ferramentas da psiquiatria biomédica. Bastava passear pelos corredores coloridos de seu ambiente principal, no segundo andar da antiga enfermaria do instituto, para encontrar referências indicativas a essa tensão. Era o caso do *Receituário de Controle Especial*, espécie de filipeta que se depositava sobre uma mesa logo no *hall* de entrada da ocupação. O “documento” se imprimia no modelo de uma prescrição médica distribuída pelo sistema público de saúde, indicando a identificação do emitente (farmácia) e do receptor (paciente). O lugar destinado à prescrição, entretanto, não era preenchido por qualquer substância química.

Ao contrário, havia ali poemas de Bertold Brecht, Fernando Pessoa e trechos de escritos de Clarice Lispector. “*Das Vantagens de ser bobo*”, assinado por esta última, dizia aquele que aleatoriamente retirei... “*Ser bobo é uma criatividade e, como toda criação, é difícil. Por isso é que os espertos não conseguem passar por bobos. Os espertos ganham dos outros. Em compensação os bobos ganham a vida*”.

Seria possível, para os participantes daquele grupo, substituir o medicamento psiquiátrico por um poema? Aos poucos, pude perceber nuances quanto à aparente constatação que a receita do HL parecia indicar. Isto se deu sobretudo a partir da frequência em suas atividades, destacadamente a oficina de ação expressiva, realizada no interior do hospital do Engenho de Dentro, assim como o Teatro de Dyonises, excursão semanal à Pedra do Arpoador. Em meios às músicas e ao movimento das fantasias coloridas que compunham ambas as ações, também surgiam regularmente menções à questão farmacológica.

Entre os muitos coros entoados pelo grupo, um deles, surgido com frequência, chamava a atenção em particular: “*É melhor cantar do que surtar. Leia a bula da tarja preta!*”. Essas palavras, cantadas pelo grupo em ciranda e intercaladas com outras melodias, davam uma pista um pouco mais precisa sobre sua posição geral quanto ao uso de fármacos no tratamento das pessoas em sofrimento psíquico. A questão residia ali não no descarte do remédio, mas no fato de que a tarja preta deveria ser *conhecida* antes de seu uso.

Era principalmente no final das oficinas, quando a agitação cedia espaço para uma roda de debates, que a referida interrogação se fazia mais evidente. Manifestava-se, ali, uma grande apreensão, sobretudo da parte dos agentes de saúde, quanto à hiperdosagem de fármacos que acometia alguns de seus participantes, enfraquecendo sua própria capacidade de engajamento. Esta agonia se revelava principalmente em relação aos internos do hospital. Uma agente era costumeiramente enfática ao criticar o funcionamento dos módulos de atenção provisória, que abrigam os moradores do complexo no modelo de uma residência terapêutica. Segundo ela, estes tem se tornado os novos hospícios: “*Eles ficam trancados ali, tomando altas doses de medicamentos. Quando vamos buscá-los para as oficinas, eles não esboçam reação*”. Assim, embora houvesse a consideração da necessidade do medicamento, se esta passasse dos limites – como parecia ser de praxe – a atividade da oficina, que requeria volição e movimento, seria simplesmente impossibilitada.

Este tipo de discernimento não era exclusivo dos agentes de saúde que organizam o projeto, manifestando-se, também, da parte de um público externo ao Hotel da Loucura que veio a frequentar regularmente suas atividades no mesmo período da pesquisa. Em especial, tornei-me próximo de um jovem estudante de medicina da UFRJ e de uma terapeuta que possui formação em jornalismo e arteterapia e trabalha há anos com consultas particulares, focadas em constelação familiar. Desde que os conheci, por conta de nosso interesse comum no projeto, manifestavam uma postura crítica em relação ao que consideravam uma medicina hegemônica.

Encontro a anotação de uma de nossas primeiras conversas em conjunto, depois de um dos ensaios do teatro. Sentados em um quiosque perto do Arpoador, nos lamentávamos sobre o fato daquele trabalho sempre permanecer no âmbito da contracultura. Meu amigo, estudante de medicina, afirmava não poder comparar a escala de alcance daquele projeto com a farmacologia, a qual era obrigado a estudar na faculdade. A medicina lhe parecia desumana, e no hospital universitário, era impelido à anamnese de um paciente a cada hora, extraindo todas as suas tragédias e depois indo para o próximo. Ele não era o único a pensar assim. Minha amiga que trabalhava com terapias alternativas complementava, dizendo que a medicina se especializava cada vez mais. Ela me explicava como havia um primado das partes: vai haver um médico da mão, e o foco será na doença, e não na saúde. Todos os outros aspectos da totalidade da pessoa são desconsiderados, inclusive a totalidade da humanidade, isto é, o inconsciente coletivo. Eu, que não tinha formação nem médica nem terapêutica, não deixava de concordar com esses argumentos. Nenhum deles acreditava que os medicamentos não deveriam ser aplicados em um hipótese alguma. O que havia, ao contrário, era a percepção de que essas substâncias se enovelavam em práticas desumanas, que se incluem em uma visão de mundo individualista⁶¹.

Ao longo do trabalho de campo, com muitas outras pessoas pude conversar sobre o tema. Guardo nota de uma vez em que, ao final da oficina, um jovem artista que participava de um dos coletivos artísticos residentes, me mostrou um vídeo que havia gravado com seu celular dentro do hospital. Seu título era *Fumaça do Inconsciente*, e mostrava um cliente reclamando com outro, o qual não queria lhe ceder um cigarro. De

⁶¹ Devo acrescentar que, pessoalmente, jamais fiz uso de qualquer tipo de medicamento psiquiátrico, afortunadamente por falta de necessidade, mas também por um certo desinteresse (no caso de estados do ser mais próximos às chamadas neuroses, os quais preferi manejar de outras formas). A questão aqui parece residir no fato de que a população sobre a qual se trata nem sempre tem o mesmo privilégio de escolha.

fato, para todos nós, que frequentávamos o hospício, chamava a atenção o quanto o tabagismo era uma prática deliberada entre internos e externos. Perguntei a ele: não seria o cigarro uma espécie de fármaco? Uma agente cultural de saúde, que participava da roda, ponderou: *“eles não têm nada para fazer o dia inteiro, por isso ficam fumando cigarro”*. O artista respondeu crítico: *“é muito ruim que fiquemos dando cigarro para eles. Eles ficam por aí, catando guimbas, como zumbis...”*. Eu permaneci com uma opinião intermediária: dar é ruim, não dar é pior...e se o cliente entrar em surto? Foi quando a agente concluiu enfática, habilitando tanto cigarros quanto remédios: *“É porque você nunca viu alguém entrar em surto. A Antonia não entra em surto, ela fica com raiva. A pessoa que entra em surto pode se matar, ou até matar uma pessoa. Nessas horas tem que ter medicalização. Tem vezes que não tem outro jeito”*.

Alguns atores usuários da rede de saúde mental, sobretudo os mais vociferantes, de diversas formas demonstravam discernimento quanto aos procedimentos terapêuticos biomédicos. Um ex-cliente e militante antimanicomial se destacava entre esse grupo, reconhecendo a diferença entre o que chamava de psiquiatra tradicional e aquela proposta pelo coletivo, na esteira das propostas da psiquiatra que nomeava a atual instituição. Certa vez, durante um debate realizado ao final de uma oficina, afirmou de maneira marcante: *“Existe um problema cultural, ideológico, que faz com que haja estigma com o esquizofrênico, por quem já passou por internação. Eles dizem: você é esquizofrênico e acabou. A doutora Nise dizia que são múltiplos estados do ser, mas ninguém pensa assim. A tradição organicista é antiga, a psicossocial, mais recente”*. Nessa fala, não havia uma negação do que chamava de tradição organicista. Sim, outro ponto mais fundamental, qual seja, o reconhecimento de um desequilíbrio de poderes. Essa constatação se dava a partir de sua própria experiência como ex-interno em um manicômio carioca: *"A época que eu passei era uma época de muita dificuldade, a assistência era na base do eletrochoque, do choque insulínico, da segregação, da clausura, da exclusão total das pessoas que passavam por essa condição humana. Eu acho que o Hotel da Loucura é o lugar de sol para as pessoas se integrarem consigo mesmo e com a sociedade."*

Outros atores apresentavam posturas diversas, que poderiam ser consideradas menos intermediárias se comparadas à anterior. Lembro aqui de dois casos em particular, por ter tido um contato mais continuado e intenso com os mesmos, mas também, e sobretudo, pela tensão entre seus pontos de vista. Antonia tinha por volta de 40 anos, vivia em regime de externato e era frequentadora assídua das oficinas do

hospital. Órfã de pai e de mãe, tinha sua própria casa na Zona Oeste e era conhecida por seu empreendedorismo enquanto vendedora de empadas. Para um olhar normativo, seria possível dizer que, para uma louca, ela parecia bastante lúcida. Certa vez, mesmo um paciente me disse que “*A Antonia é diferente dos outros, ela é extrovertida e independente*”. Isto não quer dizer, contudo, que ela fosse sempre amigável. Diversamente, era comum vê-la em atrito, seja com os agentes de saúde, seja com outros atores. Entre os muitos traços de seu marcante caráter, chamavam a atenção o fato de sua negação em relação ao uso de remédios. Enfática, ela me dizia: “*Eu não tomo remédio! Tomar remédio para quê? Para ficar retardada? Eu não*”.

Sua perspectiva contrastava com aquela de Adriano. O simpático ator, que também era poeta, militante antimanicomial e morador da Lapa, participava das mesmas atividades de Antonia. Ele, um pouco mais velho, se interessava pelo meu trabalho de uma forma genuína. “*Você estuda antropologia? Que interessante, me pesquisa! Eu vivi os anos 80, mas o rock foi muito pesado para mim*”, me explicava logo em nosso primeiro contato. Logo descobri que Adriano não era um frequentador exclusivo das oficinas do Hotel da Loucura. Ele, por contra própria, também fazia acompanhamento regular com uma psiquiatra, em que se tratava regularmente com medicamentos. Certa vez, por ocasião de um surto de Antonia, Adriano me explicou: “*Ela está assim porque não toma remédio. Eu tomo meu remédio direitinho, faço análise. Ela não. O Vitor não é contra o remédio*”.

De fato, a recusa radical de Antonia não era aprovada por nenhum membro do coletivo, inclusive por seu coordenador. Vitor Pordeus, tanto nas oficinas como em distintas entrevistas, era frequentemente cobrado por sua posição quanto ao uso de medicamentos psiquiátricos. Sua resposta era sempre enfática: o remédio deve ser usado em doses controladas, constituindo mais uma resposta a casos emergenciais do que o tratamento substancial das doenças mentais. “*A cura para a loucura é o teatro*”, afirmava sempre. Esta constatação, mais que um mero jargão, embasava-se em uma elaborada reflexão teórica sobre a gênese das doenças mentais, que se verificou em uma das atividades mais marcantes do Hotel da Loucura. Tratou-se do *Curso de Psicopatologia*, que contou com um total de seis edições, entre 2015 e 2016.

Organizado por Vitor Pordeus, e ocasionalmente contando com a presença de convidados, essa série de eventos se constituiu como situação privilegiada para o

conhecimento dos referenciais teóricos que permeavam o trabalho daquela política pública. Tratou-se, basicamente, não tanto da oferta de aulas regulares, com avaliação e material didático, mas de um conjunto de palestras, com o roteiro praticamente idêntico em suas diferentes edições, tendo como tema a concepção do desenvolvimento das doenças mentais que servia de base ao trabalho do projeto. Estive presencialmente em quatro dessas exposições, realizadas em distintas tardes de sexta-feira no auditório do CETAPE, no Instituto Municipal Nise da Silveira. A seguir, com base nas notas etnográficas tomadas no que pareceu o mais representativo desses eventos, busco reconstituir o roteiro do curso⁶².

Com auditório lotado, Vitor iniciou sua fala agradecendo ao Instituto Nise da Silveira, o antigo Centro Psiquiátrico Pedro II: *“Hoje, desde 2001, Instituto Municipal Nise da Silveira, em homenagem à doutora Nise da Silveira, que está aqui presente em espírito e em corpo. Está presente no nosso corpo e com o nosso espírito também. A gente trabalha muito com a Nise, estuda muito a Nise. E acho que é um momento de resgatar a Nise. A Nise é uma das coisas mais importantes que aconteceu na história da psiquiatria mundial”*. Introduziu, então, a psicopatologia como tema do curso, desmembrando o significado do termo a partir de seus elementos gregos originais: *psique = espírito; pathos = doença ou paixão; logos = logia, estudo. “O estudo das doenças do espírito, o estudo das doenças da mente é o que vamos tratar hoje aqui.”*

“Nada mais prático que uma boa teoria”, era a sentença que abria o primeiro slide da apresentação, em referência ao cientista Haity Moussatché. Para ter uma boa prática, é preciso de uma teoria bem construída, explicava. Se, ao contrário, se contasse com uma teoria ensinada pela indústria farmacêutica, em articulação com a gestão de saúde; se, diversamente, estivesse disponível somente um *“catecismo de faculdade”*, que ensina coisas que não acontecem na natureza; se estivesse somente de acordo com um projeto científico colonizador, importado no país de forma acrítica; então, a prática não poderia nunca ser boa: *“Aí você vai por paciente e dá tudo ao contrário. Ao invés de melhorar, ele piora. Cada ano, uma dose maior de psicotrópico. Então, obviamente, deve haver algo de errado nessa teoria. Essa teoria não deve estar muito prática!”*

Uma segunda citação, logo abaixo de Moussatché, mas de autoria do própria Vitor, aparecia na projeção. *“Se a guerra é ideológica, a estratégia tem que ser científica”*. E justificava seu próprio papel na defesa do argumento: *“Algumas pessoas*

⁶² Essa reconstituição foi auxiliada por uma gravação disponibilizada pelo HL.

me acusam de ser milagreiro, exorcista. Não sou curandeiro, sou cientista! E um cientista trabalha com métodos e conteúdos reprodutíveis, que possam ser testados pela comunidade. Então tudo o que eu falar aqui, você tem que ir lá e testar. Se não funcionar, é mentira. Não é ciência. É ideologia, é marketing farmacêutico”.

Não parou por aí sua crítica à importância excessiva conferida ao uso de psicofármacos em psiquiatria: *“Porque tem esse canal de cálcio que fica alterado na esquizofrenia... Tudo bem. Mas você dá o remédio, e o paciente melhora mesmo? Ou fica meio lá meio cá? Meio lusco fusco, meio estranho? A professora Marcia Angell, da Medicina de Harvard, estudiosa da indústria farmacêutica, publicou dados escandalosos em que ela mostra que os investimentos da indústria são, 40%, em marketing, não em desenvolvimento e pesquisa. Tem muito marketing fingindo que é ciência”.*

Em seguida, Vitor se dedicou a expôr os fundamentos da teoria que, segundo o próprio, seria verdadeiramente boa na prática, constituindo não um *“programa final”*, mas o *“programa, afinal”*. Este havia sido construído depois de sete anos trabalhando no Instituto Nise da Silveira, e dizia respeito sobretudo a uma visão de mundo: *“A gente começa sempre com uma concepção de mundo. Todos nós temos uma concepção de mundo... A gente sempre tem uma opinião sobre o que é a realidade, o que é o mundo, o que é a natureza, sobre o que nós somos, o que é o nosso corpo, como funciona o nosso corpo, o que é a saúde humana, o que é a doença humana. Isto está ligado à nossa concepção de mundo. Se a gente acha que o mundo é competitivo, cooperativo; se a gente acha que depende ou não depende dos outros; se estamos ou não sozinhos”.*

A concepção de mundo eleita pelo expositor como base de seu trabalho foi aquela delineada na articulação entre quatro autores principais: o filósofo holandês Baruch de Spinoza, o neurobiólogo chileno Humberto Maturana, a psiquiatra brasileira Nise da Silveira e seu mestre, o suíço Carl Gustav Jung, os quais formavam, conforme já constava previamente na divulgação do evento, a *“Chave Spinoza-Maturana-Nise-Jung para o entendimento da atividade psíquica humana e seu adoecer”*.

Spinoza, como contava o apresentador, nasceu em 1632 em Amsterdam, vindo a escrever sobre a origem e natureza da mente e dos afetos, propondo uma nova síntese da realidade e uma nova visão de mundo, em oposição ao pensamento cartesiano prevalente em seu tempo de vida. Em seguida, referiu-se ao mais contemporâneo neurobiólogo chileno Humberto Maturana, que propôs uma nova leitura da evolução humana, por deriva natural, e não por competição, recriando a biologia de herança

darwinista. Segundo Pordeus, o ponto de encontro entre esses autores residia na noção de “*acoplamento estrutural*”. Explicava: “*Nós não temos individualidade na biologia. Nós somos o mesmo organismo. Nós somos um grande organismo vivo. Toda a biosfera é um organismo estruturalmente acoplado. Não há como você individualizar uma bactéria, uma ameba, ou as células do seu intestino, seu coração, a comunidade ou a família que você vive. Estamos estruturalmente acoplados, uma característica muito importante do sistema biológico. Todos os seres biológicos são misturados, trabalham em rede, um afeta ao outro o tempo inteiro*”. Esta ideia é ainda complementada pela noção de *autopoeisis*, segundo a qual os sistemas vivos são capazes de gerar a si próprios, isto é, de se construir e se manter continuamente.

Na sequência da acalorada palestra, veio a referência à doutora Nise da Silveira, que havia trabalhado naquele mesmo hospital, por longos anos, e seu mestre, o psiquiatra suíço Carl Gustav Jung, com quem estudou durante dois anos em Zurique. “*Nós acreditamos que eles têm uma psicopatologia científica, verificável na prática todos os dias*”. Essa hipótese seria testada principalmente a partir da temática das imagens, compartilhada por esses autores. “*A Nise escreveu esse livro, O Mundo das Imagens. É justamente começar a falar não só em palavras, mas em imagens. Como as imagens organizam nossa saúde mental? Como as imagens organizam nossa sociedade? Como organizam o nosso afeto? Às vezes a gente vê uma foto, e começa a chorar. Às vezes a gente vê um comercial, e já se desestrutura completamente. Por quê? O mundo das imagens. Nós somos governados pelas imagens*”.

A contribuição específica de Jung residiria na descoberta de que as imagens não são ao acaso. Ao contrário, as imagens têm história. Virando-se para uma menina da plateia, o expositor exemplificou: “*A sua imagem de face, seu cabelo, seu nariz, sua boca, têm história. Não vieram do nada. Não foram criados por você. Isto aí foi feito por sua mãe, pelo seu pai, pela sua avó, sua bisavó, tataravó*”. Jung entendeu que as imagens são herdadas, e que aquelas que os pacientes trazem no delírio, também têm uma história e uma estrutura regular. A isso, ele chamou de *inconsciente coletivo*, mostrando a repetição sistemática dessas imagens nos processos de adoecimento psíquico, mas também na cultura, na arte, na televisão, no teatro, nos espetáculos: “*Aí vamos ver que estamos vivendo um processo muito antigo. E que essas imagens recorrem desde que o mundo é mundo, desde que a humanidade é humanidade*”.

Combinando essas ideias, Vitor concluía: “*Se são as imagens, as emoções, os afetos que organizam nosso processo, o desenvolvimento dessas doenças acontecem*

com base em processos culturais, sociais, coletivos, comunitários. Como tratar o doente mental isolado dentro de um consultório, dentro de uma enfermaria psiquiátrica, dentro de um hospital onde ele está longe da família, longe da comunidade, da cidade, do meio onde adoeceu? Isto é uma contradição muito profunda”. É preciso portanto, mudar para outro paradigma, superando este que seria o paradigma hegemônico⁶³.

O slide seguinte preenchia-se com a imagem de René Descartes, “Renato Descartes, a grande parteira da revolução científica” acompanhada do modelo de um pato mecânico. Este grande físico, matemático e jesuíta – e os jesuítas tinham uma forte formação científica – foi expulso da Igreja Católica por romper com o sistema em favor da ciência. O problema é que, decorrente disso, estaria a ideia de que o corpo é uma máquina, funcionando por causas e efeitos. Era a concepção do universo como relógio. “Descartes é o criador daquela famosa frase, cogito ergo sum. Penso, logo existo. Ele é o cara que coloca a razão como principal justificativa da existência humana. Tudo o que não for dotado de razão, é máquina. A natureza é máquina. O corpo é máquina. Só a cabeça, o cucuruco, funciona. Os pensadores são importantes, os intelectuais são importantes, e quem faz trabalho manual, quem vive com o corpo, quem trabalha com o corpo não tem importância. Então a gente cria essa sociedade cartesiana, que separa a razão do corpo. E aí, meu amigo, é choque, tranca e droga”.

De acordo com Vitor, a consequência mais fundamental dessa concepção seria a tentativa de intervir nas perturbações do ser humano através de drogas destinadas a combater defeitos específicos, entendidos em seus aspectos físico-químicos e cerebrais. Tratava-se, evocando Nise, de “camisas de força químicas”, criados no intuito de corrigir à força as engrenagens da máquina. Em oposição à psiquiatria de Nise, a *Nise-psiquiatria*, baseada nos afetos, se impunha essa, a *Nazi-psiquiatria*.

E em que consistia? Descrevia o professor: “Essa seria a psicopatologia da atual psiquiatria. É como um anatomista. Tudo fica separado e individualizado. Aí você cria a ideia de que o indivíduo sozinho é responsável pelo seu sucesso ou seu fracasso. Você elimina a ideia de relações ecológicas, coletivas, que influenciam umas às outras, mesmo à distância. Isso vai evoluir de forma total até agora, no início do século XXI, quando nós ainda temos todo esse aparato da medicina cartesiana, que é o aparato dos

⁶³ Mais exemplos dessa psiquiatria científica seriam, entre outros, Lula Wanderley, que trabalhou no Espaço Aberto ao Tempo, com base no trabalho da artista plástica Lygia Clark; Jacques Arpin, suíço que há trinta anos faz teatro com pacientes psiquiátricos; e Murray Cox, que trabalhou com a encenação de Shakespeare em um manicômio judiciário de Londres, junto a assassinos, psicopatas e estupradores.

hospícios, do presídio, da polícia, da repressão, do vigiar e punir, como dizia o Foucault. É a sociedade da máquina, do panóptico. Sorria, você está sendo filmado”.

Explicava o palestrante: o pensamento cartesiano funciona muito bem para máquinas, satélites e foguetes, mas para os organismos vivos é uma catástrofe: “*Não é máquina, é ecologia, é afeto*”. Para a psiquiatria cartesiana, entretanto, os afetos não existem: são projeções mentais, representações do cérebro, como computador. Como na pintura de Goya, “*o sonho da razão produz monstros*”...

A próxima etapa veio, como era de se esperar, com a figura de Spinoza. “*Se aquele é Descartes, este é o Spinoza. Baruch de Spinoza, o Bento de Espinosa, o pai perdido da biologia. Ele falava português, como nós. A família dele era de cristãos novos, que se refugiaram em Amsterdã. E ali nasce esse grande pensador, esse grande gênio. E ele vai sacar a cilada das máquinas*”. Vitor conta que Spinoza conviveu à distância com Descartes na capital holandesa, e já em seus primeiros escritos, tratou de criticá-lo, propondo uma alternativa através de outra concepção de natureza e de vida. Se “*cogito, ergo, sum*” era a fórmula de Descartes, “*Deus sive Natura*” seria aquela proposta por Spinoza, significando “*Deus, ou seja, a Natureza*”. Isto implicaria não tanto em um retorno à cosmovisão cristã, mas a ideia de natureza como um contínuo de relações. Nessa leitura, Deus designa uma substância eterna infinita, causa imanente de todas as coisas, da qual nós somos uma modificação: “*Todos nós fazemos parte desse ciclo da vida. Todos nós fazemos parte dessa ideia de que a natureza é uma, é uma coisa só*”. É o que a ecologia vai dizer no século XX. Nesse sentido, Vitor encontrava em Spinoza o precursor de Maturana, embora a referência direta não se fizesse presente na obra do chileno: “*Essa ideia que Maturana chamou de autopoiesis, Spinoza chamou de conatus, designando o impulso de autopreservação que todo ser vivo tem*”.

Mais uma vez, o expositor atribuiu ao menosprezo dessas ideias a razão dos acontecimentos políticos contemporâneos: “*Nós estamos vivendo esse momento de aquecimento global, de catástrofe global, por causa disso, de uma visão de mundo equivocada, que não considera que estamos todos ligados, às bactérias, às florestas, ao fitoplancton dos oceanos. A saúde é um fenômeno ecológico*”. O Rio de Janeiro, por exemplo, seria uma cidade cartesiana, que não pensa na natureza e na integração de seus cidadãos, a exemplo do recente corte das linhas de ônibus protagonizado pelo prefeito Eduardo Paes, separando ainda mais radicalmente a Zona Norte e a Zona Sul. “*Eles acham que isolando a zona sul, vão controlar a violência. Ledo engano. Mentira. Vai piorar a violência. Se estamos entendendo que um ciclo liga ao outro e uma coisa está*

ligada à outra, quanto mais você afastar as pessoas, mais violentamente elas vão invadir". A imagem que agora permeava a projeção era a de uma víbora negra que se dobrava em si mesma, mordendo sua própria cauda. *Unus Mundus*.

Ao final da palestra, Vitor mostrava figurações artísticas de bactérias, que se constituíam por uma multitude de elementos. Explicava: *"Os artistas têm maior capacidade de apreender a biologia que os próprios médicos, essa ideia de biosfera. A biologia é uma orgia, está tudo junto e misturado; Imagina dar um beijo. Nós somos isso aí. Se um surta, surta todo mundo junto. Se um indivíduo adoecer, a família inteira adoecer junto"* A saúde é um fenômeno coletivo, cultural. É um tecido. Tudo é rede. *"Ou a gente aprende a pensar em rede, ou vamos afundar na lama. Isto é biologia"*.

Ao final, o palestrante entoou um coro, que dizia: *"somos um círculo, dentro de um círculo, sem início e sem fim"*. Todos se levantaram de suas cadeiras e, de mãos dadas, formaram uma serpente humana, que pouco a pouco foi saindo do auditório com a orientação do médico. Eu estava ali no meio, diluído em uma unidade, que não diferenciava pacientes, terapeutas, estudantes, pesquisadores ou curiosos. *Somos um círculo, dentro de um círculo, sem início e sem fim*, repetíamos sem parar, como em um mantra oriental. Teatro de Spinoza. Terminamos em um dos pátios do hospital, formando uma grande roda de aproximadamente cem pessoas, que logo se dispersou.

Depois do curso, a Nise de Vitor Pordeus terminava de ganhar suas feições. Ela era teatral, artística, expressiva, festiva... mas era também uma Nise científica. E, ao mesmo tempo, um Nise política, na qual se encontravam saber e poder. Era uma Nise que, parecia-me, guardava muitas continuidades com aquela que havia navegado nas contracorrentes no capítulo anterior. Pois seu demônio continuava sendo Descartes, entidade que amalgamava a biomedicina e o Estado, a cidade e o mercado, em um sistema cartesiano e, portanto, violento e vil.

Entretanto, nos termos da psiquiatria contemporânea sobre a qual o palestrante dedicava sua atenção, a presença do cartesianismo se realizava não tanto em choques elétricos e cirurgias cerebrais, mas naquela curiosa substância denominada genericamente de *remédio*. Essa substância era, como aquelas intervenções antecedentes, posta sob suspeita. E dita suspeita, também como antes, era realizada sob a base de uma gramática da violência – pois, como dizia o apresentador: *é choque, tranca e droga*.

Engendrava-se, assim, uma outra psicopatologia, que não se dedicava propriamente a criar categorias diagnósticas. Sua base, de outra maneira, era uma *concepção de um mundo*, isto é, uma cosmologia, que se construía a partir da combinação entre a filosofia de Spinoza, a psicologia de Jung, a psiquiatria rebelde de Nise e a neurobiologia de Maturana. A continuidade entre esses autores residia sobretudo em sua noção de natureza, traduzindo-se em um espécie de monismo cósmico que ganhava forma na apresentação da imagem da bactéria interconectada, na cobra que mordida a própria cauda ou na dos nossos próprios corpos em cadeia. Mas, ainda, não se tratava de um monismo cósmico qualquer, mas aquele sobremaneira preocupado com a especificidade do fenômeno da vida: um *monismo vitalista*, portanto. Era a partir deste que, segundo o professor, seria possível criar outros conhecimentos, práticas e políticas sobre as doenças mentais. E era a partir das atividades de expressão, isto é, das imagens, que esses outros conhecimentos poderiam ser ativados.

O problema do *phármakon*

Essas tensões não são exclusivas desse campo. Também se fazem presente em um debate mais amplo em torno dos medicamentos considerados psicotrópicos, envolvendo profissionais de saúde, usuários e familiares, no Brasil e no mundo. A esse propósito, Rogério Azize (2008) sublinha que oscilam entre a denúncia de um tratamento reducionista, possivelmente violento e imediatista, e a afirmação da desculpabilização do usuário, da possibilidade de um maior protagonismo e da própria condição de declínio das internações médicas que caracteriza a reforma psiquiátrica. O autor destaca que a querela entre os defensores da psicofarmacologia e seus acusadores gira em torno sobretudo da ideia de *autenticidade*. Enquanto, para os primeiros, os psicofármacos são destinados à promoção de um *enhancement* e da liberdade de se reinventar a cada momento, para os segundos, trata-se antes de objetos artificializantes, potenciais promotores de um *self betrayal*, no qual a subjetividade é encarcerada em uma espécie de jaula química.

Philippe Pignarre (1999) também dá atenção ao tema, buscando entender a emergência da indústria farmacêutica sem se conformar com o tom condenatório presente nas críticas de orientação psicanalítica. O autor destaca que as tradições que se autoproclamam “humanistas” tendem a descartar a psicofarmacologia (e, de modo geral, a medicina alopática) enquanto prática destinada a reduzir o sujeito à sua doença,

frequentemente a partir da denúncia da brutalidade subjacente a seu uso e da afirmação da impossibilidade de medir o sofrimento psíquico. Baseando-se em uma abordagem sócio-técnica, Pignarre busca uma alternativa que leve a sério a trajetória do medicamento, suspendendo suas acusações em busca de reconstituir as relações que tornam possível sua difusão. Nesse sentido, o autor descreve o processo através do qual a psicofarmacologia se constitui enquanto uma máquina que opera a partir da fórmula do casal “molécula-indicação”, na qual testes consecutivos de novas substâncias consideradas mais ou menos similares às antecedentes, realizados sobretudo em animais vivos, tecidos e células (configurando “uma pequena biologia”) emergem concomitantemente a novos diagnósticos cada vez mais modificados (“configurando uma “pequena psicologia”). Mais do que condenar tal processo, o autor propõe que a perspectiva do paciente deva levar a palavra final sobre a indústria, a partir da conformação de associações e expertises que produzam saberes sobre os fármacos, tal como deveria ser feito em relação a qualquer outra substância.

De modo mais sutil, essa discussão aparece também na reflexão filosófica sobre a biopolítica no segundo pós-guerra, na esteira das propostas originais de Foucault. Nikolas Rose e Paul Rabinow (2006) propõem uma definição de biopoder que seja composta pela articulação de um corpo heterogêneo de atores sociais, tais como organizações não-governamentais, ativistas, pesquisadores, grupos de médicos e pacientes, em constante negociação por empreendimentos que tenham a vida como seu *telos*, incluindo novos modos de individualização e concepções de autonomia com seus direitos associados à saúde, à vida, à liberdade e à posse de uma forma de felicidade que, segundo os autores, é cada vez mais entendida em termos corporais e vitais. Nesse sentido, enxergam uma ruptura com as políticas de eugenia, apontando para a biopolítica contemporânea enquanto campo de ação, ou ao menos um campo indeterminado, no qual as hierarquias podem ser constantemente negociadas e mesmo invertidas. Diante disso, é possível entrever o quanto uma reorganização do poder médico passa a ser articulada entre as pesquisas biomédicas, a indústria farmacêutica e as políticas públicas de saúde, configurando uma nova ordem biopolítica.

Por outra via, em um pequeno e provocativo ensaio, o filósofo Gilles Deleuze (2008) segue sugerindo que, nesse mesmo período, as sociedades disciplinares tenham se transformado progressivamente em sociedades de *controle*. Essa nova configuração seria concomitante a uma crise generalizada das instituições de confinamento, a qual

cederia espaço a formas de controle ao ar livre. As produções farmacêuticas, junto a formações nucleares, manipulações genéticas e demais inovações tecnológicas, seriam apenas alguns dos dispositivos comprometidos com este processo, desvelado mais amplamente na ascensão do capitalismo financeiro e consubstanciado nas crises e reformas das empresas, escolas, hospitais e prisões. Um novo regime de dominação teria emergido deste fenômeno, passando dos internatos aos controlatos, dos moldes às modulações, fazendo com que a vigilância dos corpos se oriente em nível cada vez mais molecular.

Donna Haraway (2002) descreve a configuração de um novo regime em que vida, capitalismo e tecnologia imbricam-se cada vez mais profundamente, pensando nas possibilidades de resistência. À diferença de Deleuze, a autora deposita sua atenção na dimensão do *biopoder*, mais do que no da *disciplina*, embora, como aquele, aponte para sua insuficiência diante dessas recentes transformações. A autora sugere que a biopolítica, tal como descrita por Foucault, não passa de uma mera premonição para um campo muito mais aberto, consubstanciado em uma *política-ciborgue*, cuja característica fundamental seria a possibilidade de mobilização e luta em articulação aos artefatos informáticos e ao conhecimento das pesquisas de ponta. Em outras palavras, ela propõe que, mais do que lamentar pela perda de uma unidade perdida, seja necessário assumir a condição de ciborgues, isto é, do corpo enquanto dispositivo simultaneamente natural e artificial, híbrido de humano e máquina, o que poderia inclusive ensejar a insurgência de grupos minoritários. À imagem do poder prevalente nos argumento deleuziano, contrasta-se aqui as possibilidades de resistência.

Beatriz Preciado (2008) amalgama essas reflexões naquilo que define como *regime farmacopornográfico*. Segundo a autora, sobretudo a partir dos anos 1970, um terceiro tipo de capitalismo teria surgido, subsequentemente ao escravismo e à indústria. Trata-se de um novo governo dos vivos a nível global, caracterizado sobretudo pela gestão política e técnica do corpo, com especial atenção no sexo e na sexualidade. Nessa era, saberes como a psicologia, a sexologia e endocrinologia passam a adquirir autoridade material. Antigos conceitos como os de psiquismo, libido e consciência, feminilidade, masculinidade, homo e heterossexualidade passam a ganhar consistências tangíveis em moléculas comercializáveis e biótipos humanos, na condição de bens de troca de multinacionais farmacêuticas. Essa tecnociência, em articulação ao mercado, seria responsável por transformar a depressão em Prozac, a masculinidade em testosterona, a ereção em Viagra, e assim sucessivamente, ganhando a função não só de

descrever, mas de criar a realidade. No intuito de criar brechas nessa lógica, ao mesmo tempo que sem se desvencilhar por completo, a autora descreve sua própria autointoxicação corporal à base de testosterona sintética, tensionando sua identidade de gênero a uma zona limítrofe.

Diante da revisão desses autores, percebe-se que se há um terreno comum, este diz respeito à percepção de uma transformação dos regimes de poder a partir da segunda metade do século XX, na qual se verifica uma imbricação cada vez maior entre organismo e máquina, poder e tecnologia, corpos, saberes e intervenções, tensionando o estatuto de uma natureza radicalmente separada da política. As produções farmacológicas aparecem nessa configuração como um de seus possíveis fios condutores, constituindo-se ao mesmo tempo na condição de efeito e instrumento. Não obstante, a complexidade de pensar essa nova biopolítica reside justamente em uma aparente “ambiguidade” que faz com que ela possa designar tanto mecanismos de dominação, vigilância e repressão quanto margens de ação e de resistência. Dessa forma, também os medicamentos se inscrevem nessa zona de hesitação.

Que são os fármacos, essas substâncias que passam a integrar corpos e populações a partir da metade do século passado, cada vez mais intensamente? São ferramentas destinadas a um controle invisível do comportamento, espécie de *panópticos comestíveis*, como propõe Preciado à luz de Deleuze? Ou elementos de uma *política-ciborgue*, que podem ser mobilizados para a resistência de grupos subalternos e para a conformação de um novo tipo de humano, como nos termos de Haraway? Ou ainda recursos capazes de articular associações de médicos e pacientes e novos modos de experimentar a saúde, formando *biossociabilidades*, tal como sugerido por Rose e Rabinow?

O percurso pelas tramas da poção mágica no Engenho de Dentro atual permite conduzir a algumas observações fundamentais acerca da maneira em que essa problemática se desdobra no campo aqui abordado. Busca-se aqui, portanto, uma solução etnográfica. Tanto no Museu de Imagens do Inconsciente quanto no Hotel da Loucura, e tanto do ponto de vista de seus profissionais quanto do de seus pacientes, o reconhecimento da indispensabilidade dos fármacos (como tratamento regular ou emergencial) convive com uma preocupação em relação aos perigos de sua hiperdosagem, ou de seu recurso exclusivo, violento e abusivo. Essa convivência, contudo, não é nada impassível, e pode tender em variados graus para a posição crítica ou para a resignação, de acordo com múltiplas situações.

O ápice da crítica se encontrou nesta etnografia no flamejante curso de psicopatologia do coordenador do HL, que com sua imagem mais combativa, alerta sobre a inconclusão dos ideais da reforma psiquiátrica e os perigos da inserção do fármaco em um sistema que, nos seus próprios termos, é cartesiano, colonizador, publicitário e ideológico. Mesmo ele, entretanto, não nega de forma absoluta a necessidade de seu acionamento em ocasiões determinadas, conforme percebido ao longo do trabalho de campo. Esta posição o aproxima da própria Nise da Silveira – que, como demonstrado no capítulo anterior, também permitia a aplicação de doses medicamentosas mínimas, ainda que mantivesse uma crítica feroz ao que chamava de quimioterapia – e não deixa de se fazer presente, embora de maneira branda, nos outros sujeitos envolvidos nas práticas terapêuticas do referido hospital psiquiátrico, tal como observado no debate do grupo de estudos do MII.

Em todos os casos aqui evocados, demonstrou-se como, em determinados momentos, e da parte de distintos atores, os medicamentos aparecem dispostos a dopar os corpos de seus usuários, embotando sua criatividade, tornando-os vazios, desmemoriados, saudosos de um corpo que não pode mais voltar. Aqui, é a ideia da *camisa de força química* que surge à tona. No outro momento, que parece a todo tempo confundir-se, esses “mesmos objetos” oferecem a defesa, a base necessária, o método mais prudente, a promoção do bem-estar, a embreagem que funciona, o Deus que protege, a única saída.

Não se trata de um paradoxo – ou de um termo diversas vezes usado entre aspas aqui, uma “ambiguidade” – caso seja deslocada a ideia de que estas posições constituem diversas representações sobre o medicamento, isto é, distintos pontos de vista subjetivos sobre um mesmo objeto invariável. Antes, o que parece claro é que esses “mesmos objetos” não são, ao fim e ao cabo, *os mesmos*. A conjectura de estabilidade desses elementos – sustenta-se – advém sobretudo do que alerta Bruno Latour (1994) a propósito do projeto moderno de “purificação” das coisas. Embora este programa nunca tenha se realizado por completo – ao contrário, fazendo proliferar “híbridos”, nas palavras do autor –, sua hegemonia tende a redistribuir as coisas entre polos antagônicos, naturais ou culturais, obliterando seu pertencimento e sua própria capacidade de fabricação do social através de associações heterogêneas.

O encontro entre organismo e máquina, corpo e psicofármaco, só é fabricado, como alerta Vargas (2005), em agenciamentos que, justamente por serem imprevisíveis, despertam inquietudes e ensinam múltiplas reações. Por conseguinte, o que emergiu

nesta etnografia foram as controvérsias a propósito das *variações* que esses agenciamentos podem adquirir na relação entre terapeutas, pacientes e seus múltiplos objetos de mediação. Essa perspectiva vai de encontro ao que propõe Pignarre (1999), para quem o fenômeno da cura se realiza através de redes que afetam os pacientes. Estas redes, se certamente químicas, agindo de um maneira possível sobre o funcionamento biológico, não o são exclusivamente. Como diz o autor, chamando a atenção para a indissociabilidade entre os medicamentos e as mediações humanas, pode-se modificar um regime de atividade biológica, mas jamais se pode pretender estabilizá-lo infinitamente.

Aproxima-se, também, do que diz Madeleine Akrich (1995; 1996), para quem a ação terapêutica do medicamento não consiste exclusivamente em um efeito fármaco-químico, mas da configuração de uma *rede terapêutica*, cuja composição inclui profissionais, pacientes e objetos que realizam suas mediações (ou, nos termos da abordagem sócio-técnica, actantes humanos e não-humanos). Nesse sentido, a eficácia terapêutica é entendida mais como uma ação coordenada que ao medicamento em si, podendo adquirir distintos graus de harmonia. Na medida em que sua realidade não está previamente dada, o fármaco deixa de ser um produto em si mesmo, para tornar-se o vetor de relações seriadas, conjuntamente relevantes para a composição da dose.

Assim, o que está em jogo não é tanto o medicamento, mas os agenciamentos, e é em torno destes, de seu caráter variável e contingente, que se conformam anseios e moralidades. Pois tais agenciamentos, como qualquer jogo de conexões, de linhas movendo-se em várias direções, pode também entrar em curto-circuito. Como admite Akrich, as relações que atravessam e constituem o fármaco não deixam de ser relações de poder. Esse ponto se observa com nitidez em casos como o de crianças, presidiários e pacientes em reclusão, os quais são impedidos de administrar o medicamento por contra própria. Assim, é preciso sublinhar que as redes terapêuticas não se configuram sempre em um plano aleatório de simetrias. Diversamente, podem se inscrever em um jogo desigual de forças. Se o que faz o remédio ou o veneno é a dose, é também necessário sublinhar que configurações específicas a habitam e habilitam, expandindo a natureza de sua milimetragem.

Se o medicamento psiquiátrico aparece neste campo etnográfico como uma substância virtual, isto é, uma potencialidade que não é dada a priori, sua realização terapêutica segue sendo associada ao andamento específico de agonismos estabelecidos na configuração de uma biomedicina que permanece hegemônica, justamente por sua

ampla institucionalização no âmbito do Estado (na forma de sua distribuição nas unidades de saúde pública e de sua prescrição por parte de agentes estatais de profissão biomédica) e sua intrínseca relação com o mercado (através das indústrias farmacêuticas). Isto se verifica com ainda mais nitidez levando em consideração a inscrição dessa tensão, no caso etnográfico particular aqui abordado, em um sistema de saúde pública como o brasileiro. Não se trata aqui do uso de psicofármacos em consultórios privados, os quais requerem uma atenção etnográfica própria, mas sim de formas de tratamento de uma população precarizada, interna ou externa à instituição psiquiátrica. A dimensão da violação médica permanece aí uma possibilidade explícita ou latente para as partes envolvidas. Há uma sombra desse modelo de tratamento, que permanece mantendo a possibilidade de qualificá-lo como “invasivo”, embora, simultaneamente, “indispensável” e mesmo “benéfico”.

Viu-se, no capítulo anterior, como a tensão entre a psiquiatria biomédica e a psiquiatria rebelde pode ser entendida nos termos de uma cismogênese complementar (Bateson, 1972). Nesse sistema, se estabelece uma oposição retroalimentar, em que ambos os elementos convivem na prática, se co-constituindo, embora de maneira assimétrica. Isto significa que, diante da psiquiatria biomédica, a psiquiatria rebelde, se não é eliminada, permanece na condição desprestigiada, buscando novas formas de se adaptar à ordem biopolítica vigente. Em outras palavras, mais conclusivas, as mesclas concretas entre esses elementos (respectivamente, a administração medicamentosa e as oficinas de expressão) não são suficientes para eliminar as distinções supostamente “abstratas” entre ambas, as quais, outrossim, permanecem operando como um ruído. A diluição das correntes e contracorrentes no âmbito das práticas não deixa de confirmar a existência de uma oposição, que retorna aqui e ali para fazer lembrar sua hierarquia.

Como fogo *versus* água, as forças criativas das atividades de expressão e as forças sedativas dos fármacos parecem se enfrentar aí mutuamente, com a preeminência destas sobre aquelas. Essa distribuição desigual de forças se evidencia com precisão em uma frequente equação inversa surgida ao longo do trabalho de campo. Trata-se daquela estabelecida entre o efeito farmacológico e a criatividade. Tanto da perspectiva dos profissionais da instituição quanto de seus pacientes e demais frequentadores (psicólogos, médicos, artistas, estudantes, militantes etc), sempre em situações em que o controverso tema da medicação emergia à tona, parecia surgir também a fórmula segundo a qual aumentar a dose de remédios significa diminuir a capacidade criadora.

Essa fórmula evoca, ainda que indiretamente, o caso de Lúcio Noeman, tal como abordado no capítulo anterior, com a diferença de se estabelecer não a partir de uma cirurgia irreversível (como a lobotomia), mas desde um procedimento recorrente que pode adquirir maiores ou menores intensidades (a psicofarmacologia).

Talvez o mais explícito registro do tema se encontre em uma entrevista publicada com Nise da Silveira em parceria com o diretor do MII, na qual ele fala sobre a inexistência de novas gerações de artistas nas décadas mais recentes:

“Há também o espírito da época. A psiquiatria, hoje, é totalmente baseada em remédios, neurolépticos... O doente toma o remédio, vai pintar e não pinta. E me perguntam por que não surgem novos artistas no Engenho de Dentro. Como podem aparecer novos artistas se eles estão dopados?” (Mello [1977], 2009, p. 131)

Ao olhar desta pesquisa, o fato de que não haja artistas reconhecidos no atual Engenho de Dentro diz mais respeito às transformações do campo artístico – envolvendo o deslocamento do regime de grandeza romântico da arte moderna, com sua ênfase na singularidade e na autenticidade, para aquele mais característico da arte contemporânea, com seu acento nas mediações e nos materiais (Heinich, 2000) – do que exclusivamente ao tratamento medicamentoso. Como reconhece o próprio Mello, um certo *Zeitgeist* deve ser levado em consideração para entender esse fato. De todo modo, essa colocação contribui para entender em que medida essas substâncias são incluídas, embora de forma tensa, na terapêutica da psiquiatria rebelde.

Escatologia?

Indagou-se se a aliança – tácita, mais que tática – ocorrida a partir da década de 1980 entre a psiquiatria biológica e a reforma psiquiátrica poderia implicar na escatologia do Mundo Nise. Seria o desequilíbrio entre as correntes e contracorrentes tão desigual a ponto de eliminar por completo a psiquiatria rebelde? A experiência etnográfica aqui suscitada parece revelar não tanto essa fatalidade, mas a existência da reconfiguração de um desafio e, por conseguinte, de uma remodelação da disputa. O que acontece não é propriamente o fim do mundo, mas sim uma certa aflição que paira sobre aqueles que dão continuidade ao trabalho de Nise da Silveira.

Por um lado, constata-se que a psiquiatria rebelde permanece sendo aplicada em um sistema de saúde pública desinstitucionalizado a duras penas, ao mesmo tempo em que ancorado em grande medida na prescrição de medicamentos psicotrópicos. Essa desinstitucionalização, destaque-se, é apenas parcial, na medida em que a arquitetura do manicômio permanece no Engenho de Dentro, assim como suas enfermarias de internação, embora com capacidade reduzida. A concepção fiscalista com a qual a médica alagoana se deparou na metade do século XX, então consubstanciada em eletrochoques, lobotomias e outras terapias, permanece operando, desta vez adquirindo uma nova roupagem em um sistema psiquiátrico supostamente menos rígido e mais aberto a negociações. Dito sistema envolve tanto uma maior circulação dos pacientes com o mundo externo quanto a coexistência entre intervenções biomédicas e práticas de cuidado chamadas “alternativas”, envolvendo, como neste caso, atividades expressivas.

Por outro lado, vê-se que esta continuidade é acompanhada de um inarredável receio. Trata-se de uma certa sensação generalizada segundo a qual a articulação entre a psiquiatria biomédica, a indústria farmacêutica e o Estado possa vir a se tornar tão poderosa a ponto de eliminar por completo propostas alternativas como a de Nise da Silveira. Nessa melancólica configuração, que aparece mais como uma perspectiva eminente do que uma certeza do porvir, a loucura seria totalmente silenciada pelo dito “controle sintomatológico” característico do princípio ativo dos psicofármacos, ensejando, como contrapartida afim à reforma psiquiátrica, a possibilidade de vida fora das instituições para as pessoas acometidas por transtornos mentais. O remédio se concretiza, então, como *poção mágica*, e as atividades expressivas perdem sua razão de ser. Esse futuro improvável, porém imaginável, enseja ainda uma série de tentativas de resistência, no intuito de estabelecer um certo equilíbrio dinâmico entre as forças.

Quais seriam, então, o futuro provável e essas resistências? Para responder a essa pergunta, deve-se atentar novamente para a história dos saberes *psi*. A partir da década de 1980, concomitantemente à difusão da psiquiatria biológica, ocorreu também uma curiosa proliferação de terapêuticas alternativas, que poderiam ser qualificadas como pós-psicanalíticas, com especial destaque para as terapias corporais de orientação reichiana e as medicinas orientais, associadas ao horizonte da Nova Era. Como se sabe, algumas dessas práticas – a exemplo notável da acupuntura – chegaram a ser incorporados no Sistema Único de Saúde. No propósito de explicar a coexistência desse fenômeno com o momento de rebiologização dos saberes, Jane Russo (2001) descreve a ascensão de uma espécie de neorromantismo caracterizado pela recusa geral da visão

dualista da pessoa e do cosmos. Tal fenômeno é expresso tanto no campo da psiquiatria biológica, sob a forma de um fisicalismo reducionista, quanto no campo das terapias alternativas, caracterizadas por uma concepção holista da natureza. Em ambos os casos, de difusão simultânea, o que se verifica é a projeção de uma ambição monista responsável por conferir uma primazia ontológica ao corpo, eliminando o dualismo físico-moral, baseado na distinção radical entre um plano psíquico e um orgânico.

Deve-se reconhecer que a psiquiatria rebelde, embora em suas origens mais contemporânea ao intervalo entre a psicologização no Brasil dos anos 1950 e do *boom* psicanalítico dos anos 1970, caracteriza-se mais propriamente como uma espécie de ponto de transição na direção desse mais recente movimento neorromântico, configurando-se, portanto, com uma espécie de pós-psicanálise *avant-la-lettre* (com o perdão da contradição). Assim, embora as teorias e práticas de Nise da Silveira estejam ancoradas em uma representação psicológica da pessoa, manifesta em noções tais como *inconsciente* e *mundo interno*, simultaneamente verifica-se: a) uma recusa da psicanálise freudiana (acusada de racionalista e restrita à oralidade); b) a busca de uma prática terapêutica expressiva, atenta à corporalidade, aos afetos e aos materiais de criação; c) a ambição monista de aproximação entre psique e matéria, assentada na filosofia spinozista e também no apreço pela psicologia junguiana. Como disse Nise da Silveira a esse propósito, em trecho resgatado por Ferreira:

Há psiquiatras muito inteligentes, não levem ao pé da letra quando chamei de burrice exemplar da psiquiatria. Jung, por exemplo, não era só um psiquiatra, era um gênio. Foi um homem que levou a psique ao encontro da matéria. Ele reúne matéria e espírito e se aproxima de algo, em psicologia, muito próximo a Einstein. Uma coisa é considerar que matéria e espírito são uma coisa só. Outra é a visão cartesiana, que considera a matéria, o bicho, o homem uma máquina que funciona isoladamente com a razão no alto da cuca comandando” (Silveira apud Ferreira 2008, p. 9).

É, portanto, na radicalização dessa configuração monista, definida por um crescente interesse pelo corpo e por uma proliferação de saberes e de tecnologias de intervenção sobre o mesmo, que a hodierna psiquiatria rebelde deverá se colocar, caso queira subsistir. E, como demonstrou esta experiência etnográfica, é o que de fato acontece, a exemplo da palestra do coordenador do Hotel da Loucura. Sua releitura das teorias de Nise leva às últimas consequências a concepção de uma unidade entre mente

e corpo, revestindo-a ainda de um verniz biologizante de maneira muito mais forte do que aquela presente no trabalho de sua mestra, comparativamente mais psicologizado. Como sugere o próprio título de um de seus artigos escritos durante o período de doutoramento, “*Can Biology Help Us Understand Psychopathology?*” (Pordeus, 2017).

A biologia evocada por Vitor Pordeus, entretanto, não se traduz pela vertente neodarwinista, de herança materialista e mecanicista, mas por trabalhos que, como o do neurobiólogo chileno Humberto Maturana ou a filosofia de Spinoza, reativam a concepção vitalista em uma nova filosofia da natureza. Isto implica, por conseguinte, na marcante permanência de uma tensão. A opção pelo monismo, sozinha, não faz com que a coexistência entre a hodierna psiquiatria rebelde e a psiquiatria biológica seja pacífica ou harmônica, a despeito de suas aparentes comunhões. Pode-se afirmar, assim, que os termos da contenda não se dão mais tanto entre dualismo e monismo – com a aparente vitória deste segundo termo – mas entre mecanicismo e vitalismo, reafirmando a permanência dessa tensão nos saberes ocidentais (Silva & Duarte, 2016). No âmbito das ciências biológicas, ressurgem com as vertentes da neurociência mais fenomenológicas, atentas à plasticidade cerebral e à epigenética (Russo & Ponciano, 2002)

Essa disputa se dá em termos cosmológicos, relativos ao âmbito da filosofia da mente e de seus desdobramentos médico-científicos, se inscrevendo também fundamentalmente em uma biopolítica, implicada, por conseguinte, em projetos de cidade, gestão pública de saúde e modos de subjetivação. Não se deixe de lembrar que, finalmente, o coordenador do HL terminou sendo exonerado com base em argumentos controversos, depois de ter seu salário cortado da parte do poder municipal. Assim, trata-se aqui de introduzir essas tensões no que Foucault (1986) chamou de distintas *governamentalidades* do ser vivo, isto é, formas de exercício do poder sobre as populações através de dispositivos de segurança, técnicas de controle e produção de saberes. É o envolvimento irremediável das instituições e saberes psiquiátricos nessa configuração que apareceu aqui através das tramas do psicofármaco.

PARTE II
ELEMENTOS DE PSIQUIATRIA
REBELDE

CAPÍTULO 5 IMAGENS DO INCONSCIENTE

“Mudei para o mundo das imagens. Mudou a alma para outra coisa. As imagens tomam a alma da pessoa”.
(Fernando Diniz)

O inconsciente não pode ter um museu

Na década de 1980, Mario Pedrosa foi encarregado da organização do livro *Museu de Imagens do Inconsciente*, editado pela FUNARTE, como parte da Coleção Museus Brasileiros. A obra consistiu em um conjunto de estudos sobre os trabalhos dos principais artistas do Engenho de Dentro, destacadamente Fernando Diniz, Emygdio de Barros, Raphael Domingues, Adelina Gomes, Isaac Liberato, Abelardo e Carlos Pertuis, assinados pelo próprio crítico de arte, além de outros autores. Em suas primeiras linhas, o crítico afirma que é preciso que se sublinhe, desde já, que não se trata de um livro de arte, ou mesmo um catálogo de museu de arte⁶⁴. De outra maneira, diz: *“O propósito que nos reúne aqui não é este. É dar desenvolvimento à ideia, nascida naturalmente da experiência de terapêutica ocupacional a que Nise da Silveira deu início no Centro Psiquiátrico Nacional, no Engenho de Dentro, no ano de 1946”* (Pedrosa, 1980, p. 9).

Sobre esse caso, o artista plástico, ex-terapeuta da Casa das Palmeiras e criador do Espaço Aberto ao Tempo Lula Wanderley conta uma história. Por ocasião da abertura de um dos cursos de psicopatologia do HL, que contou com sua participação especial, ele afirma ter participado como assistente na edição do livro, envolvendo-se diretamente na seleção de suas imagens. Seu depoimento, porém, contradiz a citação antecedente. Segundo o próprio, o interesse de Mario era claramente distinto daquele de Nise: enquanto este preocupava-se com os atributos estéticos ou formais das obras, aquela despertava seu interesse sobretudo em seus aspectos simbólicos. Tomando partido do crítico, Wanderley criou o hábito de passar, por debaixo da mesa, figuras que, apesar de formalmente interessantes, seriam depreciadas por Nise, mais preocupada com sua interpretação psicológica.

Ao longo da pesquisa, essa distinção – por um lado, entre um interesse pelo caráter artístico das obras dos pacientes; e por outro, por seu valor científico – foi se tornando clara, encontrando seu ponto nodal sobretudo a partir do problema das

⁶⁴ Destaque-se que, apesar dessa afirmação, optou-se, por questão de convenção, por incluir a referida obra na sessão de catálogos do “Índice de Fontes” situado ao final desta tese.

imagens. Enquanto participava dos grupos de estudos do Engenho de Dentro, repetidas vezes ouvia menção à importância desses elementos no pensamento de Nise da Silveira. Um exemplo chamativo era quando alguém, desavisado, se referia ao Museu apenas como “Museu do Inconsciente”, e não em sua acepção completa, que seria “Museu de Imagens do Inconsciente”. Nessas ocasiões, os coordenadores tratavam sempre de explicar: “*Doutora Nise ficava possessa quando chamavam o Museu de Imagens do Inconsciente de Museu do Inconsciente. O Inconsciente não pode ter um museu!*”. A razão disso se fundamentava na ideia de que o acesso ao inconsciente nunca é direto, sendo necessária a intermediação por meio de desenhos ou modelagens, isto é, *imagens*.

Certa vez, do outro lado da cidade, escutei algo semelhante por ocasião de uma sessão do grupo de estudos da Casa das Palmeiras. “*Doutora Nise falava muito em imagens*, explicava Martha em uma reunião voltada para a leitura dos escritos da médica. Não era à toa que dois de seus principais livros, *O Mundo das Imagens* e *Imagens do Inconsciente*, contavam com o termo em seus títulos. No entanto, na capa da nova edição deste último, relançada em 2015 pela editora Vozes, a palavra *inconsciente* apareceria maior e mais destacada que a expressão *imagens*, impressa sobre um fundo aleatório. Diferenciava-se, portanto, da edição antiga, em que ambos os elementos eram dimensionados em pé de igualdade, sendo acompanhados por uma pintura de Carlos Pertuis, que representava “A Barca do Sol”. A mediadora da sessão de estudos se perguntava: será que Nise aprovaria essa nova capa?

Essas observações ensejam alguns questionamentos. Que lugar específico ocupava a imagem no pensamento de Nise da Silveira? Qual seria a sua singularidade em relação a uma longa genealogia que, na história do Ocidente, constituiu um campo de relações entre arte e loucura? Como – e contra o quê – surgiu o problema das imagens no projeto médico-científico da psiquiatria rebede? Qual foi o estatuto que elas ocuparam no conjunto de teorias, práticas e políticas compostas no mesmo? Quais foram as repercussões dessa característica para a constituição do Mundo Nise, e como se desdobram em sua atualidade? Essas perguntas servem de guia a este capítulo. Para explorá-las, é preciso levar em consideração reflexões de campos compósitos do pensamento antropológico e social, tais como a antropologia dos objetos, da arte e da cultura material.

A perspectiva sustentada no curso desta análise é, como antes, sobretudo oblíqua, e tem intenções históricas e etnográficas. Aqui preocupa-se, sobretudo, com três aspectos. O primeiro diz respeito aos distintos interesses despertados pelo encontro entre arte e loucura na tradição ocidental, levando em consideração a impossibilidade de determinar previamente quais artefatos são essencialmente artísticos e quais não. Essa perspectiva propõe uma investigação sobre os modos diferenciais de definição do estatuto da obra de arte e as relações sociais que engendram o reconhecimento artístico. Nesse sentido, respostas sociológicas como aquela proposta por Roberta Shapiro e Nathalie Heinich (2013) parecem rentáveis. Através de uma perspectiva empírica e pragmática, sem procurar definir o que é arte ou como ela deva ser considerada, as autoras buscam entender os processos de *artificalização* por meio dos quais determinadas atividades passam a ser vistas como produtoras de obras de arte e outras não. Como esse fenômeno se constituiu no terreno de contágio entre arte e loucura e, em particular, ao longo do desenvolvimento do trabalho de Nise da Silveira?

O segundo aspecto desta discussão, complementar ao anterior, se refere não tanto às relações e valores implicados naquelas contendas, mas ao próprio estatuto da imagem. Aproxima-se, para tanto, da proposta de Hans Belting (2005), o qual, também buscando evitar a definição apriorística da obra de arte, e afastando-se a um só tempo tanto da história da arte quanto da etnologia, propõe originalmente uma abordagem antropológica das imagens (*Bild-Anthropologie*), entendidas como objetos que escapam à tangibilidade histórica que permite classificação, datação e exibição, flutuando entre a escala física e mental. Inspirado em Jean-Pierre Vernant, propõe uma teoria da imagem na tradição ocidental que opera através de um jogo entre presença e ausência materializado em um meio de visibilização. Essa colocação permite indagar aspectos da teoria da imagem niseana, a qual será alvo de escrutínio nas páginas que se seguem.

Finalmente, um terceiro eixo do debate aqui suscitado trata das práticas de colecionismo e de seus agentes, os colecionadores. Essa discussão, transversal à história da antropologia, encontra especial campo de atenção na formação de coleções na tradição europeia e em seus desdobramentos, partindo sobretudo da expansão comercial e marítima do século XVI, concomitante ao surgimento dos gabinetes de curiosidades, e subsequentemente, depositando sua atenção em saberes tais como o folclore, a filologia, a história natural e a antropologia, até chegar aos modernos museus etnográficos (i.e. Pearce, 1995; Clifford, 1994; Price, 2011; L'Estoile, 2010; Stocking Jr., 1988 etc). Deseja-se aqui deslocar esse debate para o campo de contato entre a arte e psiquiatria,

para pensar no que Eurípedes Gomes da Cruz Jr. (2015) chamou de *coleções da loucura*, isto é, aquelas práticas de reunião, arquivamento e institucionalização de objetos produzidos por pacientes psiquiátricos. Como e para que fins tais obras passaram a ser alvo de interesse de colecionadores, e em especial, no caso da própria Nise da Silveira? Eis os questionamentos que guiam as próximas linhas.

Arte e loucura – uma genealogia

Nise da Silveira não foi a primeira médica a investigar a produção plástica de pacientes psiquiátricos. Objetos criados em ambientes asilares têm sido alvo de interesse intelectual desde as origens da psiquiatria. Sabe-se que, no final do século XVIII, se consolidava na Europa ocidental o declínio do modelo dos Hospitais Gerais que, a partir de meados do segundo milênio, abrigaram conjuntamente loucos, mendigos, blasfemos, libertinos, devassos, dissipadores, pobres e inválidos de todo o tipo. No horizonte do positivismo, a psiquiatria emergia como disciplina dedicada a destacar a loucura dos demais desvios. Nesse contexto, surgiram os asilos psiquiátricos, espaços de isolamento em que a insanidade passaria a ser tratada e examinada enquanto doença mental. A autonomização da loucura em relação às demais esferas não implicou, destaque-se, na autonomização dos loucos. Vivendo agora sob a jurisdição dos especialistas médicos, esses sujeitos passavam a permanecer confinados em ambientes caracterizados por um rigoroso regime de vigilância e julgamento. Tornavam-se objetos de investigação científica, tendo seu comportamento minuciosamente observado e categorizado de acordo com os sistemas classificatórios da psiquiatria (Foucault, 1997).

Entretanto, nos perímetros dos pátios, celas e corredores das inúmeras instituições europeias que adotaram o modelo asilar, uma série de objetos eram criados pelas mãos dos internos, seja espontaneamente, seja por algum estímulo da classe médica. Destaque-se que o uso de atividades artísticas como práticas constitutivas da psiquiatria remonta às origens do alienismo. Philippe Pinel, já em 1801, preconizava a pintura e a música como partes integrantes do tratamento moral, que definia a loucura enquanto excesso das paixões, em detrimento das antigas interpretações mágico-religiosas. Nesse contexto, anterior ao surgimento da psicanálise, a arte (embora não entendida nesses termos) era acionada como forma de labor ou passatempo educativo para os desatinados, então isolados nos asilos psiquiátricos. O psiquiatra alemão Johann Christian Reil também incentivava o envolvimento dos internos em atividades de estímulo sensorial a partir do uso de objetos e da fabricação de desenhos. Entretanto,

tais apostas, de caráter terapêutico, permaneceram tímidas se comparadas ao crescente interesse psicopatológico na produção plástica na loucura.

Ainda no século XIX, alguns estudos psiquiátricos sobre as criações de internos foram empreendidos, notadamente a partir da busca de correspondências entre categorias diagnósticas e atributos formais. Dentre estes, destacou-se o do psiquiatra francês Paul-Max Simon. De modo geral, tais objetos, ainda não categorizados como arte – desenhos, bonecos, esculturas, bordados, etc – chamaram a atenção de alguns médicos, que passaram a colecioná-los para fins científicos, publicando livros e artigos sobre a temática. Em sua maioria, seus trabalhos tratavam a produção plástica dos pacientes como um subproduto da doença mental ou, em outras palavras, como um meio de confirmação diagnóstica. Antes de constituírem obras de arte, tratava-se de produtos doentios de mentes doentias. O oitocentos é marcado por um interesse sobretudo psicopatológico no binômio entre arte e loucura.

Não obstante, deve-se apontar para algumas frestas. Para alguns intelectuais do período oitocentista, como Cesare Lombroso, um dos principais ideólogos da teoria da degeneração, haveria uma relação de afinidade entre a genialidade e a loucura. Tal postulado já abria espaço para um interesse estético nas produções de enfermos, considerados “degenerados superiores” (Andriolo, 2006). Destaque-se que a noção de gênio já havia sido trabalhada pelo pensamento filosófico de Kant, sendo posteriormente retomada por românticos alemães como Friedrich Schelling, para quem assumia a função de revelação do absoluto e de reunião dos elementos subjetivos e objetivos da natureza, que seriam consubstanciados na intuição estética expressa na obra de arte. É certo que, a partir de Lombroso, tal concepção passava a ser inserida no território da loucura de forma sistemática, embora ainda sem alcançar substancialmente o campo artístico de modo geral.

Seria somente a partir da virada do século que esse quadro passaria progressivamente a ser complexificado. O interesse psicopatológico seria a partir de então, se não suplantado, ao menos questionado e desafiado por um interesse estético. Em 1907, Marcel Réja, na França, escrevia sobre a produção do asilo Villejuif, em Paris, notando elementos propriamente artísticos nas obras dos internos e afastando-se das categorias clínicas. Em 1921, Walter Morgenthaler, na Suíça, publicava um livro inteiramente dedicado à arte de seu paciente Adolf Woffli. No ano seguinte, na cidade alemã de Heildelberg, a experiência do psiquiatra Hans Prinzhorn constituiu um caso de significativa repercussão. Prinzhorn, que também havia estudado história da arte,

impressionou-se com a criatividade dos pacientes do hospital em que trabalhava. No entanto, insatisfeito com sua diminuta coleção, passou a escrever cartas para outras instituições médicas de países como Alemanha, Áustria, Suíça, Itália e Holanda, às quais solicitava doações. Tendo seus pedidos frequentemente atendidos, o médico, com apoio do diretor Karl Wilmanner, conseguiu reunir por volta de 5.000 trabalhos, de 450 autores diferentes. No livro *Bildneri der Geisteskranken*, publicado em 1922, Prinzhorn compilava estudos sobre dez desses autores. Ensejava o apreço estético da arte dos loucos, argumentando que a pulsão criadora e a necessidade de expressão instintiva sobreviveriam à desintegração da personalidade (Frayze-Pereira, 1995).

Diversas exposições temporárias foram realizadas na França, na Alemanha e na Suíça entre 1929 e 1933, ano em que Prinzhorn veio a falecer prematuramente. A penetração dessas obras no campo artístico, todavia, sofreu uma violenta contraposição na década de 1930, quando a clínica de Heildelberg foi tomada pelo governo nazista. Carl Schneider, engajado no programa eugenista de exterminação dos doentes mentais, passou a fomentar exposições de Arte Degenerada (*Entartete Kunst*) na Alemanha e na Áustria, coordenadas por Joseph Goebbels. Sua curadoria tinha como intuito o estabelecimento de uma comparação pejorativa entre as pinturas produzidas no ambiente manicomial e a arte moderna. Os artistas elencados por Prinzhorn eram justapostos de maneira depreciativa a Paul Cézanne, Marc Chagall, Vincent Van Gogh, Henri Matisse, Wassily Kandinsky, entre outros. Sabe-se que a maioria daqueles veio a ser executada durante o programa eugenista de extermínio de doentes mentais que vigorou durante o nazismo. A coleção, contudo, sobreviveu, permanecendo hoje em exibição na Universidade de Heildelberg.

A despeito desse caso, a coleção de Heildelberg se tornou objeto de admiração de alguns artistas europeus, notadamente Max Ernst e Paul Klee, que finalmente consolidavam o interesse estético pelas criações de internos psiquiátricos. Tais artistas, destaque-se, produziam em um momento de eclosão de uma série de tendências artísticas, como o dadaísmo e o surrealismo, que procuravam se libertar dos cânones estéticos da pintura acadêmica ao encontrar uma forma de expressão mais espontânea. A busca da pureza artística, a valorização da imaginação e a retomada da arte em suas origens esteve no cerne das preocupações das vanguardas europeias do entreguerras. O interesse estético pela loucura encontrou nesse contexto fértil território de difusão, tendo ainda como fundamento a difusão da psicanálise.

Capitaneados por André Breton, os surrealistas, em particular, encontraram na teoria do inconsciente uma fonte temática e formal para a criação artística, embora tal interesse nunca tenha sido reconhecido pelo próprio Sigmund Freud. O interesse da psicanálise pelo fenômeno artístico pressupunha o exame das forças pulsionais envolvidas na atividade expressiva. Freud, no entanto, dedicou-se sobretudo a tratar da arte clássica. Os estudos sobre o “Moisés de Michelangelo” e sobre “a Sant’Ana, a Virgem e o Menino”, de Leonardo da Vinci, incluíram-se no hall de uma interpretação psicanalítica da arte (Rivera, 2002). Foram na verdade os artistas modernos os grandes responsáveis pela interseção entre suas teorias e o binômio arte e loucura.

Paul Klee, docente na Bauhaus, viu nas obras dos doentes mentais, assim como na das crianças, uma regressão aos estados primordiais, além de uma forma de se desfazer das convenções adquiridas na escola de arte. Sua trajetória marcadamente individualizada e independente do movimento surrealista não impede sua aproximação às experiências de outros artistas de seu tempo. Max Ernst, mais explicitamente, fez circular o livro de Prinzhorn entre os surrealistas, compartilhando-o com Paul Éluard, André Bréton, Salvador Dalí e Joan Miró. Um pouco mais tarde, a partir da década de 1940, o artista francês Jean Dubuffet, que também flertara com o surrealismo, e também travara contato com a obra de Prinzhorn, despontaria como uma das maiores referências nessa seara, tornando-se colecionador de obras produzidas por pessoas excluídas da cultura artística, como pacientes psiquiátricos, camponeses e sujeitos sem formação acadêmica em geral, conjunto que seria por ele chamado de “arte bruta”. Seu acervo se encontra hoje reunido no Musée de L’Art Brut, na cidade suíça de Lausanne (Gramary, 2005). Entre esses atores, pode-se afirmar, há em comum uma certa atitude surrealista, tal como definida por James Clifford:

“Estou usando o termo surrealismo num sentido obviamente expandido, para circunscrever uma estética que valoriza, fragmentos, coleções curiosas, inesperadas justaposições – que funciona para provocar a manifestação de realidades extraordinárias com base no domínio do erótico, do exótico e do inconsciente”. (Clifford, 2011, p. 122)

É necessário entender este momento da arte moderna ainda levando em consideração um de seus principais fenômenos transversais, qual seja, o primitivismo. Este termo não representa nenhuma escola ou movimento artístico em particular, mas se

refere sobretudo ao interesse, mais ou menos difundido entre os artistas modernos ocidentais, pela cultura e pela arte dos povos chamados primitivos (Motta & Dantas, 2009; Perry, 1998; Price, 2011). Tal interesse vinha em contraposição às concepções colonialistas e etnocêntricas prevalentes no século XIX, segundo as quais as sociedades não-ocidentais estariam atrasadas no curso da escala evolutiva, na condição de selvageria ou barbárie (Kuper, 1988). Acompanhava um interesse renovado na investigação antropológica sobre a mentalidade primitiva, nas práticas de colecionismo e na consolidação dos museus etnográficos e exposições coloniais. Era expressivo do que Benoît de L'Estoile chamou de gosto dos outros, isto é, um gosto por *“formas muito diversas de apropriação das ‘coisas dos outros’, entendidas em um sentido muito alargado de manifestações da alteridade cultural”* (L'Estoile, 2007, p. 20).

Apesar de manter em larga medida o vocabulário evolucionista, o primitivismo trazia uma inversão da ideia de inferioridade atribuída aos povos primitivos, enaltecendo sua pureza e simplicidade. Como sublinhou Luiz Fernando Dias Duarte, uma torção romântica do “primitivo” pode ser verificada em concepções em que o mesmo deixa de ser tosco ou informe para torna-se *“primordial, próximo ao essencial ou prístino da condição humana, por encenar um mundo de solidariedades práticas ou abstratas mais intensas e integradas, e por revelar uma espécie de verdade escondida à experiência moderna”* (Duarte, 2005, p. 171). Embora tal fenômeno perpassasse muitos campos, notadamente o do pensamento social, foi sobretudo entre os artistas que encontrou maior repercussão. No século XIX, as viagens de Paul Gauguin ao Taiti e suas ulteriores figurações são exemplares e estiveram entre as primeiras obras desse horizonte. Foi durante o período do entre-guerras e sobretudo entre os surrealistas, no entanto, que este ganharia maior amplitude.

Els Lagrou (2008) explora tal temática no caso dos surrealistas, dando particular ênfase ao interesse destes nos artefatos oriundos da África e da Oceania. Para a autora, a paixão dos artistas atrelados a esse movimento pelos fetiches dos povos ditos primitivos era concomitante a uma postura de oposição ao colonialismo europeu. Tratava-se, acima de tudo, de uma atitude surrealista. Colecionadores de objetos ultramarinos, esses artistas pareciam enxergar nessa alteridade uma solução para seus questionamentos sociais e existenciais. Esse interesse, no entanto, dizia mais respeito a eles mesmos do que aos próprios criadores de tais imagens. Lagrou sustenta que esses jovens intelectuais parisienses viviam uma fantasia primitivista, aquela segundo a qual *“o outro, normalmente considerado de cor, tem um acesso especial a processos psíquicos*

e sociais primários aos quais o sujeito branco teria o acesso bloqueado” (Foster, 1996, p. 175 apud Lagrou, 2008, p. 224).

Mas não somente os outros considerados “de cor” imbricavam-se na fantasia primitivista. Deve-se argumentar que esse fenômeno não se restringiu ao interesse dos artistas pelos povos distantes étnica e geograficamente. A distância psíquica também foi suscitada, sobretudo pelos artistas que, conhecedores da teoria psicanalítica, se interessaram pela arte produzida nos hospitais psiquiátricos. A fantasia primitivista era estendida aos ditos doentes mentais, cujo processo criativo era considerado mais espontâneo e livre das amarras sociais, tendo portanto profundas conexões com os processos inconscientes e primordiais da natureza humana.

É esse outro primitivismo do qual se trata aqui. O além social era mais amplo do que aparentava. Esses atores tomavam sua inspiração em filosofias outras diversas, as quais poderiam residir no Oriente, na loucura, na corporalidade, no transe etc (Duarte, 2005). Nesse sentido, não só os estrangeiros, mas também camponeses, ciganos, loucos, prostitutas e criminosos foram tomados como figuras de devoção pelos primitivistas, que trataram de inverter sua hegemônica representação negativa e de valorizar suas criações como matéria prima para os debates de vanguarda. Hal Foster (2004) destaca que artistas como Paul Klee e Jean Dubuffet estavam fascinados com as ficções de origem e queriam construir um projeto de alteridade próprio ancorados na “tríade estranha”, que incorporava no sentido de primitivo a arte dos alienados, das crianças e das culturas não-ocidentais.

É possível afirmar que semelhante ordem de fenômenos se configurou no Brasil? Em caso afirmativo, quais foram as suas especificidades? Em primeiro lugar, deve-se sublinhar que a reflexão da medicina brasileira sobre a criação dos pacientes psiquiátricos é praticamente concomitante ao contexto europeu. No Hospital Psiquiátrico do Juqueri, em Franco da Rocha, Osório Thaumaturgo César foi pioneiro ao escrever, ao longo da década de 1920, uma série de artigos acerca da expressão plástica de seus pacientes. Leitor das teorias psicanalíticas de Sigmund Freud e do próprio trabalho de Hanz Prinzhorn, César publicou, em 1929, o primeiro estudo brasileiro sobre o tema, intitulado *A Expressão Artística nos Alienados*. Nessa obra, fruto de uma pesquisa que já vinha se desenvolvendo ao longo da década, o autor já comparava a arte dos pacientes do Hospital do Juqueri com a dos povos primitivos da humanidade, apontando para a presença de um simbolismo universal (Andriolo, 2003).

Paula Barros Dias (2003) destaca que a experiência de Osório César não chegou a ter a mesma repercussão que o trabalho desenvolvido por Nise da Silveira no ateliê terapêutico do Engenho de Dentro, seja no meio artístico, seja no meio psiquiátrico. De fato, alguns artistas dos círculos intelectuais paulistas chegaram a visitar o Juqueri. É o caso de Lasar Segall, que tem alguns quadros figurativos sobre o hospital; Tarsila do Amaral, que foi companheira de César entre os anos de 1931 e 1932; e Flavio de Carvalho, que organizou com o mesmo a exposição *O Mês das Crianças e dos Loucos* no ano de 1933. Não obstante, é possível sublinhar que foi no Rio de Janeiro onde a produção pictórica dos pacientes psiquiátricos foi mais intensamente debatida.

Fernanda Peixoto (1999) ressalta que, por volta da década de 1940, uma atmosfera hostil à arte abstrata era instalada em São Paulo. Os modernistas, interessados particularmente no ideário nacionalista, atrelavam-se ao figurativismo como estilo pictórico ideal. Enquanto isso, o Rio de Janeiro abrigava artistas e críticos de arte mais próximos às experiências de vanguarda e ao abstracionismo, reunidos sobretudo em torno de Mario Pedrosa. Este grupo passou a frequentar o ateliê do Engenho de Dentro, distanciando-se cada vez mais do programa estético modernista e buscando outras alternativas de criação.

Pode-se afirmar, como propôs Glauca Villas Bôas (2014), que esse núcleo fez parte de um segundo programa estético modernista nas artes plásticas brasileiras, em contraste com um primeiro programa, cujo mito de origem costuma ser atribuído à Semana de Arte Moderna de 1922, envolvendo personagens como Di Cavalcanti, Mario e Oswald de Andrade, entre outros. Enquanto estes preocupavam-se com questões relativas à especificidade cultural do Brasil, aqueles atraíam-se pelas tradições estéticas formalistas e pela busca de uma linguagem universal para a arte.

As experiências ocorridas no hospital psiquiátrico do Engenho de Dentro envolvendo esse grupo foram tomadas como matéria prima para a formulação de um novo sistema de avaliação estética. O projeto modernista, preocupado em instituir uma produção pictórica voltada para a construção de uma identidade nacional, começava paulatinamente a ser questionado, instituindo outro regime de grandeza baseado na singularidade (Reinheimer, 2008). Como já explícito, Pedrosa acreditava que a qualidade das obras de Emygdio de Barros, Raphael Domingues e outros artistas comprovavam que a criação artística poderia ser independente de qualquer estudo formal e, mais do que tudo, independente de qualquer engajamento social, dada a sua condição marginal. A necessidade de referência à política passava a ser vista como um

empecilho para a liberdade de criação. Era este ponto que, ao fim e ao cabo, aproximava a arte dos internos do Engenho de Dentro ao ulterior desenvolvimento da arte concreta, a despeito de sua aparente dessemelhança estética.

Nesse contexto, Mario Pedrosa criou o conceito de “arte virgem” (Pedrosa, 1950) para analisar as criações dos pacientes psiquiátricos, aproximando-as daquelas presentes entre os povos primitivos e as crianças. As características capitais desse tipo de arte seriam a espontaneidade e a pureza, decorrentes da isenção desses grupos em relação a quaisquer convenções acadêmicas. Nesse sentido, a arte dos loucos, longe de constituir um mero subproduto da psicopatologia, provava que o impulso criativo estava presente em todos os seres humanos e constituía uma ferramenta privilegiada de acesso à imaginação. Esta lição deveria ser aprendida pelos artistas modernos em suas pesquisas estéticas. Otilia Arantes sustenta que Mario Pedrosa “*vai associar a invenção artística à imaginação solta – desvinculada de todas as convenções, sensível a todas as experiências novas, espontânea – da primeira idade, mental ou cultural*” (Arantes, 2004, p. 55). Quais são as continuidades e descontinuidades entre tal interesse e aquele delineado entre os artistas e intelectuais europeus desde a virada do século, particularmente no horizonte do primitivismo e do surrealismo?

A revisão dessa série de autores e acontecimentos permite que, por um lado, sejam feitas algumas sínteses, e por outro, que sejam levantadas algumas hipóteses. Pontuou-se que o interesse pela produção dos hospitais psiquiátricos remonta às origens da psiquiatria e que a relação entre arte e loucura foi revestida desde então de distintos vernizes. Para a maioria dos intelectuais do século XIX, prevaleceu a interpretação psicopatológica, que concebia os objetos produzidos por internos como sintomas comprobatórios de sua doença mental ou como mecanismos periféricos de tratamento moral. Os trabalhos de Hanz Prinzhorn, na Europa, e de Nise da Silveira, no Brasil, foram seminais no intuito de complexificar esse modelo, ao reconhecer o valor de tais artefatos e ao tensionar o interesse médico em busca de fundamentos científicos da psicologia da expressão. Ademais, a partir de suas obras, ampliou-se o que pode ser chamado de um terreno de contágio entre arte e loucura, no qual artistas engajados em distintos projetos estéticos modernistas passaram a se interessar pelas criações dos hospitais psiquiátricos.

Qual teria sido a particularidade de tal interesse no caso do ateliê do Engenho de Dentro, levando em consideração os artistas, curadores e críticos de arte que o frequentaram? Em primeiro lugar, deve-se apontar para um ponto em comum entre esse

caso e aquele que transitou entre os movimentos surrealistas e o chamado primitivismo na Europa. Pois persiste, em ambos os casos, uma certa associação entre infância, loucura e civilizações não-ocidentais, incluindo valorizações de “estados primordiais” da condição humana, reveladores de valores românticos como pureza, autenticidade, singularidade e simplicidade. As noções de “arte virgem” e de “arte bruta”, atribuídas respectivamente a Mario Pedrosa e Jean Dubuffet, são exemplares dessa proximidade, ambas comprometidas com a crítica à arte acadêmica⁶⁵. De modo geral, é possível afirmar que o problema da alteridade enquanto fonte de uma libertação para a domesticação dos sentidos se impõe na genealogia da relação entre arte e loucura no Ocidente.

Não obstante, pode-se afirmar que, na experiência das vanguardas europeias aqui revistas, a relação entre arte e loucura foi sobretudo marcada por uma estética da inspiração. Paul Klee, Marx Ernst, e posteriormente Jean Dubuffet, tomavam tais “estados primordiais”, vislumbrados nas obras de internos, como uma condição desejável para a boa criação, prezando uma sintonia entre as produções “primitivas” – em seu sentido estendido, incluindo no sentido de primitivos as crianças e os loucos, entre outros – e as pesquisas artísticas. Tal sintonia era realizada principalmente a partir da perseguição explícita de uma afinidade formal entre a produção “espontânea” de pacientes e as obras de vanguarda, que se propunham uma libertação das convenções acadêmicas, incluindo o uso de novas linguagens artísticas, como a fabricação de colagens e objetos. Basta olhar comparativamente para os trabalhos desses artistas e daqueles presentes em *Bildneri des Geisteskranken*, o livro organizado por Prinzhorn, para confirmar essa hipótese. O terreno de contágio entre arte e loucura é aqui marcado por uma relação de captura. Criar *como* os loucos, crianças e primitivos se tornou o paradigma da estética da inspiração.

O caso do Engenho de Dentro, diversamente, se definiu sobretudo por uma estética de conversão (Villas Boas, 2008). Os atores interessados na produção do hospital psiquiátrico também buscavam se liberar do academicismo predominante. Entretanto, não buscavam criar suas obras nos moldes formais daquela produzida pelos

⁶⁵ Segundo Gustavo Henrique Dionísio (2012), a semelhança entre esses conceitos oculta uma diferença substancial. Embora ambos se refiram a criadores estrangeiros da cultura hegemônica, aquele criado por Pedrosa (que conhecia, embora jamais tenha citado, a formulação prévia do artista francês) permaneceria no lastro de um modernismo, enquanto o de Dubuffet seria dirigido mais diretamente na implosão da própria noção de arte, dando valor, por exemplo, a objetos inacabados. Ao olhar dessa investigação, esta diferença também deveria ser entendida levando em consideração o estatuto de crítico de arte de Pedrosa e de artista, no caso de Dubuffet.

pacientes, mas sim tomá-las como prova cabal de que a arte não prescindia necessariamente de formação e de que a percepção e a criação das formas possuía um caráter universal. O terreno de contágio entre arte e loucura, neste caso, foi mais notadamente marcado pela ruptura e pela desestabilização. Foi neste sentido que, após a experiência no ateliê de Nise da Silveira, os artistas reunidos em torno da figura de Mario Pedrosa voltaram-se sobretudo para a seara da abstração geométrica, possibilitando as bases do concretismo no Rio de Janeiro e de uma proposta de arte autônoma, independente dos ideários nacionalistas e figurativistas até então prevalentes. Esta hipótese parece fundamental para não tomar o caso brasileiro como um mero epifenômeno ou reflexo das vanguardas europeias, assim como para ampliar o conhecimento sobre as distintas aproximações possíveis entre arte e loucura nas sociedades vinculadas à tradição ocidental moderna.

É possível constatar que a existência desse caso teve efeitos positivos no sentido de promover a possibilidade de artificação dos trabalhos desenvolvidos por pacientes psiquiátricos no Brasil. Primeiramente, destaque-se que as obras do Engenho de Dentro foram objeto de variadas exposições subsequentes externas ao Museu de Imagens do Inconsciente, realizadas em numerosas instituições de arte⁶⁶. Além disso, desde então, um interesse renovado no binômio arte e loucura se multiplicaria por outras searas, envolvendo destacadamente o descobrimento da obra de Arthur Bispo do Rosário, interno da Colônia Juliano Moreira, a partir da década de 1980, e a própria implementação de oficinas de arte nas políticas públicas de saúde mental, que começaria a ganhar forma na década seguinte, com o surgimento dos primeiros serviços substitutivos de atenção psicossocial. Esses últimos casos, embora heterogêneos entre si, não obliteram ou se opõem à importância da repercussão das obras do Engenho de Dentro, mas podem se apresentar em continuidade.

Exemplo disso é sua consagração simultânea na exposição *Brasil 500 – Mostra do Redescobrimento*, realizada simultaneamente nas mais importantes instituições culturais do Brasil no ano de 2000, com a visita de milhões de pessoas. O evento, criado para ser a maior exposição de arte da história do país, foi promovido pela Associação Brasil500, que angariou uma equipe de curadores e professores universitários, ensejando a publicação de catorze catálogos. Seu propósito foi o de empreender uma revisão das artes visuais na identidade cultural do povo brasileiro sem deixar de atentar

⁶⁶ Luiz Carlos Mello oferece uma lista completa dessas mostras (Mello, 2014, p. 329).

rastrear suas alteridades, como ressalta seu conteúdo programático. No caso do Rio de Janeiro, o evento se distribuiu por distintos módulos, tais como “Arte Barroca”, “Artes Indígenas”, “Cangaço”, “Carta de Pero Vaz de Caminha”, “Negro de Corpo e Alma”, entre outros. “Imagens do Inconsciente” foi um destes, incluindo tanto as obras dos artistas que frequentavam o ateliê criado por Nise da Silveira quanto outros, tais como Bispo do Rosário, Albino Brás e Aurora Cursino dos Santos.

A mostra Imagens do Inconsciente foi realizada no Paço Imperial, entre 18 de outubro e 19 de novembro de 2000. Como escreveu Lauro Cavalcanti, então diretor da instituição, a associação entre expressões modernas, subjetividade, relatos biográficos e psiquiatria são antigas, fazendo menção a uma exposição realizada por Cicero Dias no salão da Policlínica do Rio de Janeiro, graças ao apoio de Juliano Moreira. A referência principal, contudo, recai no Engenho de Dentro:

“Dois pioneiros merecem referência especial: Dra. Nise da Silveira e Mario Pedrosa. A primeira, pelo seu precioso trabalho na fronteira entre terapia e arte; Mario Pedrosa foi inovador em examinar, sem preconceitos, o conteúdo plástico da obra de artistas com problemas psicológicos acentuados. Através da mostra Imagens do Inconsciente, o espectador poderá travar contato com uma das mais significativas produções artísticas do século XX. E constatar que Arthur Bispo do Rosário, Raphael Domingues, Emygdio de Barros e Fernando Diniz são nomes importantes na arte brasileira, independentemente de categoria ou de seus quadros mentais (Cavalcanti, 2000, p.179).

Esboçou-se, aí, uma linha de continuidade entre todos esses casos, tendo como pano de fundo comum a assunção de seu estatuto artístico. Não é inadequado afirmar, portanto que, pensando no caso brasileiro, a artificação triunfou sobre a desqualificação da interseção entre arte e loucura, assim como sobre sua patologização.

FM – Almir, faça-lhe mais perguntas, já que você se animou a me responder (o que deixou este jovem pesquisador muito contente e curioso...). Os artistas que ficaram conhecidos do grande público foram os '9 artistas do engenho de dentro', entre outros... Porém, há aqueles que não eram gênios da pintura e que ficaram no anonimato. Quase não se fala destes. Quem e como eram? Tem alguma recordação?

AM – *“há os artistas que nunca foram descobertos porque o acaso não quis. todas obras do m.i.i. tem interesse psicológico. uma minoria, também de interesse artístico”*.

FM – Há vários casos registrados na história da arte sobre o interesse de artistas sobre criações de internos psiquiátricos. No entanto, o caso do Engenho de Dentro parece singular. Chama a atenção que seu trabalho - assim como de Ivan Serpa, entre outros - não tem afinidade 'estética' com os de Emygdio, Raphael etc. Qual era então o elo que os conectava?

AM – *“o caso do engenho de dentro é singular porque se originou de uma constelação também singular. não há afinidade estética entre meus trabalhos e os trabalhos de emygdio ou raphael, porquê eu não ensinava o que eles deviam fazer. eu aprendia. ivan serpa também aprendia. ele não resistiu e tentou copiar os desenhos de Rafael. palatnik e eu o criticamos severamente. hoje esses desenhos não se encontram mais em sua obra. o elo que me conectava era a fascinação que ainda hoje emana de suas obras”*.

O interesse niseano

Diante dessa revisão, entretanto, falta explicitar quais foram os fundamentos do interesse da própria Nise da Silveira no trabalho com imagens. Viu-se, no primeiro capítulo, em que medida o papel de Almir Mavignier foi crucial no desenvolvimento do ateliê do Engenho Dentro. É possível que a própria ideia original de implementação de atividades expressivas na STOR tenha partido dele, sem que estivessem nos planos da psiquiatra. De todo modo, o fato é que, depois do início desse trabalho, não tardou muito para que Nise formulasse sua própria teoria e método de leitura das imagens.

Sua formulação começa a se delinear já no texto “9 Artistas do Engenho de Dentro”, escrito por ocasião da exposição do MAM-SP, realizada em 1949, poucos anos após o retorno ao serviço público. No trabalho, Nise admite que o diretor da instituição não teve dúvidas em atribuir valor artístico verdadeiro às obras dos internos, apesar da provável surpresa que essa opinião possa causar na maioria das pessoas, comprometidas com a consideração de que os loucos são seres embrutecidos e absurdos. Assim, diz: *“Custará admitir que indivíduos assim rotulados em hospícios sejam capazes de realizar alguma coisa comparável às criações de legítimos artistas – que se afirmem justamente no domínio da arte, a mais alta atividade humana”* (Silveira [1949], 1996, p. 91). Apesar dessa observação, a psiquiatra rebelde se dedica a

incrementar uma concepção própria, não necessariamente afinada com a problemática da legitimidade artística.

Segundo Nise da Silveira, é surpreendente o número de doentes mentais que buscam a solução gráfica, sendo frequente que desenhem sobre as paredes ou em qualquer pedaço de papel que lhes caia nas mãos: *“Mesmo os mais inacessíveis, de contato mais difícil, raro deixam de desenhar se lhes entregamos o material necessário”* (ibid., p. 95). Há uma explicação conferida por Nise a este fato. Trata-se de um problema da psicopatologia genética. Ocorrem, nas psicoses, processos regressivos que reconduzem o indivíduo a fases anteriores do seu próprio desenvolvimento ou mesmo da evolução da humanidade.

Sem fazer referência direta a Claude Lévi-Strauss (que só publicaria *O Pensamento Selvagem* em 1962), a médica não deixa de evocar no trecho a famosa passagem entre o pensamento abstrato e o pensamento concreto como o fundamento da produção de imagens na esquizofrenia: *“O pensamento abstrato, aquisição mais recente, cede lugar na doença ao pensamento concreto, isto é, as ideias passam a apresentar-se sob a forma de imagens”*(ibid., p. 95). Contudo, à diferença do pai fundador da antropologia estrutural, mais preocupado com os modos diferenciais de classificação do mundo natural, é a distinção entre a linguagem verbal, atribuída à lógica, e a linguagem imagética aquela usada por Nise por definir os dois tipos de pensamento. *“Uma vez cindido e submerso o pensamento lógico, fica simultaneamente prejudicada a linguagem verbal que é seu instrumento de expressão. Desde que seu pensamento flui agora em imagens, o indivíduo muito naturalmente usará exprimir-se reproduzindo-as”*. Eis o primeiro par de oposições a ocupar a teoria das imagens de Nise da Silveira: verbo *versus* imagem.

Em relação aos modos de projeção dessas imagens, Nise faz uma distinção entre aquelas que ocorrem impulsivamente, sem intencionalidade, manifestando-se de forma intensa e viva, multiplicando-se em número espantoso, e aquelas que se apresentam no momento de transformação do ego, em que este *“começa a lançar frágeis pontes para o mundo real”*. Neste caso, caracterizado por um maior controle, do pensamento esquizofrênico, *“os modelos interiores vêm juntar-se objetos do mundo exterior recordados ou vistos no presente, a produção diminui e faz-se através de trabalho mais demorado, o colorido se enriquece de nuances”* (ibid.). Aqui, aparece um segundo par de oposições de fundamental importância para o pensamento niseano: mundo interior *versus* mundo exterior. Quando há passagem do primeiro para o último, a atividade

artística pode adquirir o sentido de um processo curativo, tendo as imagens como termo intermediador. Por esse motivo, Nise da Silveira justifica a importância da instalação dos estúdios de pintura e de escultura nos hospitais psiquiátricos, observando neles um duplo potencial: 1) o estudo dos mecanismos psicopatológicos que se tornam patentes nas produções plásticas; e 2) a função terapêutica da atividade artística.

Esse interesse *psicopatológico*, contudo, contrasta com aquele presente nas obras de intelectuais do século XIX aqui revistos, na medida em que estes estavam interessados sobretudo em estabelecer correspondências entre atributos pictóricos e categorias diagnósticas, enxergando as próprias produções como doentias. A psiquiatra rebelde, diversamente, buscava enxergar nas imagens conteúdos inconscientes e em seu próprio ato de criação uma eficácia curativa. Nise da Silveira apresenta, portanto, um interesse científico, que se traduz também, a um só tempo, como método de tratamento, podendo ser caracterizando, portanto, como mais *psicológico* do que *psicopatológico*.

Curiosamente, no mesmo trabalho, Nise se dedica a responder ao grande enigma da relação entre a genialidade artística e loucura na tradição ocidental, que formula da seguinte maneira: “*Se nascem no inconsciente as fontes de toda a inspiração e o louco é aquele que foi invadido pelas torrentes subterrâneas, estão estaria ele mais que ninguém em condições de criar obras de arte?*” (ibid., p. 96). Trata-se de questionar, em termos mais simples, se todo louco é artista. A resposta é cética e, talvez, tampouco se constitua propriamente como uma resposta.

“Decerto, não basta sonhar acordado, ter contato íntimo com as imagens primígenas, falar a linguagem arcaica dos símbolos, sofrer a tensão de intensos conflitos. Trata-se de artistas sadios ou de artistas doentes, permanece misterioso o dom de captar as qualidades essencialmente significativas seja dos modelos interiores seja dos modelos do mundo exterior. Haverá doentes artistas e não-artistas, assim como entre os indivíduos que se mantêm dentro das imprecisas fronteiras da normalidade só alguns possuem a força de criar formas dotadas do poder de suscitar emoções naqueles que as contemplam” (ibid.).

Em trabalhos subsequentes, Nise da Silveira confirmaria e aprofundaria sua linha de pensamento. Em “O Que é a Casa das Palmeiras”, a médica distancia-se mais uma vez da perspectiva psicopatológica clássica: “*Se o observador sofre da deformação profissional característica do médico, inclinar-se-á a ver nas criações da imaginação*

coisas inconsistentes ou patológicas e rotulará apressadamente essas ideias, imaginações e ações como material produzido pela doença” (Silveira [1986] 1996, p. 87). Estabelece uma diferença, também, em relação ao interesse estético, embora admitindo sua possibilidade: *“jamais teremos a pretensão, está claro, que nossos clientes realizem obras de alta qualidade artística (o que, às vezes, acontece!)”*. Seu objetivo, diversamente, é confessadamente terapêutico: *o mais importante é que o mundo interno dissociado tome forme e encontre meios de expressão através de símbolos transformadores que o aproximem cada vez mais do nível consciente*” (ibid., p. 81).

Chama a atenção, aqui, o verniz psicanalítico com o qual Nise passa a revestir sua teoria: o mundo interno é associado ao inconsciente, ao passo que o externo, à consciência (ou, por derivação, à *realidade*). É sob a égide dessa teoria que a prática terapêutica é recomendada à sua equipe técnica:

“Convivendo com o cliente várias horas por dia, vendo-o exprimir-se verbal ou não-verbalmente em ocasiões diferentes, seja no exercício de atividades individuais ou de grupo, a equipe logo chegará a um conhecimento bastante profundo de seu cliente. A experiência demonstra que a volta à realidade depende em primeiro lugar de relacionamento confiante com alguém, relacionamento que se estenderá aos poucos a contatos com outras pessoas e com o ambiente” (ibid., p. 81).

Os trabalhos desenvolvidos de acordo com esse método eram realizados sempre espontaneamente, na presença de monitores. Esses espaços não ofereciam uma formação artística, mas um ambiente terapêutico de livre-expressão. Critérios estéticos relativos à beleza das formas eram desconsiderados. Como certa vez afirmou Nise em uma entrevista conferida a *Rádice*:

“Eu tinha bons amigos, mas de uma maneira geral a terapêutica ocupacional não goza de bom conceito na nossa cultura. Por exemplo, com a pintura: começavam aquelas lendas de que eu queria fazer artistas. Sempre evitei a palavra arte, nunca usei nem arte-terapia; eu uso a expressão dar forma às emoções, às imagens do inconsciente. A palavra arte já implica numa valorização, embora eu ficasse muito contente quando chegavam pintores e críticos de arte que achavam que muitos trabalhos eram de excelente qualidade. (...) eu guardo com o mesmo cuidado uma pintura ou um rabisco”. (Silveira [1976-1977] 2009, p. 53).

Essa orientação valia tanto para a Casa das Palmeiras quanto para o Museu de Imagens do Inconsciente, dois eixos do pilar terapêutico do Mundo Nise. Mas foi sobretudo no âmbito deste último, situado em uma instituição hospitalar cuja população era em sua maioria interna, que a médica registrou seus mais profundos estudos de caso. Isto se deu através da leitura das produções imagéticas de seus pacientes, publicadas em suas duas grandes obras, *Imagens do Inconsciente* (Silveira, 1981) e *O Mundo as Imagens* (Silveira, 1992).

Paixão e morte de um homem: o caso de Isaac

Isaac era filho único. Perdeu o pai, um rico negociante, aos nove anos. Sua mãe, dona Natália, era uma mulher apegada, que mimava e superprotegia sua prole. Na tentativa de tornar-se independente, estudou radiotelegrafia e, aos dezenove anos, ingressou na marinha mercante brasileira, fazendo a linha para a Europa. No intervalo entre suas viagens, namorou uma bonita vizinha, com a qual viria a se casar. No entanto, um caso de infidelidade da parte da esposa foi deflagrado, levando-os à ruptura, três meses após o comprometimento. Manifestaram-se imediatamente graves perturbações emocionais e emoções violentas, desordenando sua vida psíquica. Foi uma catástrofe. O rapaz foi internado no Hospital da Praia Vermelha em dezembro de 1930.

Essa história, intitulada “Isaac: Paixão e Morte de um Homem”, é um dos estudos de caso a habitar o livro *O Mundo das Imagens*. Neste, Nise faz menção a seus relatórios da observação clínica durante o período. Entre 1930 e 1931, os documentos descrevem o marinheiro como um paciente calmo, orientado e cordial, que, no entanto, manifestava desejo de sair e de viver no estrangeiro. A partir de 1932, entretanto, há uma mudança de tom: “*Sensível decadência mental; já não mantém diálogo. Riso inoportuno. Afetividade muito comprometida*” (Silveira, 1992, p. 44). Em um relatório de 1933, lê-se: “*Estado de alheamento da realidade. Perguntado se deseja sair do hospital, responde sim. ‘Quero ir para a Espanha, para ver as pequenas’. Não manifesta afeto à mãe. Mistura coisas disparatadas em longos monólogos. Orientado no meio e no tempo*” (ibid.). 1939: “*Prossegue o abaixamento do nível intelectual. Desorientação completa no tempo e no meio. Inafetividade*” (ibid., p. 44).

A psiquiatra critica o fato de que, ao longo dos nove anos nos quais foram realizados estes registros médicos, desatentou-se à “*problemática afetiva*” de Isaac, apesar das dicas nítidas que ele dava, em respostas aparentemente desconexas. Na

década de 1940, o interno foi transferido para o Hospital Gustavo Riedel, no Engenho de Dentro. Os registros mantiveram-se no mesmo estilo.

Totalmente distinto era o tom dos relatórios dos monitores do ateliê de pintura, que passou a ser frequentado por Isaac logo de sua fundação, nos quais se evidencia um interesse contínuo pela atividade. Ele era o primeiro a chegar e logo procura material para dar início ao trabalho. Na folha de 1957, registra-se: “*interessado como sempre, pinta com prazer estampado em seu rosto, principalmente se for tela e com óleo*”. 1962: “*trabalha com grande entusiasmo*”. Segue a descrição da própria Nise: “*relacionamento excelente com as monitoras. Gosta de lhes contar histórias fabulosas. Colabora com elas quando lhe pedem para fazer convites e cartazes para as festas da STOR*” (ibid., p. 45).

A leitura de suas imagens tornou-se fundamental para a compreensão de seu estado psíquico. Segundo a médica, havia uma flagrante diferença entre sua linguagem verbal e sua linguagem plástica: “*Ele raramente constrói proposições – sua linguagem é agramatical e cheia de neologismos. Entretanto, através da linguagem plástica narra uma história diretamente compreensível e concatenada, que jamais verbalizaria*” (ibid., p. 45). Na sequência, Nise seleciona uma série de pinturas, relacionando-as à trajetória de seu criador. Inclui-se, nesse conjunto, uma recordação de infância, na qual um menino, com uma luneta, vislumbra o horizonte marítimo, o que espelharia sua escolha futura escolha profissional; além desta, a representação de um navio dentro de uma bola de cristal que, segundo a leitura da psiquiatra, indicaria a imaginação da mulher amada em seus períodos de viagem; finalmente, irrompem as pinturas que representavam diretamente o seu relacionamento com a esposa.

De acordo com Nise, foram centenas as imagens desse gênero, constituindo o que chamou de *fase narrativa*. Entretanto, a sequência foi marcada por um esgotamento desse estilo em favor de outro, marcado por *imagens simbólicas*: “*Agora, a energia psíquica que se achava estagnada, aderida à história pessoal, poderá mover-se, fluir, segundo uma linha definida, embora inconsciente*” (ibid., p. 49). É então que aparecem imagens que permitem a leitura, em nível mais profundo, da problemática de Isaac, oferecendo a chave que explicava por que ele não conseguiu superar sua crise passional: “*Funcionando principalmente como transformadores de energia psíquica, esses símbolos permitirão que Isaac, mesmo habitando um hospital psiquiátrico, alcance níveis mais altos de desenvolvimento*” (ibid.).

Foi sobretudo em torno de sua mãe que tais símbolos se configuraram, tornando-se receptáculo de projeções do *arquetipo-mãe*. Dona Natália, depois de perder o marido, foi vendendo aos poucos seus bens até a falência e a solidão. Graças a uma licença do diretor do hospital, permaneceu o resto de seus dias residindo no hospício, ao lado do filho. Quando complementou oitenta anos, o diretor do Centro Psiquiátrico Pedro II promoveu uma homenagem em sua honra, com discurso e flores. Segundo Nise, Isaac passou a representar em imagens o relacionamento com a mãe através do simbolismo da árvore, representação do materno e de sua ambiguidade constitutiva. “*A árvore é protetora e nutridora, mas poderá também sufocar o desenvolvimento de outras plantas*” (ibid., p. 50).

Na sequência, Nise apresenta uma nova seleção de imagens do radiotelegrafista, encarnando tanto seus aspectos positivos quanto negativos. Assim, vê-se pinturas de pares de árvores, na qual uma se apresenta como dominante (indicando a mãe, e a segunda, envergada, designando o filho). Nise evoca o mito grego do jovem Átis, filho amante da deusa Cibele, que se castrou sob um pinheiro, enlouquecido por sua ciumenta e possessiva mãe. Em uma delas, a árvore-mãe é queimada, mas atingindo também a árvore filha. Nise lembra que Isaac várias vezes irritou-se contra e tentou mesmo agredi-la quando ela importunava demasiado, a ponto de proibir sua entrada no ateliê de pintura. Em outra pintura, vê-se as copas das árvores unidas, indicando a ambivalência dos sentimentos do filho, que não consegue se desprender da mãe. Ainda, Nise apresenta uma imagem de uma árvore isolada de um grupo, parecendo representar seus impulsos para afirmar-se como indivíduo. “*A pintura é um espelho da situação de Isaac*” (ibid., p. 52). 327, de um total das 3.144 pinturas de Isaac, conteriam árvores em seu conteúdo pictórico.

No final de sua vida, a imagem da mulher amada voltaria à tona, desta vez não mais coroada ou arrependida, mas fora de qualquer contexto. Era como se ele tentasse, através do estudo das diferentes expressões das imagens, “*o conhecimento e aprofundamento do enigmático ser feminino. Esse ser que é a um só tempo a mulher amada e a mulher interior, componente intrínseco dele mesmo, encarnação do princípio feminino existente em todo homem (anima)*” (ibid., p. 56).

Isaac morreu com o pincel na mão, em 1966, vítima de enfarte do miocárdio.

Ao mesmo tempo em continuidade e descontinuidade com a leitura de Nise da Silveira, está a de Mario Pedrosa, que dedicou uma seção do livro Museu de Imagens do Inconsciente – aquele que abre este capítulo – ao caso de Isaac. Como no caso anterior,

o texto começa com referências a seus dados biográficos (nascimento e profissão) e a seu caráter: “*Não perdeu nunca seus modos e gostos aristocráticos, e essa qualidade aparece na interiorização nostálgica e enigmática de suas figurações. Não é de se admirar esta interiorização quando se sabe hoje que Isaac foi o homem que nunca esqueceu a mulher amada*” (Pedrosa, 1980, p. 140). Esse detalhamento logo cede espaço à análise dos atributos estéticos das obras de Isac, referentes a seu desenho, postura, contorno, tons e cores, para depois reconectá-los ao ser de seu criador, não muito longe da concepção de sujeito niseana: “*Aqui, a flama de subjetividade alimenta-se de si mesma, sem retorno. Isaac reduz tudo ao contato interior, sem condutos objetivos, sem rumores de fora, numa vivência que é antes auto-expressão ardente e pura desmatéria*” (ibid., p. 142). Pedrosa o descreve como uma pessoa bem humorada e cativante, que sabia tocar improvisações ao piano. Certa vez, quando a monitora do ateliê voltou de férias, lhe perguntou: “*Onde você andou? Pensei que lhe tivessem internado no hospício*” (ibid., p.144).

A leitura desse estudo de caso – um entre outros, alguns dos quais serão trazidos à baila ao longo desta tese – deixa claro o interesse niseano no estudo das imagens. Trata-se, para ela, de ferramentas de visualização do inconsciente, servindo como espécies de *espelhos da história pessoal*. Emerge, daí, a noção de pessoa em jogo em seu pensamento, correspondendo à representação de uma instância singular radicada no interior do sujeito que o constrange às expensas de sua vontade e consciência. Essa concepção, como demonstra ampla bibliografia (i.e. Duarte, 2003; Salem, 1992; Russo, 1997 etc), corresponde a uma das faces do individualismo moderno, presente no alienismo, no romantismo e na psicanálise, ganhando forma mais explícita na noção de *inconsciente*.

Dita concepção se caracteriza, fundamentalmente, pela interiorização e divisão-de-si, em contraste com a noção de um indivíduo “senhor-de-si”, livre, igual e responsável, como no ideário cidadão da democracia moderna, tal como descrito por Louis Dumont (1985) em seu estudo antropológico da ideologia do individualismo. Essa face tampouco se confunde totalmente com um dos termos da tensão descrita por Georg Simmel (1971). Através de uma abordagem sócio-histórica, o autor pontuou que ao individualismo quantitativo do século XVIII, atrelado aos ideários iluministas, e remetente à igualdade no plano do direito (*singleness*), se acrescentaria um

individualismo qualitativo, território de diferenciação dos sujeitos (*uniqueness*). Nessa leitura, o indivíduo moderno construía-se na tensão entre universalismo e singularidade. Entretanto, esses individualismos, embora diferentes, guardam como fundo comum a dimensão da autonomia e do voluntarismo. Diversamente, a noção de pessoa aqui presente se define antes por uma *desposseção subjetiva*, em que o eu se afigura como um enigma a ser desvendado na relação com um outro.

Como se verá, a ênfase nessa dimensão interior não exclui a reflexão da psiquiatria rebelde pelo universal (já presente aqui sob a referência ao *arquétipo da mãe* e ao *princípio feminino*) e tampouco, embora mais discretamente, pelo social. Ademais, o comprometimento dessa noção com a cosmologia individualista não impede que, ao mesmo tempo, se delineie uma concepção dos sujeitos como imersos em uma teia relacional, atando distintos entes comprometidos com o *setting* terapêutico niseano.

O Mundo das Imagens

Além desse estudo, *O Mundo das Imagens* também contou com um artigo homônimo de Nise da Silveira, no qual a médica, já no final de sua carreira, faz uma espécie de balanço sobre o lugar de seu trabalho na tradição imagética ocidental. No trabalho, ela afirma que, se o século XIX foi denominado o século do livro, o século XX seria aquele relativo à imagem. Nesse período histórico, graças aos meios de comunicação tais como televisão, cinema, vídeo e computação gráfica, assim como à publicidade, os conteúdos imagéticos invadiriam a vida cotidiana de maneira impressionante. Ainda assim, a imagem, e por derivação, a imaginação, permaneceriam com mau crédito da parte dos cientistas, sendo consideradas instáveis e enganosas. “*Pensar, formular conceitos expurgados de qualquer infiltração do imaginário, seria a atividade por excelência para os dignos herdeiros de Descartes. Entretanto, será forçoso reconhecer que tal depuração completa do pensamento lógico nunca foi possível*” (Silveira, 1992, p. 82). Haveria algumas exceções, entre elas os físicos Wolfgang Pauli, Kepler, e a filosofia de Bachelard: “*Se muitos permanecem ainda aferrolhados na ordem racional, outros abrem largas janelas para a ordem do imaginário, sem por isso desprezarem a razão*” (ibid.). Na sequência, Nise se dedica a analisar algumas linhas de pensamento que se dedicaram a refletir sobre o papel da imagem.

A primeira corrente analisada é a psicanálise freudiana que, segundo Nise, ainda colocaria a imagem em um plano secundário: “*considera-a meramente um véu, uma*

máscara que disfarça tendências e desejos inconscientes". Verifica-se, nessa leitura, uma submissão das imagens (sejam elas produções plásticas, sonhos ou fantasias) a um método de investigação que as reduz a motivos de natureza sexual, sobretudo por meio da linguagem oral, como no caso da famosa *talking cure*. Resulta, daí, que as imagens devem ser traduzidas em palavras. Os casos mais conhecidos desse tipo de leitura são os estudos, realizados por Freud, Moisés de Michelangelo, em que o psicanalista confessa interessar-se mais pelo conteúdo do que pela forma das imagens, e A Virgem, o Menino Jesus e Sant'Ana, de Leonardo Da Vinci, em que explicitamente atribui a uma recordação de infância do artista a propósito do seio de sua mãe uma acepção erótica. Nise vê nesses estudos uma tradução do imaginário ao racional.

Na contramão do corpo teórico criado por Freud estaria a psicologia junguiana. *"Jung vê nos produtos da função imaginativa do inconsciente auto-retratos do que está acontecendo no espaço interno da psique, sem quaisquer disfarces ou véus"* (ibid.). Isto porque, para o pai fundador da psicologia analítica, seria peculiaridade da psique a configuração de imagens. *"A energia psíquica faz-se imagem, transforma-se em imagem"* (ibid.). As imagens não seriam, portanto, máscaras de conteúdos reprimidos, mas expressão de uma linguagem distinta daquela racional, predominantemente considerada a única possível. Nesse sentido, Jung valoriza a produção plástica em sua clínica, dividindo-a em dois eixos fundamentais, os quais reverberariam por toda a psiquiatria rebelde: 1) aquelas relativas ao inconsciente pessoal, isto é, carregadas de conteúdos vivenciados pelos indivíduos; 2) aquelas relativas ao inconsciente coletivo. Estas seriam de caráter impessoal, sendo produto de disposições inatas, inerentes às camadas mais profundas da psique, isto é, à sua própria estrutura básica. *"Configuram vivências primordiais da humanidade, semelhantes nos seus traços fundamentais, em toda parte do mundo, podendo revestir-se de roupagens diferentes de acordo com a época e as situações em que se manifestam, exprimindo, porém, sempre os mesmos afetos e ideias"* (ibid., p. 86). Os temas míticos são o exemplo máximo do temas arquetípicos.

Em seguida, *en passant*, Nise faz referência a outros métodos de leitura das imagens. Particular crédito é conferido a Hanz Prinzhorn que, segundo a médica, teria valorizado altamente as obras plásticas realizadas pelos pacientes psiquiátricos através de uma abordagem fenomenológica, demonstrando nelas a existência de uma pulsão criadora e de uma necessidade de expressão instintiva que sobreviveria à desintegração da personalidade. Destaca-se, também, o trabalho de Jean Dubufet e da criação da noção

de arte bruta, que incluiria em seu escopo não somente obras de pacientes psiquiátricos, mas de todos aqueles estranhos aos meios artísticos profissionais. Na acepção niseana, essas pessoas teriam como denominador comum os contatos peculiares e íntimos “*com as forças nativas, brutas, virgens, do inconsciente*” (ibid., p. 90), os quais seriam incomuns para os bem adaptados socialmente.

Ainda, Nise se refere ao médico francês Robert Volmat, que organizou o 1º Congresso Internacional de Psiquiatria em Paris, contando com obras do Engenho de Dentro. Esse congresso teria ensejado a criação da Sociedade Internacional de Psicopatologia da Expressão, em 1959. Apesar do nome, o médico teria o mérito de não tomar desenhos e pinturas unicamente com objetivos diagnósticos, ao contrário, dirigindo-se à utilização de atividade expressivas como método de tratamento em hospitais psiquiátricos.

Hans Belting (2005), ao propôr uma arqueologia do conceito de *imagem* na tradição ocidental, apontou para uma tensão entre o pensamento grego pré-clássico e o clássico, que parece reverberar em nossas hodiernas terminologias e epistemologias. Inspirado nas formulações de Jean-Pierre Vernant, Belting sugere que no período pré-clássico, as categorias *eidolon* (que poderia denotar a imagem de um sonho, a aparição de um deus ou o fantasma de um ancestral morto) e *kolossos* (que denotava o meio em que a imagem se materializaria, como a pedra ou o metal) eram constitutivas do modo de conceber a produção imagética. Nesse sentido, um ser humano experimentava o *eidolon* e fabricava o *kolossos*; em outras palavras, articulava imaginação e artefato material. O que estava em jogo, ali, era a paradoxal *presentificação de uma ausência*.

No entanto, uma ruptura se dá com o surgimento do conceito de *eikon*, que veio a oferecer as bases para nosso conceito de imagem hegemônico, fundado na tradição platônica. A partir daí, ocorre uma desvalorização do *eidolon*; a imagem não mais torna o invisível visível, mas torna-se um mero ícone, produzindo a semelhança com aquilo que invoca, ou em outras palavras, a *imitação da aparência*. Belting resgata a tradição pré-clássica, sustentando que o poder das imagens, ainda hoje, reside justamente em sua incontestável – embora paradoxal – característica de suscitar a presença daquilo que está ausente – processo esse que pode se realizar, a todo tempo, através de múltiplos meios. Utilizando-se de exemplos de efígies, máscaras, crânios e fotografias, o autor defende a permanência de um processo de evocação entre o material e o não-material.

Eis a concepção de imagem atualizada por Nise da Silveira em sua proposta terapêutica. A médica esperava que o processo criativo de seus pacientes fosse justamente uma ponte entre mundos, borrando a distinção entre aparência e essência. A divisão entre o mundo dos vivos e dos mortos, dos deuses e dos mortais, dos sonhos e da vigília, em seu vocabulário psicológico, é transposta para a divisão entre o mundo do inconsciente e o mundo da consciência ou, em outras palavras, entre mundo interno e mundo externo. A passagem entre um mundo interior ocultado pelas barreiras da estrutura psíquica e a realidade externa é, enfim, realizada através da oferta de artefatos materiais, como o lápis, o pincel e o barro. Seu objetivo, como para Paul Klee, não era reproduzir o visível, mas *tornar o invisível visível* (Ingold, 2012).

A coleção

Tendo aprofundado a teoria das imagens de Nise da Silveira, é preciso agora dirigir-se para outro feixe de questões, que diz respeito à formação do acervo do Museu de Imagens do Inconsciente e aos modos de fabricação, conservação, circulação e qualificação de seus artefatos. Se é verdade que a médica guardava a totalidade dos trabalhos esboçados pelos frequentadores do ateliê do Engenho de Dentro, fossem estes pinturas ou rabiscos, as primeiras chamaram muito mais a atenção que os últimos. Foi graças à existência de um grupo de materialidades muito específico que a atividade do STOR pôde ter sua primeira repercussão, destacadamente no campo artístico.

Curiosamente, Ferreira Gullar (1996) define o interesse protagonizado por artistas, críticos de arte e *marchands* como uma verdadeira ameaça, já que muitos desejavam comprar as obras desenvolvidas no ateliê. Caso o comércio tivesse se concretizado, o nascente acervo seria disperso, tornando-se inacessível aos estudiosos. Ao fazer esse comentário, Gullar subscreve o projeto científico da própria Nise da Silveira. O autor evoca o caso de um famoso colecionista paulista, Ciccilo Matarazzo, que tentou adquirir uma obra de um dos artistas do Engenho De Dentro:

“Nem mesmo Ciccilo Matarazzo, criador e presidente do MAM de São Paulo, conseguiu adquirir um quadro de Emygdio, que o deixaria impressionado. Quando Mavignier lhe comunicou o desejo de Matarazzo, ela respondeu prontamente: Não. A razão dessa negativa estava na importância e finalidade que atribuía àquelas obras, documentos, testemunhos e expressões simbólicas preciosas, que possibilitariam o conhecimento mais profundo do universo interior esquizofrênico” (Gullar, 1996, p. 21).

Em entrevista com esse autor, Nise da Silveira endossa a importância de manter a coleção no Museu. Na ocasião, ela conta que muitos médicos lhe sugeriam que a venda dos quadros poderia ser uma reparação para a constante falta de recursos que abatia a STOR. Sua resposta era enfática: *“Incompreensão total. Se fossem vendidas as pinturas, esculturas e outros objetos, não existiria museu algum. Dá para entender? Seriam dispersas as formas reveladoras do interior da psique, isto é, o material que verdadeiramente interessa à psiquiatria”* (Silveira, 1996, p. 52).

Para realizar esse objetivo, Nise da Silveira desenvolveu um modo particular de armazenamento das figuras que surgiam na STOR, constituída na forma de álbuns. Cada um destes continha entre 50 e 100 séries de imagens, organizados por autor e em ordem cronológica. Essas encadernações eram parte do que seria o acervo prioritário do Museu, contando com as obras consideradas de relevância, seja para a história de vida de seus autores, seja pelo critério científico adotado pela médica. Eram disponíveis para consulta pública e catalogadas no acervo de acordo com os critérios do *Archive for Research in Archetypal Symbolism*, sistema classificatório desenvolvido por Joseph Henderson, reconhecido discípulo de Jung. Esse sistema, que incluía contexto cultural e a perspectiva arquetípica, se encadeava a partir de nove eixos: I - Representações Diversas; II - Céu e Terra; III – Flora; IV – Fauna; V- Homem; VI - Homo Faber; VII - Homo Religiosus; VIII - Processo de Individuação; IX - Séries Especiais de Pesquisa (Cruz Jr., 2009).

A interdição de venda das pinturas e esculturas produzidas no ateliê do Engenho de Dentro se estendia também à impossibilidade de posse da parte dos criadores. Esta regra estava no cerne do funcionamento do MII, na medida em que garantia sua reputação enquanto centro de estudos e pesquisa, assentada em um acervo próprio. Como sustentado em trabalhos prévios (Magaldi, 2014; 2016), deve-se entender a condição dos artefatos criados sob a égide do método niseano como o que o antropólogo José Reginaldo Gonçalves (2007) chamou de bens inalienáveis:

“[os bens inalienáveis são] objetos situados para além da condição de mercadorias ou dádivas: objetos que, retirados da circulação mercantil e da troca recíproca de presentes, acedem à condição de bens inalienáveis, e que circulam, paradoxalmente, para serem guardados e mantidos sob o controle de determinados grupos e instituições, assegurando para estas sua continuidade no tempo e no espaço” (Gonçalves, 2007, p.29).

Assim, se é verdade que as obras do Engenho de Dentro se externalizavam ocasionalmente em museus, galerias ou congressos acadêmicos – foram particularmente relevantes para esse propósito as já referidas exposições no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Paris e em Zurique, ocorridas em meados do século passado – esse movimento se dava sempre na forma de círculos que se encerravam sobre si mesmos, isto é, que retornavam a seu ponto inicial. As imagens que nasciam do ateliê serviam sobretudo à manutenção da própria instituição que lhes dava possibilidade de existência.

Pode-se imaginar o Museu de Imagens do Inconsciente como o inverso simétrico dos museus etnográficos em seu sentido clássico. Embora, em comum, tanto este como aqueles se constituam como o que Benoît de L’Estoile (2010) chamou de *museu dos outros* – isto é, aquelas instituições destinadas a colocar em ordem a alteridade, inserindo-a em um sistema classificatório e domesticando-a do ponto de vista cognitivo –, a fonte da alteridade da instituição fundada por Nise da Silveira – qual seja, a loucura – se encontrava em seu próprio seio, prescindindo de explorações externas. Esta direção a singularizava mesmo em relação a outros casos de coleções da loucura, como o de Hans Prinzhorn que, mais próximo às aventuras antropológicas, buscava fora de seu próprio ambiente de trabalho a matéria prima de sua investigação, travando contato com variadas instituições psiquiátricas situadas no continente europeu.

As pesquisas ensejadas a partir da formação do acervo do MII foram ganhando forma inicialmente a partir da criação do Grupo de Estudos do Museu, em 1978. A década de 1980, em particular, constituiu um momento efervescente a propósito das primeiras investigações sobre a produção de imagens. Em primeiro lugar, destaque-se a publicação de *Imagens do Inconsciente* (1981), já conhecido *capolavoro* da psiquiatra rebelde. Entre 1981 e 1986, foram realizados quinze documentários científicos que sintetizam as principais pesquisas sobre as obras dos frequentadores do ateliê do Engenho de Dentro. Entre 1983 e 1986, o cineasta Leon Hirzman realizou uma trilogia também denominada *Imagens do Inconsciente*, que tinha como protagonistas três dos mais célebres clientes de Nise da Silveira: Adelina Gomes, Fernando Diniz e Carlos Pertuis. As películas apresentavam estudos de caso sobre cada um desses personagens, tomando como conteúdo narrativo os próprios ditos e escritos de Nise da Silveira. Assim, verifica-se progressivamente uma profusão das materialidades estendendo-se a partir da instituição matriz.

A coleção do Museu de Imagens do Inconsciente chegou ao século XXI com um número de aproximadamente 352.000 obras, dentre as quais 12.694 chegaram a ser

tombadas pelo IPHAN, no ano de 2003. Esse fato, entretanto, não permite entrever um horizonte de otimismo. Em 2000, o Centro Psiquiátrico Pedro II foi municipalizado, tornando-se Instituto Municipal Nise da Silveira. O Museu de Imagens do Inconsciente, parte desse complexo, também saiu da gestão federal, passando a integrar a Coordenação de Saúde Mental da cidade do Rio de Janeiro. Segundo Cruz Junior (2009), esse acontecimento prejudicou a continuidade de suas atividades. Desde então, os projetos que envolviam a ampliação da sede do Museu, incluindo a modernização de seu acervo, nunca saíram do papel. As fichas de catalogação deixaram de ser preenchidas. A instituição passou a funcionar com um número reduzido de funcionários (de dezoito, em 2000, para apenas nove, em 2008).

A problemática da circulação de imagens foi alvo da conversa com Almir Mavignier, sendo disparada, antes, pela menção à representação de seu personagem.

FM – A figura de Nise da Silveira tem ressurgido fortemente em produções culturais tais como filmes, peças de teatro e biografias. Em algumas dessas você tem sido representado. Como avalia essas produções e, em particular, seu próprio papel?

AM – *“a pessoa e o trabalho de nise da silveira justifica a sua importância - que foi reconhecida por um presidente da república brasileira (?), que criou uma lei, apoiando o seu sistema de ocupação terapêutica para país. tragicamente esse presidente não quis mais reger. ví alguns desses filmes e discordo do falso almir e n s i n a n d o os internos a pintar, de uma forma, que nunca aconteceu”*.

FM – Prezado Almir, agradeço muito pela resposta. Sua ajuda contribui para que não se reproduzam clichês equivocados (como, por exemplo, que o Almir ensinava os artistas...). Espero contar com sua disponibilidade para próximas consultas! Confesso que fiquei intrigado com a resposta - seria a Lei da Reforma Psiquiátrica de 2001? e quem será o presidente que não quis mais reger... - mas entendo que a intriga compõe a pesquisa. Nise é um enigma que me estimula. Como cheguei tarde para conhecê-la, preciso contar com vocês. Um abraço

Ao contrário da minha expectativa, Almir respondeu novamente, esclarecendo o problema da precariedade que caracterizava o acervo das obras do Engenho de Dentro.

AM – *“felipe, pergunte ao poeta ferreira goulart sobre o nome desse presidente. acho que foi ele que influenciou o presidente para apoiar o projeto de nise”*.

FM – Bem lembrado, Almir. O Gullar infelizmente faleceu, mas encontrei em seu livro sobre Nise essa informação. Foram feitas tentativas de tornar Nise uma política pública em 3 governos: Sarney, Itamar Franco e Fhc. Nenhuma vingou, por mudanças de cargo e entraves burocráticos. Estudando a obra Nise, tenho a impressão de que ela incomodava. Queria entender por que!

AM – “*sim, ela incomodava“ porquê procurava ser correta com tudo e com todos. ela criou o museu afim de assegurar que as obras ficassem registradas e não desaparecesse através de terceiros. o maior problema é - a quem pertence as obras? ela dizia - ao estado. mario pedrosa perguntou - quem é o estado? em todo caso seria importante de fazer construir um museu no centro da cidade. os artistas já morreram, suas obras porém continuam internadas num centro psiquiátrico do engenho de dentro”.*

Nas tramas da imagem

O trabalho de campo no hodierno Museu de Imagens do Inconsciente confirmou, em grande medida, a permanência de seu modo original de fabricação e conservação de imagens. Apesar do abandono do uso do sistema de classificação arquetípica, sua estrutura básica seguiu a mesma. As imagens produzidas na instituição atual não são vendidas, trocadas, tampouco portadas por seus próprios criadores. Ainda que ocasionalmente exibidas, sua circulação é progressivamente restringida ao âmbito interno do estabelecimento, sendo mantidas e armazenadas sob o controle dos seus gestores e de sua equipe terapêutica para fins de estudo.

Em pesquisa prévia (Magaldi, 2014), denominou-se essa circulação interna como o *percurso da imagem*, atentando para sua compreensão de três etapas: *criação* (tal como realizada no ateliê terapêutico pelos clientes, na presença catalisadora da monitora e das estagiárias), *armazenamento* (empreendido pelo grupo terapêutico através das pastas nominais, depositadas no ambiente do ateliê) e *interpretação* (desempenhada também pelo grupo terapêutico durante o Grupo de Estudos e as reuniões clínicas, sem a presença dos criadores). Este percurso está inscrito na *subdimensão terapêutica* do MII. Há, também, uma *subdimensão museológica*, que consiste no espaço de exposição e na reserva técnica, onde se encontra a totalidade do acervo imagético. Esta subdimensão, não obstante, ganha existência *a partir* da primeira: é só *depois* de criadas, armazenadas e interpretadas por clientes e terapeutas no âmbito clínico-assistencial que as imagens rumam à seção de museologia da

instituição, onde são guardadas novamente, desta vez sob o olhar de profissionais de formação distinta.

As implicações dessa característica incluem uma série de controvérsias protagonizadas por distintos atores, internos e externos à instituição, organizadas sobretudo a partir de dois eixos fundamentais 1) o estatuto de bens inalienáveis dos objetos produzidos pelos pacientes psiquiátricos; 2) a problemática da interpretação de seus trabalhos. Esses temas consistem o alvo dos próximos parágrafos através de um esforço etnográfico.

Eurípedes Gomes da Cruz Junior destaca-se por ser um dos poucos integrantes do Mundo Nise a ter seguido pela via acadêmica. Ele, que foi vice-diretor do Museu de Imagens do Inconsciente, é atualmente coordenador da seção de esculturas do Museu de Belas Artes do Rio de Janeiro. Paralelamente, realizou mestrado e doutorado no Programa de Pós-Graduação em Museologia da UNIRIO. Em sua dissertação (Cruz Jr., 2009), dedicou-se a investigar as origens do Museu de Imagens do Inconsciente e suas atuais condições de existência, com especial ênfase em sua dimensão museológica. Em sua tese doutoral (Cruz Jr, 2015) estudou a constituição histórica do colecionismo de obras produzidas por pacientes psiquiátricos na Europa e no Brasil.

Certa vez, o pesquisador foi convidado para apresentar os resultados de seu trabalho no grupo de estudos do MII. A apresentação, intitulada *Do Asilo ao Museu: Ciência e Arte nas Coleções da Loucura*, buscava situar a singularidade do trabalho de Nise da Silveira no contexto histórico das relações entre arte e loucura no Ocidente. Sua constatação era a de que, de modo geral, não havia consenso, do ponto de vista museológico, sobre o valor dos objetos produzidos a partir da articulação entre as atividades de criação e as instituições psiquiátricas. Assim, seu estatuto transitava entre obras de arte e documentos médicos, a compôr parte do prontuário. Entretanto, os casos mais interessantes eram aqueles híbridos, conjunto no qual se encontravam Marcel Réja, Hanz Prinzhorn e a própria Nise da Silveira, cujas apostas contribuíam para modificar o estigma sociedade – loucura. O caso do MII, em particular, apresentava essa multidimensionalidade, trabalhando a um só tempo com o caráter estético e documental dos objetos, comprovando seu caráter transdisciplinar.

Por ocasião de sua apresentação, foi despertado um acalorado debate. Uma terapeuta, presente na plateia, perguntou se, em todos esses casos, não havia algo em

comum, definido pelo “*silenciamento do louco*”, isto é, do próprio ponto de vista do criador diante das interpretações estéticas ou médicas. O diretor da instituição, presente no grupo, reagiu ao questionamento, sustentando que essa preocupação está no cerne do trabalho do Museu de Imagens do Inconsciente, a exemplo da exposição “Universo de Fernando Diniz” (Paço Imperial, 1991), que contava com a participação não só de sua obra, mas também de sua voz. A coordenadora de projetos completou seu argumento, fazendo referência à nova exposição da instituição – da qual se trata mais adiante – que contava com essa perspectiva através da mostra dos trabalhos dos clientes contemporâneos do ateliê de pintura e modelagem.

Ainda assim, a provocação permaneceu em suspenso. Outra assistente, que mantinha uma oficina de atividade expressiva no Hotel da Loucura, levantou a questão sobre a autoria e a propriedade das obras. De quem é a obra nesses contextos, da instituição ou do criador? Ela explicou que alguns clientes reclamavam por não poder portar seus próprios trabalhos na oficina do MII. Dessa vez, a réplica veio de uma terapeuta do museu. Esta explicava que, em casos extremos, era permitido que os clientes levassem suas obras para casa, e que já haviam até chegado a colocar moldura em algumas. Entretanto, eles mesmos sabiam que esse não era objetivo. “*Eles sabem que isso aqui é uma atividade terapêutica, eles estão aqui para isso*”.

O debate foi interrompido por conta do tempo. Continuei discutindo a questão com minhas amigas, companheiras de grupo de estudos, durante o almoço. O que fazer com os trabalhos? Uma delas sugeriu que eles fossem vendidos para geração de renda, como é realizado nos serviços substitutivos de atenção psicossocial. Mas como ter o consentimento de um louco para tanto? “*Mas eles têm sim discernimento, são conscientes!*”. “*Conscientes como? Ele disse que vem do inferno!*”. Embora também inconclusivo, sugeri que o melhor a ser feito era uma exposição. Elas concordaram.

Embora a Casa das Palmeiras não se proponha a funcionar como espaço de acervo de imagens, nem por isso questões relativas a essa temática não se fazem presentes em seu escopo. Certa vez, em uma tarde de sábado, participei da exibição aberta de um documentário intitulado *Hanz Prinzhorn*. A película alemã abordava a formação artística desse intelectual, prévia à sua graduação em medicina. Segundo sua narrativa, Prinzhorn foi intimado a organizar a coleção de arte do hospital de

Heidelberg. O debate, intercalado com o filme, ficou a cargo de Jean Pierre Hargreaves, Martha Pires Ferreira e Eurípedes Cruz Jr.

Os palestrantes chamaram a atenção para a influência da Gestalt na análise de Priznhorn, enfatizando o processo e a criação das formas como comprovadores de uma pulsão criadora. Para eles, entretanto, enquanto a análise de Priznhorn dedicava-se à *forma*, Nise dava atenção sobretudo ao *conteúdo*, isto é, à realidade simbólica. Segundo Jean Pierre, que frequenta anualmente congressos de arte e psiquiatria na Europa – organizados pela Société Française de Psychopathologie de L’Expression, da qual Nise foi co-fundadora – os europeus em geral não se ocupam da interpretação simbólica das obras, apesar de a maioria dos hospitais psiquiátricos desse continente abrigarem atualmente oficinas e galerias de arte. Outra diferença suscitada por ele foi aquela entre Nise e as oficinas do CAPs: “*O terapêutico é consequência. Acaba sendo terapêutico, mas não está na base da maioria dos projetos*”.

Durante o debate final, foi evocado o problema da sobre-interpretação (ou “*interpretose*”). Um antigo terapeuta da CP deu exemplo o caso de um cliente que só produzia modelagens com figuras de pênis. Uma vez, uma estagiária perguntou ao terapeuta qual seria o significado de tais figurações, ao que ele respondeu: é a figura do grande falo, significa a força divina, criadora, o poder de fecundação e da natureza. O cliente, ao escutar a interpretação, retrucou: falo? Isto é apenas barro!

Semelhante problemática também se verificou ao longo da leitura coletiva de *Imagens do Inconsciente*, realizada no grupo de estudos da Casa das Palmeiras, sob a supervisão de Martha. Certa vez, seu primeiro capítulo, “O Atelier de Pintura – Abstração e Angústia – o Espaço Subvertido”, causou um debate entre jovens calouros de filosofia da UFRJ, que haviam recém começado a se interessar pelo trabalho de Nise da Silveira a partir de sua frequência nas reuniões e de seus estudos da filosofia spinozista, sobre a qual a médica dedicara um livro (Silveira, 1995).

Nessa ocasião, a artista plástica e astróloga explicava a eles e aos outros participantes a distinção entre os desenhos abstratos e os figurativos surgidos a partir da produção plástica de esquizofrênicos. Segunda a leitura de Nise, essa diferença seria representativa de níveis variáveis de conexão com o mundo externo. Em suas próprias palavras, lidas então por mim em voz alta, “*Os psiquiatras interessados na produção plástica dos doentes com diagnóstico de esquizofrenia desde muito tempo notaram nessa produção a quase ausência da figura humana e mesmo das formas orgânicas em geral. Predominam a abstração, a estilização, o geometrismo*” (Silveira, 1981, p. 17).

Essa predominância, entretanto, não implicava necessariamente no desligamento com o mundo real e no embotamento da afetividade. Antes, tratava-se de uma das polaridades do sentimento estético que, segundo o historiador da arte Wilhelm Worringer, se movia entre a necessidade de empatia (implicando a satisfação na beleza do mundo orgânico e a representação de suas formas) e a necessidade de abstração (referente ao mundo inorgânico e às leis abstratas). Em termos junguianos, essas polaridades se moviam respectivamente entre a extroversão e a introversão, representando dois modos de distribuição da energia psíquica.

Essa constatação gerou dúvidas nos estudantes. Como traçar uma linha divisória entre figuração e abstração? Picasso, por exemplo, era um artista figurativo ou abstrato? A coordenadora do grupo prontamente respondeu: tratava-se de um contínuo e não de uma divisão radical. Nestes pontos intermediários estariam Chagall, Magritte, Kandinsky e Klee. Este último era citado pela própria Nise naquele mesmo capítulo, em referência que logo emergiu no debate: “*O testemunho de vários artistas modernos confirma Worringer. Paul Klee escreveu em seu diário, no ano de 1915, durante a Primeira Guerra Mundial: ‘quanto mais o mundo se torna horrificante (como atualmente), mais a arte se torna abstrata; um mundo em paz suscita uma arte realista’*” (ibid., p. 18).

Longe de sanar a inquietação, as perguntas dos meninos continuaram. Levando em consideração essa colocação de Klee, em conjunto com a observação de Nise sobre a predominância da abstração na esquizofrenia, seria possível afirmar que a cura reside na figuração? Novamente, a resposta veio através das ponderações da autora do livro, segundo as quais mesmo a abstração poderia indicar uma reorganização da psique fragmentada. Era o caso da abstração geométrica, em particular das formas circulares conhecidas como mandalas, que simbolizam um meio de defesa contra o tumulto de pensamentos e emoções. Dizia: “*A tendência à abstração não se revela unicamente nas improvisações que deixam vislumbrar a incandescência da energia psíquica. Ao aspecto dionisístico da abstração opõe-se seu aspecto geometrizante*” (ibid., p. 24-25), escrevia. Um participante, então, aludiu aos clientes de Nise cujas obras eram predominantemente figurativas, tais como Isaac e Adelina Gomes, dizendo que nem por isso eram mais sãos do que aqueles que se concentravam em formas puras. De todo modo, a questão ficou em aberto, sendo sucedida pela continuidade da leitura.

A exposição *Emygdio e Raphael – Dois modernos no Engenho de Dentro*, que esteve no Instituto Moreira Salles, na bairro da Gávea, em agosto de 2012, constituiu mais uma ocasião excepcional a suscitar a problemática da interpretação das obras. Isto porque a especificidade de seu argumento residia justamente no ímpeto de reverter a balança do sobrepeso psicológico conferido às obras do ateliê do Engenho de Dentro. Assim, seus curadores, Heloisa Espada e Rodrigo Naves, sublinhavam desde o princípio na chamada da mostra: “*Raphael e Emygdio: dois modernos no Engenho de Dentro procura explicitar que a qualidade das obras mostradas extrapola as razões científicas e terapêuticas que a princípio possibilitaram que elas fossem realizadas*”.

O objetivo, nesse sentido, era colocar em suspenso o inarredável diagnóstico de esquizofrenia que acompanhava esses criadores no seio de seu contexto museológico original, buscando rever suas obras da perspectiva da crítica de arte. A exposição, assim, compunha-se a partir da ênfase no conteúdo pictórico dos trabalhos, destacando os materiais de criação neles inscritos. As potencialidades estéticas da tinta guache, no caso de Emygdio, e com nanquim e bico de pena sobre papel, no caso de Raphael, eram evidentes para quem caminhasse pelo grande salão do instituto no qual as imagens se organizavam. Nenhuma referência a conceitos psicanalíticos como *inconsciente* ou *mundo interno* era acionada. De modo geral, se comparadas às mostras do MII, pouco ou nenhum conteúdo textual era anexado às imagens, permitindo que os traços falassem por si próprios.

Essa orientação se confirmava a partir da leitura do catálogo da exposição. Este sim, além das obras elencadas para a mostra, contava com artigos e escritos que conferiam maior profundidade ao argumento sustentado. Em estudo sobre Raphael, a curadora Heloísa Espada (2012) sublinha que, embora a arte feita por doentes mentais, crianças e primitivos tenham um lugar de destaque na história do modernismo, atravessando pós-impressionistas, *fauves*, cubistas, expressionistas e surrealistas, os desenhos do artista em questão extrapolam qualquer tipo de contextualização histórica. Ultrapassam, ainda, o próprio intuito terapêutico e científico que motivou a existência de seu lugar de criação, assim como as expectativas de artistas e críticas de arte, que tendem a revelar mais sobre os modernos do que sobre os aspectos das produções em si. O também curador Rodrigo Naves (2012), ao tratar de Emygdio, parte de orientação similar. Indagando-se sobre a relação entre a personalidade de um artista e sua obra, reconhece o imaginário romântico que associa inspiração a excessos e desequilíbrios. Por outro lado, não deixa de lançar uma crítica à redução da estética à vida do criador,

sustentando que quando a psicologia ou os dramas pessoais de um artista têm precedência sobre suas obras, dificilmente escapa-se de uma consideração rebaixada destas.

Apesar dessa intenção original, a mostra foi organizada em parceria com o Museu de Imagens do Inconsciente, em especial com seu diretor, Luiz Carlos Mello. Nesse sentido, embora revendo em muitos sentidos as obras de Raphael e Emygdio sob a perspectiva de sua estética, enfatizando sua formação artística e os atributos formais de suas obras, não se tratava propriamente de condenar a interpretação produzida ao longo do projeto médico-científico de Nise da Silveira.

O exemplo disto ficou visível no próprio ambiente expositivo do Instituto Moreira Salles. Separadamente, mas ainda próximo ao ambiente principal destinado às obras dos ex-internos do Engenho de Dentro, uma pequena sala foi reservada a homenagear a médica alagoana responsável pela criação do ateliê do Engenho de Dentro. Contando com fotografias de sua convivência com os pintores e com dados de sua trajetória, dispostos sobre uma meia-luz azul, o perímetro assemelhava-se mais a uma capela de culto à psiquiatra rebelde. Sua presença inarredável, embora entre parênteses em relação à exposição, cumpria-se ali.

Durante o período de realização da pesquisa, destacou-se ainda uma segunda exposição que, como a realizada no Instituto Moreira Salles, definiu-se pela tentativa de reformular a problemática da interpretação psicológica das obras, tal como concebida por Nise da Silveira. Tratou-se de *Emoção de Lidar*, inaugurada em setembro de 2015 no seio do próprio Museu de Imagens do Inconsciente, com curadoria de Luiz Carlos Mello e participação de toda sua equipe técnica. A exibição substituíra *As Origens do Museu de Imagens do Inconsciente*, vigente desde o início desta investigação.

A mostra se diferenciava desta e de outras antecessoras por dois motivos principais. Em primeiro lugar, contava com os trabalhos dos atuais frequentadores do ateliê do Engenho de Dentro, deixando de lado os clássicos artistas reconhecidos em meados do século passado. Ademais, não se contentava em estabelecer paralelos entre conteúdos pictóricos e conceitos junguianos, apresentando, antes, a perspectiva dos próprios criadores. Conforme constava em seu painel de apresentação, cujo texto era de autoria do diretor da instituição: "*A exposição ora apresentada destaca os criadores que surgiram ao longo dessa história, revelando a importância do convívio e do afeto como*

molas propulsoras da criatividade, na qual as emoções encontram o caminho de transformação e superação, tornando-se visíveis em formas, cores e poesias".

Esses objetivos eram efetivados de algumas formas particulares, a começar pelo título da exposição. “*Emoção de Lidar*”, como se sabe, foi um termo inventado por um cliente de Nise da Silveira, sugerindo a emoção provocada pela manipulação dos materiais de trabalho⁶⁷. Desde a situação suscitada, a médica passou a tomar a expressão *emoção de lidar* como substituta da categoria terapia ocupacional (Gullar, 1996). Embora referente ao passado de seu projeto médico-científico, seu uso, no presente, implicava na importância do protagonismo dos pacientes para o trabalho da instituição. Essa orientação se estendia também ao longo da exposição principal, realizada no segundo andar, cujo módulo era intitulado “A Arte do Convívio”. Segundo sua apresentação, registrada em um painel expositivo, sua montagem contou com a participação ativa dos frequentadores do ateliê, os quais se dispuseram a expor seus trabalhos. A dificuldade de seleção das obras foi contornada pela organização de álbuns de desenhos, pinturas e de poesias, além de uma exposição virtual, feitas “*com a intenção de dar-lhes visibilidade e voz*”. Este material ficou disponível para vislumbre na sala do Grupo de Estudos.

A exibição principal foi realizada nas paredes do salão daquele mesmo andar. Ao lado de cada quadro, dispunham-se pequenos textos, assinados pelos próprios autores das obras. “*Aqui no hospital nunca aparecem novidades, é como se fosse as pedras. As pedras só sentem mudanças quando o tempo muda: quando faz muito calor, ou vento, ou chuva. Elas são paradas, completamente inertes.*”, dizia um deles, de autoria de Ênio Sergio (o qual aparecia, como os outros criadores, com nome e sobrenome). Chamava a atenção, além das falas dos autores, o modo diferencial pelo qual a história de vida de cada criador era narrado. Não havia, desta vez, nenhuma referência ao diagnóstico, evidenciando-se, antes, uma atenção à relação com as qualidades dos trabalhos.

Gilson Saldanha, por exemplo, era assim descrito: “*Nasceu no Rio de Janeiro em 2 de setembro de 1951. Não finalizou a graduação em Agronomia na UFRRJ. Começou a frequentar os ateliês no início da década de 1980. É uma pessoa estudiosa e muito interessada em filosofia, ciências e artes. Seus desenhos são bem elaborados, ora técnicos, ora abstratos*”. Nessa forma narrativa, não se sabia como e quando o artista

⁶⁷ Caso retomado no capítulo 7.

havia passado por internação, nem a situação que a teria ocasionado. Outro autor, Alexandre Ramalho Lima, era referido não só por seu nome próprio, mas também por seu apelido, Alex Jim Crowes Spears, como gostava de ser chamado:

"Carioca, nascido em 14 de novembro de 1974 e criado nos arcos da Lapa. O apreço pela música começou logo cedo. Já na infância ouvia The Beatles e The Mamas and The Papas. Atualmente, o que mais desperta seu interesse são bandas de rock'n'roll e cantoras pop da década de 90. Alexandre gosta de cantar e tem até um nome artístico, Alex Jim Crowes Spears", homenageando seus astros favoritos. (...) Seus desenhos são predominantemente imagens de mulheres com rostos finos e longos cabelos, ora acompanhadas por letras de músicas e nomes."

Como na mostra *Raphael e Emygdio*, ao ímpeto de renovação, concretizado quase em sua totalidade, acrescentava-se um espaço reservado para a tradição. Assim, o primeiro andar do museu, menor, permanecia reservado à história canônica do lugar. Este contava com trabalhos dos clássicos clientes de Nise da Silveira: Fernando Diniz, Adelina Gomes e Octávio Ignácio, além dos já citados Raphael Domingues e Emygdio de Barros. O contraste com a narrativa presente ao lado das obras do segundo piso era evidente. Embora se mantivesse, em ambos os casos, o tom respeitoso e o detalhamento em relação ao caráter pessoal dos autores, a descrição dos antigos, mais formal, era acompanhada de informações precisas sobre suas trajetórias psiquiátricas, além de interpretações simbólicas baseadas na teoria junguiana. Veja-se, para fins de exemplo comparativo, o texto anexado aos desenhos de Ignácio:

"Nasceu em 1916, no Estado de Minas Gerais. Instrução primária. Trabalhava como serralheiro. Casou-se e teve um filho. Foi internado no Centro Psiquiátrico Pedro II em 1950. Em 1966, Octávio começou a frequentar, em regime de externato, o ateliê de pintura do Museu. Dava preferência aos desenhos que realizava com intensidade e rapidez, muitas vezes feitos em pé, 3 a 4 vezes por dia, totalizando 6.140 obras. Era inteligente e frequentemente falava de forma simbólica. Nos seus trabalhos, revelava uma linguagem arcaica que encontrava paralelo em diferentes imagens da história da humanidade. Suas obras participaram de exposições, publicações e documentários. Frequentou regularmente o ateliê até sua morte, em 30 de agosto de 1980."

O primeiro andar também apresentava informações sobre famosos psiquiatras que chegaram a visitar o Engenho de Dentro durante o tempo de trabalho de Nise da Silveira. Finalmente, um painel, intitulado “Museu Vivo”, explicitava as atuais condições de existência do estabelecimento. *"As obras selecionadas para esta exposição demonstram a vitalidade desse convívio e apontam para a continuidade e desenvolvimento do trabalho iniciado pela Dra. Nise da Silveira"*.

Nise e a crise da representação

A exploração pelas tramas da imagem no atual Mundo Nise deixa entrever que a permanência do método de trabalho de Nise da Silveira convive com alguns questionamentos a propósito de suas práticas de representação, incluindo tanto seu arquivamento em detrimento da posse dos criadores quanto suas distintas formas narrativas. Nota-se que a interpretação psicológica suscitada pela médica alagoana, embora tenha operado no sentido crítico àquele interesse que equacionava as obras com categorias patológicas, não deixa de correr o risco de tornar opaca a perspectiva dos próprios criadores, tal como manifesto nas críticas aqui suscitadas da parte de diversos atores, mais ou menos explicitamente. Esse fenômeno, emergente a partir de um âmbito psiquiátrico, é homólogo e concomitante àquele delineado, por exemplo de interesse à antropologia, nos museus etnográficos e, de modo geral, às atividades museológicas e curatoriais que se apropriam de objetos dos “outros” – sejam estes “primitivos” ou “loucos”.

A tentativa de superação do passado colonial e de uma maior atenção ao protagonismo nativo tem ocupado o centro dos debates contemporâneos acerca da relação entre museus e alteridade. Quanto ao caso francês, Benoît de L’Estoile (2010) destaca a ausência de qualquer instituição dedicada à colonização na paisagem museal do país desde a extinção do Trocadéro. Nesse sentido, instituições tão paradigmáticas como o Quai Branly apresentam-se justamente como uma tentativa de ruptura, a qual, no entanto, cai na armadilha de uma alteridade estetizada, responsável por um escamoteamento da história e um depreciamento das cosmologias nativas. Como destaca o autor, *“O edifício do museu Quai Branly diz mais sobre a cosmologia ocidental que sobre as sociedades de que é intimado a evocar. (...) O diálogo das culturas que o museu tem por vocação favorizar se revela um solilóquio”*. (L’Estoile, 2010, p. 416)

O que se poderia chamar de crise da representação, em particular a representação colonial articulada ao interesse antropológico, emerge enquanto problema fundamental nesse contexto. A antropóloga norte-americana Sally Price (2012) chegou a conclusões similares em seu trabalho a propósito do Quai Branly. Embora sua pesquisa prescindia da vocação histórica e comparativa presente no trabalho de L'Estoile, a autora não deixa de apontar para um silenciamento do subalterno presente na instituição em questão. Uma clara assimetria entre artistas ocidentais e não-ocidentais revela-se, por exemplo, na decoração interior do prédio do museu; pouca ou nenhuma atenção é dada aos significados originais dos objetos, em favor de sua disposição meramente estética; a gratuidade da entrada da instituição é restrita aos estudantes da União Europeia. Nesse sentido, o projeto de reorganização dos museus franceses teria falhado em sua missão de eliminar as hierarquias.

Saindo da França em direção aos Estados Unidos, e ainda na seara dos museus etnográficos, pode-se encontrar algumas tentativas mais significativas de superar tal crise. Jennifer Shannon (2009), por exemplo, apresenta os desafios em torno da construção da voz nativa nas recentes exposições do *National Museum of the American Indian*, integrante do Smithsonian, inaugurado em 2004. A autora apresenta uma instituição que se propõe a uma espécie de planejamento colaborativo com as populações nativas, marcado sobremaneira pelo valor da *autenticidade*. Ao longo de seu trabalho etnográfico, a autora destaca que esse ímpeto não exclui o conflito entre os múltiplos atores engajados na instituição – nativos, curadores, funcionários, frequentadores etc.; além disso, pontua que o primado da voz nativa não foi suficiente para satisfazer a crítica de modo geral da exibição, embora tenha de fato satisfeito à cocuradoria nativa. Nesse sentido, Shannon sublinha a importância da articulação entre relações sociais e representações materiais para o projeto de construção de uma voz nativa.

Sintetizando propositivamente esses questionamentos, John Kuo Wei Tchen (2013) aponta para as especificidades da atividade curatorial no contexto contemporâneo da globalização. Como pensar a curadoria para além da tradição eurocêntrica individualista, perpassada por relações de poder, na qual foi gestada? O autor destaca que a articulação entre curadoria enquanto atividade profissional especializada e museus se deu historicamente contra o pano de fundo comum do imperialismo e de seu ímpeto de controle racional e de ordem social. Não obstante, o ato de curar, enquanto processo sociocultural através do qual se ocupa de coisas e se

produz narrativas sobre as mesmas, não deve consistir necessariamente o domínio de uma classe exclusiva, socialmente distinta. No contexto contemporâneo, marcado pela desordem das práticas culturais, é preciso não só pensar a curadoria para além dos museus, mas também para além da especialização. Nesse sentido, coletar, selecionar e narrar deve tornar-se uma prática incorporada e descolonizada. Para tanto, muito mais amplamente, seria preciso superar o paradigma moderno, através tanto de uma atenção ao passado ocidental no qual os grandes divisores entre humano e não-humano, as demarcações espaciais e temporais e a sexualidade normativa não haviam se sedimentado sob a égide do primado da razão, quanto por uma esperança pelo futuro, projetada pela sensibilização às epistemologias indígenas e às sensibilidades *queer*.

Assim como nesses âmbitos curatoriais mais amplos dedicados ao trato da alteridade, o Mundo Nise também passa por reformulações a propósito de suas práticas, engendradas a partir dessas novas sensibilidades museológicas. Viu-se aqui como algumas linhas de fuga já são esboçadas no próprio Museu de Imagens do Inconsciente (a exemplo de sua mais recente exposição, dedicada a conferir uma maior visibilidade à voz dos criadores) e fora dele (como na mostra, realizada no Instituto Moreira Salles, dedicada a deslocar a representação psicológica para o interesse artístico; ou nos debates da Casa das Palmeiras, que questionam a interpretação dos trabalhos).

Essa transformação também se faz presente em novos projetos inspirados nas ideias de Nise da Silveira, como o Hotel da Loucura. O primeiro fator a contribuir para tanto é sua opção por linguagens artísticas que não predominantemente a pintura e a modelagem. A partir da ênfase no teatro, o efeito de suas relações não enseja imediatamente a criação de objetos mas, antes, de encenações. É nestas que se espera que as imagens do inconsciente venham a tomar forma, ganhando materialidade nos próprios gestos e movimentos de seus atores. Esta mudança implica em uma maior relacionalidade entre os participantes, em contraponto à prática individualizada característica das atividades de expressão manual.

Aí, é a corporalidade aquela que aparece mais nitidamente contra o primado da verbalidade e da razão, servindo de suporte e de meio da emergência de conteúdos inconscientes. Como me explicaram seus participantes, “*no teatro você faz download das imagens*”. Isto implica que essas são incorporadas em momentos efêmeros, que emergem a partir de encontros específicos que se dão no interior do hospital (seja no salão da ocupação, no edifício da enfermaria, ou na pequena arena denomina chالé, situada a céu aberto na região central do complexo). Não deixa de estar presente aí a

tentativa de registros diversos, o que se realiza sobretudo pela linguagem fotográfica e audiovisual, da parte de distintos atores engajados no projeto. A esses conteúdos, não obstante, não corresponde nenhum ímpeto de inscrição em quaisquer práticas colecionistas, museológicas ou não. Ao contrário, propõem-se a divulgar as atividades do grupo, encontrando particular difusão nas redes sociais. Por esses motivos, o projeto se imuniza contra a possibilidade de acusações a propósito de suas interpretações ou modos de dispôr materialidades.

De todo modo, há um pano de fundo comum. Pois em todos esses casos, trata-se de construir, através das imagens – seja na forma de pinturas e esculturas, seja consubstanciada em atividades teatrais – um regime de humanidade específico. Não é nem preciso se referir a uma longa genealogia que, no pensamento ocidental, fez coincidir a busca da especificidade do humano na “linguagem” (entendida em termos verbais, orais ou escritos), diferenciando-o dos outros seres. Ora, se, como se sabe, esse tipo de propriedade é justamente aquilo que se compromete nos estados categorizados sob o signo da loucura, restaria muito pouco de “humano” para os seres que os vivenciam. Nise da Silveira, por outro caminho, ao redefinir a linguagem como a capacidade de produzir imagens (compreendidas em seus aspectos simbólicos e expressivos), e ao enxergar sua plena ativação em seus clientes, os retirava do terreno do incógnito para inseri-los em uma base comum a todos os humanos. E é aí que começa a surgir uma concepção de natureza subjacente.

A esta problemática se volta agora.

CAPÍTULO 6

A ARQUEOLOGIA DA PSIQUE

"Não somente os povos que chamamos de bárbaros tem uma religião, mas essa religião possui relações de uma tal conformidade com a dos primeiros tempos, com o que chamavam, na antiguidade, de Orgias de Baco e da Mãe dos Deuses, os mistérios de Ísis e de Osíris, que se percebe de imediato, por esta semelhança, que se trata em toda parte dos mesmos princípios e do mesmo fundo".

(Padre Joseph-François Lafitau - *Mœurs des sauvages américains comparées aux mœurs des premiers temps*, ca. 1724)

Aruanã e seus múltiplos

Debaixo das águas turvas do rio Araguaia, vivia um povo organizado em uma grande aldeia. Seus habitantes se contentavam em contemplar um fraco filete de luz que, sob a fresta de uma pedra, alcançava alguns de seus olhares, não sem despertar verdadeiro pavor. Um dia, tomado pela curiosidade, e contrariando os costumes de seus pares, um jovem rapaz nadou em direção à superfície das águas frias e se aproximou da clareira. Mão ante mão, descobriu aí uma passagem e, feita a travessia, logo encontrou-se no mundo terreno, onde conheceu pela primeira vez o cheiro suave da brisa, os raios intensos do Sol e a beleza da areia. Encantado com sua descoberta, retornou para convocar seus amigos e familiares a viver na superfície. Depois de ouvir sobre tamanhas maravilhas, mais ou menos metade de sua população se dispôs a mudar de vida e sair do triste mundo subaquático, seguindo o rapaz no emergente caminho.

No difícil cruzamento, no entanto, um senhor barrigudo ficou entalado justamente no orifício que levava à tona. Os que estavam à frente, entre estes seus filhos, olharam para o velho com dó, sem poder ajudar. Ele, no entanto, conseguira colocar sua cabeça para fora, vislumbrando o novo mundo que se imprimia diante de seus olhos. Antes de submergir, retornando a seu lugar de origem, onde a outra metade do povo havia permanecido, não deixou de anunciar sua observação profética: não importa o quão bela fosse a dimensão exterior, ele havia visto ali a morte, o que não existia no mundo subaquático. Essas foram suas últimas palavras. E assim ocorreu que os que lograram realizar a travessia passaram a viver do lado de fora, o luminoso e mortal mundo da superfície, embora sua origem seja, na verdade, o sombrio e perpétuo fundo do rio, onde até hoje vivem seus antepassados.

A história acima narrada é uma variação muito aproximada de uma versão certamente mais detalhada da cosmogonia Karajá, povo habitante da região da Ilha do Bananal, no estado do Tocantins. O mito foi matéria prima de uma palestra proferida no grupo de estudos do MII, realizada a cargo da professora Chang Whan, doutora em Artes Visuais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com pesquisa nas áreas de arte e cultura material indígena. Conforme constava na divulgação virtual do evento, Whang também é consultora da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, com sede na UNESCO Brasil, e curadora e gestora científica de Documentação Cultural no Museu do Índio do Rio de Janeiro.

Sua fala constituiu uma ocasião única de debater uma temática definitivamente constitutiva do campo da antropologia no ambiente do MII, e não deixou de contar com uma boa introdução sobre a situação atual dos Karajá, que vivem no Parque Nacional do Araguaia e passam por uma insurgente política de preservação linguística e cultural. Whang deu início à sua apresentação sublinhando a necessidade de desconstrução do “índio genérico” e o valor do estudo da cultura material para tal fim, mostrando parte da vasta produção cerâmica do povo em questão. Em seguida, concentrou-se na importância dos mitos no estudo das culturas ameríndias.

De acordo com a palestrante, os mitos, em uma leitura antropológica, contam a origem das coisas a partir dos tempos em que havia plena comunicabilidade entre todos os seres, deslocando o primado da perspectiva humana tal como esta é comumente entendida no pensamento ocidental, a exemplo do perspectivismo de Eduardo Viveiros de Castro. Em uma das versões da cosmogonia em questão, por exemplo, Aruanã era originalmente um peixe que só se tornava humano ao emergir das águas. Para mim, possivelmente o único antropólogo de formação no grupo além da expositora, sua fala não despertou nenhum tipo de estranhamento e pareceu perfeitamente acurada. Neste sentido, o ponto em que gostaria de me deter aqui reside sobretudo em alguns comentários suscitados pela narrativa do mito ameríndio. A ocasião despertou grande curiosidade dos espectadores, tanto pela forma entusiasmada e apaixonada através da qual o mito foi contado pela palestrante, incluindo o uso de um rico material imagético, quanto por seu próprio conteúdo narrativo e pelas possibilidades *comparativas* abertas pelo mesmo.

“*Isto lembra muito Jung, não é mesmo*”? – foi um dos primeiros comentários a interpelar a apresentação. Uma psicóloga, participante do grupo, prontamente fez referência à semelhança que se estabelecia entre a cosmogonia Karajá e a *Genesis*

bíblica. Para ela, tanto no mito ameríndio quanto no judaico-cristão, fazia-se presente uma certa ideia de *ato interdito* que instauraria a aparição do mundo tal como ele é conhecido hoje, em seus aspectos benéficos e maléficos. Por um lado, Aruanã, ao atravessar as águas profundas para chegar a superfície, se deparava com uma nova dimensão que, embora de beleza estonteante, tinha na mortalidade de seus entes sua característica inarredável. Por outro, Adão e Eva, ao comer do fruto proibido, tinham finalmente acesso ao conhecimento do mundo, mas também aos pecados e mazelas dele constitutivos.

“*Se fosse um mito grego, seria Prometeu*” – foi a próxima comparação a ocupar o campo de debate, antes mesmo que pudesse haver alguma réplica sobre a antecedente. Um rapaz evocou a história do filho do Titã que, no princípio dos tempos, quando não havia doença ou dor, foi responsável por roubar o fogo dos deuses e levá-lo ao mundo dos humanos para acalentar seus corações. Como se sabe, Zeus, furioso, castigou-o oferecendo Pandora para ser a esposa de seu irmão, Epimeteu. Prometeu fez de tudo para que o casamento não se consumasse, pois sabia que um presente de Zeus poderia significar uma maldição naquele momento. Seu irmão, no entanto, não conseguiu resistir à beleza da mulher. Ao aceitar sua mão, não percebeu que a mesma carregava consigo uma caixa que, ao ser aberta, libertaria todas as misérias humanas. Segundo esta lenda bastante conhecida, somente a esperança teria permanecido no fundo da caixa de Pandora. Para o rapaz que fez lembrar essa história, a semelhança com a cosmogonia Karajá estaria no despertar dos males – as misérias, no caso grego, e a morte, no caso ameríndio – através do ato interdito.

A sessão de paralelismos não terminou por aí, incluindo ainda os paralelismos inversos: “*parece o contrário do mito da caverna, não é mesmo?*”, provocou um antigo cliente da instituição. Ele fazia referência ao fato de que, enquanto no também célebre caso platônico, o mundo exterior era mais real que o mundo interior, preenchido apenas por sombras enganosas, no caso Karajá era o mundo exterior – isto é, a superfície – aquele que correspondia à realidade, ao passo que o mundo interior – as águas profundas – denotava o passado mítico.

Mais comentários desse tipo surgiram na roda de debate. Ninguém, nem a palestrante, nem os espectadores, procurou dar uma resposta definitiva à natureza das analogias entre a cosmogonia Karajá e os mitos ocidentais. O que estava em jogo, entretanto, era a possibilidade do exercício de correspondências e seu puro desenrolar durante a sessão de comentários, o que poderia ser chamado de um certo *ímpeto*

comparativo. A sessão foi finalizada com um comentário de Luiz Carlos Mello a propósito da extensa presença de mandalas no trabalho dos artistas do Engenho de Dentro, ilustrando-a com a contracapa de uma antiga edição da revista *Quaternio*. Assim como os mitos, essas figuras circulares também era presentes em diversas culturas, tendo servido de estopim para o contato entre Jung e Nise da Silveira. Eram, ao fim e ao cabo, *temas universais*.

Enquanto antropólogo, escutar aquela ronda de debates despertava um sentimento ambíguo. Por um lado, não deveria causar estranhamento, já que a comparação entre culturas não era nenhuma novidade na antropologia. Pelo contrário, já estava no cerne de sua constituição enquanto disciplina ao longo do século XIX, período no qual ocupava um posto metodológico fundamental, assentado sobretudo na preeminente premissa de uma unidade psíquica da humanidade (Stocking, 1982). Por outro lado, havia um incômodo despertado pela ciência de que o método comparativo oitocentista, sobretudo a partir da obra de Franz Boas, havia sido alvo de severas críticas quanto a seu estatuto científico e a seu caráter político, a ponto de ser progressivamente abalado no seio da disciplina (Boas, 2004). A vocação universalista da antropologia, se não eliminada, foi confrontada e complexificada com sua contraparte, que se definia pelo insurgente impulso de produzir estudos exaustivos sobre povos, temas e problemas cada vez mais específicos, assentados desta vez no ideário do *relativismo cultural*, para o qual as diferenças entre culturas devem ser entendidas em seus próprios termos (i.e. Peirano, 1995; Cardoso de Oliveira; 2001; Geertz, 2001; Viveiros de Castro, 2002 etc). Nesse sentido, o estabelecimento de paralelos entre regiões etnográficas diversas passava a ser sujeito a limitações rigorosas.

Nas cenas aqui descritas, fazia-se presente um ímpeto comparativo, eminentemente dedutivo, o qual, embora sem operar a princípio em termos de avanço ou atraso, me parecia muito semelhante àquele empreendido pelos antropólogos do século XIX, costumeiramente etiquetados como *vitorianos* ou *evolucionistas*. No entanto, não era exatamente a teoria antropologia clássica – ou pelo menos, não diretamente – a fonte que informava aqueles comentaristas, membros do grupo de estudos, durante a palestra sobre a cosmogonia Karajá. Era, diversamente, a psicologia analítica de Carl Gustav Jung.

Este, embora formado em medicina e especializado em psiquiatria, foi um profundo estudioso da mitologia e das religiões humanas. Sua biblioteca era permeada de autores como Adolf Bastian, Marcel Mauss, Lucien Lévy-Bruhl, Edward Tylor e

James Frazer, bem como exemplares de revistas como a *Annual Report of Bureau of Ethnology to the Secretary of Smithsonian Institution* (Shamdasani, 2003). Com base em suas leituras, assim como na observação dos sonhos e delírios de seus pacientes, desenvolveu uma teoria em que mediava o conhecimento antropológico e suas teorias psicológicas, mais conhecida como teoria dos *arquétipos* e do *inconsciente coletivo*. O que dita teoria propunha era a existência de uma camada ainda mais profunda que o inconsciente pessoal, o *inconsciente coletivo*, na qual se depositam matrizes imagéticas, os *arquétipos*, delineados ao longo da evolução humana.

As proposições em torno dos arquétipos e do inconsciente coletivo constituíram uma das maiores inspirações do pensamento de Nise da Silveira, sobretudo por meio de suas leituras e de seu contato pessoal com o psiquiatra suíço no Instituto C. G. Jung, primeiramente em 1957. Se Jung desenvolveu suas conceituações tendo em conta sobretudo conteúdos oníricos e narrativas míticas, Nise se dedicaria a incorporá-las em sua prática de observação das imagens criadas por seus clientes. A partir de então, também ela se dedicaria a despertar em seu método uma vocação universalista e comparativa, que ganharia forma no que denominou de *arqueologia da psique*.

É sobre este elemento da psiquiatria rebelde que este capítulo dedica seu estudo. Que noções de natureza e cultura se envolveram no engendramento dessa noção? Quais foram suas implicações para a reformulação do estatuto da loucura e da humanidade proposto na genealogia da psiquiatria rebelde? Como essa problemática se desdobra na contemporaneidade do Mundo Nise, envolvendo seus distintos atores? Para responder a essas perguntas, antes de mais nada, é preciso ir em busca das fontes que as configuraram no próprio pensamento junguiano.

Jung versus Freud, Jung além de Freud

Como Nise da Silveira, C. G. Jung é um daqueles personagens carismáticos que encontram incessante ressurgência no campo da produção cultural. Sua referência, entretanto, aparece infinitamente mais controversa. Comece-se por uma das mais recentes memórias sobre o psiquiatra suíço, produzida no formato de filme. Trata-se de *Dangerous Method*, de David Cronenberg, exibido primeiramente no festival de Veneza em 2011, tendo seu lançamento agendado para o ano seguinte. A produção cinematográfica teve como principal fio temático a parceria e a posterior ruptura de Jung com o psicanalista Sigmund Freud, entre 1907 e 1913, dando especial atenção ao entendimento diferencial sobre a sexualidade com que ambos os intelectuais se

debatiam. Aqueles que assistiram a obra puderam entrever um amplamente comentado elemento de diferenciação entre um e outro: enquanto Freud creditava aos traumas sexuais a origem das neuroses, conferindo-lhes um caráter central, Jung considerava-os apenas um componente a mais no funcionamento do psiquismo. Ao mesmo tempo, a película provocativamente tratava do envolvimento amoroso-sexual de Jung com Sabina Spielrein, uma jovem diagnosticada com histeria, paciente de Freud, adepta de práticas consideradas sadomasoquistas. Seu efeito era ensejar o contraste entre a imagem extravagante e rebelde do pupilo à de seu mestre, mais circunspecto.

Esse tipo de abordagem se inscreve no que o historiador da psicologia Sonu Shamdasani (2003) chamou de visões *freudocêntricas* da psicologia junguiana, isto é, que atribuem seu surgimento fundamentalmente a partir da dissidência com o pai fundador da psicanálise. Estas leituras, segundo o autor, costumam resultar reducionistas, na medida em que deixam como resíduo a pergunta de quem foi o próprio Carl Gustav Jung, tanto em relação aos aspectos originais de suas teorias quanto ao complexo cenário intelectual no qual estas puderam se constituir, para além da psicanálise. Desse modo, assim como Henri Ellenberger concebeu a *Lenda Freudiana*, segundo a qual as teorias e práticas psicanalíticas teriam sido produto inteiramente da mente brilhante de Freud, sem qualquer conexão com o campo intelectual a ele exterior, Shamdasani descreve uma *Lenda Junguiana*, que o retrata como o herege da psicanálise, o qual teria ao mesmo tempo criado sua própria escola como uma derivação daquela. Nesse sentido, se vê que a primeira lenda sustenta que Freud não tinha predecessores; e a segunda, de que Jung tinha um grande predecessor: Freud.

De acordo com o historiador, o *freudocentrismo* constitui apenas um – e o mais comum – dos muitos equívocos a assombrar a memória desse pensador. A produção de imagens de Jung, muitas vezes contraditórias, distorcidas e desprovidas de qualquer conhecimento prévio de sua obra – incluindo, em seu escopo, as de ocultista, cientista, profeta, charlatão, filósofo, racista, guru, anti-semita, libertador das mulheres, misógino, apóstata freudiano, gnóstico, pós-moderno, polígamo, curador, poeta, artista, psiquiatra e anti-psiquiatra – o tornaria uma das figuras mais incompreendidas da história intelectual do Ocidente.

Esse diagnóstico é ainda complicado pelo estado da arte da obra de Jung. À parte seus trabalhos regulares, as maiores fontes canônicas para a produção de sua memória incluem obras de edição de qualidade duvidosa, como sua “suposta” autobiografia *Memórias, Sonhos e Reflexões* (a qual foi basicamente organizada por seus discípulos,

como Aniela Jaffé, que chegou a alterar e reordenar os textos originais de Jung em diversas partes) (Jung, 2006). Ademais, outras obras de relevância, como *O Livro Vermelho* (Jung, [2009] 2010) – que propunha, nos termos do próprio Jung, a confrontação com o inconsciente através da criação de ilustrações e fantasias – teriam que esperar até a alvorada do século XX para chegar às prateleiras das livrarias. Nesse sentido, Shamdasani propõe um estudo que leve a sério a inserção do projeto junguiano dentro da nascente psicologia do século XIX, sublinhando sua larga herança filosófica no pensamento alemão e sua interação com outras disciplinas, como a própria antropologia.

Esse diagnóstico é confirmado por outros pesquisadores de orientação similar. Segundo J. J. Clarke (1993), Jung é frequentemente lembrado de forma caricata por seu interesse pelo pensamento oriental, pela alquimia, pelo gnosticismo, pela teologia cristã e pela astrologia, contribuindo para a manutenção, tanto na tradição popular quanto na erudita, de sua fama de “marginal” e “místico”. Oblitera-se, assim, a amplitude de seu pensamento científico, reduzindo-o à uma figura de um incompreendido.

Por outro lado, no âmbito da crítica, foi marcante a publicação de *O Culto de Jung – Origens de um movimento carismático*, do psicólogo e historiador Richard Noll (1996). A obra gerou inimizade com a família do psiquiatra suíço por seu tom denunciatório, assim como grande repercussão na mídia. Nesta, Noll tenta demonstrar que Jung se pôs a constituir um culto religioso individualista baseado no misticismo ariano e no paganismo politeísta. Sua tese sustenta que a doutrina psicológica junguiana era falsa, ocultando, ao fim e ao cabo, uma luta contra a ortodoxia judaico-cristã típica do mundo germânico de seu tempo.

Curiosamente, tanto como Shamdasani e Clarke, Noll também se propõe a derrubar uma certa *visão mítica* de Jung, que para ele, seria responsável por exaltar sua figura sob a nuvem de louvores no âmbito *New Age*, encobrendo seus aspectos corruptos. Sua busca é, destarte, pelo *Jung histórico*, que lhe parece mais factual. Esta observação deixa claro que, como no caso de Nise da Silveira, analisado nesta tese, a memória sobre a vida e a obra de Jung consiste em um território de constantes disputas. Apresenta-se, entretanto, de um modo ainda mais belicoso, dadas as proporções de um autor mais célebre, que ensejou um movimento internacional, consubstanciado em numerosas instituições e publicações. Vê-se que o impasse entre *verdade* e *ficção* é acionado tanto pelos detratores quanto pelos defensores de sua obra, que operam em sua maioria no meio acadêmico em infundáveis batalhas.

Do ponto de vista de uma pesquisa de orientação antropológica, obliterar a existência dessa contenda seria tão indesejável quanto subscrever um de seus termos por um mero juízo de valor. Não obstante, isto não implica que uma neutralidade absoluta seja possível. Para os fins deste trabalho, deseja-se chamar a atenção para alguns aspectos da vida e da obra de Jung que abrem caminho para o entendimento de sua repercussão no projeto médico-científico de Nise da Silveira. Pois assim como não é a *Nise histórica* o que se busca com esta tese, tampouco é o *Jung histórico*, mas sim o *Jung de Nise*. E levando em consideração que esta sempre levou a sério as teorias daquele, jamais envolvendo-se em polêmicas ou conspirações sobre suas intenções ocultas, e atentando, antes, para seus aspectos teóricos, o caminho que se segue busca fazer o mesmo através de uma perspectiva própria. Por esse motivo, apesar de distanciar-se dos pressupostos de verdade dos primeiros dois historiadores da psicologia citados, não deixa de se inclinar mais na sua direção do que na do terceiro. É nas obras de Shamdasani e Clarke que se pode entrever um estudo substancial do pensamento junguiano para além de seu rompimento com Freud, e é através de suas contribuições que são delineadas as orientações dos próximos parágrafos.

Jung nasceu em Kesswil, na Suíça, em 1875, no seio de uma família de pastores e teólogos protestantes. Desde cedo teve contato com as obras da tradição idealista e romântica alemã, incluindo Kant, Carus, von Hartman, Goethe e Schelling, passando também por seus apóstatas, Schopenhauer e Nietzsche, a que tinha acesso no gabinete de leitura de seu pai. Formou-se em Medicina na Universidade de Basileia entre 1895 e 1900, estagiando na clínica do hospital de Burghölzli, sob a direção de Eugen Bleuler. Em 1907, sob a influência deste, publicou sua primeira grande obra, *A Psicologia da Demência Precoce*, em que entendia a esquizofrenia (então denominada demência precoce) como portadora de um sentido simbólico subjacente, passível de análise.

No mesmo ano, Jung conheceu Freud pessoalmente, após uma curta troca de correspondência, quando este já era uma figura respeitada e cinquentenária. Estabeleceu-se, a partir de então, um relacionamento pessoal e profissional que incluiu uma viagem aos Estados Unidos (1909) e a eleição de Jung como presidente da Associação Psicanalítica Internacional (1909), o que duraria até 1913, com o pedido de exoneração deste e a ruptura definitiva. Segundo Clarke, a relação entre ambos os psicanalistas era mais de coleguismo do que de mestre/discípulo. Por um lado, é verdade que sua desavença se deu devido à diferença entre seus pensamentos: para Freud, o inconsciente é um receptáculo de conteúdos reprimidos, sobretudo de caráter

sexual, enquanto que, para Jung, é um armazém histórico, uma camada viva e criativa, expressão da natureza e da história humanas. Por outro lado, a simples repetição desse fato se revela insuficiente. Pois não é possível depreender que essa diferença tenha sido produto exclusivo de seu encontro (ou desencontro), mas sim dos aspectos específicos da formação e do interesse intelectual do psiquiatra suíço.

Enquanto Freud formara-se em um ambiente de naturalismo científico da Universidade de Viena, Jung fora treinado no pensamento do naturalismo romântico alemão, imperante em Basileia. As continuidades entre sua psicologia e o romantismo foram admitidas na própria obra do psiquiatra suíço, que atribuiu aos *Naturphilosophen* e seus pares o pioneirismo no estudo da psique humana. Segundo Clarke, é possível elencar uma significativa lista de pontos de convergência entre os pensamentos aqui tratados, incluindo: a análise e a reabilitação do instinto, da intuição e da imaginação; a preocupação com os sonhos e com a fantasia; a crença na natureza inconsciente da arte; a noção de uma simbiose entre homem e natureza; a contestação do racionalismo científico; e, o que é mais fundamental para este trabalho, a crítica da concepção mecanicista de mente, reformulada em uma cosmologia mais ampla que poderia ser descrita como uma filosofia não-dualista, isto é, "*uma filosofia unificada da natureza que incluisse por igual os mundos da matéria e do espírito*" (Clarke, 1993, p. 88).

Segundo o historiador, a grande contribuição do pensamento junguiano é a reconfiguração do dualismo entre corpo e mente – possibilidade excluída pelo racionalismo cartesiano, que tornara os termos incomensuráveis – em uma unidade ontológica fundamental, abrindo o caminho de volta ao *Unus Mundus* renascentista. A consequência disso é a concepção da psique como um sistema auto-regulador, que tende à unidade, à totalidade, à integridade e, enfim, ao equilíbrio de opostos; e, simultaneamente, sua concepção como entidade individual que só existe a partir do Uno. Em outras palavras, a psique é, nessa leitura, uma espécie de ser orgânico que passa por um ciclo natural de evolução e crescimento, constituindo-se como parte integral dos processos vivos da natureza. Trata-se, assim, de um microcosmo equivalente ao universo externo, o macrocosmo. Cria-se aí uma visão oposta ao materialismo reducionista e ao fisicalismo localizacionista, mas não exatamente contrária à ciência, como costumam declarar seus críticos.

Ainda de acordo com Clarke, em perspectiva que, como se verá, se aproxima daquela empreendida pela própria Nise da Silveira, o pensamento junguiano é sobretudo intuitivo, mas não irracionalista, tal como nas físicas de Albert Einstein e Wolfgang

Pauli. Tanto quanto na teoria da relatividade e na física quântica, faz-se presente a ideia de impossibilidade de ajustar-se à realidade: o instrumento que observa é inseparável da realidade observada. Nessa perspectiva, a ciência é um método entre outros. Da mesma forma, a cultura ocidental é uma entre muitas. Jung levou a sério fenômenos metafísicos e religiosos, mas sem subscrever os mesmos, evitando explicações transcendentais, e antes buscando lhes conferir uma interpretação psicológica. Ao mesmo tempo, seu desconforto com a unilateralidade da fé cristã o levou ao interesse pela sabedoria oriental, incluindo as tradições védicas, budistas e taoístas, assim como a alquimia e o gnosticismo, enxergando nesses a introspecção e o equilíbrio de opostos bloqueados do homem ocidental, sempre em analogia com seu próprio trabalho psicoterapêutico, sobre um fundo universalista.

Sob a base dessa perspectiva mais ampla, Jung pôde engendrar a polêmica teoria do inconsciente coletivo, formulada pouco depois do rompimento com Freud. Como se sabe, a ideia foi recebida como uma espécie de escândalo, sendo rejeitada pela psicanálise estabelecida, mantenedora da exclusividade do inconsciente individual. Negava a doutrina lockiana que concebia a mente como uma *tabula rasa*, a qual implicava no postulado de que o comportamento humano é adquirido através da aprendizagem e não por predisposições herdadas, assim como o postulado aristotélico da preeminência dos sentidos sobre os conteúdos do intelecto. Aproximava-se, por outra via, do pensamento kantiano (e, mais longamente na história da filosofia, de Platão e de Santo Agostinho, assim como da escolástica medieval e da tradição hermética) através da concepção de modelos preexistentes de pensamento. Nessa perspectiva, a mente tinha uma estrutura *a priori* capaz de mediar o acesso ao conhecimento e à realidade, consubstanciada em categorias mais ou menos independentes da experiência.

Em continuidade com essa linhagem filosófica, Jung concebeu uma estrutura subjacente da psique – herança comum da humanidade, para além das diferenças individuais, familiares ou raciais – composta de elementos formais e modeladores, a qual predispõe a pensar, experimentar e sentir certas maneiras. A essa estrutura chamou de *inconsciente coletivo* (*kollektive Unbewusste*) e a seus elementos estruturantes, os *arquétipos* (*Archetypen*, do grego *arché* = origem). Estes encontrariam manifestação em distintas épocas e culturas através das artes, dos mitos, dos sonhos e das fantasias. Entre os exemplos elencados pela psicologia analítica, destacaram-se, entre outros, a *anima*, a *sombra*, o *si mesmo*, o *nascimento*, a *criança*, o *herói*, o *velho sábio* e a *mãe-*

terra, todos os quais seriam verificados em seu caráter fenomenal, com base na experiência.

Essa teoria original de Jung começou a se delinear já em 1910, com a publicação de *Símbolos da Transformação* (Jung, 1989), em que se propõe a estender a psicologia para encompassar o “homem” pré-histórico, primitivo e moderno, buscando suas mútuas iluminações. A concepção seria levada a cabo em palestras e publicações subsequentes. Chamou-as primeiramente de “*imagens primordiais*”, substituindo-as, posteriormente, por “*dominantes*” (1917) e, finalmente, “*arquétipos*” (1919). A noção ganhou especial atenção em famosas publicações organizadas subsequentemente, tais como *O Homem e Seus Símbolos* (Jung, [1964] 2008) e *Os Arquétipos e o Inconsciente Coletivo* – volume inicialmente publicado em 1969, que contém trabalhos escritos entre 1933 e 1955 (Jung, 2002).

O arquétipos, ao mesmo tempo que atrelados à herança do idealismo, se diferiam do imperativo categórico kantiano. Enquanto este era essencialmente a-histórico, configurado de modo imemorial através do princípio de causação universal, isto é, da razão-como-tal; para Jung o entendimento humano se dava em termos históricos. Nesse sentido, em afinidade com o historicismo de Jakob Burkhardt e J.J. Bachofen – ambos de origem suíça – concebia a estrutura da consciência como um corolário indeterminado da evolução humana; isto é, um fato contingente modelado pelo tempo e relacionado com condições específicas. Em outras palavras, por mais que esteja arraigado, poderia ter sido diferente. Ademais, se a consciência humana muda e evoluiu com a história, a própria psique prolonga-se para o passado da espécie. Como Darwin, Jung concebia que a psique tinha um evolução, embora sem subscrever totalmente os critérios materialistas da seleção natural. Ao mesmo tempo, afinava-se – apenas analogamente, sem referência direta – com a ideia de Lamarck, segundo a qual caracteres adquiridos poderiam ser transferidos hereditariamente, embora atendo-se mais à forma que ao conteúdo. Mais definitivamente, aproximava-se da filosofia da natureza de Schelling, concebendo que todo sistema da natureza é impelido para um fim através de uma lógica própria interior (noção que, por sua vez, resgatava a *enteléquia* aristotélica e o *conatus* spinozista).

Nesse sentido, vê-se que as noções compósitas de arquétipos e inconsciente coletivo relacionavam-se, a um só tempo, com numerosas vertentes do pensamento histórico, biológico e filosófico modernos, não deixando de se articular ainda com a nascente antropologia. Sonu Shamdasani (2003) confere especial atenção às intensas relações entre essa disciplina e os saberes psicológicos no final do século XIX, com

especial destaque para a psicologia dos povos, a psicologia social, a psicologia experimental e a etnopsicologia (*Völkerpsychologie*), além da própria psicanálise. Como o saber antropológico, todas estas estavam dispostas a buscar uma solução satisfatória para a problemática indivíduo – sociedade, assim como para a natureza das relações entre a modernidade, a antiguidade e os povos ditos primitivos. Segundo o autor, o pensamento junguiano, em especial a teoria dos arquétipos e do inconsciente coletivo, se engendrou a partir dessa matriz de articulação. Mais do que designando um simples “contexto”, no entanto, incluiu a leitura concreta de autores muito específicos.

Destaque-se, primeiramente, a obra do etnólogo alemão Adolf Bastian. Na esteira da tradição herderiana e de seus desdobramentos humboldtianos, este ocupou um papel fundamental na consolidação da etnologia germânica (*Völkerkunde*), concebendo sua disciplina como a base para a descoberta das leis psicológicas e do desenvolvimento mental dos grupos. Central em seu pensamento era o postulado da existência de imagens e temas análogos em culturas distantes, discernindo padrões que se repetiam, a exemplo da *criança eterna*, a *deusa da terra*, o *herói* e o *velho sábio*. A esses padrões, chamava de ideias elementares (*Elementargedanken*), as quais se realizariam de maneira particular em cada povo (*Völkergedanken*), em todos os lugares e épocas, conjuntamente compreendendo as ideias da humanidade (*Menschheitsgedanken*). Esta conceituação punha em segundo plano hipóteses rivais, como a do difusionismo, capitaneada naquele campo intelectual pela antropogeografia de Friedrich Ratzel. Para este, ideias similares se deviam a conexões históricas concretas, e não à unidade mental. Jung, de outro modo, se atrelava à primeira hipótese, referenciando-a diretamente em seus trabalhos como uma das importantes precursoras de sua própria conceituação.

De modo mais oblíquo, mas ainda fundamental, essa direção aproximava sua psicologia da antropologia evolucionista, especialmente tal como desenvolvida no mundo britânico. Conforme sublinha Shamdasani, seus expoentes máximos, Edward Tylor e James Frazer, faziam parte da biblioteca do psiquiatra suíço, e nutriam boa parte de suas referências intelectuais. Em continuidade parcial entre esses intelectuais fundadores e as teorias junguianas, residiam as noções compartilhadas de uma unidade psíquica da humanidade e de seu desenvolvimento evolucionário; a doutrina das sobrevivências; a equação do primitivo, da criança e do pré-histórico; e, sobretudo, o uso do chamado “método comparativo”, através do qual se articulava a história da humanidade e a alteridade contemporânea.

Mas foi a partir da Escola Sociológica Francesa, em especial nos trabalhos de Lucien Lévy-Bruhl, Marcel Mauss e Henri Hubert, que se efetivariam as influências da antropologia no pensamento junguiano. O primeiro, em continuidade original com as teorias durkheimianas sobre as representações coletivas, se dedicou ao estudo da “mentalidade primitiva”, buscando entrever seu modo de funcionamento específico. Criticando a linhagem evolucionista, para a qual esta se traduziria em uma espécie de animismo, instituiu a noção de uma diferença, frequentemente lida como radical, entre a cognição de primitivos e modernos. A primeira, em contraste com o pensamento lógico, seria baseada no princípio da *participação mística*, no qual os seres e as coisas podem ser eles próprios e, ao mesmo tempo, algo mais, manifestando, por conseguinte, uma indiferença à contradição. Já os últimos dois autores, na tentativa de conceber uma teoria geral da magia, conceberam o *mana* como categoria *a priori* do pensamento, designando a um só tempo uma ação, uma força e uma qualidade.

Jung propôs deslocar essas teorias das representações coletivas para o âmbito do inconsciente e da história humana universalista. Nesse sentido, o sentido junguiano de *coletivo* não se dava, como para seus inspiradores franceses, em termos de uma origem social. Diversamente, sua explicação se compunha em termos biológicos atavistas, para os quais a ontogenia recapitulava a filogenia, equacionando, portanto, o coletivo à espécie. Em sua leitura particular, as noções de participação mística e de *mana* consistiam na demonstração da possibilidade da presença viva do passado, que era, em sua formulação, passível de ser verificada nas práticas e subjetividades do indivíduo moderno. Ademais, seriam uma característica permanente da mente, afigurando-se entre os modernos como um resíduo, sobretudo na dimensão do inconsciente.

Jung reiterava, assim, o paralelo primitivista (compartilhado, como aqui revisto, por boa parte dos artistas modernos europeus nas primeiras décadas do século XX) entre o pensamento das crianças, dos primitivos, os mitos e os sonhos. Acrescentava a esta equação o elemento das psicoses, as quais estariam em oposição complementar ao pensamento dirigido, adaptativo e linear da psique consciente, dominante no racionalismo das sociedades europeias. Em sua leitura, e diferentemente do que pareceriam anunciar as hipóteses lévy-bruhlianas, porém, este não seria necessariamente mais lógico, mas constituiria uma das duas faces do pensamento humano. Ademais, sua hegemonia no Ocidente teria tido o efeito nocivo de bloquear sua contraparte.

A partir dessas referências, engendrava-se a formulação de que a psique herda estruturas como quaisquer organismos vivos. Sua justificativa era empreendida sobre a

base de analogias empíricas, as quais também chamava de *amplificações*. Fora motivada, inicialmente, através da observação dos sonhos e fantasias de pacientes, sobretudo os esquizofrênicos, em cujos delírios parecia haver afinidades com mitos e símbolos, lendas e históricas folclóricas do mundo inteiro. Segundo o próprio Jung, essa constatação teve como um de seus pontos de partida um caso, registrado em uma famosa entrevista na BBC de Londres (Jung, 1959), no qual um paciente disse ter uma visão do sol que mostrava um falo, interpretando-o como a origem do vento. Anos depois, o psiquiatra suíço descobriu no estudo do culto mitraísta a mesma visão. Excluindo a possibilidade de que o paciente o conhecesse previamente (o que poderia ser considerado uma espécie de “difusionismo” a nível psíquico), o paralelo só poderia ser explicado em termos de herança, a qual seria, inclusive, independente das diferenças raciais, como constatou ao longo de suas viagens à África, ao Novo México e à Índia.

Das mandalas aos mitos

No já referido artigo seminal escrito por Nise da Silveira na ocasião da exposição “9 Artistas do Engenho de Dentro” [1949], a referência a Jung já se encontra sólida, embora discreta. Nesta fase, anterior a seu período de estudos no Instituto C. G. Jung, a médica ainda não citava diretamente noções como as de *arquétipo* e *inconsciente coletivo*. Entretanto, já evidenciava, em seu pensamento, a relação entre uma concepção universalista de humanidade e a observação de imagens herdadas. Em referência à presença de mandalas entre as obras da exposição, Nise deixava entrever que seu surgimento não se devia à influência cultural (isto seria, em termos antropológicos, a difusão), na medida em que seus criadores desconheciam previamente os símbolos em questão. Tratava-se, antes, de uma figuração transferida através de milênios nas vivências individuais da espécie humana; de uma memória que atravessa e transcende a matéria; e que por isso mesmo seria comum tanto a brasileiros quanto europeus:

“Símbolos eternos da humanidade aparecem também pintados por doentes mentais europeus (Jung) e por esquizofrênicos brasileiros completamente desconhecedores do símbolo religioso oriental. Os que se debruçam sobre si próprios estarão sujeitos a encontrar imagens dessa categoria, depositárias de inumeráveis vivências individuais através de milênios. Daí as analogias inevitáveis entre a pintura dos artistas que preferem os modelos do reino do sonho e da fantasia e a pintura daqueles que se desgarraram pelos desfiladeiros de tais mundos” (Silveira [1949] 1996, p. 94).

Ao longo dos ulteriores desenvolvimentos do pensamento niseano, essa concepção seria aprofundada em uma teoria própria. Viu-se, no primeiro capítulo desta tese, como o interesse de Nise pelas figuras concêntricas esboçadas pelos frequentadores do STOR serviu de ponto de partida para a troca de correspondências entre a psiquiatra e aquele que viria a ser seu mestre, Carl Gustav Jung. Cabe, agora, ampliar o conhecimento sobre esse caso.

No artigo “C. G. Jung e a psiquiatria”, publicado na *Revista Brasileira de Saúde Mental* em 1962, disponível na Biblioteca Nise da Silveira, a médica alagoana conta sobre uma experiência ocorrida poucos anos antes, em 14 de junho de 1957. Nessa data, ela afirma ter sido recebida por Jung diretamente em sua residência, em Kusnacht, na Suíça. Sentada diante do mestre, em seu gabinete de trabalho, cuja larga janela dava vista para um lago, ela lhe falou sobre o desejo de aprofundar seu trabalho e de suas dificuldades como autodidata. Depois de ouvi-la atentamente, Jung perguntou, de súbito: “*Você estuda mitologia?*”. [Ela respondeu que não]. “*Pois se você não conhecer mitologia nunca entenderá os delírios dos seus doentes, nem penetrará na significação das imagens que eles desenhem ou pintem. Os mitos são manifestações originais da estrutura básica da psique*” (Silveira, 1962, p. 98).

Se foram as mandalas a motivação do contato inicial entre a brasileira e o suíço, seriam os mitos aqueles a ocupar o papel chave nos desdobramentos de sua relação. Segundo a concepção que está em jogo entre ambos os casos, tanto as figuras concêntricas quanto as narrativas compartilhadas dos povos da humanidade se inseriam no mesmo pano de fundo, que abriga a ideia de uma natureza humana universal, a qual encerraria um psiquismo em sua estrutura básica. No mesmo texto, Nise fornece mais detalhes sobre essa temática, descrevendo os comentários do próprio Jung a propósito da exposição *A Esquizofrenia em Imagens*, que foi levada a cabo por ocasião do II Congresso Internacional de Psiquiatria: “*A linguagem dos símbolos não é difícil, apenas nós a desaprendemos. Principalmente o ocidental quase a perdeu por completo. Seus clientes orientais conseguem muito mais depressa que os outros reencontrar essa linguagem*” (ibid).

O artigo, entretanto, ainda deixa um enigma. Qual era a relação entre a esquizofrenia e a revelação da estrutura básica da psique sob a forma de mitos? Seria a loucura uma espécie de condição privilegiada para a emergência desses conteúdos? O que, ao fim e ao cabo, fundamentava a correspondência entre psiquiatria e mitologia? A

partir de seu encontro com Jung, logo sucedido por sua volta ao Engenho de Dentro, Nise da Silveira desenvolveria hipóteses sobre essas perguntas com base em sua própria prática terapêutica, observando a produção de imagens de seus pacientes. O primeiro e mais marcante desses casos envolveu uma modesta mulher do interior do Estado do Rio de Janeiro, denominada Adelina Gomes, internada naquele hospital suburbano.

O Reino das Mães: o caso de Adelina

Conforme narrado em uma entrevista televisiva, Adelina não falava de jeito de nenhum. A médica passava por ela, dizia bom dia, mas não obtinha resposta. Um dia, uma assistente social correu a ela e disse: “*Sabe o que aconteceu? Quando você passou, pouco depois ela lhe atirou um beijo*”. No dia seguinte, Nise decidiu voltar ao corredor, e ao invés de desejar bom dia, estendeu a face à paciente. “*Ela me beijou. Estava feita a relação*” (Silveira, 1990 apud Mello, 2014, p. 225).

Nise conheceu Adelina Gomes nos corredores do hospício do Engenho de Dentro, logo quando retornou ao serviço público. Ela foi uma das primeiras pacientes a frequentar o ateliê da STOR. Inicialmente, trabalhando com o barro, e logo depois, dedicando-se também à pintura, Adelina produziria mais de 17.500 obras até 1984, ano de seu falecimento. Em *Imagens do Inconsciente*, um capítulo inteiro é dedicado à sua vida e obra, começando com uma exposição geral de sua trajetória e temperamento:

“Adelina era uma moça pobre, filha de camponeses. Fez o curso primário e aprendeu variados trabalhos manuais numa escola profissional. Era tímida e sem vaidade, obediente aos pais, especialmente apegada e submissa à mãe. Nunca havia namorado até os 18 anos. Nessa idade, apaixonou-se por um homem que não é aceito por sua mãe. A moça, como tantas outras jovens no sistema social vigente, sujeita-se ao julgamento materno. Obedece, afasta-se do homem amado. A condição de mulher oprimida é patente. A autoridade inapelável das decisões familiares impede a normal satisfação dos instintos e a realização de seus projetos de vida afetiva” (Silveira, 1981, p. 210-211).

Segundo a leitura da médica, o afastamento do homem amado pela mãe tornara Adelina retraída, sombria e irritada. Um dia, a jovem camponesa, num ataque súbito de fúria, estrangulou a gata de sua casa, estimada por toda a família, inclusive pela própria. Foi o estopim para sua internação, ocorrida em 17 de março de 1937. Dizia o prontuário: “*A doente está lúcida, orientada no tempo e no lugar. Mostra-se indiferente*

a sua situação, não desejando sair do hospital. *Mímica extravagante. Autismo. Afetividade e iniciativa diminuídas*” (ibid.). Diagnóstico: esquizofrenia. Tratamento: eletrochoque e injeção de insulina.

Em 1946, Adelina passou a frequentar as atividades preconizadas por Nise da Silveira. Suas pinturas eram repletas de mulheres, ora imponentes, ora fugidias. Frequentemente adornavam-se de plantas, parecendo mesmo confundir-se com elas. Para Nise, tratava-se de um mistério que só passou a ser desvendado quando, através do relato de uma irmã, teve acesso a alguns dados da trajetória da paciente, particularmente em relação a seu apego à figura repressora da mãe. A gata foi identificada com a mãe, que estrangulava seus instintos femininos, desejosos de ir ao encontro do homem amado – eis a hipótese lançada pela médica. Mas faltava ainda explicar o porquê de suas pinturas apresentarem mulheres metamorfoseadas em flores. Explica Nise: “*Um dia Adelina pintou formas abstratas em tons rosa e lilás. Entregando a pintura à monitora, murmurou, na sua habitual voz quase inaudível, eu queria ser flor*” (Silveira, 1981, p. 206). Essa observação levou a médica a associar o caso de seu paciente ao mito grego da ninfa Dafne, seguindo os ensinamentos de seu mestre suíço. “*Por estranho que pareça*”, diz Nise, “*Adelina, modesta mestiça do interior do Brasil, reviveu o mito da ninfa grega Dafne*” (ibid., p. 210).

Na mitologia grega, Apolo, deus do Sol e da música, apaixonou-se por Dafne, filha do Rei Ladão e da Mãe Terra. Ela recusa seu amor, mas Apolo insiste, perseguindo a ninfa pelos bosques e campos, treloucado. Dafne só consegue se safar ao procurar refúgio com sua mãe, a Terra, que a metamorfoseia em loureiro. Na interpretação da psiquiatra, “*O mito de Dafne exemplifica a condição da filha que se identifica tão estreitamente com a mãe a ponto dos próprios instintos não lograrem desenvolver-se*” (ibid.).

Verifica-se aí a primeira de uma série de curiosas aproximações entre temas mitológicos e a trajetória pessoal de Adelina, sempre tomando como parâmetro sua produção imagética. Para Nise, a paciente não conseguiu viver seus *instintos femininos*, tendo portanto vivido uma metamorfose vegetal, tal como o fez a ninfa Dafne. Por essa razão, Adelina pintava mulheres-flores, revelando sua identificação com o vegetal e seu apego à figura da mãe. O estrangulamento da gata seria apenas um ponto de partida para seu mergulho no reino dos arquétipos, consubstanciados principalmente na figura da Grande Mãe, simultaneamente provedora e megera.

De acordo com a leitura niseana, a fixação na figura da mãe passa então a se revelar progressivamente nos trabalhos de Adelina: *“As figuras de Adelina caracterizam-se por um arcaísmo que logo faz pensar nas deusas mães da Idade da Pedra. São mulheres corpulentas, majestosas. Aquelas inicialmente modeladas bem merecem a qualificação de Mães terríveis”* (ibid., p. 213). É então que o tema mítico de Hécate passa a emergir. Deusa do submundo, associada à morte e à noite, representa a faceta perversa da Grande Mãe, sempre acompanhada de cachorros. Nise acopla a essa descrição impressionantes modelagens de mulheres e cães. Neste ponto, surge, finalmente, a teoria que fundamenta sua linha de interpretação:

“Como explicar o aparecimento dessa imagem de Grande Mãe, estreitamente ligada ao cão, entre os trácios, os gregos, os germanos, e nos delírios de uma internada no hospital público de Engenho de Dentro (...)? Se não recusarmos os fatos, seremos levados à recorrer à hipótese de C. G. Jung, admitindo que a psique, na sua estrutura básica, encerra possibilidades de imaginar, espécies de eixos de cristalização em torno dos quais se constroem imagens similares em suas características fundamentais, embora variáveis nos detalhes das formas que possam assumir” (ibid., p. 226).

Mães, flores e gatas ocupariam os desenhos de Adelina por toda sua vida. A partir de suas variações, Nise avaliava a evolução do caso de sua paciente. Um exemplo notável foi quando Adelina começou a pintar flores que não mais se transformavam em mulheres, ou vice-versa. Tratava-se, segundo a leitura da psiquiatra, de um índice de melhoria clínica, revelando uma libertação em relação ao instinto feminino reprimido, antes figurado no mito de Dafne: *“Agora, a maioria de suas pinturas representa flores, flores que ela própria colhe no jardim do hospital (...). As melhoras clínicas surpreendem. Adelina está mais confiante, comunica-se conosco e com vários monitores, participa de diversas atividades de terapêutica ocupacional”* (ibid., p. 228).

Por fim, Nise da Silveira concebe que a recuperação de Adelina se verifica por intermédio da mudança do conteúdo pictórico de seus trabalhos. Neste ponto, não é mais a face terrível de Hécate que surge, mas a misericordiosa Maria, Grande Mãe venerada pelo mundo cristão. Seus processos inconscientes, entretanto, não param por aí. A autora encerra sua análise destacando que a progressão dos acontecimentos intrapsíquicos não é linear. Assemelha-se mais a um piano em que oscilam sons agudos,

conscientes, e sons graves que, tocados pela mão esquerda, revelam inesgotavelmente as profundezas da inconsciência.

O caso de Adelina foi também registrado em *Imagens do Inconsciente*, trilogia cinematográfica de Leon Hirzman, em co-produção com Embrafilme, realizada em meados da década de 1980. O filme específico dedicado à sua trajetória, *No Reino das Mães*, traz em formato audiovisual a sucessão de imagens presentes no livro de Nise da Silveira, que é também intercalada por uma narração com textos de sua autoria. É possível vislumbrar aí a volumosa silhueta de Adelina, viva, caminhando pelos corredores do hospício, no que seriam os últimos anos de sua vida. Ela aparece cabisbaixa, com um passo leve, lento, sinuoso e gentil. Colhe flores em um jardim. Às vezes, sorri.

No final, a artista aparece pintando no ateliê, chegando, de súbito, a olhar para a câmera. A voz da narradora, então, deixa de lado as análises do inconsciente para empreender um tom crítico às condições hospitalares psiquiátricas, que não ofereceriam a oportunidade para o desenvolvimento de viagens como aquela levada a cabo por Adelina. "*O espaço opressor e o tumulto das enfermarias, pelo contrário, favorece a regressão. E em troca, o que oferece a psiquiatria tradicional? Corta, sufoca a atividade das forças defensivas do inconsciente pelo emprego de doses brutais de psicotrópicos e da convulsoterapia (...). Reinternações, mais psicotrópicos. E as folhas registram: embotamento afetivo, deterioração, demência*" (Hirzman, 1986).

Tanto da perspectiva da crítica quanto da investigação psicológica, vê-se que Leon Hirzman, com sua obra, endossa a visão de Nise da Silveira. Em depoimento, registrado em catálogo da recente edição restaurada em formato DVD do filme, afirma:

“Matar a gata, para Adelina, foi negar-se como mulher. Foi matar os próprios instintos simbolizados num gato. Ela passou a se identificar exclusivamente com vegetais e minerais, refugiando-se na loucura com grande agressividade. Através da pintura conseguiu expulsar os fantasmas da mãe castradora, recuperando sua condição feminina (...) Nossa abordagem foi muito cuidadosa. Tivemos acesso a um tesouro que a Dra. Nise nos propiciou (...).”
(Hirzman, 2015, p. 10-11).

O caso de Adelina foi o estopim para uma série de análises similares. Em uma destas, em particular, delineou com precisão a *arqueologia da psique*.

O Planetário de Deus: o caso de Carlos

Em uma manhã de setembro de 1939, raios de sol incidiram sobre o pequeno espelho do quarto de Carlos Pertuis. O brilho extraordinário fez surgir, diante dos olhos do jovem sapateiro, uma deslumbrante visão cósmica. Era *o planetário de Deus*, segundo suas próprias palavras. Imediatamente, gritou e chamou sua mulher e filhos para ver o que ele estava vendo. Mas ninguém conseguiu fazê-lo. No mesmo dia, foi internado no Hospital da Praia Vermelha, aos 22 anos de idade. Em seu prontuário, sequer havia menção ao ocorrido, limitando-se a descrever a cisão do pensamento e da linguagem que havia acometido o rapaz.

Nise da Silveira dedica um capítulo de *Imagens do Inconsciente* ao caso de Carlos. Segundo a médica, ele não teria sido o único a vivenciar aquela visão. Figuras de fé como Santa Teresa d'Ávila, São João da Cruz, mestre Eckhart e São Nicolau de Flue foram alguns que passaram pela *experiência numinosa*. O místico alemão Jakob Boehme, que também era sapateiro de profissão, relatou ter caído em êxtase depois de fixar seus olhos no reflexo de luz solar impresso sobre um prato de estanho brunido: “*Pareceu-lhe que havia penetrado nas origens e na mais profunda e básica estrutura das coisas*” (Silveira, 1981, p. 311). Entretanto, a sorte deste foi melhor que a do caso anterior. Pois, depois dessa experiência, Boehme seguiu sua labuta normalmente, sendo respeitado por seus contemporâneos como homem religioso e filósofo. Já o destino de Carlos foi outro: “*caiu nas tenazes da ordem psiquiátrica*” (ibid).

Em 1947, oito anos após a internação, Carlos teve a oportunidade de ingressar nas atividades de pintura do ateliê do Engenho de Dentro, embora não tivesse nenhuma prática prévia nesse ofício. Inicialmente, nem os monitores nem Nise tinham conhecimento do que havia motivado sua transição para o hospício, o que foi mais tarde esclarecido por informação de sua irmã.

A visão do *Planetário de Deus*, que ficara para sempre gravada, passou a ser representada sobre o papel, sobretudo sob a forma de mandalas. Neste ponto, Nise aprofunda sua interpretação sobre a produção de formas concêntricas na esquizofrenia, designando não somente a expressão de forças ordenadoras do mundo interno, mas a própria unidade das coisas em seu aspecto divino. Assim, diz: “*Se o simbolismo da mandala for aprofundado, e se forem pesquisados seus paralelos na filosofia antiga e na história das religiões, verificar-se-á que a mandala representa Deus e a unidade do cosmos subjacente à multiplicidade das coisas apreensíveis pelos sentidos*” (ibid., p. 313). A esta figura, acrescenta-se a própria representação do Sol. Como a mandala, este,

em termos psicológicos, consiste no próprio *self*, ou seja, no centro ordenador da psique, designando sua totalidade. Em um sentido mais amplo, entretanto, consiste na própria imagem de Deus: “*Self, imagem de Deus, sol, acham-se em estreita correlação*” (p. *ibid.*, 315). Cristo, por exemplo, era comparado ao Sol no cântico de Zacarias: “*há de visitar-nos do alto um sol que surge*” (Lucas 1, 78 apud Silveira, *ibid.*). Ainda, como apontou Mircea Eliade – cujo célebre *Tratado de história das religiões* [1949] é diretamente citado por Nise – em todos os lugares onde floresceu uma alta civilização – Egito, Peru e México – o Sol era cultuado como *imago Dei*. Entre os índios pueblos, essa figura também se fazia presente, o que se sabe graças a um relato de um chefe desse povo ao próprio Jung sobre um povo que habitaria o teto do mundo. Artaud, entre os taramaras do México, com os quais teve uma experiência pessoal, também fazia menção aos ritos solares.

De particular interesse para Nise é a produção imagética de Carlos em seus últimos anos de vida. Predominam, nesse período, figuras masculinas de grandes proporções providas de coroa outros atributos divinos, ensejando a continuidade de suas investigações: “*Estas imagens surpreendentes levaram-nos, a mim e a meus colaboradores, à procura de paralelos mitológicos com o objetivo de esclarecer o problema insólito que nos desafiava*” (*ibid.*, p. 328). Foi na figura do deus Mitra, de origem indo-persa, que esse estudo pôde ser levado a cabo. Mitra é uma divindade cósmica responsável pela instituição do Sol como governador do mundo, símbolo de seu próprio poder. Nise explica, então, que na religião persa em geral, e na tradição mitraica em particular, não há a representação material da divindade, sendo as visões divinas descritas em textos litúrgicos. Através destes, o deus do Sol aparece como um jovem, de imenso poder e face brilhante, com cabelos e coroa dourados, vestido de túnica branca. Comparando as descrições da liturgia às imagens de Carlos, ela conclui que há *evidentes analogias* entre a visão dos místicos antigos e a visão de Carlos, salvo algumas pequenas diferenças menos relevantes, como o corno em vez de coroa e as vestes modernizadas, com bolsos. Questiona-se: “*Por que Mithra emergiria, de tão longínquas distâncias, na pintura de Carlos?*” (*ibid.*, p. 333).

A resposta dada por Nise encontra-se no trecho em que formula explicitamente sua definição de *arqueologia da psique*.

“*O estudo das imagens que se originam nas matrizes arquetípicas do inconsciente coletivo é uma verdadeira pesquisa arqueológica. Mas a*

arqueologia da psique é ciência muito peculiar. Enquanto os achados da arqueologia propriamente dita mantêm-se sempre iguais, os conteúdos do inconsciente coletivo estão em constante movimento: agrupam-se e a reagrupam-se, interpenetram-se e mesmo são suscetíveis de transformações. Esta é a concepção junguiana de inconsciente coletivo, concepção essencialmente dinâmica” (ibid., p. 334).

Não era à toa, portanto, que em suas imagens coexistiam símbolos mitraicos e símbolos cristãos, já que Cristo é a figura que, na tradição ocidental, herdou os principais elementos da liturgia mitraica depois da perseguição ao paganismo, protagonizada pelo imperador Constantino no século V. Assim, se explicaria também a inscrição *INRI*, que aparece em algumas figuras de Carlos.

Nise da Silveira conclui que Carlos passou por um *itinérario solar*, desde sua visão do planetário de Deus até suas últimas pinturas, a exemplo da Barca do Sol, que mostra a face da estrela, serena e triste, navegando na noite para lutar contra os monstros que tentam impedir seu renascimento. Segundo a médica, fez-se presente, nesse percurso, o princípio de Hórus, isto é, “*o impulso para emergir das trevas originais até alcançar a experiência essencial da tomada de consciência. O princípio de Hórus rege todo o desenvolvimento psicológico do homem e é tão forte, na sua aparente fraqueza, que se mantém vivo mesmo dentro do tumulto da psique cindida de, por mais grave que seja sua dissociação”*. Completa, ainda:” *Esta afirmação resume toda minha experiência no hospital psiquiátrico”* (ibid.).

Carlos faleceu em março de 1977. Criou 21.300 obras, entre pinturas sobre tela, cartolina, papel e modelagens.

Esse caso, assim como o de Adelina, faz parte da trilogia *Imagens do Inconsciente*. O filme concentrado na obra de Carlos, intitulado *A Barca do Sol*, deixa entrever diretamente sua trajetória biográfica, que é diluída no livro assinado por Nise. Segundo a narrativa, o artista nasceu no Rio de Janeiro em 4 de dezembro de 1910, em uma família de origem francesa. Era um filho caçula, e o único filho homem, o que contribuiu para que fosse mimado, especialmente pela mãe. Tinha um relacionamento instável com as mulheres. Era frágil e psicologicamente imaturo, de uma natureza sensível e religiosa. Sua instrução era primária, mas gostava de ler, sobretudo livros espíritas. Perturbou-se com a perda do pai e o com o encargo de cuidar da família, como chefe da casa. Deixou de estudar e foi trabalhar em uma fábrica de sapatos, onde

permaneceu até a irrupção da psicose. Sua irmã aparece na película, explicando que Carlos havia quebrado a casa inteira: "*Ficou feito maluco. Quando aquilo passou, aquela crise fortíssima. Mamãe teve que internar ele, todo mundo aconselhando... interna ele!*".

Hirzman descreve o filme como um desafio. Para o diretor: "*Seu caso ilustra a dolorosa busca da consciência através das lendas (...) Por isso, o filme se chama A Barca do Sol*" (Hirzman, 2015, p. 13). Ele conta que seu internamento perdurou até o resto de sua vida. No depoimento, mais uma vez traz uma crítica ao que considera uma arbitrariedade: "*É a instituição que cria o louco, e isso é óbvio*" (ibid.).

Os casos de Adelina e Carlos aqui suscitados servem para completar o sentido das imagens do inconsciente, analisado no capítulo anterior. Viu-se, então, como Nise da Silveira desenvolveu uma concepção segundo a qual pinturas e modelagens consistem em uma ferramenta de acesso ao *mundo interno* de seus pacientes, refletindo suas histórias pessoais, frequentemente incomunicáveis pela via verbal. Agora, estas mesmas imagens aparecem mais explicitamente em uma segunda etapa, na qual extrapolam a individualidade pessoal para alcançar um nível coletivo (o qual, como explicado, mais que social, implicava no universal da espécie humana), no qual é possível transitar livremente por diferentes épocas e culturas. É neste nível que reside a arqueologia da psique, inspirada na noção junguiana de inconsciente coletivo. A implicação disso é uma teoria das imagens que ultrapassa a própria singularidade e materialidade do tempo presente, para desdobrar-se na história.

Semelhante reflexão se faz presente em trabalhos como o de Georges Didi-Huberman (2013), particularmente em seu estudo sobre o historiador da arte alemão Aby Warburg. O autor busca refletir como este trata da singularidade das imagens na descrição das relações entre os modos de figuração e os modos de agir, de saber ou de crer de uma sociedade, passando de uma história da arte para uma ciência da cultura. Nesse sentido, sublinha o caráter transindividual da imagem a partir do controverso conceito de sobrevivência (*Nachleben*), que remete à antropologia vitoriana (*survival*, de Edward Tylor). Warburg conceitua a imagem como algo que não se define apenas por um conjunto de caracteres tais como autor, data, técnica e iconografia, mas como a sedimentação de múltiplos movimentos históricos, antropológicos e psicológicos que começam e terminam fora dela ou de seu gênero. Assim, estar diante de uma imagem é

estar diante de um tempo complexo, na qual há uma dinâmica interna das imagens e um tempo que lhe é próprio, no qual se entrelaçam o passado e o futuro. A imagem é, assim, um ponto nodal de historicidades heterogêneas e sobredeterminações.

A princípio, esta perspectiva poderia parecer afim àquela delineada por Jung e Nise da Silveira. Didi-Huberman, entretanto, trata de recusar qualquer tipo de relação entre as *Pathosformeln* do intelectual sobre o qual dedica seu estudo e os arquétipos junguianos. Essa polêmica se estende por uma vasta bibliografia, chamada à atenção por Davide Scarso (2006). Ernst Gombrich, por exemplo, havia admitido uma proximidade, embora de maneira indireta, na medida em que não havia citações mútuas. Giorgio Agamben, por sua vez, concluía que tal proximidade era improcedente, uma vez que os arquétipos seriam "a-históricos", à diferença das imagens warburgianas. Outros autores reconheciam sua proximidade, sublinhando sua herança comum na tradição morfológica inaugurada por Goethe, e rechaçando a hipótese de que os arquétipos junguianos possam ser interpretados como situados fora do devir histórico.

Segundo Scarso, ainda que os isomorfismos entre Warburg e Jung sejam indubitáveis e que de fato haja um pano de fundo intelectual comum, não é possível depreender daí que suas ideias sejam idênticas. E esta diferenciação resulta justamente dos desdobramentos que ambos fazem do pensamento goethiano, sobretudo aquele referente, a partir de seu estudo sobre a metamorfose das plantas, ao problema da forma (*Urbild*). Pois esta seria, para esse autor, imanente ao fenômeno sensível, integrando os sentidos aristotélicos de *morphé* e *eidos* em padrões a um só tempo "originários e originantes". Nesse sentido, o problema da abordagem de Jung estaria não tanto em seu descarte da história, mas na manutenção de um sentido transcendente que manteria os termos antitéticos da forma e do conteúdo. Essa perspectiva, provavelmente, decorrente da tentativa de atribuir à sua obra uma base científica, ensejaria a criação de uma espécie de dicionário de símbolos, que reconduz cada imagem a protótipos universais, estabelecendo entre esses dependência direta. O arquétipo está, assim, por "detrás" da imagem. Ao contrário, o Atlas das imagens de Warburg seria antes uma rede de relações, que liga imagens de maneira dinâmica e flexível; hipertextual, portanto, na medida em que referente a conexões múltiplas e multiversas.

Foi na direção de Jung, contudo, que se dirigiu o pensamento de Nise da Silveira, e a este se retorna agora. Seriam tão lineares e unívocas – como pretendem seus críticos – as apropriações da teoria dos arquétipos e do inconsciente coletivo? Ou, diversamente, seriam modos de dar conta das relações entre o Uno e o Múltiplo?

O grupo de estudos C. G. Jung

Antes de alcançar sua forma clara em *Imagens do Inconsciente* (seja no livro, de Nise, ou no filme, de Hirzman) na década de 1980, a problemática da arqueologia da psique passou por numerosas intermediações, envolvendo distintas articulações com a psicologia junguiana. Uma publicação de grande importância se deu no ano de 1968, uma década após o período de investigações da médica em Zurique, e sete anos após o falecimento do psiquiatra suíço. Foi quando Nise publicou a primeira edição de um de seus mais famosos livros: *Jung: Vida e Obra*, candidamente conhecido como *junguinho*. Na obra, escrita no modelo de um manual introdutório, a médica percorria todos os principais conceitos da psicologia analítica, incluindo suas diferenças em relação à psicanálise freudiana (contrapondo, por exemplo, o conceito de libido ao de energia psíquica) e seus investimentos em teorias menos exploradas em seu próprio trabalho, como a dos tipos psicológicos. Nesse trabalho, entre outros conceitos, a definição de inconsciente coletivo aparece em sua forma completa, designando disposições latentes para reações idênticas – isto é, expressando em termos psicológicos a identidade da estrutura cerebral.

Esta conceituação, contudo, não se deu somente a partir das observações de Nise da Silveira no Engenho de Dentro. De fundamental importância para esse projeto seriam, ainda os encontros realizados em sua residência no bairro do Flamengo, batizados como Grupo de Estudos C. G. Jung. Certa vez, em uma de suas sessões, perguntaram à psiquiatra o porquê de seu nome evocar o pai fundador da psicologia analítica. A resposta foi certeira: “*Como uma costureira, tenho muitas tesouras. Mas uma delas é sempre a favorita*”. Este caso, narrado por Martha Pires Ferreira em uma das atuais reuniões da Casa das Palmeiras, permite entrever a centralidade do pensamento junguiano para a construção do projeto médico-científico de Nise da Silveira também em suas dimensões extra-hospitalares.

No seio desse grupo, a importância do referido autor e de suas ideias ganharia forma em uma materialidade específica. Tratou-se da *Revista Quaternio*, consolidada, a partir de 1968, como sua publicação oficial, editada pela médica alagoana e por seus discípulos conjuntamente. O nome faz referência explícita ao tema arquetípico da *quaternidade*, caro à psicologia junguiana, tal como explicado nas páginas iniciais de seu primeiro volume: “*Se o núcleo profundo de toda teoria científica ou concepção filosófica está sempre contido num arquetipo de raízes imemoriais, a psicologia de C.*

G. Jung não foge a esta regra: ela repousa sobre o arquétipo de quaternidade" (Grupo de Estudos C. G. Jung, 1968, p. 5).

Segundo essa concepção, a estrutura básica da psique seria quaternária, manifestando-se em quatro funções principais: pensamento, sentimento, sensação e intuição, em paralelo ao modo de orientação na superfície terrestre guiado pelos quatro pontos cardiais. Essa estrutura se desdobraria também em mitos, contos de fadas, símbolos religiosos, sonhos, visões, artes plásticas e manifestações da criatividade em geral, exprimindo a totalidade psíquica potencial ou realizada a partir do número quatro. Como exemplo formal, está a imagem de capa da revista, na qual repousa a representação de um disco de madeira, organizado em quatro grupos de elementos dispostos em torno de um centro, configurando um conjunto encerrado dentro de um círculo. A figura é atribuída aos chefes dos índios Jari, do Amazonas, e acompanhada da seguinte explicação, assinada pelos editores: *“Imagem menos elaborada e menos rica que as mandalas hindus e tibetanas, porém dotadas das mesmas características fundamentais, mostra a existência de possibilidades de representação comuns aos homens de todos os lugares e de todos os tempos”* (ibid.).

Os artigos dos seis volumes da revista, assinados sobretudo pelos discípulos e colaboradores de Nise da Silveira, além da própria, fazem jus ao tema. Graças à cooperação de Luiz Carlos Mello, pude ter acesso a esse material na Biblioteca Nise da Silveira. Abaixo, segue-se uma exploração de parte de seu conteúdo, incluindo seus cinco primeiros ítems⁶⁸. Trata-se, primeiramente, da transcrição de seus índices, realizada no sentido de permitir ao leitor o vislumbre geral dos tópicos que se faziam presentes e de incentivar futuros pesquisadores ao aprofundamento do estudo dessa publicação. Na sequência, se introduz uma breve análise de cada um desses documentos, todos os quais remetem sua editoração ao endereço da Rua Marquês de Abrantes, 151, Rio de Janeiro.

Quaternio – Vol. I – 1965

⁶⁸ De ordem diversa foi a última edição da Revista Quaternio, n. VIII, lançada em 2001. Publicada dois anos após a morte de Nise da Silveira, a revista lhe prestou homenagem através de memoriais escritos por seus colaboradores, no momento de desativação do Grupo de Estudos. Esta edição será desconsiderada aqui, tendo em vista a análise prévia dessa material e seu estatuto diferencial em relação às edições anteriores.

Comissão de Redação: Alice Marques dos Santos, Carlos Byington, Ewald Mourão, José Alves, Nise da Silveira.

Diagramação e Ilustração: Ilo Krugli, Pedro Touron, Laís Fontoura Aderno, Marlene Hori

0 Os Editores	Quaternio	4
1 Interpretação Psicológica do Conto 'Os Dois Viajantes' (Irmãos Grimm)	Carlos Byington	7
2 O Marido da Mãe D'Água	Luís da Câmara Cascudo	21
3 Interpretação Psicológica	Alice Marques dos Santos	25
4 Aventuras do Mais Valente Cavaleiro	Pedro Touron e Ilo Krugl	33
5 Interpretação Psicológica	José Alves, com a colaboração do grupo	39
6 A Tragédia de Othello	J. G. de Meira Penna	45
7 Simbolismo do Gato	Nise da Silveira	61
8 Noticiário		80

A leitura transversal dessa publicação deixa entrever que a psicologia junguiana consistia em uma linha mestra das primeiras investigações do grupo. A partir de estudos de caso, consubstanciados em artigos específicos, suas teorias – em especial a do inconsciente coletivo – eram aplicadas de modo original a temas variados. Em seu primeiro volume, destaca-se o estudo de material referente tanto à tradição europeia (como nos trabalhos relacionados aos Irmãos Grimm [1] e à Tragédia de Otelo [6]), quanto brasileira (a exemplo da transcrição de um trabalho do folclorista Câmara Cascudo [2] sobre “o Marido da Mãe D’Água”). Este é curiosamente sucedido da reprodução de uma imagem espontaneamente executada por um paciente da Seção de Terapêutica Ocupacional, a qual ilustraria o conto brasileiro em questão, provando a existência de formas inatas de imaginar. Sucede-se, também, uma análise [3] dedicada a introduzir o folclore brasileiro no estudo universal dos mitos: “*esta pequena lenda brasileira contém em si um mistério, que a faz idêntica às lendas do mundo inteiro...*”. (Santos, 1965, p. 5).

Complementarmente, problemas como aquele relativo ao simbolismo do gato, em trabalho assinado pela própria Nise da Silveira [7], terminam de cumprir a função universalista de transitar entre as épocas e culturas da humanidade em sua dimensão mais ampla, sem se restringir a tais ou quais tradições históricas ou regionais, tomando como fio condutor as variadas representações dos felinos. O volume inclui ainda uma

história autoral [4] de dois jovens frequentadores do grupo, escrita no modelo de um conto de fadas tradicional, sucedida por uma interpretação psicológica [5].

Por fim, um noticiário [8] narra as origens do grupo na Casa das Palmeiras e sua transferência, em 1962, para a residência de Nise da Silveira, apontando como seus temas privilegiados os contos de fadas e as obras de Jung e sua discípula, Marie Louise Von Franz. Aponta para exposições permanentes do Museu, para a formação oferecida pelo C. G. Institut, em Zurique, e para um curso de arte e reabilitação, a ser realizado em 1966 em parceria entre a Casa das Palmeiras e a Escolinha de Arte do Brasil. Consta, ao final, uma lista com os membros do grupo abrigando dezessete nomes, entre os quais os autores da edição. Na sequência, uma nota: “*O grupo tem recebido a amável visita de vários amigos e sentir-se-á sempre feliz com a chegada de outros*”.

Quaternio – Vol. 2 – 1970

Comissão de Redação: Alice Marques dos Santos, Ewald Mourão, Nise da Silveira, Noema de Araújo Varel, Ricardo Gonçalves, Rubem Rocha Filho, Themira de Oliveira Brito

Diagramação e Ilustração: José da Paixão Silva, Marlene Hori, Mauro Marinho Rêgo

1 Herbert Read, em memória	Nise da Silveira	5
2 Jung e a psicologia budista	Ricardo Mário Gonçalves	17
3 Tipos psicológicos	J. O. Meira Penna	27
4 Criatividade e vida	Murillo Nunnes de Azevedo	35
6 Importância dos contos e das lendas em psicoterapia analítica	Léon e Jette Bonaventure	41
7 Bibliografia sumária de introdução ao estudo antropológico, histórico e sociológico dos mitos	Ricardo Mario Gonçalves	71
8 Noticiário		89

Esta edição apresenta uma abertura em relação a outros saberes que não exclusivamente a psicologia analítica. É o caso do artigo inaugural [1], que trata da terapêutica ocupacional de Herbert Read, e de um curioso trabalho sobre os mitos sob a perspectiva das ciências sociais, incluindo amplas referências às obras de Roger Bastide, Mircea Eliade e Lévi-Strauss [7]. Trata-se sobretudo de um inventário de autores que, inclusive, não deixa de manter uma crítica à abordagem psicanalítica.

Conforme sublinha seu autor, "*a ignorância de Freud da Antropologia, seus resultados e métodos o levou à elaboração de uma teoria que pretende explicar a origem da cultura através do complexo de Édipo, coisa que não pode ser aceita por nenhum antropólogo*" (Gonçalves, 1970, p. 73). Embora os estudos de antropólogos apareçam discretos nos textos da própria Nise da Silveira (a qual, por exemplo, jamais citou Lévi-Strauss), a existência desse trabalho no referido conjunto – de autoria de um historiador e missionário budista, professor da Universidade de São Paulo – permite observar que estes não estavam de todo ausentes do horizonte de seu grupo de estudos, ao contrário, apresentando-se como possibilidade de discussão.

Não obstante, os outros artigos seguem na linha junguiana, marcadamente de um ponto de vista teórico [2, 3 e 6]. Chama a atenção, aqui, a participação de Leon Bonaventure que, como já visto, é considerado o responsável pela formação da primeira geração de analistas junguianos no Brasil. Ademais, destaque-se o interesse por temas orientalistas, presente em artigo dedicado à articulação entre as teorias de Jung e a psicologia budista [2], reaparecendo ainda em um ensaio sobre as relações entre criatividade e vida no taoísmo [4].

Por fim, no noticiário [8], relata-se a abertura do Grupo de Estudos do Museu, em 1968, por ocasião de uma série de palestras proferidas por Nise da Silveira para estudantes de psicologia e medicina. Conforme consta no relatório, esse segundo grupo, com apoio da atriz Domitilla Amaral, dedicou-se sobretudo ao estudo detido do mito de Dionísio a partir da pintura dos esquizofrênicos do Engenho de Dentro, desembocando na leitura dramática de "As Bacantes", de Eurípedes. Descreve-se, ainda, a transferência da Casa das Palmeiras para uma nova sede, e a realização do Simpósio Sobre a Grande Mãe, em 1970, no auditório do hospital psiquiátrico do Engenho de Dentro. A lista de membros fundadores do Grupo de Estudos é ampliada para a marca de vinte e quatro pessoas. Nem todos os autores da edição são incluídos (a exemplo do próprio Bonaventure), deixando entrever a existência simultânea de continuidades e descontinuidades entre um núcleo duro e participantes mais rotativos.

A capa da revista anterior permanece nesta, com a representação do disco de madeira amazônico.

Quaternio – Vol. 3 – 1973

Comissão de Redação: Alice Marques dos Santos, Nise da Silveira, Noema de Araújo Varel, Ricardo Gonçalves, Rubem Rocha Filho, Themira de Oliveira Brito

Diagramação: Marlene Hori

1 A Terra, o Céu	Francisco Antonio Doria	7
2 Dionysos – Um Comentário Psicológico*	Nise da Silveira	13
3 Notas do Caderno de um Psicanalista Sentindo-se Aprendiz	Ivan Ribeiro	43
4 Maria	Alice Marques dos Santos	49
5 O Quaternio de Dostoievski	J. O. de Meira Penna	61
6 O Boi Aruá (Luis Jardim)	Alayde Mello, Ana Maria C. Lopes e Stela Winge	67
7 A Atitude Psicológica em Santa Teresa D'Ávila	Léon Bonaventure	93
8 Bibliografia Sumária de Introdução ao Estudo Antropológico, Histórico e Sociológico dos Mitos – II	Ricardo Mário Gonçalves	111
9 A Esquizofrenia em Imagens – Introdução	Nise da Silveira	123
10 Noticiário		137

Esta edição dá continuidade à vocação universalista e comparativa das anteriores, detendo-se em estudos de caso da tradição cristã [4, 7], da mitologia grega [2], da literatura russa [5] e do folclore brasileiro [6], assim como da própria produção plástica na esquizofrenia, em artigo assinado por Nise da Silveira [9], sempre em referência aos problemas junguianos. Conta, ainda, com uma continuação do inventário de estudos sobre mitos [8] e com dois ensaios livres [1, 3], o primeiro sobre o problema filosófico da ordem e o segundo sobre a formação e a prática psicanalítica.

O noticiário [10] faz menção ao Simpósio “A Esquizofrenia em Imagens”, realizado em setembro de 1971 no auditório do hospital psiquiátrico do Engenho de Dentro, que contou com a apresentação das obras de seus internos. Refere-se, também, à manutenção do grupo de estudos, tendo como tema principal “a individuação”.

A edição lamenta a morte do Dr. Ewald Mourão, um dos psicanalistas fundadores do grupo, que deixou sua biblioteca como herança. A necessidade de referir-se à lista completa de membros é ausente, em contraste com as edições anteriores.

A capa da revista muda. Mantém o tema da quaternidade, mas dessa vez em uma representação de abstracionismo geométrico, substituindo a antiga composição ameríndia.

Quaternio – Vol. 4. – 1975

Comissão de Redação: Alice Marques dos Santos, Nise da Silveira, Noema de Araújo Varel, Ricardo Gonçalves, Rubem Rocha Filho, Themira de Oliveira Brito

Diagramação: Zuleika Novaes

1 Contribuição da Psicologia Analítica a uma Psicologia Cristã	Léon Bonaventure	7
2 Homens de Engenho de Dentro	Teresa Vignoli	40
3 Meu Contato Humano com Raphael*	Martha Pires Ferreira	43
4 Fogo e Coincidências	José Carlos Oliviera	57
5 Complexo de Apolo - Uma ativação do inconsciente coletivo em pilotos	Leopoldo Alves Teixeira	61
6 Os Autômatos	Tite de Lemos	67
7 Poemas de Carlos	Carlos Pertuis	78
8 Reflexões a partir dos poemas de Carlos ou Pequena Apologia à Loucura	Euri	81
9 Noticiário		107

A edição consiste em uma homenagem ao centenário de nascimento de C. G. Jung (1875 - 1975). Chama a atenção, entretanto, não só por contar com artigos de teoria junguiana [1] e estudos de caso desenvolvidos sobre a base da psicologia analítica [4, 5]. Surgem, nesse volume, poemas de autoria de frequentadores do Engenho de Dentro, sejam eles pacientes [7] ou psicoterapeutas [2], assim como suas interpretações [8]. Há também roteiros autorais [6] e depoimentos afetivos, como o de Martha Pires Ferreira, que versa sobre seu contato com o interno e artista Raphael Domingues [3].

Por sua vez, o noticiário [9] faz menção às celebrações do centenário de Jung a partir de uma exposição baseada em Zurique (a qual chegaria ao Brasil em 1975, no MAM-RJ). Manifesta a continuidade do grupo de estudos do Flamengo através da

leitura da obra desse autor: "*As reuniões do Grupo são informais e abertas a todos os interessados pela psicologia junguiana. A frequência média é de 30/40 pessoas*". Trata, finalmente, da oficialização institucional do Museu de Imagens do Inconsciente através de uma portaria da Divisão Nacional de Doenças Mentais do Ministério da Saúde, datada de 1973, bem como à continuidade de seu próprio grupo de estudos, tendo como temáticas a afetividade na esquizofrenia (incluindo leituras de Bleuler, Minkowski, Freud, Jung, psiquiatria existencial e antipsiquiatria) e as metamorfoses do princípio feminino.

Este último chama a atenção particularmente por demonstrar o interesse em questões de gênero sob a égide da teoria arquetípica, ganhando forma em acepção universalista, no estudo da "*irrupção do princípio feminino no mundo contemporâneo*". Divide-se em quatro elementos: comportamento da juventude; a aceitação desse princípio feminino no homem; a tomada de consciência do Materno na mulher; e por fim, a ascensão da enigmática *Era de Sophia*. Esses estudos demonstram que, como na teoria junguiana da *anima* (parte masculina presente no feminino) e do *animus* (parte feminina presente no masculino) – já referenciadas nesta tese nos casos de Isaac e de Adelina – o gênero, ao mesmo tempo que não era determinado pelo sexo biológico, não deixava de se inscrever em uma certa naturalização, consubstanciada em “princípios” arquetípicos herdados no curso da evolução e distribuídos por todos os corpos. No caso em questão, tratava-se de um princípio feminino que, depois de bloqueado na modernidade ocidental, estaria voltando à tona na sociedade de maneira generalizada.

A capa deste volume se altera novamente, apresentando uma famosa imagem na qual o dedo de Jung aponta para o centro de uma mandala, de autoria de Carlos Pertuis. Este *close* foi realizado a partir da exposição das obras do Engenho de Dentro no Congresso Internacional de Psiquiatria, em 1957.

A Farra do Boi – Do Sacrifício do Touro na Antiguidade à Farra do Boi Catarinense – 1989

Redatores: Adriano F. Pires Campos, Alice Marques dos Santos, Agilberto Calaça, Gilza Prado, Maddi Damian, Nise da Silveira, Noema de Araújo Varela, Philippe Bandeira de Mello

Diagramação: Zuleika Novaes

0 Introdução		9
1 Aspectos gerais da relação homem-touro	Adriano F. Pires de Campos	10

2 O touro sagrado no Egito	Francisco José P. Neves	
3 Mithra, Mithraísmo. O sacrifício do touro	Marília Thereza Acar	23
4 O Sacrifício do Touro na Grécia. O minotouro. Metamorfose de deuses em touros. Simbolismo animal dos sonhos.	Paula Carneiro da Cunha e Marcela Mortara	32
5 O Touro e o Boi no folclore brasileiro. O Bumba-meu-boi em vários estados do Brasil. O Boi na Literatura de Cordel	Agilberto Calaça, Gilza Prado, Gilberto Moreira e Elvia Maria Bezerra	39
6 O sacrifício e suas transformações. Subidas e descidas de níveis de consciência vistas através de rituais e festas reveladoras da relação homem-animal.	Nise da Silveira e Luiz Carlos Mello	62
7 A “Farra do Boi” em Santa Catarina	Agilberto Calaça, Gilza Prado e Noêmia Varela	78
8 Dissociação entre o homem e seu componente animal. Integração homem-animal.	Philippe Bandeira de Mello	95

Publicação do Grupo de Estudos C. G. Jung que, embora não titulada diretamente sob a alcunha de Quaternio, compôs-se no mesmo formato e incluiu-se no mesmo escopo editorial. Com um hiato temporal de quatorze anos em relação à última, consistiu em um conjunto de estudos no formato de livro, publicado pela Numen Editora, com *copyright* da Casa das Palmeiras. A temática geral foi a persistente prática da farra do boi, realizada no litoral de Santa Catarina, assim como sua súbita onda de repúdio. Manifestou-se através do estudo desse caso específico [6, 7], assim como nos aspectos gerais do simbolismo do touro na humanidade [1, 8], incluindo as tradições mitraicas [3], grega [4] e o folclore brasileiro [5]. Trata-se, assim, de um conjunto de trabalhos decididamente voltado para o estudo de um fenômeno cultural sob a égide das teorias junguianas, realizado explicitamente na esteira crítica da tradição folclorista brasileira, incluindo referências a Câmara Cascudo, Mario de Andrade, Edson Carneiro, Renato Almeida e Théó Brandão, entre outros.

De modo geral, sua leitura deixa claro que o universalismo em que se assentava a psicologia analítica não abandonava por completo a gramática evolucionista. Diferenciava-se desta, no entanto, por não atribuir necessariamente aos povos ditos primitivos o estatuto de atraso, em contraste com um necessário progresso entre os ocidentais. Se na concepção arquetípica dos membros do grupo, a farrá do boi seria, de fato, um retorno ao estado de barbárie, este se faria presente em diversas sociedades contemporâneas, europeias inclusive. Como apontou a própria Nise da Silveira em sua introdução: *“As culturas das diferentes sociedades nunca são estáticas totalmente. Transformam-se, evoluem, retrocedem, aprimoram seus valores. Sobem degraus de civilização em conjunta ligação ao processo de difícil escalada pelo homem de níveis de consciência mais altos. É o que ressalta dos estudos reunidos neste número especial de Quaternio, que chega ao público em forma de livro”* (Silveira, 1989, p. 9).

Quaternio – N. VII – 1996

1 Breve Histórico do Grupo de Estudos C. G. Jung	Agilberto Calaça	7
2 Marie-Louise Von Franz – Uma Alquimista Moderna – Dados Biográficos	Franklin Chang e Tania Mitidieri	13
3 Entrevista – Marie Louise Von Franz	Françoise Selhofer (Tradução do alemão: Franklin Chang)	15
4 Bibliografia da Dra. Marie-Louise Von Franz em português	Tania Mitidieri	29
5 Experiência de Arte Espontânea com Esquizofrênicos num Serviço de Terapia Ocupacional*	Nise da Silveira e Pierre Le Gallais	37
6 Dados Biográficos e Poesias Inéditas de Pedro Pellegrino	Pedro Pellegrino	51
7 José Basto – O Velho Sábio	BettaCruz	53
8 Paixões Humanas	José Basto	55
9 Comentários sobre a Relação Mestre-Discípulo no Oriente e Ocidente	Franklin Chang	59
10 Uma História de Anjo – Análise de uma Canção Infantil	Sylvia Beatriz Joffily	71
11 Energia Psíquica	Zara de Oliveira Freitas	83

	Magalhães Lyrio	
12 Teatro Luz e Sombra	Maria Lúcia Vinha Boiteux	91
13 Sonhar Não Custa Nada	Tania Mitidieri	99
14 Casa das Palmeiras – Uma Nova Abordagem Terapêutica em Psiquiatria	Agilberto Calaça	103
15 Casa das Palmeiras – 40 Anos de Funcionamento	Vera Macedo	115

Este volume, o último surgido durante o tempo de vida de Nise da Silveira, consistiu em uma homenagem especial à psicanalista e discípula de Jung, Marie-Louise Von Franz. Inclui um artigo biográfico sobre a autora, a tradução de uma entrevista sua e uma guia bibliográfico sobre sua obra [2, 3, 4]. Dando prosseguimento à linhagem de estudos junguianos, apresenta um estudo transcultural sobre xamanismo e as relações mestre-discípulo, com particular ênfase na tradição taoísta [9]; um trabalho sobre o conceito de energia psíquica [11]; outros dois sobre as possibilidades de exploração arquetípica através do teatro [12] e dos sonhos [13]. Há ainda um estudo sobre o cancionário infantil que, apesar de não se fazer explicitamente pela via do referencial da psicologia analítica, opera pela mesma via comparativa, fazendo referência à mística de Jakob Boehme [10].

Ademais, esta Quaternio contou com a republicação em português de uma conferência realizada com Nise da Silveira e Pierre Le Gallais por ocasião do II Congresso Internacional de Psiquiatria, realizado em Zurique, em 1957 [5]. Duas seções biográficas e hagiográficas foram dedicadas às poesias do poeta e psicanalista Pedro Pellegrino, presidente da Casa da das Palmeiras entre 1994 e 1996, ano de seu falecimento; e ao cliente da Casa das Palmeiras José Basto, o Zeca, que também falecera no mesmo ano. A sequência traz um texto de Zeca sobre Maria Madalena [8].

Embora não conte com a seção “noticiário”, apresenta um dos mais completos históricos sobre o Grupo de Estudos C. G. Jung [1], de autoria de Agilberto Calaça, já familiar ao leitor desta tese; assim como dois relatórios sobre a a experiência de trabalho na Casa das Palmeiras [14,15]. A edição, patrocinada pela Prefeitura e pela Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, é bem acabada e conta com o perfil de Marie Louise von Franz em sua capa. Em sua contracapa, resgata uma vez mais o disco de madeira amazônico, presente nos dois primeiros volumes.

O estudo dessas produções permite entrever em que medida o saber junguiano constituiu uma espinha dorsal do projeto médico-científico de Nise da Silveira, atravessando todo o conjunto de atores, instituições e materialidades que o constituíram ao longo de décadas. Deste corpo teórico, a problemática compósita dos arquétipos e do inconsciente coletivo destacou-se em particular, servindo de vetor à aproximação de diversas tradições culturais (com especial evidência aquelas referentes à Antiguidade clássica, ao “Oriente” e ao folclore brasileiro) e saberes (destacadamente a psicanálise, mas também a literatura, a filosofia, o folclore e, mais discretamente, as ciências sociais).

Esta aproximação se dava a partir de uma articulação específica entre natureza e cultura, na qual a concepção de uma base universal da humanidade habilitava a relação de materiais históricos, folclóricos e psicológicos diversos. Nesse sentido, é possível afirmar, a princípio, que se aproximava do universalismo oitocentista, uma vez que se construía através da evidente prevalência de um ímpeto comparativo, acompanhado de uma resistência à hipótese da difusão (consubstanciada, ao nível psíquico da produção plásticas dos pacientes, no descarte da ideia de “influência cultural”). A abordagem de casos particulares, referentes a contextos individuais e sociais diferentes, fazia sentido se inserida neste programa mais amplo de paralelismos e semelhanças dedutivos.

Por outro lado, essa aproximação não encerrava a psiquiatria rebelde nas celas do evolucionismo. Como sublinhado, o saber delineado ao longo desses escritos e encontros não abandonava completamente o escalonamento de culturas. Redistribuí-as, porém, de acordo com critérios psicológicos, segundo os quais alguns fenômenos culturais – ou, homologamente, indivíduos particulares, no que Jung chamava de processo de “individuação” – poderiam apresentar um maior “nível de consciência” que outros (e não necessariamente um “avanço” em termos civilizatórios). Este alto nível, no caso, dizia respeito sobretudo a uma capacidade: a de estabelecer o equilíbrio de opostos.

A tradição europeia, nesse sentido, era tão válida quanto qualquer outra, e não necessariamente mais desenvolvida. Em casos, pelo contrário, era mesmo criticada em favor de uma alteridade encontrada, a exemplo marcante, no “Oriente”, entendido como fonte de um conhecimento travado pelo “homem” ocidental, evidentemente mais

desequilibrado⁶⁹. A mística quinhentista, o folclore europeu e brasileiro, os contos de fadas e a alquimia entravam conjuntamente nesse manancial de referências. Nesse sentido, não deixava de haver uma proximidade com o deslocamento da primazia cultural do Ocidente, mais afim, portanto, aos desdobramentos do relativismo cultural.

Certa vez, em entrevista jornalística, perguntou-se à Doutora: “*Hélio Pellegrino disse que o homem é o salto da natureza para a cultura. No Brasil, tem ocorrido uma série de manifestações regressivas*”, fazendo-se referência à farra do boi, a linchamentos e assassinatos de crianças indigentes. A resposta de Nise é ponderante: “*Eu queria muito bem ao Hélio, mas não estou inteiramente de acordo com ele. Este salto não é direto, tem subidas e descidas. Jung diz que nós vivemos ao mesmo tempo entre pessoas do período paleolítico e da Idade Média. Vivemos com gente de 5 mil anos atrás e com gente de séculos adiante de nós.* (Silveira [1991] 2009, p. 125).

Ganha forma, nessa descrição, a combinação *sui generis* entre a universalidade da condição humana e os variáveis níveis de consciência que se estabelecia na psiquiatria rebelde, assim como as porosidades da referida relação entre natureza e cultura na qual se assenta a arqueologia da psique. Pois, se há um fundo universal comum aos humanos, realizado particularmente através de contos, mitos, sonhos, fantasias e desvarios, dita realização não consiste somente na expressão “cultural” (particular) de uma realidade “natural” (geral), mas, ao mesmo tempo, na própria irrupção dessa natureza, descrita em uma gramática do inconsciente. Em outras palavras, não se trata tanto de uma passagem absoluta de um estado de natureza para um estado de cultura, mas na presença inarredável do primeiro no segundo.

É possível chamar de *universalismo romântico* (Duarte, 1999b) a estranha injunção, via régia do próprio pensamento antropológico, entre a disposição de criar modelos abrangentes e a atenção às unidades singulares de significação. Pode-se afirmar que essa fórmula se fazia também presente na psiquiatria rebelde. Através da arqueologia da psique, Nise da Silveira e seus pares apresentavam uma vocação anti-etnocêntrica (tingida de um certo primitivismo, que amalgamava a loucura, o folclore, o Oriente etc.), voltada para a criação de estudos de casos; ao mesmo tempo, mantendo-se profundamente agarrados à noção da unidade psíquica da humanidade.

Diante desse diagnóstico de continuidade, entretanto, deve-se perguntar quais são as descontinuidades entre a psiquiatria rebelde e os desdobramentos do saber

⁶⁹ Atualizava-se aí a formulação de Edward Said (1990) a propósito da configuração de um “*orientalismo*” como construção arbitrária, envolvendo culturas não necessariamente homólogas entre si.

antropológico. Pois esta se manifestava, desde o início, no meu próprio estranhamento – como alguém treinado na tradição culturalista das ciências sociais – com o ímpeto comparativo que imperava durante as sessões do grupo de estudos, conforme demonstrado na cena etnográfica que abre este capítulo (na qual, a propósito, eu era o único antropólogo). E se confirmava a partir da análise desse material histórico, no qual a presença de algum conteúdo antropológico (a exemplo da revisão dos trabalhos sobre mitos sob a perspectiva das ciências sociais, em conjunto com as extensas referências ao folclore), terminava se inserindo no alcance mais amplo da arqueologia da psique, isto é, da psicologia junguiana. Tratava-se, assim, de trabalhos assinados por intelectuais mais interessados nos arquétipos e no inconsciente coletivo do que nos conceitos de cultura ou sociedade.

Uma hipótese relevante diz respeito ao próprio lugar de Jung na antropologia. Primeiramente, destaque-se que a teoria dos arquétipos e do inconsciente coletivo foi um dos mais destacados fatores gerais a contribuir para a marginalização do pensamento junguiano. Conforme sublinham tanto Clarke (1993) quanto Shamdasani (2003), essas noções jamais foram aceitas, não somente pela psicanálise freudiana, mas também pela maioria de seus desdobramentos subsequentes, não necessariamente coerentes entre si, sendo alvo de numerosas simplificações. Semelhante rejeição encontrou lugar na própria antropologia, o que pode ser explicado pela demonização das próprias referências antropológicas caras ao pensamento de Jung.

Lévy-Bruhl foi acusado de subestimar o pensamento primitivo, inserindo-a nas brumas da desrazão, e de projetar de maneira etnocêntrica seu racionalismo, o que o levou, ulteriormente, à sua própria retratação (Goldman, 1994). Bastian, assim como a tradição evolucionista britânica, teve seus postulados a propósito das ideias elementares severamente ofuscados, primeiramente pelo difusionismo germânico, e posteriormente, pelo culturalismo boasiano, segundo o qual ideias similares poderiam ter natureza independente (Stocking Jr, 1996; Bunzl, 1996). A recepção da psicologia junguiana na antropologia, se não foi de modo algum ausente, se deu antes a partir da subsequente teoria dos tipos psicológicos, que serviu de inspiração, mais ou menos discretamente, a antropólogos britânicos como Charles Seligman e, nos Estados Unidos, Edward Sapir, Ruth Benedict e Margaret Mead, envolvidos com o estudo das relações entre a cultura e a personalidade (Shamdasani, 2003).

Mas foi sobretudo a famosa crítica de Lévi-Strauss aquela que tratou de enterrar essa problemática no seio da teoria antropológica. Em seu conhecido texto introdutório

à obra de Marcel Mauss [1950], o pai fundador da antropologia estrutural concebia, na esteira das formulações do autor a quem prestava homenagem, o *inconsciente* como categoria do pensamento coletivo, isto é, como elemento que forneceria o caráter comum e específico dos fatos sociais. Em seguida, dessa vez levando essas considerações rumo à constituição de um pensamento próprio, que viria se revelar fundamental na antropologia estrutural, sustentava que o “*inconsciente seria o termo mediador entre mim e outrem*” (Lévi-Strauss, 2003, p. 28). Com isso, queria dizer que seria justamente a partir de um aprofundamento na dimensão inconsciente que se encontraria aquilo que há de comum entre nós e os outros. Nesse sentido, o inconsciente deixaria de ser somente uma dimensão oculta radicada no interior do sujeito para tornar-se aquilo que fundamentaria a própria estrutura do espírito humano.

O autor reconhecia que, em ambos os casos, psicanálise e pesquisa etnológica, estaria presente uma operação do mesmo tipo, qual seja, aquela que buscaria uma *comunicação* – “*ora entre um eu subjetivo e um eu objetivante, ora entre um eu objetivo e um outro subjetivado*” (ibid., p. 29). No mesmo excerto, porém, Lévi-Strauss separava a aproximação entre *inconsciente* e *coletivo* fundada por Mauss no seio da teoria antropológica daquela outra, proposta por Jung, na psicologia analítica. Embora ambos concebessem o inconsciente como *sistema simbólico*, o problema de Jung residiria justamente no nivelamento entre inconsciente individual e inconsciente coletivo, tornando este último “*repleto de símbolos, e mesmo de coisas simbolizadas que lhe formam uma espécie de substrato*” (ibid.). Para o antropólogo, estaria aí um grande equívoco, que postularia a hereditariedade de um inconsciente adquirido, em que o conteúdo precederia a própria estrutura – suposição, segundo o autor, não menos temível do que a dos caracteres biológicos adquiridos. Essa crítica encontrou continuidade em obras subsequentes, como a compilação *Antropologia Estrutural* [1958], particularmente em artigos seminais tais como “A Estrutura dos Mitos”, e ganhou forma acabada em sua famosa tetralogia ameríndia, as *Mitológicas* [1964-1971].

Ao olhar desta investigação, deve-se sublinhar, ao menos de passagem, que a perspectiva lévi-straussiana não procede. Diversamente, parece servir mais a salvaguardar sua própria originalidade no estudo dos mitos do que para compreender com precisão a formulação da psicologia analítica. Isto porque, conforme já sublinhado, Jung deixa claro que são as disposições que passam de uma geração para outra, e não os símbolos propriamente ditos. Dessa forma, o arquétipo é vazio, puramente virtual ou potencial, e não preenchido por essências, como sugere o antropólogo estruturalista.

Esta constatação – cujo aprofundamento escapa ao escopo desta investigação, mas que já se faz presente em alguma bibliografia (c.f. D’Aquili, 1975; Gras, 1981; Messer, 1986; Iurato, 2013 etc) – parece indicar, se não uma identidade, no mínimo uma maior relação do que a imaginada entre ambos os autores, clamando por um debate.

A esta suposição – de que a rejeição de Jung na antropologia se relacione à relação de baixa intensidade travada entre a própria Nise da Silveira e o campo antropológico – deve ser acrescentada uma reflexão mais concreta sobre a própria história da antropologia brasileira. As relações entre esses saberes – com particular destaque para a antropologia, de um lado, e a psicanálise, do outro – remetem ao momento de sua própria origem na virada entre os séculos XIX e XX. Compartilhava-se, então, um interesse pelas temáticas até então consideradas menores e demasiadamente obscuras no âmbito do pensamento positivista, como o sonho, o mito, o transe, a religião, a loucura, os rituais e o desejo. Entretanto, os desdobramentos subsequentes nem sempre foram favoráveis, oscilando entre a mútua aceitação e rejeição.

Pensando no caso brasileiro, Duarte (2000) sugere dois distintos regimes históricos de relação entre ciências sociais e psicanálise ao longo do século XX. O primeiro, envolvendo o pensamento social do entreguerras, teve como seus principais representantes intelectuais como Arthur Ramos e Roger Bastide, caracterizando-se pelo estudo da singularidade do caráter nacional e da busca de seu processo civilizador. O segundo, delineado na década de 1970 em torno da nascente antropologia urbana produzida no Rio de Janeiro, foi protagonizado sobretudo pelo antropólogo Gilberto Velho e sua rede de intercâmbios com o psicanalista Sérvulo Figueira, definindo-se pelo ímpeto de investigação da problemática do individualismo nas metrópoles e de sua refração em questões de gênero, sexualidade e comportamento.

Enquanto é comum a referência àqueles dois intelectuais do primeiro regime em pesquisas sobre o pensamento social brasileiro, o mesmo não ocorre com relação a Nise da Silveira. Não se pode deixar de registrar o espanto ao se dar conta de que esta é uma das primeiras teses nas ciências sociais brasileiras inteiramente dedicada à vida e à obra da médica alagoana⁷⁰. Essa sensação se avoluma quando se percebe que suas ideias guardavam profunda afinidade com seus pares mais prestigiosos. Arthur Ramos, que foi colega de Nise da Silveira na Faculdade de Medicina da Bahia, trabalhava nas áreas da

⁷⁰ Ver também Fernandes (2015).

medicina, da educação e da antropologia, tendo sido diretor da Seção de Ortofrenia e Higiene Mental do Instituto de Investigação Nacional, criado como parte de um programa de investigação promovido pelo governo de Getúlio Vargas na década de 1930. Em seus trabalhos, dedicados à relação entre o primitivo e a loucura e à presença negra no Brasil, concebia um inconsciente folclórico, segundo o qual havia persistência de elementos mentais primitivos no humano contemporâneo, se fazendo particularmente visível nos sonhos, nas desordens mentais e nas criações artísticas. Ao mesmo tempo, refutava as ideias de inferioridade racial – manifestas mais ou menos explicitamente em seus antecessores, como Raimundo Nina Rodrigues – através do arcaísmo psicológico (Schreiner, 2005). Já Roger Bastide, de origem francesa, foi docente em período próximo na cátedra de sociologia da Faculdade de Filosofia de São Paulo, ocupando a vaga deixada por Lévi-Strauss a partir de 1938. Dedicava suas investigações à vida mística dos povos primitivos, também relacionando-a ao sonho e à loucura. Ao escrever sobre o negro, retirava os ritos de matriz africana do terreno da patologia, deslocando-os para o inconsciente e as representações coletivas (Duarte, 2005).

Ora, as ideias desses intelectuais muito se assemelham à arqueologia da psique delineada no pensamento de Nise da Silveira. Há, entretanto, uma diferença fundamental para explicar sua raia. Trata-se do fato de que a psiquiatra rebelde, ao aproximar os sonhos, a loucura e o primitivo, não o fazia para pensar a singularidade brasileira ou o caráter nacional, atendo-se antes a um universalismo subjacente e a uma recusa preponderante das condições degradantes dos hospitais psiquiátricos (Villas Boas, 2015). Por esse motivo – além das já documentadas particularidades de sua trajetória⁷¹ – jamais entrou no *hall* dos intérpretes do Brasil, sendo passível de resgate só mais recentemente, quando o campo do pensamento social começa a se abrir (Schwarcz & Botelho, 2011).

Por outro lado, seria possível imaginar que o segundo regime histórico aqui descrito foi mais favorável ao trânsito entre a psiquiatria rebelde e a antropologia. Neste contexto, constitutivo de um momento de crítica da própria psiquiatria, estiveram no Brasil Howard Becker, Erving Goffman, Robert Castel e Félix Guattari, que se articularam em um congresso realizado pelo IBRAPSI, no Copacabana Palace, 1977, junto a feministas históricas, como Leila Barsted, e antropólogos, como Gilberto Velho

⁷¹ Diga-se de passagem que Arthur Ramos trabalhava para o mesmo governo que prendera e perseguira Nise da Silveira. Roger Bastide, por sua vez, era catedrático de uma importante universidade, meio com o qual a médica alagoana mantinha suas distâncias.

e Peter Fry (Velho, 2002)⁷². Todavia, nem Nise da Silveira nem seus pares se envolveram com essa configuração.

Em certa medida, isto pode ser explicado à luz do que descreveu Jane Russo (1999) sobre as razões do declínio da aliança entre antropologia e psicanálise nesse mesmo período. Segundo a autora, a relativização dos saberes e práticas psicológicos empreendida pelos antropólogos, que a descreviam como uma *Weltanschauung* moderna, não encontrava plena ressonância em sua contraparte, os terapeutas "psi", mais interessados no rearranjo de seu próprio campo. Para estes, inarredavelmente comprometidos com a adesão ao próprio corpo de conhecimento que sustentavam, o olhar antropológico "distanciado" tinha claros limites, correndo o risco de ter o efeito de desencantamento. É possível que esse mesmo sentimento tenha acometido aqueles que integravam os núcleos de transmissão de conhecimento capitaneados por Nise da Silveira, embora nem sempre filiados às dimensões oficiais da psicologização. Seu interesse em materiais folclóricos e antropológicos, mais ou menos independente ao meio universitário e às instituições, dizia mais respeito à comprovação de suas teorias do que à subscrição ao programa do emergente relativismo cultural.

Por fim, deve-se sublinhar o fato de que, ao longo do período que coincide com a genealogia da psiquiatria rebelde, o programa universalista (incluindo-se, aí, o próprio estruturalismo) foi progressivamente abalado nas ciências humanas. Na teoria antropológica, seria complexificado pela presença de sua contraparte empirista e nominalista, destinada à conferir um privilégio à ação, às agências e às práticas, através de conceitos como experiência, vivência e compreensão (Duarte, 1995). A implicação dessa influente reação – impulsionada, a partir do relativismo cultural, em distintas correntes, tais como a antropologia interpretativa, o pragmatismo, o pós-modernismo e, mais recentemente, a antropologia pós-social – é o questionamento da preeminência da razão dedutiva aplicada à criação de grandes quadros ou sistemas de pensamento. Assim, a psiquiatria rebelde, de um olhar antropológico comprometido com esse fenômeno, poderia ser considerada demasiado especulativa e generalizante.

⁷²Trata-se do 1º Simpósio Internacional de Psicanálise, Grupos e Instituições, realizado em 1977 por Gregorio Baremlitt, Luiz Mello Campos e Chaim Katz, ensejando a criação do Instituto Brasileiro de Psicanálise, Grupos e Instituições – IBRAPSI, cuja missão era dar continuidade às propostas do congresso no campo das práticas psiquiátricas, articulando-se com o Movimento de Trabalhadores em Saúde Mental no Brasil e, posteriormente, com a efetivação da reforma psiquiátrica no país.

Certa vez, em uma reunião do grupo de estudos, uma senhora, que pela primeira vez frequentava o apartamento de Nise, indagou se o inconsciente era igual para todo mundo. “*Será que o inconsciente é, de fato, uma tábula rasa*”? A resposta da psiquiatra, enfurecida, foi impressionante. “*Quem pensa assim, que o inconsciente é uma ‘tábula rasa’, não pode fazer parte deste Grupo. A senhora que funde a sua própria escola, baseada na tábula rasa*”. A senhora tentou contornar a situação, pedindo para que a mestre não ficasse zangada e admitindo ser admiradora de seus livros. Não foi suficiente. “*Eu não acredito no que ouvi. Tábula rasa? Aconselho a senhora a ir embora. Depois de dizer uma burrice destas, eu me jogaria do décimo andar de um edifício!*” (Horta, 2008, p. 64). Constrangida, a mulher se retirou do recinto momentos depois. Nunca mais se soube de seu paradeiro.

Nas tramas dos arquétipos

Pode-se afirmar que a arqueologia da psique permanece viva no Engenho de Dentro, de maneira resistente. A despeito do já pontuado desprestígio da psicologia analítica na seara mais ampla dos saberes psicológicos, Jung permanece como a referência máxima a acompanhar o nome de Nise da Silveira. Isto se manifesta na própria prática terapêutica do Museu de Imagens do Inconsciente, que segue recorrendo à teoria dos arquétipos para a compreensão da situação psíquica de seus clientes, conforme demonstrado a partir de trabalho de campo em trabalho prévio (Magaldi, 2014). A fidelidade ao psiquiatra suíço se verifica também através de eventos de maior porte. Em 2015, por exemplo, foi realizado o seminário *Símbolos da Transformação e a Transformação pelos Símbolos*, em comemoração ao centenário da obra homônima, considerada o livro seminal do autor. Mas é sobretudo nas atividades do Grupo de Estudos do Museu, onde sua obra é objeto de debates, que essa continuidade se observa com mais nitidez.

Essas ocasiões contam muitas vezes com a participação de palestrantes convidados, como no caso que abriu este capítulo. Entretanto, em sua maioria, são protagonizadas pela equipe da instituição, ou por professores externos que fazem suas apresentações com maior regularidade. É o caso de Maddi Damião Jr., doutor em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense e professor adjunto do Departamento de Psicologia da mesma. Maddi trabalhou entre 1997 e 1998 como coordenador técnico da Casa das Palmeiras, aparecendo também como redator do número da revista *Quaternio* intitulado “A Farra do Boi”, acima referida. É, junto a Elizabeth Cristina

Cotta Mello, fundador da especialização em Teoria e Prática Junguiana da Universidade Veiga de Almeida, ministrada nos *campi* Tijuca e Cabo Frio desde 2002. Ambos são membros da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica, na filial do Rio de Janeiro. Vê-se que sua participação ativa no Museu estabelece o contato entre o Engenho de Dentro e o campo mais amplo da psicologia junguiana, ainda que o objetivo do primeiro não seja a oferta de formação psicanalítica. De modo geral, o Grupo de Estudos do Museu condensa a orientação teórica da instituição, conectando Jung, Nise da Silveira e demais autores importantes para a configuração da psiquiatria rebelde a partir da apresentação de temas arquetípicos específicos.

A árvore, em seus vários estágios, da semente à idade adulta, representa não somente o modelo do ciclo da natureza. Pode ser entendida, também, enquanto figuração da estrutura psíquica, na forma do inconsciente (terra) sendo fecundado pela submersão do consciente (vegetal). Por esse motivo – explicava o professor, em um manhã de terça-feira, no comprido salão de conferências do MII – esta simboliza, ao fim e ao cabo, o antiquíssimo tema da união dos opostos.

Esta problemática, não obstante, fora obliterada no seio da tradição ocidental moderna, que conferiu maior ênfase ao racionalismo, em detrimento de sua polaridade contrária. Haveria, nesse sentido, uma potência em atualizá-la. Esta ganharia a forma de um resgate do *lado instintivo*, do *desconhecido*, do *mundo interior* e do *corpo*. Entre nós, os artistas estariam entre os poucos responsáveis pela mediação desses termos, na medida em que, em suas práticas estariam em maior proximidade com o inconsciente.

A psicologia junguiana também se inscreveu no escopo dos responsáveis pela re colocação do tema da união de opostos. A árvore, em sua formulação, ocuparia um posto central. Isto porque esta aparece aí como um arquétipo, isto é, uma *forma instintiva de imaginar, produto da história do inconsciente coletivo*. Embora negada pela modernidade, sua sobrevivência se deu sobretudo a partir do Romantismo, do qual Jung tomou inspiração, deixando-se tomar pelo *Complexo de Novalis*. A proposição da fusão com a vida, a aproximação com a natureza, o rompimento com a razão dominante e com as leis rígidas fizeram-se presentes em sua obra, permitindo o ressurgimento do símbolo em sua força transformadora.

A emergência desse símbolo ao longo dos diferentes períodos históricos e culturas pode se dar de múltiplas formas: na literatura, na pintura, nos sonhos e mitos,

através dos Deuses da Natureza e das representações da primavera. No caso do Engenho de Dentro, era Adelina Gomes aquela que o havia ativado de maneira mais intensa através de suas metamorfoses em flor.

“*É preciso conviver com nosso lado árvore*”, concluía uma psicóloga. “*O Ocidental arranca a flor, quer analisá-la, dissecá-la, desmontá-la. No Oriente, não é assim*”, comentava, ao final, uma participante, ganhando concordância da plateia. Sucedia-se, rapidamente, a célebre citação de Goethe: “*cinza é toda a teoria, mas sempre verde é a árvore dourada da vida*”.

“*No Oriente, há um mergulho profundo do inconsciente*”. Era essa a conclusão a que chegava um psicólogo que participava de uma reunião do grupo de estudos da Casa das Palmeiras, centrada na leitura de *Psicologia e Religião Oriental*. Sua constatação era precedida não só pelo conteúdo do texto, mas por um debate travado naquele âmbito, que dizia respeito à diferença entre o Oriente e o Ocidente.

Naquela noite de quarta-feira, no bairro de Botafogo, por volta de dez pessoas se indagavam: a psicologia havia surgido na Europa justamente no período de declínio da religião. Por quê? “*Max Weber chamou isso de desencantamento do mundo*”, eu tentava contribuir com o debate. A esse comentário, uma participante do evento logo concordava, acrescentando, porém, uma constatação um pouco mais foucaultiana: “*É verdade, desencantamento. Do padre, passou-se ao psicanalista. Mas se manteve um fundo comum: o sistema da confissão*”.

A despeito dessa continuidade, o que se parecia anunciar, ao longo da discussão, era mais uma marcada sensação de ruptura, que chegava mesmo a ser equacionada a uma espécie de perda. Era o que justificava a leitura dos textos sagrados orientais, tal como fizera Jung. Martha, na cabeceira da mesa, nos explicava: faz-se presente, na obra junguiana, uma tentativa de enxergar valor psicológico nessas escrituras. Nestas – a exemplo de *O Livro Tibetano dos Mortos*, clássico do budismo tântrico mahayana – emergem formas arquetípicas, sempre operando através de opostos. Vida e morte era uma delas, assim como a mais conhecida oposição complementar entre *Yin e Yang*.

“*Isto é diferente do cristianismo*”, ressaltava uma participante. Para ela, as oposições ocidentais cristãs eram vistas em termos exclusivos, a exemplo das figuras de Deus e do Diabo. A condutora do debate, contudo, ponderava com exemplos da tradição filosófica mais familiar. “*Nietzsche percebera que entre os galhos superiores e as raízes*

inferiores de um vegetal, há continuidade. Trata-se, no final das contas, da mesma árvore". Alguém comentava, logo retornando ao Oriente: *"O alto e o baixo se condicionam pelo lugar que ocupa, disse Lao Tsé"*.

Sentia como se estivesse no interior de um telescópio, que se movia, ao pronto toque, em 360 graus, para todas as partes do mundo. China e Alemanha se entrelaçavam como na velocidade de um *e-mail*, assim como a pré-história e o século XIX. Não havia impedimentos ou ponderações. Pois o que juntava esses elementos era a noção de uma unidade das coisas.

"O Espírito Único é o inconsciente", concluía-se. *"Eterno, invisível, incognoscível"*. A imaginação de Jung seria uma forma de unificar esses conteúdos. Não se tratava de uma tarefa fácil. Pois, como ponderava Martha, o intelecto científico é desumano, é insensível. A ciência é desumana. É cruel.

Em uma das paredes internas de uma antiga enfermaria do hospital psiquiátrico do Engenho de Dentro, imprime-se uma grande pintura de Jung. Visto de perfil, em tom contemplativo, seu semblante é seguido da citação de um de seus escritos. Trata-se do capítulo IX de *Psicogênese das Doenças Mentais*, intitulado "A Esquizofrenia". O trecho, escrito sobre um fundo verde, traz as seguintes palavras: *"O que, em última análise, é importante no tratamento é o sacrifício pessoal, seriedade de propósito, a abnegação dos que tratam. Vi resultados verdadeiramente milagrosos de enfermeiros e pessoas cheios de compreensão que estabeleceram a reação com o doente, graças única e exclusivamente à coragem pessoal e à dedicação resignada, conseguindo curas espantosas"*. A figura, justaposta à referência bibliográfica, é uma das várias produções pictóricas a constituir o espaço ocupado pelo Hotel da Loucura. De autoria de uma agente cultural de saúde, evidencia de forma privilegiada o modo pelo qual Jung, conjuntamente a Nise da Silveira, se configura como autor de base para o desdobramento das propostas dessa política pública. Frequentar suas oficinas demonstrou como a psicologia junguiana extrapola muito as suas paredes, alcançando também os corpos e mentes daqueles que nelas se envolvem.

Uma das noites mais marcantes da oficina aconteceu em uma noite de terça-feira, em que o hospital recebeu a visita de uma companhia teatral carioca para a realização de uma peça sobre os escritos de Antonin Artaud. Por volta de cinquenta

pessoas encontravam-se reunidas em círculo em uma pequena arena, situada num terreno elevado no coração do hospital psiquiátrico. Dez corpos de atores, vestidos com roupa de sacerdote, circulavam entre os espectadores, distribuindo velas para iluminar a penumbra e espalhando um forte cheiro de incenso pelo ambiente circundante. Um jovem rapaz, ator principal, proferia as palavras de Artaud, conhecido dramaturgo francês que passou os últimos anos de sua vida internado em hospitais psiquiátricos, onde sofreu centenas de sessões de eletrochoque. “*Quem sou eu? De onde venho? Sou Antonin Artaud, e basta que eu o diga, Como só eu o sei dizer, e imediatamente hão de ver meu corpo atual, voar em pedaços e se juntar sob dez mil aspectos diversos*”, ouvia-se.

Enquanto o ator-Artaud proferia essas palavras, uma voz ao fundo quebrava o silêncio. Não era a voz de ninguém da plateia, tampouco a voz dos sacerdotes que acompanhavam o ritual. Era o grito de uma paciente, que chamarei aqui de Antonia. Naquela noite, no entanto, tudo parecia diferente. Batendo com força em um carro que se encontrava a alguns metros da arena, ainda no perímetro do hospital, Antonia amaldiçoava sem parar, olhando para os atores e a plateia da peça: “*São todos falsos, bando de falsos. Não acredito em ninguém!*”.

O espetáculo continuou, mas era difícil competir com a voz e com as batidas de Antonia, cada vez mais altas e raivosas. “*Um novo corpo, no qual nunca mais poderão esquecer*”, continuava o ator. “*É tudo mentira, esse povo que está aí, são todos mentirosos, teatro de corruptos!*”, continuava Antonia.

Um clima de inquietação tomou conta de todos. O ator em nenhum momento parou sua atuação. A encenação – ou encarnação? – da loucura de Artaud parecia espelhar-se na loucura de Antonia. Mas depois de vinte minutos de gritaria incessante, algumas pessoas da plateia e alguns agentes de saúde do hospital tentaram se aproximar da mulher, com a intenção de acalmá-la. Todos a convidavam para se integrar ao coletivo e participar do ritual. No início, ela hesitou, mas com muita insistência, conseguiu se aproximar.

Nesse momento, todos, espectadores e atores, a convidaram ao centro da roda. “*Venha para cá, Antonia!*”, convidavam, amavelmente. Plateia e atores se fundiram então em um círculo para abraçá-la. Uma nota em uníssono era entoada por todos, como em uma mantra tibetano. A divisão entre pacientes e não-pacientes, atores e espectadores, se fundiu por completo no centro da arena, pelo menos por alguns

minutos, formando uma espécie de corrente humana. Nesse instante, Antonia parou de gritar. Confortável, carinhoso silêncio.

Quando a peça finalmente acabou e o círculo se desfez, no entanto, os gritos voltaram. “*Tira esses mentirosos daqui!*”. Antonia parecia incomodada e desconfiada com a presença de um público estranho ao seu conhecimento. Depois do fim da peça, o médico que participa do coletivo, tentou insistentemente acalmar seus ânimos, contando com a ajuda de muitos dos presentes. Mas não foi suficiente. Gritos e mais gritos. Eu saí do hospital por volta das 11 da noite, assistindo à cena, exausto, triste e sem saber como ajudar, assim como meus colegas.

No dia seguinte, soube por um amigo que Antonia teve que ser sedada e ir para a “*curta*”, como se chamam as internações rápidas, emergenciais, que ocorrem somente por uma noite. Essas internações ocorrem geralmente em caso extremo, quando o paciente parece oferecer perigo para si mesmo ou para os outros.

Dessa vez, a noite engoliu Antonia. “*Noite mágica de luzes e sombras*”, foi como o médico-ator a descreveu para mim depois.

Na semana seguinte, o lamentável acontecimento foi objeto de um debate ao final da oficina. Nessa ocasião, Vitor Pordeus explicou que o arquétipo de Hécate, deusa do submundo, havia tomado Antonia. “*Hécate rainha, deusa do submundo. Ela vem para destruir. Vocês conhecem o termo hecatombe? Significa destruição*”. Em suas palavras, era preciso controlar o surgimento desse arquétipo, que poderia atingir a todos por igual, quase nos termos de uma possessão. Era o que, por exemplo havia passado com Adelina, a famosa cliente de Nise da Silveira. Antonia, que já felizmente recuperada, escutava suas palavras, passou ela mesma a se definir como Hécate, em um tom que misturava brincadeira e seriedade. “*Cuidado, eu sou Hécate!*”. Uma atriz, que participava da roda, pergunta: “*como faço para saber meu arquétipo?*”, o que era respondido pelo médico: “*estudo e observação*”.

Via-se que, na prática cotidiana, a arqueologia da psique, tal como compartilhada tanto por terapeutas como por pacientes, mantinha-se sobre a base da unidade psíquica e da possibilidade de comparação. Esta, desta vez, se realizava de maneira específica, conectando a Grécia Antiga ao Engenho de Dentro em 2015. De forma criativa, poderia ser ressignificada, tanto nos termos da incorporação de uma entidade imaterial, evocando religiões de distintas matrizes, quanto mesmo de uma identidade mais ou menos essencial – que, a meu ver, parecia se estabelecer em termos homólogos ao da astrologia zodiacal –, em contraste com as próprias formulações de

Jung ou de Nise da Silveira. Assim, se no Mundo Nise há um saber compartilhado, que atravessa diversas categorias profissionais e diferenças de classe, de letramento e de condição psíquica, isto implica na sua própria variação.

O Universalismo, ainda

A sequência dessa genealogia deve incluir algumas considerações finais. Não se trata, aqui, de reabilitar a teoria dos arquétipos e do inconsciente coletivo para o âmbito da teoria antropológica, mas de examinar histórica e etnograficamente como essa se verificou no desenvolvimento de um campo específico, no caso em questão, constituído a partir do projeto médico-científico de Nise da Silveira. Pergunta-se, então, para além de sua validade ou rejeição, quais foram os seus efeitos, e por que estes são importantes para as pessoas que o sustentam. Que regime de humanidade particular se constitui a partir da arqueologia da psique, tal como revista neste capítulo?

Em entrevista concedida à *Rádice*, Nise da Silveira foi questionada a propósito de seus trabalhos sobre cultura, em especial sobre a brasileira, situando as tradições indígenas e negras. Sua resposta é particularmente reveladora:

“São poucos. O que eu posso lhe dizer é que no fundo, e um esquizofrênico nos leva sempre ao fundo, essas divisões vão ficando cada vez menos importantes. Jung conta do caso de um negro, em Washington, que via em seu delírio, um mito grego, de um indivíduo que era crucificado em uma roda. Então negro vai sonhar com o mito grego. Esses elementos todos, essas divindades, tem um equivalente nas diferentes culturas: houve um estudante de psicologia que apresentou no Engenho de Dentro um trabalho fazendo um paralelo entre as divindades da umbanda e as divindades gregas. Os temas que tem um lastro mais profundos são universais e aparecem em todas as culturas” (Silveira [1976-77] 2009, p. 54).

A partir dessa observação e daquelas revistas no curso desta análise, é possível observar que a arqueologia da psique, em complementaridade com as imagens do inconsciente, cumpre uma função específica no projeto de deslocamento biopolítico proposto na genealogia da psiquiatria rebelde. Trata-se, mais uma vez, de inserir a loucura no âmbito da humanidade, conferindo àqueles seres categorizados sob o seu signo o reconhecimento de um determinado estatuto de pessoa. Enxergando nas produções plásticas esquizofrênicas manifestações de temas comuns, Nise da Silveira e

seus pares questionavam sua exclusão da comunidade reconhecida como humana, deslocando a primazia do critério cartesiano do *cogito ergo sum*, em favor de uma outra concepção. Nesta, tratava-se de incluir nos sentidos do humano conjuntamente os domínios do desvario e do mitológico, subsumidos em uma unidade primordial, em um procedimento no qual esses se tornam um corolário do devir cósmico de uma história biológica contingente ao longo de milênios.

Esta reflexão traz desafios para se pensar nos limites e extensões da crítica do universalismo, cujo programa tem sido alvo de reformulação recente não só da parte antropologia, mas dos movimentos sociais em geral. Sabe-se que, pelo mesmo desde o segundo pós-guerra, a gramática universal dos Direitos Humanos tem sido compensada com políticas diferencialistas, destacadamente as étnico-raciais, de gênero e de orientação sexual, reivindicando espaços na esfera pública. A reforma psiquiátrica não deixou de se envolver nesse processo, em grande medida atrelada aos ideários universais da *cidadania* e seus desdobramentos (Birman; 1992, Bezerra Jr., 1992). De outra maneira, a psiquiatria rebelde, mesmo em suas dimensões atuais, parece escapar à coincidência absoluta com esses fenômenos, produzindo um regime de humanidade próprio, cuja universalidade não se dá na ordem da cidadania (a qual designaria um sujeito livre, igual e responsável, cujos direitos são reconhecidos), e cuja diferença tampouco se encerra na especificidade da loucura, nem na tomada de partido por tais ou quais marcadores sociais (raça, classe, gênero, sexualidade ou comportamento).

Eis o enigma que a arqueologia da psique permite vislumbrar. Este, ao olhar desta pesquisa, não consiste em matéria de elogio nem de condenação, mas deve ser compreendido e levado a sério à luz do que propõem seus interlocutores.

CAPÍTULO 7

O AFETO CATALISADOR

“Les affects traversent le corps comme des flèches, ce sont des armes de guerre”.

(Gilles Deleuze & Félix Guattari)

O Galileu da medicina

Galileu Galilei foi um famoso físico, matemático, astrônomo e filósofo italiano que viveu em Pádua, Pisa e Florença entre os séculos XVI e XVII. Como se sabe, Galileu realizou suas pesquisas quando o sistema cosmológico aceito pela Igreja Católica ainda concebia o planeta Terra como se estivesse parado no centro do universo, servindo de órbita a todos os outros corpos celestes em uma série de círculos concêntricos. Entretanto, os experimentos científicos que proliferavam na península itálica naquele tempo, realizados através de novos instrumentos, como o telescópio, pareciam aos poucos apontar para resultados radicalmente distintos, questionando o prevalente geocentrismo de herança aristotélica.

Nicolau Copérnico já propunha um modelo alternativo de explicação do cosmos, segundo o qual o Sol estaria no centro do universo. Em torno deste, giraria a Terra, bem como os outros planetas, em constante movimento. Esta hipótese, que se consagraria como uma das mais importantes contribuições científicas de todos os tempos, ficou mais conhecida como heliocentrismo. Galileu foi um dos responsáveis por sua defesa diante do Tribunal do Santo Ofício, então representante do poder inquisitório do catolicismo romano. Sua obra, porém, foi censurada e proibida, sendo inserida no *Index librorum prohibitorium*, que listava os escritos considerados hereges em uma época de progressivo declínio do poder papal. Apesar das perseguições, conseguiu sobreviver e continuar com suas investigações, que seriam mais tarde livremente publicadas nos Países Baixos, de religião protestante.

Alguns séculos mais tarde, mais precisamente na primeira metade do século XX, em tempos de plena ascensão do regime nazi-fascista, sua vida e suas polêmicas ideias voltariam à tona através do trabalho de outra figura perseguida. Trata-se aqui da obra *A Vida de Galileu*, uma peça de teatro de autoria do poeta e dramaturgo alemão Bertolt Brecht, escrita entre 1937 e 1938, durante o período de exílio do autor nos países nórdicos. O escritor, cujos livros haviam sido queimados pelo partido nacional-socialista por conta de sua inspiração marxista, tratava de recriar a biografia do cientista

italiano, dando particular destaque a seus últimos anos de vida. Ambientada em 1609, a peça retratava a condenação de Galileu por parte da hierarquia eclesiástica, tomando como contraponto a transmissão de seus conhecimentos e descobertas a seu jovem pupilo Andrea. Em um tom crítico, e que fazia jus à sua própria história de vida, Brecht colocava em questão o assédio sofrido por Galileu e a desconsideração de suas teorias, que só muito mais tarde viriam a ser respaldadas pela ciência e aceitas pela religião católica.

Galileu ou Brecht nunca poderiam imaginar, mas seus nomes seriam proferidos no presente século em um distante hospício suburbano de uma grande cidade da América do Sul. Foi em uma noite de quinta-feira de maio de 2015, por ocasião de uma atividade de formação teatral promovida pelo Hotel da Loucura, coordenada pelo médico e ator Vitor Pordeus. Tratava-se de uma oficina de formação de atores, mantida durante uma semana inteira no Instituto Municipal Nise da Silveira, no mês de julho, às 19:00h, intitulada *SHABESS*. Cada um de seus sete dias era dedicado a um autor distinto – na ordem, Shakespeare, [Amir] Haddad, Artaud, Brecht, Eurípedes, [Nise da] Silveira e Spinoza, cujos nomes se abreviavam no nome de atividade – e a ocasião dedicada ao dramaturgo alemão, a que darei especial atenção por ora, tomava como inspiração a referida peça sobre a astronomia de Galileu. A atividade já vinha sendo realizada regularmente desde 2014 e, mantendo seu roteiro, já estava na terceira edição.

A oficina, como muitas outras atividades do HL, foi levada a cabo na arena mais conhecida como *chalé*. Ao chegar, tratei de pegar um pano branco, jogado nas bordas do picadeiro junto a outras fantasias. Envolvi-o ao longo do pescoço, deixando-o cair por sobre o corpo, como uma túnica antiga. Estava pronto para entrar. Logo me juntei a uma massa de gente que se formava com mais ou menos quinze atores, cada qual já com suas máscaras e trajes. Movimentando nossos corpos fortuitamente para lá e para cá, um pouco amontoados, mas sempre no contorno da ágora, cantávamos um hino, que dizia “*Engenho de Dentro pra fora...*”, estendendo nossas pernas e braços em um *impromptu* corpóreo. Era apenas o aquecimento.

Ao fundo, o coordenador, com um microfone, começou a recitar trechos do poema “Mostrar o que tem que ser mostrado”, de Bertold Brecht. “*Mostrem que mostram! De todas as qualidades, essa é a mais importante. A de mostrar aquilo que está escondido, aquilo que estava envergonhado. Mostrem que mostram, porque toda noite mostra. E assim, o fazer de vocês, atores, toma algo do tecelão, algo de artesanal. Se vocês não mostram que mostram, vocês deixam de revelar, deixam de pôr a nu o que*

já está exposto. Deixam de mostrar para aquele homem simples, para aquele homem da esquina, para aquele homem do hospício, que o ato de mostrar é cotidiano".

O texto, se não fazia parte da peça *A Vida de Galileu* original, não poderia ser mais apropriado para a livre adaptação que se seguiria. Pois seria justamente a propósito de uma demonstração que a encenação seria construída. Na sequência da introdução, a massa de atores incógnitos logo tomou a forma de um círculo. Girava, em sentido anti-horário, com movimentos leves, ao som de um acorde de violão. Ao centro, encontrava-se o cliente e ator Adriano⁷³, no papel de Sol, provavelmente o único personagem bem definido. De braços abertos e uma reluzente capa laranja, ele era o estático eixo de gravitação da roda. “*Parado o Sol, parado*”, todos cantavam, em uníssono, pé ante pé, em marcha lenta e contínua, como em um mantra. Como planetas e órgãos celestes, orbitávamos ao redor de seu corpo. Qualquer um de nós poderia ser a Terra. Com os pés fincados no chão, e limitando-se a mover suas mãos, ele apenas observava o movimento da ciranda. O que parecia a representação perfeita do heliocentrismo copernicano, defendido diante do tribunal do Santo Ofício por Galileu, era ali revelado, de acordo com a recomendação de Brecht de mostrar o que deveria ser mostrado.

Se o Galileu brechtiano original tinha como fio condutor o diálogo entre o astrônomo e seu pupilo, a versão do HL, mais da ordem do movimento e da dança do que da oralidade, tomava como cerne a oposição entre geocentrismo e heliocentrismo, usando o corpo dos atores como plataforma de representação. A cena do Sol, que se manteve por uns bons minutos em meio ao cântico, foi interrompida apenas ao final pela voz do provocador da atividade, que subitamente interpelou a cena, dizendo, em tom profético: “*Ao contrário do que diziam as santas escrituras, ao contrário do que dizia a Santa Inquisição, ao contrário do que as autoridades mais poderosas da Terra, a Terra não era o centro do universo!*”.

Assim como Brecht, o médico-ator chamava a atenção para a deturpação da verdade e para a deslegitimação do trabalho intelectual possivelmente promovidas pelos poderes estabelecidos. Era a Terra, afinal, que orbitava em torno do Sol, e não o contrário, como cegamente defendia a religião católica.

Nem só de astronomia, entretanto, trataria sua fala. Afinal, estávamos no seio de um hospital psiquiátrico, onde as estrelas, planetas e constelações a serem observadas tinham um formato um pouco diverso e estavam bem mais perto, no meio de nós. Eram

⁷³ Nome fictício.

as próprias pessoas. Se a Terra não era o centro do universo, o que a história de Galileu teria a contribuir de uma perspectiva médica e terapêutica? Assim respondeu Vitor, concluindo o argumento do breve espetáculo: “*Numa noite, em 2015, nós apontamos o telescópio para a doença mental, e descobrimos que o centro do universo é o afeto. E que o afeto é capaz de transformar qualquer doença mental. É o afeto que é o processo terapêutico, o afeto que faz avançar. Dra. Nise da Silveira, Galileu da medicina, descobriu que afeto é o centro do universo*”.

Eis a revolução que caracterizaria o trabalho de Nise da Silveira. Afinal, se era possível que a história de Galileu atualizasse a história de Nise, ou vice-versa, era porque parecia haver entre eles algo de intensamente comum, isto é, uma grande descoberta negada pelas instâncias de poder. O astrônomo italiano afirmava o heliocentrismo diante de uma Igreja cuja verdade era a do geocentrismo aristotélico. Já a psiquiatra brasileira afirmava a permanência do afeto na esquizofrenia, diante de uma medicina que parecia, o tempo todo, negá-lo. Qual era a verdade de dita medicina? De onde esta extraía sua quase religiosa capacidade de legitimar e deslegitimar, evocando o poder da Santa Inquisição? Nesta configuração, em que consistiria a noção de afeto e qual seria seu presumível potencial revolucionário?

Este capítulo se propõe a explorar tais perguntas através de uma genealogia da noção de *afeto catalisador*, tal como concebida por Nise da Silveira, levando em consideração sua tensão com uma série de preceitos e práticas por elas consideradas hegemônicas na psiquiatria biomédica e, mais amplamente, no pensamento ocidental moderno. Para tanto, toma-se como ponto de partida a história da psiquiatria e, em particular, da criação da categoria esquizofrenia, na qual a problemática em questão encontrou uma notável arena de discussão. Na sequência, busca-se explorar seus desdobramentos no projeto médico-científico de Nise da Silveira no Engenho de Dentro, desde suas origens, no ateliê de pintura e modelagem, até os dias de hoje, quando permanece servindo de fonte de inspiração. Por fim, propõe-se uma discussão sobre a noção de afeto na teoria social contemporânea.

Demência precoce e esquizofrenia

De acordo com a investigação da antropóloga Ana Teresa Venancio (1998), a ideia de um *eu dividido* encontra na tradição ocidental uma longa genealogia. Antes da modernidade, já se fazia presente na cosmologia cristã, especialmente naquela delineada a partir de seus desenvolvimentos filosóficos do século V, de que Santo Agostinho é o

exponente máximo. Armava-se, então, uma noção de pessoa assentada na tríade *verdade – vontade – interioridade*, responsável pela combinação de uma representação positiva e de uma representação negativa do tema da divisão de si. O primeiro caso seria definido pela possibilidade de totalização em Deus, expressão da perfeição máxima; já o segundo, pela submissão do sujeito aos ditames da possessão demoníaca. Em ambos os casos, mais que uma autodeterminação individual, estava em um jogo a designação de uma ordem exterior capaz de provocar o bem ou o mal.

Com efeito, a partir do século XVII, um processo de racionalização viria a se expandir em grande parte do continente europeu, enovelando-se ao surgimento da cosmologia individualista. A partir de então, os temas da vontade e da verdade, caros ao pensamento cristão, seriam cada vez mais entranhados na dimensão da interioridade humana, sendo agora atribuídos aos indivíduos particulares, entendidos enquanto totalidades em si. A essa representação, no entanto, contrastou-se outra, associada principalmente ao imaginário romântico de fins do século XVIII, segundo a qual a totalização individual é incompleta ou mesmo inatingível. Conjuntamente, ambas configuraram contrapartes de uma mesma noção de pessoa, caracterizada por uma permanente tensão físico-moral, isto é, por uma disputa acerca das determinações fisicalistas e morais sobre a verdade dos sujeitos.

No início do século XIX, essa problemática encontrou especial território de difusão a partir do surgimento dos saberes psicológicos e, em particular, da psiquiatria, constituída enquanto racionalidade médica dedicada ao estudo, classificação e tratamento das perturbações físico-morais, então definitivamente classificadas como estados patológicos. Nos primórdios dessa disciplina, o tema da divisão de si se encontrava em uma espécie de transição entre a antiga interpretação demoníaca e a ainda inédita concepção biomédica, inscrevendo no interior dos sujeitos o potencial de perda de si, consubstanciada na figura da *alienação mental*. De acordo com o ideário alienista, no entanto, o eu dividido não seria irreversível, sendo antes sustentado pelo critério de curabilidade *a priori*, segundo o qual haveria um resto de razão na loucura (Gauchet & Swain, 1980).

Com a reação fisicalista impulsionada pela configuração da degeneração e pelas crescentes pesquisas fisiológicas, essa noção de pessoa ganharia novos contornos, passando então a ser subordinada pelos critérios da hereditariedade e do curso evolutivo da doença para um fim desfavorável. As lesões da vontade, outrora referidas a uma ordem interna moral, passavam progressivamente a serem concebidas como lesões do

cérebro, resultando em uma concepção fatalista segundo a qual os estados patológicos são de impossível reversão. Por outro lado, através da noção de inconsciente, a também nascente psicanálise levaria a cabo o tema do eu dividido, concebendo-o como inerente aos indivíduos, seja em estado normal ou patológico. Foi na disputa entre essas correntes, e nas distintas formas pela quais atualizaram a tensão físico-moral constitutiva da pessoa moderna, que se delineou o entendimento moderno da categoria *esquizofrenia* no saber psiquiátrico no alvorecer do século XX. A divisão de si foi então condensada em um estado patológico em que o indivíduo é caracterizado pela cisão de suas funções psíquicas. Mais especificamente, seu surgimento se deu na contenda entre o psiquiatra alemão Emil Kraepelin e o suíço Eugen Bleuler.

Emil Kraepelin formou-se na Faculdade de Medicina de Würzburg em 1878. Complementou seus estudos em Leipzig, sob a orientação de Wilhelm Wundt, com quem se dedicou à pesquisa na nascente psicologia experimental; assim como em Munique, trabalhando com o neuro-anatomista Bernhard von Gudden. Entre 1883 e 1919, o médico publicou oito edições atualizadas e ampliadas de sua mais importante obra, o *Compêndio de Psiquiatria*, em que empreendeu uma revisão crítica das classificações correntes no pensamento psiquiátrico do período. Através desse conjunto, buscou enfatizar a correlação entre entidades mórbidas discretas e causalidades particulares, notadamente aquelas de ordem somática. Ademais, influenciado pela teoria da degeneração, se dedicou à previsão da evolução das doenças mentais a partir de sinais pré-estabelecidos. Em particular, sua sexta edição [1899] merece ser chamada à atenção, na medida em que, ao mesmo tempo que reafirmava sua antecessora, trazia à baila a noção inédita de *demência precoce*.

Na criação dessa categoria, conforme designava o adjetivo *precoce*, privilegiava-se a ideia de uma história progressiva da enfermidade em relação ao curso de vida. Assim, indicava-se seu aparecimento antes dos quarenta anos de idade, o que a diferenciava, portanto, da demência *senil*. Distinguiu-se em três tipos: *paranoide* (na qual vinha acompanhada de delírios), *catatônica* (em que se manifestava por uma postura corporal rígida) e a *hebefrênica* (que apontava para uma inadequação social generalizada), sendo estas duas últimas englobamentos de categorias já presentes nas classificações psiquiátricas, mas antes independentes da demência propriamente dita. Em todos esses casos, se consolidava uma concepção de doença mental ancorada na suspeita de existência de lesões cerebrais e de fatores tóxicos, cujo decurso era muito raramente passível de cura. Tratava-se, afinal, de um estado em que a inteligência, a

memória e a orientação permaneceriam intactas, enquanto que a *afetividade*, o *juízo* e a *vontade* seriam comprometidos profundamente, afetando a totalidade da personalidade. Essa tríade nosológica de faculdades perturbadas, que se encontrava presente desde o alienismo, era agora recolocada em termos fisicalistas, sendo subsumida a um avassalamento total do sujeito. Vê-se, portanto, como a noção de um eu dividido ainda se encontra sustentada.

O psiquiatra suíço Eugen Bleuler – que, desde 1898, trabalhava no sanatório de Burghölzli, clínica psiquiátrica da Universidade de Zurique – foi o grande responsável pela substituição da demência precoce pela categoria *esquizofrenia*. Influenciava-se pela psiquiatria psicodinâmica emergente na Alemanha na primeira década do século XX, em contraponto à vertente somatista prevalente. Ademais, dialogava com as formulações de Freud, que já integravam o cenário científico da época, assim como, mais tarde, com as do jovem Jung, que mantinha atividade na mesma instituição. Sua tentativa de reformular a psicopatologia a partir de uma infusão das ideias psicanalíticas depositaria sua atenção sobretudo no problema da *afetividade* que, como já se viu, consistia em um dos termos da tríade alienista, resgatado pela nosologia kraepeliana. Para Bleuler, as esquizofrenias – que apareciam inicialmente na forma plural, com particular destaque no trabalho *Demência Precoce e o Grupo das Esquizofrenias* [1911] – seriam fundamentalmente perturbações da *afetividade*, que se encadeariam à perda associativa (levando o sujeito a um estado análogo à associação livre, ao devaneio e ao sonho), ao autismo (designando o desligamento da realidade) e à ambivalência (que supunha a coexistência de emoções e ideais contraditórios em relação a determinados objetos e situações). Eram os *Quatro As* de Bleuler.

Em que medida essa nova formulação de esquizofrenia se afastava daquela subjacente à categoria demência precoce? Por um lado, deve-se destacar que as subdivisões de Krapelin (*catatônica*, *hebefrênica* e *paranoide*) foram mantidas, sendo acrescentadas a dois novos tipos: *latente* (indicada para a suspeita de esquizofrenia) e *simples* (quando não se apresentavam os aspectos das outras categorias). Por outro, a essência do diagnóstico se transformava profundamente, uma vez que se direcionava não tanto para o curso evolutivo da doença, mas para o estado e o conjunto de sintomas que a caracterizavam. Ademais, sua causalidade seria observada em termos endógenos, sendo traduzida como um estado marcado pela ruptura das funções psíquicas individuais. Não se descartava de forma obtusa as hipóteses fisicalistas, mas prevalecia o peso da ordem psicológica e moral. Abandonava-se o critério de lesão em favor de

uma leitura psicológica, que pressupunha uma ordem inconsciente dos fenômenos associativos. A noção de um eu dividido retomava então o cerne das classificações psiquiátricas, apontando para a divisão do sujeito em relação à realidade e a si mesmo, conforme apontava a própria etimologia do termo: *schizo* (dividir, fender, separar) e *phren* (pensamento). E o campo semântico da *afetividade* permanecia como critério etiológico, a despeito do obscurecimento da noção de cronicidade.

Foi em grande medida a partir dessas reformulações classificatórias a propósito da esquizofrenia e das concepção de corpo, pessoa, saúde e doença nelas implicadas que se engendrou o projeto médico-científico de Nise da Silveira.

A descoberta do afeto

Como já se viu, Nise da Silveira, em seguida à sua formação na Faculdade de Medicina na Bahia, passou a ter contato mais explícito com a realidade dos hospitais psiquiátricos quando de seu ingresso no Hospício Nacional de Alienados, primeiramente como estagiária, em 1932, e logo em seguida como concursada. Sobre esse intervalo, ela conta, em entrevista concedida a *Rádice*, sobre uma sensação inicial de discordância: “*Então era preciso que eu assistisse as aulas de psiquiatria, uma vez que eu ia fazer o concurso. Fui à aula e detestei. Eu sentia que o doente não podia ser aquilo que estava sendo descrito ou mesmo mostrado*” (Silveira [1976-1977], 2009, p. 46). Segundo Luiz Carlos Mello, essas aulas teriam sido ministradas por Henrique Roxo, importante médico psiquiatra carioca dedicado ao estudo da neurologia (Mello, 2014, p. 12).

Apesar de seu desconforto, Nise da Silveira não desistiu do concurso. A partir de seus estudos e de sua frequência à Praia Vermelha – a qual logo se tornaria, temporariamente, sua residência – o tomou como estopim para sua crítica da representação médica:

“Na época eu me atirei ferozmente a estudar para o concurso, e vi coisas inteiramente diferentes. Via que o louco extrapolava muito o livro. Por exemplo, você pega um tratado de psiquiatria da época e lê: os estados terminais da esquizofrenia, o doente cai em estado de decadência, de verdadeira ruína da vida psíquica, com uma diminuição, um apagamento progressivo das atividades. E eu no hospício não via nada disso” (Silveira, 2009 [1976-1977], p. 46-47).

Esse espécie de vão entre o livro e a loucura se vinculava diretamente à referida tensão entre as proposições de Kraepelin e de Bleuler a propósito das psicoses:

“É verdade que um livro fundamental da época, que era o livro de Bleuler, já dizia isso, mas não tinha sido assimilado ainda pela psiquiatria. O Bleuler já sentia isso, tanto que ele mudou o nome da demência precoce para esquizofrenia, porque não havia demência nesse sentido de perda quantitativa das funções psíquicas. A inteligência permanecia intacta, a memória, e dependendo das circunstâncias apareciam reações afetivas muito intensas. Mas isso não tinha sido incorporado à psiquiatria. Os psiquiatras estudavam Bleuler, mas continuavam pensando como Kraepelin” (ibid.).

O caso através do qual Nise exemplifica sua constatação é o de uma esquizofrênica chamada Luiza, que todos os dias preparava o café da manhã para a médica naquele hospício. Apesar do bom relacionamento entre as duas, a fala da interna parecia confusa e incompreensível à psiquiatra. Seu contato logo foi interrompido por conta da já referida denúncia, da parte de uma enfermeira, que levaria Nise à prisão e ao afastamento do serviço público durante anos. Anos depois, a médica ficou sabendo o que fizera a doente depois de sua saída: *“Pegou essa enfermeira e deu-lhe uma surra tão violenta que ela ficou estendida no chão (...). Então isso é o que se pode chamar de uma reação afetiva. O esquizofrênico não é indiferente, absolutamente”*. Esse caso também é narrado na entrevista concedida a Ferreira Gullar (1996), na qual Nise conclui: *“E assim aprendi outra lição, que desmentia o que afirmavam os livros de psiquiatria sobre os doentes mentais. Esses livros diziam que os esquizofrênicos eram indiferentes, sem afeto. Mas a doente que me levava o café toda manhã em meu quarto, quando soube da minha prisão, não ficou indiferente* (Silveira, 1996, p. 41-42).

A problemática do afeto voltaria a surgir com força quando do retorno de Nise às atividades profissionais, desta vez no hospital do Engenho de Dentro, a partir de 1944. Em textos tão iniciais quanto aquele que figura na exposição 9 Artistas do Engenho de Dentro [1949], realizada no MAM-SP, as observações da médica a esse propósito já se fazem evidentes. A ocasião da mostra, segundo a Nise, era demonstração exemplar de que a diferença entre a loucura e a normalidade seria apenas uma questão de grau e não de essência. Ademais, servia à crítica do modo através do qual as instituições e saberes psiquiátricos classificavam e intervinham naqueles corpos categorizados como doentes mentais:

“Os indivíduos assim atingidos tornam-se inaptos para o nosso tipo de vida social e por isso são segregados. Antes que se procurasse entendê-los conclui-se que tinham a afetividade embotada e a inteligência em ruínas. Estariam portanto muito bem habitando edifícios-prisões chamados hospitais, abrigados e alimentados. Nas melhores dessas casas vêem-se leitos forrados de colchoadas muito brancas e corredores de soalho lustrósissimo. Mas que se procure saber como correm para seus habitantes as longas horas dos dias, durante meses e anos a fio. Venha-se vê-los vagando nos pátios amurados, tais fantasmas” (Gullar [1949] 1996, p. 96-97).

Essa situação generalizada leva Nise a admitir, nesse mesmo artigo, que as tentativas de psicoterapia e ocupação terapêutica constituem apenas uma amostra, na medida em que atendem um número reduzido de beneficiados em face de uma imensa maioria desatendida. O motivo para tanto residiria justamente na admissão arbitrária e conformista de que nos doentes mentais as múltiplas necessidades humanas teriam se extinguido, à exceção do sono, da alimentação e, ocasionalmente, de ofícios rudimentares. A referência à contribuição de Bleuler, adicionada à da psicanálise de Freud, vem logo em seguida. Graças a esses atores, haveria uma demonstração: *“mesmo após longos anos de doença a inteligência pode conservar-se intacta e a sensibilidade vivíssimas. E aqui estão a prova os nossos artistas. Emygdio internado há 25 anos. Raphael doente desde os 15 anos, ambos sob o diagnóstico de esquizofrenia”* (ibid., p. 96-97).

Não somente Emygdio e Raphael serviram de provas cabais de que a afetividade – que como visto nos trechos interiores, não deixa de ser acompanhada pela inteligência e pela memória, combinando, portanto, emoção e razão, e não simplesmente optando por uma ou outra – permanece na esquizofrenia. Incluíram-se, nesse escopo, uma série de outros casos presentes na referida exposição, que ganharam forma no livro *Imagens do Inconsciente*. Cabe agora explorá-los.

Do caos, um novo mundo: o caso de Fernando

Foi sobretudo a partir da observação das relações entre os frequentadores do ateliê de pintura e seus monitores que Nise da Silveira pôde dar contornos mais nítidos à problemática do afeto catalisador. O caso de Fernando Diniz foi emblemático nesse sentido, sendo reconhecido pela própria psiquiatra como uma espécie de estopim para o tema. No segundo capítulo de *Imagens do Inconsciente*, ela conta que, certa vez, revia com esse cliente uma série de pinturas de sua autoria, as quais representavam os

interiores de uma casa. Nessa ocasião, o artista apontou para a última pintura da série, que se destacava das anteriores por conter uma interrupção brusca, dizendo: “*neste dia derramou-se um ácido na minha vida*” (Silveira, 1981, p. 68). Quando a psiquiatra perguntou o que havia acontecido, ele respondeu: “*Porque depois deste dia, durante muito tempo, Dona Elza não foi me buscar para a pintura*” (ibid.).

Fernando se referia aos trinta dias de férias em que a monitora do ateliê se ausentara. Nise diz que esse fato a impressionou profundamente, deixando-a ainda mais atenta ao relacionamento dos clientes com seus monitores. Foi essa atenção que a levou a formular, explicitamente, a noção de afeto catalisador, em que conferia à sua preocupação psicológica uma gramática da química:

“Repetidas observações demonstraram que dificilmente qualquer tratamento será eficaz se o doente não tiver a seu lado alguém que representa um ponto de apoio sobre o qual ele faça investimento afetivo (...) em qualquer oficina de terapêutica ocupacional este ponto de referência é a monitora ou o monitor (...). Costumo dizer que o monitor, num ateliê ou oficina, funciona como uma espécie de afeto catalisador. A química fala-nos de substâncias cuja presença acelera a velocidade das reações: enzimas, platina coloidal, paladium. Admite-se mesmo que reatores e catalisadores formem um complexo crítico ou um quase-composto” (ibid., p. 68-69).

Logo em seguida, surge a outra face do afeto catalisador. Seria o *afeto inibidor*, o qual se caracterizaria por impedir as reações, a exemplo químico da acetanilide. “*Entre o pessoal que tem contato com o doente: médicos, enfermeiros, monitores de terapêutica ocupacional, há também os catalisadores e os inibidores. Sem dúvida o mesmo indivíduo poderá funcionar como catalisador para uma pessoa e inibidor para outra*” (ibid.). Portanto, não era qualquer contato que ensejaria uma eficácia terapêutica.

Essa formulação continuaria presente nos desdobramentos do caso de Fernando. Na sequência, Nise conta que, quando a mãe do pintor faleceu, houve uma *regressão*, depois de um período de reaproximação com o *mundo real*. O artista mergulhou, então, no *espaço escuro*, e suas pinturas se tornam garatujas caóticas por um longo período. Os sub-rótulos de *deterioração* ou de *demenciação*, que complementavam o diagnóstico de esquizofrenia, lhe pareciam inescapáveis, tanto mais na medida que ele já tinha mais de quinze anos de internação. Na terminologia tradicional, tratar-se-ia de um *crônico* evidente.

A médica, entretanto, buscou reverter seu quadro, colocando uma nova monitora, de nome Aparecida, com a função exclusiva de permanecer a seu lado no ateliê. Explica: “A monitora não intervinha, não opinava sobre as pinturas. Apenas ficava ali, silenciosa, numa atitude de interesse e simpatia por qualquer coisa que ele fizesse, mesmo suas espessas garatujas. Um mês depois dessa experiência, Fernando começa a tirar do caos um novo mundo” (ibid. 70). Essa se tornou uma espécie de regra cabal da prática preconizada no ateliê de pintura e modelagem, sendo seguida até hoje nos domínios niseanos. Trata-se de não interferir, não ensinar, mas colocar-se em uma postura de interesse e disponibilidade em relação aos criadores.

Nise analisa as transformações da pintura de Fernando depois do contato com essa monitora. Esse período é marcado por uma *série japonesa*, na qual figuram mulheres com feições e adereços orientais, como sombrinha e leque, assim como elementos paisagísticos, como lanternas coloridas, bambus, ramos de cerejeira e montanhas nevadas. A princípio, essa temática lhe parecia estranha, mas logo se esclareceu quando soube que Fernando havia dito à monitora que ela parecia uma japonesa, por conta de seus olhos levemente rasgados: “Aparecida tem distantes semelhanças com o tipo japonês, logo apreendidas por Fernando. Distantes, mas suficientes para ajudá-lo a transpor ao outro lado do mundo, o Japão, a inacessível mulher amada que estava tão perto” (ibid., p. 72). Segundo a psiquiatra, o relacionamento com Aparecida teria levado Fernando a um contato melhor com o ambiente. Ela *catalisou* a coordenação de funções psíquicas, religando-o ao mundo externo.

Fernando Diniz foi o protagonista de um dos três filmes de Leon Hirzman, realizados na década de 1980. No material, se pode vislumbrar um rapaz alto, negro e esguio, com a arcária dental comprometida, caminhando pelos corredores brancos do hospício. Sua folha, reproduzida na película, descreve um indivíduo desligado do mundo exterior, sempre de cabeça baixa, em quase completo mutismo. Distúrbios afetivos. Diagnóstico: esquizofrenia. Totalmente diverso, entretanto, é seu engajamento no ateliê, como atesta a narração com texto de Nise da Silveira: “Eu não examinava as pinturas de Fernando sentada do gabinete. Eu o via pintar. Sua face angustiada, via o ímpeto que movia suas mãos”. O filme faz jus a esse ímpeto, citando diversas passagens ditas pelo próprio autor sobre suas obras, assim como sua própria trajetória: “Nasci na Bahia, no arrabalde Estrada da Boiada ou Aratu, não sei. Tive uma irmã clarinha,

nasceu e morreu. Mamãe mudou. Mudou para um barracão no morro. Era uma só rua”.

A série de imagens analisada parte de numerosas mandalas até chegar a pinturas naturalistas, nas quais predomina o tema da casa, seus cômodos e móveis, justificando o título da película, *Em busca do espaço cotidiano*. Descreve-se Fernando como um menino pobre, que habitava com sua mãe, modesta costureira, promíscuos sobrados de cômodos em Salvador, até ir ao Rio de Janeiro. Diz o rapaz: *“Eu não tinha nenhum brinquedo quando criança. Então sonhava todo dia com brinquedos interplanetários. O poder de sonhar com o que quiser - menos sonhar com o que é da terra”.*

Ainda de acordo com o registro fílmico de Leon Hirzman, Fernando se apaixonou pela filha da patroa da mãe, que trabalhava na casa de uma família rica em Copacabana. As meninas o evitavam porque era negro e não sabia dançar. Comia sempre na cozinha e era marginalizado pelos colegas brancos. Sua mãe dizia a ele: *“ser branco e rico é uma grande vantagem. Se você não respeitar os brancos, eu perco o emprego”.* O rapaz fez o primeiro ano do curso científico, com notas excelentes. Quando cursava o segundo ano, soube que Violeta, sua amada, havia casado. Seu comportamento, então, se tornou estranho. Abandonou os estudos, se desinteressou por tudo, ficou sem falar. Passou a andar sujo e descalço. Lutou com policiais e foi preso por desacato à autoridade. Foi enviado para o manicômio judiciário e logo, em seguida, para o Centro Psiquiátrico Nacional, onde foi tratado com insulina e eletrochoque. Passou a frequentar o ateliê em julho de 1949.

Em 1977, Fernando chegou a ser transferido para a Colônia Juliano Moreira, sem nenhuma comunicação ao MII, onde sua expressão plástica vinha sendo acompanhada. Do ponto de vista da psiquiatria tradicional, ele permanecia um crônico. Por sorte, uma professora de uma escola situada em Jacarepaguá o acolheu, permitindo a continuidade de seu trabalho. Dois anos depois, conseguiu-se seu retorno ao Engenho de Dentro, em estado grave. Mas, argumenta o roteiro, sua *chama criativa* não havia sido perdida. É possível vê-lo, ao final, pintando estrelas e tocando piano, que aprendera a tocar na casa da família rica.

Como afirmou o diretor em depoimento, Diniz foi dilacerado pela brutalidade cotidiana. Manifestava em suas pinturas o amor por uma moça de outra classe social. A rejeição o levou a submissão à mãe, levando-o a viver no inconsciente: *“É a ideia do caos, o esforço pela expressão, o retorno ao caos e de novo a luta pela criação - o mito de Deus que tenta sucessivamente fazer algo cujo resultado não lhe agrada. Hoje,*

Fernando Diniz é uma personalidade reconhecida internacionalmente" (Hirzman, 2015, p. 10).

O caso de Fernando Diniz aciona um tema presente e constante na obra de Nise da Silveira, embora, em uma primeira leitura, ofuscado pela ênfase compósita ora no universalismo, ora no mundo interno; assim como por seu abandono dos problemas marxistas. Trata-se da questão social. Mario Pedrosa sintetizou com precisão esse fato: *"Permanentemente mobilizado pelas relações interpessoais – todo objeto o atrai, toda matéria o prende, todo êxito o fascina -, Fernando sempre foi um oprimido social que no fundo nunca tomou consciência dessa opressão; os problemas sociais, de classe ou de cor estavam sempre pesando sobre ele; mas ele os foi atravessando como se os não percebesse"* (Pedrosa, 1980, p. 40).

Enquanto a maioria dos clientes de Nise da Silveira faleceu na década de 1980, Fernando resistiu, vivendo até 1999. Isto permitiu que ele se envolvesse por mais tempo nos projetos mais tardios do Mundo Nise. Em 1991, ele ganhou uma exposição no Paço Imperial, intitulada *O Universo de Fernando Diniz*. Em 1996, foi o próprio diretor, em parceria com Marcos Magalhães, do curta *Estrela de Oito Pontas*, sobre sua obra.

No canto do olho: o caso de Emygdio

Em 1947, o monitor Hernani Loback, encarregado da oficina de encadernação da STOR, trouxe do Hospital Gustavo Riedel um paciente para as atividades de pintura e modelagem. Era Emygdio de Barros. Esse ato, no entanto, prescindiu da autorização formal do psiquiatra responsável, o que fez com que a própria Nise da Silveira, a princípio, o reprimisse. A resposta do rapaz, registrada em *Imagens do Inconsciente*, foi certa: *"ele me respondeu que há vários dias vinha notando no canto do olho daquele doente o desejo de me acompanhar, quando trazia ao pátio outros internados providos de autorização médica para frequentarem a terapêutica ocupacional"* (Silveira, 1981, p. 67).

O fato comoveu a psiquiatra, que prontamente o aceitou naquele ambiente: *"A sensibilidade para captar desejos no canto dos olhos de esquizofrênicos é muito mais importante que conhecimentos técnicos. Se as duas coisas estiverem juntas evidentemente será o ideal"* (ibid.). O mesmo, porém, não se podia dizer do médico que o acompanhava: *"Seu psiquiatra disse-me que não valeria a pena encaminhá-lo para qualquer outra atividade, pois ele já estava internado há 23 anos. Um crônico muito deteriorado"* (ibid.).

A despeito de sua opinião negativa, Emygdio passou a frequentar a STOR, primeiramente na oficina de encadernação, e logo em seguida no ateliê de pintura. Essa história é retomada em *O Mundo das Imagens* em um capítulo inteiro dedicado ao pintor. Neste, Nise da Silveira conta que seu cliente nasceu em 1895, sendo o filho mais velho de dois irmãos. Sua mãe sofria de distúrbios mentais, vivendo reclusa em seu quarto. Seu pai era áspero e autoritário. A infância de Emygdio foi triste e tímida, embora já revelasse, desde então, habilidades manuais através da construção de caixas e brinquedos que surpreendiam a todos. Era bem sucedido na escola e chegou a fazer o curso profissional de torneiro mecânico. Ingressou na marinha com essa função, chegando a fazer um estágio de aperfeiçoamento na França, em 1922. Quando retornou ao Brasil, no entanto, manifestou alterações de comportamento, principalmente quando descobriu que a moça de quem gostava se casou com o irmão, com quem tinha uma relação problemática. Deixou de frequentar o emprego e passou a perambular pelas ruas, sem destino. Entrava em igrejas, ficando horas inteiras de pé, com os olhos fixos. Em junho de 1924, foi internado no Hospital da Praia Vermelha.

Como de praxe nos outros casos analisados por Nise da Silveira, faz-se prontamente menção ao prontuário médico, cujo conteúdo logo será questionado: “*o paciente protesta, muito excitado, contra a internação. Considera-se vítima de uma arbitrariedade e de perseguições. Dialoga violentamente com as vozes de suas alucinações auditivas*”. Em 1944, Emygdio foi transferido para o Engenho de Dentro, na leva que caracterizou a desativação do hospital da Praia Vermelha. Em 1947, graças ao referido monitor, passou a frequentar o ateliê. “*A fim de tentar promover expressões de afetividade nesse indivíduo tão hermético, nós lhe propusemos que experimentasse pintar*” (Silveira, 1982, p. 60), afirma Nise.

A proposta foi aceita com satisfação. Nise descreve seus gestos como lentos e delicados, ao contrário dos outros frequentadores. Detinha-se muitas vezes para retocar uma imagem, e modificava suas pinturas com frequência, só terminando-as depois de dias. Incluíam paisagens, em sua maioria ordenadas, evocando lembranças de lugares pelos quais passou: “*Toda a obra de Emygdio revela a luta do consciente contra as forças avassaladoras do inconsciente. Ora predomina a estruturação regida pelo consciente, ora a liberação de conteúdos do inconsciente, ou a mescla desses dois sistemas de percepção, onde espaço externo e espaço interno se interpenetram*” (ibid., p. 63).

Em 1950, Emygdio egressou de sua internação. Foi residir com familiares no interior de Teresópolis. Era visitado por Almir Mavignier e Mario Pedrosa, que lhe ofereciam suporte material e emocional para continuar pintando. Entretanto, com a viagem do primeiro à Europa, ocorrida um ano depois, o ex-torneiro mecânico foi perdendo o interesse pela pintura. Segundo Nise da Silveira, foi sobretudo através do contato com Almir que Emygdio pôde expandir suas capacidades. Embora tenha encontrado apoio e afeto entre seus parentes, a morte do chefe da família fez seu lar desmoronar. Emygdio foi então morar com o irmão, com quem tinha uma relação problemática. Foi reinternado em 1965. Apesar disso, teve também a oportunidade de retornar às atividades do ateliê. Em 1974, voltou mais uma vez a viver com os familiares, sendo subseqüentemente internado em um hospital geriátrico. O psicólogo Vicente Saldanha assumiu o encargo de trazê-lo duas vezes por semana ao museu, único lugar onde se dizia inspirado a pintar.

Emygdio faleceu em maio de 1985, aos 92 anos, vítima de um acidente vascular cerebral. Conclui a médica: “*Emygdio é mais um exemplo na experiência do museu que comprova a preservação da atividade criadora, apesar de longos anos de internação, em condições adversas*” (ibid., p. 75).

Ferreira Gullar, assim como Mario Pedrosa, era um ardente admirador de Emygdio. Atribuía à Nise da Silveira o mérito da descoberta de sua obra através de sua atenção aos afetos:

“Só ter resgatado do abismo da loucura a criatividade de um homem como Emygdio de Barros já consagraria Nise da Silveira como uma benemérita da humanidade. Não pretendo com isso dizer que o valor artístico é a única justificativa do método terapêutico de Nise da Silveira. Entendo, pelo contrário, que o alto valor estético da obra de Emygdio, dado como um doente crônico, com a mente deteriorada, revela-se um equívoco da psiquiatria tradicional ao mostrar que, sob a camada de incongruências e incomunicabilidade, pode estar um ser humano capaz de expressar visões do mundo e revelar-lhes sua beleza. Isso acontece a tratar-se dos doentes mentais, não com choques e mutilações, mas com afeto e cuidado extremos”
(Gullar, 1996, p. 15)

Martinica: o caso de Raphael

Raphael Domingues foi internado em 1932, aos 19 anos de idade, com o diagnóstico de esquizofrenia, forma hebefrênica. Começou a frequentar o ateliê de

pintura em 1946. Seus traços iniciais consistiam em pequenas linhas cruzadas, ampliadas em coloridos desenhos abstratos, que logo eram novamente suplantados pelo traçado de linhas. Entretanto, alguns meses depois, seus desenhos atingiram alta qualidade artística. Como foi possível tal transformação? Nise descreve esse caso em *Imagens do Inconsciente*, atribuindo o fato, mais uma vez, à presença do monitor Almir Mavignier, no qual havia encontrado *apoio afetivo*.

Como já visto, Mavignier logo deixou as atividades na STOR para ir estudar na Europa. O monitor que o substituíra, apesar de esforçado, não conseguiu atrair Raphael, que entrou em *declínio*. Seu desenho voltou a resumir-se à repetição de traços, desligando-se da realidade. Sua *pulsão criadora* parecia extinta. Nise, entretanto, se questiona: “*A escuridão era mesmo total em sua mente? Pequenos sinais, bater de pálpebras, gestos levíssimos de suas mãos permitiam supor que talvez houvesse ainda brasas vivas muito lá dentro*” (Silveira, 1981, p. 77). Foi quando em, uma segunda tentativa, a médica convidou a desenhista Martha Pires Ferreira para vir ao hospital trabalhar com Raphael.

A relação entre Martha Pires Ferreira e Raphael Domingues se encontra registrada no relato pessoal da artista, “Meu contato humano com Raphael”, publicado inicialmente na revista *Quaternio* [1975] e, em seguida, no anexo do livro *Senhora das Imagens Internas*. Diz ela: “*Para mim é muito difícil escrever sobre um relacionamento onde a mais sutil afetuosidade é essencial. As palavras são por demais precárias para tratar de coisa tão delicada como é o contato afetivo entre mim e Raphael Domingues*” (Ferreira, 2008, p. 349). Ela conta que o ponto de partida desse encontro foi um convite de Nise da Silveira para que conhecesse o ateliê de pintura e modelagem, motivado pela observação da semelhança entre seus desenhos e aqueles compostos por Raphael. Chegando aí, no ano de 1968, Martha constatou a afinidade estética que tinha com o frequentador da STOR: “*Linhas puras em traços livres*” (ibid., p. 349).

Entretanto, sua reação não se resumiu apenas à uma questão formal. Diz: “*Voltei para casa em silêncio. Não conseguia falar sobre a impressão causada. E recordo; passei alguns dias pensativa*” (ibid.). Ela afirma sentir um dor profunda e um respeito imenso pelo artista, que vivia há trinta anos internado no hospital, e não desenhava como antes há mais de dezoito:

“Raphael se protegeu no silêncio, perdeu o elã para o desenho. A realidade grosseira do mundo externo o impediu de estabelecer conceitos da vida, de se

relacionar harmoniosamente com as forças da natureza. Mal começava a dar forma a seus afetos, a desenvolver suas forças criativas no que há de mais sensível e íntimo, foi dilacerado, rompeu com a realidade externa, se fragmentou ou foi fragmentado (como as coisas se passam eu não sei, é um mistério absurdo)” (ibid., p. 350).

Em fins de 1969, Martha retornou ao hospital, e quis conhecer mais de perto o artista. Ao chegar ao ateliê, docemente, perguntou o que ele estava desenhando, mas ele permaneceu em silêncio como se sua interlocutora não existisse: *“Continuou nos seus tracinhos sem aos menos me olhar. Fiquei observando por algum tempo mais – baixinho e risonha disse para ele: esses tracinhos parecem cantos de pássaros, ti... ti... ti... Para surpresa geral, ele levantou os olhos amêndoas e repetiu: ‘canto de pássaros, e novamente mergulhou em silêncio”* (ibid.). Saiu da sala enternecida, não só com Raphael, mas com o ambiente de bem-estar que tomava conta do lugar, com seus frequentadores, animais e monitores. Em seguida, ao ouvir seus comentários, Nise da Silveira a convidou para vir regularmente ao ateliê para trabalhar especificamente com o artista. *“Viu em mim uma possível energia catalisadora das energias psíquicas desse artista”* (ibid.).

Martha afirma poder ter constatado ao vivo como Raphael é um ser humano como outro qualquer, em que subsistem os mais variados sentimentos, da dor mais profunda à ternura de um ser tranquilo. Aos poucos, através de sua companhia, foi conquistando sua confiança. Raphael passou a retribuir seus carinhos, mostrando-se sempre satisfeito com sua presença. Explica: *“Raphael é um homem nobre nos gestos, no olhar doce e meigo, nos levíssimos toques de acariciamento em meu rosto, em minha cabeça, em minhas mãos, em meus seios, por vezes, e em minhas pernas ou pés. São toques levíssimos, gratuitos e sutis”* (ibid., p. 353). A relação entre os dois foi motivo de brincadeira de uma monitora, que virou para Raphael e disse: *“Você arranjou uma namorada, hein? Como é o nome dela?”*, ao que ele respondeu, com olhar fixo e voz clara, antes de voltar para seu mundo: *“Espanholita”*.

Na continuidade de seu relato, ela descreve com encantamento o caráter do artista. Raphael rechaçava qualquer falso sentimento de afeto na aproximação, e jamais gostava de ser tratado como criança. Parecia ter uma consciência quase invisível do comportamento das pessoas, registrando e observando tudo, apesar de parecer viver desligado do mundo. Muitas vezes dizia coisas incompreensíveis, com frases soltas e

histórias irreais, como nos sonhos. Aos poucos, voltava a desenhar, algumas raras vezes por sugestão. Martha, ao sair do ateliê, fazia pequenas anotações:

“Entro na sala. Raphael me vê, caminha a meu encontro (o que é raro) e me diz: “Que bonito” – tira o meu colar do pescoço e coloca no dele. Conversa comigo frases inexplicáveis, fantasias. Gosta que eu o escute, com atenção. Põe-se a desenhar. Peço que assine o trabalho. Ele escreve: AMIGO.

Meus olhos se enchem d’água. Parece algo transcendente, algo de mágico em tudo isso .

Ao sair, falei baixinho, com a maior doçura:

- Não fique com saudades demais. Fique tranquilo, eu volto para a semana. Olhou-me com extrema sensibilidade.

Saí do hospital com o coração entre as mãos. Perplexa na beleza e precisando inventar forças para continuar um trabalho como este. Há muito de doloroso em tudo isso. 14 de julho de 1970” (ibid.).

Entre junho de 1971 e julho de 1972, Martha esteve fora do Brasil. Essa ocasião atrapalhou seu relacionamento. *“Um ano de ausência foi muito, foi demais”*. E conclui: *“Raphael é e sempre será um enigma para todos nós, mas jamais um ser que perdeu o calor humano, o afeto, a percepção da realidade grosseira que nos cerca”* (ibid., p. 352).

O caso de Raphael reparece em *O Mundo da Imagens* de forma mais extensa. Nessa obra, Nise da Silveira conta que Raphael nasceu em 1913, sendo o primogênito de família de origem espanhola e italiana. Seus pais viviam em constante desentendimento, que culminou no abandono do pai. O primeiro emprego foi como ajudante na fabricação de gaiolas de pássaros. Sentindo-se atraído pela arte desde cedo, matriculou-se no Liceu Literário Português, fazendo curso de desenho. Raphael foi, assim, um dos poucos clientes que de fato tiveram uma formação artística previamente à internação. Dedicou-se a criar modelos de gesso, trabalhando como desenhista em escritórios particulares de publicidade.

Essas atividades simultâneas, no entanto, foram demasiado pesadas. Aos quinze anos, explica a médica, apareceram os primeiros sintomas da doença: abandono do emprego; riso imotivado, que ia até a gargalhada; desorientação; perdia-se nos arredores. Fazia alusão a vultos que o seguiam e perseguiram. Lançava objetos pela janela de casa. Satisfazia suas necessidades fisiológicas no local em que se encontrasse.

Passou a entregar-se a solilóquios, usando a linguagem de maneira desconexa. Perambulava sem destino. Trocava objetos de lugar. Mantinha-se, no entanto, dócil. Em 1932, aos dezenove anos, foi internado no Hospital da Praia Vermelha. Sua folha de observação constata: “*grande dificuldade de contato, desagregação do pensamento. Desinteresse pela realidade*” (Silveira, 1992, p. 31). Necessitava de um enfermeiro para realizar suas necessidades fisiológicas. Sempre que conseguia um lápis, desenhava nas paredes, motivo pelo qual foi logo encaminhado, quando de sua transferência para o Engenho de Dentro, para a STOR.

Nise da Silveira chega a uma observação similar aos casos anteriores: “*Os desenhos de Raphael (...) revelam que uma pulsão criadora inata sobrevive, ainda que estejam presentes graves fenômenos de desintegração da personalidade*” (ibid). Com o afastamento de Almir e de Martha, no entanto, teria perdido o apoio afetivo: “*sem a ponte firme de um relacionamento afetivo, não há cura possível*” (ibid., p. 42).

Raphael faleceu em julho de 1979.

Animais: o caso de Carlos, parte II

A expressão verbal de Carlos era ininteligível. Suas palavras fluíam em abundância, frequentemente pronunciadas com veemência, mas desprovidas de ordenação em proposições de significação apreensível, sendo ainda permeadas de um grande número de neologismos. O caminho para o entendimento com Carlos fez-se por intermédio do animal. Seus terapeutas foram os cães Sultão e Sertanejo, ao passo que coube ao médico e aos monitores a posição de co-terapeutas.

Em *Imagens do Inconsciente*, em que emerge o referido caso, Nise extrai uma nota do relatório da monitora Elza Tavares, em 10 de março de 1961: “*Carlos chegando perto de um de nosso cães, o Sultão, abaixou-se e, de cócoras, falou carinhosamente e com nitidez: ‘Você é muito bonito e valente. Tens uma orelhinha cortada, isto é prova de bravura, eu também sou valente, sou nonai. E durante longo tempo acarinhou o focinho do cão. Estava decifrado um dos neologismos muito empregados por Carlos: Nonai significava valente’*”. Acompanhando o relacionamento afetivo de Carlos com Sultão, Nise constatou sua transformação. Ele, antes absorvido em seu *mundo interno*, agora cuidava da alimentação do cão, banhando-o e penteando-o. Em 16 de setembro do mesmo ano, contudo, Sultão foi morto por envenenamento. Trágico acontecimento: “*Com a perda daquele ponto de referência no mundo externo, investido de muito afeto,*

Carlos regrediu, tornou-se ainda mais inacessível. Que confiança lhe poderiam merecer os seres humanos?” (Silveira, 1981, p. 84).

Dois anos depois, Carlos ligou-se a outro cão, chamado Sertanejo. Tornaram-se amigos inseparáveis. O cão, sem coleira, acompanhava o pintor em suas caminhadas pelos arredores do hospital, e eventualmente, fora dele, como na igreja e no cemitério. Os monitores diziam a Nise que, em assunto referentes aos animais, o paciente se exprimia em frases gramaticamente construídas. Citado pela médica, o psicólogo Paulo Roberto relatava: *“Carlos continua fazendo de Sertanejo seu confidente. Disse-nos que conversa com o Sertanejo como as demais pessoas falam quando conversam no telefone”* (ibid., p. 84).

Nise, então, conta uma história que ocorreu no dia 27 de agosto de 1965. Logo ao chegar ao hospital, Carlos disse que queria dinheiro para as despesas do Sertanejo. A médica perguntou espantada quais seriam esses gastos, ao que o artista respondeu: água oxigenada, mercúrio cromo e gazetas. Sertanejo havia ferido uma de suas patas. Com o dinheiro em mãos, Carlos fez as compras na farmácia mais próxima, trouxe o troco certo do dinheiro, e com perícia fez o curativo no cão. Explica: *“Desde que existia polarização intensa de afeto dirigida pelo desejo de socorrer o amigo, tornava-se possível retomar a linguagem verbal ordinária nem que fosse por momentos. Sob a ação do afeto, os laços frouxos do pensamento apertaram-se, permitindo comunicação com a exata pessoa que poderia ajudar”* (ibid., p. 85). Mais uma vez, aqui, o afeto aparece como vetor de articulação entre razão e emoção.

Também com as plantas Carlos viria a travar relações de afeto. Nise conta que, certa vez, o surpreendeu revirando uma lata de lixo. Perguntou o que ele estava fazendo, avisando que ele estava sujando as mãos. Sua resposta foi um resmungo, irritado, de palavras inteligíveis. A médica prontamente verificou que Carlos catava sementes de laranja entre os detritos, separando-as cuidadosamente. Continuou a observá-lo silenciosamente. Então ele se voltou para ela e disse, com a mais clara nitidez, em voz alta e veemente: *“Sementes jogadas na lata do lixo! As sementes são para ser plantadas”!*

Este fato é reconhecido por outros integrantes do Mundo Nise. Segundo Leon Hirzman, *“Diante de Pertuis a Dra. Nise nem se colocava como terapeuta. Ela diz que os terapeutas de Carlos foram seus dois cães, primeiro Sultão, depois Sertanejo”* (Hirzman, 2015, p. 15). Ferreira Gullar sublinha como a relação com os animais – assim

como outros entes – se fazia presente de modo mais amplo nas práticas preconizadas por Nise da Silveira:

“Por atribuir enorme importância ao afeto no tratamento da esquizofrenia, Nise da Silveira soube valorizar as relações do doente com os demais seres vivos, além dos humanos: as plantas, os cães, os gatos. A primeira experiência nesse campo se deu com o aparecimento da cadelinha, que ela apelidou de Caralâmpia e entregou aos cuidados de um interno que se curou a ponto de tornar-se um dos monitores do STOR. Percebeu que o cão reúne qualidades que podem fazer dele um ponto de referência estável na vida do paciente. Nunca provoca frustrações, dá incondicional afeto sem nada pedir em troca, traz calor e alegria ao frio ambiente hospitalar...” (Gullar, 1996, p. 17).

Emoção de lidar

Além do Engenho de Dentro, a Casa das Palmeiras também se constituiu como território privilegiado para o desenvolvimento da noção e da prática do afeto catalisador. Isto se deu sobretudo a partir da substituição da expressão *terapêutica ocupacional*, que Nise da Silveira considerava “*pesada como um paralelepípedo*” (Gullar, 1996, p. 83), pelo termo *emoção de lidar*. A troca foi realizada a partir de um caso ocorrido com um dos frequentadores das atividades do ambiente, narrado pela médica em seu último livro, *Gatos – A Emoção de Lidar* (Silveira, 1998), amalgamando o tema dos animais com a percepção da permanência do afeto na esquizofrenia.

Nise da Silveira conta que, certo dia, um rapaz entrou na sala de atividades da Casa das Palmeiras atraído pelas qualidades latentes de um pedaço de veludo, estendido sobre a mesa da sala. “*Posso fazer com este pano um gato*”?, perguntou à monitora, Maria Abdo. A resposta foi positiva. Surpresa, mas sem intervir, deixou o cliente, Luis Carlos, manipular o material, que se converteu na forma de um gato. Enquanto fazia seu felino de veludo, ele aparentava feliz, dizendo: “*Como é macio! Sinto grande emoção de lidar com ele entre minhas mãos*”! (Silveira, 1998, p. 30).

A partir de então, o termo *emoção de lidar* encontrou seu lugar cativo, em referência à emoção provocada pelo uso dos materiais de trabalho. A médica explica: “*se seguimos a preferência do material a ser trabalhado, este poderá dizer muito sobre o estado psíquico de quem o manipula*” (ibid.). Encontra sua fundamentação, ainda no pensamento de um filósofo menos destacado em seu trabalho, mas não menos relevante: Gaston Bachelard. Diz: “*Bachelard descobriu que a imaginação criadora escolhe de*

preferência uma substância para revestir-se. Essas preferências poderão revelar segredos íntimos Daí a importância de serem atentamente conservadas. Diz Bachelard: a saúde de nosso espírito está em nossas mãos” (ibid.).

A emoção de lidar constituiu-se como mote de trabalho da Casa das Palmeiras, Completa-se, assim, o sentido do afeto catalisador a partir da referência ao mundo dos objetos, das coisas e das materialidades. Conclui: “*O ambiente que reina na casa é, por si próprio, assim pensamos, um importante agente terapêutico. A Casa das Palmeiras é um pequeno território livre, onde não há pressões geradores de angústia, nem exigências superiores às possibilidades de resposta de seus frequentadores (...)*” (ibid.).

Sintetizando esses casos, disse Nise da Silveira: “*Numa experiência de 30 anos, jamais encontrei em qualquer esquizofrênico o famoso embotamento afetivo*” (Silveira, 1981, p. 79). Ao final desse percurso, torna-se mais claro o delineamento da problemática do afeto catalisador a partir da prática niseana. Trata-se aqui do despertar de espécie de força inata, frequentemente equacionada a uma *pulsão criadora* – termo repetido diversas vezes nos trechos supracitados com algumas variações, tais como *chama criativa* –, a qual permanece operando nos estados qualificados sob o signo da doença mental. Esse diagnóstico se realiza a despeito dos registros dos prontuários, atribuídos à classificação de uma “*psiquiatria tradicional*”. O que está em jogo, portanto, é um reavivamento, da perspectiva da psiquiatria, das preocupações vitalistas em torno da existência de uma força imanente, capaz de reintegrar e regenerar, persistentes no pensamento ocidental (Sheldrake, 1988).

Nesse sentido, ao fazer suas observações, Nise da Silveira buscava provar o erro kraepeliano, em favor de uma concepção alternativa de esquizofrenia, mais próxima daquela bleuleriana. Ia, no entanto, além, na medida em que não só discordava da irreversibilidade da doença, como também negava a própria existência da “*perturbação da afetividade*” como índice patológico. Concebia, assim, os afetos como inseparáveis do pensamento, da memória e das demais faculdades.

Ademais, de acordo com Nise da Silveira, dita *pulsão criadora* só é passível de ser atualizada a partir do encontro com um outro em um espaço de liberdade. No caso em questão, trata-se de um monitor ou monitora (ou, como visto no caso de Carlos, de um animal, com especial atenção aos caninos) capaz de funcionar como ponto de apoio, catalisando os conteúdos outrora bloqueados. Esse fenômeno cumpre uma explícita

função terapêutica, desencadeando alívio e ordenação do psiquismo. A implicação disso é a criação de um procedimento de tratamento que deposita sua primazia na experiência e na presença, não muito distante daquilo que, entre os antropólogos, é preconizado na prática do trabalho de campo. Como afirma Gullar: “Nise não se trancava no gabinete a tirar ilações e fazer teorias. Ela participava do trabalho, estava sempre presente nos ateliês, nas reuniões, no convívio com os doentes”(Gullar, 1996, p. 15). Ela não era, portanto, uma *psiquiatra de gabinete*...

Finalmente, essa prática implica, ainda, em uma cosmologia específica. Embora, como qualquer outra psicologia, afinada aos princípios do individualismo (o que se reflete aqui na própria estrutura dos casos clínicos, cada qual referente a um nome específico), ao mesmo tempo concebe a vida humana dentro de uma teia relacional, isto é, de um cosmos compartilhado por outros humanos, além de animais, vegetais e materiais⁷⁴. O afeto catalisador e sua derivação, a emoção de lidar, emergem como uma espécie de elo latente capaz de conectar os seres e as matérias em um mundo entrelaçado, ensejando contornos terapêuticos no caso dos indivíduos psicologicamente desestruturados.

Em certo sentido, portanto, na psiquiatria rebelde a cura reside na própria conexão afetiva entre os entes, sejam eles um esquizofrênico, um gato de veludo, um jardim ou um cão. É sua divisão estrita que, diversamente, é equacionada à condição de enfermidade. Aqui, o regime de humanidade da psiquiatria rebelde começa a se abrir mais explicitamente na direção de um monismo vitalista, isto é, na concepção de uma natureza englobante e animada, da qual a psique, em sua complexidade, é ao mesmo tempo parte e expressão.

A problemática do afeto catalisador continua a ocupar o cerne das teorias e práticas do Mundo Nise em sua configuração atual. Este é o tema das próximas sessões.

Nas tramas do afeto

Memórias de uma esquizofrênica foi um livro assinado pela psicanalista suíça Marguerite Sechehaye em 1950. O texto trata da condição psíquica de sua paciente, conhecida sob o pseudônimo Renée, uma menina que, aos cinco anos de idade, começou a sofrer de esquizofrenia. Sua primeira parte é inteiramente escrita desde a

⁷⁴ Como propôs o próprio Louis Dumont (1985), a tensão entre holismo e individualismo, por supor explicitamente o englobamento do contrário e a preeminência da hierarquia como princípio lógico, não coloca esses termos em oposição exclusiva.

perspectiva desta, configurando uma espécie de narrativa autobiográfica, enquanto a segunda consiste no estudo de caso do ponto de vista da terapeuta. A obra acompanha as idas e vindas entre a realidade e as alucinações, assim como o relacionamento com sua terapeuta, que pouco a pouco, vai se transformando em sua própria “mamãe”.

O caso foi tema de umas das reuniões do grupo de estudos do MII. A coordenadora, encarregada de sua exposição, fez a indicação da leitura, aproximando os trabalhos de Sechehaye e de Nise. O que a psicanalista suíça fazia com o relato de sua jovem analisanda era paralelo ao modo pelo qual a psiquiatra brasileira examinava as imagens de seus clientes. Em ambos os casos, o estudo era feito por *aproximação*, e não por *distanciamento*. Ademais, as propostas dessas mulheres atualizavam de forma privilegiada as contendas entre as concepções de esquizofrenia que se delineavam na história dos saberes *psi*, consubstanciadas principalmente nas propostas de dois conjuntos de autores. Por um lado, Kraepelin e Bleuler; com clara preferência por este segundo autor, na medida em que provavam que a ruína esquizofrênica não era irreversível. Por outro, Freud e Jung; indicando também a vitória deste último, já que demonstravam a possibilidade de transferência na esquizofrenia. O esquizofrênico, dizia a apresentadora, sabe mais que nós sobre a realidade interior. Sua *inteligência* permanece intacta, apesar dos sentimentos de irrealidade e da dificuldade de externalização.

Alguns detalhes sobre o desenvolvimento da doença de Renée foram então suscitados na exposição. Cedo em sua infância, ela começou a ver luzes, sendo invadida por angústia e medo. A rua se tornava infinita, branca sob um sol brilhante. Logo foi perdendo o senso prático e sendo comandada por vozes de um suposto Sistema, que lhe estabelecia uma série de proibições, principalmente alimentares. Esses fenômenos haviam começado na sequência do suicídio de sua mãe, que acabara de descobrir a traição do pai. Foram, ainda, acompanhados pelo surgimento de uma tuberculose pulmonar. “*É uma coisa psicofísica, né?*”, alguém comentava durante a exposição.

Renée passou três meses no sanatório, sem melhoras, quando começou a análise com a Mme. Sechehaye. O apego foi grande. Aos poucos, a menina deixou de usar a primeira pessoa, passando a se referir a si mesma e à terapeuta como “mamãe e Renée”. A psicanalista não tomou esse acontecimento como mais um delírio a ser sanado ou como um sintoma a ser meramente suprimido, como seria de costume entre sua classe profissional. Pelo contrário, deixou-se levar pelas tramas do relacionamento, permitindo ser tratada como sua mãe e reconhecendo a paciente como “filha”.

Quando a jovem saiu da internação, as duas fizeram uma viagem ao litoral. Nesse período, Sechehaye, percebendo a permanente frustração de Renée com a perda da mãe real, buscou desenvolver alguma forma de intervenção. Observou que sua paciente, agora “filha”, vivia um sentimento de culpa que a paralisava completamente, a impossibilitando de comer. Entre as poucas exceções de seu regime alimentar, estava a maçã verde, que ela mesma apanhava das árvores ao entorno. Quando, em sua hospedaria, lhe ofereceram forçadamente a fruta, ela se aterrorizou, fugindo em busca da “mãe”. O motivo foi que estas últimas maçãs eram compradas, maçãs para adultos, e não *maçãs de mãe*. A terapeuta passou a levar, ela própria, as maçãs à paciente, na quantidade e no tempo que ela desejasse, percebendo que estas constituíam uma representação simbólica do seio materno. Certa vez, cortou um pedaço da fruta, colocando-a sobre seu peito, e oferecendo-a como o leite das maçãs. Renée apoiou-se sobre seu ombro e, com os olhos fechados e expressão de felicidade, comeu-o inteiro.

Foi o chamado *milagre das maçãs*. No livro, a jovem relata como este fato a trouxe finalmente de volta para a realidade, deixando-a maravilhada. Sechehaye cunhou esse método como *realização simbólica*, concebendo que, para o tratamento da esquizofrenia, não basta desencadear a lembrança de traumas infantis através da fala, como preconiza o método psicanalítico voltado para as neuroses. É preciso, diversamente, criar uma nova realidade a partir de situações específicas, essas sim capazes de liberar as potências terapêuticas a partir da psicose.

Para a apresentadora, estaria aí outra afinidade com as propostas de Nise. A psiquiatra brasileira concebe a esquizofrenia como uma irrupção descontrolada da vida inconsciente no campo da consciência. Isto não quer dizer, entretanto, que as manifestações dessa irrupção sejam, em si, patológicas, trata-se de imagens ou de narrativas. Assim como Nise olha positivamente para as criações de seus clientes, enxergando nelas a capacidade de produção de símbolos, também Sechehaye tratou de encontrar na narrativa de Renée algo mais que um simples sintoma. Estava aí uma informação fundamental a propósito de sua própria situação psíquica: o sentimento de rejeição da mãe e o desejo de regressão ao seu corpo, que ganhava forma na homologia entre a maçã e o seio. Os trabalhos dessas terapeutas provavam a importância da criação de “*laços afetivos*” para superar a imersão dos esquizofrênicos na inconsciência, que em muito se aproximava ao “*animismo do homem primitivo*”.

Gladys, no final, mostrou a edição de *Memórias de uma Esquizofrênica* que pertencia à própria Nise, depositada na biblioteca do Museu, que contava com uma dedicatória. “*À inteligente colega Nise*”, dizia.

Quando cheguei ao Museu de Imagens do Inconsciente pela primeira vez, em 2012, recebi de pronto uma advertência. Na ocasião, a coordenação da instituição me avisara que o trabalho de campo poderia ser realizado em suas dependências, com a condição de que minha presença fosse regular e de que eu deixasse claro aos clientes que estava ali apenas de passagem para a produção de um trabalho acadêmico específico. Isto porque, como me explicava a monitora, “*os clientes criam vínculo*”. Frequentar o ateliê, *criar vínculo* com algum de seus frequentadores e depois abandoná-lo poderia ter consequências negativas para suas situações psíquicas. Mais ou menos o que havia acontecido quando, anos antes, Almir ou Martha tiveram que deixar o Engenho de Dentro, por conta de suas viagens.

Não demoraria muito para entender que a noção de vínculo evocava a concepção do papel dos monitores no tratamento, que ganhava formulação, no pensamento de Nise da Silveira, no *afeto catalisador*. Entretanto, o fato de eu não ser propriamente um monitor gerava um impasse. Por um lado, participar das atividades do ateliê sem criar vínculo parecia implicar em um distanciamento demasiado para os padrões desejáveis de uma pesquisa etnográfica. Por outro, um envolvimento também exagerado poderia implicar na geração de sofrimento, na medida em que a incursão não seria permanente e terminaria, inevitavelmente, em uma partida.

Essa problemática se desenvolveu com profundidade na pesquisa anterior (Magaldi, 2014). Por ora, sublinho apenas o seu desdobramento. Foi impossível estar naquele ambiente terapêutico sem estabelecer relações afetivas com seus participantes, em sua maioria diagnosticados com esquizofrenia. Evidentemente, isto não se deu com sua totalidade, mas com alguns sujeitos específicos. Um caso exemplar foi o de Jonas, que aparece no quarto capítulo desta tese. Tratando-me sempre como *Doutor*, ele dizia adorar tratar-se comigo, pois eu o ouvia sem fazer julgamentos. Entretanto, caso eu levasse muito a sério sua proposta, seria gerado um impasse em relação à equipe terapêutica, na medida em que minha função claramente não era a de monitor nem de estagiário, assim como minha formação tampouco fornecia ferramentas para me responsabilizar por um caso clínico. Nesse sentido, tive que levar a cabo a difícil tarefa

de explicar que não era um terapeuta e que, por mais que pudesse e quisesse conversar, não estava ali para fins de tratamento, mas sim para realizar uma pesquisa. Esta postura, embora mais aceita pelos coordenadores do estabelecimento, ao mesmo tempo limitou o contato mais aprofundado com os clientes.

Foi então, nessa fase ainda inicial da pesquisa, que se despertou uma problemática fundamental em relação ao afeto catalisador. Trata-se do fato de que este, embora consista em uma relação desejável, abriga uma espécie de potência que exige algum modo de regulação. O descontrole aparece como, assim, possibilidade eminente. Se no caso de Renée e Madame Secheyay, o extrapolamento dos limites afetivos pareceu ter um final feliz, sendo recebido positivamente, minha própria experiência etnográfica levou a crer que nem sempre esta é regra, sobretudo tratando-se de um ambiente institucional.

A instituição, no entanto, tem suas frestas. Esta questão se verificou de modo ainda mais intenso no âmbito do Hotel da Loucura.

“Afete-se”. Era este o imperativo que se reproduzia, em formato *stencil*, pelas paredes do Hotel da Loucura. Mas não só nelas. Também se multiplicava nos próprios corpos, vozes e movimentos daqueles que transitavam por suas atividades. *“Doutora Nise trocou os choques e as camisas de força pelos afetos”*, dizia sempre Milton Freire durante os debates, realizados ao final das atividades de expressão. Certa vez, explicou com grande precisão: *“Outro dia saímos daqui e fomos chacoteados por um grupo de rua. Essas pessoas passam necessidade, têm que ser acolhidas também. Mas isto é o oposto do afeto catalisador, com que trabalhamos aqui. Isto é o afeto inibidor”*.

Ao longo da pesquisa empírica, repetidas vezes ouvi os participantes dessa política pública se expressarem através da gramática dos afetos. Mais do que uma linguagem, entretanto, tratava-se de uma prática, enraizada no próprio procedimento terapêutico constitutivo do lugar. Um percurso pelas memórias registradas no caderno de campo me leva de volta a situações pelas quais jamais imaginaria passar.

Certa vez, a oficina de ação expressiva recebeu a visita de um grupo de estudantes de enfermagem, enchendo-se mais do que de costume. Por volta de cinquenta pessoas lotavam a arena a céu aberto – o *chalé*. Eufóricas, se misturavam a seus participantes mais assíduos, incluindo pacientes internos e externos, assim como agentes de saúde e o médico coordenador. Muitos tiravam fotos com seus celulares, e

outros poucos permaneciam fora do círculo, olhando o movimento das fantasias à distância. Não havia roteiro. A música era alta, e a sombra das árvores não dava alívio ao calor. Por um momento, me senti no interior de um balão inflável, prestes a explodir.

Foi uma premonição certa. Para dispersar o entusiasmo, que já parecia excessivo, o médico-ator e seus companheiros decidiram finalizar a oficina através de um cortejo pelo hospital, saindo do chalé em carnaval na direção ao museu. Funcionou em parte. A maioria dos estudantes, já esgotada, permaneceu na arena. Os ânimos dos que seguiram, entretanto, seguiram nas alturas. E a música, que acompanhava os estandartes, logo deu lugar aos gritos.

Era Lis⁷⁵. Brigava com uma funcionária da instituição. Corria até o portão. “*Eu quero abrir! Eu quero sair! Eu não aguento mais! Eu sinto saudade dos meus pais!*”! E colocava as mãos na grade de ferro, com força brutal. Passagem trancada. Jaula de leão.

Lis era uma mulher negra, de origem humilde, uma das poucas que vivia na instituição. Dedicava-se, além do teatro, à poesia, sendo redatora do *Jornal ReorgaNise*, mantido por um dos coletivos artísticos do Hotel da Loucura.

A música parou imediatamente e todos dirigiram sua atenção a ela. Abrimos uma roda e pedimos sua atenção. “*Lis! Vem para a roda! Vem com a gente, chamávamos!*”. Não foi suficiente. E para piorar, Antonia, outra cliente, entrou na briga. “*Ela não tem respeito! Você para com isso!*”! Fúria versus fúria.

“*Vocês duas, parem com isso, e entrem na roda!*”, dizia o médico, ganhando concordância dos agentes de saúde e dos demais membros do grupo, eu inclusive. Não foi fácil. Mas pouco a pouco, aproximando-se de seus corpos, criamos uma espécie de abraço coletivo. “*Vamos a cantar a música Jesus Cristo?*”, propôs um cliente. E cantamos baixinho, amontoados, e de mãos dadas. “*Jesus Cristo, Jesus Cristo, Jesus Cristo eu estou aqui!*”. Nossos corpos se fundiam por um momento, unidos pelo suor das mãos que se tocavam. Redistribuição de substâncias. Lis e Antonia se silenciaram.

Passou. Voltamos ao chalé, com ambas. Não foi necessário medicá-las; no entanto, tampouco foi fácil abrandar seus sentimentos. “*Esse sofrimento é de um povo escravizado, que veio para cá, separando-se de sua família. O problema é político, da vida em uma cidade impossível. Vocês estão na frente desse prédio, fundado há mais de 60 anos pela doutora Nise. Nós fazemos parte dessa história!*”, explicava o coordenador, passada a tormenta.

⁷⁵ Nome fictício, assim como o dos outros participantes desta e das cenas subsequentes na seção.

Esse dia ficou conhecido, entre nós, como “o dia em que todo mundo surtou”. Nem por isso, no entanto, levou a crer em uma falha absoluta daquele método terapêutico que envolvia, abraçar, cantar, estar junto: afeto catalisador. “*Escuta, acolhe, o outro, a outra já vem. Escuta, acolhe, cuidar do outro faz bem*”, foi o hino com que terminamos o atividade.

Houve dias com desfechos mais felizes. Outra vez, a atividade se centrou em uma cliente idosa, negra, de semblante muito triste, que vivia em um módulo de atenção provisório no interior do hospital. A pele de seu rosto era marcada por seus muitos anos de vida institucional. Seu movimento corporal era claramente comprometido. Não ouvíamos uma palavra. Enquanto os participantes se moviam lentamente pelo chalé, ao som de Erik Satie, ela ficou ao centro da roda e ficou nos observando com olhar enigmático.

Pedimos para que ela falasse seu nome, levando um microfone próximo à sua boca. “Amélia”, disse, o que logo depois foi confirmado por uma enfermeira que passava por perto. A senhora, que até então não parecia verbalizar nada, se apresentando com um ser isolado, pediu para que entrasse na roda, que serpenteava pela arena em um fluxo espontâneo. Seguiu com todos, de mãos dadas, até o fim, quando retornou a seus aposentos na companhia de uma profissional responsável.

“*A gente vê a evolução na nossa cara*”, explicava o coordenador, ao final, fazendo menção ao referido acontecimento. Naquele dia, me dei conta de que para os participantes do HL, como para Nise da Silveira, a cura – ou a “evolução”, para resgatar temática trabalhada no capítulo anterior – residia na própria relação. Em outras palavras, a melhoria da enfermidade mental ocorria quando aqueles seres incomunicáveis – frequentemente descritos pelos participantes do grupo como “regredidos”, não para marcar sua inferioridade, mas para sublinhar seu mergulho no inconsciente – passavam a ser comunicar, seja por gestos, palavras ou pela simples presença engajada em uma atividade coletiva. Era o que dizia também um de seus cânticos, sempre entoados com louvor: “*teatro é espaço e relação*”.

A relação era também o mote de um evento realizado pelo menos uma sexta-feira a cada mês. Tratava-se do *Sarau Tropicaios*, organizado pelo coletivo artístico Norte Comum, que se dirigia a realizar ações culturais na zona norte carioca, em parceria com o Hotel da Loucura. A atividade incluía uma espécie de “palco livre”, em que qualquer pessoa pode tomar o microfone para recitar uma poesia, dançar ou cantar uma música. Como dizia sua convocatória: “*E então, eis que chega o momento de mais*

uma confraternização poética no Hotel e Spa da Loucura. Um lugar mágico, responsável por histórias marcantes de antigos e novos frequentadores. Um lugar onde no passado foram utilizados os mais perversos métodos de tratamento aos que eram diagnosticados com problemas mentais. Hoje, o Hotel da Loucura é referência no tratamento através da arte em suas mais diversas formas. Arte e afeto como cura, caminhando lado a lado, de mãos dadas”.

Todas as vezes em que fui na celebração, esta contou com uma quantidade significativa de pacientes, que dividiam o palco junto com as demais pessoas, declamando poesias ou cantando músicas. A festa, gratuita, realizada entre as 18h e as 22h, se assemelhava a qualquer outra que poderia costumar ir, contando com uma grande quantidade de jovens, em sua maioria artistas e estudantes. Talvez a única exceção fosse a proibição da venda de bebidas alcoólicas no local. Basicamente, a festa era embalada ao gosto de guaraná e coca cola.

Por outro lado, outro fenômeno menos festivo se dava no mesmo horário. É justamente por volta das 18h que acontece uma espécie de “toque de recolher” na instituição. Os pacientes externos retornam às casas de suas famílias. Já os pacientes internos devem retornar aos seus leitos ou módulos de atenção provisória junto às enfermeiras, onde permanecem reclusos. Nas enfermarias, em particular, este é o período destinado à janta, à medicação e ao repouso. Por esse motivo, poucas oficinas, muito mais pontuais – a exemplo do referido Sarau Tropicacos –, são realizadas à noite. O que se passa me foi uma vez explicado por um agente de saúde que trabalha no instituto: nesse horário, é sempre mais difícil negociar com as enfermeiras para a liberação dos pacientes; mas além disso, os próprios pacientes, já dopados sob efeito das altas doses de medicamentos antipsicóticos, demonstravam apatia e pouco interesse para participar de qualquer tipo de atividade noturna.

Certa vez, ao final de uma oficina, contrariando as regras institucionais, subimos eu e dois colegas voluntários com instrumentos musicais para as enfermarias, que se encontram isoladas nos últimos andares do edifício em que se encontrava o HL. Os sorrisos e paredes coloridas das escadas onde aconteciam as atividades expressivas vespertinas rapidamente deram lugar a um corredor branco e frio. Noite no hospital: era o “quinto andar”, que dividia seu espaço entre duas salas. À direita, os homens, e à esquerda, as mulheres, presos (como escapar dessa expressão?) através de suas respectivas portas. Quando mais nós nos aproximávamos, mais eles, os pacientes, também o faziam.

Enquanto tocávamos em uma pequena banda de violão, rabeca e flauta, eles colocavam seus braços para fora por entre as frestas estreitas do portão, como que tentando algum contato. Muitos sorriam e elogiavam a música. Uma das mulheres pediu a música “Maluco Beleza”, um clássico do compositor de rock hippie Raul Seixas, que diz algo como: “*eu vou ficar com certeza um maluco beleza*”, valorizando positivamente estes estados do ser. No entanto, a outra garota, mais jovem, retrucou: “*esta música não, por favor. Eu acabei de chegar aqui*”.

“*O que aconteceu com você*”?, perguntei atrás da porta. Ela respondeu, curta e grossa: “*surtei, né*”?. E sem dar maiores detalhes, se afastou de volta para seu quarto.

Tivemos que descer antes que as enfermeiras, que já se encontravam incomodadas com nossa presença, tomassem alguma atitude mais radical para nos remover. Não foi a primeira vez que estive aí. Outro dia, foi antes de chegar na oficina que subimos até o 5º andar para visitar a enfermaria. Novamente, o ambiente mudou, como se fosse outro mundo. As pinturas que preenchiam as paredes cessaram por completo, para dar lugar a um morno tom de azul. De dentro da sala trancada, pelas frestas, os clientes falavam com a gente: “*vocês são do teatro? Meu sonho é ir lá. Vocês são muito engraçados! Só de olhar para vocês, dá vontade de rir!*”.

No caminho, acabamos conhecendo Érika Pontes, a diretora do instituto. A situação não parecia particularmente feliz. Um dos andares, que antes pertencia ao HL, estava sendo pintado de branco. Algumas macas já haviam sido introduzidas em seu espaço. “*A pressão pelo retrocesso é grande. O problema é político, é de poder*”, disse.

Os afetos do HL também extrapolavam o Engenho de Dentro. Uma vez, a exibição do filme *Hotel da Loucura – Gênese* (um dos primeiros documentários autônomos sobre a política pública, realizado pelas jovens cineastas Mariana Campos e Raquel Beatriz) foi programada para uma manhã de quinta-feira no IPUB, instituto de psiquiatria da UFRJ, situado no *campus* da Praia Vermelha. O debate contou com a participação de Júlio Sergio Verztman, professor da instituição; Vitor Pordeus, coordenador do Hotel da Loucura; Milton Freire, ex-interno e militante da reforma psiquiátrica; e Carla, do ponto de cultura Ecoar. O curta apresentava cenas do primeiro Ocupa Nise, evento realizado em 2012 no Instituto Municipal Nise da Silveira, em cuja ocasião foi fundado o Hotel da Loucura. A plateia contou com cerca de 30 pessoas. Ao contrário do que ocorre comumente no grupo de estudos do MII ou nas oficinas do HL,

ali era claro saber quem era paciente e quem não era por conta do uso de uniformes em tons cinzentos. O filme apresentava o festival de cores e sons que caracteriza as ocupações do hospital do Engenho de Dentro, incluindo entrevistas com seus entusiasmados fundadores.

‘Eu não vejo isso que tem aí no Hotel aqui no IPUB. Por quê?’ – indagou um paciente durante o debate, ao final da exibição do documentário. De modo geral, o lugar não agradou a meus colegas, que conheci em campo e me acompanhavam durante a mostra do filme. Eles reclamaram das macas enferrujadas que se encontravam à mostra no pátio da instituição, bem como da condição precária de seus banheiros. Não que fosse muito diferente no Engenho de Dentro.

“É verdade, aqui é o lugar da psiquiatria clássica” – respondeu o professor ao paciente, em tom de ponderação. *“Mas aqui há também pessoas que pensam como o Vitor, e daqui saiu Pedro Delgado. O fato de podermos estar aqui juntos, debatendo, vendo esse filme, já demonstra um avanço”*.

“Mas por que esse modelo clássico? Isto... isto tem a ver com Descartes?”, retrucou um jovem paciente, em tom de grande curiosidade. Dessa vez, foi Vitor que respondeu. *“Esse modelo cartesiano existe há apenas 400 anos. Na Grécia, teatro e cura eram inseparáveis. Havia as artes da cura, um entendimento holista. É recente essa psiquiatria de internações e choques. Precisamos resgatar o afeto, a ancestralidade”*. O paciente, sedento por saber, não se satisfez com a resposta. *“Mas doutor, na história da filosofia, quem se opôs a Descartes?”*. Vitor respondeu na hora: *“Spinoza! Spinoza dizia: Deus, ou seja, a natureza”*! No final, Milton Freire, que já passou por internações e sessões de eletrochoque, ainda complementou as inquietações do paciente: *“Olha, pelo menos hoje vocês têm muito mais liberdade. Na minha época, psicologia era perfumaria”*.

A descrição de todas as cenas acima suscitadas só se tornou possível a partir de minha presença efetiva, como pesquisador, nas atividades desses grupos. Desde o início, minha estratégia metodológica buscou evitar o imperativo do “distanciamento” que caracteriza abordagens mais objetivistas das ciências sociais. Isto não implica, contudo, em uma “proximidade” destinada à fusão com o ponto de vista nativo ou, ainda pior, com a paralisia das minhas emoções pessoais ou subjetivas. Tratou-se, antes, de buscar estudar as relações através das relações, perspectiva que parece mais afim ao que propõe

o próprio campo de investigação. Afinal, difícil saber o que seria mais anti-niseano: estudar a psiquiatria rebelde sem me misturar aos corpos que a sustentam ou, por outro lado, investigá-la só para nutrir de distinções um individualismo narcisista.

É verdade que a configuração dessas relações se afigurara diferencialmente de acordo com as múltiplas dimensões do campo. A pesquisa no MII, por conta de seu procedimento terapêutico mais rigoroso, de sua estrutura institucional mais fixa – e, certamente, também devido à minha própria indisposição a quebrar esses atributos, da qual não guardo nenhum arrependimento – implicou necessariamente em uma entrada mais discreta. No HL, mais aberto à participação de elementos estranhos, as conexões se estabeleceram de forma mais fluida. Isto não quer dizer, contudo, que o segundo tenha sido estudado mais profundamente que o primeiro, mas sim que os efeitos de conhecimento engendrados através de cada uma dessas experiências etnográficas foram distintos, deixando entrever suas continuidades e descontinuidades. E se as últimas se referiam à abertura, as primeiras se referiam aos afetos.

Nise e a virada afetiva

A noção de afeto (do latim *affectus* ou *adfectus*) encontra no pensamento ocidental um trajeto profundo. Nas tramas filosóficas da nascente modernidade, pode ser identificada mais destacadamente na obra de Baruch de Spinoza, referência cara à obra de Nise da Silveira. Na *Ética*, particularmente em sua terceira parte, o filósofo descreve os afetos como a capacidade de aumentar ou diminuir o poder de ação de um corpo. Essa conceituação se vincula à própria concepção de Deus como Substância, eterna e imanente, a qual se afigura em múltiplos modos, de existência precária. Opõe-se explicitamente aos postulados cartesianos, como atesta o próprio autor no prefácio de “A Origem e a Natureza dos Afetos”:

“Sei, é verdade, que o muito celebrado Descartes, embora também acreditasse que a mente tem um poder absoluto sobre as ações, tentou aplicadamente, entretanto, explicar os afetos humanos por suas causas primeiras e mostrar, ao mesmo tempo, a via pela qual a mente pode ter um domínio absoluto sobre os afetos. Mas ele nada mais mostrou, em minha opinião, do que a perspicácia de sua grande inteligência...” (Spinoza, 2013, p. 161).

Recentes discussões nas ciências humanas têm conferido grande ênfase à noção de afeto, ao ponto de que se chegue a falar no surgimento de uma virada afetiva

(*affective turn*) delineada no campo intelectual anglo-saxão a partir da década de 2000. Dito fenômeno se compõe através de um atravessamento *sui generis* da teoria psicanalítica, dos estudos feministas, dos estudos culturais, da teoria ator-rede e, de modo mais amplo, do pós-estruturalismo filosófico, se manifestando de maneira heterogênea em autores não necessariamente coincidentes entre si. Caracteriza-se pela denúncia das limitações da hegemonia da ênfase discursiva, decorrente das teorias da representação e do chamado “construcionismo social”. Busca, de outro modo, atentar, sob o signo dos afetos e das afetividades, para as dimensões corpóreas, pré-conscientes e pré-individuais da experiência humana, enfatizando o “movimentos”, as “intensidades” e as “potencialidades”.

O termo ganhou concretude com a publicação de *The Affective Turn*, das sociólogas estadunidenses Patricia Clough e Jean Halley (2007), sendo subsequentemente reafirmado na coletânea *The Affect Theory Reader*, de Gregory Seigworth e Melissa Greg (2010). Foi, entretanto, precedido por uma série de trabalhos, cuja revisão completa pode ser encontrada em Lara & Dominguez (2013). Mais profundamente, se vinculou a um feixe específico de linhagens filosóficas. Entre essas, destacam-se as ontologias de Gilles Deleuze, Henri Bergson, Alfred Whitehead, Gilbert Simondon, Friedrich Nietzsche e, finalmente, o próprio Spinoza.

A virada afetiva se diferencia de outras agitações antecedentes, também destinadas ao questionamento do racionalismo discursivo nas ciências humanas e sua herança cartesiana e kantiana. São elas, entre outras, a fenomenologia, o interacionismo, a etnometodologia e a sociologia bourdieusiana, as quais, como se sabe, constituíram importantes fontes de inspiração para a antropologia do corpo, sendo consubstanciadas em noções como *embodiment* e *habitus* (Citro, 2011). Da mais recente perspectiva aqui descrita, contudo, estas linhas poderiam ser consideradas demasiado atadas a dualismos – na justa medida em que buscam trazer uma síntese ou conferir ênfases a suas polaridades, mais que subvertê-las – como corpo e alma, objetivo e subjetivo, ação e estrutura, sendo insuficientes enquanto respostas metodológicas. Essa mobilização teórica também pode se distinguir, vez por outra, dos estudos sociais das emoções (Greco & Senner, 2008). Apesar de trazer um interesse comum, ensejando um terreno de ambiguidade, não deixar de haver uma diferenciação entre afeto e emoção, o primeiro designando uma força ou intensidade latente, e não padrões de respostas culturalmente reconhecíveis e estáveis, do ponto de vista simbólico ou hermenêutico.

Trata-se aqui da tensão entre ontologia e significação cultural, na qual se inscreve a virada afetiva.

O território de difusão da virada afetiva encontra inspiração em autores tão influentes para a antropologia contemporânea como Bruno Latour e Tim Ingold através da reformulação que faz cada um desses autores sobre as problemáticas compósitas indivíduo-sociedade e natureza-cultura, consubstanciadas, respectivamente, em noções como as de rede sócio-técnica (Latour, 2005) e emaranhado (Ingold, 2011). Vê-se aqui um terreno de interseção entre aquela e a chamada *virada ontológica*, inspirada pela etnologia indígena e pelos estudos sociais da ciência e da tecnologia. Esta diz respeito ao deslocamento da fórmula “uma realidade, muitas representações” – a qual caracteriza a tensão entre o universalismo e o relativismo, linha mestra da teoria antropológica do século XX – em favor da proposição da existência de múltiplos mundos, na qual se co-movem e co-constituem corpos humanos e não-humanos. Uma publicação recente do número especial da revista *Body & Society*, intitulada “Affect” (Blackman & Couze, 2010), é exemplar dessa interseção. Nesta, é indicada uma mudança de vocabulário teórico, que se passa a dar em termos afins ao pensamento da antropologia ontológica: “*assemblage, fluido, turbulência, emergência, devir, composibilidade, relacionalidade, o maquínico, a invenção, o evento, o virtual, a temporalidade, autopoiesis, heterogeneidade e o informacional*” (p. 7).

Da perspectiva etnográfica, esse movimento pode ser entendido à luz do que propôs Jeanne Favret-Saada (2005). A autora propõe recolocar o lugar paradoxal dos afetos na experiência humana, os quais tendem a ser submetidos ora aos ditames da construção cultural, ora aos destinos do apagamento na ordem da representação. Propondo romper a herança do pensamento intelectualista – consubstanciado nas ênfases no entendimento e na problemática oposição complementar entre participação e observação – a antropóloga propõe “*reabilitar a velha sensibilidade*” (Favret Saada, 2005, p. 155) do pensamento do século XVII para a produção de conhecimento social no tempo presente. Para tanto, sugere que a experiência do pesquisador envolva um *ser afetado*, que não se submeta à compreensão, nem se confunda com uma mera empatia pensada como distância. Aproxima-se, mais bem, a uma *Einfühlung*, isto é, uma espécie de comunhão afetiva, que passe pela dimensão da instantaneidade da comunicação e das experiências das intensidades. Trata-se, portanto, de acionar a dimensão do não verbal e do involuntário, levando “*ao livre jogo de afetos desprovidos de representação*”. Como admite a autora, ao final de seu texto, essa noção não é nada nova: pelo contrário, é

"*velha como a tragédia*" (ibid., p. 161), e se aproxima também da noção de opacidade essencial do sujeito vinculada à ideia psicanalítica de inconsciente, embora ela não se interesse por sua aplicação explícita.

Há alguma afinidade eletiva entre esses desdobramentos contemporâneos das teorias sociais e a noção de afeto catalisador delineada ao longo do trabalho de Nise da Silveira, embora esta tenha originalmente partido do pensamento biomédico a propósito da esquizofrenia, reformulando-o nos termos da psiquiatria rebelde. Suas proposições monistas, poder-se-ia afirmar, encontram ecos nos intelectuais contemporâneos dedicados a pensar a problemática dos afetos através do repto das multiplicidades⁷⁶. Este fato, contudo, não a coloca como nenhuma espécie de pioneira ou mãe fundadora, na medida em que, como demonstra sua própria obra, suas noções se construam, elas próprias, a partir de um acionamento original de referências pretéritas, que iam desde a psicologia junguiana à filosofia spinozista (neste último caso, guardando explicitamente uma referência comum com a virada afetiva aqui descrita, a exemplo da leitura que Deleuze faz de Spinoza).

O que isto implica é um acontecimento disperso, mais amplo, mais antigo e mais profundo do que alguns de seus hodiernos partícipes querem fazer crer. Isto não elimina sua relevância, singularidade ou criatividade, mas os insere, para fazer menção a um termo caro à psiquiatria rebelde, em uma maré de correntes e contracorrentes, que se avolumam e se dispersam sob a forma de ideias ao longo das eras; ou, a uma expressão usada nesta investigação em termos analíticos, a uma pulsão romântica, que permanece operando nos desdobramentos do pensamento ocidental contemporâneo. Assim, se ser afetado é uma noção velha como a tragédia, como propôs Favret Saada, nada impede que seja, ao mesmo tempo, a mais fresca das novidades.

Apresenta-se, em comum, uma *teoria da relação*, que conecta e produz os sujeitos em um cosmos relacional, ou que propõe um primado das relações sobre os próprios sujeitos, em articulação complexa, não-excludente, com a visão de mundo individualista que fundamenta os saberes psicológicos⁷⁷. No caso particular da

⁷⁶ Como sublinham Viveiros de Castro e Goldman (2006), a recusa generalizada aos dualismos – a exemplo da obra de Bruno Latour – não se encerra necessariamente em um programa monista: “*vencer (não se trata de ultrapassar) o dualismo não consiste em restaurar uma unidade perdida, mas em instaurar uma certa multiplicidade*” (p. 184). Ao mesmo tempo, admitem que monismo e multiplicidade de modo algum se cancelam: “*No fundo o monismo mais radical sempre se encontra com a multiplicidade mais radical*” (ibid.). É essa afinidade – como aquela sublinhada pelos autores entre Spinoza e Nietzsche – aquela à qual se deu atenção aqui.

⁷⁷ A própria psicanálise freudiana já traz, em si, uma teoria da relação, que ganha forma mais nítida na noção de transferência (Salem, 1992). A diferença entre esta teoria e aquelas que se delineiam aqui sob o

psiquiatria rebelde, contudo, esta teoria não chega a eliminar de modo obtuso a concepção das emoções como fenômenos inerentes aos sujeitos particulares e capazes de serem lidos sob as lentes da cultura. As emoções, contudo, aparecem aí como *emoções de lidar*, implicando, para sua realização, alguma relacionalidade. Como na virada afetiva, a tensão entre as noções de afeto e de emoção se impõe nessa genealogia, sem que haja uma resolução definitiva.

Produz-se aí, em continuidade com os elementos anteriormente explorados, um regime de humanidade específico. Ao demonstrar a capacidade de afeto de seus pacientes, a médica os retirava da zona de negatividade, trazendo-os para a inteligibilidade. Engendrava-se, assim, uma noção de pessoa, não definida nos critérios iluministas de autonomia, auto-controle, responsabilidade ou cidadania, mas nos termos de uma potencialidade cuja existência depende das relações, seja com outros seres humanos, seja com animais, plantas ou materiais. Isto é, uma noção de pessoa que fazia “o humano” deslocando – diferente de eliminando – o próprio humanismo, se pensado como a aquilo que define “o homem” em diferenciação dos outros entes.

Esta direção, finalmente, se aproxima de uma espécie de animismo, outra noção que tem sido reabilitada no hodierno pensamento antropológico e filosófico, em comunhão com das agitações antecedentes (Ingold, 2013). A própria Nise da Silveira chamou a atenção para esse fato nas cartas dedicadas ao mestre luso-holandês. Afirmando que deseja se aproximar de seus ensinamentos, e os aproximando dos de Jung, ela chama a atenção para a concepção dos próprios humanos como modos derivados das afecções da substância eterna e imanente. Como propôs na Carta I, “*Ao arquétipo do Self, no seu caráter indeterminado, você teria denominado substância infinita, ou seja, Deus. Deus na acepção de Natura Naturans, energia criadora e englobante do mundo em sua totalidade*” (Silveira, 1995, p. 28). Na Carta III, entretanto, lança uma crítica à visão spinozista: “*A absurda negação da alma dos animais sempre me havia revoltado. E por que as plantas, tão evidentemente mais sensíveis para quem as saiba entender, não possuiriam alma? E por que um grão de areia ficaria excluído numa concepção unitária do mundo?*” (ibid., p. 53). Na sequência, a médica diz se assombrar com as palavras de Spinoza que, em passagens da *Ética*, chega a diferenciar os homens e os animais, lhes atribuindo não somente uma

signo dos afetos reside, em primeiro lugar, no deslocamento do primado da verbalidade, e logo em seguida, na atenção preponderante aos elementos não-humanos que entram em jogo no *setting* terapêutico.

natureza diferente, mas também conferindo aos primeiros um direito maior sobre os últimos. “*Foi dolorosa surpresa descobrir em você desinteresse pelos modos que diferissem do modo humano (...). Sua concepção da unidade do mundo, tal como eu a havia compreendido, levava-me a esperar que você abrisse ao reconhecimento e ao amor de todos os seres*” (ibid., p. 59-60).

Pode-se dizer que esta concepção é compartilhada, com maiores ou menores flutuações, entre as pessoas que se envolveram no trabalho de Nise da Silveira, assim como entre aquelas que hoje dão continuidade aos seus ensinamentos. Prova disso é que, em todos os depoimentos suscitados nesta tese, a relação da médica com os seres vivos – sobretudo caninos e vegetais, nos ambientes terapêuticos, e felinos, nos âmbitos de transmissão de conhecimento – é tratada com louvor. Esse sentimento, dir-se-ia, se estende até o presente.

Ao longo da pesquisa de campo no complexo psiquiátrico do Engenho de Dentro, não foi possível aprofundar no tema da terapia com animais, a qual parece inexistir de forma sistemática, provavelmente por questões de saúde pública. No entanto, observou-se uma relação informal com diversos cães que habitam as cercanias do instituto, e que são regularmente alimentados pelos participantes das oficinas, no caso do MII. Quanto ao HL, é necessário destacar que este tinha uma horta entre suas atividades, e possuía como um de seus princípios filosóficos, manifesto em seu congresso fundacional, um elemento bastante claro a esse respeito: “*apresentamos a vida como centralidade, biocentrismo em vez de antropocentrismo*”.

Além destas conexões explícitas, a pesquisa foi marcada por uma sensação mais sutil, segundo a qual uma parte significativa dos atores engajados nesses projetos, internos ou externos ao ambiente psiquiátrico, compartilhavam, de alguma forma, de um tipo de perspectiva sobre a continuidade entre o humano e a natureza, consubstanciada em seu estilo de vida – e em sua valoração da vida –, incluindo vestimentas, hábitos alimentares, interesses turísticos, valores políticos etc, o que ocasionalmente se estendia também para os próprios clientes. Sementes para serem plantadas. Quem discordaria?

CAPITULO 8

OS INUMERÁVEIS ESTADOS DO SER

*“Grau, teurer Freund, ist alle Theorie;
und grün des Lebens goldner Baum”*
(J. W. Goethe. *Fausto*, 1808)

Perigosos estados do ser

No livro *Artaud – A Nostalgia do Mais Mais* (Lucchesi, 1989), Nise da Silveira publicou um texto intitulado “O Homem em Busca de seu Mito”, em que descreve seu encontro com uma citação de Antonin Artaud que marcaria todo o seu trabalho. Ela diz que, há anos, folheando ao acaso antigas revistas de arte, encontrou em uma delas (*Cahiers D’Art*, 1951) um comentário do escritor e dramaturgo francês sobre uma pintura do surrealista Victor Brauner, que dizia: “*O ser tem estados inumeráveis e cada vez mais perigosos*”. Em sua leitura, Artaud se referia a certos acontecimentos terríveis que podem ocorrer na profundidade da psique, avassalando o ser inteiro.

“Descarrilamentos da direção lógica do pensar; desmembramentos e metamorfoses do corpo; perda dos limites da própria personalidade; estreitamentos angustiantes ou ampliações espantosas do espaço; caos; vazio; e muitas mais condições subjetivamente vividas que a pintura dos internados do Engenho de Dentro tornavam visíveis. Decerto aquelas imagens revelavam perigosos estados do ser. Foi assim que a expressão ficou sendo de uso corrente entre os pesquisadores do Museu de Imagens do Inconsciente do Rio de Janeiro” (Silveira, 1989, p. 9).

Na sequência do trabalho, Nise da Silveira sustenta que a psiquiatria descritiva não dispõe de definição tão exata para transmitir toda a dramaticidade das estranhas vivências da loucura, limitando-se a enumerar seus sintomas básicos ou acessórios. A partir da linha traçada por Bleuler, que, como já se sabe, se envolveu na substituição da antiga categoria demência precoce pela de esquizofrenia, teria sido lançada toda uma cada vez mais confusa série de adendos, da parte de diversas escolas psicanalíticas.

Segundo a autora, a diferença entre essas tentativas e a de Artaud é clara. Este conheceu por experiência própria aquelas vivências, conseguindo exprimi-las com uma clareza incrível. Isto a levaria a uma conclusão: “*que tais sintomas não compõem uma*

doença, uma entidade nosográfica definida, mas se manifestam como estados múltiplos de desdobramento do ser” (ibid.).

Antonin Artaud nasceu em Marselha no ano de 1886, no seio de uma família de origem turca. Sua infância foi caracterizada por uma série de problemas nervosos, então atribuídos à sífilis hereditária. Por volta de 1920, Artaud se mudou para Paris no intuito de empreender uma carreira de escritor. Alguns anos depois, se filiou ao grupo surrealista, graças a um convite de André Breton. Nesse período, já começaria a escrever textos de denúncia da instituição asilar, como é o caso da “Lettre aux Médecins Chefs des Asiles de Fous”, publicada em edição da revista *Révolution Surréaliste* [1935]. Contudo, rompeu com os surrealistas por conta de sua crítica ao projeto comunista. Na década seguinte, dedicou-se fundamentalmente a criar uma nova forma de teatro, particularmente inspirada pelo teatro balinês, em que criticava o primado da linguagem verbal e buscava a dimensão do onírico e do grotesco, intitulado *Théâtre de la Cruauté*. Entre outras peripécias, Artaud recebeu do governo francês um auxílio científico para viajar ao México. Lá, viveu no período de um ano entre os índios Tarahumara, com quem experimentou largamente o peiote, um cacto alucinógeno. Ao voltar à Europa, entretanto, passou a maior parte de seus últimos anos internado no hospital psiquiátrico de Rodez, sendo diagnosticado com esquizofrenia. Este período foi de intensa produtividade literária; os *Cahiers de Rodez*, escritos durante a internação, e *Van Gogh, le Suicidé de la Société* [1947], são exemplos de denúncia da instituição psiquiátrica então produzida. Foi na própria clínica, no entanto, que viria a falecer, no ano de 1948, por conta de uma overdose de hidrato de cloral.

A importância de Artaud para a vida e obra de Nise da Silveira não se restringiu àquele comentário encontrado por acidente. É verdade que eles nunca se conheceram pessoalmente, embora tenham sido, por algumas décadas, contemporâneos. Artaud faleceu dois anos depois da fundação do ateliê do Engenho de Dentro. Entretanto, a psiquiatra alagoana leu seus escritos e cartas, enviadas a seus médicos, como Jacques Rivière e Gaston Ferdière, posteriormente publicadas em suas *Obras Completas*, organizada pela editora Gallimard. Sobre esse material, disse a médica:

“Creio que antes de Artaud, nunca alguém conseguiu, por meio da palavra, exprimir com tanta força essas dilacerantes vivências. Pela imagem, sim, que é a direta forma de expressão dos processos inconscientes profundos, muitos fizeram, e fazem todos os dias, usando lápis e pinceis. Pela palavra, não. Pois

a linguagem verbal é por excelência o instrumento do pensamento lógico, das elaborações do raciocínio. E essas experiências, às quais Artaud dá forma por meio de palavras, passam-se a mil léguas da esfera racional” (ibid.).

A relação entre a psiquiatra alagoana e o dramaturgo francês constitui um ponto de partida interessante para uma indagação que conduz ao final desta tese. Trata-se da pergunta: o que é a loucura? Como e contra quem Nise da Silveira a definiu? Como categorizá-la e qualificá-la? E, por extensão, como essa inquietação se desdobra nas atuais dimensões do Mundo Nise? Percorrer essas perguntas é o objetivo deste capítulo. Através desse trajeto, se completa o sentido do regime de humanidade que emerge na genealogia da psiquiatria rebelde.

Loucos e normais

Em “9 Artistas do Engenho de Dentro” [1949], Nise da Silveira se pergunta se há diferença fundamental entre loucos e normais, tomando como ponto de partida o exame dos sonhos, uma vez que a experiência onírica é comum a todos os organismos humanos. Descreve-os como meio de expressão dos mais recônditos e impossíveis desejos, isto é, de tendências profundas que consistem na manifestação do inconsciente. Esses fenômenos, segundo a psiquiatra, ocorrem sempre a partir da fusão de imagens, cujas estranhas figuras só voltam ao mundo subterrâneo no momento de despertar, ao abrir dos olhos.

Nem só de sonhos trata o texto. Na sequência, Nise compara esses acontecimentos àqueles que se exprimem na loucura: Argumenta: “*Os delírios, se os estudamos atentamente, são de certo modo sonhos prologando-se pela vigília*” (Silveira [1949] 1996, p. 92). Caso similar seria o de adeptos de religiões do Oriente que, concentrados em longas meditações, conseguiriam fazer com que os pensamentos se tornassem visíveis, adquirindo forma e cor. Cientes de que essas representações são vazias, seus praticantes retomam suas ocupações diárias após suas intensas experiências. “*Se estes fenômenos se formassem numa condição permanente, seria difícil distingui-los dos sintomas psicóticos*” (ibid.). Por fim, a médica faz referência aos artistas, os quais retrata como seres extraordinários, cujos impulsos instintivos não se amoldam ao princípio da realidade. Também estes, em sua insatisfação e rebeldia, tratariam de fugir para o mundo da fantasia, onde seria possível viver os desejos mais livremente. No entanto, assim como os sonhadores e os praticantes de meditação, os artistas seriam capazes de voltar: “*E ele [o artista] retorna, trazendo-nos a dádiva de suas aventuras*

subjetivas que apresenta ora quase nuas ora complicadamente veladas (...). A atividade artística seria pois ‘caminho de volta que conduz da fantasia à realidade’ (ibid.).

A partir dos exemplos descritos por Nise da Silveira, torna-se nítido que, em seu pensamento, a experiência da loucura não é de modo algum *sui generis*, isto é, restrita àqueles sujeitos classificados como doentes mentais: “... os mais estranhos fenômenos encontrados nas doenças do espírito em nada diferem qualitativamente de mecanismos que também podem ser surpreendidos na vida psíquica normal” (ibid., p. 96). Antes, trata-se de um fenômeno comum, vislumbrado mais explicitamente nas práticas artísticas, espirituais e religiosas, mas também no cotidiano de quaisquer indivíduos durante seus descansos noturnos. O que seria específico na loucura, destarte, seria apenas o *grau* desta experiência, dado seu modo descontrolado de irrupção. A capacidade de *retornar* seria, ao fim e ao cabo, o que diferenciaria loucos e sãos. Neste sentido, quem seriam os loucos? Seriam aqueles que entram em conflito com o mundo exterior, evadindo-se para reinos imaginários, mas aí se perdendo: “*Neles, as produções da fantasia tornam-se mais vivas, mais poderosas que as coisas objetivas. Invadem a esfera da consciência com tanta força que o indivíduo já não as distingue das experiências reais. Perturbam-se assim suas relações com o meio social – passam a ser chamados loucos*” (ibid., p. 93).

Neste breve trecho, prévio à leitura que Nise da Silveira faz de Artaud, já se anuncia a teoria da loucura característica de seu projeto médico-científico. Pode-se descrevê-la através de um dualismo ontológico provisório cujos termos podem ser mais ou menos intercambiáveis, designando sempre uma *travessia* entre mundos ou estados, a qual, por si própria, nada teria de patológica.

Vigília – Sonho

Realidade – Fantasia

Mundo Externo – Mundo Interno

Consciente – Inconsciente

Razão – Loucura

A loucura, nesse sentido, residira, ao fim e ao cabo, na imobilidade no segundo termo. E é esta imobilidade que demandaria uma intervenção terapêutica. Ao longo do desenvolvimento de seu trabalho, a médica refinaria esta hipótese, aproximando-se da referida formulação de Artaud a propósito da existência de perigosos estados do ser, questionando os sistemas classificatórios da psiquiatria. Conforme, mais tarde, afirmou

em “O Que é A Casa das Palmeiras”, “*Rótulos diagnósticos são, para nós, de significação menor, e não costumamos fazer esforços para estabelecê-los de acordo com classificações clássicas. Não pensamos em termos de doenças, mas em função de indivíduos que tropeçam no caminho de volta à realidade cotidiana*” (Silveira [1986] 1996, p. 80).

Esta conceituação, não obstante, não deve levar a crer que Nise da Silveira ou seus pares tenha abandonado por completo a nosografia psiquiátrica. O termo *esquizofrenia*, ao contrário do que alguns de seus ditos e escritos parecem indicar, se lidos superficialmente, permaneceu sendo utilizado, embora ressignificado de acordo com sua própria teoria. Em *Imagens do Inconsciente*, em passagem que não consiste nenhuma exceção à regra, a psiquiatra daria claros contornos a essa combinação: “*Na Esquizofrenia, o mundo de imagens avassala o campo da consciência tendo por consequência a perda de adaptação e do contato com a realidade. A libido está investida no mundo interno, em tão larga extensão e profundidade que o sonho torna-se para estes pacientes mais real que a realidade externa*” (Silveira, 1981, p. 109). Nesse sentido, o que está em jogo aqui é a já explorada virada bleuleriana no conceito de esquizofrenia, em oposição à cronicidade assumida pela nosografia krapeliana. Mas também, e sobretudo, a proposição que autores como Jung ou Artaud deram a esse respeito.

No capítulo “Mundo Interno/Mundo Externo – Penetração no Mundo Interno” de *Imagens do Inconsciente*, Nise da Silveira afirma que “*o encontro da psiquiatra com as ciências sociais é fenômeno característico de nossa época*” (Silveira, 1981, p. 104). Parece-lhe que, de modo geral, entre os crescentes esforços em retirar a loucura do modelo médico, paira a ideia de que “*a loucura acontece entre os homens, isto é, na sociedade*” – não sendo, portanto, mero produto de lesões cerebrais, tampouco estando meramente sujeita a intervenções fisicalistas, como os tratamentos contra os quais lutou. Em sua revisão crítica, afiguram-se, primeiramente, alusões aos autores que ficaram conhecidos como antipsiquiatras. Segundo Nise da Silveira, essas pesquisas têm como característica fundamental a atenção aos temas sociais, tais quais a família e os grupos em geral. Trazem pioneiramente a ideia de que a loucura é impelida no indivíduo por conta de situações em que o mesmo se sente acochado no mundo externo. Entretanto, a psiquiatra pontua que não se deve esquecer de que, na loucura, a porta que se abre é aquela que leva ao *mundo intrapsíquico*. Nesse sentido, anuncia seus questionamentos àqueles que se contentam em estabelecer os determinantes sociais da doença mental:

“Por que o pesquisador se deterá apenas ao estudo dos acontecimentos cada vez mais agressivamente evidentes dessa nossa época tão conturbada que empurram o indivíduo para a loucura? Por que se contentará com o registro de sintomas imediatamente acessíveis, isto é, dos fenômenos de desadaptação, de dissociação, de desagregação da personalidade consciente? Por que desprezará a investigação em profundidade do obscuro mundo intrapsíquico e não tentará descobrir as riquezas daquele lado da psique que está voltado para longe de nós?” (ibid., p. 104).

O *mundo interno*, cuja investigação é alvo de sua preferência, não é sinônimo de uma psique encapsulada. Parece-lhe evidente que a hostilidade do *mundo externo*, que pode compreender uma família desagregada ou a miséria, são os pontos de partida para o desencadeamento de um processo psicótico. No entanto, é na direção da introversão que seu olhar se direciona. As duas perspectivas críticas da psiquiatria clássica – em sua lista, a antipsiquiatria e a psicologia junguiana – apresentam, assim, um caráter complementar, embora ao mesmo tempo distinto. Podem ser encadeadas de maneira etapista: em primeiro lugar, tem-se o momento que o indivíduo é aprisionado em malhas de relações sociais opressoras. A realidade externa torna-se insuportável, o que enseja no mesmo uma fuga para o mundo interno. Conforme completa a médica: *“Convém frisar que estas duas posições não se acham radicalmente afastadas, salvo para aqueles que não aceitam a existência do inconsciente”* (ibid., p. 112).

A combinação desses fatores havia sido percebida também por Artaud que, segundo Nise, sabia que a sociedade impele o indivíduo para a loucura muito antes que a antipsiquiatria defendesse esta tese. Exemplo disso foi o livro que escreveu depois de visitar uma exposição de Van Gogh em Paris, um ano depois de sua saída de internação: *Van Gogh, o Suicídio da Sociedade*: *“Segundo Artaud, Van Gogh não se suicidou, foi suicidado. O título do ensaio de Artaud sobre Van Gogh é precisamente: Van Gogh, o Suicídio da Sociedade”* (ibid.). Por outro lado, ele também conhecia as vivências intrapsíquicas, conforme atestado em outro texto, a *Carta aos Médicos Chefes dos Asilos de Loucos*, no qual teria dito: *“quantos dentre os senhores consideram o sonho do demente precoce, as imagens que o avassalam algo mais uma salada de palavras”?* (Artaud apud Silveira, ibid.).

Não obstante, é na direção de Jung que o olhar de Nise da Silveira segue. Este tampouco descartava o mundo externo, apesar de sua preferência pela penetração do

mundo interno. Sua concepção se deu sobretudo a partir de um questionamento tanto da medicina somática, que via a demência precoce em termos fisicalistas, quanto da psicanálise freudiana. Para Freud, a transferência só era possível nas neuroses, e não nas psicoses, como a esquizofrenia. Porém, em perspectiva que ganha a concordância de Nise: *“Jung afirma que a esquizofrenia poderá ser tratada e mesmo curada por meios psicológicos. Mas logo acrescenta que não usa roteiros pré-estabelecidos nem regras técnicas no seu trabalho psicoterápico”* (ibid., p. 100).

Como já explicado, foi através da terapêutica ocupacional que Nise da Silveira decidiu promover esse tratamento, embora esta não estivesse no horizonte de investigações originais junguianas. Seus casos clínicos já foram suficientemente abordados aqui. No entanto, vale a pena suscitar um exemplo conferido pela médica na mesma obra recém analisada.

Ela conta que, na intenção de atrair os doentes *“do sonho para a realidade externa”*, a monitora os conduzia, uma vez por semana, a um pequeno morro situado no terreno que circunda o hospital, descrito como um lugar de grande beleza natural. Nesse lugar, os esquizofrênicos pintavam telas figurativas, *“algumas bem próximas da realidade externa, acrescidas de contribuições subjetivas maiores ou menos”*. Carlos, quando ao ar livre, nunca reproduzia telas retratando a paisagem, se voltando totalmente para si próprio. Certa vez, contrariando a própria regra de não-intervenção, Nise pediu para que ele pintasse uma árvore, situada na proximidade. Ele concordou, reproduzindo-a fielmente. Mas, logo em seguida, começou a preencher a tela com navios. *“Carlos, onde você está vendo navios aqui neste morro?”. E ele respondeu, como se obviamente: “ora, ora, navios navegando entre estrelas”* (ibid.).

A médica se retirou em silêncio. E concluiu, ponderando sobre seu próprio trabalho: *“Na terapêutica ocupacional os monitores procuram estimular as aproximações dos esquizofrênicos com a realidade externa, mas sem forçar esses contatos de modo algum (...) não será tão simples a volta à realidade externa. É necessária a convergência de várias condições para que isso possa acontecer* (ibid., p. 110).

Nas tramas da esquizofrenia

Diversas pesquisas, já revistas no curso desta investigação, têm registrado uma transformação nos sistemas classificatórios psiquiátricos ocorrida sobretudo a partir da década de 1980, a partir da publicação do DSM III. Em contraposição ao

deslocamento da concepção fisicalista, protagonizado pela psicanálise e pela antipsiquiatria em meados do século XX, surgiu no referido período uma espécie de revolução silenciosa, destinada a uma suposta maior precisão classificatória, pretensamente ateorica, mas fundamentalmente biologizante, sobre os então chamados "transtornos mentais". Conceituações psicanalíticas, como "neurose", foram a partir de então mantidas entre parênteses ou se dissipando, dando lugar a uma super especificação, disposta a ser mais discernível, limitada e palpável. Ao mesmo tempo, se verificou a produção de novos sentidos para as chamadas doenças mentais, ensejando um terreno de ambiguidade. Como afirmam Russo e Venancio, sem perder a perspectiva crítica sobre as alterações diagnósticas: "*a extrema banalização do diagnóstico psiquiátrico, se por um lado contribui para diminuir o estigma associado à doença mental, favorece ao mesmo tempo e na mesma proporção uma penetração intensa da psiquiatria e de sua lógica no dia a dia das pessoas*" (Russo & Venancio, 2006, p. 475).

Veja-se como isto se deu no caso da esquizofrenia – e, portanto, em referência às psicoses –, tema de pesquisa específico de Venancio (1998). Segundo a autora, a extensa proliferação do jardim das espécies psiquiátricas não levou ao apagamento da categoria esquizofrenia, cuja gênese já foi abordada no capítulo anterior. Pelo contrário, esta se manteve por mais de um século. Isto não quer dizer, contudo, que seus sentidos não tenham variado. Examinando as subseqüentes publicações tanto do DSM quanto da CID-10⁷⁸, a autora observa uma continuidade com relação à tensão entre os critérios do curso e do estado da doença, manifestos na clássica contenda entre a noção krapeliana de demência precoce e da bleuleriana de esquizofrenia. Nesse sentido, observa-se, mais que um desaparecimento, uma crescente especificação das psicoses (tendo como fio norteador a imagem do *delírio*) e uma diluição das neuroses. Especificamente, a esquizofrenia permanece no título de grandes grupos diagnósticos, sendo acompanhada do qualificativo “psicótico” de acordo com o tipo de “transtorno”, e de toda uma série de classificações que adotam o sufixo “–esquizo”. Assim, passa a ser referida de forma endógena e a um conjunto de sintomas, ao mesmo tempo que acompanhada do critério

⁷⁸ A CID – Classificação Internacional das Doenças foi criada em 1900 e difundida pela Organização Mundial de Saúde, no intuito de abarcar todas as doenças, informando sua morbidade e mortalidade, ao passo que o DSM – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, pela Associação Psiquiátrica Norte-Americana (APA), a partir de 1952, abrangendo especificamente as doenças mentais, com foco em sua nomenclatura. Ambos são caracterizados por uma pressuposição universalista: o primeiro, pelo intuito de abranger a totalidade de fenômenos mórbidos e o segundo, de outro modo, por seu ímpeto de especialização e expansão. Ademais, são constantemente reordenados em prol de seu desenvolvimento e atualização, como é típico do pensamento científico moderno, não deixando de ensejar uma certa opacidade histórica.

de co-morbidade, que admite diagnósticos múltiplos. As faculdades da percepção, da vontade, da consciência de si, do comportamento psicomotor – e, de especial interesse aqui, do afeto – caras à psiquiatria clássica, permanecem como critério de afecção.

Não é função desta pesquisa analisar com profundidade as alterações dos sistemas classificatórios psiquiátricos da perspectiva de sua história canônica. Isto já foi feito em outras ocasiões com mais maestria, como no caso das pesquisas aqui citadas. Trata-se, entretanto, de suscitar essa questão para pensar quais são as gramáticas da loucura que habitam o Mundo Nise na dimensão de sua atualidade. Levando em consideração as referidas transformações da nosografia biomédica nas últimas décadas, que categorias e concepções são acionadas por aqueles que se inserem nas continuidades do projeto médico-científico de Nise da Silveira? Para responder a esta pergunta, à guisa de uma conclusão desta investigação, deve-se apostar em uma orientação etnográfica capaz de dar conta da relação entre “os loucos” e “os manuais”, isto é, entre as formas de classificação e a experiência vivencial.

Conheci Albertina no final de uma reunião do grupo de estudos do MII. Sentada a meu lado, com um semblante idoso e amável, ela me contou um pouco de sua história, depois que disse estar fazendo uma pesquisa sobre a Doutora Nise. Nessa ocasião, ela me explicou que conheceu Nise em 1974, por intermédio de seus familiares. “*Sou um amor da Nise*”, ela respondeu, quando me mostrei surpreso por tomar conhecimento de seu contato pessoal. Então, espontaneamente, me contou um sonho. Ela estava com um vestido lindo, mas que por dentro, tinha espinhos, espetando-a inteira. Tirava o vestido, e ficava toda nua. Perguntava pela psiquiatra, mas ela não respondia.

Albertina acordou triste. Mas, no mesmo dia, escutou que Lula lançaria o livro sobre Nise. Era a fotobiografia *Caminhos de uma psiquiatra rebelde*. Explicava-me, então, a diferença entre esta e sua própria obra, que à altura, era por mim desconhecida. “*O livro dele é com imagens, o meu é um texto escrito. A Gladys falou que se meu livro tivesse sido lançado na França, teria tradução em várias línguas*”.

O livro ao qual se referia era *Meu Convívio com a Esquizofrenia – Uma História Real de Descoberta* [2013] o qual foi apresentado na instituição naquele mesmo dia. Tratava-se de uma nova versão de outro escrito seu, mais antigo, intitulado *A História de Beta*, publicado em 2002 pelo Ministério da Saúde, na esteira dos logros da então recém aprovada lei da reforma psiquiátrica. “*Só me assumi esquizofrênica aos 81 anos,*

quando lancei o livro”, me explicava. “Até então era difícil enfrentar o preconceito. Foi a melhor coisa para mim”. Sem graça, respondi: “mas hoje em dia todo mundo é meio louco, né?”. E arrematou Albertina, terminando a conversa: “é verdade, tem bipolar, tem transtorno. Antes todo mundo era esquizofrênico”.

Na obra *A História de Beta* – que descreve como “uma tentativa e uma contribuição de quem passou por todo um processo psicótico rotulado de esquizofrenia” – ela descreve seu encontro com “a cientista Dra. Nise da Silveira”, cuja terapia ocupacional seria uma lição aos “consertadores de gente” que insistem em trabalhar com camisas de força, sejam químicas ou físicas: “O que quero dizer é que não basta desacorrentar o doente e deixa-lo prisioneiro de um poder médico que, na grande maioria das vezes, segue mandamentos diabólicos das multinacionais das drogas, num receitar de Haldol a seus pacientes alienados” (Rocha, 2002, p. 8).

Logo após aquela rápida conversação com Beta, comprei seu primeiro livro, no qual pude entrever sua história de forma completa em suas próprias palavras. Beta nasceu em 20 de maio de 1930, filha de um pai português e de uma mãe mineira, ambos de famílias de agricultores. O genitor, atacadista de frutas no Mercado Municipal, faleceu quando tinha apenas 9 anos. Teve seis irmãos e diz que sempre se sentiu diferente deles. Concluiu o primário aos 11 anos, mas foi desincentivada a seguir por sua mãe, que criava as filhas para o casamento. Desde cedo, enquanto morava no Encantado, começou a trabalhar como babá para a filha de um patrão de uma das irmãs, no bairro do Flamengo. O padrasto, com quem tinha uma boa relação, logo lhe arranhou um curso de corte e costura. O desejo de voltar a estudar, porém, não cessou. Conseguiu um desconto com o diretor do colégio secundário, a despeito do que chama de uma “influência castradora” de sua mãe (ibid., p. 19). Começou o científico, mas ficou doente no meio. Tentou fazer curso Normal, mas foi reprovada. Foi quando começou a namorar o garoto que seria seu marido, já quase com vinte anos. Casou logo depois, em 1955. Morando em Madureira, e depois em Copacabana, onde ele trabalhava como bancário, teve dois filhos em um momento de grande felicidade, com muitas idas à praia na companhia das crianças.

Aos 34 anos, no entanto, teve a primeira crise psicótica, que descreve como a grande virada em sua vida. O evento surpreendeu a todos que a conheciam. “Fui parar no Pínel, amarrada em camisa-de-força” (ibid., p. 22). Em suas próprias palavras, eis o que passou:

“Pensava que um coleguinha de meus filhos era um enviado para salvar o mundo. Com ele fiz um ritual estranho, colocando uma Bíblia em sua cabeça e apertando contra seu rosto até que seu nariz começou a sangrar. Não precisa dizer que a criança saiu correndo apavorada. Foi exatamente esse acontecimento que resultou em minha primeira crise. Aquele pequeno pedaço de Copacabana onde morava ficou em polvorosa. Ainda dentro do delírio de salvar o mundo, eu levei as crianças da vizinhança e as minhas próprias para uma loja de brinquedos e gastei todo o dinheiro do mês. Nunca se viu crianças tão felizes, adquirindo tudo o que quiseram, realizando todos os seus desejos. Por alguns momentos viveram uma grande fantasia naquele mundo mágico dos brinquedos” (ibid., p. 27).

Já nessa primeira crise, criou o hábito de registrar seus sentimentos por escrito. O material, porém, foi perdido, uma vez que o médico que a atendeu acreditava que aquilo não teria nexos ou importância. Na noite seguinte, Beta teve alta, ganhando a prescrição de um remédio antipsicótico para o resto de sua vida. Dez anos depois, porém, veio a segunda crise e o peso do diagnóstico: "*Teria que enfrentar o diagnóstico do grande psiquiatra: esquizofrenia paranóide. As coisas foram ficando pretas, pois era a confirmação científica do que todos os conhecidos começavam a afirmar. O jeito era eu me conformar com a doença e o rótulo*" (ibid., p. 29).

Beta passou por quatro internações subsequentes: 1969, 1977, 1978, até sua última crise em 1981, internada no Engenho de Dentro. Ela mesma começou a tomar notas desses acontecimentos no hospital e analisá-los, apesar da impregnação violenta dos remédios. Seus escritos eram seu principal apoio: "*eram marcos importantes que funcionavam como pistas ou mensagens do mundo inconsciente, verdadeiros achados arqueológicos*" (ibid., p. 30).

Foi em 1974, por conta de seu cunhado, que trabalhava como terapeuta no MII, que conheceu Nise da Silveira. Passou a frequentar o Grupo de Estudos, como ouvinte, justamente por volta do período da aposentadora da médica, que descreve como um absurdo. Seu sucessor, João Moura Mata, a convocou para ser responsável por um dos grupos, dedicado a Dionísio e Carlos Pertuis. Contra a vontade da família, permaneceu com ele como analista. Beta foi, assim, inspirada em seu contato com o saber delineado naquela instituição, construindo sua própria interpretação encadeada das crises, nas quais via repetições dos mesmos símbolos. Assim sintetiza sua experiência:

"Minha vida tem sido uma mistura de dois mundos – realidade e sonho – muito calcada numa intuição interior. É a descoberta de uma verdade ampla no mais profundo do meu ser. São mergulhos profundos, avassaladores, onde imagens afloram, muitas vezes de forma incompreensível. Daí o perseguir, desesperadamente, valores reais, na tentativa de lançar luz na obscuridade, dentro de um processo que a medicina chama psicótico" (ibid., p. 7).

Luiz Carlos Mello faz menção a Beta em sua fotobiografia. Segundo o autor, ela chegou ao ateliê na década de 1980, em plena crise psicótica. Contudo, seu tratamento teria sido bem sucedido: *“ao dar forma às suas emoções por meio das atividades expressivas, conseguiu emergir do mar do inconsciente, encontrando o caminho de volta para a realidade”* (Mello, 2015, p. 127). Ela foi, assim, recuperando seu lugar na sociedade, chegando a apresentar trabalhos no Grupo de Estudos do Museu, a participar como aluna em cursos coordenados por Nise e a realizar cursos de costura e culinária em projetos sociais. Anos depois, lançou o livro, que Mello descreve em linguagem homóloga à de Beta: *“em que narra seu mergulho no mundo interno, expõe sua crítica aos tratamentos convencionais da psiquiatria e conta o fascínio que sentiu pelos novos conhecimentos acerca da psique a que teve acesso no museu”* (ibid.).

Conhecer a história de Beta tornava clara uma certa continuidade estabelecida no Mundo Nise entre a perspectiva de seus integrantes terapeutas e a daqueles que estão na condição de “clientes”. Em seu caso, ela própria acionava o referencial teórico caro à psiquiatria rebelde, com sua atenção ao significado simbólico e arquetípico do inconsciente e às passagens entre os mundos da realidade e do sonho. Deixava entrever, ainda, uma posição em relação às classificações psiquiátricas que não lhe era exclusiva. Por um lado, criticava o rótulo de esquizofrênica, sobretudo na dimensão de seu estigma e na direção dos procedimentos terapêuticos violentos a ela dirigida. Por outro, não abandonava por completo, como é nítido no próprio título de sua obra subsequente – *Meu Convívio com a Esquizofrenia*, bem como em seu próprio depoimento pessoal, em que afirmava que *“descobrir a doença foi um alívio”*. Assim, tratava-se, sobretudo, de entender e reformular seu sentido subjacente, e não tanto de negar sua existência. A crítica ao rótulo convive, aqui, com uma certa identidade decorrente de inteligibilidade por aquele ensejada.

Beta não foi a única paciente próxima a Nise a registrar por escrito suas experiências. Outro caso marcante, e já familiar ao leitor desta tese, é o de Milton Freire, que chegou ao MII na mesma década que a autora antecedente. Entre outros

trabalhos por ele assinado, destacou-se o artigo “A Miséria do Hospital,” , publicado no mesmo livro *Artaud – A Nostalgia do Mais* que abre este capítulo. No texto, ele narra de forma denunciatória as condições dos hospitais psiquiátricos através de sua trajetória, em que a primeira internação se deu aos quinze anos de idade: “*As internações tornavam-se uma longa espera e uma agonia permanente. Em todas elas aplicavam-se série de insulinas, séries intermináveis de eletrochoques e uma quantidade exagerada de comprimidos*” (Freire, 1989, p. 36). A já referida afinidade entre o hospital e o cárcere aparece mais uma vez aqui como um fundamento da crítica às instituições e saberes psiquiátricos, assim como a crítica ao eletrochoque: “*A arquitetura dos hospitais psiquiátricos é em tudo semelhante aos presídios: grades, solitárias (os chamados quartos-fortes) e os torcedores de braço, levando os rebeldes para tomar o santo remédio: o choque elétrico*” (ibid.).

De especial relevância em sua crítica é o problema da concepção da esquizofrenia. Segundo o autor, apesar das categorizações irreduzíveis da psiquiatria, decorrentes de uma visão científica limitadíssima, e de princípios quiçá eugenísticos, houve uma transformação: “*já se propõe afirmar que a esquizofrenia não é uma ruína irreversível*” (ibid., p. 33). Essa proposição, no entanto, seria insuficiente, sobretudo para aqueles que, como ele, entraram no sistema hospitalar ainda adolescentes. O encontro entre a medicina clínica e a medicina social, ocorrido depois da Segunda Guerra Mundial, não teria superado o passado da psiquiatria tradicional, que seguiria mantendo suas instituições na condição de campos de concentração.

Sua própria trajetória, de egresso psiquiátrico, aparece como uma exceção: “*Toda minha identificação existencial com Antonin Artaud começa aqui. A possibilidade de recriar e refazer a personalidade consumiu todas as minhas energias durante muitos anos. Só a partir de uma renovação da psiquiatria, pude me reestruturar...*” (ibid., p. 36). Dita psiquiatria, atribuída a Nise da Silveira, se opunha à psiquiatria tradicional, a qual nunca teria se preocupado com os conteúdos intrapsíquicos. Nesse sentido, assim descreve sua experiência:

“Na minha primeira internação, acordava de madrugada para tentar descobrir meu verdadeiro rosto no espelho. O nariz crescia, os olhos afundavam, as faces se destacam, a boca se tornava muito feminina (...) Naquilo que eu chamava de ‘o meu sistema’, havia toda uma estratégia a longo prazo e táticas circunstanciais. Sempre brincava ou jogava com as entidades. O tratamento clínico me arruinava, porque não mobilizava essa

essência: Trovador, Marciano, Voz de Mulher e Menino. Conversava então com minha mãe. Morta quando eu tinha cinco meses. Foi minha última visão (ibid., p. 39).

Vê-se que tanto as concepções de Beta quanto as de Milton encontram ressonâncias na maneira através da qual os profissionais das instituições niseanas concebem a loucura na perspectiva de sua dimensão terapêutica, enxergando-a como um fenômeno que não deve ser simplesmente suprimido, mas que porta um sentido subjacente e que consiste no trânsito entre estados do ser.

Um exemplo marcante, que constituiu também em um dos últimos suspiros de pesquisa empírica, se deu por ocasião da mostra *Ocupação Nise*, realizada pelo Itaú Cultural entre 27 de Novembro de 2017 e 28 de janeiro de 2018 na cidade de São Paulo. Enquanto escrevia estas últimas linhas da tese, pude conferir seus módulos a partir de sua disponibilidade virtual. Um destes, intitulado “O Que é a Loucura?”, se dedica justamente a responder a pergunta sugerida no início deste capítulo, contando com depoimentos audiovisuais de funcionários do Museu de Imagens do Inconsciente, da diretora do Instituto Municipal Nise da Silveira e de colaboradores e amigos.

Veja-se alguns desses: “*O sujeito não está sempre em loucura, é um estado do ser. Muitas vezes ele tem momentos de lucidez, momentos em que passa melhor, em que consegue enfrentar melhor suas questões sociais, da vida, questões internas. Mas não é uma coisa que acontece para sempre. É possível ser revertida. E a gente como niseano, acredita, que Nise sempre dizia isso, que o terapeuta tem que acreditar na possibilidade da melhora de seu cliente*”, diz um vídeo com Gladys, que coordena o atendimento clínico do MII junto a uma equipe de monitores e estagiários de psicologia.

Um trabalho de campo prévio junto a essa equipe (Magaldi, 2014) me parece confirmar essa percepção. Enquanto acompanhei as reuniões clínicas da instituição – dedicadas à avaliação da evolução dos casos através de encontros semanais, sem a presença dos clientes, com base na observação de suas criações e trajetórias individuais – pude constatar que o uso de categorias psiquiátricas, se não totalmente ausente – era comum ouvir referências à *psicose* e aos *delírios*, assim como a sub especificações ocasionais da esquizofrenia, tais como *paranoide*, *catatônico* e *hebefrênico* – se dava mais com fins interpretativos e situacionais, isto é, para descrever “estados do ser” em casos concretos, do que no intuito de fixar diagnósticos de morbididades concretas. Havia, assim, uma interação complexa entre o ser e o estar, entre o “manual” e a “loucura”, e

não somente uma recusa do primeiro termo em favor do segundo. Nem tão cinza a teoria, para uma sempre verde árvore dourada da vida...

Outros testemunhos da referida mostra também confirmavam essa percepção. Aquele de Luiz Carlos Mello é particularmente relevante: "*A definição de loucura que mais que comoveu foi um depoimento de Octávio Ignácio, que era um frequentador do ateliê de pintura. Nada como a definição de uma pessoa que está vivendo aquilo. Dizia o sentido: a esquizofrenia consiste em uma doença em que o coração está sofrendo mais do que os outros órgãos. Então ele fica maior e estoura (...). Ronald Laing dizia que mesmos os corações partidos podem ser reconstruídos*". Lula faz menção a um caso registrado no catálogo *Os Cavalos de Octávio Ignácio*, decorrente de uma mostra realizada em 1980, o qual partia da concepção que o próprio cliente e artista tinha de esquizofrenia. Neste caso, também se via uma convivência, quando não uma coincidência, entre as expressões *esquizofrenia*, *estados do ser* e *loucura*, realizada não pelos fins exclusivos da nosografia psiquiátrica, mas de sua reformulação pela psiquiatria rebelde niseana, com sua atenção à possibilidade de cura e às próprias experiências vivenciais de seus pacientes.

Esta exibição, que se estende por um rico material imagético e videográfico prescindiu, entretanto, de depoimentos com novos projetos inspirados no trabalho da Doutora Nise, restringindo-se, como de praxe, à sua memória oficial. A este intervalo se volta agora.

Quarta-feira. Cheguei no Arpoador atrasado, um pouco depois das 17h. Sentei num banquinho na beira do mar, e, ainda hesitante, observava a roda de teatro que se abria em uma ágora, situada logo ao lado da pedra, entre a Praia de Ipanema e a Praia do Diabo. Como alguém nascido e criado no Rio de Janeiro, já conhecia bem aquele lugar, que se encontrava sob um sol escaldante e infestado de banhistas e visitantes. O que não era nada habitual era aquele pequeno grupo de pessoas fantasiadas, se mexendo para lá e para cá, ao som de cânticos e tambores. Em seu escopo, havia de tudo: jovens e velhos, homens e mulheres, com demarcação de raça também variada. Não muito distante dali, destoavam hotéis de luxo e caríssimos restaurantes. O que faziam ali? Seria um obra artística ou um ritual?

Na ocasião, já sabia que se tratava do *Teatro de DyoNises*, pois dias antes, havia visitado as atividades de ação expressiva realizadas pelo mesmo grupo no hospital do

Engenho de Dentro. Entretanto, ainda não tinha familiaridade suficiente com seus participantes, e me paralisei em um momento de timidez inicial. Este sentimento logo foi quebrado quando vi que outros transeuntes, muito mais aleatórios que eu – turistas estrangeiros, vendedores ambulantes, grupos de adolescentes e curiosos em geral – entravam na ciranda sem nenhum impedimento, embora com curto tempo de permanência. Pegavam livremente acessórios e fantasias que se dispunham em um cabideiro situado ao lado da ágora, e se juntavam ao grupo como uma gota ao oceano.

Com essa motivação, aproveitei para entrar no coletivo no momento em que se formou um círculo giratório, no qual todos se davam as mãos. O médico-ator que coordenava o acontecimento entoava o tema: “*somos um círculo, dentro de um círculo, sem início e sem fim...*”, ganhando coro dos outros membros. A roda girava, mãos atadas a mãos, por uns bons minutos, até cessar. Um tambor monótono e constante ressoava, assim como um acorde de violão. “*Este é um ritual. Nós temos que respeitar a harmonia da roda. Quando se bota alguém em cisão, a pessoa esquizofreniza. O ritual abre portas, mas temos que manter o controle*”, dizia.

Este, contudo, era apenas o aquecimento. Logo se daria lugar ao ensaio da peça Hamlet, de Shakespeare. Como se sabe, trata-se de uma peça ambientada na Dinamarca, escrita na passagem entre os séculos XVI e XVII. Em seu roteiro, o Príncipe Hamlet tenta vingar a morte de seu pai, O Rei Hamlet, assassinado por seu irmão, Claudio, que toma o trono e se casa com a Rainha. Traição, vingança, incesto, corrupção, loucura e moralidade estão entre os principais temas da obra. Diferentemente das oficinas de ação expressiva do Engenho de Dentro, que se realizavam muitas vezes sem roteiro, dando valor à espontaneidade e ao fluxo de gestos, corpos e movimentos, a atividade realizada no Arpoador trazia, portanto, uma história de fundo, embora ela nem sempre fosse seguida totalmente à risca. “*Teatro de malucos, né? Não dá para esperar roteiro*”, como me explicou uma companheira, atriz, que conheci através da pesquisa.

Ao longo do trabalho de campo, que se seguiu pelos próximos meses, foi possível perceber que alguns personagens eram fixos, e outros poderiam ser encarnados de maneira mais fortuita, incluindo mesmo mais de um indivíduo. Destacava-se o Rei Hamlet, protagonizado por um senhor negro em cadeira de rodas, considerado um sobrevivente do sistema manicomial. Ele permanecia sempre no centro da arena, funcionando como uma espécie de eixo gravitacional. Os outros atores, que eram transportados desde o Engenho de Dentro por uma *van* da prefeitura, se dispunham ao redor. Alguns participantes eram moradores de rua locais. Outros eram membros

externos, como eu, de variadas idades e formações, em geral com um perfil de classe média. A equipe permanente do teatro integrava Denise Andrade, Edmar Oliveira, Berenice Xavier e João Lima, que são atores regulares, além de artistas e ativistas dedicados a numerosas ações culturais na cidade. O médico-ator Vítor Pordeus, coordenador do Hotel da Loucura, era seu provocador, na companhia de três ou quatro agentes de saúde. Por fim, havia o público ao redor, que desaparecia com a mesma velocidade com que chegara. “*Isto aqui é macumba?*”, uma vez me perguntou uma senhora, que entrando no círculo, por acaso foi parar justo a meu lado. “É um ritual”, respondi”. “*Um ritual do bem?*” “Um ritual do bem”.

A orientação da atividade seguia tendo como pano de fundo o referencial teórico de Nise da Silveira. Embora esta nunca tenha se dedicado a investigar profundamente a obra de Shakespeare, como fez com outros autores, uma marcante passagem de seus escritos chamara a atenção do médico-ator do HL. Em *Imagens do Inconsciente*, ao tratar da leitura psicológica das psicoses preconizada por Jung, Nise afirma: “*Shakespeare já sabia que os delírios têm sentido. Aludindo aos desvairados discursos de Hamlet, Polonius diz: Desvario sim, mas tem seu método (Hamlet, ato II, cena ii). Mas naturalmente os homens de ciência nunca escutam os poetas*” (Silveira, 1981, p. 94). Esta passagem serviu de matéria prima para o *leitmotiv* do Teatro de DyoNises: “*Loucura sim, mas tem seu método*”, que era praticamente um grito de guerra, entoado por todos os seus atores com grande fervor no intervalo de cada cena.

No curso da investigação, fui buscando entender os sentidos desse mote, ao mesmo tempo que me amalgamava aos corpos e personagens que o sustentavam. Parecia residir nesta pequena sentença toda a concepção de doença mental compartilhada pelos participantes daquele coletivo, embora estes parecessem, à primeira vista, pouco afeitos ao acionamento de classificações psiquiátricas. “*Loucura sim, mas tem seu método*” pressupunha, primeiramente, uma afirmação que habilitava o desvario; seguida, entretanto, de uma ponderação, a qual incluía um procedimento. Não se tratava, portanto, de um simples elogio da loucura, tampouco de uma indiferença. Ao contrário, implicava na necessidade de certo manejo, que se dava, naquele caso, através do teatro.

“*Quem não cria, está doente*”, dizia o profético provocador da atividade, durante a atividade e depois, em seus debates coletivos. Por isso, “*a cura para a loucura é o teatro. O teatro devolve a catarse ao ator desde os primeiros rituais do homem*”

primitivo, dos cânticos gregos do Ditirambo. A experiência da psicose é a mesma da maconha, do LSD, do teatro, da poesia”, costumava explicar.

Essa concepção transplantava as teorias de Nise da Silveira a propósito das imagens para o âmbito da dramaturgia. Na comparação entre a loucura, as artes e os efeitos das drogas, Vitor Pordeus, que conhecia muito bem a obra de sua inspiradora, acionava a teoria dos inumeráveis estados do ser, segundo a qual a existência humana se baseia no trânsito entre mundos. Novamente, não tinha com isso a intenção de subscrever essas experiências de forma descompromissada, mas de assumi-las como constitutivas e de entender sua possível articulação em um processo terapêutico.

Um trecho da peça Hamlet, que se repetia com maior regularidade entre os imponderáveis e as espontaneidades da oficina, era fundamental nesse sentido. Trata-se da cena em que o Príncipe convoca um grupo de atores para encenar a morte de seu pai na frente do Rei Claudio, seu assassino. Vendo a peça, o Rei se desespera e acaba confessando o crime. Certa vez, em um dia em que a quantidade de atores era menor que o habitual, eu mesmo fui impulsionado a representar o Rei Hamlet, e tive que “morrer”, ali, naquela curiosa praia carioca-dinamarquesa... “*Você sentiu a força do personagem*”, diziam meus colegas. Não duvidava. Aquela sensação não parecia nada intencional. Era a de ter sido, de alguma forma, “tomado”...

“*Quando você vê a cena, você bota para fora...*”, me explicava uma agente de saúde cuja função era manter o toque da percussão. Mas *botar para fora*, naquele contexto, não indicava somente em uma descarga emocional. Incluía, também, uma espécie de reorganização psíquica. Este sentido se completava a partir de um dos cânticos que também eram entoados com frequência naquele teatro: “*Ajusta o gesto a palavra, ajusta a palavra ao gesto*”! Dessa forma, assim como para Nise a pintura e a modelagem tinham a função de reordenar a psique fragmentada, o teatro, para os membros daquele coletivo, possuía um efeito similar, ajustando gestos e palavras, e vice-versa. “*Nosso remédio é o teatro*”, dizia sempre uma atriz, cliente do hospital, que costumava ocupar o papel do Rei Claudio.

Não obstante, pode-se afirmar que essa concepção de eficácia terapêutica permanecia na condição de anteparo a uma perspectiva psiquiátrica biomédica. Um exemplo marcante ocorrido ao longo da investigação ocorreu quando a BBC de Londres veio fazer uma reportagem junto aos integrantes do Teatro de DyoNises. A vinda da equipe de jornalistas foi recebida com grande entusiasmo por todos, parecendo lhes dar o devido reconhecimento diante das dificuldades do cotidiano. Colocando suas câmeras

a postos em um tarde de pôr do sol no Arpoador, os profissionais buscaram captar as atividades do grupo, que naquele dia tentou manter o roteiro da peça de maneira mais rigorosa, não deixando, porém, de manter seus hinos e movimentos habituais.

“From Stratford to Rio: using Shakespeare to treat mental illness” [De Stratford ao Rio: usando Shakespeare para tratar a doença mental] foi o título da reportagem, assinada por Ben Tavener (2015), na seção BBC Health Check. *“Explorar os sentimentos através da atuação em diferentes papéis é reconhecido como sendo terapêutico para pessoas com problemas mentais. E essa teoria levou um médico a usar Shakespeare no Rio de Janeiro.”* é o conteúdo que sucede a manchete. No texto, acompanhado de um vídeo, o jornalista descreve as atividades daqueles *performers* que não faziam parte de uma companhia de teatro convencional, sendo, diversamente, pacientes do Hospital Psiquiátrico Nise da Silveira. Não deixava sublinhar suas classificações psiquiátricas: *“muitos têm diagnósticos de esquizofrenia severa e psicose crônica”*.

A reportagem apresenta, então, seu provocador, o ator e ativista de saúde mental Vitor Pordeus, que também era o médico daqueles pacientes: *“Ele acredita que as rotinas de teatro, cantos e rituais de entoação tratam seus ‘pacientes’ com problemas mentais melhor do que drogas convencionais”*, diz o texto. Na sequência, busca-se trazer a perspectiva dos ditos pacientes: *“Agora eu posso me expressar”*, diz a atriz que faz o Rei Claudio. Ainda, de forma breve, faz menção ao uso do teatro como prática terapêutica em saúde mental de forma mais ampla, no contexto internacional: *“O teatro é cura pois ele permite ir fundo na história da pessoa”*, diz a terapeuta de teatro Nadya Trytan, presidente da Associação Norte Americana de Drama Terapia (NADTA).

Entretanto, a matéria não termina por aí. Inclui ainda um ítem intitulado *“Cura ‘controversa’”* [*“Controversial ‘cure’”*]. Neste, seu autor trata de registrar as ponderações sobre a real eficácia do método de tratamento preconizado através do teatro. Nesse sentido, embora a perspectiva positiva da *“theatre therapy”* seja ecoada pelos membros do coletivo, nem sempre é o caso de outros profissionais da área médica. A referida Nadya Trytan, por exemplo, contrariamente ao que ocorre na atividade coordenada por Vitor Pordeus, afirma que o papel do médico e do *“drama therapist”* devem ser claramente distintos, na medida em que os primeiros devem ser responsáveis exclusivamente pela prescrição de medicamentos e pela assessoria ao progresso físico. Na sequência, a reportagem faz menção ao fato de que os profissionais do próprio hospital do médico-ator estariam contrários à sua prática, como ele mesmo

admitiria: "Dizem a ele que sua técnica é excessivamente estimulante e agitadora dos "pacientes"; outros dizem que sua performance entre eles não deixa clara e quebra as fronteiras da relação médico-paciente que os mesmos confiam em momentos de necessidade".

Por fim, o Dr. Leonardo Palmeira, que além de reconhecido autor de livros sobre a esquizofrenia, possui uma clínica especializada nessa doença no Rio de Janeiro, é convocado à entrevista. Com suas palavras, se encerra a matéria: "Ele não condena o trabalho de Vitor, mas tem precauções. 'Nós temos que ser razoáveis na nossa avaliação de tratamentos disponíveis: nenhuma ferramenta individual tem provas de curar a saúde mental. Os melhores resultados tem sido obtido com um mix de terapias – e o teatro e as artes são uma parte desse lado complementar de um espectro maior de terapias. Nós deveríamos lembrar que o teatro pode não ser para todo mundo'". Pergunta-se: teria similar "ponderação final" aparecido na reportagem caso esta tratasse de um psiquiatra biológico, tratando seus pacientes com medicamentos?

Com a ida de Pordeus ao Canadá, a atividade do Teatro de DyoNises continuou sendo realizada. À distância, mas com visitas regulares, começou-se a esboçar uma outra peça, com base em *Fausto*, de Goethe. Entretanto, as visitas ao Arpoador cessaram quando de sua exoneração. O teatro se transferiu, de forma autônoma, para a praça Rio Grande do Norte, no Engenho de Dentro, e para a residência de Maria José do Carmo, uma atriz voluntária no coletivo, que passou a ser conhecida como a *Nave Nise*.

Em entrevista concedida a Ferreira Gullar (1996), Nise da Silveira afirma ter ouvido em sonho, na voz de Spinoza, uma frase com a qual concordava: "A loucura é a pior forma de escravidão humana". O crítico de arte então pergunta à médica sobre outra definição de loucura que ela usava com frequência, qual seja, a de Antonin Artaud, *os inumeráveis estados do ser*. Sua resposta é positiva:

"Encontrei essa frase de Artaud num número da revista Cahiers d'Art. A frase é a seguinte: 'O ser tem estados inumeráveis e cada vez mais perigosos'. Pensei até em substituir a palavra esquizofrenia pela expressão 'os inumeráveis estados do ser', porque a psiquiatria descritiva não dispõe de descrição tão exata para transmitir a dramaticidade das estranhas vivências do esquizofrênico" (Silveira, 1996, p. 53).

Este capítulo anunciou, pelo contrário, a marcante permanência da expressão esquizofrenia e correlatas (*psicose*, ou simplesmente *loucura*) seja da parte da própria obra da médica, seja de pacientes ou terapeutas que dão continuidade a seus ensinamentos no presente século. Teria, portanto, o projeto de Nise da Silveira e de seus seguidores falhado em suas mais profundas intenções? Não parece ser o caso. Pois, tão importante quanto o uso ou não da gramática psiquiátrica, o que está em jogo nos desdobramentos aqui descritos é uma concepção *subjacente* de esquizofrenia, a qual, por sua vez, coincide plenamente com o argumento artaudiano sobre a existência de múltiplos estados do ser, mais ou menos perigosos, os quais se acessam a partir de travessias complexas entre mundos. É a esquizofrenia *enquanto* estado do ser, portanto, a que aparece nesta etnografia.

Não se descarta, portanto, a ordem das classificações, as quais podem ser de importância tanto para pacientes quanto para terapeutas, os quais as acionam, aqui e ali, para conferir sentido à experiência. Além disso, esta pesquisa constata que, se a proliferação das categorias psiquiátricas – como me dizia Beta, “*hoje todo mundo é bipolar*” – manteve plenamente a importância do campo semântico da esquizofrenia, introduzindo neste alterações mais múltiplas do que diminutivas, pode-se dizer que o mesmo ocorreu nas práticas da hodierna psiquiatria rebelde. Essa semelhança, contudo, parece ser mais da ordem de uma coincidência do que de uma determinação do primeiro fenômeno sobre o segundo, o qual parece operar, ao menos no nível da experiência, em um registro classificatório anterior ao DSM-III, mais próximo daquele acionado por Nise, expressivo de uma combinação entre categorias alienistas e psicanalíticas⁷⁹.

O Uno e o Múltiplo

A problemática dos inumeráveis estados do ser não constitui um aspecto menor na obra de Nise da Silveira. Em 1975, por ocasião de exposição dedicada ao centenário de C.G. Jung no MAM-RJ, ela proferiu uma conferência intitulada “C.G. Jung na Vanguarda de Nosso Tempo”, posteriormente republicada em *O Mundo das Imagens*, em parceria com Luiz Carlos Mello. No texto, os autores chamam a atenção para os avanços geniais que Freud teria aberto nos caminhos da psicologia profunda,

⁷⁹ Seria interessante, para avançar nessa compreensão, analisar com cautela os prontuários médicos dos atuais pacientes do hospital psiquiátrico do Engenho de Dentro. Entretanto, ao longo do trabalho de campo, foi-me informado que esse material só poderia ser acessado na sua dimensão histórica e arquivística, isto é, referente a seus internados centenários, no período anterior à chegada de Nise da Silveira. Por esse motivo, e também por conta do ímpeto de deslocar o estudo da história canônica para o âmbito da experiência, foi priorizado o modo pelo qual as pessoas cotidianamente classificam a loucura.

lamentando-se, no entanto, por seu inescapável apego às ideias filosóficas predominantes no século XIX. Segundo a concepção dessas, uma concepção do mundo deve resultar da atividade do pensamento científico, cujos resultados correspondem perfeitamente à realidade, concebida como o que existe fora e independentemente de nós. Nise e Lula perguntam-se, então: “*mas o mundo exterior, critério de verdade para Freud, será tão estável quanto parece? Haverá um nível de realidade, ou vários?*” (Silveira, 1992, p. 157).

Nesse questionamento, se condensa toda a teoria da loucura – e, um só tempo, da natureza e da humanidade – que emergiu ao longo desta genealogia da psiquiatria rebelde. Trata-se da fabulação de uma outra cosmologia, constitutiva de uma crítica do positivismo e da herança iluminista do pensamento ocidental a qual, não obstante, está longe de se encerrar em um puro irracionalismo ou defesa pelo subjetivismo. Nesse sentido, não se nega a realidade, mas se admite suas variações.

No mesmo texto, Nise e Lula se aproximam da física moderna e da subversão das leis da gravitação universal sustentadas pelos postulados newtonianos, admitindo que, desde então, a probabilidade e a incerteza passaram a fazer parte do vocabulário da ciência. Como dizia Einstein, o tempo é relativo: “*Aconteceu que estão se apagando as fronteiras entre aquilo que o século XIX chamava real e irreal, natural e sobrenatural (...) O conceito de realidade alarga-se cada dia mais e nos dá a perceber que a natureza, em as intimidade, é mais complexa e mais interligada em todas as suas partes, e mais bela do que supúnhamos*” (ibid.).

Segundo os autores, a revolução de Jung na psicologia seria homóloga a esta, realizada na física. Isto por que suas teorias, propondo a identidade entre matéria e psique, as concebem como aspectos diferentes de uma mesma coisa. Esta identidade nada se assemelharia àquela – chamada nesta tese de fisicalista – que trataria de reduzir o segundo termo ao primeiro, tão historicamente arraigada no saber psiquiátrico, a despeito de numerosas tentativas de reparação. Nesse sentido, não se defende um monismo reducionista, mas um monismo vitalista, que concebe uma solidariedade entre os entes do universo, e uma pulsão criadora imanente à vida.

A consequência disso para o entendimento das doenças mentais é evidente. Estas perdem o estatuto de erro ou de um fenômeno que escapa à ordem do inteligível, passando, diversamente, a serem inseridas no domínio afirmativo da natureza. Pois, se a loucura é um mergulho no inconsciente (ou no mundo interno, no sonho, na fantasia, nas profundezas do psiquismo...), e o inconsciente nada mais é do que um epifenômeno

de uma história humana milenar e contingente, esses elementos se encontram em continuidade e não em descontinuidade. Não se trata de um elogio da loucura nem da concepção de que não se deve clamar por intervenções, mas de sua extensão para uma *humanitas* cuja existência é marcada por variados níveis de realidade, derivados, por sua vez, de uma mesma unidade primordial.

Termina-se, por conseguinte, o regime de humanidade descrito ao longo desta genealogia. O tão falado gesto de “humanização” da loucura promovido por Nise da Silveira, que reverbera por distintas vias nos resistentes domínios da atualidade, não é senão um gesto de inserção da humanidade no cosmos, isto é, em uma *natura naturans* simultaneamente unitária e em constante transformação, nas quais a loucura e a normalidade se afiguram como múltiplos estados do ser. O que isto implica é a afirmação de que a psiquiatria rebelde, longe de manter uma postura anti-naturalista, ou mesmo puramente culturalista (ou “psicossocial”), se inscreve antes em um modo específico de naturalismo, da ordem do anti-reducionismo e do anti-mecanicismo, que pulsa e permanece nas contracorrentes do pensamento ocidental. Os caminhos da reflexão sobre o humano levam, assim, e sobretudo, a uma *natureza humana* niseana.

Ora, é justamente a opção por essa concepção de natureza aquilo que faz com que a psiquiatria rebelde se mantenha como um saber menor, contra-hegemônico. Bruno Latour (1994) demonstrou como um dos efeitos mais fundamentais do que chamou de constituição moderna – com seu projeto de repartição entre natureza e cultura, constitutivo de uma purificação das coisas – foi a invisibilização dos híbridos e, ao mesmo tempo, sua própria proliferação. Em outras palavras, é justamente por se assentar na possibilidade de objetividade absoluta e no pressuposto de universalidade – ainda que estes não se realizem por completo – que as práticas tecnocientíficas podem se reproduzir e expandir. Os manuais de psiquiatria e a indústria de medicamentos se inscrevem claramente nessa configuração.

Nise da Silveira, não obstante, trata de trair essa constituição. Ao buscar engendrar uma prática terapêutica e um modo de conhecimento destinados a mediar os termos dualistas em uma unidade possível, sem a pretensão de objetividade ou a mera opção pela subjetividade, seu trabalho se aproxima antes de uma via alternativa do naturalismo ocidental, cujas propriedades prescindem da capacidade de multiplicação presente naquele naturalismo *stricto sensu* anteriormente descrito. Latour denominou os integrantes dessa via de *antimodernos*, designando aqueles que compartilham com os

modernos o postulado de uma grande transformação em relação ao passado, mas que a enxergam como catastrófica.

Sua leitura, contudo, se revela insuficiente. Isto porque ele descreve os antimodernos como aqueles responsáveis por levantar reativamente os estandartes da subjetividade, da alma, do espírito, da emoção, das relações interpessoais, da dimensão simbólica, do calor humano, das margens e da periferia. Em suas palavras, os antimodernos seriam os maiores cúmplices dos próprios modernos: “*Quanto mais os antirreducionistas, os românticos, os espiritualistas desejam salvar os sujeitos, mais os reducionistas, os cientistas, os materialistas acreditam possuir os objetos*”. (Latour, 1996, p. 122)

É verdade que se engendrou no Ocidente uma tensão entre os modernos – comprometidos com o projeto de purificação destinado a separar a natureza e a cultura, a ciência e a política, o humano e o não-humano, as pessoas e as coisas – e o que o autor chamou de antimodernos, identificados explicitamente no trecho supracitado com os românticos. É também lícito afirmar que o programa dos primeiros não tenha se realizado por completo, operando mais através de uma invisibilização das misturas do que de sua eliminação radical. Não obstante, equacionar os últimos a uma mera cruzada pela subjetividade em detrimento da objetividade resulta em um argumento improcedente. Isto porque a persistente reação aos valores e práticas da modernidade, sobretudo aquela que ganha forma na aqui chamada pulsão romântica, não consiste somente – embora, sim, às vezes – uma opção por um dos termos do dualismo, mas também em programa monista, destinado justamente a uma recolocação daqueles a partir da relação entre a unidade e a multiplicidade das coisas. Foi a descrição desse programa monista e sua ativação no trabalho de Nise da Silveira o objetivo de todo este trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS (CARTA A NISE)

Minha cara Nise,

Como estão as coisas do Outro Lado?

Já fazem quase vinte anos que você se foi. No entanto, devo lhe avisar que suas ideias estão mais vivas do que nunca entre aqueles que permaneceram neste plano.

Acabo de escrever uma tese de doutorado sobre o seu trabalho. Chamou-me a atenção, inicialmente, o fato de que você não criou um movimento organizado, como foi o caso de muitos outros intelectuais do campo *psi*, inclusive aqueles que foram referências caras ao seu pensamento. Seus discípulos – e seria este um termo adequado? – me explicaram o motivo. Você prezava a criatividade e a liberdade. Preferia ser uma loba faminta a uma cadela encoleirada. Por esse motivo, resistiu em dar uma forma muito acabada ao que propunha, às vezes até mesmo negando patrocínio. Seu trabalho, parece-me, foi mais da ordem do experimental e do improvisado do que do planejado e estruturado. Foi uma coisa meio *rizomática*, como diriam Deleuze e Guattari. Será que você concordaria com essa afirmação?

Espero que sim, Nise. Como não pude contar com sua própria interlocução – e será que você me aceitaria? Exigente que era... –, recorri às pessoas que conviveram com você, em seu tempo de vida. Fui bem recebido por todas, algumas mais do que outras. Mas não me interessei só por essas. Doutora, você sabia que médicos mais jovens, da minha geração, estão dando novos contornos às suas sugestões? E não são poucos. Há também artistas, cineastas, biógrafos e, em menor medida – mas espero que, a partir de agora, com cada vez mais intensidade – pesquisadores universitários. Você era, em muitos sentidos, avessa à academia, mas jamais ao conhecimento. Tanto que, para esta pesquisa, tive alguns interlocutores que, como eu, fizeram mestrado e doutorado. O Lucchesi, por exemplo, foi muito simpático comigo, e as obras do Eurípedes e do Walter Melo, foram referências fundamentais.

Gostaria de lhe explicar mais ou menos o que fiz. Pois bem, dizia a você que a senhora não chegou a dar contornos muito formalizados – isto é, criou uma espécie de “bandeira” – para o seu projeto. Isto não implica que não tenha se engendrado uma trama de pessoas em torno de seus fazeres, não é mesmo? Havia algo aí, mas algo sem nome. E é sempre mais fácil tomar como objeto de estudos aquilo que já tem um nome. A “psiquiatria democrática”, de Franco Basaglia, está ali, mais ou menos pronta para ser

investigada, assim como o “budismo” de Buda, o “cristianismo” de Cristo, ou “marxismo” de Marx – para falar de três personagens que você admirava.

O que fazer no seu caso, Doutora? Falar em um “nisenismo”? Pareceu-me que esse nome seria demasiado doutrinário, na contramão de seus próprios valores. Por isso, preferi falar em um *Mundo Nise*, para designar tudo aquilo que você criou junto a seus pares. Com esse termo, busquei deslocar um peso excessivo que poderia ser dado à sua própria figura, assim como, por outro lado, a um determinismo social, que a tornaria “produto do contexto”. Não seriam estas abordagens inadequadas?

O *Mundo Nise*, no entanto, se apresentou a mim como um fenômeno ao mesmo tempo grande e antigo. Começou a se formar lá por meados do século passado, quando você encontrou Almir – sabia que ele continua vivo? E, inclusive, respondeu meus e-mails – no Engenho de Dentro. Atravessou distintas trajetórias individuais, de pessoas que se envolveram nos seus projetos. E segue vigente até hoje, no Museu de Imagens do Inconsciente, na Casa das Palmeiras, e em novas políticas públicas, assim como em toda uma extensa produção artística, cultural e bibliográfica desenvolvida sob a égide do seu nome. A tentação de dar a volta ao Mundo, como escreveu Julio Verne, é grande, Doutora. Eu corria o risco de me perder no caminho. Necessitava, então, um percurso específico, me concentrando em alguns aspectos mais do que outros.

Em primeiro lugar, busquei analisar justamente o que seria a história geológica do Mundo Nise, tratando de sua sua gênese, desenvolvimento e repercussões. Esta tarefa foi realizada na primeira parte da tese, que denominei *Admirável Mundo Nise*. Tomei como ponto de partida, então, sua própria biografia. Bernardo me disse que você não gostava de biografias, mas acredite: uma biografia escrita por um antropólogo é uma biografia diferente, pois nem a verdade, nem as ficções, o que buscamos estudar são as relações através das relações! Misturando e recompondo quase alquimicamente um punhado de materiais (entrevistas, livros, artigos, audiovisuais), tentei inscrever no papel seu tempo de vida. Este foi o capítulo um, que chamei de *Cosmogonia*, justamente porque ele designa, como nos mitos, a criação do mundo. Qualifiquei-o, em diferenciação de outros mundos possíveis, como pequeno, doméstico, presencial e pouco reproduzível, o que se explica em grande medida pelas suas próprias escolhas.

Na sequência, que chamei de *Memória e Espectrologia*, investiguei tudo o que aconteceu com os seus ensinamentos depois de seu falecimento. Para isso, frequentei o hospital psiquiátrico do Engenho de Dentro – você sabia que hoje ele se chama Instituto Municipal Nise da Silveira, em sua homenagem, Doutora? –, li livros, vi filmes, e

cheguei a visitar também, embora com menos força, a Casa das Palmeiras. Não vou mentir, e devo lhe alertar sobre as dificuldades sobre as quais estes estabelecimentos passam. Mas você sabe que a precariedade de recursos não é nenhuma novidade para o seu trabalho... De todo modo, essas incursões me deixaram como uma certeza positiva: você tem uma espécie de vida após a morte, Nise.

Depois de transitar pelo passado e pelo presente de sua obra, um ponto me chamou a atenção em particular. Foram as dificuldades pelas quais você teve que passar. Fico chocado até agora com as histórias que li e ouvi, principalmente a do envenenamento dos animais. Como relativizar essa crueldade? Por isso, escrevi um capítulo denominado *Contracorrentes*, justamente para analisar os conflitos que emergiram ao longo do seu trabalho. Não foram poucos, não é mesmo? Chamei a atenção, em particular, para algumas questões. Em primeiro lugar, busquei demonstrar como sua luta contra os métodos de tratamento que se tornavam dominantes no período de readmissão (eletrochoque, lobotomia, coma insulínico) não consistiu em uma questão puramente “científica”, mas em uma denúncia (ou renúncia?) da violência médica e hospitalar. Na sequência, sublinhei como essa luta também se relacionava a questões de gênero, de orientação política – embora você mesma tenha falado pouco disso. Por que, Doutora? – e também a propósito do trato diferencial que você dava aos pacientes psiquiátricos e aos cães e gatos que a circundavam. Vi aí um deslocamento, pois me parecia que você ameaçava os “dispositivos” ou “marcos” (perdão pelo jargão erudito, mas sei que erudição não lhe faltava) que definiam quem era reconhecido como “pessoa” e quem não. O que acha dessa hipótese? Por fim, ainda nesse capítulo, analiso as continuidades e discontinuidades entre seu projeto e o fenômeno da psicologização no Brasil, bem como os desdobramentos da reforma psiquiátrica. Você me parecia guardar um lugar bastante singular nesse contexto!

Para encerrar essa parte da tese, escrevi ainda um quarto capítulo, denominado *Escatologia* – e como você bem sabe, os mitos escatológicos são aqueles que dizem respeito ao fim do mundo. Perguntava-me, então, o que aconteceria com seus ensinamentos na dimensão de uma atualidade que cada vez mais se depara com o triunfo da psiquiatria biológica, articulada à ascensão da psicofarmacologia como dispositivo terapêutico hegemônico, amalgamando a ciência, o Estado e o mercado. Seria esse fenômeno tão fatal a ponto de eliminar de vez a importância das atividades expressivas como método de tratamento em saúde mental? Eu li que, embora sem descartar por completo, você era uma crítica severa do uso indiscriminado de

medicamentos psiquiátricos. Quis saber, então, o que pensavam as pessoas que hoje dão continuidade a seu trabalho sobre esse tema. Para isso, me concentrei principalmente em um trabalho de campo que fiz no hospital psiquiátrico do Engenho de Dentro. Foi desafiador chegar a uma conclusão, Doutora. Pois ao mesmo tempo que havia uma crítica a essa ferramenta terapêutica, muita gente – pacientes e terapeutas, em novos e velhos projetos desenvolvidos sob a égide do seu nome – me dizia que eles podem ser muito necessários. Fiquei pensando, então, se o problema não era o medicamento em si (“a coisa em si”: ecos de Kant!), mas ao que chamei de “agenciamentos”, que se envolvem com e através desses procedimentos. Esses agenciamentos, contudo, não deixam de guardar uma sombra, na medida inarredavelmente comprometidos com relações de poder. Espero sinceramente ter, com esse argumento, complexificado o debate. Concluo essa seção afirmando que o Mundo Nise não acabou, mas remodelou suas marés, entre correntes e contracorrentes.

Feito esse percurso, já tinha bastante material. No entanto, faltava abordar uma questão fundamental. Pois, se você não havia criado um movimento, tampouco havia criado um *dogma*. Mas, da mesma maneira, isto não queria dizer que não tivesse criado um conjunto de teorias, práticas e políticas, embora este estivesse mais ou menos disperso. Encontrei em um manuscrito de uma aluna sua, Martha – que me recebeu muito bem, e é alvo de minha grande admiração – um comentário no qual você dizia que se ninguém estuda sua obra, esta é um arquivo morto, e que você mesma havia pensado em um livro sobre os caminhos de uma “psiquiatria rebelde”. Encontrei aí uma charada: psiquiatria rebelde poderia ser nome do saber que havia sido criado através dos anos de seu trabalho. Nesse sentido, abri uma segunda parte da tese, intitulada *Elementos de Psiquiatria Rebelde*, na qual me dediquei a escrutinar seus principais conceitos e métodos. Esse manual não está na biblioteca das faculdades de medicina, mestra! De todo modo, te juro, não criei um manual; mas sim uma *genealogia*, bastante inspirado no que propunha Foucault (outro célebre autor que criticava a psiquiatria, embora, curiosamente, você nunca o tenha citado!).

No que já era o quinto capítulo da tese, *Imagens do Inconsciente*, analisei como você havia desenvolvido um método próprio de leitura das imagens e, ao mesmo tempo, uma prática terapêutica e de colecionamento. Para tanto, além de ler seus trabalhos e de fazer uma investigação histórica sobre as relações entre arte e psiquiatria, fui a várias exposições com as obras dos seus *camafeus* – e também com a de novos artistas do Engenho de Dentro, que você não pôde conhecer. Com isso, tentei entender que formas

narrativas sobre a relação entre arte e loucura estão sendo construídas na atualidade. Reparei que, atualmente, há um esforço para expôr as obras dos seus clientes sem o rótulo da esquizofrenia, assim como para conferir maior ênfase a voz de seus criadores. Não se zangue com essa observação, Nise, nem tome a crítica para o lado pessoal (e lembro agora como você fazia o mesmo pedido nas suas *Cartas a Spinoza*, quando criticava o lugar ainda des-animado conferido pelo filósofo luso-holandês aos animais). Trata-se de um questionamento comum nos dias de hoje, que, a propósito, não são nada favoráveis para quem luta por reparar as hierarquias de representação.

O sexto capítulo trata de um grande enigma para mim. Chamei-o de *Arqueologia da Psique*, com base na leitura do seu próprio trabalho. Neste, tentei mostrar como a teoria junguiana dos arquétipos e do inconsciente coletivo foi importante para a sua obra, assim como para seus desdobramentos contemporâneos. Para realizar essa tarefa, pude contar com a cooperação de Lula, que me deu acesso às publicações da fascinante *Quaternio*, revista do grupo de estudos que você mantinha. Nise, eu sou antropólogo e, na antropologia, essa teoria nunca ganhou grande repercussão. O famoso Lévi-Strauss, considerado o pai fundador da antropologia estrutural, rechaçou as hipóteses de Jung sobre a existência do que chamava de “imagens herdadas” a nível psíquico. Ainda pior, Lévy-Bruhl, a quem Jung idolatrava, foi por algum tempo demonizado na minha disciplina. No entanto, temo que essa crítica tenha se estabelecido de um modo apressado e, por isso, busquei dar um tratamento mais justo em minha análise. Entendi que, a partir dela, você construía um regime de humanidade que passava a integrar plenamente a loucura, conjuntamente com os sentidos do primitivo, do onírico, do mítico e do infantil. Realizava-se aí um universalismo que deslocava o evolucionismo, buscando uma síntese entre o geral e o particular através da razão dedutiva.

O sétimo capítulo, em contraste com o anterior, trata de um tema absolutamente corrente na antropologia: os afetos. Por isso, o intitulei *O Afeto Catalisador*. Nise, hoje em dia todos falam de afetos: afetos em instituições, afetos no Estado, afetos como a ontologia do corpo, às vezes diferenciando-os das “emoções”. Você já falava disso há bastante tempo, não é verdade? Mas, antes mesmo de você, também já se falava de afetos. Jung e Spinoza falavam de afetos o tempo todo, bem como, na psiquiatria, Bleuler e Krapelin. A própria noção de afetos vem do latim, *affectus*. Haveria uma continuidade entre todos esses desdobramentos? Ora, eu acredito que sim. Mas, mais do que somente demonstrar essa continuidade, busquei entender os usos e significados do afeto em sua própria prática terapêutica, tentando mostrar como se construíram através

de seus casos clínicos particulares e como seguem existindo nos dias de hoje. Não sei se você sabe, mas entre 2012 e 2016, existiu uma ocupação artística chamada Hotel da Loucura – na verdade, uma política pública municipal – no mesmo hospital em que você trabalhou, em que sua teoria dos afetos era a inspiração fundamental. Por motivos controversos, essa política chegou ao fim – seu coordenador, o médico-ator Vitor Pordeus, hoje está escrevendo sobre você em um importante doutorado no Canadá – mas nada em pede que venha a renascer. Neste capítulo, tento entender, através do campo semântico dos afetos, como você construía uma teoria das relações, que se realizava a partir do registro do humano, estendendo-se a animais, vegetais e materiais.

Last but not least, um último enigma: o que, para você, era a loucura? Como defini-la? Encontrei em sua menção a Antonin Artaud a ponta do fio de Ariadne de um vasto labirinto. Tratava-se da noção de estados do ser, e por isso o capítulo se chama *Os Inumeráveis Estados do Ser*. Doutora, desde que você faleceu, os diagnósticos psiquiátricos continuam se estendendo. Como dizem duas grandes professoras minhas, inspiradas em Borges: querem fazer um mapa do tamanho do Império, isto é, um mapa inútil como mapa. Paradoxalmente, a esquizofrenia – categoria importante para seu pensamento – permanece vigente, embora com algumas alterações. O “embotamento afetivo”, presente nas classificações de seu tempo, continua operando como índice sintomatológico. Nas práticas cotidianas, as pessoas que seguem sua proposta terapêutica também continuam acionando esse termo, mas sempre comprometidas com sua concepção da loucura como travessia entre mundos. E foi você, Nise, que através da pintura e da modelagem, encontrou uma ferramenta segura para realizar essa travessia, que é vista como perigosa mesmo pelos xamãs ameríndios.

É isto, Nise. Daqui, do mundo dos vivos – e uma pesquisa também é uma travessia entre mundos – tentei chegar a alguma consideração inédita sobre suas teorias. Aqui, literalmente, defendo uma tese, o que não a imuniza de muitas críticas possíveis. Argumento que a genealogia da psiquiatria rebelde se deu sobretudo na reivindicação de um *monismo vitalista*, isto é, em uma concepção de uma natureza unitária, animada, dotada de uma pulsão criadora, em constante transformação. Esta concepção, em si, não é nada de nova, pois já era defendida por seus mestres inspiradores, assim como por toda a tradição romântica e vitalista que remete aos saberes ancentrais do Ocidente, a qual você também conhecia muitíssimo bem.

Entretanto, você trouxe um elemento original, ao introduzir nessa concepção de natureza a problemática da loucura através da teoria dos afetos e das atividades

expressivas, com base em todas as suas investigações e daqueles que nela se envolveram. Ao fazê-lo, parece-me, você não simplesmente “humanizou” a loucura (pelo menos, por aqui, é assim que você é predominantemente lembrada: pela “humanização” dos hospitais psiquiátricos). Mais além, você naturalizou a humanidade. Mas não na natureza cartesiana ou newtoniana, feita de pura matéria, divisível por partes que prevalecem sobre o todo. Mas sim em uma *Natura Naturans*, que ao mesmo tempo que é Una, se abre ao Múltiplo. Em você, Artaud encontra Schelling, Spinoza encontra Nietzsche. E esta não é somente uma consideração filosófica. Ela se inscreve nos pensamentos e nas ações daquele que atravessaram e continuam atravessando o mundo delineado com e através de sua vida e obra. É impossível não entrever nestes uma espécie de resistência, uma vez que esta cosmologia, ao mesmo tempo que em plena voga, permanece desprestigiada no âmbito biomédico, a despeito de sua crescente irrupção nas ciências biológicas e na própria antropologia.

Tenho a consciência de não ter dado conta de todos os caminhos para os quais o seu projeto aponta. Em minha pesquisa, privilegiei o estudo das instituições e de sua própria obra. Gostaria, entretanto, de ter tido tempo para conferir maior ênfase àquelas pessoas que atravessaram os seus planos sem se vincular a eles tão proximamente. Dessa forma, as pessoas que aparecem em meu texto são aquelas que você conhecia muito bem, ou então aquelas que, durante o período da investigação, ganharam destaque por sua disposição heroica de reconhecer valor nas suas propostas, mesmo sem ter convivido com você em seu tempo de vida. Em projetos futuros, por exemplo, adoraria entrevistar aqueles que pisaram na sua casa ou nos seus estabelecimentos e que hoje, tomaram outros rumos. Igualmente, mesmo dentro do meu “recorte” – e penso o recorte mais como um costureiro do que como um cartesiano –, me arrependo por ter me aprofundado mais no Engenho de Dentro do que em Botafogo, onde suas ideias permanecem vivas em um certo sobrado na Rua Sorocaba. Esses arrependimentos, contudo, são positivos, e apontam para um futuro de estudos no porvir.

Espero não decepcioná-la com minhas considerações, mestra. Devo admitir que não escrevi esta tese no simples intuito de fazer propaganda de suas ideias. Pelo contrário, busquei, através de muito estudo, compreendê-las, e a partir dessa compreensão, chegar a uma nova visão. Creio com isto ter contribuído para a ampliação do conhecimento sobre seu trabalho, assim como para a consideração de que ele deve ser levado muito a sério. Em tempos tão nefastos como o desta Desrepública brasileira, ativar a potência dos saberes menores como o seu é um exercício fundamental.

Ativar essa potência, conteúdo, não significa torná-lo um saber maior. Confesso-lhe: acredito que a psiquiatria rebelde será sempre menor. Creio que é desta posição irreduzível (e irreproduzível, em contraste com os dispositivos da psiquiatria biomédica) que ela extrai sua razão de ser. E creio que você pensava parecido, Doutora. Por isso, resistia às capturas; ocupava as margens; criava a partir do precário; viva sob os escombros; do caos ao Cosmos; entre correntes e contracorrentes.

Seu mais póstumo aprendiz,

Felipe

ÍNDICE DE FONTES

1. Livros e capítulos

- BEZERRA, Élvia. *A Trinca do Curvelo*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1995
- CUNHA, Marcia Leitão. “Apresentação”. In: HORTA, Bernardo Carneiro. *Nise. Arqueóloga dos mares*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2008.
- FERREIRA, Martha Pires (org.). *Senhora das Imagens Internas – Escritos dispersos de Nise da Silveira*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 2008
- FREIRE, Milton. “A Miséria do Hospital”. In: LUCCHESI, Marco (org.). *Artaud – A Nostalgia do Mais*. Rio de Janeiro, Numen Editora, 1989
- GULLAR, Ferreira. *Nise da Silveira: uma psiquiatra rebelde*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996
- HORTA, Bernardo Carneiro. *Nise. Arqueóloga dos mares*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2008.
- LUCCHESI, Marco. *Saudades do paraíso*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1997
- _____. (org.). *Artaud – A Nostalgia do Mais*. Rio de Janeiro, Numen Editora, 1989
- _____. “Introdução: De Nise a Spinoza – uma cultura ética”. In: SILVEIRA, Nise da. *Cartas a Spinoza*. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1995.
- _____. *Viagem a Florença: Cartas de Nise da Silveira a Marco Lucchesi*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003
- _____. *A Memória de Ulisses*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006
- MELLO, Luiz Carlos. *Nise da Silveira: caminhos de uma psiquiatra rebelde*. Rio de Janeiro: Automática Edições, 2014.
- MELO, Walter. *Nise da Silveira*. Rio de Janeiro/Brasília: Imago/Conselho Federal de Psicologia, 2001.
- POMPEU E SILVA, José Otávio Motta. *Nise da Silveira – Memória do Saber*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. 14, 2013
- RAMOS, Graciliano. [1953]. *Memórias do cárcere*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- ROCHA, Albertina Borges da. *A História de Beta*. Brasília: Ministério da Saúde, 2002
- SILVEIRA, Nise da. [1968]. *Jung: Vida e Obra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001
- _____. *Terapêutica Ocupacional: Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: Casa das Palmeiras, 1979.

_____. *Imagens do Inconsciente*. Rio de Janeiro: Alhambra, 1981.

_____. *Casa das Palmeiras. A emoção de lidar. Uma experiência em psiquiatria*. Rio de Janeiro: Alhambra, 1986.

_____. *O mundo das imagens*. São Paulo: Ed. Ática, 1992.

_____. *Cartas a Spinoza*. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1995.

_____. [1986]. “O Que é a Casa das Palmeiras”? In: GULLAR, Ferreira. *Nise da Silveira: uma psiquiatra rebelde*. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, pp. 77-89, 1996

_____. *Gatos, a emoção de lidar*. Léo Christiano Editorial, Rio de Janeiro, 1998

2. Artigos

2.1. Artigos em revistas e jornais

BEZERRA, Élvia. “A minha Doutora”. In: GRUPO DE ESTUDOS C. G JUNG. *Quaternio* – Revista do Grupo de Estudos C. G. Jung, n. 8, p. 95-96. VMS Consultoria, Rio de Janeiro, 2001

CALAÇA, Agilberto. “Breve Histórico do Grupo de Estudos C. G. Jung”. In: GRUPO DE ESTUDOS C. G JUNG. *Quaternio* – Revista do Grupo de Estudos C. G. Jung, n. VII. Rio de Janeiro, 1996

CAMPOFIORITO, Quirino. *Diário da Noite*, s/d, 1947

CHANG, Franklin. “Os sonhos e a vida”. In: GRUPO DE ESTUDOS C. G JUNG. *Quaternio* – Revista do Grupo de Estudos C. G. Jung, n. 8, p. 98-100, VMS Consultoria, Rio de Janeiro, 2001

CUNHA, Marcia Leitão. “Um museu diferente”. In: GRUPO DE ESTUDOS C. G JUNG. *Quaternio* – Revista do Grupo de Estudos C. G. Jung, n. 8, p. 139-142. VMS Consultoria, Rio de Janeiro, 2001

DECOSTER, André. “O mijo sagrado”. In: GRUPO DE ESTUDOS C. G JUNG. *Quaternio* – Revista do Grupo de Estudos C. G. Jung, n. 8, p. 63-64. VMS Consultoria, Rio de Janeiro, 2001

DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. [1975]. “A Doutora Nise”. Disponível em: <http://imaneamente.blogspot.com.ar/2013/08/a-doutora-nise-de-carlos-drummond-de.html>. Acesso em: 10/12/2017

FERREIRA, Martha Pires. “Sociedade de Amigos do Museu de Imagens do Inconsciente”. In: GRUPO DE ESTUDOS C. G JUNG. *Quaternio* – Revista do Grupo de Estudos C. G. Jung, n. 8, p. 34-37. VMS Consultoria, Rio de Janeiro, 2001

FREIRE, Milton. “Uma estranha arte”. In: GRUPO DE ESTUDOS C. G JUNG. *Quaternio* – Revista do Grupo de Estudos C. G. Jung, n. 8, p. 154-156. VMS Consultoria, Rio de Janeiro, 2001

FREITAS, Zoé Chagas. “A Rui Barbosa de saia”. In: GRUPO DE ESTUDOS C. G JUNG. *Quaternio* – Revista do Grupo de Estudos C. G. Jung, n. 8, p. 185-190. VMS Consultoria, Rio de Janeiro, 2001

GONÇALVES, Ricardo Mário. “Bibliografia sumária de introdução ao estudo antropológico, histórico e sociológico dos mitos”. In: GRUPO DE ESTUDOS C. G JUNG. *Quaternio* – Vol. 2, p.71-89, 1970.

GRUPO DE ESTUDOS C. G JUNG. *Quaternio* – Vol. I – 1965

_____. *Quaternio* – Vol. 2 – 1970.

_____. *Quaternio* – Vol. 3 – 1973

_____. *A Farra do Boi. Do Sacrifício do Touro na Antiguidade à Farra do Boi Catarinense*. Rio de Janeiro: Númen Editora, 1989

_____. *Quaternio* – N. VII – 1996

_____. *Quaternio*, n. 8. 2001

HORTA, Bernardo Carneiro. “Nise da Silveira, gênio do cotidiano”. In: GRUPO DE ESTUDOS C. G JUNG. *Quaternio* – Revista do Grupo de Estudos C. G. Jung, n. 8, p. 67-74. VMS Consultoria, Rio de Janeiro, 2001

LUCCHESI, Marco. “Nise da Silveira foi das pessoas mais corajosas que conheci”. *O Globo*, 05 ago. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/nise-da-silveira-17086180>. Acesso em 08/12/2017.

MARAVILHA, Elke. “Elke Maravilha fala sobre a Dra. Nise da Silveira”. In: GRUPO DE ESTUDOS C. G JUNG. *Quaternio* – Revista do Grupo de Estudos C. G. Jung, n. 8, p. 93-94. VMS Consultoria, Rio de Janeiro, 2001

MELLO, Luiz Carlos. “Nise da Silveira: a paixão pelo Inconsciente”. In: GRUPO DE ESTUDOS C. G JUNG. *Quaternio* – Revista do Grupo de Estudos C. G. Jung, n. 8, p. 9-20. VMS Consultoria, Rio de Janeiro, 2001

PRADO, Gilza. “Nise da Silveira e o trabalho (é preciso capinar, capinar)”. In: GRUPO DE ESTUDOS C. G JUNG. *Quaternio* – Revista do Grupo de Estudos C. G. Jung, n. 8, p. 106-108. VMS Consultoria, Rio de Janeiro, 2001

PEDROSA, Mario. “Arte, necessidade vital”. *Correio da Manhã*, 7 de fev 1947

_____. “Pintores de arte virgem”, *Correio da Manhã*, 19 de mar. 1950

RAMOS, Luciana. “O Grupo de Estudos Carl Gustav Jung”. In: GRUPO DE ESTUDOS C. G JUNG. *Quaternio* – Revista do Grupo de Estudos C. G. Jung, n. 8, p. 29-33. VMS Consultoria, Rio de Janeiro, 2001

SANTOS, Alice Marques dos. “Interpretação Psicológica”. In: GRUPO DE ESTUDOS C. G JUNG. Grupo de Estudos C. G. Jung. *Quaternio* – Vol. I, pp. 25-32, 1965.

SILVEIRA, Nise da. “Introdução”. In: GRUPO DE ESTUDOS C. G JUNG. *A Farra do Boi. Do Sacrifício do Touro na Antiguidade à Farra do Boi Catarinense*. 1989

WANDERLEY, Lula. “A barulhenta Nise da Silveira e sua revolução silenciosa”. In: GRUPO DE ESTUDOS C. G JUNG. *Quaternio* – Revista do Grupo de Estudos C. G. Jung, n. 8, p. 131-132. VMS Consultoria, Rio de Janeiro, 2001

2.2 Artigos em periódicos científicos

MELO, Walter. “Maceió é uma cidade mítica: o mito da origem em Nise da Silveira”. *Psicologia USP* (Impresso), v. 18, p. 101-124, 2007.

_____. “Nise da Silveira e o Campo da Saúde Mental (1944-1952): contribuições, embates e transformações”. *Mnemosine*, v. 5, p. 30-52, 2009.

_____. “Nise da Silveira, Fernando Diniz e Leon Hirszman: política, sociedade e arte”. *Psicologia USP* (Impresso), v. 21, p. 633-652, 2010a

_____. “Nise da Silveira, Antonin Artaud e Rubens Corrêa: fronteiras da arte e da saúde mental”. *Geraiis: Revista Interinstitucional de Psicologia*, v. 2, p. 182-191, 2010b

REIS, Mario M dos. “Dois casos de psicoses agudas curadas na enfermaria de doenças intercorrentes”. *Anais da Colônia Gustavo Riedel*, p. 85-91, 1942,

SILVEIRA, Nise da. “Estado mental dos afásicos”. *Revista de Medicina, Cirurgia e Farmácia*, n. 101, set. 1944

_____. “Considerações teóricas sobre ocupação terapêutica”. *Revista de Medicina, Cirurgia e Farmácia*, 1952

_____. “Contribuição aos estudos dos efeitos da leucotomia sobre a atividade criadora”. *Revista de Medicina, Cirurgia e Farmácia*, n 225, jan. 1955

_____. “C. G. Jung e a psiquiatria”. *Revista Brasileira de Saúde Mental*, v.7, 1962

_____. “Os documentos vivos do inconsciente, a expressão plástica como forma de linguagem dos psicóticos”. *Revista Brasileira de Saúde Mental*, ano 2, v. 2, n. 2/3, 1988

SILVEIRA, Nise da & AUSTREGÉSILO, Antonio. “Conceito clínico da série wilsoniana”. *Revista Cutura Médica*, n.7-8, 1945

PORDEUS, Vitor. “Can Biology Help Us to Understand Psychopathology”? *EC Psychology and Psychiatry*, 2.3, pp. 93-105, 2017

3. Entrevistas

BELINER, Roberto. Entrevista concedida a Alex Alves. *Cinerezenhas*, 2016. Disponível em: <http://cinerezenhas.com.br/2016/04/21/entrevista-com-roberto-berliner-diretor-de-nise-o-coracao-da-loucura/>. Acesso em: 08/12/2017

MAVIGNIER, Almir. [2005]. Entrevista concedida a Glaucia Villas Bôas e Nina Galanternik. Hamburgo, *Acervo do NUSC* – Núcleo de Pesquisa em Sociologia da Cultura. 29/7/2005.

_____. [2008] Entrevista concedida a Mario Gioia. *Folha de São Paulo*, 12 fev. 2008. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1205200807.htm>. Acesso em: 08/12/2017

_____, [2013]. “Almir Mavignier revê sua produção”: entrevista concedida a Suzana Velasco. *O Globo*, 02 set. 2013. Disponível em <https://oglobo.globo.com/cultura/almir-mavignier-reve-sua-producao-9778060>. Acesso em: 08/12/2017

SILVEIRA, Nise da. [1975]. Entrevista concedida a Álvaro Mendes. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12 jan. 1975

[1976-1977]. “Nise da Silveira, Antonin Artaud e Carl Gustav Jung”: entrevista concedida a Rádice. *Rádice*. In: MELLO, Luiz Carlos (org.). *Nise da Silveira – Encontros*. Rio de Janeiro, Beco do Azougue, 2009

_____. [1977]. “Não esqueça o escafandro”: entrevista concedida a Lucia Leão. *Bric A Brac*. In: MELLO, Luiz Carlos (org.). *Nise da Silveira – Encontros*. Rio de Janeiro, Beco do Azougue, 2009

_____. [1987]. “O mundo contemporâneo é impaciente”: entrevista concedida a Luiz Carlos Lisboa. *O Estado de São Paulo*, 24/01. In: MELLO, Luiz Carlos (org.). *Nise da Silveira – Encontros*. Rio de Janeiro, Beco do Azougue, 2009

_____. [1992]. “Conversando com Nise da Silveira”: entrevista concedida a Luiz Gonzaga Pereira Leal. *Terapia Ocupacional*. In: MELLO, Luiz Carlos (org.). *Nise da Silveira – Encontros*. Rio de Janeiro, Beco do Azougue, 2009

_____. [1992]. “Conversando com Nise da Silveira”: entrevista concedida a Luiz Gonzaga Pereira Leal. *Psicologia: Ciência e Profissão*, vol.14, n.1-3, 1994

_____[1996]. “Uma psiquiatra rebelde”: entrevista concedida a Ferreira Gullar In: GULLAR, Ferreira. *Nise da Silveira: uma psiquiatra rebelde*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1996

_____. [1991]. “Do Caralampismo à Emoção de Lidar”: entrevista concedida a Pedro Camargo e Bernardo Horta. *Ano Zero* In: MELLO, Luiz Carlos (org.). *Nise da Silveira – Encontros*. Rio de Janeiro, Beco do Azougue, 2009

_____. [1992]. Entrevista concedida a Dulce Pandolfi. CPDOC, Fundação Getúlio Vargas.

_____. “Nise da Silveira – Enigmas da Vida”: entrevista concedida a Dulce Pandolfi *Revista Piauí*, 2014. Disponível em <http://piaui.folha.uol.com.br/nise-da-silveira-enigmas-da-vida/>. Acesso em: 16/01/2018

_____. [1993]. “O inconsciente é um oceano”: entrevista concedida a Marcia Guimarães. *Rio Artes* In: MELLO, Luiz Carlos (org.). *Nise da Silveira – Encontros*. Rio de Janeiro, Beco do Azogue, 2009

_____. [1995]. “Eu preciso de mergulhadores”: entrevista concedida a Bernardo Horta. *Rio Artes* In: MELLO, Luiz Carlos (org.). *Nise da Silveira – Encontros*. Rio de Janeiro, Beco do Azogue, 2009.

PORDEUS, Vitor. “Hotel da Loucura”: entrevista concedida a Vicente Lou. *Leros*, abr. 2014. Disponível em <https://pt.slideshare.net/grimbow/036-040-vitor-pordeus>. Acesso em: 08/12/2017

_____. Entrevista concedida à equipe editorial do Jornal do Commercio. *Jornal do Commercio*, 2015. Disponível em <http://especiais.jconline.ne10.uol.com.br/loucura/amorartecaps>. Acesso em: 08/12/2017

4. Catálogos

BRASIL+500. *Mostra do Redescobrimento*. São Paulo: Associação Brasil+500, 2000

CAVALCANTI, Lauro. “Módulo Imagens do Inconsciente”. In: BRASIL+500. *Mostra do Redescobrimento*. São Paulo: Associação Brasil+500, 2000

ESPADA, Heloisa. “Arphael, Raphael, Rapheld, Rafaeldo, Raphael: a integridade da linha”. In: IMS. *Raphael e Emygdio: dois modernos no Engenho de Dentro*. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 2012

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTE. Instituto Nacional de Artes Plásticas (org.). *Museu de Imagens do Inconsciente* (Col. Museus Brasileiros, 2). Rio de Janeiro, 1980.

INSTITUTO MOREIRA SALLES. *Raphael e Emygdio: dois modernos no Engenho de Dentro*. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 2012

MORAIS, Frederico. “Abraham Palatnik: um pioneiro da arte tecnológica”. In: *RETROSPECTIVA Abraham Palatnik: a trajetória de um artista inventor*. São Paulo: Itaú Cultural, 1999

NAVES, Rodrigo. “Emygdio de Barros: o sol por testemunha”. In: IMS. *Raphael e Emygdio: dois modernos no Engenho de Dentro*. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 2012

PEDROSA, Mario. “Introdução”. In: FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTE. Instituto Nacional de Artes Plásticas (org.). *Museu de Imagens do Inconsciente* (Col. Museus Brasileiros, 2). Rio de Janeiro, 1980

_____. “Isaac Liberato”. In: FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTE. Instituto Nacional de Artes Plásticas (org.). *Museu de Imagens do Inconsciente* (Col. Museus Brasileiros, 2). Rio de Janeiro, 1980

SILVEIRA, Nise da. [1949]. “9 Artistas do Engenho de Dentro”. In: GULLAR, Ferreira. *Nise da Silveira: uma psiquiatra rebelde*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1996

5. Audiovisuais

BBC. *Jung Face to Face*. 40 min. Londres, 1959

BERLINER, Roberto. *Nise - O Coração da Loucura*. Produção de Rodrigo Letier e Lorena Bondarosvsky. 109min. 2016

HIRSZMAN, Leon. *Imagens do Inconsciente*. 205min. 1983-86

_____. HIRZMAN, Leon. “Três Artistas, Três Histórias de Vida, Três Casos Clínicos”. In: INSTITUTO MOREIRA SALLES. DVD *Imagens do Inconsciente*, 2015

REDE GLOBO. *Prêmio Mulher 90*. Homenagem da Rede Globo, Rio de Janeiro. 1990

OLIVEIRA, Jorge. *Olhar de Nise*. Produção de Rita Andrade e Vera Rocha. 90min. 2015

6. Teses e dissertações

CRUZ JUNIOR, Eurípedes Gomes da. *O Museu de Imagens do Inconsciente: das coleções da loucura aos desafios contemporâneos*. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio), Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – MAST. Rio de Janeiro, 2009.

_____. “Do Asilo ao Museu. Ciência e Arte nas coleções da loucura”. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio), Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – MAST. Rio de Janeiro, 2015

MELO, Walter. *Ninguém Vai Sozinho ao Paraíso: o percurso de Nise da Silveira na psiquiatria do Brasil*. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005

POMPEU E SILVA, José Otávio. *A Arte da Terapia Ocupacional de Nise da Silveira*. Tese (Doutorado em Artes), Universidade Estadual de Campinas, 2011

_____. *A psiquiatra e o artista: Nise da Silveira e Almir Mavignier encontram as Imagens do Inconsciente*. Dissertação (Mestrado em Artes), Universidade Estadual de Campinas, 2006

SILVEIRA, Nise da. *Ensaio sobre a criminalidade da mulher no Brasil*. Faculdade de Medicina da Bahia, 1926

7. Reportagens

BRUNET, Daniel. “Indicação do novo coordenador nacional Saúde Mental gera protestos”. *O Globo*, 13/12/2015. Disponível em: <http://blogs.oglobo.globo.com/blog-emergencia/post/indicacao-do-novo-coordenador-nacional-saude-mental-gera-protestos.html>. Acesso em 10/12/2017

DO R7. “Gloria Pires interpreta a mulher que revolucionou a psiquiatria no Brasil em Nise — O Coração da Loucura”. *R7*, 23/02/2016. Disponível em: <http://entretenimento.r7.com/pop/gloria-pires-interpreta-a-mulher-que-revolucionou-a-psiquiatria-no-brasil-em-nise-o-coracao-da-loucura-23022016>. Acesso em 07/12/2017.

VELOSO, Amanda Mont'Alvão. “Quem foi Nise da Silveira, a mulher que revolucionou o tratamento da loucura no Brasil”. *Huff Post Brasil*, 27/01/2017. Disponível em: http://www.huffpostbrasil.com/2016/04/19/quem-foi-nise-da-silveira_n_9671732.html. Acesso em 07/12/2017

MIRANDA, André.” Casa das Palmeiras passa por dificuldades financeiras e corre risco de ser fechada”. *O Globo*, 02 jun 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/casa-das-palmeiras-passa-por-dificuldades-financeiras-corre-risco-de-ser-fechada-16327862>. Acesso em 07/12/2017.

TAVENER, Ben. “From Stratford to Rio: using Shakespeare to treat mental illness”. *BBC Health Check*, 12 abr 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/health-32241100?SThisFB>. Acesso em 07/12/2017.

TRIBUNA. “Revolução silenciosa”. *Tribuna de Minas*, 05/05/2016. Disponível em: <http://tribunademinas.com.br/noticias/cultura/05-05-2016/revolucao-silenciosa.html>. Acesso em 07/12/2017.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua*. Belo Horizonte: UFMG, 2004

AKRICH, Madeleine. “Petite Anthropologie du Médicament”. *Techniques et Culture*, n. 25- 26, pp. 129-157, 1995,

_____. “Le Médicament Comme Objet Technique”. *Revue Internationale de Psychopathologie*, n. 21, pp. 135-158 1996

AMARANTE, Paulo Duarte. *Loucos pela vida – a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995

ANDRIOLO, Arley. “A psicologia da arte no olhar de Osório Cesar: leituras e escritos”. *Psicologia Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 23, n. 4, p. 74-81, 2003

_____. “A Questão da Alteridade no ‘Primitivismo Artístico’”. *II Encontro de História da Arte*, IFCH, UNICAMP, 2006

APPADURAI, Arjun (org.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Ed. UFF, 2008

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. *Mário Pedrosa: itinerário crítico*. São Paulo: Cosac Naify, 2004

AZIZE, Rogério Lopes. “Uma neuro-weltanschauung? Fysicalismo e subjetividade na divulgação de doenças e medicamentos do cérebro”. *Mana – Estudos de Antropologia Social*, 14(1), p. 7-30, 2008

_____. “Antropologia e medicamentos: uma aproximação necessária”. *Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar*, v.4, n.1, jan.-jun., p.134-139, 2012

BARTH, Fredrik. *O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000

BATESON, Gregory. “Culture Contact and Schismogenesis”. In: *Steps to an ecology of mind*. San Francisco: Chandler Pub. Co., 1972

BECKER, Howard S. “A história de vida e o mosaico científico”. In: *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec, 1994

_____. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008

BELTING, Hans. “Por uma antropologia da imagem”. *Concinnitas*, v. 1, n. 8, 2005

BERTAUX, Daniel. “El enfoque biográfico: su validez metodológica, sus potencialidades”. *Proposiciones*, 29(4): 1-23, 1999

BEZERRA JR., Benilton. “Cidadania e loucura: um paradoxo”? In: BEZERRA JR., Benilton & AMARANTE Paulo Duarte (orgs.). *Psiquiatria sem hospício: contribuições ao estudo da reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, p. 113-126, 1992

_____. “De médico, de louco e de todo mundo um pouco: o campo psiquiátrico no Brasil dos anos oitenta”. In: GUIMARÃES, Reinaldo & TAVARES, Ricardo. (Orgs.). *Saúde e sociedade no Brasil: anos 80*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, pp. 171-191, 1994

_____. “Da contracultura à sociedade neuroquímica: psiquiatria e sociedade na virada do século”. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; NAVES, Santuza Cambraia (orgs.). *Por que não? rupturas e continuidades da contracultura*. Rio de Janeiro: 7 Letras, p. 129-154, 2007

BIRMAN, Joel. “A cidadania tresloucada: notas introdutórias sobre a cidadania dos doentes mentais”. BEZERRA JR., Benilton & AMARANTE Paulo Duarte (orgs.). *Psiquiatria sem hospício: contribuições ao estudo da reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, pp. 71-90, 1992

_____. “Descartes, Freud e a Experiência da Loucura”. *Natureza Humana – Revista Internacional de Filosofia e Psicanálise*, v. 12, n. 2, 2010

BLACKMAN, Lisa & COUZE, Venn. “Affect”. *Body and Society*, v.16, n. 1, 2010

BOAS, Franz. *Antropologia cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004

BOLTANSKI, Luc. *El Amor y la Justicia como competencias: tres ensayos de sociología de la acción*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2000.

BORGES, Jorge Luis. Del rigor de la ciencia In: *El Hacedor*. Buenos Aires: Emecé, 1960

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996.

BUNZL, Matti. “Franz Boas and the Humboldtian Tradition: From *Volkgeist* and *Nationalcharakter* to an Anthropological Concept of Culture.” In: STOCKING JR., George (org.). *Volkgeist as Method and Ethic. Essays on Boasian Ethnography and the German Anthropological Tradition*. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1996

BUTLER, Judith. *Precarious Life: the powers of mourning and violence*. London/NY: Verso, 2004

_____. *Marcos de guerra. Las vidas lloradas*. Buenos Aires: Paidós, 2009

CAMPBELL, Colin. *The romantic ethic and the spirit of modern consumerism*. Oxford: Blackwell, 1987

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O trabalho do antropólogo*. Brasília/São Paulo: Paralelo 15/EditoraUnesp, 2001

CARRARA, Sérgio. *Tributo a vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996

_____. *Crime e loucura – o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998

CARRARA, Sérgio & CARVALHO, Marcos. “A sífilis e o aggiornamento do organicismo na psiquiatria brasileira: notas a uma lição do doutor Ulysses Vianna”. *História, ciências, saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 17, supl. 2, p. 391-399, 2010

CASTEL, Robert. *A ordem psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1978

_____. *A gestão dos riscos: da antipsiquiatria à pós-psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986

CASTRO, Rosana. “Antropologia dos medicamentos: uma revisão teórico metodológica”. *Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar*, v.4, n.1, jan.-jun., p.146-175, 2012

CATELA, Ludmila da Silva. *Situação-limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina*. São Paulo: Hucitec/ANPOCS, 2001.

_____. “El Mundo de Los Archivos”. In: CATELA, Ludmila da Silva & JELIN, Elizabeth (orgs.). *Los Archivos de la Represión: documentos, memória y verdad.*, Madrid: Siglo Veintiuno, 2002.

CITRO, Silvia. *Cuerpos plurales. Antropología de y desde los cuerpos*. Buenos Aires: Ed. Biblos, 2011

CLARKE, Adele et al. *Biomedicalization: Technoscience, Health, and Illness in the U.S.* Durham & London: Duke University Press, 2010

CLARKE, John James. *Em Busca de Jung: indagações históricas e filosóficas*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1993.

CLIFFORD, James. “Colecionando arte e cultura”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 23:69-89, 1994

_____. “Sobre o surrealismo etnográfico”. In: *A Experiência Etnográfica: Antropologia e Literatura no Século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011

CLOUGH, Patricia & HALLEY, Jean (orgs.). *The Affective Turn: Theorizing the Social*. New York: Duke University Press, 2007

CONRAD, Peter. “Medicalization and Social Control”. *Annual Review of Sociology*, vol. 18, p. 209-232, 1992

COSTA, Jurandir Freire. *História da Psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007

CUNHA, Olivia. M. Gomes da . “Tempo Imperfeito: etnografia do arquivo”. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 10, n.2, p. 287-322, 2004

DAMIÃO, Maddi Jr. “Ciência romântica e o pensamento junguiano”. *Boletim Interfaces da Psicologia da UFRuralRJ*, v. 3, p. 86-98, 2011

DAS, Veena. *Life and Words. Violence and the descent into the ordinary*. Berkeley, University of California Press, 2007

DELEUZE, Gilles. “O que é um Dispositivo”. In: DELEUZE, Gilles. *O Mistério de Ariana*. Lisboa: Vega, 1996

_____. “Pós-scriptum sobre as sociedades de controle”. *Conversações (1972- 1990)*. São Paulo: Editora 3. 2008

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *Mil mesetas. Capitalismo y esquizofrenia*. Valencia, Espanha: Pré-textos, 1997

DELEUZE, Gilles & PARNET, Claire. *Diálogos*. Lisboa: Relógio D’Água, 1996

DELGADO, Paulo Gabriel. “Democracia e reforma psiquiátrica no Brasil”. *Ciências & Saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v.16, n.12, , 2011

DERRIDA, Jacques. *Espectros de Marx: o estado da dívida, o trabalho do luto e a nova Internacional*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. *A Farmácia de Platão*. São Paulo: Iluminuras, 2005

DESCOLA, Philippe. *Par-dela nature et culture*. Paris: Gallimard, 2005

DIAS, Paula Barros. *Arte, Loucura e Ciência no Brasil: as origens do Museu de Imagens do Inconsciente*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2003

DIDI-HUBERMAN, Georges. *A imagem sobrevivente: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg*. Rio de Janeiro: Contraponto/Museu de Arte do Rio, 2013.

DIONISIO, Gustavo Henrique. *O Antídoto do Mal: Crítica de arte e loucura na modernidade brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz,. 2012

DUARTE, Luiz Fernando Dias. *Da Vida Nervosa nas Classes Trabalhadoras Urbanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/CNPq, 1986

_____. “Introdução: a análise da Pessoa moderna pela história e etnografia dos saberes psicológicos”. *Cadernos IPUB (UFRJ)*, Rio de Janeiro, v. 8, p. 1-10, 1997

_____. “O Império dos Sentidos: Sensibilidade, Sensualidade e Sexualidade na Cultura Ocidental Moderna”. In: HEILBORN, Maria Luiza (org.). *Sexualidade. O olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999a

_____. “Método e ficção nas ciências humanas: por um universalismo romântico”. In JACÓ-VILELA, Ana Maria et al. (orgs.). *Clio-Psyché: histórias da psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro, EdUERJ, pp. 53-64, 1999b

_____. “Dois regimes históricos das relações da antropologia com a psicanálise no Brasil: um estudo de regulação moral da pessoa”. In: AMARANTE, Paulo (org.). *Ensaio: subjetividade, saúde mental, sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2000

_____. “Indivíduo e Pessoa na experiência da Saúde e da Doença”. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 8, n.1, p. 173-184, 2003a

_____. “Sujeito, soberano, assujeitado: paradoxos da Pessoa ocidental moderna”. In: ARÁN, Marcia (Org.). *Soberanias*. Rio de Janeiro: Contracapa Editora, 2003b

_____. “A Pulsão Romântica e as Ciências Humanas no Ocidente”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n.55, p. 05-18, 2004

_____. “Em busca do castelo interior: Roger Bastide e a psicologização no Brasil”. In: DUARTE, Luiz Fernando Dias; RUSSO, Jane; VENANCIO, Ana Teresa (Orgs.). *Psicologização no Brasil: atores e autores*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005

_____. “Formação e ensino na antropologia social: os dilemas da universalização romântica”. In: GROSSI, Miriam Pillar; TASSINARI, Antonella; RIAL, Carmen. (Orgs.). *Ensino de Antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além fronteiras*. Blumenau: Nova Letra, 2006, v. , p. 17-36, 2006

_____. “O paradoxo de Bergson: diferença e holismo na antropologia do Ocidente”. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, 2012

_____. “Antropología y psicoanálisis: retos de las ciencias románticas en el siglo XXI”. *Culturas Psi*, v. 1, p. 1, 2013

DUARTE, Luiz Fernando Dias & ROPA, Daniela. “Considerações Teóricas sobre a Questão do Atendimento Psicológico às classes trabalhadoras”. *Cadernos de Psicanálise (Sociedade de Psicanálise/RJ)*, Rio de Janeiro, v. IV, n.4, p. 9-15, 1983.

DUMONT, Louis. *O individualismo. Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Editora Rocco, Rio de Janeiro, 1985

_____. *Homo hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações*. São Paulo: EDUSP, 1992

DURKHEIM, Émile. “Representações individuais e representações coletivas”. In: *Sociologia e Filosofia*. Rio de Janeiro: Forense, 1970

D'AQUILI. “The influence of Jung on the work of Claude Levi-Strauss”. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 11(1), 41-48 1975

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994

ESPOSITO, Roberto. *Bíos, Biopolítica y Filosofía*. Buenos Aires: Amorrortu, 2006

- _____. *El dispositivo de la persona*. Buenos Aires: Amorrortu, 2011
- FASSIN, Didier. *Humanitarian reason: a moral history of the present*. Berkeley: University of California Press, 2011.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”. *Cadernos de Campo*, n. 13, p. 155-161, 2005.
- FERNANDES, Sandra Michelle Bessa de Andrade. *Nise da Silveira e a Saúde Mental no Brasil: um itinerário de resistência*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.
- FIGLIO, Karl M. “Theories of perception and the physiology of mind in the late eighteenth century”. *History of Science*, 13: 177-212, 1975
- FIGUEIRA, Sérvulo (org). *Sociedade e doença mental*. Rio de Janeiro: Campus, 1978
- _____. (org.). *Psicanálise e ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980
- _____. *O Contexto Social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981
- FIGUEIRA, Sérvulo & VELHO Gilberto (orgs.). *Família, Psicologia e Sociedade*. Rio de Janeiro: Campus. 1981
- FOSTER, Hal. *The return of the real: the avant-garde at the end of the century*. Cambridge: MIT Press, 1996
- _____. *Prosthetic Gods*. MIT Press, Cambridge Mass. & London, 2004
- FOUCAULT, Michel. “Resposta ao círculo de epistemologia”. In: *Estruturalismo e teoria da linguagem*. Petrópolis, Vozes, 1971.
- _____. *Doença mental e psicologia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1986
- _____. *A História da Loucura Na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1997
- _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1999
- _____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000
- _____. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004
- _____. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2009.
- FRAYZE-PEREIRA, João Augusto. *Olho D'Água: Arte e Loucura em Exposição*. São Paulo: Escuta, 1995.
- _____. “Nise da Silveira: imagens do inconsciente entre psicologia, arte e política”. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, 2003
- FREUD, Sigmund. *Interpretação dos Sonhos – vol.VII*. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. *Uma recordação de infância de Leonardo da Vinci*. Lisboa: Relógio D'Água, 1990

_____. *Cinco lições de psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

FRY, Peter. “Febrônio Índio do Brasil: onde cruzam a psiquiatria, a profecia, a homossexualidade e a lei”. In: EULÁLIO, Alexandre et al. *Caminhos cruzados: linguagem, antropologia e ciências naturais*. São Paulo: Brasiliense, p. 65-80, 1982

GAUCHET, Marcel & SWAIN, Gladys. *La pratique de l'esprit humain: l'institution asilaire et la révolution démocratique*. Paris: Gallimard, 1980

GEERTZ, Clifford. “Anti anti-relativismo”. In: *Nova luz sobre a antropologia*. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

GELAMO, Rodrigo Peloso. “Pensar sem pressupostos: condição para problematizar o ensino da filosofia”. *Pro-Posições*, v. 19, n. 3 (57), 2008

GIORGI, Gabriel. *Formas comunes. Animalidad, cultura, biopolítica*, Eterna Cadencia, Buenos Aires, 2014

GIUMBELLI, Emerson. Para além do trabalho de campo. Reflexões supostamente malinowskianas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(48), 2002.

GOLDMAN, Marcio. *Razão e Diferença. Afetividade, Racionalidade e Relativismo no Pensamento de Lévy-Bruhl*. Rio de Janeiro: Editora Grypho/Editora da UFRJ, 1994

GONÇALVES, José Reginaldo. *Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônios*. 1. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007

GONÇALVES, Marco Antonio. “Etnobiografia: biografia e etnografia ou como se encontram pessoas e personagens”. In: GONÇALVES, Marco Antonio; MARQUES, Roberto; CARDOSO, VANIA. *Etnobiografia: subjetivação e etnografia*. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2012

GRAMARY, Adrian. “De Prinzhorn a Dubuffet: a repercussão das coleções de arte criada por doentes psiquiátricos na arte do século XX”. *Leituras/Readings*. Volume II, Nº2 março/abril, 2005

GRAS, Vernon. “Myth and the Reconciliation of Opposites: Jung and Levi-Strauss”. *Journal of the History of Ideas*, Volume 42, Issue 3 (Jul. – Sep., 1981), 471-488. 1981

GRECO, Monica & STENNER, Paul. *Emotions: a social science reader*. London: Routledge, 2008

GREG, Mellisa & SEIGWORTH, Gregory. *The Affect Theory Reader*. Durham & London: Duke University Press, 2010

GUSDORF, Georges. *Les Fondements du Savoir Romantique*. Paris: Payot. 1982

GUÉRIOS, Paulo Renato. “Estudo de trajetórias de vida nas Ciências Sociais: trabalhando com as diferenças de escalas”. *Campos*, 12(1):9-29, 2011.

- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Rio de Janeiro: Vértice, 1990
- HARAWAY, Donna. “O Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX”. *Antropologia do Ciborgue: vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002
- HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. *Empire*. Harvard University Press, 2000
- HEALY, David. *The Creation of psychopharmacology*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2002
- HEINICH, Nathalie. *Pour en finir avec la querelle de l'art contemporain*. Paris, L'Échoppe, 2000
- _____. “Pour en finir avec l'illusion biographique”. *L'Homme*, 195-196: 421-430, 2010
- HENNING, Marta. “Neuroquímica da Vida Cotidiana”. *Cadernos IPUB VI(18)*, p. 123-143, 2000
- INGOLD, Tim. “Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 18, n. 37, p. 25-44, 2012
- _____. “Repensando o Animado, Reanimando o Pensamento”. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 10-25, jul./dez 2013
- IURATO, Giuseppe. “On Jung and Lévi-Strauss unconscious: A brief comparison”. *Anthropology of Consciousness*. Volume. 26; Issue 1; 2015; pp. 60-107. 2013
- JORGE, Marco Aurelio Soares. *Engenho dentro de casa: sobre a construção de um serviço de atenção diária em saúde mental*. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública), Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, 1997.
- JUNG, Carl Gustav. *Símbolos da transformação*. Petrópolis: Vozes, 1989
- _____. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002
- _____. *Memórias, sonhos, reflexões*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006
- _____. *O homem e seus símbolos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008
- _____. *O Livro Vermelho*. Petrópolis: Vozes, 2010
- KOFES, Suely. *Uma trajetória, em narrativas*. Campinas: Mercado de Letras, 2001
- _____. “Os papéis de Aspern”: anotações para um debate. In: KOFES, Suely (org.). *Histórias de vida, biografias e trajetórias*. *Cadernos do IFCH*; 31. Campinas, SP: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências, Humanas, 2004.
- KOFES, Suely & MANICA, Daniela (Org.). *Vida & grafias: narrativas antropológicas entre biografia e etnografia*. 1. ed. Rio de Janeiro: lamparina, 2015

- KOPYTOFF, Igor. “A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo”. In: APPADURAI, Arjun (org.). *A vida social das coisas: asmercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Ed. UFF, p. 89 –124, 2008
- KOYRÉ, Alexandre. *Do Mundo Fechado ao Universo Infinito*. Rio de Janeiro: F. Universitária, 2006
- KUPER, Adam. *The Invention of Primitive Society — Transformations of an Illusion*. London, Routledge, 1988
- LAGROU, Els. “A Arte do Outro no Surrealismo e Hoje”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 14, n. 29, p. 217-230, jan./jun, 2008
- LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo dos gregos à Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001
- LARA, Alí; DOMÍNGUEZ, Giazú Enciso. “El Giro Afectivo”. *Athenea Digital*, 13(3), 101-119, 2013
- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994
- _____. *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory*. New York: Oxford University Press, 2005
- LEGOFF, Jacques. *Documento-Monumento*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984
- LUDUEÑA ROMANDINI, Fabián. *A comunidade dos espectros I. Antropotecnia*. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2012
- LÉVI-STRAUSS, Claude. “Introdução à Obra de Marcel Mauss”. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia & Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003
- L’ESTOILE, Benoît. *Le Goût des Autres: De l’Exposition coloniale aux arts premiers*. Paris: Flammarion, 2007.
- MACHADO, Roberto. *Danação da Norma: medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1978
- MAGALDI, Felipe. *Frestas Estreitas: uma etnografia no Museu de Imagens do Inconsciente*. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, 2014
- _____. “Entre o Inconsciente e a Cidadania: arte e loucura na reforma psiquiátrica brasileira a partir de uma etnografia no Museu de Imagens do Inconsciente”. *Ponto Urbe*, n. 18, 2016a
- _____. “Onde Ainda Vive Nise da Silveira: em defesa de Vitor Pordeus e do Hotel da Loucura”. *A Mulher do Piolho*. 2016b. Disponível em: <https://amulherdopiolho.com.br/onde-ainda-vive-nise-da-silveira-em-defesa-de-vitor-pordeus-e-do-hotel-da-loucura-eb24e02c778b>. Acesso em 14/12/2017
- MANICA, Daniela. “A vida social dos medicamentos: etnografias e escolhas”. *Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar*, v.4, n.1, jan.-jun., p.176-188, 2012

- MASIERO, André Luis. “A lobotomia e a leucotomia nos manicômios brasileiros”. *História, ciências, saúde -Manguinhos*, vol.10, n.2, 2003
- MAUSS, Marcel. “Esboço de uma Teoria Geral sobre a Magia”. In: *Sociologia & Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003^a
- _____. “Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de “eu”. In: *Sociologia & Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003b
- MELONI, Maurizio. “The cerebral subject at the junction of naturalism and antinaturalism”. In: ORTEGA, Francisco; VIDAL, Fernando (orgs.). *Neurocultures: Glimpes into an expanding universe*. Frankfurt e Nova York: Peter Lang, 2011
- MESSER, Ron. “The Unconscious Mind: Do Jung and Lévi-Strauss Agree”? *Journal of the Anthropological Society of Oxford*, 17:1–26, 1986.
- MOTTA, Giovana Caires & DANTAS, M. “Simplicidade e singularidade: a arte "virgem" na concepção de Mario Pedrosa”. *Semina. Ciências Sociais e Humanas*, 2009
- NAHOUM-GRAPPE, Véronique. “L’usage politique de la cruauté”. In: HÉRITIER Françoise. (org.). *De la violence*, Paris, Odile Jacob, 1997.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da Moral*. São Paulo: Cia das Letras, 1998
- NOLL, Richard. *O culto de Jung: origens de um movimento carismático*. São Paulo: Ática, 1996
- NORA, Pierre. *Les Lieux de Mémoire*. Paris: Gallimard, 1997.
- OLIVEIRA, William Vaz. “A Fabricação da Loucura: Contracultura e Antipsiquiatria”. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 18, p. 141-154, 2011
- ORTEGA, Francisco & VIDAL, Fernando. “Mapping the cerebral subject in contemporary culture”. *RECHS – Elect. J. Commun. Inf. Innov. Health*. Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.255-259, Jul.-Dec., 2007
- PANDOLFI, Dulce Chaves. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1999.
- PEARCE, Susan. *On Collecting: An Investigation into Collecting in the European Tradition*. London: Routledge, 1995
- PEIRANO, Mariza. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995
- PEIXOTO, Fernanda. Areas. “Diálogo interessantíssimo”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n.40, p. 93-110, 1999
- _____. “El diálogo como forma: antropología e história intelectual”. *Prismas. Revista de História Intelectual*, v. 12, p. 17-32, 2008.
- PERRUSI, Antonio. “A lógica asilar acabou? Um estudo sobre as transformações na Psiquiatria Brasileira”. In: FONTES; Breno; FONTE; Eliane Maria Monteiro. (Orgs.). *Desinstitucionalização, Redes Sociais e Saúde Mental: Análise de Experiências*

da Reforma Psiquiátrica em Angola, Brasil e Portugal. Recife: Editora Universitária – UFPE, 2010

PERRY, Gill. “O primitivismo e o moderno”. In: HARRISON, Charles et al. *Primitivismo, cubismo e abstração: começo do século XX*. São Paulo: Cosac & Naify, p. 3-85, 1998

PIGNARRE, Philippe. *O que é o medicamento? Um objeto estranho entre ciência, mercado e sociedade*. São Paulo: Editora 34, 1999.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

POMIAN, Krzysztof. “Les archives Du Trésor des chartes au Caran”. In: *Les Lieux de Mémoire*, III. Paris: Gallimard, 1997

PRECIADO, Beatriz. *Testo Yonqui*. Madrid: Espasa, 2008

PRICE, Sally. *Arte primitiva em centros civilizados*. Rio de Janeiro: Ed. Da UFRJ, 2011

RECHTMAN, Richard & FASSIN, Didier. *The Empire of Trauma: An inquiry into the condition of victimhood*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2009.

REILL, Peter Hans. *Vitalizing Nature in the Enlightenment*. Berkeley: University of California Press, 2005

REINHEIMER, Patricia. *A singularidade como regime de grandeza: nação e indivíduo como valores no discurso artístico brasileiro*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008

_____. Manifestações artísticas: práticas e representações sobre a saúde mental no contexto da Reforma Psiquiátrica. In: Bueno, Maria Lúcia (Org.). *Sociologia das artes Visuais no Brasil*. Rio de Janeiro: Senac, v. 1, p. 233-252, 2012

RINALDI, Alessandra. *A Sexualização do Crime no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2015

RIVERA, Tania. *Arte e psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2002

ROHDEN, Fabiola. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001

ROSE, Nikolas. “Neurochemical selves”. *Society*, v. 41, n. 1, p. 46-59, 2003

_____. *A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI*. São Paulo: Paulus, 2013

ROSE, Nikolas & RABINOW, Paul. “O conceito de biopoder hoje”. In: *Política & Trabalho – Revista de Ciências Sociais*, n. 24, p. 27-57, 2006

ROSSI, Paolo. *O nascimento da ciência moderna na Europa*. Bauru, EDUSC, 2001

ROUSSEAU, George S. *Nervous Acts: Essays on Literature, Culture and Sensibility*. Houndsmills, UK: Palgrave-Macmillan, 2004

RUSSO, Jane. *O corpo contra a palavra: as terapias corporais no campo psicológico nos anos 80*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1993

_____. “Os três sujeitos da psiquiatria”. *Cadernos IPUB (UFRJ)*, Rio de Janeiro, v. 8, p. 12-23, 1997.

_____. “Uma leitura antropológica do mundo psi”. In: Ana Maria Jacó Vilela; Fabio Jabur; Heliana Conde Rodrigues. (Org.). *Clio-psyché: Histórias da psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro:UERJ, v. , p. 67-74, 1999

_____. “A psicanálise enquanto processo civilizador: um projeto para a nação brasileira”. *Cadernos IPUB (UFRJ)*, Rio de Janeiro, v. 6, n.18, p. 10-20, 2000

_____. “A pós-psicanálise – entre Prozac e Florais de Bach”. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; CEREMZO, Antonio Carlos & RODRIGUES, Helena de Barros Conde (orgs.), *Clio- Psyche. Hoje. Fazeres e dizeres psi na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001

_____. *O Mundo Psi no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002

RUSSO, Jane & HENNING, Marta. “O Sujeito da Psiquiatria Biológica e a Concepção Moderna de Pessoa”. In: *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política*, v. 6, p. 39-55, 1999

RUSSO, Jane & PONCIANO, Edna. “O sujeito da Neurociência: da naturalização do homem ao re-encantamento da natureza”. In: *Physis (UERJ. Impresso)*, v. 12, n.2, p. 54-76, 2002.

RUSSO, Jane & VENANCIO, Ana Teresa. “Classificando as pessoas e suas perturbações: a “revolução terminológica” do DSM III”. *Revista latinoamericana de psicopatologia fundamental*, São Paulo , v. 9, n. 3, p. 460-483, 2006 .

SAID, Edward. *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*. SP: Cia das Letras, 1990

SALEM, Tania. “A despossessão subjetiva: dos paradoxos do individualismo”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 7, n. 18, pp. 62-77, 1992

SARTI, Cynthia. “Corpo, violência e saúde: a produção da vítima”. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, n.1 – 2009

SCARSO, Davide. “Fórmulas e Arquétipos. Aby Warburg e Carl G. Jung”. In: POMBO, Olga; GUERREIRO, António; e ALEXANDRE, António Franco. Alexandre (orgs.). *Enciclopédia e Hipertexto*. Lisboa: Edições Duarte Reis, 2006

SCHREINER, Alexandre. “Arthur Ramos e a neuro-higiene infantil na década de 1930”. In: DUARTE, Luiz Fernando Dias; RUSSO, Jane; VENANCIO, Ana Teresa. (Orgs.). *Psicologização no Brasil: atores e autores*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. “Questões de fronteira: sobre uma antropologia da história”. *Novos estudos - CEBRAP*, São Paulo, n. 72, p. 119-135, 2005

SCHWARCZ, Lilia Moritz & BOTELHO, André. “Pensamento social brasileiro, um campo vasto ganhando forma”. *Lua Nova*, São Paulo, 82: 11-16, 2011

SERPA Jr., Octavio Domont de. “Psiquiatria e Neurociências: como redescobrir o cérebro sem eclipsar o sujeito”. In: *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. São Paulo, v. VII, n.2, p. 110-124, 2004.

SHAMDASANI, Sonu. *Jung and the Making of Modern Psychology – The Dream of a Science*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003

SHANNON, Jennifer. “The construction of native voice at the National Museum of the American Indian”. In: SLEEPER-SMITH, Susan. *Contesting Knowledge. Museums and Indigenous Perspective*. USA: University of Nebraska, 2009

SHAPIRO, Roberta & HEINICH, Nathalie. “Quando há artificalização”? *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 28, n. 1, p. 14-28, Apr. 2013

SHELDRAKE, Rupert. *The Presence of the Past. Morphic Resonance and the Habits of Nature*. Londres: Collins, 1988

SILVA, Glaucia Oliveira da & DUARTE, Luiz Fernando Dias. “Epigênese e epigenética: as muitas vidas do vitalismo ocidental”. *Horizontes Antropológicos* (UFRGS. Impresso), v. 22, p. 40, 2016.

SILVA, Martinho Braga Batista e. *Entre o 'desmame' e os 'galinha d'água': a vida fora dos hospícios no contexto da primeira condenação do Brasil por violação de direitos humanos*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

_____. “O que a Reforma Psiquiátrica Brasileira produziu? Sobre tecnologias psicossociais e categorias antimanicomiais”. *R@U: Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCAR*, v. 5, p. 57-68, 2013.

SIMMEL, Georg. In: LEVINE, Donald. (Org.). *Georg Simmel on individuality and social forms*. Chicago: The University of Chicago Press, 1971

_____. “As grandes cidades e a vida do espírito.” *Mana*, v. 11, n.2, p.577-591, 2005

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de (org.). *Gestar e Gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002

SPINOZA, Benedictus de. *Ética*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013

STOCKING Jr., George. “The dark-skinned savage. The image of primitive man in evolutionary anthropology”. *Race, Culture and Evolution. Essays in the History of Anthropology*. Chicago: The University of Chicago Press, 1982

_____. “Essays on Museums and Material Culture”. In: Stocking Jr., G. (Ed.) *Objects and Others: Essays on Museums and Material Culture*. USA: University of Wisconsin Press, 1988

_____. (org.). *Volksgeist as Method and Ethic. Essays on Boasian Ethnography and the German Anthropological Tradition*. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1996

TCHEN, John Kuo Wei. “Who is curating what, why? Towards a more critical commoning práxis”. *Museum and Curatorial Studies Review*, 1 (1):5-25, 2013

TENÓRIO, Fernando. “Reforma psiquiátrica e psicanálise: um trabalho necessário”. In: FIGUEIRIDO, Ana Cristina e CAVALCANTI, Maria Tavares (orgs.). *A Reforma Psiquiátrica e os desafios da desinstitucionalização*. Rio de Janeiro: IPUB/CUCA, 2001

_____. “A Reforma Psiquiátrica Brasileira, da Década de 1980 aos Dias Atuais: História e Conceitos”. In: *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* (Impresso), v. 9, p. 25-59, 2002.

ULSON, Glauco. “Uma Breve História da Associação Junguiana do Brasil: lembranças”. *Cadernos Junguianos*, n. 1, p. 133-138, 2005

VAN DER GEEST, Sjaak; WHITE, Susan Reynolds; HARDON, Anita. “The anthropology of pharmaceuticals: a biographical approach”. *Annual Review of Anthropology*, Vol. 25, p. 153-178, 1996

VARELLA, Drauzio. Entrevista: Eletrochoque/eletroconvulsoterapia. *Site Drauzio Varella*. Disponível em <http://drauziovarella.com.br/entrevistas-2/eletrochoque-eletroconvulsoterapia/>. Acesso em 06/09/2016. 2012

VARGAS, Eduardo Viana. “Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia das drogas”. In: Labate, B.C.; Goulart, S.; Fiore, M.; MacRae, E.; Carneiro, H. (Org.). In: *Drogas e cultura: novas perspectivas*. 1ed.Salvador, EDUFBA, v. 1, p. 41-63, 2008

VELHO, Gilberto. (org.) *Desvio e Divergência*. RJ: Jorge Zahar Editor, 1985.

_____. *Individualismo e Cultura*. RJ: Jorge Zahar Editor, 1997.

_____. *Nobres e Anjos. Um Estudo de Tóxicos e Hierarquia*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas Editora, 1998

_____. “Becker, Goffman e a antropologia brasileira”. *Ilha*. Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5-16. 2002

_____. “Sujeito, subjetividade e projeto”. In: DUARTE, Luiz Fernando Dias & VELHO, Gilberto (orgs.). *Gerações, Família, Sexualidade*. 7 Letras, p. 9-16, 2009

VENANCIO, Ana Teresa. A construção social da pessoa e a psiquiatria: do alienismo à nova psiquiatria. *Physis* (UERJ. Impresso), v. 3, n. 2, p. 117-135, 1993.

_____. *O Eu Dividido Moderno: uma análise antropológica da categoria esquizofrenia*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em

Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1998

_____. “As faces de Juliano Moreira: luzes e sombras sobre seu acervo pessoal e suas publicações”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.36, p.59-73, 2005

VIANNA, Adriana. “Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais”. In: Sergio Ricardo Rodrigues Castilho; Antonio Carlos de Souza Lima; Carla Costa Teixeira. (Org.). *Antropologia das Práticas de Poder: reflexões etnográficas sobre burocratas, elites e corporações*. 1ed. Rio de Janeiro: ContraCapa/LACED, 2014, v. 1, p. 43-70.

VIANNA, Adriana & FACUNDO. “Tempos e deslocamentos na busca por justiça entre "moradores de favelas" e "refugiados". *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 67, n. 2, p. 46-50, June 2015

VIDAL, Fernando. “Le Sujet Cérébral: Une Esquisse Historique et Conceptuelle”. *Psychiatrie, sciences humaines, neurosciences*, v. III, n. 11, 2005

VILLAS-BOAS, Gláucia. “A estética da conversão: O ateliê do Engenho de Dentro e a arte concreta carioca (1946-1951)”. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 20, n. 2, 2008

_____. “Estética de ruptura: o concretismo brasileiro”. *Revista VIS: Revista do Programa de Pós-Graduação em Arte*, v. 13, p.1-15, 2014

_____. “Arte, ciência e psiquiatria: o projeto de Nise da Silveira”. In: HOCHMAN, Gilberto; LIMA, Nísia Trindade (Orgs.). *Médicos Intérpretes do Brasil*. São Paulo: Hucitec Editora, 2015

VISACOVSKY, Sergio. *El Lanús. Memoria y política en la construcción de una tradición psiquiátrica y psicoanalítica argentina*. Buenos Aires: Alianza, 2002

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “O nativo relativo”. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 113-148, 2002

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo & GOLDMAN, Marcio. “Abaeté, Rede de Antropologia Simétrica: Entrevista com Márcio Goldman e Eduardo Viveiros de Castro”. *Cadernos de campo*, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006

YATES, Frances. *Giordano Bruno e a tradição hermética*. São Paulo: Cultrix, 1995

ANEXOS

1. Cronologia

1.1 Ciclo carnal

1905	Nise da Silveira nasce em Maceió, Alagoas
1921	Ingresso na Faculdade de Medicina da Bahia
1926	Formatura na Faculdade de Medicina da Bahia
1927	Vinda para o Rio de Janeiro
1932	Nomeação como auxiliar do Pavilhão da Clínica Neurológica da Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil
1933	Aprovação em concurso público para o cargo de médica psiquiatra da Assistência a Psicopatas e Profilaxia Mental
1936	Encarceramento no Presídio Frei Caneca
1937	Libertação
1940	Casamento com Mario Magalhães da Silveira
1944	Readmissão ao serviço público no Centro Psiquiátrico Nacional
1946	Criação do ateliê de pintura e modelagem na Seção de Terapêutica Ocupacional e Reabilitação, com Almir Mavignier
1947	Exposição no Ministério da Educação e Cultura, no Rio de Janeiro
1949	Exposição “9 Artistas de Engenho de Dentro”, no MAM-SP, em parceria com Mario Pedrosa e Leon Degand
1950	Exposição no Salão Nobre da Câmara Municipal do Rio de Janeiro Exposição no I Congresso Internacional de Psiquiatria, em Paris
1952	Fundação do Museu de Imagens do Inconsciente
1955	Fundação do Grupo de Estudos C. G. Jung
1956	Fundação da Casa das Palmeiras
1957	Exposição no II Congresso Internacional de Psiquiatria, em Zurique Estágio no Instituto C. G. Jung, Zurique
1961/1962	Estágio no Instituto C. G. Jung, Zurique
1964	Estágio no Instituto C. G. Jung, Zurique
1965	Publicação do primeiro número da Revista <i>Quaternio</i>
1968	Fundação do Grupo de Estudos do Museu
1974	Fundação da Sociedade de Amigos do Museu de Imagens do Inconsciente
1975	Aposentadoria compulsória Exposição em comemoração ao centenário de nascimento de C. G. Jung no MAM-RI
1977	Transferência de Fernando Diniz para a Colônia Juliano Moreira
1980	Publicação de <i>Museu de Imagens do Inconsciente</i> , em parceria com Mario Pedrosa, pela FUNARTE
1981	Publicação de <i>Imagens do Inconsciente</i>
1983/1986	Realização da trilogia <i>Imagens do Inconsciente</i> , de Leon Hirzman
1986	Falecimento de Mario Magalhães da Silveira
1991	Exposição O Universo de Fernando Diniz, no Paço Imperial
1992	Publicação de <i>O Mundo das Imagens</i>
1995	Publicação de <i>Cartas a Spinoza</i> Publicação de <i>A Trinca do Curvelo</i> , de Élvia Bezerra
1996	Publicação de <i>Nise da Silveira: uma psiquiatra rebelde</i> , de Ferreira Gullar

1999	Falecimento de Nise da Silveira
------	---------------------------------

1.2 Ciclo espectral

2000	Exposição Mostra do Redescobrimto Municipalização do Centro Psiquiátrico Pedro II, renomeado Instituto Municipal Nise da Silveira
2001	Publicação do último número da Revista <i>Quaternio</i> Publicação de Nise da Silveira, de Walter Melo
2002	Publicação de <i>A História de Beta</i> , de Albertina Borges da Rocha
2003	Tombamento de 125 mil obras do Museu de Imagens do Inconsciente pelo IPHAN Publicação de <i>Viagem a Florença</i> , de Marco Lucchesi
2008	Publicação da biografia <i>Arqueóloga dos Mares</i> , de Bernardo Horta
2013	Publicação de <i>Nise da Silveira – Memória do Saber</i> , de José Otávio Pompeu e Silva
2014	Publicação da biografia ilustrada <i>Nise da Silveira – Caminhos de uma Psiquiatra Rebelde</i> , de Luiz Carlos Mello
2012	Fundação do Hotel da Loucura
2015	Lançamento do filme <i>Olhar de Nise</i> , de Jorge Oliveira
2016	Fim do Hotel da Loucura e exoneração de Vitor Pordeus Lançamento do filme <i>Nise – O Coração da Loucura</i> , de Roberto Berliner

2. Caderno de Imagens

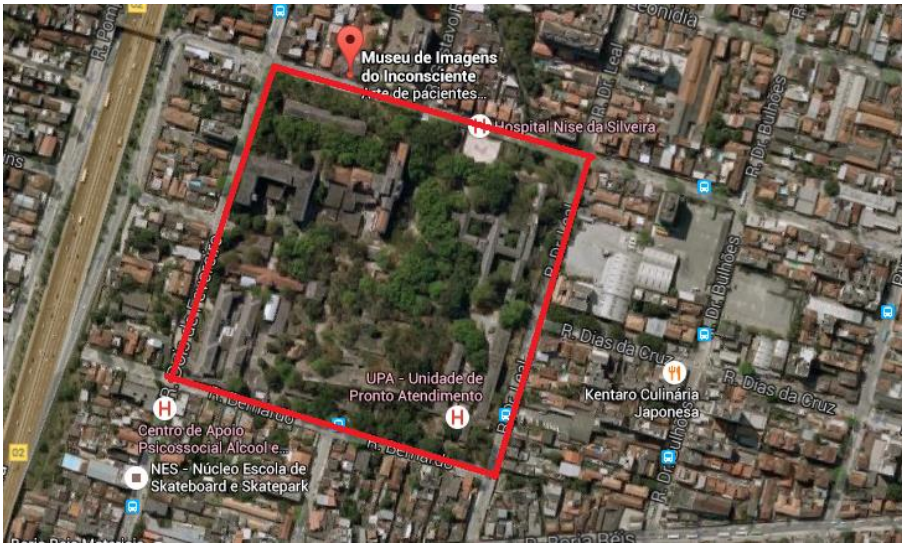


Fig. 1. Mapa do território do Instituto Municipal Nise da Silveira, no Engenho de Dentro.



Fig. 2. Entrada do Museu de Imagens do Inconsciente, no interior do Instituto Municipal Nise da Silveira.



Fig. 3. Ateliê de Pintura e Modelagem do MII.



Fig. 4. Registro dos quatro primeiros número da Revista Quaternio, na Biblioteca Nise da Silveira.

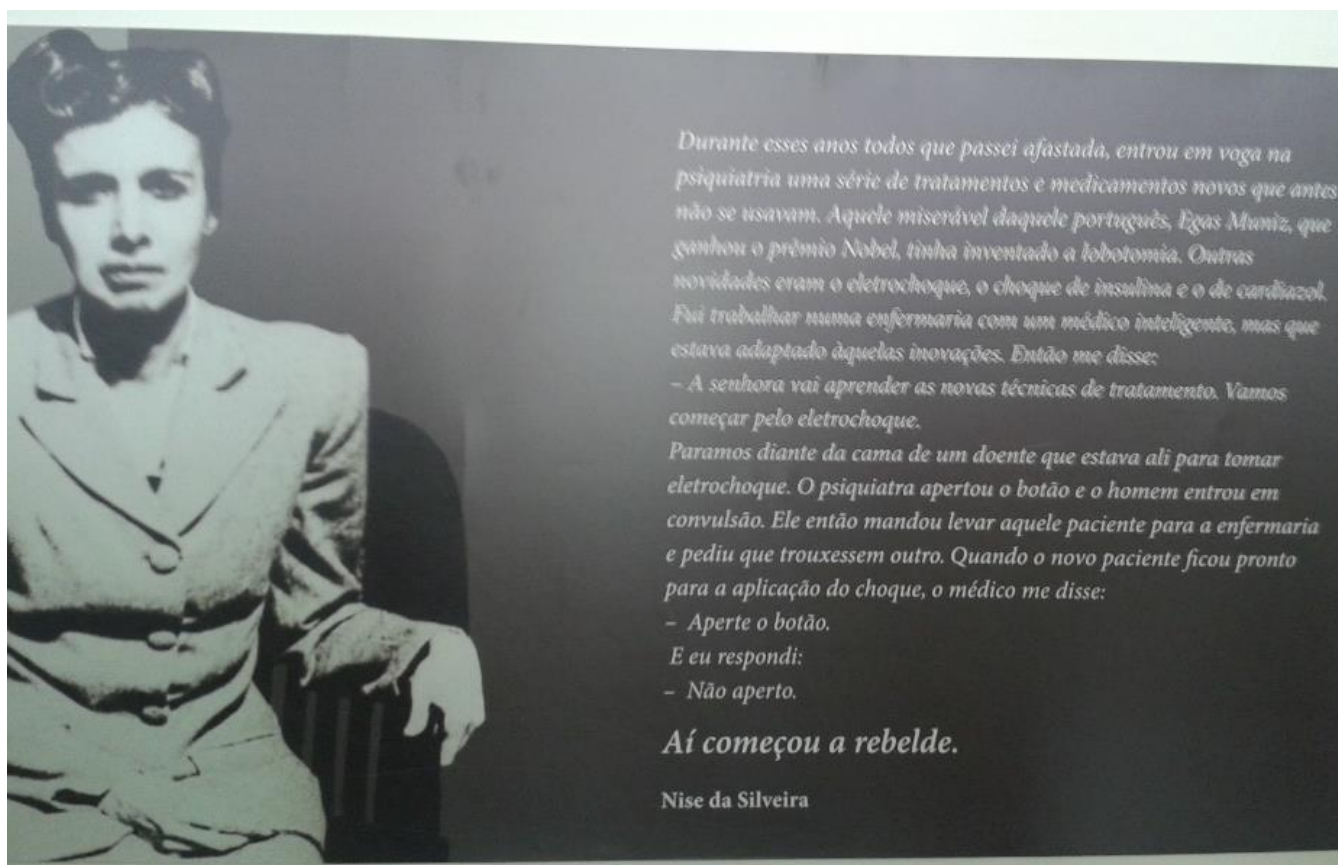


Fig. 5. Representação de Nise da Silveira em painel da exposição *A Emoção de Lidar*, no MII.



Fig. 6 Entrada da Casa das Palmeiras, em Botafogo.



Fig. 7. Reunião do Grupo de Estudos C. G. Jung da Casa das Palmeiras, publicada no *blog* da instituição.



Fig. 8. Fotografias de Jung e Nise da Silveira, dispostas em parede da Casa das Palmeiras.



Fig. 9. Cartaz de entrada do Hotel da Loucura, no Instituto Municipal Nise da Silveira.



Fig. 10. Reunião do Hotel da Loucura no chalé, durante o *Ocupa Nise* (2016).



Fig. 11. Representação em *stencil* de Nise da Silveira em parede do Hotel da Loucura.



Fig. 12. Representação em boneca de Nise da Silveira no Hotel da Loucura.



Fig. 13. Representação pictórica de Nise da Silveira no Hotel da Loucura.



Fig. 14. Aproximando-se das enfermarias do Instituto Nise, durante o *Sarau Tropicaios* (2016).



Fig. 15. Oficina SHABESS, no Hotel da Loucura.

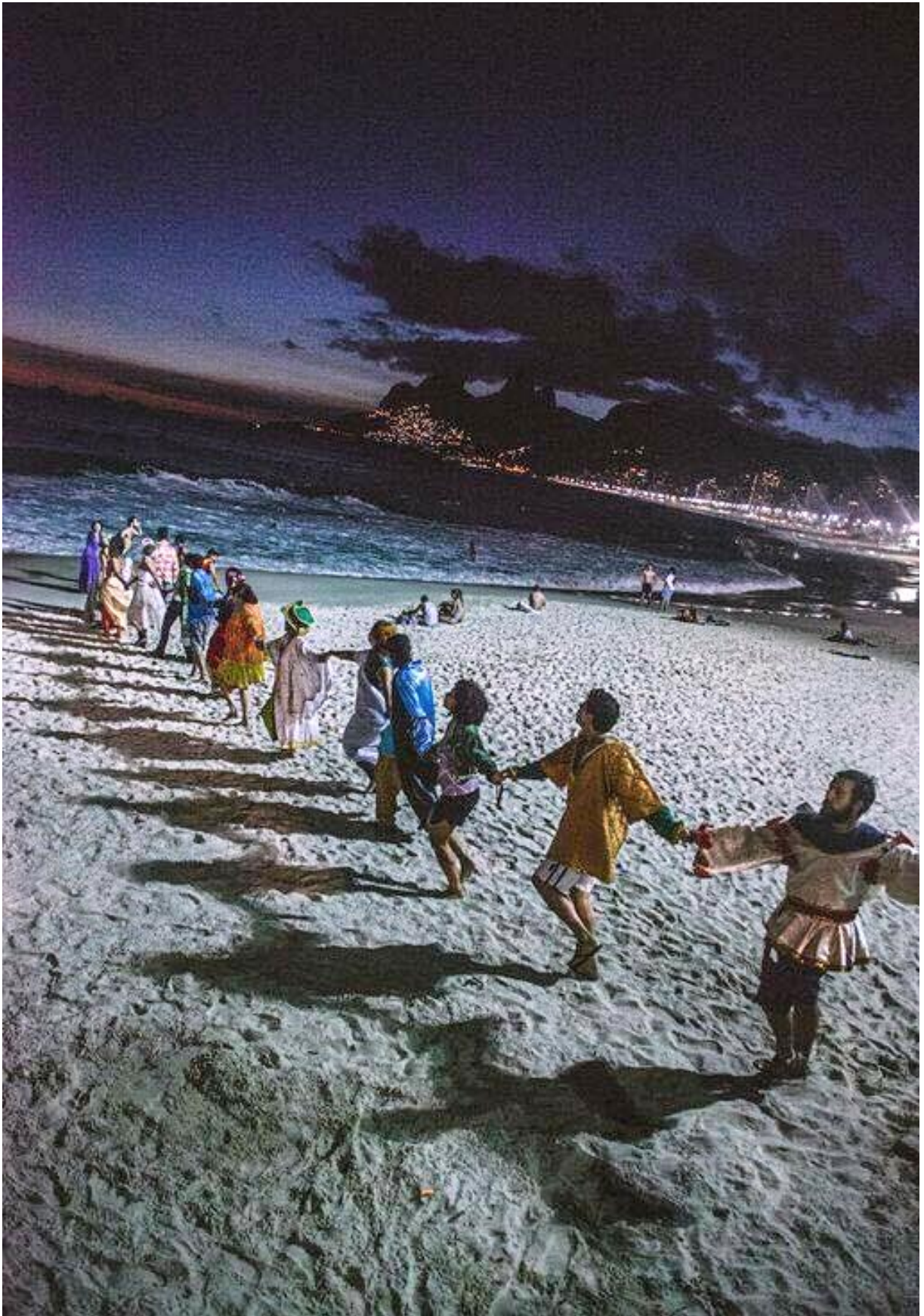


Fig. 16. Encerramento do Teatro de Dyonises no Arpoador.

A Automatica Edições e a Hólos Consultores Associados convidam para o lançamento do livro

Nise da Silveira

caminhos de uma psiquiatra rebelde

de Luiz Carlos Mello

17 de dezembro de 2014
[quarta-feira], das 18:00 às 21:00 hs

[das 18:30 às 19:00 hs conversa com o autor e Marco Lucchesi e das 19:00 às 21:00 hs autógrafos]

Centro Cultural da Justiça Federal
Av. Rio Branco, 241 – Cinelândia
Centro – Rio de Janeiro, RJ



A fotobiografia baseou-se em documentos do Arquivo Pessoal Nise da Silveira, que acaba de ser contemplado pelo Programa Memória do Mundo da UNESCO e incluído no Registro Nacional do Programa, que identifica conjuntos documentais com valor de Patrimônio Documental da Humanidade. A cerimônia de entrega do Diploma de Registro será realizada no dia 11 de dezembro de 2014 [quinta-feira], às 17:00 hs no Arquivo Nacional [Praça da República, 173 – Centro – Rio de Janeiro, RJ].

Automatica HÓLOS CONSULTORES ASSOCIADOS

Fig. 17. Convite de lançamento do livro *Caminhos de uma psiquiatra rebelde*, de Luiz Carlos Mello

GLÓRIA PIRES

TVZERO APRESENTA

NISE

O CORAÇÃO DA LOUCURA

DIREÇÃO
ROBERTO BERLINER

SIMONE MAZZER JULIO ADRIÃO CLAUDIO JABORANDY FABRÍCIO BOLIVEIRA RONEY VILLELA ELÁVIO SAURAGUI
BERNARDO MARINHO AUGUSTO MADEIRA FELIPE ROCHA ROBERTA RODRIGUES GEORGIANA GÓES FERNANDO EIRAS
LUCIANA FREGOLETO CHARLES FRICKS ZE CARLOS MACHADO MICHEL BERCOVITCH TADEU AGUIAR

versão Roberto Berliner produção Rodrigo Leter produção associada Luiz Carlos Mello produção executiva Lorena Borkowicz produção de finalização Anna Julia Wernick roteiro Flávio Castro (Maurício Lisovski)
Márcia Camargo Chris Alcazar roteiro final Patrícia Andrade Leonardo Rocha Roberto Berliner conversas de roteiro Bernardo Harth direção de realização André Horta montagem Pedro Braz, ed. Leonardo Domingos
direção de arte Daniel Falcãozzeno figurino Ciro Rangeloni assistência de direção Fernanda Luz Leonardo Rocha zoom camera Leandro Lima trilha sonora original Jacques Morelenbaum desenho de som e mixagem François Wolf

VERIFIQUE A CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA <http://www.tvzero.com/nise>

Fig. 18. Poster no filme *Nise – O Coração da Loucura*, de Roberto Berliner.

JCV APRESENTA UM FILME DE JORGE OLIVEIRA



Olhar de Nise

A PSQUIATRA DAS IMAGENS DO INCONSCIENTE

COM MARIANA INFANTE COMO NISE

DIREÇÃO PEDRO ZOCCA ROTELO JORGE OLIVEIRA DIREÇÃO DE FOTOGRAFIA ANDRÉ LAVINHE DE STADLER EDITORAIS BOB REVER
ALEXANDRA DIREÇÃO DE FOTOGRAFIA PEDRO ZOCCA CAVIÇA DELMAR MANNINGER MONTAGEM TUCIA OLIVEIRA
FINALIZAÇÃO DÍSCULO LUSTOSA MAQUAGEM LEO CAVALCANTI DIREÇÃO DE ARTE ANDRÉY PEREIREIRA
TRILHA SONORA ORIGINAL CLAUDIO VINICIUS FIALHO PRODUÇÃO RITA ANDRADE E VERA ROCHA
DIREÇÃO DE PRODUÇÃO E EDIÇÃO ANA MARIA ROCHA DIREÇÃO JORGE OLIVEIRA

Prêmios:

- Melhor Filme – Juv. Procter (2014) – Portugal 2014
- Melhor História – Juv. Odebrecht (2014) – Portugal 2014
- 20º Festival de Cinema de Fátima (2014) – Portugal 2014
- Prêmio Juv. Procter – Melhor Filme (2014) – Portugal 2014
- SELEÇÃO OFICIAL
- 10º Festival de Cinema de Vila Verde (2014) – Portugal 2014
- 7º Festival de Cinema de Vila Verde (2014) – Portugal 2014
- 14º Film Festival Coimbra (2014) – Portugal 2014
- 12º Film Festival Coimbra (2014) – Portugal 2014
- Prémio de Cinema Imagem – 2014

Fig. 19. Poster no filme *Olhar de Nise*, de Jorge Oliveira.